XVI CINFORM

Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação

De 25 a 27 de setembro de 2024

25 a 27 de setembro de 2024

Presidente de Honra
Othon Fernando Jambeiro Barbosa

Presidente
Gillian Leandro de Queiroga Lima

Comissão Executiva
Gillian Leandro de Queiroga Lima
Raymundo das Neves Machado

Comissão de Comunicação
Jaires Oliveira Santos Guterres (Coordenadora)
Denise Braga Sampaio
Gleise da Silva Brandão
Valdinéia Ferreira

Comissão Científica
Raymundo das Neves Machado (Coordenador)
Kátia de Oliveira Rodrigues
Sérgio Franklin Ribeiro da Silva
Bruna Bomfim Lessa dos Santos

Comissão de Tecnologia e Infraestrutura
Denise Braga Sampaio
Ariston Mascarenhas
Daiane Costa de Araújo

Comissão de Monitoria
Leyde Klébia Rodrigues da Silva
Débora Sampaio Leitão

Realização
Universidade Federal da Bahia
Instituto de Ciência da Informação

Apoio
Editora da Universidade Federal da Bahia
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)
Associação dos Arquivistas da Bahia (AABA)
Fundação Pedro Calmon
Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB-5)
Conselho Federal de Biblioteconomia
Associação dos Professores Universitários da Bahia (APUB)
Evento Contemplado com recursos do Programa de Apoio a Eventos no País - PAEP - Edital 37/2023 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

ANAIS

Salvador
UFBA
2024

© 2024, autores

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da
Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Capa
Kátia Sotero

Projeto Gráfico
Rodrigo Oyarzábal Schlabitz

Editoração
Zeta Studio

Arte final
Kátia Sotero

Revisão e Normalização
Equipe Edufba

Sistema Universitário de Bibliotecas - SIBI/UFBA

Encontro Nacional de Ciência da Informação (16. : 2024 : Salvador, BA)
Anais [do] XVI CINFORM - Encontro Nacional de Ciência da Informação, 25 a 27 de setembro de 2024 [recurso eletrônico] / Instituto de Ciência da Informação. – Salvador : UFBA, 2024.
v. : il.

ISSN:1984-1752

1. Ciência da informação – Congressos. I. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação. II. Título.

CDU 061.3(813.8)

Elaborada por Selma Matos / CRB-5: BA-1001

APRESENTAÇÃO

O XVI CINFORM - Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação propôs uma reflexão sobre o papel do ceticismo na era atual, caracterizada pela explosão descontrolada de informações. A temática central do evento "Ciência da Informação: Ceticismo e Promoção do Conhecimento Científico", visou explorar a atitude cética como uma ferramenta estratégica diante do imenso volume de dados e informações disponíveis e da velocidade vertiginosa de sua disseminação.

Promovido pelo Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, o XVI CINFORM aconteceu na Universidade Federal da Bahia, no período de 25 a 27 de setembro de 2024, e proporcionou um espaço de debates, discussões e apresentações de trabalhos provenientes de estudos e pesquisas de estudiosos da área da Ciência da Informação, bem como de outras áreas, voltadas para a compreensão aprofundada de como o ceticismo se manifesta na sociedade contemporânea.

Neste contexto, destaca-se ainda a integração entre estudantes da graduação e da pós-graduação, pesquisadores e demais participantes ao propiciar um ambiente de aprendizado e compartilhamento de conhecimento.

Os Anais do XVI CINFORM reúnem os trabalhos — resultado das comunicações orais — que foram apresentados durante a realização do evento, distribuídos em seis eixos temáticos, a saber:

- Eixo 1 -- Divulgação Científica em tempos de Fake News
- Eixo 2 – Competência informacional e seu papel no combate à desinformação
- Eixo 3 – Desinformação e ceticismo na sociedade contemporânea
- Eixo 4 – Representação, descrição e tecnologia da informação
- Eixo 5 – Atuação do profissional da informação e práticas educacionais em ambientes informacionais.

A diversidade temática dos eixos reflete preocupações e desafios em torno do tema central do evento, abordando questões relevantes para o entendimento crítico da informação na contemporaneidade. Essas reflexões oferecem valiosas contribuições para o avanço do conhecimento na área, ao mesmo tempo que incentivam a promoção de debates e novos estudos, ampliando o diálogo interdisciplinar e fortalecendo o papel da Ciência da Informação na sociedade.

Por fim, esperamos que a leitura dos trabalhos reunidos nestes Anais ofereça subsídios para a comunidade científica, contribuindo para aprofundar as discussões sobre o ceticismo e a promoção do conhecimento científico.

Comissão Organizadora do XVI CINFORM.

SUMÁRIO

EIXO 1
Divulgação científica em tempos de fake news

15 **A ação da mediação na produção do conhecimento**
Jovenice Ferreira Santos
Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira

22 **A rede social digital Instagram como mecanismo de divulgação de ações extensionistas**
Jaires Oliveira Santos Guterres
Bianca Rodrigues de Oliveira
Kátia de Oliveira Rodrigues
Susane Santos Barros

29 **As controvérsias da cloroquina: análise de coocorrência de palavras-chave da produção científica mundial e brasileira**
Thais Penaforte
Raymundo das Neves Machado
Ana Carolina Reis Carneiro

37 **Coautoria nos artigos dos docentes-pesquisadores da Universidade Federal da Bahia (2017-2022)**
Jaqueline Gonçalves Pitanga
Lívia Souza De Jesus
Kátia De Oliveira Rodrigues
Valdinéia Barreto Ferreira

44 **Comportamento informacional de pesquisadores nas redes sociais digitais: uma análise a partir de um grupo de pesquisa**
Marina Brito Rodrigues
Ida Conceição Andrade de Melo
Rosana Costa dos Santos
José Carlos Sales dos Santos

51 **Fake News: análise da coocorrência de palavras-chave no contexto da Biblioteconomia e da Ciência da Informação**
Daniel Santana de Souza
Elane Valverde Madureira

58 **Fake News: estudo piloto da estrutura intelectual no domínio da biblioteconomia e da ciência da informação (2019-2023)**

Raymundo das Neves Machado
Maria de Fátima Santos de Lima

66 **Produção científica em doenças tropicais negligenciadas no brasil: uma análise a partir da plataforma lattes do CNPq**

Ranna Redlley Silva Oliveira
Marina de Oliveira e Silva
Marcos Antônio da Silva Alves Prazeres
Natanael Vitor Sobral
Ana Sara Pereira de Melo Sobral

74 **Produção científica em medicina tropical indexada na Web of Science: uma análise na perspectiva da historiografia bibliométrica**

Natanael Vitor Sobral
Marcos Antônio da Silva Alves Prazeres
Ranna Redlley Silva Oliveira
Marina de Oliveira e Silva
Ana Sara Pereira de Melo Sobral

82 **Taxonomia e organização da informação - aplicação no observatório sobre as estratégias da indústria do tabaco**

Ana Clara Pereira de Melo
Alex Medeiros Kornalewski

EIXO 2
Competência informacional e seu papel no combate à desinformação

91 **Abordagem educativa da competência em informação**

Joselito Manoel de Jesus
Fernanda Maria Melo Alves

98 **Competência em informação: espaços de pesquisa/ação**

Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira
Tawana Iêda Nobre Batista
Beatriz Marques Sacramento

105 **Competência informacional como resposta à desinformação amplificada pela inteligência artificial generativa no Brasil**

Pollyany Annenberg Nascimento Gomes
Maria Lívia Pachêco de Oliveira

112 **Educar em competência em informação**
Jaires Oliveira Santos Guterres

119 **Literacia em saúde: um aparato para os cuidados com pacientes hipertensos e diabéticos**
Ida Conceição Andrade de Melo
Paulo André dos Santos
Tatiana Nascimento de Souza

EIXO 3
Desinformação e ceticismo na sociedade contemporânea

127 **A microfísica da violência sob a ótica da restrição informacional: análise dos relatos registrados no protocolo de acesso à informação e amparo as pessoas egressas do sistema prisional**
Alex Medeiros Kornalewski
Lobelia da Silva Faceira

134 **A sociedade da informação no contexto da desinformação: dos boatos às fake News**
Renan Pereira Oliveira

141 **Ações de educação em informação com jovens baianos contra a desinformação**
Allana Beatriz Mouta
Gleise Brandão
Daniela Silva

148 **Desordem Informacional em debate na câmara dos deputados: propostas legislativas em trâmite**
Carmen Lucia Costa Brot

155 **Entre a liberdade de expressão e o direito à informação: considerações iniciais**
Maria Cleide Rodrigues Bernardino
Weima de Lavor Vieira
Hígia Stefanny de Macêdo Pereira
Denise Braga Sampaio
Maria Ludmila de Sousa Silva Costa

163 **Mobilização de jovens para o desenvolvimento de ações educativas contra a desinformação na Bahia**

Laura Pita
Gleise Brandão
Daniela Silva

170 **O Impacto da desinformação na construção ou apagamento da memória coletiva**

Bruna Lima Silva
Ivana Bittencourt do Santos Severino

EIXO 4
Representação, descrição e tecnologia da informação

177 **A categoria Lugar/Espaço e os sistemas de organização do conhecimento: avaliação e discussão à luz da geografia crítica de Milton Santos**

Matheus Souza da Silva
Jóice Cleide Cardoso Ennes de Souza

184 **A variação linguística na representação do conhecimento indígena: revisão narrativa de teorias interdisciplinares para o desenvolvimento do Prombyá**

Micheline Maria Azevedo
Bruna Lessa
Ivana Ivo

191 **Aplicação da norma brasileira de descrição arquivística no acervo do Iphan/BA: relato de experiência na série "Terreiros"**

Cleber Chagas de Cerqueira
Inacia Rejane da Silva
Rodrigo Moura Souza
Maria Teresa Navarro de Britto Matos
Ivana Bittencourt do Santos Severino

198 **Aspectos da teoria da classificação de Bliss para a representação do conhecimento em repositórios institucionais**

Rosana Portugal Tavares de Moraes

205 **Conformidade de softwares livres com o e-arq Brasil: bases para o desenvolvimento a partir dos requisitos de captura**

Vitor Rafael Santos
Gillian Leandro de Queiroga Lima

213 **Curadoria digital: análise da indexação dos metadados nas bases Scopus e Web of Science na recuperação da informação**

Esther Quezia Dos Santos Felipe
Eduardo Leite Alves

220 **Diagnóstico no acervo arquivístico do Iphan/BA**

Letícia Pereira Neiva
Marconi Menezes
Filipe Noia
Gleise Brandão
Ivana Bittencourt do Santos Severino

227 **Do registro do conceito às coordenadas semânticas: o papel da identidade do conceito na recuperação inteligente da informação**

Nilson Theobald Barbosa
Maria Luiza de Almeida Campos

234 **Inovação tecnológica na gestão de documentos: uma revisão sistemática**

Edenilza Valéria da Silva Magalhães
Barbara Coelho Neves
Denis Leonardo Zaniro
Vinícius Rafael Micali Soares
Roniberto Morato do Amaral

241 **O metaverso representado nas teses e dissertações brasileiras**

Vilma Gravat da Conceio
Eneida Santana de Ávila Goulart
Quele Pinheiro Valena

248 **O papel da representação da informação arquivística na construção da territorialidade de Milton Santos**

Ana Patrícia Neves Rojas
Bruna Bomfim Lessa dos Santos

255 **Organização e representação da audiodescrição: ampliação do acesso a informação audiodescritiva**

Tamires Neves Conceição

262 **Organização redentora do conhecimento (ORC): Arthur Bispo do Rosário e a classificação para o fim do mundo**

Vinícios Souza de Menezes
Pollyana dos Santos Biano

270 **Representação da informação e inteligência artificial: uma contribuição possível?**
Alisson Gomes dos Santos Santos
Leyde Klebia Rodrigues da Silva

277 **Tecnologia, informação e segurança pública em alagoas: o aplicativo quimera sob o olhar da ciência da informação**
Fernanda Calheiros

EIXO 5
Atuação do profissional da informação e práticas educacionais em ambientes informacionais

285 **A ação cultural em ambientes informacionais: uma leitura a partir da teoria crítica**
Natali Santana
Ana Cláudia Medeiros de Sousa

292 **A atuação do centro de memória da novonor na consolidação da identidade organizacional**
Tatiana Souza Nascimento
Leyde Klebia Rodrigues da Silva

300 **A biblioteconomia baiana e suas memórias: em destaque os anos 60**
Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira
Lucilene do Santos Soares
Beatriz Marques Sacramento

308 **A literatura de cordel na biblioteca pública do maranhão: a mediação da cultura nordestina na ação "terça do cordel" da Biblioteca Pública Benedito Leite**
Maurício José Morais Costa
Bruno Luce
Maria Cleide Rodrigues Bernardino

315 **Ação curricular em comunidade e em sociedade desenvolvida pela universidade federal da Bahia: um relato de experiência em comunidades de terreiros de candomblé**
Maria Dulce Paradella de Oliveira
Maria Teresa Navarro de Britto Matos
Sérgio Franklin Ribeiro da Silva

322 **Ceticismo informacional e a preservação da memória das religiões de matriz africana: políticas e práticas de resistência nos arquivos de terreiro**

Aline Souza
Derek Tavares

329 **Comportamento informacional dos discentes de graduação da Universidade do Estado da Bahia, campus Salvador: estudo de caso**

Roberto Gonçalves Freitas

336 **Contribuições da literatura acadêmica digital acessível como fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem nas universidades brasileiras**

Nelijane Campos Menezes
Sérgio Franklin Ribeiro da Silva

342 **O impacto das políticas arquivísticas na memória institucional**

Bianca da Silva Nunes
Ricardo Coutinho Mello

349 **O marketing de conteúdo como ferramenta em ações educativas pelas bibliotecas universitárias**

Keisse Ellen Carvalho Costa
Maíra Salles De Souza

356 **Recursos educacionais abertos como dispositivo para a socialização da informação no ensino superior a distância**

Marcos Antonio Nascimento Ferreira
Sérgio Franklin Ribeiro Da Silva

363 **Relato de experiência sobre o repositório institucional da Universidade Federal Da Bahia: ações desenvolvidas no período de 2021 a 2023**

Érica Maria da Paixão Santana
Fernanda Guimarães
Nara Cristina Sousa da Silva

370 **Ressignificando memórias: a exposição do museu histórico e artístico do Maranhão**

Nubia Cristiane Silva Matos
Leyde Klebia Rodrigues da Silva

EIXO 1

Divulgação científica em tempos de fake news

A AÇÃO DA MEDIAÇÃO NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Jovenice Ferreira Santos
Instituto Federal da Bahia (IFBA)
Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Resumo: Revisa brevemente a literatura com o objetivo de tratar da ação da mediação na produção do conhecimento na universidade. Evidencia a necessidade de atuação do bibliotecário como mediador entre o usuário e a crescente quantidade de informação disponível, com o intuito de favorecer a produção do conhecimento no âmbito da universidade.

Palavras-chave: Mediação. Recuperação da informação. Produção do conhecimento.

INTRODUÇÃO

A produção do conhecimento está diretamente ligada à busca e ao uso de informações pertinentes à temática estudada. Vale destacar, que a literatura já registrava em 1613, o quanto a abundância de informação considerada "inútil" sobrecarregava os cientistas (Meadows, 1999). Neste contexto, o bibliotecário, que tem o papel de mediador entre a informação e o usuário tem seu espaço reafirmado, podendo otimizar a produção do conhecimento.

Assim, o trabalho proposto discorrerá sobre a ação da mediação na produção do conhecimento na universidade, com base em autores do campo da Ciência da Informação (Cunha, 2000; Gomes, 2008; Leitão, 2005; Meadows, 1999 e Mota; Borges, 2023), enfocando a produção e difusão do conhecimento, a biblioteca universitária no fomento a pesquisa, o bibliotecário como mediador da informação. Por fim, apresentar-se-á as considerações finais.

PRODUÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO

Na Antiguidade uma única mente humana poderia abarcar todo o saber, no entanto, no fim da Idade Média isso não mais era possível devido à especialização contínua do saber (Grogan, 1995). No período 1436-1536, estima-se que no mundo, a produção média de livros que era de 420 aumentou para 5750 no período 1536-1636 (Kronic, 1962 *apud*

Meadows, 1999). Diante do impacto gerado pela difusão das informações, em 1613 um autor destacou: "um dos males destes tempos é a multiplicidade de livros; eles de fato, sobrecarregam de tal modo a gente que não conseguimos digerir a abundância de matéria inútil que, todos os dias, é gerada e despejada no mundo" (Kronic, 1962 *apud* Meadows, 1999, p. 3). O rápido crescimento do volume de informações vem trazendo implicações no processo de produção do conhecimento há muitos anos, realidade observada pelo químico Faraday, no século passado, já em 1826:

> É com certeza impossível para qualquer pessoa ansiosa por devotar uma parcela de seu tempo a experiências químicas ler todos os livros e artigos que se publicam acerca de seu mister; seu número é imenso, e é tal o esforço para joeirar as poucas verdades experimentais e teóricas que em muitos deles são estorvadas por uma proporção muito grande de matéria desinteressante, de fantasias e erros que a maioria das pessoas que fazem experiências são logo induzidas a fazer uma seleção de leitura, e assim, inadvertidamente, às vezes, deixam escapar o que realmente presta (Crowther, 1940, p. 113 *apud* Meadows, 1999, p. 20).

Em defesa da oferta de informações em excesso, à medida que o tempo passa, os pesquisadores tornam seu interesse cada vez mais especializado, na tentativa de melhor recuperar e assimilar a informação. Porém, além da especialização do saber, é preciso buscar alternativas para o desenvolvimento da ciência, pois dificuldades relativas à recuperação da informação persistem, mesmo com o uso da estratégia de selecionar informação especializada. (Meadows, 1999). No fomento da expansão do saber em espaços produtores do conhecimento científico, o bibliotecário que desempenha atividades na biblioteca universitária pode ser forte aliado dos pesquisadores, atuando como mediador para minimizar os problemas decorrentes da avalanche informacional.

A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NO FOMENTO A PESQUISA

A atual forma de organizar a comunicação científica é reflexo de decisões antigas, pois sociedades científicas do passado formavam bibliotecas, com o intuito de favorecer a pesquisa a associados, haja visto, que: "[...] antigamente, a aquisição de livros e revistas especializados era não só difícil como dispendiosa. Hoje em dia os sócios tem acesso a acervos adequados e ao alcance da mão, graças à bibliotecas de suas instituições" (Meadows, 1999, p. 11).

Dentre as instituições que favorecem a pesquisa, as universidades, promovem a especialização profissional e científica, tendo como função "[...] garantir a conservação e o progresso nos diversos ramos do conhecimento, pelo ensino e pela pesquisa" (Ferreira, 1999, p. 2032). Na obra escrita por Wilson e Tauber (1956, p. 16-17) sobre administração e organização de bibliotecas universitária, estes apontam que a preservação de

conhecimento, ideia, ensino, pesquisa e publicações são os principais objetivos da universidade. Nela, atividades desenvolvidas "por meio dos métodos de pesquisa é dada ao estudante a oportunidade para um trabalho independente e os laboratórios e bibliotecas são instrumentos indispensáveis nesta atividade, a qual está diretamente relacionada com o desenvolvimento do conhecimento humano".

O trecho citado reafirma a relevância da biblioteca em instituições de ensino e pesquisa, destacando que este ambiente deve refletir os objetivos por elas delineados. A assertiva encontra respaldo no Universities Grants Comittee da Inglaterra, que desde 1921 estabeleceu a importância da biblioteca no âmbito da universidade: a saber: "o caráter e eficiência da universidade podem ser medidos no tratamento dado ao seu órgão central – a biblioteca. Nós consideramos que toda a provisão e manutenção da biblioteca devam ser prioritárias" (Higham, 1980, p. 11). Vale ressaltar, que o papel de maior relevância da biblioteca é "servir de agência de transformação social, tendo como mediador entre a instituição (biblioteca) e a comunidade (usuário) o bibliotecário" (Perota, 1994, p. 10). Em face disso, ratifica-se o papel da biblioteca e do bibliotecário na produção do conhecimento.

O BIBLIOTECÁRIO COMO MEDIADOR

Há mais de 200 anos, o conhecimento podia ser classificado como de duas espécies: "Podemos conhecer nós mesmos um assunto ou saber onde podemos encontrar informações a respeito" (Samuel Johnson [17--] *apud* Grogan, 1995, p. 7). Tal afirmação conferia as fontes de informação o *status* de ramo do saber. No entanto, nessa mesma época Ranganatham (1961 *apud* Grogan, 1995, p. 8) abordava que "[...] não era mais possível para o estudioso ser seu próprio bibliotecário de referência". Desta forma, inicia-se um período no qual tornava mais evidente a importância do mediador. Para corroborar com a ideia, Meadows (1999, p. 30), já asseverava sobre os obstáculos inerentes à busca da informação, dizendo que: '[...] os membros do público em geral não são os únicos que sentem dificuldade em ter acesso a informações científicas [...] mesmo antes, por volta do fim do século XIX [...] pesquisadores careciam de mais assistência para identificar [...] o que precisavam", isto é, a demanda por esse tipo de colaboração é antiga.

Desse modo, fica evidenciado que o papel do bibliotecário como agente de informação vai além da estocagem e organização documental, sua função primordial é servir de elo entre a informação e o usuário (Perota, 1994). Nessa direção, os "[...] principais estudiosos da Biblioteconomia [...] reconhecem a especificidade de sua função e apontam a relação com o usuário [...] como sua maior missão. E, se isso é válido para toda e qualquer biblioteca, representa mais ainda para a biblioteca universitária [...] (Leitão, 2005, p. 24)".

A partir da década de 60, o conceito de acervo da biblioteca deixou de estar vinculado aos termos "livro" e "documento" passando a estar mais ligado ao termo informação, da mesma forma como foram se transformando "as atividades do bibliotecário: de função

técnica para documentária; daquele que trata a informação [...] ao mediador da informação [...] até chegar ao gestor de sistemas de informação, entre outras facetas do trabalho profissional" (Macedo; Modesto, 1999, p. 40).

A ideia de que o bibliotecário é um elo relevante no processo de busca da informação é defendida desde 1980, ao destacar que cabe a esse profissional "[...] compreender as estruturas dos conhecimentos registrados onde elas existam, e auxiliar no processo de estruturação onde não existam" (Davinson, 1979 *apud* Grogan, 1995, p. 8). Na mesma perspectiva, Whitaker (*apud* Grogan, 1995) defendeu que sem a figura do bibliotecário para aproximar a fonte de quem precisa da informação, esse fluxo jamais ou só existiria de modo ineficiente. Com relação à capacidade para o uso das fontes de recuperação da informação, Wurman (1991, p. 49) afirma: "estamos cercados por materiais de referências [...]. Mas sem a capacidade de usá-los, eles são apenas fontes de ansiedade. Penso neles como budas sentados na minha prateleira, com toda a informação e um sorriso de sabedoria".

A atividade de mediação conta com instrumentos elaborados por bibliotecários com o intuito de oferecer informação com estrutura padronizada para auxiliar os consulentes na busca exitosa (Meadows, 1999). Isso justifica o fato de as "[...] pesquisas sobre a mediação da informação em bibliotecas universitárias estarem em crescimento, principalmente pela necessidade de se reinventar os serviços de referência [...] (Mota; Borges, 2023, p. 20-21), além do mais, fica latente, a necessidade do bibliotecário com o perfil capaz de gerenciar com eficácia as informações que surgem a cada instante, pois "as novas tecnologias da informação são inúteis sem os meios de localizar, filtrar, organizar e resumir os seus produtos" (Lucas, 2001, p. 1). As bibliotecas sempre acompanharam a evolução social e se adequaram às inovações tecnológicas desde os primórdios Cunha (2000).

Em razão dessa característica, é possível afirmar que o bibliotecário sempre foi um profissional aberto às mudanças. Nesse contexto, a capacitação se impõe como necessária, para que dessa forma seja capaz de manusear e explorar as fontes de informação, lidando com as ferramentas tecnológicas que emergem na sociedade, com vista a melhor desempenhar suas atividades de coleta, tratamento técnico, armazenagem, recuperação, disseminação, entre outras atividades básicas da Biblioteconomia e da Documentação.

Vale ressaltar que com as transformações tecnológicas do fim século passado, discussões sobre os serviços de referência retornaram, em função da possibilidade de que estes pudessem ser substituídos por máquinas e pela digitalização de acervos. Assim, com o advento da biblioteca digital, cogitava-se o desaparecimento do bibliotecário de referência, aventando a possibilidade de que o usuário acessaria sozinho toda informação digital disponível. Entretanto, para que isso seja concretizado, faz-se necessária uma melhora substancial nos mecanismos de busca da *web*, a fim de proporcionar recuperação de informações relevantes (Cunha, 2000).

As inovações tecnológicas valorizam a educação continuada, não sendo exclusivas das profissões da informação (Cunha, 2007). Se atualmente, o papel do cientista da computação é o de desenvolver tecnologias e ferramentas de navegação nas redes, ao bibliotecário cabe a tarefa emergente de "[...] ajudar a fazer sentido o labirinto de fontes disponíveis na rede [...] explorar ferramentas [...] derivadas das pesquisas em inteligência artificial [...] capazes de recuperar informação ou realizar outras tarefas de forma automatizada (Lucas, 2001, p. 3)". Para tanto estes deverão associar habilidades de computação, de administração e aquelas mais tradicionais da área. As tecnologias emergentes da informação, fazendo uso de "[...] redes eletrônicas que interconectam computadores em malha sempre crescente [...]" geram novas maneiras de se realizar buscas e o acesso às informações, o que exige dos profissionais da informação, acostumados a lidar com modelos tradicionais de organização bibliográfica da informação, a necessidade de aprender a realizar seu trabalho com a informação a partir de novos formatos (Macedo; Modesto, 1999, p. 56).

Apesar disso, Kovacs; Schloman e Mcdaniel (1994 *apud* Macedo; Modesto, 1999, p. 69) abordam que "[...] alguns dos recursos das redes são similares aos recursos tradicionais e serviços da biblioteca real, com os quais bibliotecários e usuários têm familiaridade". Assim, considerando que a estrutura das fontes de recuperação da informação é pré-definida e deve ser apreendida pelos profissionais da informação, estes necessitam de atualizações, mediante a realização de educação continuada, com vistas a acompanhar quanto aos avanços futuros das tecnologias da informação, já que, qualquer mudança que venha a ocorrer será sempre com base na filosofia e na lógica da recuperação da informação que se mantêm através dos tempos.

Nessa perspectiva, a atualização profissional está diretamente relacionada à ideia de prestação de serviço de qualidade aos usuários. Assim, a capacitação do bibliotecário o prepara para atender as demandas de busca e acesso a informação de usuário que se manifestam de formas diferentes para sanar suas necessidades informacionais.

A busca da informação e a produção do conhecimento

A informação é vital para o desenvolvimento da ciência, assim como "a atividade de pesquisa constitui, com efeito, a aplicação do raciocínio ao corpo de conhecimentos acumulados ao longo do tempo [...]" (Le Coadic, 1999, p. 27). Nesse mesmo sentido, ao tratar de mediação no processo de construção do conhecimento, Gomes (2008, p. 1) explana que de um movimento complexo envolvendo a interação dos sujeitos entre si, "[...] com o acervo simbólico transmitido através de suportes e ambientes que se ocupam da preservação e do acesso aos conteúdos informacionais [...]" processadas no acervo cultural de cada indivíduo decorre a construção do conhecimento.

O uso de informações é fundamental para a atividade científica, pois o processo de construção de conhecimento envolve a busca de informação para a resolução de problemas

ou produção de trabalhos científicos (Crespo; Caregnato, 2003). Buscar informação é um processo intelectual, que inicia com um problema, uma lacuna entre o que o usuário sabe e o que necessita saber (Dudziak; Gabriel; Villela, 2000).

Comparando a atividade de busca de informação por pesquisadores no período 1960-1980, Meadows (1999) observou que a utilização de catálogos de biblioteca, assim como a solicitação de busca ao especialista em informação teve um crescimento percentual de 300 %, enquanto atividades como: examinar citações em artigos pertinentes, manter-se atualizado pela leitura de publicação corrente, pesquisas em periódicos de resumos e utilização de índice pessoal, tiveram crescimento médio de 20%. Essa situação, no entanto, não diminui a distância entre o desejo de informação manifestada pelo pesquisador e a sua real necessidade, o que demanda a mediação do bibliotecário para proceder a entrevista de referência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A quantidade de informação produzida e difundida ao longo do tempo tem aumentado sobremaneira, no entanto a organização dessa massa informacional, ainda carece de um trabalho que facilite, ou ainda propicie a recuperação. Neste contexto, o bibliotecário, cuja ferramenta de trabalho é a informação, se reafirma e é convocado a mediar essa situação para favorecer a produção do conhecimento, inclusive no âmbito da universidade.

REFERÊNCIAS

CRESPO, I. M.; CAREGNATO, S. E. Comportamento de busca de informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 271-278, jul./dez. 2003. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/73/33. Acesso em: 20 jul. 2024.

CUNHA, M. B. da. Construindo o futuro: a bibliotecária brasileira em 2010. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 29, n. 1, p. 71-89, jan./abr. 2000.

CUNHA, M. V. da. Bibliotecários e arquivistas: novos fazeres na sociedade do conhecimento. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 99-106, jun. 2007. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/download/79752. Acesso em: 20 jul. 2024.

DUDZIAK, E. A.; GABRIEL, M. A.; VILLELA, M. C. A educação de usuários de bibliotecas universitárias frente à sociedade do conhecimento e sua inserção nos novos paradigmas educacionais. In: SEMINÁRIO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 11, 2000, Florianópolis. *Anais*.... Florianópolis: UFSC, 2000. 1 Cd.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GOMES, H. F. A mediação da informação, comunicação e educação na construção do conhecimento. **DataGramaZero** – Revista de Ciência da Informação, v. 9, n. 1, p. 1-17, fev. 2008. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/6642. Acesso em: 30 jun. 2024.

GROGAN, D. Serviço de referência. In: GROGAN, Denis. **A prática do serviço de referência**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1995. Cap. 1, p. 7-35.

HIGHAM, N. **The library in the university**. London: André Deutsch, 1980.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LEITÃO, B. J. M. **Avaliação qualitativa e quantitativa numa biblioteca universitária**: grupos de foco. Niterói: Intertexto, 2005.

LUCAS, C. R. A organização do conhecimento e tecnologias da informação. **Transinformação**, Campinas, v.8, n. 3, set./dez. 1996. Disponível em: https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/1601/1573. Acesso em: 10 jul. 2024.

MACEDO, N. D. de; MODESTO, F. Equivalência do serviço de referência convencional a novos ambientes de redes digitais em bibliotecas: parte II... **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 55-72, 1999.

MACEDO, N. D. de; MODESTO, F.. Equivalência do serviço de referência convencional a novos ambientes de redes digitais em bibliotecas: parte I... **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 38-54, 1999.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília, DF: Briquet de Lemos livros, 1999.

MOTA, A. R. S. BORGES, M. M. A mediação da informação na perspectiva dos bibliotecários de referência de bibliotecas universitárias brasileiras. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 1-24, jan./dez., 2023. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1937. Acesso em 24 ago. 2024

PEROTA, M. L. L. R. O bibliotecário como socializador do conhecimento. **Tecbahia**, Camaçari, v. 9, n.3, p. 8-11, set/dez 1994.

WILSON, L. R.; TAUBER, M. F. The university library. 2nd.ed. New York: Columbia University, 1956.

WURMAN, R. S. Ansiedade da informação. São Paulo: Cultura Editores, 1991.

A REDE SOCIAL DIGITAL INSTAGRAM COMO MECANISMO DE DIVULGAÇÃO DE AÇÕES EXTENSIONISTAS

Jaires Oliveira Santos Guterres
(UFBA)
jaires@ufba.br
Bianca Rodrigues de Oliveira
(UFBA)
biancaro@ufba.br
Katia de Oliveira Rodrigues
(UFBA)
katiarodrigues10@gmail.com
Susane Santos Barros
(UFBA)
susanesb@gmail.com

Resumo: A expansão das redes sociais digitais trouxe novas perspectivas para o compartilhamento de informações, facilitando a interação e o diálogo entre as pessoas, além de eliminar as fronteiras geográficas. Assim, o objetivo dessa comunicação consiste em entender a potencialidade do Instagram como mecanismo de divulgação de ações extensionistas. Para tanto, faz-se um relato da experiência do programa de extensão BiblioQuilombola. Os resultados revelam que é imprescindível um planejamento para proceder à divulgação e assim contribuir para que as informações tenham maior alcance, o que revela a potencialidade do uso do perfil para criar conteúdos, disseminá-los e promover diálogos.

Palavras-chave: Redes sociais digitais – Instagram. Extensão universitária. Divulgação.

INTRODUÇÃO

A extensão universitária configura-se como um elo fundamental entre os saberes acadêmicos e a comunidade externa, convergindo com a perspectiva de Freire (2021), quando defende uma relação dialógica-comunicativa. Com a expansão da internet e das redes sociais digitais, observa-se que essa relação também acontece *on-line*, permitindo que os resultados das ações realizadas nas/pelas universidades sejam divulgados, compartilhados e que os saberes sejam (re)criados em ambiente digital.

Segundo a pesquisa publicada pela *DataReportal* (Kemp, 2023), o Instagram, rede social digital escolhida para publicar os conteúdos do BiblioQuilombola, é a segunda rede social mais utilizada pelos brasileiros, ficando atrás somente do WhatsApp. De acordo com Veloso (2023), o Brasil é o terceiro país que mais utiliza redes sociais, consequentemente, enfrenta o desafio constante de lidar com as desinformações compartilhadas nesses ambientes digitais. No caso específico das comunidades quilombolas, o cenário da desinformação não é diferente, por essa razão, faz-se necessário recorrer a canais de informação confiáveis que lhes permitam acessar conteúdos que contribuam para a resolução de problemas cotidianos.

Torna-se pertinente, portanto, considerar o uso das redes sociais digitais para divulgar ações do BiblioQuilombola – programa de extensão que converge projetos de Competência em Informação e Práticas Leitoras em comunidades quilombolas, pois pode representar uma relevante fonte de informação para as pessoas que dela necessitam. Assim sendo, essa comunicação objetiva entender a potencialidade do Instagram como mecanismo de divulgação de ações extensionistas.

O INSTAGRAM COMO MECANISMO DE DIVULGAÇÃO DE AÇÕES EXTENSIONISTAS

O avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e as constantes mutações na forma como as informações são compartilhadas e consumidas corroboram para que se considere novas formas de divulgar as informações que transitam nos espaços acadêmicos e científicos. Tais tecnologias desempenham um papel fundamental na sociedade, tanto para tornar as informações disponíveis quanto para que um maior número de pessoas possa acessá-las e usá-las. Assim sendo, considerou-se pertinente que o programa de extensão BiblioQuilombola criasse um canal com esse intento, para que fosse uma fonte de informação fidedigna para o público.

Nesse contexto, embasou-se em dados do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (2023), da *Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros*, a qual revelou que de 2015 (51%) a 2023 (84%) houve um aumento significativo do uso da Internet pelos brasileiros, o que nos conduz ao entendimento de que o uso de recursos acessíveis através da Internet pode ter um potencial representativo.

Ademais, 95% dos domicílios participantes da referida pesquisa, sinalizam que usam o celular no seu cotidiano, o que nos ajuda na compreensão de que ao usar esse aparato tecnológico pode ser que estejam também presentes nas redes sociais digitais. Por isso, optou-se pelo uso do Instagram para prover a divulgação das informações relativas ao programa extensionista.

O Instagram, na percepção de Castro (2014, p. 15), "[...] impulsionou o surgimento de outras formas de fotografar, possibilitando uma conversação imagética que se torna, a cada dia, mais fluente, impregnada dos muitos modos de ser desta contemporaneidade". Isso confirma a percepção de que a proposta visual da rede social e a possibilidade de viabilizar a divulgação de informações a um público heterogêneo parece ser pertinente à realidade de ações promovidas por espaços universitários. Além disso, favorece o "engajamento" do público com o conteúdo proposto, a interação direta com o público, seja através de comentários, curtidas, mensagens privadas e etc. Essa dinâmica de interação permite entender melhor aquilo que está sendo útil ou não para a comunidade, sendo um dos principais pilares para criação de uma rede participativa e colaborativa.

A função das redes sociais digitais comprova o entendimento de que contribui para divulgar as informações que transitam nos espaços acadêmico, científico e extensionista, em vista de que a estrutura imagem e texto é uma linguagem simples e consumida corriqueiramente pelas pessoas que estão presentes nesses ambientes. Nesse sentido, Ramos e Martins (2018, p. 2) esclarece que as redes sociais digitais têm a funcionalidade de promover a interação social, pois, é onde as "pessoas se (re)encontram, expressam ideologias e promovem mobilizações em prol de um mesmo motivo, seja por solidariedade ou por reivindicação popular", outrossim, em função da redução das distâncias faz com que pessoas de distintas localizações geográficas acessem as informações divulgadas por elas.

Diante disso, considera-se que é preciso desenvolver e empregar Competência em Informação para proceder desde o planejamento para o uso das redes sociais digitais para divulgar as informações de projetos, ao processo de acesso e uso crítico dos conteúdos que transitam nesses espaços. Afinal, é preciso tensionar a necessidade de buscar informação, confrontar a fonte, avaliar criticamente, apropriar-se da informação, criar conteúdo, disseminar, divulgar, promover diálogo e interação e (auto) avaliar todo o processo. A Competência em Informação em ambientes digitais, nos estudos de Belluzzo (2023, p. 80) é compreendida como as "disposições e habilidades para buscar, processar e comunicar a informação, transformando-a de forma inteligente, ética e legal em conhecimento"

A informação é considerada insumo essencial para o desenvolvimento de uma sociedade em seus diversos âmbitos, por isso, divulgar aquelas criadas e tratadas no âmago acadêmico/científico constitui um compromisso social das Universidade, que desenvolve ensino, pesquisa e extensão de modo integrado. Afinal, conforme refletem Rodrigues e Amorim Neto (2022) é preciso prover a democratização de acesso ao conhecimento científico, de modo que os cidadãos os usem para seu crescimento pessoal e profissional. Ademais, a extensão conforma "[...] um eixo de atuação que articula as funções de ensino e pesquisa, amplia e viabiliza a relação entre a Universidade e a sociedade" (Universidade Federal da Bahia, 2012, p. 2). Dito isto, compreende-se que divulgar as ações extensionistas, a exemplo das realizadas através do BiblioQuilombola, em redes sociais digitais

pode constituir um mecanismo efetivo para que um público amplo conheça e visualize o impacto social das ações extensionistas.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência do uso das redes sociais digitais, em específico o Instagram, como mecanismo de divulgação de ações extensionistas do BiblioQuilombola. Aproxima-se, logo, dos preceitos da pesquisa qualitativa, por promover a compreensão do impacto dessa divulgação na vida das pessoas que usam as informações, ademais, dialoga com a perspectiva de Yin (2016), pois colabora para que vidas sejam impactadas pelas informações que acessam e usam nas referidas redes.

Neste relato optou-se por apresentar a etapa do planejamento da divulgação no Instagram e revelar o impacto destas divulgações, a partir de relatórios gerados pela plataforma Meta, de abril a julho de 2024. Prioriza-se a divulgação das ações que foram desenvolvidas na comunidade durante a semana. Há dois blocos de conteúdo (um para o feed e o outro para o stories).

APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, apresentamos uma reflexão acerca dos resultados obtidos, cujo intuito foi responder ao objetivo da comunicação, que buscou entender a potencialidade do Instagram como mecanismo de divulgação das ações extensionistas, em que o Programa BiblioQuilombola é objeto do relato. Ao escolher a rede social digital Instagram para levar a cabo a divulgação, foi preciso planejá-la.

O primeiro passo foi realizar os encontros da equipe levando em consideração os preceitos do *brainstorming*, a fim de identificar e explorar as suas potencialidades criativas. Isso possibilitou a criação de um grupo específico de mídias, conformado por duas docentes coordenadoras, uma bibliotecária tutora e dois estudantes de graduação. O planejamento do uso do Instagram acontece em sete etapas básicas: 1) planejar as postagens semestrais, levando em consideração as ações realizadas na comunidade e posts informativos sobre os projetos que compõem o programa BiblioQuilombola; 2) elaborar as peças de divulgação; 3) elaborar a legenda; 4) revisar o material elaborado – essa etapa envolve tutoria e alunos bolsistas/voluntários; 5) sinalizar com oito dias de antecedência à postagem, para que a coordenação possa revisar todo o material elaborado; 6) publicar e acompanhar a postagem; 7) avaliar o processo. A avaliação do processo é contínua e aciona mudanças específicas no *modus operandi*.

Esse planejamento e a execução dele de maneira sistemática contribui para que as informações sejam divulgadas com a frequência de uma ou duas vezes na semana e, também, para que haja engajamento, mobilização e que as pessoas (re)conheçam as ações

promovidas pelo BiblioQuilombola. Apresenta-se, nesta comunicação, o relato do período de abril a julho de 2024, o que corresponde a um total de 90 dias, tempo máximo para visualizar os *insights*[1] do Instagram.

A priori, realizou-se mudança na identidade visual do perfil para potencializar a comunicação do BiblioQuilombola. A nova logomarca do programa apresenta uma estética mais profissional e a escolha por tons mais neutros como marrom e bege, justifica-se pela necessidade de transmitir mais seriedade ao programa (Heller, 2022). A escolha da fonte mais arredondada também trouxe mais legibilidade ao nome e os espaços entre as letras (chamado de *kerning*), trouxeram mais clareza[2].

Durante o período analisado, totalizou 24 publicações, sendo 23 posts no feed e 1 reels. Deste total, três publicações do feed foram as mais engajadas. A primeira delas foi o post sobre as ações realizadas na comunidade, como: oficina de culinária e de empoderamento digital e a contação de história. Publicou-se no dia 4 de junho de 2024 e alcançou 470 contas e teve 536 impressões[3]. Em seguida, ocorreu a publicação da indicação do livro *Bucala: a princesa do Quilombo Cabula*, de 2015, escrito pelas mãos de Davi Nunes. O post com a indicação e o resumo da obra foi postado no dia 28 de maio de 2024 e teve 323 contas alcançadas e 373 impressões.

A terceira publicação também reflete as ações na comunidade, desta vez retrata o encerramento do primeiro semestre (2024.1), juntamente com a festa de comemoração ao São João. Este post foi publicado no dia 5 de junho, alcançando 287 contas e com 375 impressões. Quanto ao reels, também postado nesta data, teve um alcance de 2.138 contas e 2.567 reproduções.

Ao analisar o perfil do BiblioQuilombola no período relatado, constata-se que um total de 4.127 contas alcançadas e 14.958 impressões. Em relação aos seguidores houve um aumento de 4,2% do total de seguidores, que correspondem a 119[4] novos seguidores no período da coleta de dados. A localização dos seguidores está em sua maioria no Brasil com 98,8% (1.233) e apenas 0,2% (15) em Portugal. No que se refere as cidades dos seguidores, o destaque fica para Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Feira de Santana (BA) e São Luís (MA). Evidencia-se também a presença de seguidoras mulheres no perfil, com 73,1% (912). E o horário mais ativo dos seguidores ocorre às 18h, essa métrica foi fundamental para definir o nosso horário de postagem.

1 Nome dado também a ferramenta disponível no Instagram para coleta e análise dos dados do perfil.

2 Comparamos a logomarca antiga, criada no início do projeto em 2018, com a nova. Ver em: https://drive.google.com/file/d/12hOKJPW5GOOvFKhB6NmZWUaL6hbowS6u/view?usp=sharing.

3 O termo "impressões", dentro da plataforma do Instagram refere-se à quantidade de vezes que aquele conteúdo foi visto. É a métrica mais ampla da rede demonstrando as interações de toda rede social.

4 Atualmente o perfil possui 1.248 seguidores e as porcentagens descritas a seguir tomam como base essa quantidade.

Percebe-se, portanto, que o Instagram pode representar um mecanismo relevante de divulgação de ações de extensão, contudo, é preciso traçar um planejamento sistemático que precede a publicação efetiva na rede social. Isso requer uma equipe que desenvolva e empregue Competência em Informação com o afã de viabilizar o acesso efetivo a informações caras ao programa BiblioQuilombola e a seu público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações extensionistas em seu âmago promovem o diálogo entre a Universidade e a Comunidade externa a instituição, logo, entende-se que é primordial que o resultado desse diálogo seja divulgado, para que alcance um maior número de pessoas interessadas na temática. Isso converge com a necessidade de que o conhecimento acadêmico/científico precisa ser facilmente acessível, para além dos muros e contextos das Instituições de Ensino Superior.

Desta forma, entender a potencialidade do Instagram como mecanismo de divulgação de ações extensionistas foi relevante, entretanto, para a efetividade da divulgação das ações é imprescindível o planejamento das postagens, o que contribui para que as informações tenham maior alcance e revela a potencialidade do uso do perfil para criar conteúdos, divulgar e promover diálogos.

Entendemos que é preciso desenvolver e empregar Competência em Informação para proceder desde o planejamento do uso das redes sociais digitais para divulgar as informações de projetos até a dinâmica de acesso e uso crítico dos conteúdos que transitam nesses espaços. É preciso, portanto, tensionar a necessidade de buscar informação, confrontar a fonte, avaliar criticamente, apropriar-se da informação, criar conteúdo, disseminar, divulgar, promover diálogo e interação e (auto) avaliar o processo. Espera-se que a comunicação contribua para elucidar a relevância do uso do Instagram do BiblioQuilombola para promover o acesso a informações confiáveis e para a divulgação das ações do Programa de Extensão.

AGRADECIMENTOS

À Pró-Reitoria de Extensão (Proext) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que apoia o BiblioQuilombola, e à Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (Proae) da UFBA, que oferece bolsas de apoio aos projetos de pesquisa por meio do Programa Sankofa.

REFERÊNCIAS

BELLUZZO, R. C. Competência em Informação, Midiática e Digital: reflexões desde suas origens às principais tendências em espaços econômicos, educacionais e culturais na era digital. *Informatio*, Montevideo, v. 28, n. 2, p. 55-89, 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018*. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF: CNE, 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27833-27842, 23 dez. 1996.

CASTRO, R. I. de. *Instagram*: produção de imagens, cultura mobile e seus possíveis reflexos nas práticas educativas. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – o Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. *Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros*. [*S. l.*: Unesco], 2023.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

HELLER, E. *A psicologia das cores*: como as cores afetam a emoção e a razão. São Paulo: Olhares, 2021.

KEMP, S. Digital 2023: Brazil. *DataReportal*, [*s. l.*], 12 feb. 2023. Disponível em: https://datareportal.com/reports/digital-2023-brazil. Acesso em: 4 maio 2024.

PEREIRA, J. A.; SILVA JÚNIOR, J. F. da; SILVA, E. V. da. Instagram como ferramenta de aprendizagem colaborativa aplicada ao ensino de Química. *Revista Debates em Ensino de Química*, [*s. l.*], v. 5, n. 1, p. 119-131, 2019.

RAMOS, P. É. G. T.; MARTINS, A. de O. Reflexões sobre a rede social Instagram: do

aplicativo à textualidade. *Revista Texto Digital*, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 117-133, 2018.

RODRIGUES, P. V.; AMORIM NETO, D. P. Divulgação científica por meio do Instagram: uma ação extensionista desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. *Revista Em Extensão*, Uberlândia, v. 21, n. 2, p. 151-162, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *Resolução nº 02/2012*. Aprova o Regulamento de Extensão Universitária da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador: UFBA, 2012.

VELOSO, A. C. O Brasil é o terceiro país que mais consome redes sociais. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 mar. 2023.

AS CONTROVÉRSIAS DA CLOROQUINA: ANÁLISE DE COOCORRÊNCIA DE PALAVRAS-CHAVE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA MUNDIAL E BRASILEIRA

Thais Penaforte
thaisrpenaforte@gmail.com
Raymundo N. Machado
raymacha@ufba,br
Ana Carolina Reis Carneiro.
carolreiscarneiro@gmail.com

Resumo: trata-se de um estudo descritivo, pautado na técnica de análise de coocorrência de palavras-chave de autores. Foram recuperados 8.207 artigos, tendo como período 2014 a 2023, no qual foram, indexados na Web of Science. Para o domínio estudado, ou seja, o campo dos medicamentos pela perspectiva farmacêutica, a produção científica mundial soma 1.793 publicações, enquanto a nacional, 93. A coocorrência de palavras-chave revela, em âmbito tanto mundial como nacional, que o interesse científico pela cloroquina foi deslocado para covid-19. Os achados destacam a mudança temática da produção científica e a frágil participação da produção brasileira no contexto mundial.

Palavras-chave: Cloroquina. Coocorrência de palavras. Covid-19.

INTRODUÇÃO

A pandemia do novo coronavírus SARS-CoV-2, instalou, mundialmente, o cenário mais temido pelo campo sanitário: a emergência de um vírus perigoso, pouco conhecido e de elevada transmissibilidade (WHO, 2020). E a dinâmica da covid-19, ao irromper uma crise sanitária sem precedentes, exigiu da comunidade científica uma dedicação total a pesquisas e desenvolvimento tecnológico, capazes de orientar e instrumentalizar o enfrentamento e minimização de seus efeitos.

Como os efeitos da pandemia, contudo, não se limitaram ao seu lastro sanitário, a sua expansão a outros domínios, como o econômico, o social e o geopolítico, também influenciou o desenho de sua produção científica. Assim, a articulação para proposição de elementos capazes de conter o avanço da pandemia contou com o desempenho de uma miríade de pesquisas. E, considerando o cenário político nacional daquele período,

de ascensão da extrema-direita, exacerbada polarização e retrocessos sociais, a comunicação científica também não passou à margem de tais atravessamentos.

Nesse sentido, de todo o conjunto de pesquisas desenvolvidas, voltadas à produção de conhecimento acerca da covid-19, nenhuma causou tamanha controvérsia como aquelas que se dirigiam à investigação da cloroquina. Em um exemplo ilustrativo desse cenário de tensão, uma pesquisa conduzida por um consórcio de instituições — a CloroCovid-19 — culminou em hostilidades e ofensas dirigidas aos pesquisadores e os resultados encontrados (Borba, 2020; Neves; Ferreira, 2020). Desse modo, o campo da pesquisa farmacêutica, especialmente aquelas devotadas ao desenvolvimento de farmacoterapias, se viu em meio a uma disputa por verdade, poder e função.

Por essa razão, consideramos salutar e bastante esclarecedor a investigação dos movimentos e escolhas dessa produção científica e suas articulações. Assim, a proposta de estabelecer parâmetros comparativos aos principais temas de pesquisa acerca da cloroquina, em níveis nacional e mundial, no segmento da farmácia, oferece uma clara ilustração do modo de ação da pesquisa sobre esse campo.

Desse modo, o interesse deste trabalho se dirige a estabelecer um comparativo dos principais temas de pesquisa, em níveis nacional e mundial, no domínio da produção científica acerca do medicamento cloroquina, no período 2014 a 2023.

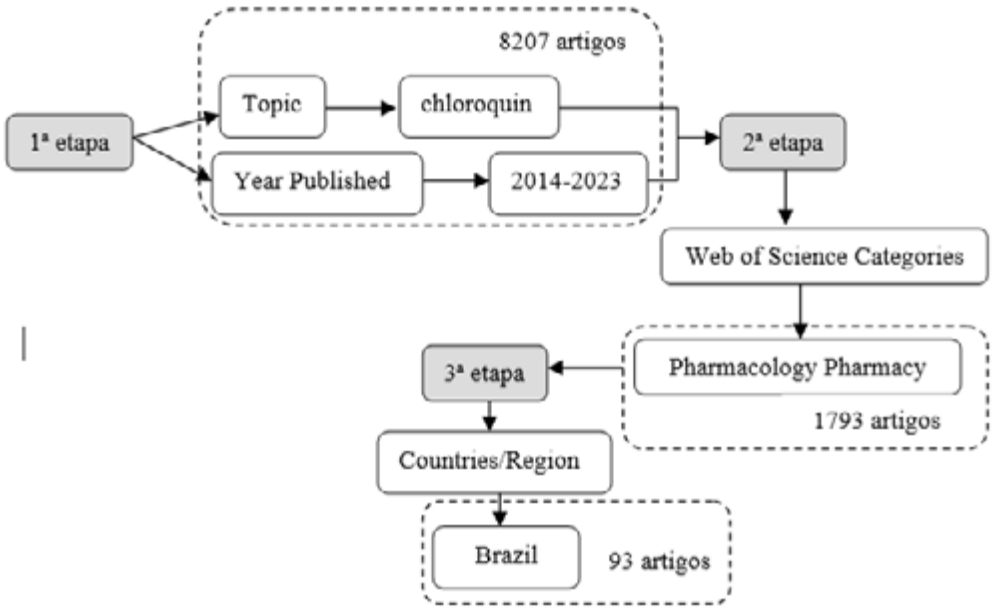
METODOLOGIA

A escolha por uma análise de coocorrência de palavras-chave procura destacar o movimento e as associações das próprias palavras elencadas pelo autor, propiciando o mapeamento do estado de determinada área do conhecimento, sua força de associação e os movimentos (Robredo, Cunha, 1998).

Trata-se de um estudo descritivo — quanto ao seu objetivo — pautado na técnica bibliométrica de análise de coocorrência de palavras-chave (Romero-Pérez; Pulido-Rojano, 2018).

O levantamento dos dados foi realizado em três etapas (Figura 1) e ocorrido em 13 de julho de 2024, tendo na coleção principal da Web of Science (WoS) — disponível no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) — como a principal fonte de dados.

Figura 1 – Etapas do levantamento de dados



A primeira etapa da coleta dos dados consistiu no levantamento sobre o tópico <chloroquine> para o período 2014 a 2023, recuperado 8.207 artigos, referente à produção científica mundial. Na segunda etapa, foi utilizado o filtro para Web of Science Categories <Pharmacology Pharmacy>, tendo recuperado 1.793, tendo assim a produção científica mundial para o domínio pesquisado. A terceira e última etapa fez uso do filtro Countries/Regions <Brazil>, obtendo 93 artigos, referente à produção científica nacional.

Os dados recuperados foram migrados para o VOSviewer – versão 1.6.19 – (van Eck; Waltman, 2023, 2010), a fim de proceder à análise de coocorrência de palavras-chave. Para visualização dos dados, foi selecionado o mapa bibliométrico de coocorrência de palavras-chave, na opção de mapa de densidade (*density visualization*).

RESULTADOS

Na Tabela 1, podemos visualizar a produção científica mundial acerca da cloroquina, com destaque para o ano de 2020 e 2021, que apresentou um aumento significativo no número de artigos. Quando analisamos, especificamente, o campo da farmácia (Tabela 1), nos cenários mundial e brasileiro, o mesmo fenômeno ocorreu, isto é, crescimento do número de artigos nos anos de 2020 e 2021, período em que vivenciamos a pandemia da covid-19.

A participação da produção científica brasileira foi estimada em 5,35% — com média anual de 9,6 (*Dp* = 4,2) artigos —, enquanto a do domínio estudado foi equivalente a 21,85% em relação à produção científica mundial.

Tabela 1 – Distribuição da produção científica no domínio da farmácia para temática cloroquina em níveis mundial e nacional (2014-2023)

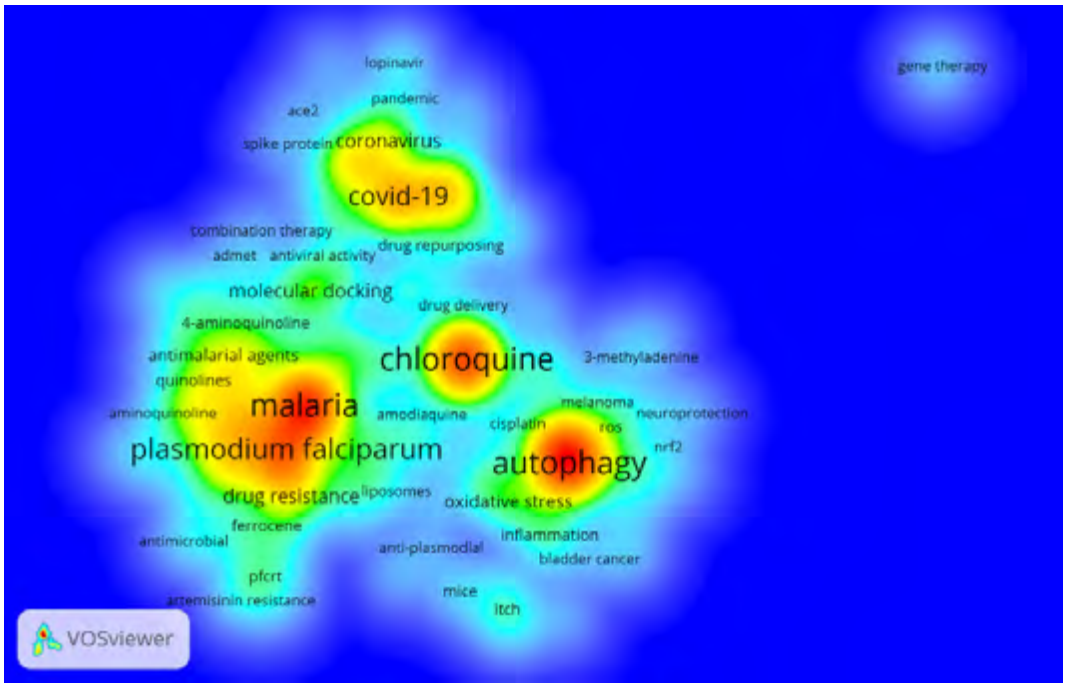
Ano	**Produção científica mundial em cloroquina**	**Produção científica em cloroquina no domínio da farmácia**		
		Mundo	Brasil	Contribuição brasileira
2023	765	144	9	6,25
2022	978	210	9	4,29
2021	1.206	271	17	6,27
2020	1.227	279	17	6,09
2019	732	142	8	5,63
2018	664	156	8	5,13
2017	659	141	10	7,09
2016	662	133	7	5,26
2015	676	179	5	2,79
2014	638	138	6	4,35
Total	**8.207**	**1.793**	**96**	**5,35**

Fonte: dados do estudo.

Ao examinar o crescimento geométrico, observa-se a aproximação da produção científica do campo da farmácia com a produção mundial; 2,1 e 2,4 respectivamente. Já para o Brasil, esse crescimento foi mensurado em 1,2, quase a metade dos descritos anteriormente, sinalizando que o número de artigos acompanhou os dois cenários em aproximadamente 50%.

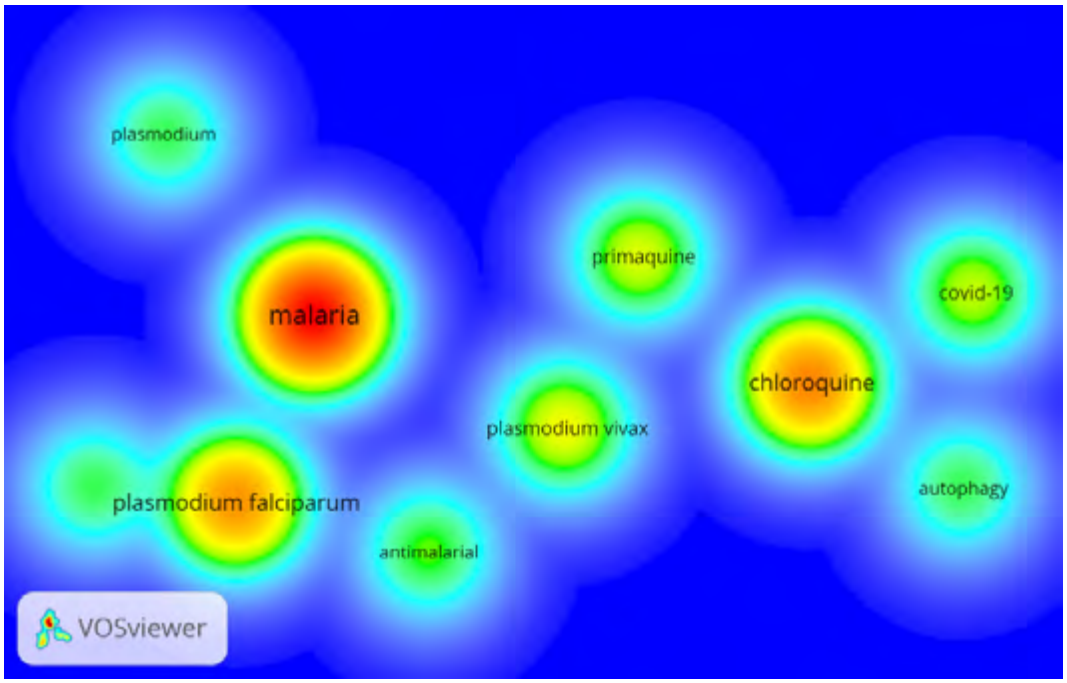
O mapa de coocorrência de palavras-chave (Figuras 2 e 3) revela que, tanto na produção científica mundial quanto na nacional, os temas que dirigem o interesse científico à cloroquina foram deslocados por força da covid-19. Assim, aos aglomerados tradicionais, que se voltavam a seu uso enquanto fármaco antimalárico, se abrem a novas associações de maneira mais proeminente dentre a produção mundial. A frequência de coocorrência (maior ou igual a cinco) foi de 190 palavras, na produção mundial, e de 9 palavras, na produção nacional.

Figura 2 – Mapa bibliométrico de coocorrência de palavras-chave da produção científica mundial no domínio da farmácia para temática cloroquina (2014-2023)



Fonte: dados do estudo.

Figura 3 – Mapa bibliométrico de coocorrência de palavras-chave da produção científica brasleira no domínio da farmácia para temática cloroquina (2014-2023)



Fonte: dados do estudo.

E como esses dois temas não possuem continuidade, uma vez que os atributos reivindicados são distintos (antimalárico e antiviral), é possível afirmar que a covid-19 inaugura e incorpora uma nova dimensão científica à cloroquina.

DISCUSSÃO

A distância entre o desempenho científico da produção mundial em comparação à produção brasileira reforça a dinâmica ainda em consolidação da pesquisa clínica nacional, no tocante à cloroquina. Nesse processo, os pesquisadores e os próprios centros de pesquisa brasileiros atuam como subunidades de pesquisas multicentros. E, no desenho das pesquisas dirigidas à investigação da cloroquina, a participação do Brasil foi balizada por uma facilidade de recrutamento de interessados, dado o elevado índice de pacientes diagnosticados.

Esse cenário reforça uma fraca participação da pesquisa nacional na produção de padrões terapêuticos. Ademais, a captura governamental do interesse pela cloroquina do discurso político afetou a soberania da ciência para a produção de conhecimento e orientação sanitária. Nesse sentido, o fraco apoio ao desenvolvimento de investigações nacionais repercutiu em uma base empírica para o uso de cloroquina, em detrimento da produção de orientações científicas (Castro, 2021; Penaforte, 2021).

Do mesmo modo, a mobilização de ideias e discursos por instituições, agentes e políticos dirigidos a um efeito benéfico e eficaz da cloroquina para o tratamento da covid-19 desempenhou papel fundamental na sua arquitetura informacional e de significados. Assim, mesmo com uma pequena produção científica nacional, o consumo desse medicamento obteve destacado desempenho em território nacional (Correia, *et al.*, 2020). Ademais, a força e a ancoragem política da cloroquina em espaços institucionais privilegiados, como entidades de classe e o próprio Ministério da Saúde, conferiram atributos clínicos à ação da cloroquina (como seu potencial antiviral), mesmo diante de uma vasta produção científica mundial que refutava tal informação.

CONCLUSÃO

Pelos dados analisados, observa-se que o ritmo de produção científica, especificamente do domínio estudado e na produção científica brasileira, acompanhou o crescimento mundial da temática cloroquina, havendo o ápice desse crescimento entre 2020 e 2021, período em que o mundo vivia o auge da pandemia de covid-19.

A politização da eficácia da cloroquina no tratamento da covid-19, apesar de redirecionar o cenário temático de sua produção científica, não produziu impulsionamentos à investigação nacional. E, como retratado por Stengers (2002), a ciência, a modo de qualquer projeto social, não se descola dos interesses do mundo. Portanto, a direção da produção científica, mais do que ponderar distâncias e desempenhos, revela estratégias, controvérsias e manipulações que atuam para fazer prevalecer teses e argumentos (nem sempre) científicos.

REFERÊNCIAS

BORBA, M. G. S. *et al.* Effect of high vs low doses of chloroquine diphosphate as adjunctive therapy for patients hospitalized with severe acute respiratory syndrome coronavirus 2 (SARS-CoV-2) infection: a randomized clinical trial. **JAMA Netw Open**, v. 3, n. 4, p. e208857, 2020.

CASTRO, R. Mesmo sem comprovação científica...: Políticas de "liberação" da cloroquina. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, p.1-12, 2021.

Correia, L. C. et al. Physicians' preference towards the non-evidence based hydroxychloroquine treatment for COVID-19: the pandemic effect. **Journal of Evidence-Based Healthcare,** v. 2, p. 10-15, 2020.

NEVES, A. L. M. D.; FERREIRA, B. D. O. Narrativas entre ciência e política no ativismo da Cloroquina. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, 2020.

Penaforte T, R. O negacionismo enquanto política: o debate da cloroquina em uma comissão parlamentar. **Cad Saúde Pública**, v.37, n. 7, e00023021, 2021.

ROMERO-PÉREZ, I.; PULIDO-ROJANO, A. Aplicaciones del método de análisis de palabras asociadas (Co-Words). In: ÁVILA TOSCANO, J. H. (Coord.), Cienciometría y bibliometría. El estudio de la producción científica: Métodos, enfoques y aplicaciones en el estudio de las Ciencias Sociales. Corporación Universitaria Reformada, 2018. p. 147-194.

ROBREDO, J.; CUNHA, M. B. da. Aplicação de técnicas infométricas para identificar a abrangência do léxico básico que caracteriza os processos de indexação e recuperação da informação. **Ciência da Informação**, v. 27, n. 1, p. 11-27, 1998.

Stengers, I. As ciências e seus intérpretes. In: Stengers I. **A invenção das ciências modernas**. São Paulo: Editora 34; 2002. p. 11-29.

van ECK, N. J.; Waltman, L. **VOSviewer Manual**: manual for VOSviewer version 1.6.19. Leiden University. 2023. Disponível em: https://www.vosviewer.com/documentation/Manual_VOSviewer_1.6.19.pdf. Acesso em 13 jul 2024.

van ECK, N. J.; WALTMAN, L. Software survey: VOSviewer, a computer program for bibliometric mapping. **Scientometrics**, v. 84, n. 2, p. 523–538, 2010.

WHO.World Health Organization. A year without precendent: WHO's COVID-19 reponse. Geneva: **World Health Organization,** 2020. Disponível em: https://www.who.int/news-room/spotlight/a-year-without-precedent-who-s-covid-19-response. Acesso em 27 jan. 2021.

COAUTORIA NOS ARTIGOS DOS DOCENTES-PESQUISADORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (2017-2022)[1]

Jaqueline Gonçalves Pitanga
Jaqueline.pitanga@ufba.br
Lívia Souza de Jesus
livsouzaj@gmail.com
Kátia de Oliveira Rodrigues
Katiarodrigues10@gmail.com
Valdinéia Barreto Ferreira
neiabf@ufba.br

Resumo: a presente comunicação tem como objetivo caracterizar os artigos publicados pelos docentes-pesquisadores dos programas de pós-graduação da Universidade Federal da Bahia, credenciados na grande área Ciências Humanas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, em coautoria, no período de 2017-2022. Esta é uma pesquisa descritiva a partir de indicadores bibliométricos de produção científica. Os resultados evidenciam a predominância de artigos em português (Brasil), com coautores vinculados a instituições brasileiras. Conclui-se que é representativo os artigos em coautoria com vinculação a instituições brasileiras, em contrapartida aos autores com vínculo institucional estrangeiro, o que pode estar refletindo na publicação em idioma português (Brasil).

Palavras-chave: Coautoria. Docentes-pesquisadores - UFBA. Rede de colaboração.

INTRODUÇÃO

A geração de conhecimento no campo científico, disseminada através das produções científicas, pode contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Como esclarecem Droescher e Silva (2014, p. 179), ao discutir sobre o pesquisador e a produção científica, "a pesquisa científica é insumo básico para o progresso mundial e, por isso, governo e instituições disponibilizam importante e considerável apoio financeiro à realização dessas pesquisas". Neste contexto, os subsídios por parte das agências de fomento estabelecem

1 Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla no âmbito da iniciação científica e do Capes-Print.

meios para a ciência se desenvolver, seja através das pesquisas realizadas individualmente ou em rede de colaboração, com pesquisadores nacionais e internacionais.

Bordin, Gonçalves e Todesco (2014, p. 39) esclarecem que rede de colaboração é "[...] um tipo de rede social no qual os atores são os pesquisadores e os relacionamentos podem ser manifestados pelas diversas formas de colaboração existentes no contexto científico". A análise dessa interação constituída nas redes de colaboração contribui para entender a dinâmica da ciência e a interlocução entre pesquisadores, assim como as especificidades de diferentes campos científicos. Sidone, Haddad e Mena-Chalco (2016) elencam indicadores que podem ser analisados, tais como: campo científico em crescimento; temática predominante nas pesquisas; fatores internos e externos ao campo que influenciam as mudanças temáticas. Outro aspecto que a rede de colaboração possibilita analisar refere-se à coautoria em produções científicas, tendo em vista que a coautoria é resultante da rede de colaboração.

Dito isto, esta comunicação tem como objetivo: caracterizar os artigos publicados pelos docentes-pesquisadores dos programas de pós-graduação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), credenciados na grande área Ciências Humanas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em coautoria, no período de 2017-2022. A presente comunicação está estruturada em cinco seções, assim distribuídas a partir da introdução – coautoria na ciência; procedimentos metodológicos; resultados; e considerações finais.

COAUTORIA NA CIÊNCIA

Como explicitado anteriormente, no campo científico, os pesquisadores podem realizar suas pesquisas individualmente ou em rede de colaboração com outros pesquisadores. No caso das pesquisas realizadas em rede de colaboração, estas podem resultar nas produções em coautoria. Bordin, Gonçalves e Todesco (2014) explicam que coautoria é o indicador mais utilizado quando se discute colaboração científica. Constata-se que a rede de colaboração pode influenciar o crescimento da produção científica, uma vez que estas redes favorecem o compartilhamento de recursos financeiros e de ideias, ampliando a participação da comunidade e consequentemente alcançando resultados de pesquisas mais robustos.

Entretanto, Price (1965), Alvarado (2009), Maroldi (2017) advertem que a partir da Lei de Lotka, constatou-se que não existe um padrão na frequência das autorias nas produções científicas, pois nem sempre é de forma simétrica, e por isso pode prevalecer uma concentração de artigos com número reduzido de autores.

Visando contribuir com o desenvolvimento científico e tecnológico em diferentes campos científicos, no Brasil, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

(Capes) têm fomentado a pesquisa brasileira. No caso específico da Capes, a instituição tem investido esforços para alcançar a internacionalização da pós-graduação brasileira, a partir da entrada dos pesquisadores e dos resultados de suas pesquisas no cenário internacional, contribuindo assim para ampliar a rede de colaboração com diferentes países.

Entre as iniciativas da Capes, está o Capes-Print – Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil, criado em 2017. Um dos objetivos do Capes-Print é "[...] II - Estimular a formação de redes de pesquisas internacionais com vistas a aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculadas à pós-graduação [...]" (Brasil, 2017, p. 20), o que consequentemente colabora para um aumento de produções em coautoria.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que se refere aos procedimentos técnicos, a pesquisa enquadra-se como descritiva e recorreu a indicadores bibliométricos de produção científica para mapear os artigos científicos dos docentes-pesquisadores credenciados nos programas de pós-graduação da UFBA, da grande área de Ciências Humanas da Capes – Antropologia; Educação; Filosofia; Geografia; História; Psicologia e Sociologia. Quanto ao recorte temporal, este corresponde ao período de 2017-2022. Como informado anteriormente, esta comunicação faz parte de uma pesquisa mais ampla que vem ocorrendo desde 2023, quando ocorreu a coleta dos dados e o armazenamento destes em uma planilha matriz Excel – relação de docentes-pesquisadores dos programas de pós-graduação (Plataforma Sucupira) e produção científica destes docentes-pesquisadores (Currículo Lattes).

Para esta comunicação, a partir dos dados elencados na planilha matriz Excel, trilhou-se três novas etapas: a) pesquisar nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Scopus, Web of Science (WoS), Google Acadêmico para a recuperação dos artigos científicos dos referidos docentes-pesquisadores. Os artigos foram salvos em uma pasta intitulada "Produção – artigo"; b) elencar os metadados dos artigos como: nome do(s) autor(es); ano de publicação; idioma; país ao qual o(s) autor(es) estavam vinculados; c) Excluir os artigos em duplicatas. Por fim, realizou-se análise e interpretação dos resultados, os quais serão apresentados na próxima seção.

RESULTADOS

Os resultados identificaram 328 docentes-pesquisadores distribuídos em sete programas de pós-graduação – Antropologia; Educação; Filosofia; Geografia; História; Psicologia e Sociologia, os quais publicaram um total de 2.404 artigos no período de 2017-2022. Deste total, 1.699 (70,6%) artigos em coautoria e 705 (29,3%) artigos em autoria individual – esses percentuais podem ter relação com a implantação do Capes-Print na Universidade

Federal da Bahia. Os resultados analisados nesta seção correspondem às informações encontradas nos 1.699 artigos em coautoria. Acerca do indicador "ano de publicação", a Tabela 1 apresenta o quantitativo de artigos em coautoria por programa/ano.

Tabela 1 – Distribuição dos artigos por programa/ano de publicação (2017-2022)

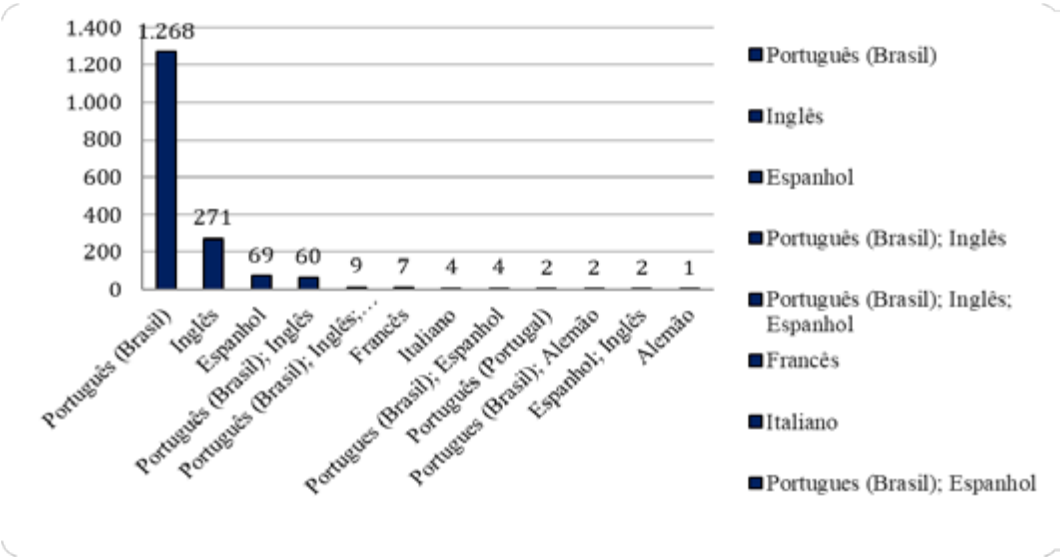
Programas	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**Total de artigo por programa**
Educação	89	113	129	147	139	126	743
Psicologia	55	86	71	79	69	102	462
Sociologia	19	31	19	38	29	30	166
Geografia	21	12	19	16	18	12	98
Antropologia	10	12	13	16	28	16	95
História	2	11	6	21	17	12	69
Filosofia	10	6	11	15	12	12	66
Total de artigo por ano	206	271	268	332	312	310	1.699

Fonte: dados da pesquisa.

Os resultados revelaram que os docentes-pesquisadores do programa de pós-graduação em Educação foram os mais produtivos acerca de artigo em coautoria, no período de 2017-2022 – 743 (43,7%), seguido dos docentes-pesquisadores de Psicologia – 462 (27,1%). Em relação à somatória dos artigos publicados por todos os programas, os resultados expõem que o ano de 2020 registrou o maior número de publicação, com 332 (19,5%) artigos. Em relação às publicações por programa de pós-graduação, em 2020, o programa de pós-graduação em Educação também figura como o mais produtivo, em relação à publicação de artigo em coautoria – 147 (8,6%).

Quanto ao indicador idioma, os resultados indicam que os artigos foram publicados em seis idiomas – alemão; espanhol; inglês; italiano; português (Brasil); e português (Portugal). Percebe-se também artigos em coautoria publicados em dois ou mais idiomas. Esta prática tem sido adotada por alguns títulos de periódicos para potencializar a visibilidade do artigo ou por recomendação da base de dados em que o título do periódico encontra-se indexado (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Idioma dos artigos (2017-2022)



Fonte: dados da pesquisa.

Outro aspecto observado é a presença de publicação de artigos em um único idioma, a exemplo do "português (Brasil)", com 1.268 (74,6%) artigos, seguido do idioma "inglês" com 271 (15,9%) artigos. Sobre os artigos publicados em dois idiomas, prevaleceu "português (Brasil) e inglês" com 60 (3,5%) artigos.

Sobre o indicador país em que os autores possuíam vínculo institucional, reconhece-se coautoria entre docentes-pesquisadores dos programas de pós-graduação da UFBA e autores vinculados a instituições estrangeiras em todos os programas. Entretanto, os autores vinculados a instituições brasileiras são preponderantes – 1.428 (84,0%).

Tabela 2 – Distribuição dos artigos por programa/país de vínculo dos autores (2017-2022)

Programas	**Brasil**	**Outros países**	**Total de artigo por programa/ vínculo dos autores**
Antropologia	67	28	95
Filosofia	49	17	66
Geografia	90	8	98
História	59	10	69
Psicologia	337	125	462
Sociologia	134	32	166
Educação	692	51	743
Total de artigo por país de vínculo dos autores	1.428	271	1.699

Fonte: dados da pesquisa.

A colaboração entre docentes-pesquisadores da UFBA com autores de instituições estrangeiras foi mais presente nos programa de pós-graduação em Psicologia, pois dos 462 artigos em coautoria, 125 (27,0%) artigos foram publicados por autores vinculados a instituições de outros países. Esta prevalência também foi evidenciada no programa de pós-graduação em Educação, com 51 (7,0%) artigos publicados com autores de instituições de outros países. Os autores com vínculo institucional estrangeiro estão distribuídos em diferentes países, a exemplo de Estados Unidos, Argentina, Inglaterra, Alemanha, Peru, Bélgica, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A coautoria é uma prática presente nos artigos publicados pelo docentes-pesquisadores dos programas de pós-graduação da Universidade Federal da Bahia, credenciados na grande área Ciências Humanas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, no período de 2017-2022, embora também se identifique a presença de autoria única, o que não foi objeto de investigação nesta comunicação.

Os resultados revelaram que a maior parte dos artigos publicados são em coautoria – 1.428 (84,0%) artigos publicados com autores vinculados a instituições brasileiras. Contudo, existe uma grande rede de colaboração entre os docentes-pesquisadores do Brasil e de outros países – Estados Unidos, Argentina, Inglaterra, Alemanha, Peru, Bélgica, entre outros. Isto é demonstrado por meio dos 271 artigos que têm coautoria com docentes-pesquisadores vinculados a instituições de outros países. Neste indicador,

destaca-se o programa de pós-graduação em Psicologia, que possui 125 (46,0%) artigos publicados nestes moldes.

No que se refere as características dos artigos publicados em coautoria, constatou-se alguns padrões. Publica-se predominantemente: em português (Brasil) e com pesquisadores vinculados a instituições brasileiras.

AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Universidade Federal da Bahia pelo apoio financeiro por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica e de Inovação (PIBIC).

REFERÊNCIAS

ALVARADO, R. U. Elitismo na literatura sobre a produtividade dos autores. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 38, n. 2, p. 69-79, maio/ago. 2009.

BORDIN, A. S.; GONÇALVES, A. L.; TODESCO, J. L. Análise da Colaboração Científica Departamental através de Redes de Coautoria. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 37-52, abr./jun. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/4sL4K9F59dvHnkPDkZsS7YK/?lang=pt. Acesso em: 6 maio 2024.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria nº 220, de 3 de novembro de 2017. Institui o Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil e dispõe sobre as diretrizes gerais do Programa. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 214, p. 20, 8 nov. 2017. Disponível em: http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=156#anchor. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Ciências, Tecnologia e Inovações. **Apresentação**. Brasília, DF: MCTI, 2024a. Disponível em: https://www.gov.br/cnpq/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/institucional. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **História e missão**. Brasília, DF: MEC, 2024b. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/historia-e-missao. Acesso em: 10 jun. 2024b.

DROESCHER, F. D.; SILVA, E. L. O pesquisador e a produção científica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 10-189, jan./mar. 2014.

MAROLDI, A. M. **Estudos Bibliométricos sobre educação indígena**: frente de pesquisa, vida média e obsolescência da literatura citada em teses e dissertações. Orientador: Profa. Dra. Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi. 2017. 205 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9451/MAROLDI_Alexandre_2018.pdf?sequence=5&isAllowed=y. Acesso em: 17 jun. 2024.

SIDONE, O. J. G.; HADDAD, E. A.; MENA-CHALCO, J. P. A ciência nas regiões brasileiras: evolução da produção e das redes de colaboração científica. **TransInformação**, Campinas, v. 28, n 1, p. 15-31, jan./abr. 2016.

COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DE PESQUISADORES NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DE UM GRUPO DE PESQUISA

Marina Brito Rodrigues
Doutoranda em Ciência da Informação (UFBA)
Ida Conceição Andrade de Melo
Mestra em Gestão da Informação e do Conhecimento pelo PPGCI/UFS
Rosana Costa dos Santos
Graduanda de Arquivologia ICI/UFBA
José Carlos Sales dos Santos
Professor Doutor do Instituto de Ciência da Informação e
do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
(PPGCI/UFBA).

Resumo: O comportamento informacional nas redes sociais digitais tem causado modificações substanciais na sociedade. No contexto acadêmico é cada vez mais comum o uso das redes sociais digitais por estudantes, professores e pesquisadores em busca das mais variadas informações. Assim, a presente pesquisa objetivou analisar como os membros de um grupo de pesquisa da Universidade Federal da Bahia (UFBA) estruturam o comportamento informacional nas citadas redes. O estudo de caso, através do uso de questionário *online*, dentre os achados, considerou que as redes sociais digitais interferem no cotidiano dos sujeitos e são preditoras de patologias informacionais.

Palavras-chave: Comportamento informacional. Redes Sociais. Patologias.

INTRODUÇÃO

Em tempos de excesso de informação, também conhecido por infodemia na contemporaneidade (Freire *et al.*, 2021), alguns estudos sobre o comportamento informacional têm se direcionado à forma como os sujeitos se comportam frente às tecnologias da informação e comunicação (TIC), as mídias digitais e as redes sociais digitais. No ambiente acadêmico, estas redes sociais tornaram-se comuns tanto para a comunicação científica quanto para o desenvolvimento de atividades de pesquisa.

Nesta perspectiva, mas sem objetivar a exaustão, este estudo teve como objetivo analisar como os membros de um grupo de pesquisa da Universidade Federal da Bahia

(UFBA) estruturam o comportamento informacional nas redes sociais digitais. Além disso, esta pesquisa visou identificar fatores informacionais que influenciam no comportamento do uso das redes sociais digitais dos membros deste grupo de pesquisa. O ponto de partida para esta investigação surgiu do seguinte questionamento: qual a influência das redes sociais digitais no comportamento informacional dos estudantes e pesquisadores do Ensino Superior?

Este estudo trata-se de um recorte de pesquisas que estão sendo desenvolvidas por este grupo de pesquisa da UFBA sobre patologias informacionais no ambiente acadêmico e tendo como hipótese que as redes sociais digitais influenciam no comportamento informacional dos sujeitos, sobretudo no desenvolvimento cognitivo e no acometimento de patologias informacionais.

A metodologia utilizada foi o levantamento bibliográfico para a construção do referencial teórico. Apresentando caráter descritivo e análise quali-quantitativa, tendo como instrumento de coleta de dados a aplicação de um questionário eletrônico de perguntas fechadas via *googledocs*, aplicado no mês de julho de 2024.

Os tópicos que seguem esta introdução tratam-se da fundamentação teórica sobre o comportamento informacional e as redes sociais digitais no contexto acadêmico, o percurso metodológico adotado, os resultados logrados na pesquisa e, por fim, as considerações finais.

COMPORTAMENTO INFORMACIONAL E REDES SOCIAIS DIGITAIS NO CONTEXTO ACADÊMICO

Os estudos sobre o comportamento informacional humano têm como direcionamento as necessidades informacionais do sujeito e as formas como eles se relacionam com os suportes informacionais e mecanismos de busca.

Segundo Choo (2003, p. 67), os estudos iniciais sobre o comportamento informacional humano datam do final da década de 1940, quando, na Conferência da *Royal Society*, duas pesquisas foram apresentadas sobre o tema: "um acerca do comportamento de busca da informação de duzentos cientistas britânicos [...] e o outro sobre o uso da biblioteca do Museu da Ciência de Londres". Ainda segundo Choo, após este evento, as pesquisas sobre o tema aumentaram e tinham o patrocínio de instituições cujos interesses estavam pautados no desenvolvimento tecnológico e científico. Neste contexto, Gasque (2022) afirma que estes estudos apresentaram entre 1950 e 1960 uma abordagem behaviorista; nos anos 1970 uma fase de transição "com pesquisas mais sistematizadas e maior ênfase no usuário", nos anos de 1980 e 1990 estudos com características cognitivistas e a partir dos anos 2000 os estudos tornaram-se mais complexos e facetados, com a "abordagem centrada no indivíduo".

Já na década de 1980 é atribuído a Thomas Wilson os primeiros estudos sobre a busca e o uso da informação pelos sujeitos. De acordo com Gasque (2017), Wilson acredita que o comportamento informacional humano "abrange a totalidade do comportamento em relação às fontes de informação e aos canais de informação, que por sua vez, envolve a busca, a pesquisa e o uso da informação com o objetivo de satisfazer uma necessidade de informação". Ou seja, todo o comportamento de busca de informação do sujeito tem por finalidade satisfazer uma necessidade de informação, seja ela de modo natural ou não, a necessidade de informação do indivíduo é quem aguça o modo como ele buscará esta informação.

Atualmente, os estudos sobre o comportamento informacional nas redes sociais têm ganhado força pois essas redes apresentam-se como ferramentas que facilitam o acesso à informação, mas que interferem no comportamento dos sujeitos na sociedade, uma vez que o alto volume informacional e o tipo de informação disponível nestes ambientes também são fatores de adoecimento pelo excesso de informação recebida diariamente. Em 2020, quando o mundo vivia o ápice da pandemia do COVID-19, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que a sociedade também vivia uma infodemia, isto é, um excesso de informação, sobretudo nas redes sociais.

No contexto acadêmico, é cada vez mais comum o uso das redes sociais digitais por estudantes e pesquisadores em busca das mais variadas informações (acadêmicas, profissionais, familiares, de entretenimento, científicas, dentre outras). A dinâmica do comportamento informacional dos estudantes e pesquisadores nas redes sociais digitais contribui para o desenvolvimento cognitivo e social destes indivíduos, bem como para as interações estabelecidas nestas redes. Em um estudo publicado por Rangel e Miranda (2016) num contexto pré-pandemia, os autores apontam que as redes sociais desempenham também uma influência no desempenho acadêmico de alunos do ensino superior. Já Rabelo, Alexandre e Rodrigues (2020, p. 1) indicaram que o uso de redes sociais em excesso pode ocasionar "prejuízos sociais, físicos e psicológicos" em estudantes universitários. Essa convergência se dá principalmente por considerar o contexto pandêmico no qual o segundo estudo foi desenvolvido.

Partindo dessa perspectiva, Silva *et al.* (2022, p. 186) indicam que as redes sociais digitais durante a pandemia se tornaram ferramentas úteis, rápidas e práticas de acesso e uso de informações, onde foi "identificada relação positiva frente a possibilidade de continuidade da vida social, acadêmica, como fonte de lazer e de informação", mas também demonstrando uma "relação negativa foi identificada considerando os prejuízos na saúde com impacto no sono e na saúde mental". Dessa forma, transformaram-se no foco para o desenvolvimento de patologias como a ansiedade de informação, o estresse digital e o *burnout* informacional.

Com vistas a analisar o comportamento informacional dos pesquisadores de um grupo de pesquisa da UFBA (que incluem discentes de graduação, pós-graduação e pesquisadores) nas redes sociais, o tópico seguinte apresenta o percurso metodológico utilizado pelos pesquisadores para a produção deste estudo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em uma pesquisa, os procedimentos metodológicos são necessários para validá-la como científica ou não. Neste sentido, a pesquisa desdobrou-se em dois momentos: o primeiro a partir do levantamento do referencial teórico sobre os temas comportamento informacional, redes sociais e informação no contexto universitário; o segundo momento ocorreu com a aplicação do questionário e análise dos resultados.

Este estudo caracterizou-se como qualitativo que segundo Prodanov (2013) o pesquisador tem o contato direto com o ambiente e o objeto de estudo; e quantitativo, pois utilizou os dados estatísticos, através dos questionários via googledocs, para avaliar o levantamento das pesquisas. O nível da investigação se caracteriza como pesquisa descritiva, o que, segundo Gil (2008, p. 28), "têm como objetivo primordial a descrição de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis".

A pesquisa bibliográfica permitiu a construção do referencial teórico e o embasamento da investigação à medida em que os dados eram analisados. A técnica utilizada foi o estudo de caso, pois trata-se de "uma observação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos" (Yin, 2015, p. 17).

O questionário foi desenvolvido a partir da compreensão do referencial teórico e apresentou 10 perguntas fechadas. A pesquisa foi aplicada entre os dias 08 e 10 de julho de 2024, via *googledocs* e enviada através da comunidade existente do grupo de pesquisa estudado em aplicativo de mensagens instantâneas. Após a análise dos dados, obteve-se os resultados, que serão apresentados na sequência deste estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este estudo contou com a participação de 31 dos 55 membros do grupo de pesquisa. O grupo é formado por estudantes de graduação, mestrado, doutorado e pesquisadores sem vínculo acadêmico. 54,8% dos respondentes têm idade acima dos 41 anos; 22,6% com idade entre 36 e 40; e 22,6% com idade entre 20 e 35 anos.

Ao serem perguntados sobre o tempo médio diário em que passam nas redes sociais digitais, 32,3% disseram que passam entre 1h e 2h e 38, 8% afirmaram que ficam entre 2h e 6h. Já 29% responderam que nunca prestaram atenção sobre o tempo em que passam conectados.

No questionário, foram apresentadas quatro opções de necessidades informacionais relativas às redes sociais: entretenimento, acadêmica, trabalho e familiar. Conforme mostra o gráfico 1: 74,2% responderam que sentem todas essas necessidades de acesso. 16,1% das pessoas responderam que acessam por entretenimento e 9,7% por necessidade acadêmica. Este fato demonstra a diversidade das necessidades de acesso e busca por informações nas redes.

Gráfico 01: Necessidade de informação nas redes sociais digitais.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

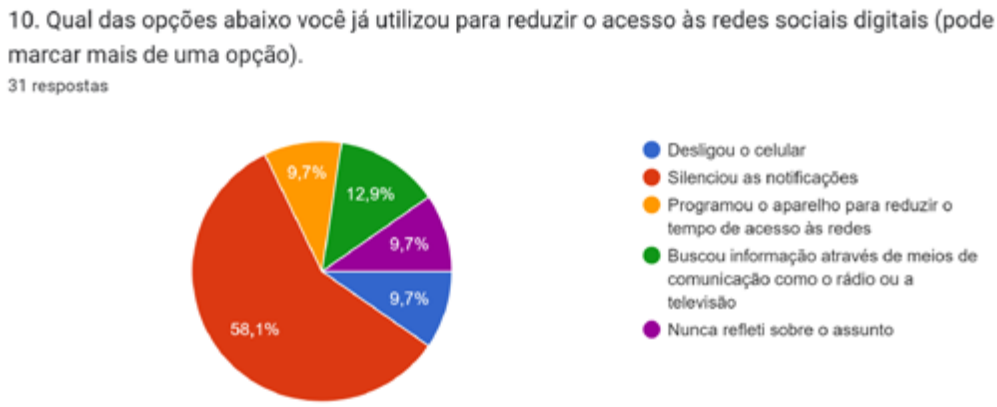
Em relação à dependência, 54,8% dos participantes não se consideram dependentes das redes sociais. 25,8% afirmaram ser dependentes e 19,4% nunca refletiram sobre o assunto. Entretanto, 67,7% afirmaram que as redes sociais interferem nas ações cotidianas; 19,4% negaram essa interferência e 12,9% nunca refletiram sobre o assunto. Estes dados revelam que, embora a maioria dos sujeitos não se considerem dependentes das redes sociais, eles têm consciência da interferência destas mídias digitais na convivência em sociedade. Esses dados corroboram com o pensamento de Rangel e Miranda (2016, p. 141), ao sinalizarem que "identificar os determinantes que influenciam o desempenho acadêmico dos discentes é essencial para o entendimento adequado do processo de aprendizagem", ao passo em que a dependência das redes sociais digitais influencia no comportamento informacional dos sujeitos e nos processos de ensino-aprendizagem.

No quesito *offline*, isto é, sem acesso às redes digitais, 74,2% disseram que ficaram pelo menos um dia sem acessá-las e 25,8% negaram ter ficado pelo menos um dia sem utilizar as redes sociais digitais. Ao serem questionados sobre os sentimentos que o *offline* proporcionou, houve empate de 38,7% nas opções "liberdade" e "nunca refleti sobre o assunto". A ansiedade foi apontada por 12,9% e a sensação de vazio obteve 9,7% dos

votos. Este resultado pode ser um reflexo sobre a ideia de dependência e da influência das redes sociais na sociedade.

Em relação aos sintomas enquanto acessam as redes sociais, 19,4% declararam sentir todos os sintomas (euforia, ansiedade, cansaço, fadiga, estresse). A euforia ficou em primeiro lugar, com 22,6% das respostas. Ao serem questionados sobre as medidas utilizadas para reduzir o acesso às redes sociais, 58,1 % responderam que silenciaram o celular, 12,9% buscaram informações através de outros meios de comunicação como rádio e televisão, conforme mostra o gráfico 02.

Gráfico 02: Mecanismos de redução de acesso às redes sociais digitais.



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A análise dos dados mostrou que, embora os sujeitos analisados acreditem que as redes sociais interferem nas ações do cotidiano, eles não se consideram dependentes das redes. A pesquisa mostrou também que as redes sociais são preditores de patologias, ao passo que os respondentes afirmaram ter sentimentos como euforia, ansiedade, estresse e apresentaram o sentimento de liberdade nos momentos em que passaram sem o acesso às redes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As redes sociais digitais promoveram mudanças significativas no comportamento informacional humano. Nas universidades estas mudanças também são perceptíveis. O excesso de informações tem causado uma espécie de fadiga informacional, onde os sujeitos tendem a desenvolver patologias como ansiedade, cansaço e estresse. Dessa forma, a indicação é de que os membros de um grupo de pesquisa da UFBA estruturam o comportamento informacional nas citadas redes a partir do consumo controlado, no qual

predomina um afastamento ao uso das redes sociais devido aos sintomas apontados, principalmente na modalidade *offline*, e de notificações silenciadas, que são ações relacionadas ao sentimento de liberdade, na busca de um consumo equilibrado e limitado de informações digitais de fácil alcance.

Apesar do recorte de uma pesquisa maior que está em desenvolvimento, este estudo permitiu analisar o comportamento informacional de um determinado grupo de pesquisa da UFBA nas redes sociais e apresentou indícios de que o excesso de informação tem influência no comportamento informacional na sociedade, especificamente no universo acadêmico. A pesquisa não esgota essa discussão. Ela abre caminhos para o desenvolvimento de outros estudos sobre o tema e para a ampliação da literatura na Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Editora Senac, 2003.

FREIRE, N. P. et al. A infodemia transcende a pandemia. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 4065-4068, 2021.

GASQUE, K. C. G. D. Comportamento, letramento informacional e pesquisas sobre o cérebro: aplicações na aprendizagem. **Informação em Pauta**, v. 2, p. 85-110, 2017. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/41860. Acesso em: 3 jun. 2024.

GASQUE, K. C. G. D. Reflexão sobre os termos comportamento informacional e prática informacional. **Transinformação**, *[S. l.]*, v. 34, p. 1–12, 2022. Disponível em: https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6875. Acesso em: 3 jun. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RABELO, L. M.; ALEXANDRE, K. V.; RODRIGUES, G. M. M. Nomofobia, uso de telefone e redes sociais prejudica o aprendizado de estudantes universitários?. **Revista Liberum Accessum**, v. 3, n. 1, p. 1-7, 2020.

RANGEL, J. R.; MIRANDA, G. J. Desempenho Acadêmico e o uso de redes sociais. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 11, n. 2, 2016.

SILVA, M. L. et al. Uso e influência das redes sociais digitais na vida de universitários em atividades remotas durante a pandemia. **Humanidades & Inovação**, v. 9, n. 10, p. 186-199, 2022.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: Planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman editora, 2015.

FAKE NEWS: ANÁLISE DA COOCORRÊNCIA DE PALAVRAS-CHAVE NO CONTEXTO DA BIBLIOTECONOMIA E DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.

Daniel Santana de Souza
Arquivo Municipal de Camacari, BA.
Elane Valverde Madureira
UFBA.

Resumo: As *fake news* se tornaram um tema relevante para a Biblioteconomia e a Ciência da Informação. Este estudo investiga as tendências em pesquisa sobre *fake news* nesses campos, indexada na WoS, e identifica as palavras-chave do autor dos artigos através de redes bibliométricas geradas pelo VOSviewer. Pesquisa descritiva e exploratória, com abordagem quantitativa e qualitativa, foi realizada na WoS abrangendo o período de 2014 a 2023. Foram recuperados 328 artigos, e a rede bibliométrica revelou 973 palavras-chave do autor. A análise de copalavra destacou a relação entre *fake news* e os termos "misinformation", "disinformation", "social media" e "covid-19".

Palavras-chave: *Fake news*. Notícias falsas. Análise de copalavra. Coocorrência de palavras-chave.

INTRODUÇÃO

Frente às tecnologias, especialmente às mídias sociais, podemos perceber a proliferação das *fake news* (notícias falsas) proporcionando consequências em vários segmentos da sociedade. Dessa forma, diversas áreas do conhecimento vêm se interessando em pesquisar essa temática. Este estudo investiga a temática *fake news* no âmbito da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Diante do exposto no parágrafo anterior levanta-se a seguinte questão: quais as tendências de pesquisa da produção científica nos campos da Biblioteconomia e Ciência da Informação?

O objetivo deste estudo foi analisar as tendências de pesquisa sobre "*fake news*" no contexto da Biblioteconomia e da Ciência da Informação no âmbito internacional, no período de 2014 a 2023. A janela temporal selecionada corresponde à literatura mais recente, o que podemos inferir que mais se aproxima ao estado da arte.

REVISÃO DE LITERATURA

A internet é um dos principais meios de disseminação de informações falsas, o que pode levar à perda de confiança das informações que circulam nas redes e afetar as decisões e opiniões das pessoas. O termo *fake news* descreve notícias fabricadas e disseminadas por meios de comunicação tradicionais, como imprensa, rádio e televisão, e não tradicionais, como as mídias sociais. Essas notícias são caracterizadas como enganosas, fabricadas e sem base nos fatos (Sahoo; Sahu; Mohanty, 2021, tradução nossa).

Os avanços tecnológicos ampliaram a disseminação da informação e democratizaram seu consumo em escala global (Burkhardt, 2017, tradução nossa). Com a proliferação das redes sociais, qualquer pessoa com acesso a internet pode ser autor de notícias falsas e compartilhá-las. Para Sahoo, Sahu e Mohanty (2021, tradução nossa), um dos principais motivos para disseminar notícias falsas é enganar os leitores. As redes sociais são o local propício para a propagação de informações não filtradas e sem censura. Pessoas aproveitam a popularidade das plataformas digitais para se beneficiarem através de propagandas falsas, tornado o hábito de adulterar informações uma das principais ameaças para a sociedade.

Dessa forma, o novo desafio da modernidade é controlar e checar a autenticidade do volume de dados que circula pelas redes. Bibliotecários, cientistas da informação e estudiosos de diversos campos estão preocupados com o impacto das *fake news* na sociedade, que pode variar de diversão a consequências graves, incluindo a morte (Burkhardt, 2017, tradução nossa).

Assim, Neves (2019), destaca a relevância do bibliotecário no papel de educar o usuário na checagem das informações que consomem, identificando três recursos para combater as *fakes news*: estimular o desenvolvimento de competências que proporcionem autonomia no consumo de informações; desenvolver habilidades de alfabetização midiática para analisar, criticar e responder informações digitais; e formar usuários conscientes da informação que consomem, promovendo estratégias metacognitivas.

Vale ressaltar que o interesse pela temática das *fake news* ganhou repercussão a partir das eleições presidenciais dos EUA de 2016 (Shueb et al., 2021, tradução nossa), resultando em um aumento de publicações sobre essa temática indexadas nas bases de dados.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa segundo o seu objetivo é de cunho descritivo, com abordagem quantitativa e qualitativa, tendo como técnica de análise a coocorrência de palavras-chave, dando preferência às palavras-chave indicadas pelo autor nos respectivos artigos, haja vista que essas palavras representam a opinião dos autores sobre os termos mais relevantes dos

artigos e através delas é possível identificar os principais termos de pesquisa atuais e do passado (Pesta; Fuerst; Kirkegaard, 2018, tradução nossa).

Para coleta de dados, realizada em 16 de junho de 2024, foi utilizada a coleção principal da base de dados da *Web of Science* (WoS), adotando a seguinte estratégia de busca: "*fake news*" AND (*library* OR *information science*) (tópico) AND 2014-2023 (anos de publicação), abrangendo um período de dez anos.

Os dados coletados foram migrados para uma planilha no Microsoft Excel a fim de extrair os indicadores de produção científica. Em seguida utilizamos o software Vosviewer versão 1.6.20, que permite a construção e visualização de mapas bibliométricos (van Eck e Waltman, 2010), inclusive de palavras-chave extraídas de artigos científicos (VOSviewer, 2024).

Para a seleção das palavras chaves foi utilizada uma frequência de ocorrência maior ou igual a três. As palavras-chave de maior ocorrência são representadas no mapa bibliométrico pelo diâmetro, e as cores representam os agrupamentos, que são formados a partir da técnica de mapeamento VOS, onde o VOS significa visualização de similaridade (van Eck e Waltman, 2010).

RESULTADOS

No período analisado (2014 a 2023) foi recuperado um total de 328 artigos científicos na WOS, esses dados foram plotados no Gráfico 1 que revelam um crescimento nas publicações sobre *fake news,* no âmbito da Biblioteconomia e Ciência da Informação, principalmente entre os anos 2020 e 2022, que foi registrado o maior volume de artigos publicados, ou seja, maior ou igual a setenta. Podemos inferir que esse aumento pode estar associado à Covid-19, período em que muitas fake news sobre a doença foram disseminadas, despertando o interesse de diversos pesquisadores nesse tema.

Gráfico 1 - Quantidade de artigo X ano de publicação sobre fake news (2014-2023)

Fonte: Dados da WOS (2024)

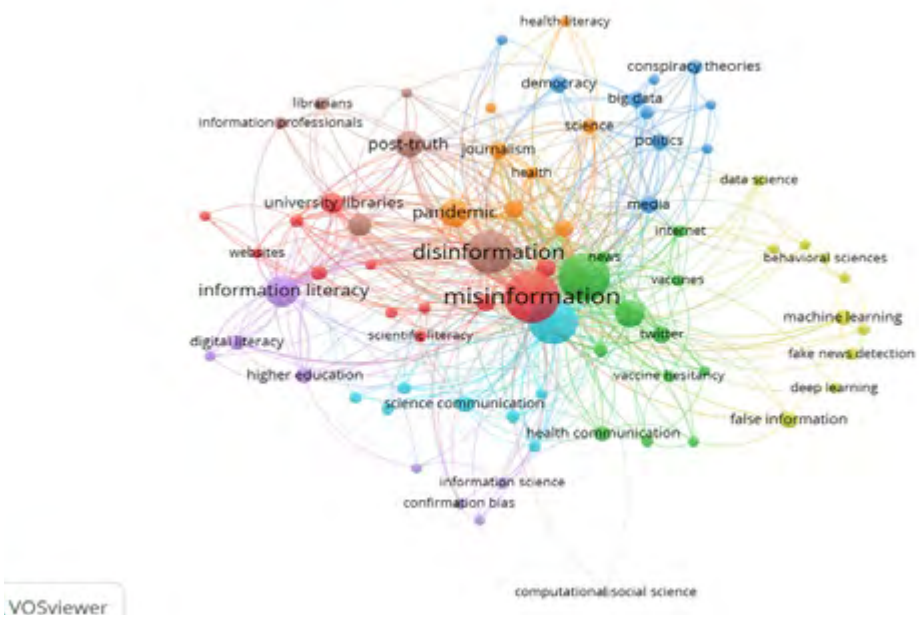
Análise de copalavra

O mapeamento científico é uma das técnicas de análise bibliométrica onde "se concentra as relações entre os constituintes de pesquisa" (Donthu et al., 2021, p.287, tradução nossa). Quando aliado à análise de rede, ele apresenta a estrutura bibliométrica e intelectual do campo de pesquisa. Neste trabalho realizamos a análise de copalavra, "uma técnica que examina o conteúdo real da publicação" (Donthu et al., 2021, p.289, tradução nossa) num determinado contexto, neste estudo aos artigos.

Utilizando o software VOSviewer, um programa desenvolvido para construir e visualizar mapas bibliométricos, entre eles, mapas de palavras-chave com base em dados de coocorrência (van Eck e Waltman, 2010, tradução nossa). Através desses mapas extraímos 969 palavras-chave do autor, uma média estimada de 3,0 palavras-chave/artigo, do total de palavras-chave recuperadas foram selecionadas 77 que atenderam ao critério de seleção especificado na metodologia. A palavra "*fake news*", com maior ocorrência, foi retirada para melhor visualização da rede. A sigla "ict" também foi retirada Após a construção do mapa bibliométrico foi aplicado um mínimo de 5 palavras por agrupamento. A Figura 1 apresenta a rede de ocorrência dessas palavras-chave.

Podemos observar a formação de 9 agrupamentos (clusters), designados pelas cores, com 501 links. Como foi dito anteriormente o tamanho do diâmetro indica a ocorrência da frequência dessas palavras-chave, enquanto as linhas mostram o inter-relacionamento entre elas, podemos observar ainda que quanto maior a intensidade das linhas indica a quantidade de artigos que utilizaram as palavras, ou seja, a frequência de coocorrência. Quanto à distância entre as palavras essa reflete o grau de relacionamento, isto é quanto mais próxima maior a similaridade e o oposto significa menor similaridade.

Figura 1 - Rede de coocorrência de palavras-chave do autor sobre Fake news (2024-2023)



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

As palavras-chave "*misinformation*" e "*disinformation*" *se destacaram pela frequência de coocorrência,* 75 e 53 respectivamente. Além destas se destacaram também, Covid-19 (64 ocorrências) e *social media* (58 ocorrências). Embora os termos "*misinformation*" e "*disinformation*" pareçam sinônimos, elas se diferenciam pela sua intenção: "*misinformation*" refere-se a informações erradas, sem intenção de enganar, enquanto "*disinformation*" é deliberadamente enganosa. Ambos os termos são perigosos e se propagam nas mídias sociais, causando danos sociais.

Observa-se que o agrupamento roxo tem um perfil voltado a Ciência da Informação que está ligada à bibliometria e ao comportamento informacional tendo em vista que o profissional da informação possui competência informacional para orientar os usuários a verificarem a veracidade das informações que são disseminadas na internet.

O agrupamento vermelho relaciona-se a desinformação (misinformation), informação errada. Destaca-se a biblioteca universitária e seu papel na verificação dos fatos e na alfabetização científica. O agrupamento marrom aborda a desinformação (disinformation), intenção de enganar, ressalta a importância da atuação dos bibliotecários e profissionais da informação na alfabetização midiática no combate à pós-verdade.

"A Tabela 1 mostra os termos mais frequentes em cada clusters A "misinformation" está ligada a palavras como " university libraries", "*content analysis*" "*credibility*", "*information behaviour*", e "*trust*". "*Disinformation*", intencionalmente prejudicial, agrupa-se com termos como "*information professional*", "*librarian*" e "post-truth".

Tabela 1 - Clusters x termos mais frequentes sobre fake news no VOSviewer (2014-2023)

Cluster 1 (vermelho) - Desinformação sem intenção (*misinformation*) Análise de conteúdo, credibilidade, verificando os fatos, comportamento informacional, desinformação, alfabetização de notícias, pseudociência, alfabetização científica, Espanha, confiança, bibliotecas universitárias, sites.	**Cluster 5 (roxo)** - Ciência da Informação Bibliometria, viés de confirmação, competência digital, ensino superior, comportamento da informação, alfabetização informacional, Ciência da informação.
Cluster 2 (verde) - Covid-19 Covid-19, mídia digital, comunicação em saúde, infodemia, infodemiologia, internet, notícias, saúde pública, twitter, vacinação, hesitação vacinal, vacinas.	**Cluster 6 (azul claro**) - Mídias sociais Alterações climáticas, pensamento crítico, Facebook, Instagram, jornalismo científico, mídia social, verificação.
Cluster 3 (azul) - Comunicação Grandes dados, teorias da conspiração, engano, democracia, informação, conhecimento, meios de comunicação, percepção equivocada, política, esfera pública.	**Cluster 7 (laranja)** - Saúde Comunicação, saúde, alfabetização em saúde, jornalismo, pandemia, comunicação política, redes sociais.
Cluster 4 (amarelo) - Detecção de fatos Ciências comportamentais, Ciências de dados, detecção de engano, aprendizado profundo, detecção de notícia falsa, informação falsa, aprendizado por máquina, processo de linguagem natural, psicologia, rede social on-line.	**Cluster 8 (marron)** - Desinformação com intenção (*disinformation*) Desinformação, profissionais da informação, bibliotecários, alfabetização midiática, pós-verdade, literatura sistemática.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo revelou tendências de pesquisa em Biblioteconomia e Ciência da Informação, com foco nas fake news no período de 2014 a 2023. A análise das palavras-chave identificou palavras-chave, incluindo “misinformation”, “disinformation”, “social media” e “covid-19”. Embora a produção científica sobre *fake news* tenha atingido seu pico durante a pandemia (2020 a 2022), esse tema ainda é relativamente recente. A relação entre *fake news* e desinformação, intencional ou não, foi destacada. Além disso, bibliotecários e cientistas da informação desempenham um papel crucial na verificação de informações e na promoção da alfabetização digital, contribuindo para a construção de indivíduos com autonomia e senso crítico. As mídias sociais também desempenharam um papel fundamental na disseminação de notícias falsas, evidenciando o fenômeno da infodemia.

REFERÊNCIAS

BURKHARDT, J. M. History of fake news. *In*: American Library Association. *Library Technology Reports*, v. 53, n. 8, p. 5–9, 2017. DOI: https://doi.org/10.5860/ltr.53n8. Disponível em: https://journals.ala.org/index.php/ltr/article/view/6497. Acesso em: 28 maio 2024.

DONTHU, N. et al. How to conduct a bibliometric analysis: An overview and guidelines. *Journal of Business Research*, v. 133, September 2021, Pages 285-296. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0148296321003155. Acesso em: 02 jul. 2024.

NEVES, B. C. Recursos que podem apoiar o bibliotecário no combate às Fake News nas mídias sociais. *AtoZ*: novas práticas em informação e conhecimento, v. 8, n. 2, p. 17-27, jun./dez. 2019. Disponível em: https://brapci.inf.br/#/v/142132. Acesso em: 31 maio 2024.

PESTA, B., FUERST, J.; KIRKEGAARD, E. Bibliometric Keyword Analysis across Seventeen Years (2000–2016) of Intelligence Articles. *Journal of Intelligence*, v. 6, n. 4, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.3390/jintelligence6040046. Acesso em: 09 jul. 2024.

SAHOO, J.; SAHU, S. C.; MOHANTY, B. Research on Fake News: An Empirical Analysis of Selected Library and Information Science Journals. *Journal of Library & Information Technology*, v. 41, n. 4, p. 268-274, julho de 2021. DOI: 10.14429/djlit.41.4.17168. Disponível em: https://publications.drdo.gov.in/ojs/index.php/djlit/article/view/17168. Acesso em: 01 jun. 2024.

SHUEB, S.; SHAFIQ, H.; GUL, S.; BASHIR, S.; GULZAR, F. Fake news: mapping the fakeness through Scholarly Output Lenses. *DESIDOC Journal of Library & Information Technology*, v. 41, n. 4, p. 260-267, 2 ago. 2021. Disponível em: https://publications.drdo.gov.in/ojs/index.php/djlit/article/view/17139. Acesso em: 25 maio 2024.

van ECK, N. J.; WALTMAN, L. (2010). Software survey: VOSviewer, a computer program for bibliometric mapping. *Scientometrics*, v. 84, n. 2, p. 523-538, 2010. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-009-0146-3. Acesso em: 26 jun. 2024.

VOSviewer: visualizing scientific landscapes. 2024. Disponível em: ttps://www.vosviewer.com/. Acesso em: 30 jun. 2024.

FAKE NEWS: ESTUDO PILOTO DA ESTRUTURA INTELECTUAL NO DOMÍNIO DA BIBLIOTECONOMIA E DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (2019-2023)

Raymundo N. Machado
raymacha@ufba.br
Maria de Fátima Santos de Lima
maria.lima@ifbaiano.edu-br

Resumo: as *fake news* podem impactar a confiança nas informações, gerando consequências negativas. Nesse contexto, o objetivo deste estudo foi identificar a estrutura intelectual das *fake news*, no domínio da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, no período de 2019-2023. Trata-se de um estudo descritivo, pautado na técnica de cocitação de periódicos, utilizando a Web of Science como fonte de dados. No período estudado, foram publicados 4.050 artigos, dos quais 346 estão na categoria do domínio estudado. A pesquisa revelou a formação de quatro agrupamentos que permeiam a estrutura intelectual: ciência da computação, comunicação, psicologia e biblioteconomia e ciência da informação.

Palavras-chave: *Fake news*. *Fake news* – base do conhecimento. Análise de cocitação de periódicos.

INTRODUÇÃO

As *fake news* representam um problema sério na sociedade atual, impactando a confiança nas informações e podendo gerar consequências negativas. É fundamental que os indivíduos estejam conscientes dos métodos de propagação e saibam identificar e combater as *fake news*, promovendo assim uma sociedade mais informada e crítica.

A criação de dispositivos legais que regulamentem o uso da internet e de campanhas de educação digital para auxiliar no processo de conscientização da necessidade do uso seguro das redes sociais pela população, além de uma discussão ampliada e incentivos que possam fomentar as pesquisas científicas no domínio das *fake news*, são demandas urgentes.

Dessa forma, considerando a relevância dos estudos bibliométricos para a avaliação da produção do conhecimento científico e para desenvolver pesquisas que permitam conhecer e identificar as conexões teórico-metodológicas da produção científica de determinados domínios, optou-se por realizar um estudo bibliométrico de análise de

cocitação de periódicos, que teve como objetivo identificar a estrutura intelectual do domínio Biblioteconomia e da Ciência da Informação na temática *fake news*, no período de 2019-2023, reconhecendo desse modo as principais vertentes que permeiam essa estrutura que sedimenta a formação da literatura.

FAKE NEWS

"Fake news" (notícias falsas) é uma expressão de origem inglesa que pode ser entendida como artifícios criados para proliferar conteúdos falsos e/ou adulterados disseminados na internet ou por meio de outros meios de comunicação, geralmente elaborados com a intenção de ludibriar e manipular as pessoas e assim influenciar a opinião pública.

Segundo o dicionário *Collins*, a expressão de origem inglesa significa "informações falsas, muitas vezes sensacionalistas divulgadas sob o disfarce de reportagens noticiosas". A expressão não é nova, contudo ganhou mais visibilidade a partir do ano de 2016, durante a cobertura jornalística da eleição presidencial nos Estados Unidos (Lazer, et al, 2018). Nesta pesquisa, optamos por usar a expressão no idioma inglês — *fake news* — por essa ser mais amplamente utilizada e/ou divulgada.

A propagação de *fake news* tem crescido no mundo inteiro devido à rapidez com que o fluxo informacional atinge as pessoas, principalmente pelo avanço das tecnologias que permitem criar uma gama de dispositivos e *softwares*, além da banalização do uso de *smartphones*, *blogs*, mídias sociais, aplicativos de conversas, facilidade de acesso às plataformas digitais e a rede mundial da internet. Para Vosoughi (2018, tradução nossa), as novas tecnologias sociais facilitaram a partilha rápida de informações em grande escala, mas também permitiram a propagação de informações imprecisas e enganosas.

As plataformas de redes sociais são ambientes ideais para a difusão de informações falsas, devido aos custos fixos de entrada no mercado de produção de conteúdo serem pequenos e pela dificuldade de avaliar a veracidade de uma notícia ocasionada pelo formato das informações incompletas visualizadas em telefones ou janelas de *feeds* de notícias[1] postadas nas redes (Allcott; Gentzkow, 2017, tradução nossa).

Na própria internet, é possível encontrar diversos *sites* e aplicativos para criar conteúdos falsos com possibilidades de gerar imagens e textos relacionados a assuntos mais discutidos no momento e até com relação a datas comemorativas para tentar dar credibilidade às *fake news*.

A propagação dessas *fake news* seguem um processo bem planejado e intencional de várias etapas, desde a sua criação, progressão, até os impactos gerados em longo prazo.

1 O *news feed*, também conhecido como *feed* de notícias, é uma funcionalidade presente em diversas plataformas de redes sociais, como o Facebook, o Instagram e o Twitter. Trata-se de um espaço no qual os usuários podem visualizar e interagir com as atualizações de seus contatos, páginas e grupos que seguem.

A partir do lançamento de uma *fake news*, os prejuízos podem ser inúmeros. Mesmo que haja uma correção, seus efeitos negativos tendem a permanecer.

Basicamente, indivíduos mal-intencionados criam deliberadamente as *fake news*, muitas vezes com títulos apelativos e polêmicos para chamar a atenção do público, e as compartilham. Potencializadas pela expansão das redes sociais, as informações são propagadas em massa e em tempo recorde. As pessoas recebem as informações e, sem checar sua veracidade, republicam o conteúdo, criando assim um cenário de desinformação com impactos irreversíveis.

Sem saber por quem ou como é criada, devido à ideia de anonimato e à distância física garantidas pela Rede, a proliferação de *fake news* pode trazer consequências negativas para o bem-estar e até para a vida do indivíduo, resultando em implicações políticas, financeiras, na área da saúde, dentre outros.

Segundo Allcott e Gentzkow (2017, tradução nossa), pode haver dois motivos principais para produzir notícias falsas: o pecuniário — quando as notícias são divulgadas nas redes sociais, os usuários são induzidos a visitar o *site* original e gerar grandes receitas publicitárias; e o ideológico — provedores de *fake news* procuram promover os candidatos que apoiam. As motivações ideológicas, na maioria das vezes, são influenciadas por preferências políticas. Pessoas sem escrúpulos fabricam *fakes news* para alimentar disputas políticas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Estudo de natureza descritiva pautado na análise bibliométrica dos dados, por meio da cocitação de periódicos (*journal cocitation*) desenvolvida por McCain (1991), que tem por base a frequência com que dois periódicos são citados concomitantemente num terceiro artigo. Desse modo, quanto maior for a intensidade da frequência de cocitação, mais evidente a similaridade desses periódicos, que poderá ocorrer em aspectos teóricos e/ou empíricos, sinalizando para a estrutura intelectual do domínio analisado, isto é, a base do conhecimento.

O levantamento dos dados foi realizado em 8 de junho de 2024, em duas etapas, tendo como fonte de dados a coleção principal da base de dados Web of Science (WoS), disponível no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Na primeira etapa, a estratégia de busca foi Tópico <*Fake News*> e Período <2019-2023>, usando o filtro <artigos>; na segunda etapa, foi selecionado o filtro <Categoria da WoS> e, em seguida, <Information Science Library Science>, recuperando desse modo o material de análise desse estudo piloto.

De posse dos itens levantados em formato .txt, esses foram migrados para o BibExcel — versão 201.02.20 — (Persson, 2009), a fim de proceder à análise de cocitação de periódicos. A análise exploratória dos dados foi efetuada a partir dos dados gerados pelo

BibExcel, posteriormente migrados para o Microsoft Excel, que estão relacionados aos indicadores de produção científica.

Para representar a rede, foi utilizado o *software* Pajek — versão 5,19 — (Mrvar; Batagelj, 2024); para identificação das comunidades, foi utilizado o algoritmo Louvain Communities in N2 (76, Res = 1.000000, Q = 0.103081, NC = 4); e, para visualização da rede, o algoritmo Kamada-Kawai.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No período de 2019 a 2023, foram publicados 4.050 artigos no domínio *fake news*, dos quais 346 estão na categoria da WoS em *Information Science Library Science*, uma contribuição em torno de 8,54%, ocupando a terceira posição no *ranking* mundial, sendo a primeira *Communication* (22,76%) e *Computer Science Information Systems* (13,97%).

A análise temporal dos dados para *Information Science Library Science* (Biblioteconomia e Ciência da Informação) soma 346 artigos, sendo que o ano de 2021 foi o ápice da produção com 110 (31,79%) artigos, decaindo nos anos seguintes para 21,58% (2022) e 17,34% (2023).

Quanto aos países, no Quadro 1, temos os Top 10. Observa-se que o Brasil ocupa a quarta posição, com contribuição mundial de 8,09%; a liderança coube aos Estados Unidos (23,70%), seguido pela Espanha (21,39%) e pela China (12,14%). Comparando com os países da América Latina, o Brasil lidera a primeira posição; na sequência, Argentina (0,29%) e Chile (0,29%).

Quadro 1 – Produção científica por país no domínio da Biblioteconomia e da Ciência da Informação para *fake news* (2019-2023)

País	Artigos	%346
USA	82	23,70
Espanha	74	21,39
China	42	12,14
Brasil	28	8,09
Índia	17	4,91
Canadá	14	4,05
Alemanha	12	3,47
Portugal	11	3,18
Austrália	10	2,89
Itália	10	2,89

Fonte: dados da pesquisa, 2024.

Foram levantados 346 artigos, que apresentaram 15.545 referências, uma média de 44,9 (*DP* = 292,9) referências/artigos. Em seguida, foram extraídos os periódicos para proceder à análise de cocitação de periódicos somando 2.567 títulos, sendo selecionados aqueles com frequência de citação maior ou igual a 20, totalizando 72 (2,80%). No Quadro 2, temos os cinco títulos mais citados.

Quadro 2 – Periódicos citados (≥80) no domínio da Biblioteconomia e da Ciência da Informação para temática *fake news* (2019-2023)

Periódico	**Citação**			
	Total	% 346	Média	Desvio padrão
Science	151	43,64	0,44	8,11
Digital Journalism	104	30,06	0,30	5,58
Journal of Economic Perspectives	96	27,75	0,28	5,15
Computers in Human Behavior	88	25,43	0,25	4,72
New Media & Society	80	23,12	0,23	4,29

Fonte: dados da pesquisa, 2024

Para análise de cocitação de periódicos, foram selecionados os títulos citados com frequência maior ou igual a 20, totalizando 76 títulos, o que resultou em 2.545 pares de cocitação, sendo que 1.795 (70,53%) tiveram um intervalo de cocitação ente 1 e 7 e 750 (29,47%), entre 8 e 73.

No Quadro 3, os cinco pares de cocitação de maior intensidade são apresentados, além das referências, da frequência de cocitação — para os pares de periódicos — e o total de citação para cada periódico.

Quadro 3 – Periódicos cocitados no domínio da Biblioteconomia e da Ciência da Informação para temática *fake news* (2019-2023)

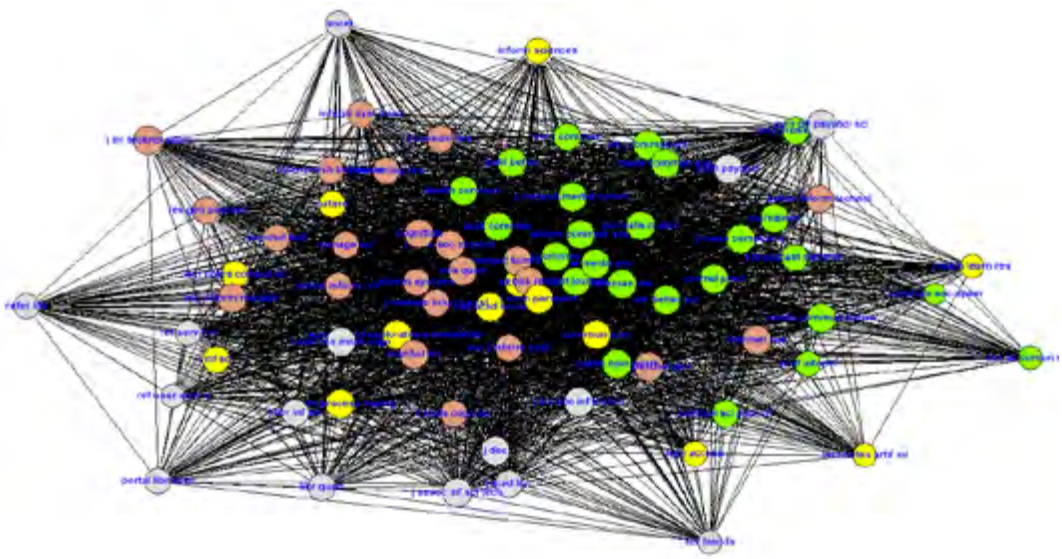
Cocitação	**Periódico**	**Citação**
71	Economic Development Journal	96
	Science	151
61	Digital Journalism	104
	Science	151
58	Computers in Human Behavior	88
	Science	151

Cocitação	Periódico	Citação
53	Digital Journalism	104
	New Media & Society	80
48	Digital Journalism	104
	Computers in Human Behavior	96

Fonte: dados da pesquisa, 2024.

A rede de cocitação de periódico é apresentada na Figura 1 e foi formada por 76 periódicos que formaram 2.545 pares de cocitação. Na rede de cocitação, os vértices representam os periódicos e as arestas, as ligações de cocitação entre os pares de periódicos. A rede apresentou alta densidade, sendo essa estimada em 92,44%, o que significa a proporções de cocitação possíveis entre os periódicos

Figura 1 – Rede de cocitação no domínio da Biblioteconomia e da Ciência da Informação para *fake news* (2019-2023)



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Na figura 1, temos a formação de quatro agrupamentos, representados por cores. Eles reúnem periódicos que estão fortemente ligados internamente pelo seu escopo. O tamanho da espera indica o grau de centralidade do periódico, de modo que, quanto maior o diâmetro, maior o número de ligações com outros periódicos. Observa-se também que o centro da rede é bem denso e, na periferia, encontram-se os títulos com menor grau de centralidade.

No quadro 4, são descritas a vertente temática de cada agrupamento e sua respectiva quantidade de periódicos.

Quadro 4 – Agrupamentos no domínio da Biblioteconomia e da Ciência da Informação para *fake news* (2019-2023)

Agrupamento	Periódicos	Vertente temática
	13 (17,11%)	Ciência da Computação
	25 (32,89%)	Comunicação
	23 (30,26%)	Psicologia
	15 (19,75%)	Biblioteconomia e Ciência da Informação

Fonte: dados da pesquisa, 2024.

A vertente temática de cada agrupamento (Quadro 4) foi elencada com base na classificação dos periódicos adotada pelo *Journal Citation Report* (JCR). Assim, no agrupamento amarelo, temos periódicos cocitados com escopo para "ciência da computação"; no agrupamento verde, para "comunicação" — sendo esse o maior, agregando 32,89% dos periódicos —; no laranja imperial, para "psicologia"; e, no cinza, para "biblioteconomia e ciência da informação".

CONCLUSÃO

A análise de cocitação de periódicos possibilitou investigar a estrutura intelectual de uma área do conhecimento e, neste estudo piloto, essa estrutura foi bem diversificada quando examinamos a temática *fake news* no domínio da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, o que indica uma dinâmica de estudo na formação da base do conhecimento envolvendo a ciência da computação, a comunicação, a psicologia, a biblioteconomia e a ciência da informação.

REFERÊNCIAS

ALLCOTT, H; GENTZKOW, M. Social media and fake news in the 2016 election. **Journal of economic perspectives**, v. 31, n. 2, p. 211-236, 2017. Disponível em:

https://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jep.31.2.211 Acesso em: 10 jun. 2024.

FAKE NEWS. In: COLLINS english dictionary: definition of 'fake news'. Glasgow: Collins, 2007. Disponível em: https://www.collinsdictionary.com/dictionary/english/fake-news#:~:text=If%20you%20describe%20information%20as,for%20example%20by%20the%20media. Acesso em: 10 jun. 2024.

LAZER, D. M. J. et al. The science of fake news. **Science**, v. 359, n. 6380, p. 1094-1096, 2018. Disponível em: https://arxiv.org/pdf/2307.07903 Acesso em: 10 jun. 2024.

MCCAIN, K. W. Mapping economics through the journal literature: an experiment in journal cocitation analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 42, n. 4, p. 290, 1991.

MRVAR, A.; BATAGELJ, V. **Programs for Analysis and Visualization of Very Large Networks:** reference manual list of commands with short explanation version 5.19. Ljubljana-Slovenia: [s.n.], 2024. Disponivel em: Pajek manual (uni-lj.si) Acesso em: 27 jun. 2024.

PERSSON, O.; DANELL, R.; SCHNEIDER, J. W. How to use Bibexcel for various types of bibliometric analysis. In: ÅSTRÖM, F., DANELL, R., LARSEN, B., SCHNEIDER, J. W. (ed.). **Celebrating Scholarly Communication Studies**: A Festschrift for Olle Persson at his 60th Birthday. Leuven, Belgium: International Society for Scientometrics and Informetrics - ISSI, v. 5-S, p. 9-24, 2009.

VOSOUGHI, S.; ROY, D.; ARAL, S. The spread of true and false news online. **Science**, v. 359, n. 6380, p. 1146-1151, 2018. Disponível em: https://www.science.org/doi/epdf/10.1126/science.aap9559 Acesso em: 10 jun. 2024.

W2 WEBSITES. **Glossári**o: o que é *news feed* (*feed* de notícias). São Paulo: W2 websites, ©2023. Disponível em: https://w2websites.com/glossario/o-que-e-news-feed-feed-de-noticias/ Acesso em: 14 jun. 2024.

PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM DOENÇAS TROPICAIS NEGLIGENCIADAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PLATAFORMA LATTES DO CNPQ

Ranna Redlley Silva Oliveira
UFPE
rannaredlley@gmail.com
Marina de Oliveira e Silva
UFPE
marina.oliveiras@ufpe.br
Marcos Antônio da Silva Alves Prazeres
UFPE
marcos.prazeres@ufpe.br
Natanael Vitor Sobral
PPGCI/UFPE
natanvsobral@gmail.com
Ana Sara Pereira de Melo Sobral
PPGCI/UFPE
anasarap@hotmail.com

Resumo: O objetivo geral é mapear a produção científica brasileira dos pesquisadores em Doenças Tropicais Negligenciadas no período de 2019 a 2023. Os procedimentos metodológicos contemplaram: 1) Mapeamento dos grupos e instituições de pesquisa em Doenças Tropicais Negligenciadas; 2) Levantamento de dados; 3) Processamento de dados; 4) Análise e representação. Os principais resultados incluem: a) Artigos, Trabalhos em evento, livros e capítulos de livros; b) Estrato Qualis das publicações em periódicos científicos; c) Resultados Experimentais Doenças mais trabalhadas na produção de artigos dos PPG em DTN em 2022; d) Resultados Experimentais Doenças mais trabalhadas em periódicos na produção de artigos dos PPG em DTN em 2022.

Palavras-chave: Doenças Tropicais Negligenciadas. Plataforma Lattes. Bibliometria. Medicina Tropical.

INTRODUÇÃO

As Doenças Tropicais Negligenciadas (DTN) são caracterizadas por receberem escasso investimento financeiro para pesquisas e estratégias de enfrentamento, além de impactarem populações em situação de vulnerabilidade social (Almeida; Ramalho, 2017). A

Organização Mundial da Saúde (OMS) mantém uma lista em seu portal eletrônico que identifica o grupo de doenças que compõem esta categoria. A falta de priorização dessas enfermidades nos programas de saúde pública reflete e perpetua as desigualdades sociais, comprometendo os esforços para a erradicação e controle eficaz dessas doenças.

Segundo Dujardin *et al.* (2010), as regiões mais afetadas pelas DTN incluem a América Latina, Caribe, África e Ásia. No contexto latino-americano, o Brasil tem a maior carga de DTN (Martins-Melo; Ramos Júnior; Heukelbach, 2016). Diante desse cenário, torna-se imperativo compreender o desenvolvimento da produção científica brasileira na temática. Assim, o objetivo desta pesquisa é mapear a produção científica brasileira relacionada às DTN no período de 2019 a 2023, com foco nos pesquisadores envolvidos nessa área.

METODOLOGIA

Inicialmente, mapearam-se os atores que compunham o universo do estudo, conforme critério de atuação institucional formal em atividades de pesquisa no campo das DTN. Assim, sete grupos institucionais foram mapeados, são eles: Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu (PPG), Institutos Nacionais de Ciência & Tecnologia (INCT), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Instituto de Medicina Tropical de São Paulo (IMT/SP), Fundação de Medicina Tropical Doutor Heitor Vieira Dourado do Amazonas (FMT/HVD), Instituto Adolfo Lutz (IAL), Instituto de Medicina Tropical do Nordeste (IMT/RN), contendo 2.638 cientistas. Para este trabalho, os mais representativos foram selecionados, a saber: PPG, INCTs e Fiocruz, gerando 2077 pesquisadores, sendo esta a amostra da pesquisa.

Adiante, levantaram-se dados disponíveis nas seguintes fontes de informação: Plataforma Lattes do CNPq, com o propósito de obtenção da produção científica registrada dos pesquisadores; Plataforma Sucupira, visando identificar os PPG e informações sobre o *Qualis* Capes no desiderato de mapear a classificação das revistas em que os pesquisadores publicam artigos. Em seguida, realizou-se a extração e o processamento dos dados, tendo por base a ferramenta *ScriptLattes* (Mena-Chalco; Cesar Junior, 2009). Sua função era prospectar dados de produção científica e convertê-los em indicadores que permitissem a mensuração das atividades científicas, acadêmicas e técnicas de um conjunto de pesquisadores.

Por fim, os dados foram organizados e representados. Para estas tarefas, utilizou-se a ferramenta *The Vantage Point*®, adquirida pelo Grupo de Pesquisa Scientia (DGP/CNPq). Seu propósito foi o de realizar rotinas de mineração de texto para processar dados oriundos de bases dos currículos Lattes. Esta ferramenta possibilita a geração de indicadores científicos a partir de um conjunto de dados oferecidos como entrada (*input*). No que tange à visualização, utilizaram-se os *softwares VOSviewer*® e *Microsoft Excel*®.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa estão estruturados na seguinte ordem: I) Produção de artigos completos, trabalhos em evento, livros e capítulos de livros numa dimensão comparativa por ano; II) Estrato *qualis* das publicações em periódicos científicos; III) Resultados experimentais sobre as doenças mais trabalhadas na produção de artigos dos PPG em DTN em 2022; e IV) Grafo relacionando as doenças mais trabalhadas com os periódicos científicos na produção de artigos dos PPG em DTN em 2022.

A Figura 1 relaciona as produções científicas por tipologia documental, comparando ao longo dos anos contemplado no estudo.

Figura 1: Artigos completos, Trabalhos em evento, livros & capítulos de livros (2019 a 2023)

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Os dados acima evidenciam um crescimento significativo na publicação de artigos científicos, com um pico notável em 2021. Este aumento pode estar relacionado ao tempo necessário para a submissão e publicação em revistas e editoras, considerando que, nos periódicos científicos, o envio de artigos geralmente ocorre com um ano de antecedência em relação à publicação. A queda observada nos anos subsequentes pode estar associada ao impacto da pandemia de Covid-19, que afetou significativamente o Brasil entre 2020 e 2022.

Em contrapartida, os trabalhos apresentados em eventos alcançaram seu pico em 2019, antes da disseminação da Covid-19 no Brasil. Esses dados, quando analisados em conjunto, sugerem que a pandemia influenciou diretamente a dinâmica de produção e disseminação científica no país. Além disso, conforme observado por Sobral (2019), no

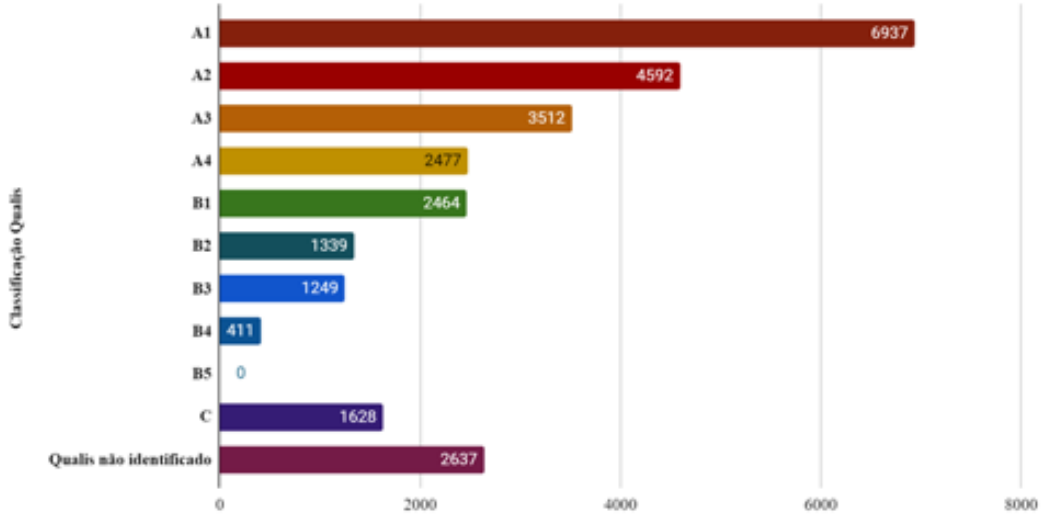
documento de área de Medicina II, 50% do item "produção intelectual", leva em conta a produção global do programa, ou seja, a pontuação total referente a artigos completos em periódicos científicos publicados por docentes, discentes e egressos (Capes, 2016).

Os livros aparecem no item "produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes", com peso de apenas 10% da produção intelectual. Desta maneira, percebe-se a existência critérios políticos indutivos à diminuição deste tipo de publicação, e consequentemente, há incentivo ao aumento das publicações periódicas. Neste bojo, além do decréscimo na produção de livros, constata-se tendência diminutiva nos capítulos de livro. Contração similar pôde ser observada nos trabalhos completos publicados em anais de congressos, resumos expandidos publicados em anais de congressos e resumos publicados em anais de congresso (Capes, 2016; Sobral, 2019).

Além disso, é importante notar que editais com recursos destinados à participação em eventos têm se tornado cada vez menos frequentes. Em resposta, as instituições de ensino e pesquisa têm direcionado esforços para incentivar seus pesquisadores a focarem na tradução de artigos e no pagamento de taxas de publicação em periódicos indexados, com o objetivo de atender às exigências de órgãos de fomento e reguladores. Essa mudança de enfoque tem levado os cientistas a priorizarem a produção de artigos para publicação em periódicos.

A Figura 2 discute o *Qualis* Capes das publicações. O *Qualis* é um sistema usado para classificar a produção científica dos programas de pós-graduação no que se refere aos artigos publicados em periódicos científicos.

Figura 2: Estrato Qualis das publicações em periódicos científicos.



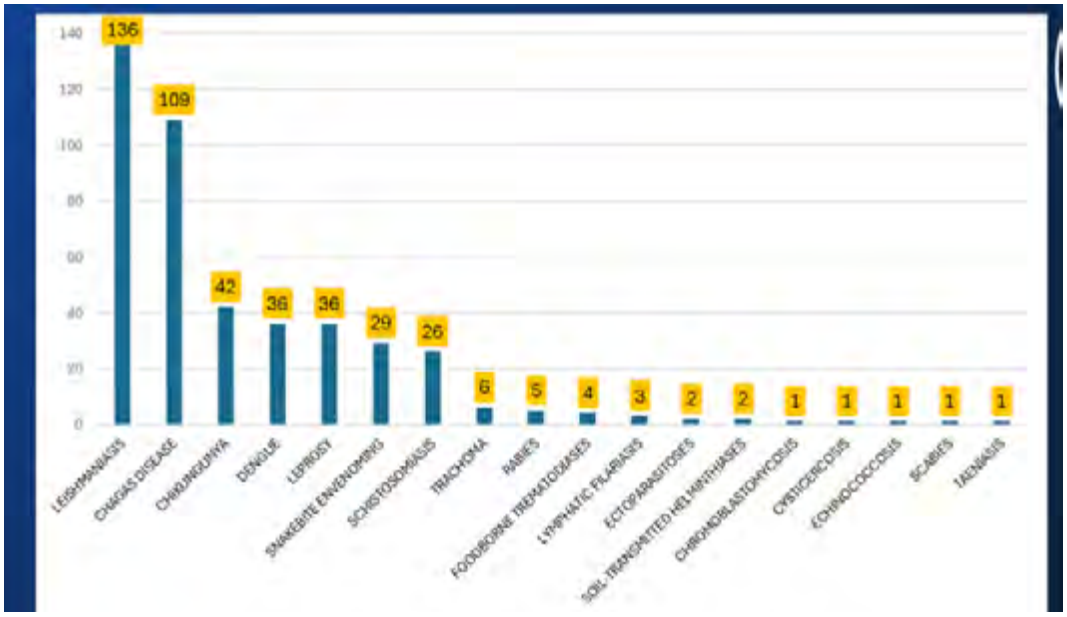
Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Diante do exposto, observa-se que o estrato A1 possui 6937 publicações, sendo o que representa o mais alto nível de qualidade. Periódicos classificados como A1 são reconhecidos por sua excelência e relevância na área de pesquisa. Essas revistas têm grande impacto e são frequentemente citadas por outros pesquisadores. Quanto ao A2, mapearam-se 4592 publicações, também indicando alto padrão de qualidade. Sobre o A3, com 3512 publicações, embora um pouco abaixo dos estratos anteriores, esses periódicos ainda são relevantes e influentes na comunidade acadêmica.

A quantidade massiva de publicações nos estratos A1, A2 e A3 reflete a dedicação dos pesquisadores e a qualidade das pesquisas realizadas. Esses dados indiretamente corroboram a eficácia da política de indução dos órgãos de fomento. A busca pela excelência na produção científica é fundamental para o desenvolvimento acadêmico e o avanço do conhecimento.

A Figura 3 reflete um experimento de mineração de texto que enfoca a técnica de *Language Natural Processing* (NLP) ao processar os títulos dos artigos publicados em 2023 e convertê-los em palavras-chave representativas das doenças listadas pela OMS.

Figura 3: DTN mais trabalhadas na produção de artigos dos PPG em DTN em 2022.



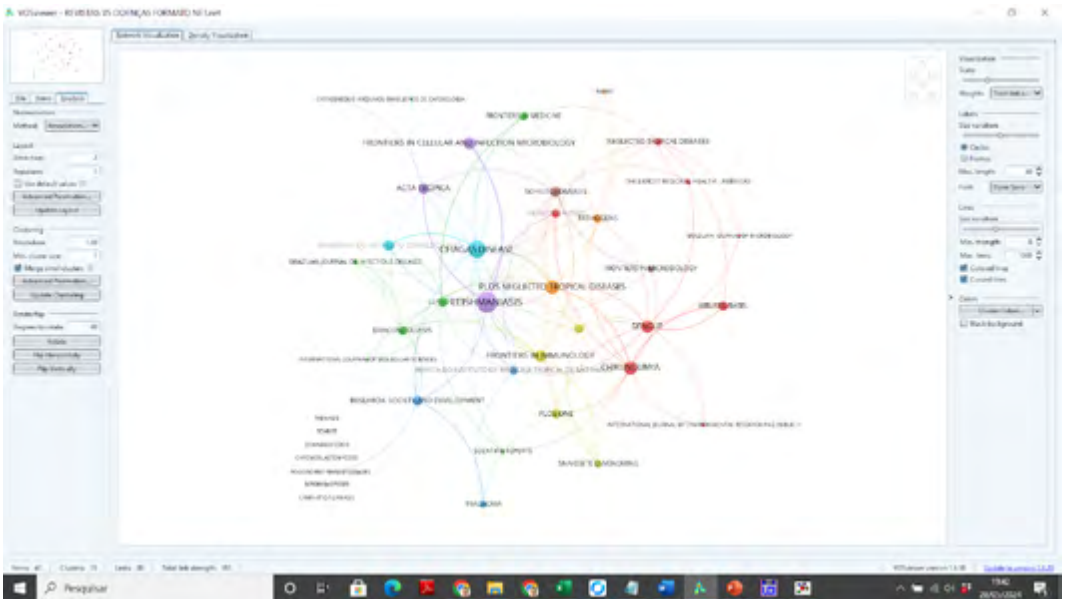
Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Assim, fez-se um ranqueamento das principais doenças exploradas, propondo um método para observação das doenças mais pesquisadas a partir da Plataforma Lattes do CNPq. Os resultados preliminares apontam que leishmaniose e dengue são as doenças mais exploradas. Segundo Pradella *et al.* (2023), a leishmaniose é um grande problema

de saúde pública no Brasil e no mundo, que afeta humanos e animais. A doença é causada pelo protozoário *Leishmania spp.*, que possui um ciclo complexo envolvendo um vetor flebotomíneo. Quanto à doença de Chagas, é uma DTN, de evolução crônica e com elevada morbimortalidade. Apesar da drástica redução na incidência da doença nas últimas décadas no Brasil, casos infectados no passado ainda impactam o sistema de seguridade social brasileiro, constituindo-se em um importante problema de saúde pública (Limongi *et al.*, 2022).

A Figura 4 constitui-se num grafo de correlação entre as doenças mais recorrentes na produção de artigos em 2022 e os periódicos científicos, objetivando analisar questões de escoamento da produção em veículos de comunicação científica.

Figura 4: DTN mais trabalhadas em periódicos nos artigos dos PPG em DTN em 2022.



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

O periódico que se destaca de maneira significativa na rede é a revista *PLOS Neglected Tropical Diseases*. Este periódico apresenta uma ampla diversidade temática em suas publicações, abordando várias doenças que afetam de forma expressiva a saúde pública. Entre as doenças mais frequentemente discutidas, destacam-se a leishmaniose, a doença de Chagas, a chikungunya e a dengue. Essas enfermidades possuem alta relevância epidemiológica no Brasil, o que justifica a ênfase em sua investigação científica. Além disso, a ocorrência expressiva dessas doenças tem levado ao desenvolvimento e à implementação de políticas públicas direcionadas à sua prevenção e controle.

A relevância deste periódico no cenário acadêmico e científico também pode ser atribuída à sua capacidade de promover um diálogo interdisciplinar, reunindo especialistas

de diversas áreas do conhecimento que colaboram para um entendimento mais abrangente das DTN e suas implicações socioeconômicas e de saúde pública.

Além disso, observa-se que certos periódicos desempenham um papel crucial ao abordar um conjunto de doenças que a literatura classifica como ultranegligenciadas, devido à sua ainda mais acentuada marginalização nas políticas públicas. Exemplos dessas doenças incluem a teníase, escabiose, equinococose, cromoblastomicose, infecções alimentares, ectoparasitoses e filariose. Essas enfermidades encontram visibilidade acadêmica no periódico brasileiro *Research, Society and Development* (RSD), que se destaca por proporcionar um espaço importante para que pesquisadores brasileiros possam discutir temas relacionados às DTN que, raramente seriam contemplados em grandes periódicos internacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentam a produtividade de um grupo representativo da ciência brasileira envolvido com a pesquisa em DTN, engajados em soluções de saúde pública para um dos problemas mais importantes do Brasil. O detalhamento deste mapeamento pode balizar a construção de políticas públicas de Ciência & Tecnologia que apoiem a produção de conhecimento em doenças negligenciadas, minimizando os efeitos destas enfermidades na sociedade. Mapear esta produção é reconhecer o esforço dos cientistas brasileiros na luta contra as DTN, chamando a atenção para a necessidade de investimento no campo.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe) pelas bolsas de iniciação científica (PIBIC).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T. S. O. de; RAMALHO, S. N. L. Delineamento das doenças tropicais negligenciadas no Brasil e o seu impacto social. **Revista InterScientia**, João Pessoa, v. 5, n. 2, p. 69-91, dez. 2017. ISSN 2317-7217. Disponível em: https://periodicos.unipe.br/index.php/interscientia/article/view/403. Acesso em: 06 jan. 2024.

CAPES. Ministério da Educação. Documento de Área: Medicina II. Brasília, DF, 2016. 26 p. Disponível em: http://capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/16_MED_2_docarea_201 6.pdf.

DUJARDIN J-C. *et al*. Research Priorities for Neglected Infectious Diseases in Latin America and the Caribbean Region. **PLoS Negl Trop Dis**, v.4, n.10, out. 2010.

LIMONGI, J. E. *et al*. Doença de Chagas crônica cardíaca e digestiva na seguridade social brasileira, 2004-2016. **Rev Bras Med**, v. 2, p. 10.

MARTINS-MELO, F. R.; RAMOS JÚNIOR, A. N.; HEUKELBACH, J. Mortalidade relacionada às doenças tropicais negligenciadas no Brasil, 2000-2011: magnitude, padrões espaço-temporais e fatores associados. **Revista de Medicina da UFC**, Fortaleza, v. 56, n. 1, p. 79-80, jun. 2016. ISSN 2447-6595. Disponível em: http://www.revistademedicina.ufc.br/ojs/index.php/revistademedicinaufc/article/view/118. Acesso em: 15 jan. 2024.

MENA-CHALCO, J. P.; CESAR JUNIOR, R. M. ScriptLattes: an open-source knowledge extraction system from the Lattes platform. **Journal of the Brazilian Computer Society**, Porto Alegre, v. 4, n. 15, p.31-39, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/jbcos/v15n4/04.pdf. Acesso em: 5 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Doenças Tropicais Negligenciadas. Genebra: OMS, [-21]. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/neglected-tropical-diseases#tab=tab_1. Acesso em: 08 fev. 2024.

PRADELLA, G. D. *et al*. ELISA "in house" para o diagnóstico de leishmaniose: desenvolvimento e aplicação em caninos da fronteira Oeste do Brasil. **Ciência rural**, v. 53, n. 4, p. 14, 2023.

SOBRAL, Natanael Vitor. **Pesquisadores em Doenças Tropicais Negligenciadas no Brasil: Produção Científica e Convergências com o Plano Nacional de Saúde (2016 a 2019)**. Orientador: Profª. Drª. Zeny Duarte de Miranda. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

VAN ECK, N.; WALTMAN, L. Software survey: VOSviewer, a computer program for bibliometric mapping. **Scientometrics**, v. 84, n. 2, p. 523-538, 2010. Disponível em: https://akjournals.com/view/journals/11192/84/2/article-p523.xml. Acesso em: 1 nov. 2023.

PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM MEDICINA TROPICAL INDEXADA NA WEB OF SCIENCE: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA DA HISTORIOGRAFIA BIBLIOMÉTRICA

Natanael Vitor Sobral
PPGCI/UFPE
natanvsobral@gmail.com
Marcos Antônio da Silva Alves Prazeres
UFPE
marcos.prazeres@ufpe.br
Ranna Redlley Silva Oliveira
UFPE
rannaredlley@gmail.com
Marina de Oliveira e Silva
UFPE
marina.oliveiras@ufpe.br
Ana Sara Pereira de Melo Sobral
PPGCI/UFPE
anasarap@hotmail.com

Resumo: Objetivou analisar, na perspectiva da historiografia bibliométrica, os atores, as instituições e a produção de artigos na categoria "Medicina Tropical", indexados na Web of Science. Os procedimentos adotados contemplaram: 1) Busca de informações; 2) Obtenção dos registros bibliométricos; 3) Correção e cruzamento dos dados; 4) Representação analítica dos dados no dashboard da Web of Science e no VOSviewer. Os principais resultados apontam Utzinger e Boelaert como os autores mais produtivos; Fiocruz e University of London como instituições mais representativas; Estados Unidos e Brasil enquanto principais países. Ademais, mapearam-se os atores brasileiros mais proeminentes e suas redes de colaboração.

Palavras-chave: Medicina Tropical. Bibliometria. Web of Science. Doenças Negligenciadas. Historiografia Bibliométrica.

INTRODUÇÃO

Enquanto pergunta norteadora tem-se o questionamento sobre a possibilidade de construção de uma historiografia bibliométrica, a partir dos atores, das instituições e da produção de artigos na categoria "Medicina Tropical" (Medtrop), indexados na *Web of Science* (*WoS*).

Entende-se por historiografia bibliométrica como um método capaz de reconstruir a história através da análise de fontes de informação, desvelando os percursos do conhecimento de um determinado campo. Assim, o objetivo geral deste trabalho é analisar, na perspectiva da historiografia bibliométrica, os atores, as instituições e a produção de artigos na categoria "Medtrop", indexados na *WoS*.

METODOLOGIA

1) Busca de informações: através da *WoS*, foi realizada uma busca na aba "Tópico", que retorna por título, resumo, palavras-chave e *keywords plus*, utilizando-se da expressão de busca, que leva em consideração o nome da área, o nome das doenças e termos sinônimos obtidos no thesaurus dos Descritores em Ciências da Saúde da Biblioteca Virtual em Saúde (DeCS/BVS).

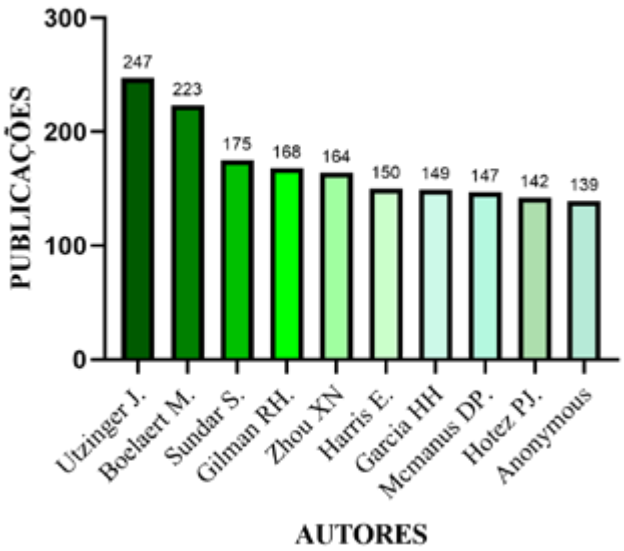
2) Obtenção dos dados: posteriormente, efetuaram-se os *downloads* dos registros bibliométricos fornecidos pela própria *WoS*, considerando os metadados referentes a autores, instituições e países, pertinentes a todo o período de indexação. Optou-se pelo formato de arquivo de texto sem formatação (.txt), que por preservar as marcações e separadores, é compatível com Microsoft Excel® e outros *softwares* de planilha de cálculo. O recurso "analisar resultados", disponível na base, auxiliou na elaboração de histogramas.

3) Representação analítica dos dados: no intuito de apresentar os resultados, foram instrumentalizadas na ferramenta VOSviewer (Van Eck; Waltman, 2010), baseando-se nas matrizes elaboradas na etapa anterior. Nos grafos, serão consideradas as relações, sua intensidade, o quantitativo de produções e a clusterização, sendo estas variáveis expressadas nos nós, vínculos e cores. Para garantir uma visualização clara, foram aplicados filtros com base no grau de cada nó.

ATORES MAIS REPRESENTATIVOS

Na figura 1, nota-se uma parcela dos pesquisadores que mais publicam na categoria de Medtrop na *WoS*. A partir da observação do gráfico abaixo, fez-se um ranking dos atores mais produtivos, sendo eles: Utzinger J. (n=247); Boelaert M. (n=223); Sundar S. (n=175); Gilman RH. (168); Zhou XN (n=164); Harris E. (n=150); Garcia HH (n=149); Mcmanus DP. (n=147); Hotez PJ. (n=142) e Anonymous (n=139).

Figura 1: Dez(10) autores mais representativos em Medtrop, na *WoS*.



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Diante disso, instrumentalizando-se de uma funcionalidade da própria *WoS*, foram avaliados os perfis de cada um dos pesquisadores presentes no ranking. Através desta, diversas informações a respeito do autor ficam acessíveis de serem consultadas, por exemplo, o número total de documentos, publicações mais recentes, índice h e outras métricas. No primeiro lugar, com 247 registros, encontra-se o Jürg Utzinger, que tem como área de estudo a Epidemiologia e as DTN. Atualmente, além de lecionar como professor na Universidade de Basileia, é diretor do Instituto Suíço de Saúde Tropical e Pública (Swiss TPH). No âmbito da Medtrop, seu trabalho mais citado é *The Global Burden of Disease Study 2010: Interpretation and Implications for the Neglected Tropical Diseases* (2014), com 643 citações. No seu perfil de autor, o índice h de Utzinger é 91, indicando uma carreira acadêmica notável.

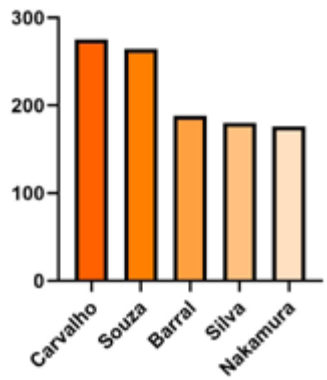
Em segundo, encontra-se a professora Marleen Boelaert, cujo foco de pesquisa foi o controle de Doenças Infecciosas Tropicais, deixando um legado inestimável para a comunidade científica, especialmente no cenário da Medtrop, ao concentrar seus estudos em enfermidades como a leishmaniose e doença do sono. Seu *paper* mais citado é *Control of Visceral Leishmaniasis in Latin America — A Systematic Review* (2010), com 248 citações. Durante sua carreira, Boelaert contribuiu para a coleção da *WoS* com 391 publicações, seu índice h é de 55.

No terceiro lugar, com 175 publicações, encontra-se o pesquisador Sundar Shyam, com os seguintes focos de pesquisa: Medtrop, Doenças Infecciosas, Parasitologia e

Imunologia. Na *WoS*, *Diagnosis of visceral leishmaniasis* (2011) é o seu trabalho mais citado, totalizando 179 citações, seu índice h é 62.

A figura 2 abaixo representa um panorama dos pesquisadores brasileiros em Medtrop, a partir das publicações indexadas na *WoS*. Nesta rede, é possível verificar a contribuição dos pesquisadores brasileiros na produtividade da área em questão, além das relações e dinâmicas colaborativas com outros pesquisadores.

Figura 2: Autores brasileiros mais representativos, na *WoS*.



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

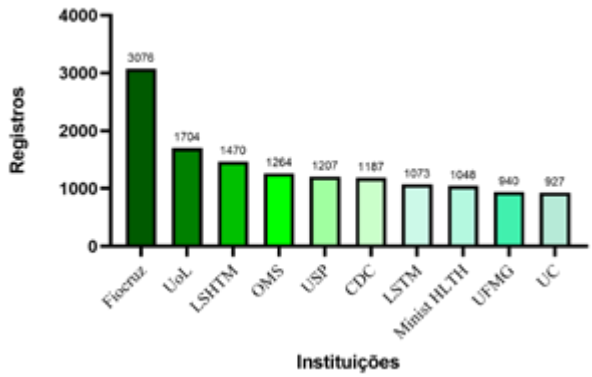
Destacam-se, inicialmente, alguns dos pesquisadores brasileiros mais produtivos, conforme o número de publicações indexadas na *WoS*: Edgar Marcelino de Carvalho (n=275), Wanderley de Souza (n=264), Aldina Barral (n=188), João Santana Silva (n=180) e Celso Vataru Nakamura (n=176). No que concerne às suas áreas de pesquisa, nota-se uma convergência de interesses, com atuação predominante em parasitologia, imunologia e microbiologia, com ênfase em estudos sobre doenças como Chagas, leishmaniose, além de outras doenças infecciosas e parasitárias.

Ao examinar as afiliações institucionais dos autores mais prolíficos, verifica-se que a maioria está vinculada à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Considerando a notável autoridade da Fiocruz e sua estreita conexão com as questões relacionadas às DTN, a predominância de pesquisadores dessa instituição não é surpreendente. Essa percepção é reforçada por Sobral, Silva e Duarte (2017), que, ao discutirem a liderança do Brasil na América Latina no âmbito do Medtrop, destacam o papel central desempenhado pela Fiocruz e pelas Universidades Federais.

INSTITUIÇÕES REPRESENTATIVAS

Em seguida, observaram-se as instituições responsáveis pelo desempenho das publicações relacionadas às DTN, dentro da categoria Medtrop na *WoS*, conforme disposto na figura 3.

Figura 3: Dez(10) instituições mais representativas em Medtrop, na *WoS*.



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

A Fundação Oswaldo Cruz emerge com a maior quantidade de publicações, contabilizando 3.076. Na segunda posição, encontra-se a *University of London*, com 1.704 publicações, seguida pela *London School of Hygiene Tropical Medicine*, com 1.470 publicações. Em quarto lugar, tem-se a Organização Mundial de Saúde (*World Health Organization*), com 1.264 publicações. No quinto lugar, aparece a Universidade de São Paulo, totalizando 1.207 publicações. O *Centers for Disease Control Prevention USA*, a *Liverpool School of Tropical Medicine* e a *Minist HLTH* ocupam, respectivamente, a sexta, a sétima e a oitava colocação com 1.187, 1.073 e 1.048 publicações. A Universidade Federal de Minas Gerais alcança a nona posição com 940 publicações. E, na décima colocação está a *University of California System*, detendo 927 publicações.

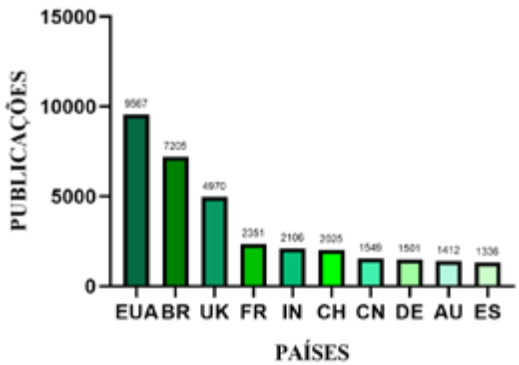
Merece destaque que as instituições classificadas na primeira, quinta e nona colocação no *ranking*, são brasileiras, o que indica o interesse e o comprometimento pela produtividade na área em questão. A presença do Brasil no *ranking* não é novidade, principalmente diante das condições favoráveis para a proliferação das DTN no país. Em um recente estudo, Fontecha, Sánchez e Ortiz (2021) por meio de análise bibliométrica, investigaram o cenário das DTN na América Latina e Caribe. Nesta pesquisa, os autores indicam o Brasil como sendo o líder em Medtrop na região da América Latina, contribuindo em 16 das 19 DTN analisadas no estudo, especialmente em áreas como doença de Chagas, cromomicose, leishmaniose e hanseníase (Fontecha; Sánchez; Ortiz, 2021).

PAÍSES MAIS REPRESENTATIVOS

A figura 4 apresenta os países mais representativos com base na afiliação institucional dos autores. Este mapeamento é fundamental para a identificação dos países que têm contribuído para a produção científica acerca das DTN. De antemão, destaca-se que os

países mais produtivos são: USA (n=9.567), Brasil (n=7.205), Inglaterra (n=4.970), França (n=2.351), Índia (n=2.106), Suíça (n=2.025), China (n=1.549), Alemanha (n=1.501), Austrália (n=1.412) e Espanha (n=1.336).

Figura 4: Dez (10) países mais representativos em Medtrop, na *WoS*.



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Diante disso, foram conduzidas análises com o intuito de identificar as publicações mais citadas dos países mais representativos, valendo-se de técnicas próprias da historiografia bibliométrica. O artigo mais citado dos EUA é *Refining the Global Spatial Limits of Dengue Virus Transmission by Evidence-Based Consensus* (2012), com 1.071 citações. Neste estudo, os pesquisadores realizaram um levantamento das ocorrências de transmissão do vírus da dengue, buscando fornecer um mapa de consenso de evidências que indiquem os países onde a situação em relação à ocorrência da dengue permanece incerta (Brady *et al.*, 2012).

O artigo mais citado do Brasil é *First report of autochthonous transmission of Zika virus in Brazil* (2015), atualmente com 843 citações. Este *paper* trata-se de um artigo de relato, propondo-se a registrar e comunicar a primeira evidência do Zika vírus como agente causador de um surto no Nordeste do Brasil (Zanluca *et al.*, 2015).

Quanto à Inglaterra, o artigo mais citado foi o mesmo dos Estados Unidos, uma vez que o estudo possui pesquisadores de ambos os países. Sendo assim, buscou-se analisar o segundo com maior número de citações, *A new consensus for Trypanosoma cruzi intraspecific nomenclature: second revision meeting recommends TcI to TcVI* (2009), que registra 763 menções. Este estudo discute sobre a nomenclatura do agente responsável pela doença de Chagas, o *Trypanosoma cruzi*, justificando que a padronização desta nomenclatura pode facilitar a comunicação entre os pesquisadores que se dedicam à pesquisa do *T. cruzi* dentro da comunidade científica (Zingales *et al.*, 2009).

A França aparece como o quarto país mais representativo na produção científica sobre as DTN, dentro da categoria Medtrop na *WoS*. O seu artigo com maior número de citações é *Expert consensus for the diagnosis and treatment of cystic and alveolar echinococcosis in humans* (2010), totalizando 1.202 citações. Este texto aborda a visão de pesquisadores de diferentes continentes que debruçaram suas pesquisas ao tratamento da equinococose, buscando estabelecer um consenso entre especialistas a respeito de novas abordagens de diagnóstico, tratamento e acompanhamento desta enfermidade (Brunetti *et al.*, 2010).

Quanto à Índia, o seu artigo mais citado é *The Global Burden of Disease Study 2010: Interpretation and Implications for the Neglected Tropical Diseases* (2014), possuindo 644 citações. Este trabalho propõe uma discussão pautada no Estudo de Carga de Doença Global 2010 em relação ao escopo das DTN (Hotez *et al.*, 2014).

CONSIDERAÇÕES

A historiografia bibliométrica demonstrou ser um método eficaz para avaliar o conhecimento produzido sobre a Medtrop em uma base de dados internacional. Ao mapear os atores, instituições e países de destaque, este estudo revelou redes de interação entre sujeitos, cujas ações e interesses se entrelaçam no âmbito científico. Além disso, a evolução da relevância social das instituições foi analisada com base em suas atividades de produção científica. Dessa maneira, este estudo não apenas amplia a compreensão da Medtrop como campo de conhecimento, mas também fornece *insights* valiosos sobre seu desenvolvimento histórico e científico.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe) pelas bolsas de iniciação científica (PIBIC).

REFERÊNCIAS

BRADY, O. J. *et al*. Refining the global spatial limits of dengue virus transmission by evidence-based consensus. **PLoS neglected tropical diseases,** 2012. Disponível em: https://journals.plos.org/plosntds/article?id=10.1371/journal.pntd.0001760. Acesso em: 13 fev. 2024.

BRUNETTI, E. *et al*. Expert consensus for the diagnosis and treatment of cystic and alveolar echinococcosis in humans. **Acta tropica**, 2010. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0001706X09003581. Acesso em: 13 fev. 2024.

FONTECHA, G.; SÁNCHEZ, A.; ORTIZ, B. Publication trends in neglected tropical diseases of Latin America and the Caribbean: a bibliometric analysis. **Pathogens**, 2021. Disponível em: https://www.mdpi.com/2076-0817/10/3/356. Acesso em: 12 fev. 2024.

HOTEZ, P. J. *et al*. The global burden of disease study 2010: interpretation and implications for the neglected tropical diseases. **PLoS neglected tropical diseases**, 2014. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4109880/. Acesso em: 11 fev. 2024.

SOBRAL, N. V.; SILVA, F. M.; DUARTE, Z. Perfil da produção científica em Medicina Tropical na América Latina: análise do termo "Tropical Medicine" na Web of Science. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, p.31-49, 27 jan. 2017. Faculdade de Biblioteconomia Comunicacao. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/68093. Acesso em: 13 jul. 2024.

VAN ECK, N.; WALTMAN, L. Software survey: VOSviewer, a computer program for bibliometric mapping. **Scientometrics**, v. 84, n. 2, p. 523-538, 2010.

ZANLUCA, C. *et al*. First report of autochthonous transmission of Zika virus in Brazil. **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mioc/a/XpyZfLm7yZbBckwwqWjWxnz/?lang=en. Acesso em: 13 fev. 2024.

ZINGALES, B. *et al*. A new consensus for Trypanosoma cruzi intraspecific nomenclature: second revision meeting recommends TcI to TcVI. **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**, 2009. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6235. Acesso em: 13 fev. 2024.

TAXONOMIA E ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO: APLICAÇÃO NO OBSERVATÓRIO SOBRE AS ESTRATÉGIAS DA INDÚSTRIA DO TABACO

Ana Clara Pereira de Melo
Alex Medeiros Kornalewski

Resumo: Este trabalho tem por objetivo ressaltar a importância da organização informacional através de um estudo de caso no Observatório do Tabaco. Foram utilizados os conceitos de revocação e taxonomia para melhorar a recuperação da informação para os usuários do Observatório. Os resultados se deram na melhoria da revocação de resultados acerca do assunto de preferência do usuário e na organização do sistema de catalogação do site do Observatório do Tabaco.

Palavras-chave: Revocação. Taxonomia. Tabaco. Recuperação. Informação.

INTRODUÇÃO

O tabagismo é um grave problema de saúde pública, estando relacionado a mais de oito milhões de óbitos, a cada ano, em todo o mundo (OMS, 2020). A fumaça do tabaco contém mais de sete mil substâncias tóxicas, muitas delas, associadas a diversos tipos de câncer, a doenças dos aparelhos respiratório e cardiovascular, sendo a indústria do tabaco o principal vetor dessas enfermidades (Tobacco Atlas, 2018; Perez, 2013). Em 2012, no mundo, os gastos com saúde devido a doenças atribuíveis ao consumo de tabaco totalizaram US $ 422 bilhões. Somados a perda de produtividade e as mortes causadas pelo consumo de tabaco, o custo estimado será de US $1.436 bilhões, sendo que cerca de 40% desses custos são despendidos nos países de baixa e média renda (Godschild et al, 2016). No Brasil, um estudo publicado em 2017 estimou que a carga do tabagismo em termos de mortalidade, morbidade e custos de assistência médica calculado para 15 doenças tabaco associadas foi responsável por 147.072 óbitos, sendo 157.126 por infartos agudos do miocárdio, 75.663 por acidentes vasculares cerebrais e 63.753 por câncer. O custo para o Sistema de Saúde foi de R$ 23, 37 bilhões (Pinto, 2019). Apesar da queda constante do consumo de tabaco no mundo, o ritmo de redução da demanda ainda é lento. Caso não sejam intensificados os esforços para o efetivo controle, o mundo não alcançará uma redução de 30% até 2025, contrariando ocompromisso firmado globalmente e intensificado a partir da adoção da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da Organização

Mundial da Saúde (CQCT/OMS), que foi pactuado durante a 52ª Assembleia Mundial da Saúde em 1999, cujo objetivo é "proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco". No Brasil, a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, entrou em vigor em 2005 e, diversas medidas vêm sendo tomadas para que haja a efetiva redução da demanda e do consumo de tabaco e assim, seu consumo vem sendo "desnormalizado". Entre essas medidas está o monitoramento da indústria do tabaco.

Embora seja um setor legalmente constituído, é necessário identificar quais táticas têm sido usadas para promover seus produtos. Neste quesito, houve um significativo avanço após a publicação de documentos internos que levaram a indústria aos tribunais nos Estados Unidos e no Canadá. Pode-se conhecer a magnitude das ações para que não fosse regulada e, consequentemente, quais estratégias deveriam ser adotadas pelos governantes para prevenir e combater sua interferência. Uma das medidas foi a criação de Observatórios para o monitorar as atividades da indústria do tabaco, entre os quais o Observatório do CETAB/FIOCRUZ. O monitoramento envolve a coleta sistemática de informações disponíveis nos meios de comunicação, em websites, em documentos legislativos e relatórios oficiais e outros documentos que demonstram as táticas usadas para impedir sua regulação. O objetivo dos Observatórios é reunir informações e disponibilizá-las de forma organizada e sistemática e poder ajudar na formulação de políticas de proteção das populações. Vários organismos têm se envolvido neste tipo de monitoramento, seja para expor as táticas usadas, como para conhecer qual a percepção da população sobre as estratégias de marketing adotadas pelo setor, papel que vem sendo liderado pelo Secretariado da CQCT que informa aos países sobre novas iniciativas do setor. A publicação deste Relatório tem como objetivo apresentar as muitas atividades que o observatório das Estratégias da Indústria do Tabaco do CETAB/ENSP/FIOCRUZ realizou e que apoiam a adoção de medidas para conter a indústria do tabaco no Brasil. O Secretariado da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da OMS, desempenhou um papel muito importante na criação dos Observatórios do Brasil, da África do Sul e do Sri Lanka. Também estimulou a criação de modelos semelhantes nos países pertencentes ao grupo dos BRICS, formado pelo Brasil, Rússia, Índia e China, que reúne mais de 40% do total de fumantes de todo o mundo, oferecendo apoio político, técnico e financeiro. A recomendação foi feita na Sétima Conferência da Partes (COP 7) realizada na Índia em 2016 e está no documento FCTC; COP 7. Além da criação dos Observatórios, reforça a necessidade das Partes estabelecerem medidas de controle para fortalecer a implementação do Artigo 5.3, como a criação de um Knowledge Hub, localizado na Tailândia. Esse documento também expressa apoio ao estabelecimento de um painel de especialistas para fornecer às Partes apoio na formulação de políticas e na capacitação.

OBJETIVOS

Monitorar a indústria do tabaco e cooperar com a implementação do Artigo 5.3 da CQCT, difundir informações e promover estudos acadêmicos sobre as estratégias da indústria do tabaco.

METODOLOGIA

As taxonomias são somente uma forma de agrupar publicações relacionadas (ou outras partes do conteúdo). Por exemplo, o site do Observatório, poderá criar taxonomias para diferentes temáticas (cigarro eletrônico, tática RSC, etc.) e atribuir publicações relevantes a cada taxonomia. As taxonomias são úteis já que torna mais fácil para os leitores encontrar conteúdo relacionado (e fornecem também algum contexto ao seu conteúdo, apesar de essa ser uma vantagem secundária). A política taxonômica pode ser construída por intermédio de categorias facetadas, multifacetadas e ou tags. Aliás, existem algumas razões que justificam haver uma interface diferente para cada opção. Primeiro, cada publicação que você escreve precisa de uma categoria. As tags, por outro lado, são totalmente opcionais. As categorias são hierárquicas e as tags não. Hierarquia apenas significa que você pode adicionar subcategorias dentro de categorias-pai. Assim, pode colocar categorias dentro de outras, mas não para e fazer isso para tags. Quanto ao Observatório, a aplicação da política de taxonomia facetada é o indicado, visto que se adequa a interoperabilidade do software de gestão de conteúdo e documento utilizado pelo setor (plataforma Drupal).

DISCUSSÃO DE RESULTADOS

A taxonomia aplicada aos estudos do CETAB não é complicada, mas exige atenção com os dados indexados, visto que é um Observatório que bate de frente com a indústria do tabaco; os termos são específicos e precisos, para não haver margem de dúvida. Abaixo, um gráfico para visualizar os resultados até aqui:

1 Documentos tratados no Observatório, 2024

DOCUMENTOS TRATADOS NO OBSERVATÓRIO

TABELA 1
JANEIRO - MAIO

MÊS	TOTAL DE DOCUMENTOS
JANEIRO	5
FEVEREIRO	312
MARÇO	177
ABRIL	345
MAIO	407

Fonte: construção pessoal do autor.

No primeiro mês, eu me ambientei ao Observatório e foquei em conhecer e entender os termos específicos utilizados para a indexação dos documentos. Especificar a busca para a melhora da revocação do usuário é uma das principais funções para manter o site organizado. Mas o que é a revocação?

A revocação nada mais é que os resultados obtidos pela busca feita pelo usuário, utilizando termos gerais ou específicos. Para aqueles que querem encontrar uma simples notícia sobre, por exemplo, doenças do cigarro de uma forma geral ou aqueles que, de forma específica, buscam sobre doenças pulmonares relacionadas ao tabagismo, a revocação é fundamental para que ambos tipos de usuários encontrem o resultado desejado. Dessa forma, a indexação dos termos referentes àquele documento deve ser feita da forma mais precisa possível, a fim do usuário encontrá-lo rapidamente em sua busca.

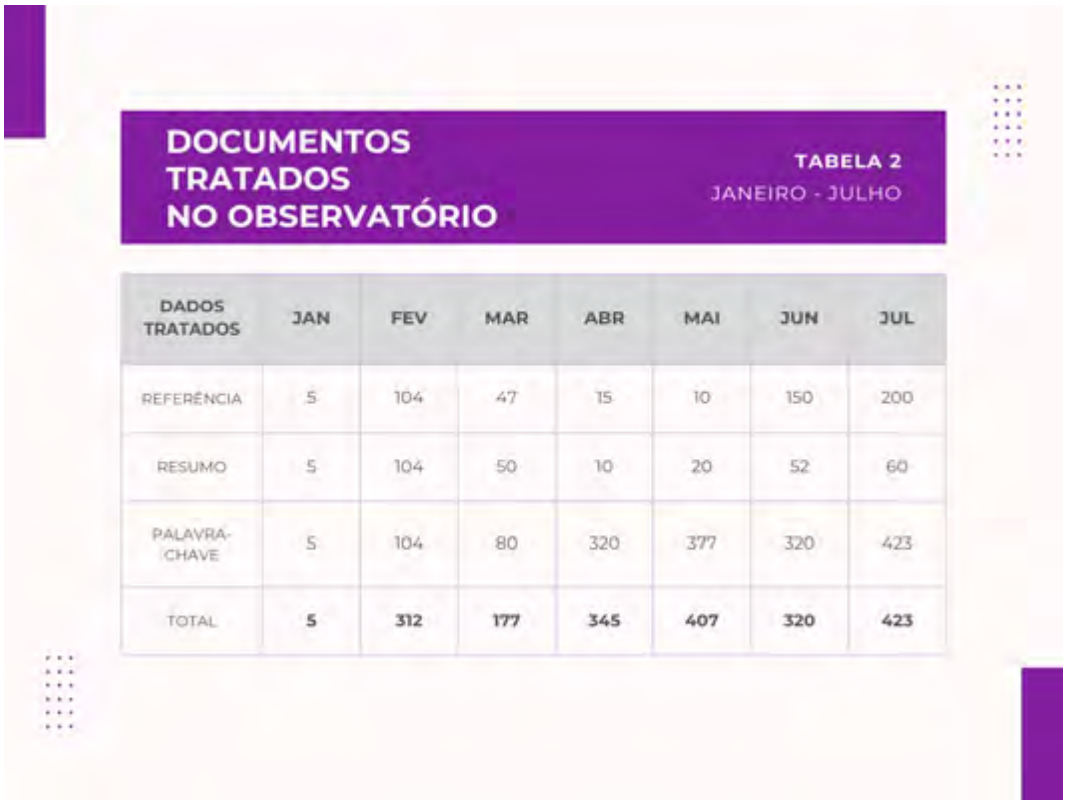
No segundo mês, com maior número de documentos trabalhados, meu foco foi indexar o que era importante para o uso do CETAB. Assim se seguiu para o terceiro mês, quando meu foco foi 100% para as palavras-chaves para melhorar a busca do usuário. Percebe-se a queda dos documentos, mas a melhora na qualidade do conteúdo do Observatório. Assim melhora-se também o resultado de busca feita pelo usuário. O

quarto mês (abril) foi o que mais documentos no Observatório. Já com a prática dominada e conhecimento das palavras-chave já cadastradas no sistema, 345 documentos ganharam maior especificidade, assim sendo encontrados pelos usuários que buscam seus temas de forma mais rápida e precisa, conforme a necessidade do buscador. Mas como definir quais são as melhores palavras-chave para aquele documento? O processo de definição de palavras-chave é feito a partir dos assuntos que aquele documento trata. Por exemplo, se um conteúdo a ser indexado aborda sobre "Tabaco e Trabalho infantil", estes dois termos serão guias para a definição do maior número de palavras-chave possíveis, aumentando a especificidade daquele documento. Desta forma, o usuário que busca por documentos relacionados a esses assuntos encontrarão todos os conteúdos do CETAB relacionados a esses tópicos.

Cada um destes documentos recebeu um tratamento em palavras-chave, resumo e referência, a fim de todas as informações estivessem disponíveis para o usuário. Utilizando do método "5W2H" para concentrar as informações necessárias, os resumos dos documentos dos quais precisavam deste tratamento em específico ficaram mais ricos de informações relevantes para o usuário. O método 5W2H é uma sigla para as 7 perguntas cruciais para a utilização de uma ferramenta (neste caso, a formação de um documento): What (O quê), Who (Quem), When (Quando), Where (Onde), Why (Por quê?), How (Como) e How Much (Quanto). Baseando-se nestas perguntas, a elaboração do resumo de um documento tratado mostra ao usuário as informações relevantes daquele documento, que podem ser - ou não - de interesse do usuário. O objetivo é deixar a mostra tudo que for importante daquele documento que pode ser aproveitado pelo usuário.

Para as referências, utiliza-se a norma NBR6023, sendo de suma importância para referenciar o conteúdo do documento e disponibilizar para o usuário que necessitar daquela fonte de informação. A seguir, os dados tratados divididos pelos ajustes que receberam:

2 Documentos tratados no Observatório por segmentação de atividade, 2024



DOCUMENTOS TRATADOS NO OBSERVATÓRIO

TABELA 2
JANEIRO - JULHO

DADOS TRATADOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL
REFERÊNCIA	5	104	47	15	10	150	200
RESUMO	5	104	50	10	20	52	60
PALAVRA-CHAVE	5	104	80	320	377	320	423
TOTAL	**5**	**312**	**177**	**345**	**407**	**320**	**423**

Fonte: construção pessoal do autor.

INTERFERÊNCIA DA INDÚSTRIA

No site do Observatório, há uma parte organizada para as interferências da indústria nas medidas antitabagistas.

3 categorias principais do Observatório, 2024.

Fonte: construção pessoal do autor.

São elas: "Estratégias e Táticas", "Organizações" e "Pessoas". Todas essas categorias estão relacionadas a ações, organizações (como sindicato, por exemplo) e pessoas que, de alguma forma, estão relacionadas com a indústria do tabaco. A seção "Estratégias e Táticas" está ligada a taxonomia aplicada, enquanto "Organizações" e "Pessoas" recebem tratamento antes e depois de serem inseridos no site. Seus dados constam nome, função e palavras-chave, para identificação e melhora na revocação quando seus termos forem buscados. A seguir, dados de "Organizações" e "Pessoas" tratadas no período de julho e agosto, quando foquei no tratamento dos mesmos:

No mês de julho organizei apenas as "Pessoas". Essa categoria possui mais dados que "Organizações" e requer um pouco mais de pesquisa para não inserir dados incorretos. Todas as informações foram retiradas de sites públicos e devidamente referenciadas. Em agosto, transitei de uma categoria para outra. As informações de "Organizações" foram retiradas dos sites oficiais das instituições e/ou sites públicos, também sendo devidamente referenciadas. Ambas categorias receberam palavras-chave a fim de melhorar a revocação da pesquisa de seus termos e fotos para que os usuários as identifiquem.

CONCLUSÕES

A melhoria dos resultados de busca no CETAB pode ser percebida através das palavras--chave, que se tornaram muito mais precisas. É claro que ainda há muito trabalho a ser feito, mas através da taxonomia dos termos que direcionam o documento e a precisão das palavras-chaves, o Observatório tende a aumentar ainda mais sua referência em monitorar a indústria do tabaco e fiscalizar se os termos da CQCT (Convenção-Quadro para o Controle de Tabaco) estão sendo devidamente cumpridos no Brasil.

Mas não só será benéfico ao usuário, mas também ao próprio Observatório a organização dos documentos referentes não só de notícias, mas também de eventos importantes, como por exemplo a COP (Conferência das Partes), evento 100% voltado ao tabaco. O CETAB possui os boletins, tiragens de notícia feitos pelo próprio Observatório, e a organização dos documentos é de extrema importância para a realização dos mesmos, selecionando os documentos relevantes para a tiragem, documentos esses que já estarão devidamente separados e organizados

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao apoio do Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde (CETAB).

REFERÊNCIAS

Tobacco. World Health Organization, Geneva, 2023. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/tobacco

GOODCHILD Mark; NARGIS Nigar; TURSAN Edouard. Global economic cost of smoking-attributable. **Tob Control,** 27 jan 2018.

PEREZ, Cristina de Abreu. **Análise da interferência da indústria do tabaco na implementação das advertências sanitárias nos derivados de tabaco no Brasil.** Tese Mestrado (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2013.

DROPE Jeffrey. et al. (org). **Tobacco Atlas.** Estados Unidos: American Cancer Society; Vital Strategies, 2018.

PINTO, Marcia et al. Carga do tabagismo no Brasil e benefício potencial do aumento de impostos sobre os cigarros para a economia e para a redução de mortes e adoecimento. **Cad. Saúde Pública,** 2019, vol. 35, n. 8, p. 1-18, 2019.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Indexação e resumos:** teoria e prática. 2. e.d. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

NBR 12676 – Métodos para análise de documentos – determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro: ABNT, 1992

LOURENÇO, Felipe Teixeira; CARNEIRO, Andressa Glenda Rodrigues; SILVEIRA, Ana Paula de Alcântara. A construção de diagnósticos arquivísticos: considerações sobre a aplicação da técnica 5W2H na atividade diagnóstica. **Revista Fontes Documentais,** [S. l.], v. 7, n. 1, p. e71244, 2024. DOI: 10.9771/rfd.v7i0.58759. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/RFD/article/view/58759.

EIXO 2

Competência informacional e seu papel no combate à desinformação

ABORDAGEM EDUCATIVA DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

Joselito Manoel de Jesus
Doutorando em Ciência da Informação pelo
Instituto de Ciência da Informação (ICI),
Universidade Federal da Bahia, (UFBA);
Professor Assistente da Universidade do Estado da Bahia,
Departamento de Ciências Humanas IV.
jjesus@uneb.br; joselitojoze@gmail.com
Fernanda Maria Melo Alves
Professora da Universidad Carlos III de Madrid (UC3M),
Doutora em Documentação pela Universidade Carlos III de Madrid;
Colaboradora da UNESCO em Information Literacy
(publicações e projetos). fmeloa2@hotmail.com

Resumo: O estudo articula a práxis educativa dos professores com a competência em informação. A metodologia é descritiva, qualitativa e bibliográfica. Efetuou-se a busca em bases de dados específicos, usando descritores relacionados com o objetivo. Depois, selecionou-se a literatura pertinente, que foi analisada e organizada. Os resultados mostram que a práxis educativa dos professores e o domínio da competência em informação são indissociáveis. Conclui-se que essas competências enriquecem os conhecimentos dos professores e facilitam a sua atuação pedagógico-didática no processo de ensino-aprendizagem dos discentes na aquisição de competência em informação em todos os contextos e numa sociedade em constante transformação.

Palavras-chave: Abordagem educativa. Professor. Competência em informação.

INTRODUÇÃO

Todo ser quando passa a existir tende a durar por um tempo. Embora a entropia o degrade e concorra para sua obsolescência e extinção sua permanência revela um trabalho de organização neguentrópica – negação provisória e local da entropia – que requer informação para efetivar sua reprodução e sua criação bem sucedida num circuito retroativo e recursivo.

A organização neguentrópica na teoria da complexidade revitaliza e reproduz o ser (recursão) através de desvios na corrente da entropia com informação, ou melhor, ações dirigidas por informação, embora participe do seu fluxo que constitui a termodinâmica

organizacional que caracteriza a produção da existência em processos generativos dentro de circuitos degenerativos e regenerativos.

Desse modo a desinformação não se constitui apenas em desvio moral, é uma traição ontológica e histórica. Portanto, qualquer processo formativo se baseia em processos informativos e exige o enfrentamento efetivo à desinformação no qual o desenvolvimento de competências em informação dos professores é fundamento.

Assim, o professor deve entender a importância da informação e da competência em informação para a docência, como insumo fundamental para gerar a neguentropia[1] (Morin, 2016) necessária, a fim de que sua prática educativa possa incorporar a desorganização e a desordem numa metadesorganização e numa metadesordem, acompanhando o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, político e social, sem os quais a entropia prevalece e o ensino e a aprendizagem tornam-se precários. Em função disso, o objetivo deste trabalho é investigar a relação entre a práxis pedagógica em sua produção/transformação/reprodução/criação e a competência em informação do professor para a melhoria dos seus processos formativos no combate à desinformação.

Há relativamente pouco tempo, a pandemia da Covid-19 apresentou desafios aos professores para elaborarem recursos educativos e ministrarem aulas *online,* tendo de desenvolverem, para além das aptidões pedagógico-didáticas comuns, competências do universo informacional e digital. Foi necessário lidar com *hardwares,* tais como laptops e dispositivos móveis, que funcionam em redes sem fio, com acesso a milhões de sites interconectados em rede, e aproveitar as possibilidades oferecidas pela web 2.0, tais como *blogs, wikis*, entre outros, a fim de elaborar recursos e atividades didáticas síncronas e assíncronas em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), para promover o ensino e a aprendizagem, aproveitando o fluxo informacional e a interatividade comunicacional, que este dispositivo proporciona.

O estudo enfatiza a abordagem educativa dos professores e formadores, para adquirir e melhorar um conjunto de competências, habilidades e atitudes para poderem acessar, selecionar e usar a informação indispensável, para a sua práxis profissional, que enriquecem os seus conhecimentos, facilitam a sua atuação pedagógico-didática no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes e na aquisição de competência em informação no contexto digital, atento à produção sistemática da desinformação com finalidades desorganizacionais que contribuem para entropia dos sistemas sociais democráticos.

1 Neguentropia segundo Morin (2016) é a inversão do curso da entropia, embora local e temporária. E não existe informação sem um organização neguentrópica. Assim, a neguentropia necessita de informação e a produz utilizada por organizações abertas na produção-de-si num circuito permanente e num fluxo ininterrupto. Daí sua importância para a compreensão da práxis organizacional de qualquer instituição educativa.

METODOLOGIA

A pesquisa é bibliográfica, com caráter descritivo e qualitativo, adequados para atingir o objetivo definido, ao visar a imersão do pesquisador no objeto de estudo (Sampieri, 2014), o aprofundamento dos seus conhecimentos e o subsídio de futuras pesquisas. A coleta de fontes bibliográficas efetuou-se no Portal de Periódicos da CAPES e na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), através do descritores "competências em informação", abordagem epistemológica" e "educação", tendo-se selecionado referencial teórico pertinente para fundamentar a conceptualização e a abordagem escolhida, permitindo inferências que produziram as conclusões deste trabalho.

ABORDAGEM EDUCATIVA DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

Estudos diacrônicos de revisão sobre *information literacy*/competência em informação a nível mundial, investigam modelos em contexto universitário e respectivas aplicações, descrevendo experiências realizadas com estudantes, em diferentes universidades e países. Alves e Alcará (2014), Valentim, Bitencourt e Ceretta-Soria (2014), Sanches (2016), Mendes e Prado (2022).

Nesta investigação, justifica-se a adoção do conceito de competência em informação de Dudziak (2003), por incorporar três dimensões: conceituais, atitudinais e de habilidades, representada na figura seguinte, diretamente articulados com a perspectiva educativa.

Figura 1 – Competência em Informação de Dudziak (2003): retroação e recursão

Fonte: elaborado pelos autores

A figura anterior expressa o conceito competência em informação abordado pela retroação e recursão da teoria da complexidade (Morin, 2016), que preside a dinâmica existencial de um ser como totalidade recursiva, formando um circuito generativo. O

aprendizado ao longo da vida, proporcionado pela compreensão e interação com o universo informacional e sua dinâmica, viabilizado pela internalização contínua dos fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades procedimentais, contribui ainda mais para esta internalização contínua, o que torna ainda mais fecunda, criteriosa e abrangente.

Dudziak (2003) indica duas obras publicadas em 1989, por enfocarem uma perspectiva educacional, *Information literacy: revolution in the library*, de S. Breivik e E. Gordon Gee, e *Presential Committe on Information Literacy: final report da ALA*, a partir das quais se desenvolveu a *Information Literacy Education* (ILE), subárea que motiva a ampliação do conceito e seu aprofundamento pedagógico de natureza teórica, curricular e didática, associada à questão central da informação e da produção de conhecimento.

As diferentes abordagens são dirigidas, tanto para a formação dos profissionais da informação, quanto para professores e formadores, que necessitem de tais competências basilares no contexto das novas tecnologias midiáticas e informacionais digitais, sem as quais ficarão ultrapassados. Desta forma, um ensino precarizado não responde às demandas sociais, econômicas, culturais (ciberculturais) e políticas do nosso tempo, requerendo a incorporação de tais competências a nível básico.

Desde que surgiu, a competência em informação é estratégica diante das necessidades individuais e coletivas correspondentes às exigências sociais contemporâneas. Assim, desde o paradigma físico ao paradigma social, pode-se estabelecer um paralelo com o desenvolvimento da Pedagogia, quando esta transita de uma perspectiva epistemológica empirista (Pedagogias Tradicional/Comportamentalista) para uma perspectiva interacionista.

Na Ciência da Informação, observa-se um crescente processo de autonomia do usuário, mediado pelo profissional da informação, culminando na competência em informação. Pode-se reconhecer uma relação epistemológica entre os profissionais da informação, professores e formadores e os usuários, desenvolvida em função das demandas sociais, dos avanços da ciência, da tecnologia e do mundo da produção.

Até meados da década de 1970, o usuário se encontrava mais numa condição de receptor passivo da informação, caracterizado por um regime diretivo, no qual tinha pouca autonomia e opção. A *information literacy* não emergiu num contexto epistemológico e pedagógico autoritário, no qual o conhecimento se concentrava no profissional da informação/professor/formador, principais mediadores para alcançar as fontes de informação.

Dos anos de 1970 em diante, pode-se também identificar um regime não-diretivo da informação, no qual o usuário foi reduzindo ou mesmo dispensando a mediação destes atores, consciente em suas próprias competências para acessar, tratar e aplicar a informação na solução de suas necessidades. Comentando sobre a competência em informação nos anos 1980, Dudziak afirma o seguinte:

> [...] a evolução do pensamento entre os profissionais da informação não se deu de modo uniforme e unívoco. Muitos profissionais mantinham ideias e ideais arraigados às antigas tradições que entendiam a atuação do bibliotecário como restrita à biblioteca. Persistiam práticas historicamente consolidadas de educação de usuários (*user education*), orientação bibliográfica (*bibliographic orientation*), alfabetização em biblioteca (*library literacy*) (Dudziak, 2016, p.31).

Na relação dialógica e mediadora, proposta por Paulo Freire (2019) valorizam-se e estimulam-se tanto a autonomia e a potencialidade do usuário, quanto o papel mediador do profissional da informação, de cujas competências profissionais emergem sua "[...] expertise em lidar com o ciclo informacional, com as tecnologias da informação e com os contextos informacionais" (Miranda, 2004, p.118). Esta relação deve privilegiar a autonomia nas atitudes, a eficiência e a eficácia no domínio técnico da informação, suas fontes e técnicas de busca e recuperação e o uso ético e legal da informação, contribuindo para o avanço da educação, da ciência e da inovação para a consolidação de uma cultura democrática na sociedade com propostas e ações emancipatórias.

Em seguida, apresenta-se um quadro comparativo entre as perspectivas epistemológicas, cujos intervenientes são entre os profissionais da informação (PI), ou professores e formadores e os usuários (U), e entre os sujeitos (S) e os objetos (O) que representam o meio socio cultural e os professores que mediam os saberes oriundos desse meio. Essas relações definem diferentes pedagogias e paradigmas informacionais.

Quadro 1: Epistemologias Pedagógicas e Paradigmas da Ciência da Informação

EPISTEMOLOGIAS PEDAGÓGICAS			PARADIGMAS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO		
Empirismo	S	O	Paradigma Físico	U	PI
Inatismo	S	O	Paradigma Cognitivo	U	PI
Interacionismo	S	O	Paradigma Social	U	PI

Fonte: elaborado pelos autores

Logo, a interação é princípio fundamental que caracteriza as inter-relações, tanto na perspectiva epistemológica interacionista, que serve de base para as pedagogias que enfatizam a construção do conhecimento num processo dialógico e o aprender a aprender como resultado da autonomia intelectual, como no paradigma social, que enfatiza o trabalho com a informação em contextos culturais interativos, democráticos, dialógicos.

Através de suas necessidades e problemas, o usuário desafia o profissional da informação, que, por sua vez, desafia o usuário, a quem orienta criticamente, sugerindo ampliações para o acesso às informações, fontes diversas e seguras, apropriação e uso

ético, além de sugerir técnicas de busca e recuperação eficazes, sistematização e aplicação adequadas, contribuindo para sua autonomia intelectual e para o combate à desinformação no contexto emergente no qual se desenvolve sua atividade educativa.

Para os docentes e discentes aperfeiçoarem as suas habilidades, conhecimentos e atitudes é preciso a reestruturação do processo de ensino/aprendizagem. De nada adiantarão as competências em informação dos docentes, se predominar a metodologia da transmissão, ou se os estudantes forem menosprezados. Urge outra postura pedagógica, que requer inter-relações educativas, para que os estudantes se apropriem das competências em informação, de modo a contribuir para o bem-estar pessoal, o desenvolvimento profissional e a sua atuação cidadã consciente dos riscos que a desinformação provoca.

Portanto, numa perspectiva epistemológica interacionista, a competência em informação contribui para a aproximação produtiva e criativa entre professores e profissionais da informação, principalmente no contexto das tecnologias digitais, seus desafios e demandas para a formação atual de professores, na qual a informação é base para a construção e avanço do conhecimento num contexto emergente da produção da desinformação como estratégia política.

CONCLUSÃO

A proposta deste estudo de articular a práxis educativa dos professores com a competência em informação num contexto de desinformação foi alcançada, fundamentada em bibliografia pertinente, resultante da metodologia adequada ao objetivo inicial.

A práxis educativa dos professores e o domínio da competência em informação são indissociáveis, enriquecem os seus conhecimentos e promovem a sua atuação pedagógico-didática no processo de ensino-aprendizagem dos discentes na aquisição de competência em informação em todos os contextos e numa sociedade em constante transformação.

Uma práxis educativa dialógica que se insere num paradigma social da informação e numa perspectiva pedagógica interacionista favorece a retroação da informação sobre a formação e alerta, reflexivamente, sobre os riscos que a desinformação apresenta para a busca do conhecimento e para a busca de realização plena dos educandos e educadores em seu espaço possível de realização humana na transformação social ao alcance das possibilidades de realização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Fernanda Maria Melo; ALCARÁ, Adriana Rosecler. **Modelos e experiências de competência em informação em contexto universitário**. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 19, n.41, p. 83-104, set./dez., 2014. ISSN 1518-2924. DOI: 10.5007/1518-2924.2014v19n41p83. Disponível em https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2014v19n41p83. Acesso em 10 jun. 2024.

DUZDIAK, E A. **Information literacy**: princípios, filosofia e prática. Ciência da Informação, Brasília, v.32, n.1, p.23-35, jan./abr. 2003. Disponível em: http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/123. Acesso em: 29 mai. 2024

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Políticas de competência em informação: leitura sobre os primórdios e a visão dos pioneiros da information literacy. In ALVES, Fernanda Maria Melo; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira. (orgs.). prefácio: José Antonio Moreiro-González. **Competência em informação**: políticas públicas, teoria e prática. Salvador: EDUFBA, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 74. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2019.

MENDES, Lucas; PRADO, Jorge Moisés Kroll do. **Modelo de competência em informação científica para avaliadores de periódicos**. Inf. Inf., Londrina, v. 27, n. 4, p. 427– 455, out./dez. 2022.

MIRANDA, Silvânia Vieira. **Identificando competências informacionais**. Ciência da Informação, Brasília, DF, v.33, n.2, p. 112-122, maio/ago.2004. Disponível em: http://www.cielo.br/pdf/ci/v33n2/a12v33n2.pdf/. Acesso em 07 jul.2024.

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, Pillar B. **Metodología de la investigación**. 6. ed., Santa Fé, México: McGRAW-HILL / INTERAMERICANA EDITORES, S.A. DE C.V. 2014.

SANCHES, T. Modelos de literacia da informação e desenho de um programa para bibliotecas do ensino superior: Uma proposta. In C. Lopes, T. Sanches, I. Andrade, M. L. Antunes, & J. Alonso-Arévalo (Eds.), **Literacia da informação em contexto universitário** (pp. 3-26). Lisboa: Edições ISPA [ebook], 2016.

https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/25208/1/LICU,%202016,3-26.pdf

VALENTIM, Marta Lígia Pomim; BITENCOURT JORGE, Carlos Francisco; María Gladys CERETTA-SORIA. **Contribuição da Competência em Informação para os processos de Gestão da Informação e do Conhecimento**. Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS. V. 20, n.2 – Jul./Dez. 2014

COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: ESPAÇOS DE PESQUISA/AÇÃO

Maria Isabel De Jesus Sousa Barreira
UFBA, isasousa2010@hotmail.com
Tawana Ieda Nobre Batista
UFBA, tawnobre@gmail.com
Beatriz Marques Sacramento
UFBA, beatrizmarquessacramento@gmail.com

Resumo: O estudo busca identificar e analisar os diferentes espaços de pesquisa/ação de competência em informação, a partir das publicações acadêmico-científicas disponibilizadas no Portal da CAPES entre 2000–2021. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa e qualitativa. Os procedimentos metodológicos foram: 1) levantar a produção científica; 2) mapear ambientes onde ocorrem as práticas/ações de competência em informação; 3) identificar terminologias sobre competência adotadas nas produções analisadas. Os resultados mostram que a produção foi de 863 trabalhos, com predomínio da CI, abordando práticas em educação. Conclui-se que há um crescimento notório da temática, reafirmando a importância desses estudos.

Palavras-chave: competência em informação. Ciência da Informação. informação.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre Competência em Informação vem cada vez mais se fazendo presente na área da Ciência da Informação (CI), sendo encontrada em artigos e publicações científicas, seminários, encontros de profissionais e, também, nas salas de aula e grupos de pesquisa científica das universidades.

O trabalho aborda a competência em informação, buscando identificar e analisar os diferentes espaços de pesquisa/ação em que é desenvolvida/estudada, a partir das publicações acadêmicas e científicas disponibilizadas no Portal de periódicos da CAPES, no período de 2000-2021, realizando uma análise acerca da permanência ou mudança dos espaços de pesquisa/ação em relação ao início de discussão da temática, principalmente no território nacional.

Através da identificação dos estudos realizados no período descrito, pretende-se mapear os ambientes nos quais são descritas práticas/ações relacionadas ao uso da

competência em informação e realizar a identificação das terminologias empregadas nas diferentes publicações para designar a competência em informação.

Espera-se que os resultados da investigação possam trazer contribuições efetivas para o desenvolvimento de estratégias que viabilize a adoção de políticas que implementem a competência em informação em diferentes organizações sociais, como um eixo norteador para capacitar pessoas no acesso e uso da informação, em um contexto marcado pela desinformação (Silva et al., 2022).

COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO:

Os estudos sobre as habilidades relacionadas ao uso da informação remontam aos anos 70 do século XX, quando o termo "Information Literacy" foi citado pela primeira vez no ano de 1974 pelo bibliotecário americano Paul Zurkowski, reconhecido por mencioná-lo, após apresentar à National Commission on Libraries and Information Science (NCLIS) o relatório The information service environment relationships and priorities. No Brasil, o início da discussão da temática ocorreu por volta do ano 2000, quase 30 anos após a primeira citação reconhecida do termo, utilizando "alfabetização informacional" e outras variações como tradução para "information literacy", tornando importante essa investigação para identificação dos avanços ocorridos tanto em relação à abrangência da temática quanto referente ao consenso sobre qual o termo correto a ser utilizado para tratar da temática.

Desde então a competência informacional, definida por Gasque (2013, p. 5) como "capacidade do aprendiz de mobilizar o próprio conhecimento que o ajuda a agir em determinada situação", expandiu-se para diversas áreas de estudos existentes na sociedade e diferentes países, consequentemente tendo diversas traduções em relação ao termo utilizado por Zurkowski. Desse modo, tem sido abrangente a designação terminológica acerca da competência, confirmando a percepção de Gasque (2013) em uma entrevista publicada, sobre os diferentes termos / conceitos para designar competências e habilidades no trato com a informação. A visão da autora, confirma o estudo de Dudziak (2010) realizado em duas bases de dados, que, ao identificar a produção sobre o tema, demonstra a evolução dos conceitos ao longo dos anos, e enfatiza a persistência da diversidade de termos, resultado que demonstra a falta de consenso quanto à terminologia e significado" (p. 18) à época.

A pouca uniformização mencionada pela autora, entretanto, começa a ser diluída a partir de 2011, quando a comunidade cientifica da CI que trata do assunto oficializou o termo "Competência em Informação" no seminário 'Competência em Informação: cenários e tendências', realizado durante o XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, na cidade de Maceió, Alagoas, em um documento

denominado "Declaração de Maceió sobre a competência em informação" (Furtado; Belluzzo; Vitorino, 2019, p.77).

A partir de então, outras iniciativas foram fomentadas para sedimentar um termo que representasse estudos dessa natureza, a exemplo da Unesco (2011-2014) e da "Carta de Marília" também em 2014, com a finalidade de minimizar a falta de consenso terminológico dos anos iniciais. A referida Carta sugere o uso da sigla CoInfo ao referir-se à Competência em Informação. Essas iniciativas desencadearam a realização de uma variedade de estudos sobre a temática, com vistas a fomentar a reflexão sobre o assunto e a partir disso, alargar a compreensão acerca da necessidade de desenvolver estratégias, com vistas a combater o fenômeno da desinformação que assola a Sociedade da Informação, conforme salienta Spudeit (2023), ao abordar o assunto.

METODOLOGIA

A pesquisa buscou identificar as ações de competência em informação desenvolvidas nos diversos espaços existentes na sociedade, a partir do levantamento das publicações acadêmico-cientificas disponibilizadas no Portal de periódicos da CAPES, no período de 2000-2021, totalizando 994 artigos. Desse total, foram excluídos 131, por não possuírem correspondência com as palavras-chave utilizadas na busca ou termos correlatos (competência em informação; competência informacional; letramento informacional e alfabetização informacional), sendo registrados na investigação como "artigos não válidos" para o mapeamento.

Em razão da sua natureza, a pesquisa se caracteriza como de natureza descritiva, de caráter quali-quantitativo, adotando as seguintes etapas, para alcançar os objetivos delineados: 1) levantamento da produção cientifica sobre a temática no Portal de periódicos da CAPES; 2) identificação dos termos "competência informacional", "alfabetização informacional", "letramento informacional", e "competência em informação" nas produções sobre o tema; 3) leitura de títulos, resumos e palavras-chave, com vistas a identificar registros da área da CI (livros, artigos, comunicações cientificas) onde são evidenciadas ações/práticas de competências em informação nos diferentes espaços; 4) mapeamento dos ambientes que desenvolvem práticas/ações relacionadas ao uso da competência em informação; 5) identificação das terminologias empregadas nas diferentes publicações para designar a competência em informação, finalizando com uma análise dos dados coletados.

Ao finalizar essas etapas, foi iniciada a sistematização dos dados, a fim de facilitar a visualização e posterior interpretação das informações coletadas. Desse modo, os dados foram inicialmente organizados em tabelas do Excel e em seguida tratados e apresentados de acordo com quantificação da produção por ano, das terminologias

encontradas nas produções sobre o assunto pesquisado e dos espaços de ocorrência das ações de competência.

Nesse percurso, foram observadas algumas incoerências, a exemplo de artigos com link quebrado, sem resumos e com títulos incompletos, exigindo uma atenção maior nessa etapa de levantamento das informações.

APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Apresenta-se aqui, os dados oriundos do levantamento realizado no Portal da CAPES, no período entre 2000 e 2021. Assim, o resultado da busca considerado como válido para a pesquisa soma 863 artigos, assim distribuídos: (2003 = 3; 2004 = 7; 2005 = 8; 2006 = 9; 2007 = 11; 2008 = 18; 2009 = 22; 2010 = 24; 2011 = 37; 2012 = 47; 2013 = 36; 2014 = 42; 2015 = 64; 2016 = 83; 2017 = 95; 2018 = 81; 2019 = 86; 2020 = 103; 2021 = 87). Os resultados confirmam os dados do estudo de Trein e Vitorino (2015, p. 205-206), onde fica evidenciado a "evolução da produção sobre o tema "Competência Informacional" no Brasil" referente ao período por elas investigado (2006-2013), refletindo "a importância do tema para a sociedade". As autoras consideram que pesquisas voltadas a temática em tela "são uma fonte de estudo e pesquisa para interessados no assunto e podem constituir a base de um observatório sobre a produção científica sobre o tema desde seu surgimento até os dias atuais" (p. 206).

A busca pela terminologia utilizada nas produções revela um rol de 16 termos (alfabetização informacional; alfabetização em informação; alfabetização midiática e informacional; competência crítica em informação; competência em informação; competência informacional; competências info-comunicativas; competência informacional e digital; competência em informação e comunicação; competência em leitura e escrita; competência midiática e informacional; destrezas informacionais; habilidades informacionais; *information literacy*; letramento informacional; literacia informacional), além de 18 diferentes arranjos, utilizando de 2 a 5 termos combinados para tratar da temática em um só estudo, como por exemplo um estudo no qual encontram-se os termos competência informacional mais letramento informacional, totalizando 34 categorias para terminologia, sendo destacado 'competência informacional' (282) e 'competência em informação' (247), encontrados no recorte temporal delineado. Cabe salientar que até 2017, o termo principal da maioria da produção era "competência informacional", conforme os números acima.

Observa-se que a essa variação foi também constatada por Dudziak (2010), entretanto, a partir de 2018 o termo "competência em informação" se sobressai nos estudos analisados, fato que pode estar atrelado ao esforço feito pela área da Ciência da informação para a adoção de uma terminologia que pudesse representar as investigações que abordam as habilidades no trato da informação.

A identificação das áreas em que a competência em informação é abordada demonstra que a maioria dos estudos, naturalmente pertencem a área da CI (650), mas, a ocorrência de investigações em outros campos como Ciências Agrárias (1), Ciências da Saúde (40), Ciência e Tecnologia (6), Ciências Sociais e Humanidades (17), Linguística, Letras e Artes (10), Pedagogia (51) e Turismo (1) evidencia o interesse de pesquisadores distintos pela temática relacionadas as competências em informação. O alargamento desses espaços demonstram que o tema foi "se expandindo e ultrapassando fronteiras, passando a ser conhecida não somente no meio acadêmico, mas também no próprio ambiente de trabalho, despertando o interesse de médicos, psicólogos, professores, educadores, bibliotecários e demais profissionais da informação" (Trein; Vitorino, 2015, p. 198).

Analisando especificamente os espaços de pesquisa/ação, foi realizada uma divisão em 10 tipos: agroindústria, clubes de futebol, educação (compreendendo instituições que atuam desde o ensino infantil até a pós-graduação), epistemologia, laboratórios, medicina/psicologia (compreendendo desde clínicas até hospitais de grande porte), mercado de trabalho (quando o artigo não especifica o ambiente, mas trata da competência informacional no campo do profissional inserido nas organizações), sociedade/política (compreendendo estudos em instituições públicas e de cunho social, como o caso das penitenciárias), unidades informacionais (museus, bibliotecas, arquivos e demais tipologias), e por fim, veículos informacionais (compreendendo as mídias sociais e demais suportes de veiculação de informações). Vale destacar que a maioria dos estudos foi registrado em instituições educacionais, totalizando 312 produções, seguido daqueles que tratam de epistemologia com 163 estudos registrados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados evidenciam a evolução dos estudos sobre a competência em informação no Brasil, tendo em vista o notório crescimento da produção cientifica sobre o assunto no decorrer das décadas conforme mostra o Portal de Periódicos da Capes.

Outro aspecto a ser destacado na pesquisa tem relação como os espaços de pesquisa/ação presentes na produção disponibilizada no Portal da Capes. Nessa perspectiva, espaço mais recorrente da produção cientifica sobre competência recai sobre as instituições educacionais, conforme demonstrado nos dados (312 ocorrências), número que se justifica por ser esses ambientes aqueles onde foram desenvolvidas inicialmente as pesquisas sobre competências, seguida das produções que tratam da episteme que envolve as competências com 163 produções, recorrente desde 2007 até a data limite dessa investigação. Nessa direção, as 10 tipologias de espaços de pesquisa/ação demonstradas nos dados indicam que há uma ampliação de espaços onde as pesquisas sobre competência em informação têm sido realizadas. Nessa direção, Trein e Vitorino (2015, p. 191) ressaltam que a "Competência Informacional é a 'competência-chave' para o desenvolvimento

intelectual do indivíduo", pois, a partir dela é que os sujeitos tornam-se capazes e autônomos na busca pela cidadania.

Para além disso, a quantidade de produções em áreas distintas da CI também chama a atenção, especialmente para aquelas que teoricamente não possui relações afins com a área citada. Assim, apesar da prevalência dos estudos de competência em informação na CI, o fato de áreas como as Ciências Agrarias e Turismo investigarem a temática, traz indícios de que há um avanço da CI em campos até então pouco explorados.

REFERÊNCIAS

BRITO, T. R.; DE LUCCA, D. M. Trajetória e evolução da temática competência em informação no Brasil: contribuições da Revista RBBD. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. esp. 45 anos, 2018.

CAMPELLO, B. O movimento da competência em informação: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 28-37, set./dez. 2003.

DUDZIAK, E. A. Competência informacional: análise evolucionária das tendências da pesquisa e produtividade cientifica em âmbito mundial. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 1 - 22, jul./dez. 2010.

FURTADO, R. L.; BELLUZZO, R. C. B.; VITORIANO, M. C. de C. P. Competência em informação: disciplina necessária à formação do arquivista?. **Acervo**, [S. l.], v. 32, n. 1, p. 75–91, 2019. Disponível em: https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1033. Acesso em: 6 set. 2022.

GASQUE, K. C. G. D. Competência em Informação: conceitos, características e desafios. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 5-9, jan./jun. 2013. Disponível em: http://www.atoz.ufpr.br. Entrevista.

KUHLTHAU, C. C. **Information skills for an information society:** a review of research. Syracuse, NY: Syracuse University, 1987.

OTTONICAR, S. L. C.; CASTRO FILHO, C. M.; SALA, F. A competência em informação aliada as tarefas do bibliotecário escolar. **Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Marilia, v. 17, p. 1-23, 2019.

ROSETTO, M.; ULIANA, D. E.; BELLUZZO, R. C. B. **A competência em informação (COINFO) sob a ótica do ambiente acadêmico**: análise prospectiva em relação à gestão da informação para a construção do conhecimento. In: SEMINÁRIO HISPÂNICO BRASILEIRO, 4, 2015, Marilia.

SPUDEIT, D.; VITORINO, E. V. Apontamentos sobre o comportamento e competência em informação de pessoas em situação de rua. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 13, n. 3, p. 1019–1038, 2020. DOI: 10.26512/rici.v13.n3.2020.24454. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/24454.

SPUDEIT, D. O desenvolvimento da competência em informação para combater noticias falsas. **Revistas ACB,** v. 28, n. 1, p. 1-28, 2023.

SILVA, R. C. el. al. O protagonismo da competência no contexto das fake news: dados de pesquisa, propostas e reflexões **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 15, n. 2, p. 351-374–1038, 2022.

TREIN, Juliane Marlei; VITORINO, Elizete Vieira. A evolução da temática competência informacional no Brasil: um estudo bibliográfico no período de 2006 a 2013. Revista **Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 11, n. 2, p. 190-210, jun./dez. 2015

COMPETÊNCIA INFORMACIONAL COMO RESPOSTA À DESINFORMAÇÃO AMPLIFICADA PELA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA NO BRASIL

Pollyany Annenberg Nascimento Gomes
PPGCI/UFAL
pollyany.gomes@ichca.ufal.br – http://orcid.org/0009-0009-4634-2173
Maria Lívia Pachêco de Oliveira
UFPB/ PPGCI/UFAL
maria.livia@academico.ufpb.br – https://orcid.org/0000-0003-2945-7656

Resumo: Este artigo investiga os impactos da inteligência artificial generativa na disseminação de desinformação no contexto brasileiro, onde a rápida adoção digital e a acessibilidade crescente dessa tecnologia ampliam os desafios de verificação e autoria de conteúdos. Por meio de abordagem exploratória, o estudo analisa casos e pesquisas específicas sobre desinformação gerada por IA, como *deepfakes* e outros materiais manipulados, evidenciando suas implicações éticas. Conclui-se que o desenvolvimento da competência em informação é essencial para capacitar indivíduos a discernir entre informação verdadeira e falsa para enfrentar os dilemas de responsabilidade associadas à IA generativa.

Palavras-chave: desinformação. competência em informação. IA generativa.

INTRODUÇÃO

Em um Brasil cada vez mais digital e com mais da metade da população conectada à internet[1], a inteligência artificial (IA) está mais integrada à rotina das pessoas: essa tecnologia está presente nos algoritmos das redes sociais, nos assistentes por voz e amplamente acessível em diversos serviços, da medicina à indústria, como indicado pela pesquisa da PwC[2] ao sugerir que 70% das empresas no mundo utilizaram a IA de alguma forma nos últimos anos.

O excesso de informação online preocupa mais da metade dos brasileiros que acreditam que a IA irá amplificar a desinformação[3], segundo estudo de 2023 da Ipsos. O

1 Dados da TIC Domicílios 2023: https://bit.ly/45OMSEm

2 Disponível em: https://bit.ly/4ePENmY

3 Disponível em: https://bit.ly/3xGBldI

modelo generativo, recentemente acessível de forma ampla para o público geral, permite que qualquer pessoa crie materiais de forma convincente, tendo como alvos políticos e indivíduos comuns, o que amplifica os riscos relacionados à verificação e autoria da informação, essenciais para proteger os direitos individuais e a democracia (Westerlund, 2019). Assim, desenvolver competência em informação não é apenas uma habilidade pessoal importante, mas também uma defesa coletiva contra os riscos da informação falsa gerada por novas tecnologias.

Na ciência da informação, a competência em informação deriva do conceito amplamente utilizado pela *American Library Association* (ALA) de "*information literacy*" sobre a habilidade do indivíduo localizar, avaliar e usar efetivamente a informação de que necessita. Para a introdução do termo neste trabalho, é importante compartilhar a visão de Belluzzo (2018) sobre as ambiguidades semânticas que outras formas de tradução no Brasil podem implicar. Por isso, este artigo adota o termo competência em informação baseado na definição da Unesco para o Brasil a partir do estudo apresentado por Horton (2013, 2014/2015) em *Overview of information literacy: resources worldwide*. Este estudo compreende, também, a competência em informação como um conjunto de habilidades que vão além da busca e avaliação, englobando a compreensão das implicações sociais e econômicas da informação (Belluzzo, 2018).

Este artigo busca analisar como a desinformação tem sido fortalecida por materiais gerados por sistemas generativos de IA por meio de uma pesquisa exploratória e descritiva, onde são apresentados casos nos quais se identifica a inserção da IA em processos desinformativos. Pretende-se gerar reflexões sobre caminhos possíveis para mitigar os riscos associados à disseminação da desinformação, destacando a importância de uma atitude crítica do sujeito, fundamentada no conceito de competência em informação.

IA GENERATIVA NO CONTEXTO DA DESINFORMAÇÃO

Quando se fala em inteligência artificial, existe uma complexidade de definição devido à sua aplicação em diversas áreas e contextos (Kaufman, 2020). Russell e Norvig (2022) abordam esse campo não só como um conjunto de técnicas computacionais, mas também como uma investigação interdisciplinar sobre como os seres humanos pensam e aprendem para que as máquinas otimizem processos, façam previsões e até mesmo tomem decisões complexas de forma autônoma.

Quanto à desinformação, os conteúdos falsos manipulados em textos, imagens, vozes e vídeos convincentes podem ser produtos do sistema generativo da IA, um modelo que utiliza *Machine Learning*[4] (aprendizado da máquina) para aprender padrões criados por humanos e gerar novos conteúdos. Isso levanta questões éticas no campo da ciência da

4 Abordagem da IA em que os sistemas aprendem e melhoram a partir de dados, sem programação explícita.

informação e amplia os desafios relacionados à atribuição de autoria no ambiente digital, afetando diretamente a confiança e a integridade das fontes de informação (Westerlund, 2019). Além de facilitar a criação de conteúdos novos, as ferramentas de IA generativa recentemente acessíveis de forma comercial para o público, como o ChatGPT[5] e o DALL-E[6], também possibilitam a produção de *deepfakes*[7], nos quais rostos e vozes de pessoas reais são manipulados digitalmente para parecerem verdadeiros e que podem ser usados para manipular as pessoas.

Um vídeo *deepfake* simulando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi amplamente disseminado nas redes sociais em 2023[8], promovendo um site suspeito com a promessa de resgate de valores. A propagação desse conteúdo foi amplificada por *chatbots*[9] e sites, evidenciando o poder da inteligência artificial integrado a outras ferramentas na disseminação de desinformação para causar danos aos cidadãos.

No contexto da geopolítica, como a guerra recente entre Rússia e Ucrânia iniciada em fevereiro de 2022, os *deepfakes* se tornam armas de desinformação para interferir em processos eleitorais e incitar conflitos civis (Westerlund, 2019). Globalmente, no campo regulatório, iniciativas como o *"AI ACT"*[10], aprovado pela União Europeia em 2024, dão os primeiros passos para combater a desinformação gerada por IAs generativas.

Além das questões regulatórias, pesquisas recentes indicam que as pessoas enfrentam dificuldades para distinguir entre conteúdos verdadeiros criados por humanos e máquinas. Um estudo de 2022 conduzido por cientistas da Universidade de Zurique, na Suíça, e publicado na revista *Science Advances*[11], utilizou o GPT-3, um modelo de linguagem desenvolvido pela OpenAI, para gerar textos informativos e desinformativos sobre saúde, teoria da evolução e temas frequentemente alvos de desinformação na rede social X (anteriormente Twitter) para avaliação do público. Eles também investigaram a plataforma em busca de textos verdadeiros e desinformação produzida por humanos sobre esses tópicos. Os resultados indicaram que os participantes identificaram com maior facilidade a desinformação gerada organicamente por humanos do que os textos falsos gerados pela IA.

Em mais um caso da IA na amplificação da desinformação, a empresa Meta comunicou a utilização de dados públicos compartilhados por brasileiros em suas redes sociais

5 Modelo de IA desenvolvido pela OpenAI que gera textos com base em interações com os usuários.

6 Modelo de IA desenvolvido pelo OpenAI capaz de gerar imagens a partir de descrições textuais.

7 São produtos da IA generativa que combinam, substituem e sobrepõem imagens e videos para criar materiais falsos que parecem autênticos

8 Disponível em: https://bit.ly/3XMO4X5

9 Tecnologia que simula conversas humanas em dispositivos digitais, como um robô conversador.

10 Disponível em: https://bit.ly/4brwKKi

11 Disponível em: https://www.science.org/doi/10.1126/sciadv.adh1850

para treinar seus modelos de IA[12], ou seja, além de facilitarem a disseminação desses materiais, os próprios mecanismos das plataformas das sociais criam um ambiente propício para aprimoramento dos sistemas de IA generativa. Isso porque, quando os modelos são treinados em enormes quantidades de dados, sua eficácia aumenta. Como destacado por Brizola e Bezerra (2018), trata-se de um cenário que propicia o surgimento dos conteúdos falsos e manipulados para fins prejudiciais à população, já que as plataformas reprodutoras desses materiais não se preocupam com a autoria, mas sim com lucros imediatos.

O uso estratégico de tecnologias disponíveis, aliado a um plano de ação bem elaborado com fins a gerar desinformação, pode manipular a opinião pública de maneira eficaz, causando danos aos processos sociais, tanto de maneira individual como coletiva. Devido à desconfiança generalizada e à facilidade de acesso a ferramentas tecnológicas poderosas, é mais fácil influenciar e moldar as percepções e opiniões das pessoas, o que pode ser perigoso para a integridade da informação e da democracia (Boarini; Ferrari, 2021).

A partir desses resultados, os cientistas apontam um para um desafio crescente na detecção de desinformação gerada por sistemas inteligentes (Spitale et al., 2023) e a importância do tema para as pesquisas em informação. Esse fenômeno transforma a produção, circulação e consumo de informação influenciada por tecnologias digitais, evidenciando o desafio central para os cientistas desse campo, que é o de promover uma cultura de busca pela verdade (Araújo, 2021). Dessa forma, a ciência da informação é desafiada a acompanhar e responder às evoluções rápidas na tecnologia digital, garantindo que a sociedade possa navegar de maneira informada e responsável no ambiente online.

COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO EM TEMPOS DE IA GENERATIVA

Um relatório da Unesco[13] (2024), revelou tendências preocupantes nas plataformas de IA generativa quanto à produção de preconceitos de gênero, homofobia e estereótipos raciais. Em um dos testes, o estudo observou que esses sistemas tendem a atribuir ocupações mais diversificadas e de prestígio aos homens, como engenheiro e médico. Enquanto isso, mulheres são categorizadas em papéis tradicionalmente subvalorizados socialmente, como "empregada doméstica" e "cozinheira". Então, a preocupação aqui não se limitaria à competência em informação em conteúdos disseminados por essas máquinas, mas também envolve a desconfiança nas técnicas que as empresas de tecnologia usam para treiná-las.

A conclusão da Unesco e dos casos de deepfakes ilustrados na seção anterior demonstram o quanto o processo de desinformação está se desenvolvendo de forma robusta em tempos de IA generativa. Aqui, retoma-se o conceito de competência em informação

12 Disponível em: https://bit.ly/3Sfu3oz

13 https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000388971

amplamente utilizado pela *American Library Association* (ALA) como o conjunto de habilidades necessárias para reconhecer quando a informação é necessária, além de localizar, avaliar e utilizar essa informação de maneira eficaz. Assim, vale mencionar que, em um cenário caracterizado pelo excesso de informação e pela desconfiança no jornalismo e na ciência, o ambiente digital se torna propício para a propagação de movimentos negacionistas (Boarini; Ferrari, 2021).

Nesse contexto de proliferação de informações falsas e da crescente facilidade de manipulação digital, a competência em informação pode ser um escudo contra a desinformação. Essa habilidade capacita os indivíduos a analisar criticamente as informações, identificar vieses e fontes duvidosas, e avaliar o contexto em que as informações são apresentadas. Como ressalta Oliveira (2020), a rápida evolução tecnológica exige que as pessoas estejam equipadas para lidar com a complexidade da informação em todos os âmbitos da vida.

Também para mitigar a desinformação gerada por IA, exige-se uma abordagem que combine ações governamentais e políticas públicas. Por exemplo, essas habilidades também devem ser promovidas entre a população mais velha e menos familiarizada com tecnologia (Westerlund, 2021), o que pode ser realizado por meio de campanhas educativas. A criação de regulamentações também é fundamental para regular as empresas que desenvolvem essas tecnologias – mas sem impedir o avanço tecnológico em setores importantes para a sociedade e governos. Outra abordagem importante é a colaboração das plataformas de redes sociais na criação de políticas transparentes que bloqueiem e removam *deepfakes*. além do comprometimento de personalidades públicas e políticos em evitar uso de *deepfakes* e desinformação em campanhas eleitorais.

Coeckelbergh (2023), filósofo da ética aplicada à tecnologia, destaca a importância dessas medidas ao questionar as consequências dos conteúdos gerados por IA: "se a falsidade criada pela IA se tornar cada vez mais acreditável, então começo a questionar minhas próprias capacidades como agente epistêmico para distinguir verdade de falsidade". Isso ressalta a necessidade de fortalecer a competência em informação e desenvolver estratégias robustas para capacitar os indivíduos em um ambiente digital cada vez mais complexo.

CONSIDERAÇÕES

Este artigo evidenciou como a rápida integração da IA no cotidiano das pessoas tem ampliado os desafios relacionados à verificação e autoria de conteúdos. O acesso comercial e facilitado dessas tecnologias para criar materiais manipulados representa mais uma ameaça real à integridade da informação e à confiança pública.

Ao analisar o conceito de competência em informação e destacar a importância de uma abordagem reflexiva, conforme mostrado por Belluzzo (2018) e Oliveira (2020), e como enfatiza a ética de Coeckelbergh (2022), o estudo evidencia a necessidade de uma

postura crítica para preparar uma sociedade informada e resiliente diante dos efeitos da manipulação informacional na era da IA.

Pesquisas em ciência da informação sobre a IA em competência em informação ainda revelam lacunas significativas (Guimarães; Freire, 2023). É esperado que este estudo contribua para sensibilizar a comunidade científica sobre a competência em informação em conteúdos gerados pela IA, abordando aspectos éticos, morais e de responsabilidade social, além de evidenciar a necessidade contínua de pesquisa, educação e ações regulatórias para enfrentar os complexos dilemas éticos e sociais associados ao avanço da IA generativa.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. Ávila. A pós-verdade como desafio central para a ciência da informação contemporânea. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 13–29, 2020. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/101666. Acesso em: 24 jun. 2024.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. **A competência em informação no Brasil:** cenários e espectros. São Paulo: ABECIN Editora, 2018. Disponível em: https://portal.abecin.org.br/editora/article/view/214/189 Acesso em: 02 jun. 2024.

BOARINI, Margareth; FERRARI, Pollyana. A desinformação é o parasita do século XXI. **Organicom**, São Paulo, Brasil, v. 17, n. 34, p. 37–47, 2021. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/170549. Acesso em: 24 jun. 2024.

COECKELBERGH, M. Democracy, epistemic agency, and AI: political epistemology in times of artificial intelligence. **AI Ethics**, v. 3, p. 1341–1350, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s43681-022-00239-4. Acesso em: 24 jun. 2024.

HORTON JR., F. W. *Overview of information literacy: resources worldwide*. Paris: UNESCO, 2013. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000219667. Acesso em: 25 ago. 2024.

HORTON JR., F. W. *Overview of information literacy: resources worldwide*. 2.ed. Paris: UNESCO, 2014-2015. Disponível em: https://milunesco.unaoc.org/mil-resources/overview-of-information-literacy-resources-worldwide-second-edition/. Acesso em: 25 ago. 2024.

KAUFMAN, Dora. Inteligência artificial e os desafios éticos: a restrita aplicabilidade dos princípios gerais para nortear o ecossistema de IA. **Paulus – Revista de Comunicação da FAPCOM**, São Paulo, v. 5. N. 9, 2021. Disponível em: https://revista.fapcom.edu.br/index.php/revista-paulus/article/view/453. Acesso em: 24 jun. 2024.

GUIMARÃES, Marcus Vinícius de Albuquerque; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. A inteligência artificial como promotora da competência em informação no ciberespaço: possibilidades para a comunicação científica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Aracaju. **Anais**... Aracaju, 2023. Disponível em: https://ancib.org/enancib/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/view/1906/1203

OLIVEIRA, M. L. P. de. **Competência crítica em informação e fake news: das metodologias de fact-checking à auditabilidade do sujeito comum**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, João Pessoa, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18200 Acesso em: 24 jun. 2023.

SPITALE, Giovanni et al. AI model GPT-3 (dis)informs us better than humans. **Science Advances**, v. 9, n. 26, 2023. Disponível em: https://www.science.org/doi/10.1126/sciadv.adh1850. Acesso em: 20 mai. 2024.

UNESCO; International Research Centre on Artificial Intelligence. **Challenging systematic prejudices: an investigation into bias against women and girls in large language models**. Paris, 2024. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000388971. Acesso em: 24 jun. 2024.

WESTERLUND, M. The emergence of deepfake technology: a review. **Technology Innovation Management Review**, v. 9, n. 11, p. 40–53, 2019. Disponível em: http://doi.org/10.22215/timreview/1282. Acesso em: 20 maio 2024.

EDUCAR EM COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

Jaires Oliveira Santos Guterres
(UFBA)

Resumo: Essa comunicação objetiva compreender a relevância de educar em Competência em Informação. Para tanto, apresenta-se uma reflexão de por que e como planejar ações. O planejamento apresentado pode ser adaptado à realidade dos educandos envolvidos. Os resultados direcionam ao entendimento de que promover o desenvolvimento de Competência em Informação é essencial e deve ser levado a cabo em diversificados contextos, de maneira estruturada e em diálogo com os envolvidos. Ações dessa natureza podem colaborar para a emancipação das pessoas, que passam a conhecer leis, normas e diretrizes que protegem os seus direitos civis.

Palavras-chave: Competência em Informação. Educação. Planejamento.

INTRODUÇÃO

A Competência em Informação empodera as pessoas para que tensionem e busquem respostas às suas inquietações informacionais. Assim, acessam, avaliam, usam e (re)criam informações, de modo a atender demandas decorrentes de suas vivências sociais. Por isso, as discussões em torno de se educar em Competência em Informação se destacam, pois é preciso desenvolver saberes, habilidades, atitudes e valores em relação à informação. Nesse processo, menciona-se o profissional da informação, em função de que ele é identificado, historicamente, como o responsável por conceber ações dessa natureza.

Autores como Dudziak (2002; 2003), Moore (2005), Maybee e colaboradores (2023) contribuem para a compreensão desse cenário e para avançarmos nos debates em torno da Educação em Competência em Informação. Em Guterres (2023) apresentamos uma estrutura para o planejamento de ações em comunidades rurais e, atualmente, estamos na fase de buscar subsídios epistêmico-metodológicos para adaptar e aplicar em diversificados contextos, seja ele rural ou urbano. Por isso, o objetivo que ocupou a centralidade dessa comunicação foi: compreender a relevância de educar em Competência em Informação.

A comunicação alinha-se com o eixo temático, na medida em que em seu âmago relaciona-se com o desenvolvimento de competências para a recuperação e uso de informações úteis e adequadas para as necessidades cotidianas individuais e coletivas.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, uma vez que busca perceber os contextos distintos em que vivem os sujeitos, para que seja possível planejar ações educativas voltadas a promoção de Competência em Informação. Ademais, tem-se a pretensão de avançar e prover, o que Yin (2016) identifica como informações científicas atuais aplicáveis aos conceitos e às práticas. Ademais, ajuda a entender o comportamento humano em relação ao processo de acesso e uso informacional.

Essa comunicação apresenta um avanço para a argumentação de por que é preciso educar em Competência em Informação, em vista de que o acesso a informação constitui um direito fundamental. Apresenta-se, outrossim, orientações para o planejamento de ações educativas, adaptáveis e aplicáveis em distintas realidades. Para tanto, se fez necessário proceder a uma discussão teórica, em vista de que as fontes existentes são valiosas, pois colaboram para o entendimento dos fenômenos estudados e seus antecedentes (Sampiere; Collado; Lucio, 2013).

POR QUE EDUCAR EM COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

A aprendizagem precisa ser compreendida como um processo permanente e que faz parte de todas as fases da vida das pessoas. A dualidade ensinar e aprender aciona a necessidade da consciência crítica de que somos pessoas incompletas e que aprendemos a todo instante da vida. Concorda-se com Freire (2019), quando afirma que somos os *eus* da curiosidade, da escuta, do diálogo, da aceitação do novo e que refletimos constantemente sobre as nossas práticas.

Defende-se que para educar em Competência em Informação torna-se oportuno amparar-se em uma concepção pedagógica em que as pessoas autorrefletem durante o processo de aprendizagem, numa dinâmica constante de tomada de consciência. Para Freire (2019) a consciência de si e a consciência de mundo corresponde a um tipo de comunhão, em função de que se concretizam e crescem juntas.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948, grifo nosso) assevera em seu artigo 19 (dezenove) que "todo ser humano tem direito [...] [de] ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias [...]. Assim sendo, considera-se que desenvolver competência para usar as informações constitui-se um direito fundamental. Do mesmo modo, A Carga Magna (1988) garante em seu artigo 5 (cinco), que as pessoas tem o direito à informação assegurado. O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (Brasil, 2018, p. 12, grifo nosso), lançado em 2003, por sua vez, prevê a promoção dos direitos humanos no campo formal ou não formal, "abrangendo os sistemas de educação, saúde, comunicação e **informação**, justiça e segurança, mídia, entre outros".

O processo educativo é encarado como fundamental para garantir os demais direitos, dentre eles, encontra-se o direito ao acesso e uso efetivo dos recursos informacionais.

A formação para que as pessoas possam exercer os seus direitos civis é fundamental para que se conceba um processo onde as pessoas se emancipem e, como assevera Freire (2019), saibam dizer com as suas próprias palavras. A democratização do acesso a informação, se destaca em Brasil (2018), como um dos princípios essenciais nesse processo.

Entende-se que cidadãos(ãs) conscientes de seus direitos e deveres, entendem as leis e as demais normativas que os (as) protegem, ademais, conseguem participar ativamente da construção e manutenção de uma sociedade democrática. Nessa conjuntura, entende-se que a Competência em Informação colabora para que essas pessoas usem as informações de maneira consciente, crítica e reflexiva e, por consequência, construam saberes e os apliquem adequadamente em seu cotidiano.

A Competência em Informação implicada em um processo educativo nos remete à Freire (2019), que reitera a necessidade da aprendizagem pautada na ação-reflexão--ação. O Chartered Institute of Library and Information Professionals (CILIP) diz que a Competência em Informação representa a aptidão humana "[...] de pensar criticamente e fazer julgamentos equilibrados sobre qualquer informação que encontramos e usamos." (CILIP, 2018), o que nos empodera para que possamos alcançar e expressar opiniões e colaborar socialmente e, desse jeito, exercer a cidadania. A Association of College e Research Libraries (ACRL, 2016), por sua vez, diz que consiste em um conjunto de aptidões integradas que abrange a "descoberta reflexiva da informação, a compreensão de como [ela] é produzida e valorizada e o [seu] uso na criação de novos conhecimentos e na participação ética [...]" em diversificados contextos sociais de aprendizagem.

Ademais, admite-se que a Competência em Informação empodera as pessoas, em todas as suas dimensões de vida, a tensionar e buscar respostas às necessidades informacionais emergentes, a acessar, a avaliar, a usar e a (re)criar informações, de modo a responder inquietações pessoais, sociais, laborais, educacionais, políticas, econômicas e culturais que conformam o cenário da vida em sociedade. Essa perspectiva dialoga com a Unesco (2023), a qual acrescenta que no contexto digital as pessoas precisam desenvolver habilidades para o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação e seus aplicativos, para que seja possível acessar e produzir conteúdos de maneira efetiva.

Nesse sentido, o CILIP (2018) ajuda na compreensão de que a necessidade de prover a Educação em Competência em Informação colabora para que as pessoas possam usar de maneira assertiva e pertinente informações em vastos contextos, quais sejam: dia a dia - compreendendo que as vidas são transversalizadas por informação; cidadania – o que ajuda a entender o mundo que nos rodeia; educação – desenvolver o pensamento crítico em todas as fases de ensino e aprendizagem; trabalho – ingresso e manutenção no mercado laboral; e saúde – acessar informações fidedignas sobre a saúde.

Ante o exposto, torna-se cristalina a necessidade de educar as pessoas para que possam desenvolver e empregar Competência em Informação em suas itinerâncias de vida. Além do acesso efetivo a recursos informacionais constituir um direito humano, as pessoas precisam estar aptas a usá-los de modo representativo em suas vidas. Concorda-se com a ideia de que educador e educandos precisam trabalhar em comunhão para que se possa viabilizar um processo de ensino e aprendizagem emancipatório. Desse jeito, apresenta-se algumas elucubrações de como fazê-lo.

COMO EDUCAR EM COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

A informação está implicada em nossos dizeres, saberes e fazeres, logo, é preciso entender as suas mensagens, analisá-las e compreendê-las em diversos contextos (Belluzzo, 2023). Assim sendo, é preciso prover um processo educativo para que as pessoas possam fazê-lo de maneira efetiva. Para isso, defendemos o uso dos princípios da pedagogia crítica de Freire (2019), em vista de que se entende que as pessoas ao acessar conteúdos informacionais e tensionar o uso e aplicabilidade em sua vida, colabora sobremaneira para que se emancipem.

Os desafios para educar em Competência em Informação são múltiplos e, Dudziak (2003), já alertava para a necessidade de pensar o profissional da informação como protagonista nesse processo, ao reconhecê-lo como responsável por conceber ações dessa natureza em bibliotecas e em outros contextos, onde se verifica a necessidade premente de proceder ao ensino da Competência em Informação. Moore (2005), por sua vez, reitera que esses desafios educacionais também estão relacionados a utilização de informações impressas e digitais, esta última dialoga com o uso das mídias e as redes sociais digitais, onde as pessoas consomem e criam informações, fomentam a interação e, nesse contexto, é preciso compreender criticamente os contornos das informações que são acessadas.

A educação voltada a Competência em Informação, na concepção de Dudziak (2002, p. 6), é [...] aquela que socializa o acesso à informação, ao conhecimento e ao aprendizado", compreende o processo de aprendizagem como um processo e "adota práticas pedagógicas voltadas para a construção de conhecimento, o aprendizado independente e o aprendizado ao longo da vida", com vistas à resolução de problemas decorrentes da vida em sociedade. Ademais, é preciso envolver a comunidade em todo o processo de planejamento e execução das ações educacionais.

Acerca dessa dinâmica, Maybee e colaboradores (2023) afirma que é preciso pensar em um ambiente de ensino e aprendizagem onde se 1) trate os participantes com respeito e dignidade; 2) reconhece o papel do educador em motivar os educandos; 3) busque em comunhão o entendimento da integridade da informação; 4) compreende os contornos da informação e 5) identifique o quão complexo é o processo de acesso a informação e a construção de saberes.

Concorda-se, sobretudo, que é preciso viabilizar um espaço onde educador e educando partilhem do diálogo, da humildade, da generosidade e da alegria de ensinar e aprender, que na visão de Freire (2019), são características fundamentais para que haja aprendizado. Em Guterres (2023) apresenta-se orientações para o planejamento de Educação em Competência em Informação, onde os envolvidos participam de todo o processo, com vistas a de fato atender às necessidades que emergem de suas experiências.

Quadro 1 – Educar em Competência em Informação – planejamento

1	objetivos
2	motivação e contextualização da proposta de ensino da Competência em Informação
3	dialogar sobre os conhecimentos prévios
4	identificação e evidências das distintas situações onde transitam as informações
5	apresentação dos problemas informacionais enfrentados
6	definição das estratégias de pesquisa e diálogo entre os sujeitos para resolver o problema identificado
7	realização da pesquisa
8	seleção de conteúdos relevantes em relação à situação a ser resolvida
9	diálogo do processo seguido e das informações obtidas
10	identificação colaborativa do grupo de aprendentes sobre as soluções encontradas para resolver os problemas de acesso e uso informacional
11	desenvolvimento de Competência em Informação
12	autoavaliação

Fonte: Adaptado de Guterres (2023)

Esses doze passos podem ser considerados relevantes ao planejar ações educativas em Competência em Informação distintas realidades. Isso justifica-se em função de que é preciso apresentar os objetivos da atividade, contextualizá-la com os modos de vida dos sujeitos participantes, empreender diálogo sobre o vivido dos participantes, pois esses saberes são valiosos, identificar os momentos do cotidiano dos participantes em que necessitam de informação para resolver inquietações. Ademais, elenca-se entraves no processo de acesso e uso informacional, busca informações que tenham potencialidade de resolver a demanda, dialoga, ler, compara, verifica e analisa as informações e, ainda, lista e organiza o que foi recuperado em termos de informação. Além do mais, educador e educandos dialogam sobre as implicações do processo, partilham a experiência vivenciada, o educador conduz a explicitação das competências desenvolvidas e reflete sobre elas junto ao grupo e procede-se à autoavaliação do processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível avançar na compreensão da relevância de educar em Competência em Informação a partir da reflexão de por que e como planejar tais ações. Os resultados direcionam ao entendimento de que promover o desenvolvimento de Competência em Informação é essencial e deve ser levado a cabo em distintos contextos, de maneira estruturada e em diálogo com as pessoas envolvidas.

Ações dessa natureza podem colaborar para a emancipação dessas pessoas, que passam, por exemplo, a conhecer leis, normas e diretrizes que protegem os seus direitos civis. Além disso, participam ativamente da construção e manutenção de uma sociedade democrática.

Prover ações educativas de Competência em Informação pautada na pedagogia crítica é imprescindível, pois o acesso a recursos informacionais constitui um direito humano e as pessoas precisam estar aptas a usá-los de maneira consciente, crítica e reflexiva. Concorda-se, portanto, que educador e educandos laboram em comunhão para que se possa viabilizar um processo de ensino e aprendizagem emancipatório.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição. **Brasília (DF)**, 1988.

BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

CILIP. **CILIP Definition of Information Literacy**. 2018. Disponível em: https://infolit.org.uk/ILdefinitionCILIP2018.pdf. Acesso em: 26. jun. 2024.

DUDZIAK, E. Information Literacy Education: integração pedagógica entre bibliotecários e docentes, visando a competência em informação e o aprendizado ao longo da vida. *In*: Seminário Nacional de Bibliotecas, 12, Recife. **Anais** [...] Recife: UFPE, 2002.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. Ciência da informação, v. 32, p. 23-35, 2003.

FREIRE. Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GUTERRES, Jaires Oliveira Santos. **Vidas entrelaçadas pela informação**: desvelamentos nas narrativas e sentidos do ser da roça agrestiana. 2023. 277f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, 2023.

MAYBEE, Clarence et al. Recognizing information literacy as a discipline: Reflections on an ACRL 2023 panel discussion. College & Research Libraries News, v. 84, n. 10, p. 363, 2023.

MOORE, Penny. An analysis of information literacy education worldwide. School Libraries Worldwide, v. 11, n. 2, p. 1-23, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (Unesco). Information Literacy. Information for All Programme, 2023.

Sampiere; R. H.; Collado, C. F; Lucio, M. P. B.(2013). **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso. 624p.

Yin, R.K. (2016). **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso.

LITERACIA EM SAÚDE: UM APARATO PARA OS CUIDADOS COM PACIENTES HIPERTENSOS E DIABÉTICOS

Ida Conceição Andrade de Melo

Mestranda em Tecnologia e Inovação na Saúde, Mestre em Ciência da Informação e Bibliotecária. Membra do Laboratório de Práticas em Psicologia e Ciência da Informação – LAPCI (ICI/UFBA) Documentalista pela Universidade Federal de Sergipe.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/3646024271460070
E-mail: idaandrade.biblio@gmail.com

Paulo André dos Santos

Graduado em Letras Vernáculas (lic), pela Universidade Federal da Bahia e em Pedagogia (lic.), pela Faculdade Social da Bahia. Possui especialização em Educação Especial pela UNINASSAU. Membro do Laboratório de Práticas em Psicologia e Ciência da Informação – LAPCI (ICI/UFBA) e do Grupo de Pesquisa e Estudos em Avaliação para Aprendizagem (FACED/UFBA)
Lattes: http://lattes.cnpq.br/4032975750201250
E-mail: pandryx@protonmail.com

Tatiana Nascimento de Souza

Graduanda em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal da Bahia. Graduada em Serviço Social pela Unijorge; Especialização em Interdisciplinar em Estudos Sociais e Humanidades pela Uneb; Especialização em Educação Ambiental pela Ucam. Membra do Laboratório de Práticas em Psicologia e Ciência da Informação – LAPCI (ICI/UFBA)
Lattes:http://lattes.cnpq.br/7041143439789316
E-mail: tnsouza2013@gmail.com

Resumo: Atualmente, observa-se que mesmo com acesso às informações sobre saúde, muitas pessoas não conseguem traduzi-la em atitudes concretas de cuidado na prevenção e tratamento da saúde (literacia em saúde). Considerando que quanto maiores os níveis de literacia em saúde, melhor a qualidade de vida dos indivíduos, este estudo tem como objetivo geral identificar os benefícios mais relevantes que a literacia em saúde pode oferecer aos pacientes portadores de Hipertensão e Diabetes (HiperDia). A metodologia adotada foi um estudo bibliográfico na *Scielo*, *Google Books* e BRAPCI, entre os anos de 2014 a 2024. Onde apontou que a baixa literacia em saúde impede que muitos indivíduos compreendam suas condições e sigam corretamente os regimes de tratamento, resultando em maior uso de serviços de emergência e internações hospitalares.

Palavras-chave: literacia em saúde. doenças crônicas não transmissíveis. hipertensão. diabetes mellitus. informação em saúde.

INTRODUÇÃO

Em 2022, a Organização Mundial da Saúde (OMS) lançou um relatório sobre literacia em saúde para a prevenção e controle de condições/doenças crônicas não transmissíveis (CCNTs). Nesse sentido, o "*Health literacy development for the prevention and control of noncommunicable diseases*", foi direcionado à orientação e à educação em saúde para as pessoas, comunidades e organizações.

Segundo esse relatório, as CCNTs contemplam um conjunto de doenças, dentre essas a Hipertensão Arterial e Diabetes (HiperDia). Dentro das CCNTs, são consideradas como as patologias com os mais elevados fatores de risco para a saúde do Brasil, de acordo com o Ministério da Saúde (Brasil, 2022). A hipertensão arterial é "uma doença crônica caracterizada pelos níveis elevados da pressão sanguínea nas artérias" (Brasil, 2024a), que atualmente alcança uma taxa de mortalidade de até 388 pessoas por dia no Brasil.

Já a Diabetes Mellitus (DM) é "uma doença causada pela produção insuficiente ou má absorção de insulina". Atualmente, estima-se que mais de 13 milhões de pessoas convivam com essa doença no Brasil (Brasil, 2024b). Esse quadro demonstra a existência de um problema de saúde pública, demandando a elaboração de políticas públicas, campanhas, programas, instrumentos e a criação de canais de acesso à informação pela população.

No entanto, o simples acesso à informação sobre essas doenças não é suficiente, caso não sejam interpretadas e aplicadas de maneira eficiente e correta. Sobre isso, o desenvolvimento de uma literacia em saúde pode oferecer uma importante contribuição. De acordo com Quemelo *et al.* (2017, p. 3) afirma que "a literacia em saúde consiste na capacidade de obter, processar e interpretar informações básicas em saúde para tomar decisões adequadas". No contexto da Ciência da Informação, de acordo com Campello (2003) o termo "literacia" quando traduzido em alguns estudos brasileiros podem ser atrelados às terminologias "alfabetização informacional", "competência informacional" e "letramento", sendo dessa forma atrelado aos estudos sobre competência informacional, considerando o período pandêmico onde a desinformação e a saúde estiveram em constante debate.Com base nisto, formulou-se o seguinte questionamento: quais os benefícios mais relevantes que a literacia em saúde pode oferecer para os pacientes portadores de HiperDia?

Para isto, o objetivo geral consiste em identificar os benefícios mais relevantes que a literacia em saúde pode oferecer aos pacientes portadores de HiperDia. Para alcançar isso, estabeleceu-se os seguintes objetivos específicos: 1 - Indicar qual a utilidade da literacia em saúde para pacientes com CCNTs; 2 - Mapear os benefícios da literacia em saúde para pacientes com HiperDia.

Quanto ao percurso metodológico realizado neste trabalho, a dinâmica consistiu em um estudo bibliográfico, de caráter descritivo e exploratório, a partir de uma abordagem qualitativa dos dados coletados sobre produções sobre literacia em saúde. Buscando

recuperar estudos já fundamentados dentro do marco temporal de 2014 a 2024, através de livros, artigos científicos e produções acadêmicas em português e inglês. Esse levantamento foi feito de forma ordenada, na plataforma *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) (2 resultados) na qual contempla os estudos da área da saúde, na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) (13 resultados) e no *Google Books* (50 resultados), utilizando-se dos descritores "literacia em saúde", "hipertensão". "diabetes", "doenças crônicas não transmissíveis" e "letramento em saúde".

LITERACIA EM SAÚDE

Apesar dos primeiros estudos sobre o conceito de literacia em saúde terem ocorrido meados dos anos 2000 (Peres; Rodrigues; Silva, 2021), as suas práticas já são objeto de estudo há muito mais tempo, ao considerar suas características e aplicações dentro da literatura na área da saúde e também em outras áreas do conhecimento.

Para Antunes (2014) os níveis de literacia em saúde são inversamente proporcionais aos níveis de engajamento da sociedade quanto à prevenção e a qualidade da gestão de problemas em saúde. Ao passo que um baixo índice de literacia abre caminho para comportamentos conflitantes de frações da sociedade em relação às boas práticas em saúde, inclusive, com o uso indiscriminado e inadequado de medicamentos e a uma consequente sobrecarga nos serviços de emergência em saúde.

Já Quemelo (2017) contribui com a tradução e a validação de um instrumento para pesquisa em literacia em saúde, tendo para quantificar e analisar níveis de literacia de estudantes universitários no Brasil. A validação repercutiu no processo de busca de informações em saúde pelos usuários. Nesse procedimento, o instrumento utilizado foi um questionário inicialmente estabelecido por Reichenheim e Moraes (2007), que, "avaliam o conhecimento da população e ajudam a determinar intervenções para promover saúde" (Quemelo *et al.*, 2017, p. 1).

Alguns autores destacam a utilização desses instrumentos de avaliação para quantificar e qualificar os níveis de literacia em saúde dos indivíduos, Peres, Rodrigues e Silva (2021, p. 13) apontam o *Rapid Estimate of Adult Literacy in Medicine* (REALM) como um dos principais, onde Batista *et al.* (2020, p. 2848) afirmam que este avalia somente a literacia em seu nível funcional, "também conhecida como letramento ou alfabetização em saúde, com enfoque predominante na leitura e escrita". Um segundo teste também apontado na literatura é o *Test of Functional Health Literacy In Adults* (TOFHLA), que seria voltado para a interpretação textual e numérica, que fornece a mensuração da capacidade dos indivíduos de realizarem tarefas relacionadas ao cuidado de sua saúde e de terceiros partindo de análises quantitativas (Peres; Rodrigues; Silva, 2021; Batista *et al.*, 2020).

Esses testes adequam-se aos modelos de verificação dos níveis de literacia. Sobre esses modelos, Peres, Rodrigues e Silva (2021) apontam o preconizado por Zarcadoolas,

Pleasant e Greer (2005) que determinam 4 domínios, sendo o primeiro o "fundamental", o "científico", o "cívico" e o "cultural" que versa sobre as habilidades de compreensão e utilização da informação em níveis distintos e hierárquicos. Já o segundo modelo indicado pelos autores é o publicado por Nutbeam (2000) onde classifica os níveis de literacia em saúde em 3 tipos, sendo o "funcional", o "comunicativo/interativo", e o "crítico", que contempla níveis distintos do preconizado pelos autores anteriores.

A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é uma doença crônica que afeta 32,5% dos adultos no Brasil. Tem uma baixa taxa de controle e é considerada um dos principais fatores de risco modificáveis para doenças cardiovasculares, estando associada a 50% das mortes por essas doenças. O risco aumenta progressivamente com a elevação da pressão arterial (PA), levando a condições como infarto agudo do miocárdio, acidente vascular cerebral e insuficiência renal (Malachias *et al.*, 2016).

No entanto, devido à falta de sintomas, muitos indivíduos desconhecem ou negligenciam o tratamento. Com o passar dos anos, isso pode resultar em lesões de órgão-alvo e agravamentos, tornando a hipertensão um dos problemas mais significativos de saúde pública no Brasil. Esta condição gera custos significativos para tratamentos, campanhas de prevenção e, quando o diagnóstico é tardio, para aposentadorias decorrentes de suas complicações. Aproximadamente 40% das aposentadorias precoces são causadas por sequelas de doenças cardiovasculares (Brasil, 2002).

LITERACIA EM SAÚDE E SUA APLICABILIDADE EM PACIENTES COM HIPERDIA

O processo saúde–doença está diretamente atrelado à forma como o ser humano, no decorrer de sua existência, foi se apropriando da natureza para transformá-la, buscando o atendimento às suas necessidades (Gualda; Bergamasco, 2004). A saúde é silenciosa, geralmente não a percebemos em sua plenitude; na maior parte das vezes apenas a identificamos quando adoecemos. É uma experiência de vida, vivenciada no âmago do corpo individual (Gualda; Bergamasco, 2004).

O diabetes é uma doença crônica frequentemente ligada ao estilo de vida do paciente. É uma das principais causas de adoecimento e morte no país, muitas vezes devido à negação da doença e à falta de cuidado com a saúde. Por ser uma doença silenciosa, o diabetes causa danos significativos antes de ser diagnosticado (Brasil, 2002).

Nessa perspectiva, a literacia em saúde é um conceito que abrange a capacidade dos indivíduos a estender-se sobre as informações básicas de saúde, que serão necessárias para tomar decisões informadas sobre sua saúde. A literacia em saúde compreende não apenas habilidades de leitura e escrita, mas também a capacidade de interpretar e aplicar informações médicas em diversos contextos. Pesquisas demonstram que indivíduos com baixa literacia em saúde enfrentam dificuldades significativas na navegação

pelo sistema de saúde, o que pode resultar em pioras no estado de saúde e maior utilização de serviços de emergência (Pavão, 2021).

Em contraste, baixa literacia em saúde está associada a mais internações, controle inadequado de doenças crônicas e maior mortalidade. Programas de educação em saúde, que simplificam a linguagem dos profissionais e desenvolvem materiais educativos acessíveis, são eficazes em melhorar a literacia em saúde da população (Santos, 2017).

Adicionalmente, a literacia em saúde está intimamente relacionada à equidade em saúde. Grupos populacionais vulneráveis, como idosos, minorias étnicas e indivíduos de baixa renda, frequentemente apresentam níveis mais baixos de literacia em saúde, exacerbando as desigualdades existentes. Iniciativas intersetoriais que envolvem educação, saúde pública e políticas sociais são essenciais para construir um ambiente onde todos os indivíduos tenham acesso a informações de saúde compreensíveis e possam tomar decisões informadas sobre seu bem-estar (Pavão, 2021).

É importante considerar o público mais afetado por Hiperdia, pois, conforme apontam as pesquisas, existem frações da população que, de acordo com o perfil, está mais propensa a desenvolver tais patologias crônicas. Diante disso, é necessário haver promoção da literacia em saúde no país de forma a contribuir para a formação de uma consciência sobre os cuidados com a saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, partindo do objetivo geral, identificou-se que a literacia em saúde é fundamental para a qualidade de vida de pacientes com HiperDia, pois auxilia no processo de cuidado com a saúde individual e de sua comunidade. A principal utilidade da literacia em saúde para pacientes com CCNT pode ser evidenciada através de programas de educação em saúde que simplificam a linguagem e tornam as informações mais acessíveis são eficazes em melhorar a literacia em saúde. Pois, pacientes com alta literacia em saúde entendem melhor suas condições e aderem mais aos tratamentos, resultando em melhores desfechos clínicos. Portanto, promover a literacia em saúde deve ser uma prioridade nas políticas públicas de saúde para reduzir a má gestão de doenças crônicas e suas complicações.

A equidade em saúde também está profundamente ligada à literacia em saúde. Para combater as desigualdades existentes, é essencial desenvolver iniciativas intersetoriais que envolvam educação, saúde pública e políticas sociais. Essas iniciativas devem garantir que todos os indivíduos, independentemente de sua condição socioeconômica, tenham acesso a informações de saúde claras e compreensíveis, permitindo-lhes tomar decisões informadas sobre sua saúde e bem-estar. A literacia em saúde, portanto, é não apenas uma ferramenta de melhoria individual, mas também um caminho para a justiça social e a promoção de uma sociedade mais saudável e informada.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. L. A literacia em saúde: investimento na promoção da saúde e na racionalização de custos. *In:* As bibliotecas da saúde, que futuro? **Actas** [...], 27 e 28 de março de 2014. Lisboa: APDIS; 2014. p. 123-33.

BATISTA, M. J. *et al.* Translation, cross-cultural adaptation and psychometric evaluation of Brazilian Portuguese version of the 14-item Health Literacy Scale. **Ciência & Saúde Coletiva,** v. 25, p. 2847-2857, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Diabetes (Diabetes mellitus). **Gov**, 2024b. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/d/diabetes. Acesso em: 5 maio. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Hipertensão e diabetes são os principais fatores de risco para a saúde no País. **Gov,** 2022. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/marco/hipertensao-e-diabetes-sao-os-principais-fatores-de-risco-para-a-saude-no-pais. Acesso em: 5 maio. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Plano de reorganização da atenção à hipertensão arterial e ao diabetes mellitus:** hipertensão arterial e diabetes mellitus / Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em:https://www.scielo.br/j/rsp/a/BhnKyBLYfmrKktQxbCc8Trz/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: jun de 2024.

DAVIS, T. C. *et al.* Rapid estimate of adult literacy in medicine: a shortened screening instrument. **Family medicine**, v. 25, n. 6, p. 391-395, 1993.

CAMPELLO, B.. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação,** v. 32, n. 3, p. 28–37, set. 2003.

GUALDA, D. M. R; BERGAMASCO, R. **Enfermagem cultura e o processo saúde-doença**. São Paulo: Ícone, 2004.

INTERNATIONAL UNION FOR HEALTH PROMOTION AND EDUCATION (IUHPE).

Position Statement On Health Lçiteracy: A Practical Vision For A Health Literate World. Paris: IUHPE, 2018.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade:** dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6, 1997.

NUTBEAM, D.; KICKBUSCH, I. Avançar na literacia em saúde: um desafio global para o século XXI. **Promoção da saúde internacional,** v. 15, n. 3, pág. 183-184, 2000.

MALACHIAS, M.V.B *et al.* 7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial. Arq Bras. **Cardiol.** Rio de Janeiro, v. 107, n. 3, p.1-83, set. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/abc/a/LtmRBQ7ZnJ88SQxL64yFRyy/?lang=pt. Acesso em: jun de 2024.

SANTOS, L. T. M.;BASTOS, M. G. **Desenvolvimento de material educacional sobre doença renal crônica utilizando as melhores práticas em letramento em saúde.** J Bras Nefrol 2017; 39(1):55-58.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Desenvolvimento da literacia em saúde para a prevenção e controlo de doenças não transmissíveis:** Volume 1. Visão geral. OMS, 2022. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/9789240055339. Acesso em: 5 maio 2024.

OLIVEIRA, M. J. I.; SANTO, E. E. A Relação entre os determinantes sociais da Saúde e a questão Social. **Caderno Saúde e Desenvolvimento**. v. 2, jan./jun2013.

PAVÃO, A. L. B.; WERNECK, G. L. Literacia para a saúde em países de renda baixa ou média: uma revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. v. 26, n. set. 2021.

PERES; F.; RODRIGUES, K. M.; SILVA, T. L. e. **Literacia em saúde**. Rio de Janeiro: FioCruz, 2021.

QUEMELO, P. R. V. *et al.* Literacia em saúde: tradução e validação de instrumento para pesquisa em promoção da saúde no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 2, p. e00179715, 2017.

ZARCADOOLAS, C.; PLEASANT, A.; GREER, D. S. Understanding health literacy: an expanded model. **Health promotion international,** v. 20, n. 2, p. 195-203, 2005.

HIPERTENSÃO (pressão alta): **Estatísticas. On-line**. [*S. l.*], 2023. Disponível em: https://www.gov.br/saude/. Acesso em: 19 jun. 2024.

EIXO 3

Desinformação e ceticismo na sociedade contemporânea

A MICROFÍSICA DA VIOLÊNCIA SOB A ÓTICA DA RESTRIÇÃO INFORMACIONAL: ANÁLISE DOS RELATOS REGISTRADOS NO PROTOCOLO DE ACESSO À INFORMAÇÃO E AMPARO AS PESSOAS EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL.

Alex Medeiros Kornalewski
Lobelia da Silva Faceira

Resumo: O presente trabalho discorre sobre a importância de prover o acesso á informação aos egressos do sistema prisional. A metodologia aplicada é a análise dos relatos autorais dos mesmos, disponíveis na pesquisa de doutoramento intitulada Protocolo de Acesso à Informação e Amparo as Pessoas Egressas do Sistema Prisional: dialogia em prol da supressão dos efeitos da violência entrópica. A pesquisa verifica que as restrições informacionais são inúmeras e afetam não apenas os egressos em questão, mas também as demais pessoas de seus respectivos círculos de convívio.

Palavras-chave: Acesso à informação. Relatos autorais. Vetores de violência. Lei de acesso à informação. Lei de Execução Penal.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa sobre a problemática da restrição informacional infligida as pessoas egressas do sistema prisional. Vale ressaltar que se compreende o conceito de restrição informacional como uma estrutura que pode envolver múltiplos vetores de violência, sendo estes aplicados aos corpos e a própria sociedade, ou seja, um processo que se retroalimenta em prol de constituir efeitos perniciosos que, por conseguinte, se legitima em um modelo de sociedade do controle, ou do desempenho (Han, 2017).

Para fins de análise, serão utilizados os relatos das pessoas que participaram com sua voz na pesquisa de pós-doutoramento intitulada *Protocolo de Acesso à Informação e Amparo as Pessoas Egressas do Sistema Prisional: dialogia em prol da supressão dos efeitos da violência entrópica*. Em aditamento, o recorte do trabalho se aplica na contribuição das pessoas que responderam a pergunta sobre restrição informacional, disponível no bloco de perguntas sobre o Acesso à Informação.

A construção do protocolo com inúmeras perguntas, atualização de acordo com o retorno dos participantes e a adoção do modelo de questionário semiestruturado foram cruciais para tornar a pesquisa suscetível a receptividade das pessoas egressas do ambiente prisional, além de ser um modelo prático para promover o monitoramento das atividades, direitos, assistências garantidas sob a égide da Lei n. 7.210/1984, Lei de Execução Penal (LEP) e a lei n. 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação (LAI), além de prover subsídios para a promoção de políticas públicas afirmativas, construção de redes de apoios e demais pontos urgentes ao direito de cidadania das pessoas supracitadas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A priori, podemos dizer que a possibilidade de acesso à informação se dá para todos aqueles que almejam se informar. Mas alguns questionamentos são pertinentes: será que toda informação disponível, de fato é acessível? Caso não, quais são as limitações, voluntárias ou involuntárias, existentes para o acesso salutar à informação? Quais são os efeitos da disseminação ou restrição de acesso á informação? Cabe situarmos essa relação da violência e da informação com vistas à construção de uma propedêutica crítica acerca do que se entende sobre o acesso à informação.

Podemos verificar que a problemática inerente ao que se destina a promoção do acesso à informação, ou, as respectivas restrições informacionais, proporcionam, em certa medida, a manutenção e o desenvolvimento das condições de precariedade, termo este que por si só, já reflete em algo que já é inerente à vida, porém, os efeitos da desinformação, ausência de informação ou demais instrumentos de promoção das restrições informacionais corroboram ao construir, dilatar e prover a manutenção da condição precária das pessoas, seja as que se encontram nos ambientes prisionais ou demais segmentos sociais (Butler, 2015).

Em exemplo, podemos citar os casos de desrespeito, omissão, negação dos direitos humanos constantemente relatados por pessoas que, outrora encarceradas, ainda sofrem com a sistemática da violência que envolve ausências, precariedades de serviços, como assistência material, saúde, jurídica, educacional, social, religiosa e afins, direitos que constam não só para as pessoas presas, mas também deveriam se estender às pessoas egressas do sistema prisional, tal como declara a Lei no 7.210 de 11 de julho de 1984, a qual institui a Lei de Execução Penal (Brasil,1984).

A banalização da interface comunicacional e informacional (Baudrillard, 1992), se faz clara quando se observa, por intermédio das narrativas, o quanto as pessoas presas ou egressas do sistema prisional são prejudicadas por fatores como desconhecimento dos seus direitos de acordo com o descrito na LEP, prejuízos quanto ao desconhecimento dos tramites processuais por falta de auxílio jurídico, morosidade na comunicação de atualizações ocorridas no processo, ausência de informações quanto aos acontecimentos

do mundo exterior, cumprimento de pena que já prescreveu ou mesmo já terminada segundo o registro de suas respectivas condenações entre outros pontos que afetam essas pessoas desde informações elementares até prejuízos derivados de efeitos inconstitucionais e ausência de estrutura do Estado para cumprir com leis que regem o país ou tratados internacionais.

O esquecimento, ou melhor, esse processo de restrição informacional, é verificado nas tomadas de decisão por parte do Estado, cuja operação se mantém em função da gestão punitiva da pobreza, em detrimento do braço social, de forma a sustentar dissonâncias entre classes e, equivocadamente entre "raças", sob um pretexto, muitas das vezes velado, da construção de um Estado atrelado às questões unicamente neoliberais (Wacquant, 2014).

Assim sendo, para que as pessoas presas ou egressas do sistema prisional possam consolidar e fazer o uso de seus direitos, pois cabe ressaltar que os mesmos constam como pessoas que cumprem pena de privação de liberdade e não de saúde, higiene, apoio jurídico, informacional e afins, é crucial o emprego de uma pesquisa com base em suas próprias vozes, ou seja, dar espaço para que essas pessoas que sofrem por questões de estigma, ausência de apoio familiar, estatal possam dar visibilidade as suas necessidades e evidenciar as carências do Estado. Esse processo se inicia com um modelo de mediação, no qual o bibliotecário, pesquisador interage com a demanda da(s) pessoas que colaboram com suas experiencias de vida, por intermédio de inúmeras ações, representações, interações sociais e culturais de informação, de forma que possam conhecer seus direitos e deveres, além de se apropriar de informações para tomar decisões sobre suas vidas, seja de forma individual ou em grupos (Nascimento; Marteleto, 2004).

Em aditamento, se insere a proposta de um protocolo de acesso à informação, fundamentado em três pilares básicos: primeiro, buscar o desenvolvimento de um processo dialógico, ou seja, perceber o outro em um meio de comunicação que seja salutar para ambos (Buber, 2014); segundo, prover a prática da imparcialidade, ou seja, não iniciar a pesquisa para resolução de questões egóicas, corporativistas e afins; terceiro, respeitar o espaço de voz da própria pessoa, pois muitas das vezes, o simples fato da pessoa ter o direito de narrar suas experiências, necessidades já lhe é benéfica (Levi, 2013).

DESENVOLVIMENTO DO TEMA

O protocolo de acesso à informação objetiva um documento oficial de adequação das demandas, monitoramento, mas, principalmente, de prover o amparo adequado, tendo como voz participativa não apenas o que consta respaldo na LEP ou na LAI, mas principalmente, as demandas relatadas pelas pessoas egressas do sistema prisional. Ademais, é mister a apresentação de alguns aprofundamentos quanto ao arcabouço teórico inerente

a pesquisa, bem como as limitações e os pontos de resultados encontrados no decorrer da coleta de dados junto as pessoas que contribuíram com a pesquisa.

Uma miríade de aspectos são pertinentes desde o início do processo de entrada em campo, conversa inicial e primeiro convite para a pesquisa, até o processo da coleta de dados por intermédio dos respectivos relatos autorais, tais como: os detalhes do espaço físico onde ocorre a entrevista, modo de vida dos egressos, seus relatos, acontecimentos, imprevistos, rotina prisional e rotina após a saída da prisão, ou seja, as observações *in loco*, ou as afecções, pelas quais o processo de diálogo permite investigar.

Em aditamento, também se faz necessário a reflexão sobre o campo "remoto", ou seja, a pesquisa feita por intermédio das notas de campo, entrevistas transcritas dos relatos, pois o campo no qual o(a) pesquisador(a) adentra não é apenas o campo físico, com pessoas vivas e próximas fisicamente de quem ali tenta apreender alguma coisa com fins acadêmicos, sociais, egóicos e afins, pois para afirmar, confirmar ou recordar uma lembrança, não há necessidade da presença material e sensível da pessoa (Halbwachs, 2003).

O autor acima endossa que o processo de construção da memória pode ser analisada não apenas *in loco*, mas também por intermédio da leitura e demais modelos remotos de pesquisa. O mesmo cita, por exemplo, um passeio realizado em sua ida à Londres. Sua visita ao Westminster, evoca a informação que o seu amigo historiador havia lhe dito; no momento em que passava pela ponte, o autor se lembra do efeito de perspectiva que o seu amigo pintor lhe disse; muitas edificações como a Catedral de Saint Paul, a Mansion House e afins, remetiam a Halbwachs os romances de Dickens, lidos na infância. Em suma, o acesso, mesmo que remoto, permite-nos adotar o ponto de vista do pesquisador, dos entrevistados (no caso a narrativas de pessoas egressas), nos faz perscrutar as várias nuances do grupo estudado – tal como se fizéssemos parte do grupo – permitindo – nos continuar "a fazer parte, pois experimento ainda sua influência e encontro em mim muitas das ideias e maneiras de pensar a que não me teria elevado sozinho" (Halbwachs, 2003, p. 31). Em suma, acompanhar as falas de cada uma dessas pessoas é um modelo que nos permite trilhar por cada acontecimento, cada vetor de violência narrado, tal qual se estivéssemos *in loco*, no momento que nos é narrado.

Diante das contribuições e, por conseguinte, o quantitativo de dados coletados para a pesquisa por intermédio do Protocolo de Acesso à Informação e Amparo as Pessoas Egressas do Sistema Prisional, é salutar que adentremos em uma breve explicação do recorte a ser adotado no presente trabalho.

O protocolo supracitado se constitui em quatro módulos de perguntas, sento estes: módulo 1 dados básicos (descrição pessoal); módulo 2 questões inerentes a Lei de Execução Penal (LEP); Módulo 3 questões inerentes a Lei de acesso à informação (LAI) e Módulo 4 questões gerais (de preenchimento livre). O questionário possui uma estrutura semiestruturada, visto que há inúmeras perguntas abertas e sem restrições sobre como contribuir,

de forma que as pessoas possam narrar o que considerarem pertinentes para a pesquisa, além de tornar o questionário dinâmico e prático. Neste quesito, optou-se por elaborar um recorte para a questão que versa sobre a restrição informacional, visto que mesmo a pergunta trazendo opções de resposta compatíveis com problemas já encontrados na literatura e narrados pelas pessoas presas ou egressas que contribuíram com a formação do presente protocolo, ainda assim, essa questão nos trouxe uma riqueza de dados que vem ratificar alguns pontos já pesquisados, além de prover novas contribuições.

Para fins de ilustração da problemática da restrição informacional, compreendida como um processo que envolve inúmeros vetores de violência, cabe algumas exemplificações por intermédio das contribuições, ou seja, da voz das próprias pessoas egressas do sistema prisional. Vale ressaltar que os nomes das pessoas que colaboraram com a pesquisa não serão registrados, devido ao direito sigilo e proteção dos dados pessoais, o qual nos comprometemos em manter sobre controle, tendo em vista que também não serão divulgados os dados pessoais nos demais meios impressos, eletrônicos, virtuais ou de forma presencial em eventos, entrevistas e afins, de acordo com as resoluções 466/12 e/ou 510/16.

Ao ser questionado sobre as possíveis restrições informacionais que tenha sofrido durante sua estadia em uma unidade prisional, A. nos apresenta a seguinte narrativa:

> O próprio juiz demora para sair o resultado, mas quando é para prejudicar, o resultado vem rápido". "Às vezes as informações levavam até 1 ano para termos resposta de algo. Também houve vezes em que os próprios agentes proibiram o acesso ao código penal (A., 2022, s.p.).

A dúplice violência observada na falha de comunicação e na morosidade de prover informação, corrobora com um processo de indiferença programada, um processo a ser aplicado em exaustão, em prol de legitimar as falhas intencionais ou não do sistema, em outras palavras, o projeto de restrição informacional continua a funcionar em um estado "de indiferença total a seu próprio conteúdo. E o paradoxo é que elas funcionam melhor ainda" (Baudrillard, 1992, p. 12).

A negativa quanto ao acesso à informação, no caso ao livro do código penal, incorre no ato de ferir o direito garantido pela própria Lei de Acesso à informação (LAI), que advoga no de acesso amplo a informação e restrição como exceção a ser aplicado em casos de segurança de Estado ou dados pessoais, além da infração relatada esbarrar no direito de acesso aos recursos, atividades e áreas de estudo (escola, biblioteca) tal como consta na Lei de execução Penal (LEP).

Para além da fragilização dos direitos e a restrição informacional direta, E. nos relata outro aspecto da restrição informacional, que envolve o recurso tecnológico e a morosidade de manutenção do mesmo:

> Fiquei "sumida" no sistema por 1 ano e 2 meses e minha família não conseguia saber onde eu estava (E., 2023, s.p.).

O modelo de sociedade do controle ou do desempenho se aplica na constante ação de observar, sendo esta uma ação exercida por tudo e todos, pois, para além do panóptico descrito por Foucault, a sociedade do controle não é legitimada por um olhar unidimensional, mas sim por uma miríade de instituições, aparelhos tecnológicos, grupos, pessoas (Han, 2017).

Todavia, a promoção do estado de anomia ou esquecimento social é aplicável em camadas que se sobrepõem a certas categorizações criadas pelo Estado, visto que a perda de um corpo dentro de uma unidade prisional, implica em uma série de vetores de violências, muita das vezes não descritas, devidamente registradas nesse período, além da problemática de acesso à informação básica por parte da família.

Por conseguinte, a inexistência de uma pessoa em um sistema, também implica na ausência de acesso aos direitos básicos que vão desde o uso dos serviços e atividades disponíveis ao apenado ou mesmo ao egresso do sistema prisional, bem como complicações na confecção de documentos pessoais e solicitações de auxílios diversos. Em suma, há uma restrição informacional que afeta não só a pessoa, mais aos seus próximos, além da não observância do disposto no art. 26, inciso I da LEP que declara o direito a assistência até o período de um ano da pessoa egressa (Brasil, 1984).

CONSIDERAÇÕES

O protocolo de Acesso à Informação e Amparo as Pessoas Egressas do Sistema Prisional, nos permite compreender a dimensão dos problemas inerentes ao provimento do acesso à informação e o quanto muita das vezes a negativa, intencional ou não intencional, de prover informação, implica na construção e legitimação de múltiplos vetores de violência, por vezes impetrado não apenas diretamente a pessoa que solicita compreender seus direitos, seus deveres, seus benefícios, mas também aos seus próximos.

O monitoramento, a identificação de problemas e o espaço dedicado a voz das próprias pessoas que sofreram ou mesmo ainda sofrem com os efeitos dessas restrições, é crucial para se promover uma constante revisão ou inovação nas políticas públicas existentes, bem como aprimorar as condições existentes de promover o acesso à informação para quem precisa, seja desde onde ou como solicitar a confecção de um documento, ou mesmo compreender seus direitos, seja na condição de apenado ou egresso do sistema prisional.

A biblioteconomia deve ser aplicada para além dos muros da biblioteca, para além dos muros prisionais, visto que é um exercício constante e mútuo de cidadania, junto ao público que lhe solicita subsídios para resolver suas necessidades. O protocolo é dinâmico e segue os avanços de acordo com o público ou instituição ao qual se destina.

REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, Jean. **A transparência do mal:** ensaio sobre os fenômenos extremos. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 1992.

BRASIL. **Lei no 12.527 de 18 de novembro de 2011.** Institui a Lei de acesso à informação. Presidência da República, Brasília, DF, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 30 maio 2024.

BRASIL. **Lei no 7.210 de 11 de julho de 1984.** Institui a Lei de Execução Penal. Presidência da República, Brasília, DF, 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210compilado.htm. Acesso em: 30 maio 2024.

BRASIL. **Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012.** Ministério do Estado da Saúde, Brasília, 12 dez. 2012. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf. Acesso em: 21 jun. 2024.

BRASIL. **Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016.** Ministério da Saúde, Brasília, 7 abr. 2016. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/NORMAS-RESOLUCOES/Resoluo_n_510_-_2016_-_Cincias_Humanas_e_Sociais.pdf. Acesso em: 21 jun. 2024.

BUBER, Martin. **Do diálogo e do dialógico.** São Paulo: Perspectiva, 2014.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra:** quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HAN, Byung-Chul. **Topologia da violência.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

LEVI, Primo. **É isto um homem?.** Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

NASCIMENTO, Denise Morado; MARTELETO, Regina Maria. A informação construída nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bordieu. **DataGramaZero:** Revista de Ciência da Informação, Porto Alegre, v. 5, n. 5, out. 2004.

WACQUANT, Loic. Marginalidade, etnicidade e penalidade na cidade neoliberal: uma cartografia analítica. **Tempo Social,** São Paulo, v. 26, n. 2, p. 139-164, Nov. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n2/v26n2a09.pdf. Acesso em: 1 set. 2019.

A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA DESINFORMAÇÃO: DOS BOATOS ÀS FAKENEWS

Autor: Renan Pereira Oliveira
Jornalista, Mestre em Comunicação e Culturas Contemporâneas (UFBA) e
Doutorando em Ciência da Informação (UFBA).

Resumo: O presente artigo visa fazer uma revisão da literatura sobre o tema sociedade da informação, contrapondo as suas contradições com o atual momento social de disseminação de desinformação, utilizando a revisão da literatura como metodologia. O objetivo é fazer um breve percurso, com fundamentação teórica ancorada na Ciência da Informação, pontuando as mudanças da desinformação ao longo do tempo, sobretudo a partir dos boatos. Uma das conclusões é de que o fenômeno da desinformação não é novo, remetendo a própria história da humanidade, mas com características de produção e disseminação dentro de cada contexto histórico, social e tecnológico.

Palavras-chave: Boatos. Desinformação. Fakenews. Sociedade da Informação.

INTRODUÇÃO

A atual conjuntura social, sob a égide das tecnologias da informação, coloca cada vez mais em relevo a importância da revisão do conceito, da história e das perspectivas da sociedade da informação, sobretudo no contexto de circulação da desinformação via mídias sociais. Nas últimas décadas, o termo sociedade da informação tem sido evocado para tratar de um modelo de sociedade globalizada alicerçada pelas tecnologias da informação e da comunicação (TIC). Ora anunciada como era da informação, ora mesmo como sociedade da informação, as locuções remetem praticamente a mesma ideia, mas encontra certas divergências conceituais, sobretudo conforme se descortina ao longo dos anos novos horizontes e consequências, para o bem e para o mal, deste modelo civilizatório que marca profunda, implacável e irreversivelmente o curso da humanidade, cada vez mais informacional, digital e hiperconectada.

A sociedade da informação é um ambiente social, político e econômico alicerçado pelas Tecnologias da Informação no contexto de mundo globalizado. Para Castells (2018), as sociedades informacionais culminam no desenvolvimento tecnológico como elemento base para a produção econômica e das relações sociais. Um modelo de sociedade edificado pela tríade convergência da informática, da comunicação e da informação, que foi

esboçada teoricamente com as tintas do otimismo quanto ao desenvolvimento social dos países, já que é realmente uma oportunidade para equalizar desigualdades, através da tecnologia. Entretanto, testemunhamos um cenário de distúrbios e patologias informacionais causados pela desinformação, ou mesmo pelo excedente informacional. A crise da pós-modernidade passa também pela crise da informação, pela explosão e pela implosão informacional; pela crise da verdade.

Aqui recorremos a metodologia bibliográfica, pois julgamos ser a mais adequada para atingirmos os nossos objetivos, que é realizar uma breve revisão da literatura sobre a desinformação ao longo dos tempos e identificar se desinformação é um fenômeno estreitamento contemporâneo a partir das mídias digitais, ou se tem precedentes históricos mais antigos.

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, REDES SOCIAIS DIGITAIS E A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO CIBERESPAÇO

Denominações como sociedade da informação, era da informação, informacionalismo surgem em vários contextos, mas se referem basicamente a um mesmo significado. "São muitas as denominações para as transformações intensas condizentes com o impacto de novas tecnologias nos diversos campos das relações humanas a partir de meados do século XX, precisamente, com o marco temporal do final da década de 1969 até os dias atuais" (Neves, 2017, p.33).

A palavra informação deriva do francês, *informatio*, (Capurro; Hjorland, 2007, apud Alzamora, Mendes et al, 2021) e sofreu substanciais alterações conceituais ao longo dos séculos. Na sua etimologia latina, divide-se em dois momentos entre o ato de moldar a mente (medieval) e o de comunicar conhecimento (moderno). No século XX, a Teoria Matemática da Comunicação, base fundadora da Ciência da Informação, articula o conceito de informação em nível científico, pavimentando caminhos para as pesquisas subsequentes no recente campo científico.

A *priori*, sabemos que a expressão conceitual de sociedade da informação nos remete à contemporaneidade, sobretudo a partir da chamada explosão informacional que acontecera a partir da segunda guerra mundial, cuja informática e a Internet são fatores imprescindíveis para o fenômeno. A partir de então, o fluxo informacional passou a ser gradual e paulatinamente mais intenso na sociedade; tão intenso que gerou um caos informacional.

Se em determinado momento a escassez e a falta de acesso à informação se tornaram preocupantes para a garantia de direitos e para o equilíbrio da sociedade, para legitimar a cidadania e fortalecer a democracia, hoje é o excedente da informação, seu uso e apropriação, inclusive pelo grande capital, que colocam em xeque as bases que constituem as

democracias e expõe a mesma preocupação de outrora. Se a falta de informação foi um grande problema social, hoje não mais o é. Em seu lugar se questiona o que as pessoas fazem com tanta informação, ou como a sociedade apropria-se dela. Mais ainda: esse ambiente de informação em abundância favorece positivamente o desenvolvimento da sociedade? Essa espécie de superávit informacional que a contemporaneidade vivencia deixa um rastro de prejuízos sociais, mas é capaz de ser altamente lucrativa para as grandes empresas que hoje controlam o fluxo informacional no mundo todo, a saber, as *big techs*.

Embora o termo sociedade da informação esteja associado à contemporaneidade, sobretudo no ambiente digital e globalizado alicerçado pelas redes de informática, autores como Burke (2003) e Mattelart (2001) sugerem que a sociedade da informação é bem mais antiga, argumentando que desde os assírios, os governos se interessavam pela coleta e armazenamento da informação. Evocando o sociólogo contemporâneo Giddens, Burke (2003) coloca que "todos os Estados foram sociedades da informação, pois a geração do poder do Estado pressupõe a reprodução reflexivamente monitorada do sistema, envolvendo a coleta, armazenamento e controle regulares da informação aplicada para fins administrativos (Giddens, 1985, p.178, apud Burke, 2003, p.111). Essa espécie de Estado de vigilância e monitoramento das pessoas, sob a orientação da ciência matemática, também foi colocado por Mattelart (2001) ao tratar das práticas de recenseamento por parte dos Estados séculos atrás, da incorporação e do auxílio da estatística e dos cálculos de probabilidade para se conhecer à amiúde a população. "A ideia de uma sociedade regida pela informação está, por assim dizer, inscrita no código genético do projeto de sociedade inspirado pela mística do número. Ela data, portanto, de muito antes da entrada da noção de informação na língua e na cultura da modernidade" (Idem, idem, p.11). Neste sentido, os governantes estavam bastante interessados cada vez mais em possuir informações sobre os seus governados, seja para aumentar impostos, recrutar jovens para o exército ou mesmo arrumar comida em tempos de fome (Burke, 2003). "O principal aqui diz respeito à acumulação de informações como formas tanto de reação como de auto-estímulo ao desejo crescente dos governantes de controlar a vida povo em geral [...]" (Idem, Idem, p.112). Tanto assim que a prática de coletar informações dos cidadãos é chamado por Burke de "estado de papel" no início da era moderna na Europa, devido ao grande volume de documentos impressos gerados com o monitoramento do povo.

A partir dos anos de 1970, com as Tecnologias da Informação e da Comunicação cada vez mais presentes na sociedade, a expressão sociedade da informação ganhou status de um mundo regido pelas oportunidades positivas que as TIC trariam à própria sociedade, descortinando assim um novo horizonte nos processos sociais, políticos e econômicos, reconfigurando aos níveis culturais e civilizacionais a humanidade. O capitalismo precisou se reinventar; e tem conseguido. Sob a égide da globalização, deu-se início a um novo momento da economia mundial, cuja informação é a sua maior matéria-prima. A

internacionalização do mundo e a reconfiguração dos limites geográficos e geopolíticos, os desafios que o ciberespaço traz neste cenário, além das novas formas de domínio, poder e hegemonia baseadas na informação, são apenas tópicos de um vasto leque para discussões e problematizações desta questão. É o caso do geógrafo baiano Milton Santos (2000), que demonstrou grande preocupação ao denunciar os novos arranjos do capitalismo sob o manto da globalização. Para ele, uma globalização perversa, movida pelo consumo e tendo o informação como alimento para o capital, uma dupla tirania, como ele se refere. "Era da ditadura do dinheiro e da informação", critica Santos ao falar da intimidade do binômio dinheiro-informação. Na visão de Santos, a dupla inseparável fornece o insumo para sustentar as bases do sistema ideológico para legitimar um novo *ethos* da vida social contemporânea, influenciando, inclusive, o caráter das pessoas (Santos, 2000).

Santos não só criticou, mas também apresentou uma proposta do que seria um modelo ideal para outra globalização, para ele "embasada pela apropriação das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) e informação pelas massas" (Santos, 2000). Han (2022, p.23) endossa a crítica ao tratar da globalização como um modelo de violência que "prejudica a circulação da informação, comunicação e capital".

Para Dupas (2000), neste paradoxo de avanços da tecnologia, da ciência e da crise social que estremeceu as estruturas mais ou menos estáveis, o capitalismo se apossou completamente dos destinos da tecnologia, refazendo novos modelos a concentração e hegemonia do desenvolvimento das nações. "As consequências dessa autonomia são da técnica com relação à valores éticos e normas morais, dentre outras, o aumento da concentração de renda e da exclusão social [...]" (Dupas, 2000, p.14). Neste contexto, novos atores surgem com novos instrumentos de poder e novos imperativos de domínio. Trata-se da formatação de um arranjo social guiado pela informação e pelo capital.

Neste sentido, como pontua Santos (2000), amplia-se o poder político do capital na regulação da sociedade. Por outro lado, observamos o recuo do Estado, orientado pelos preceitos neoliberais, em omissão estratégica e gradual, sobretudo no que tange às grandes empresas de controle da informação, as big techs.

O capitalismo de manufatura e de complexas escalas e processos produtivos que ainda colhia seus frutos adoeceu se reinventando a partir dos anos de 1980 em capitalismo informacional, cujo apogeu desse novo sistema começou a ascender a partir da segunda metade da década de 1990, sobretudo com a popularização da Internet. Trata-se de um modelo de regime de informação baseado na autoridade ideológica do neoliberalismo, instrumentalizado agora pelos algoritmos.

A SOCIEDADE DA DESINFORMAÇÃO: DOS BOATOS ÀS FAKENEWS

A sociedade da informação, como já vimos através de Burke (2000), está no berço da própria humanidade, embora o termo tenha efetivamente surgido no contexto do século XX. Do mesmo modo, uma "sociedade da desinformação" movida pela engrenagem da disseminação de mensagens "falsas" nos leva igualmente ao mesmo embrião. Na medida em que os recursos tecnológicos no âmbito da comunicação foram surgindo ao longo dos séculos, as sociedades da informação e da desinformação foram se adaptando a cada novo cenário tecnológico, político e social.

Tratada como rumores e boatos outrora, e como desinformação e fakenews nos tempos atuais, o fenômeno revela características e lógica próprias de cada tempo, lugar e contexto, mas nos convence que a desinformação, como assim chamamos hoje em dia, é tão antiga quanto a fala humana. Para uns, um problema; para outros, uma estratégia indispensável. Ela cumpre uma missão funcional e social (Kapferer, 1993), seja para desestabilizar e promover o caos, seja para tirar proveitos de qualquer natureza, inclusive financeiros. A desinformação, portanto, não é um fenômeno novo e insere-se na própria história humana. Segundo Castells (2018), a era da comunicação foi convertida em uma era da pós-verdade, em que mentiras são torpedeadas por diversos mecanismos de comunicação e alçadas à categoria de verdades absolutas.

De acordo com o Informe de Política sobre Integridade da Informação nas Plataformas Digitais, preparado pelo secretário-geral da ONU em 2023, embora utilizado por muitos como similares, desinformação e informação ou notícias falsas têm definições particulares. Segundo a ONU (2023), desinformação é uma informação que não é apenas imprecisa, mas também tem a intenção de enganar e é espalhada para causar danos.

O ser humano se comportou socialmente dentro de um contexto espaço-temporal de cada momento, e as características de difusão de informação, sejam elas verdadeiras ou falsas, ajustaram-se ao seu contexto tecnológico. Se num passado distante, era a fala, o boca-a-boca, que projetaram em pequenos agrupamentos humanos desinformação de qualquer natureza, tal prática foi acompanhada pelo avanço das tecnologias ao longo dos séculos. A desinformação se valeu de seus meios de comunicação de cada contexto social e tecnológico para se expandir na sociedade, e hoje encontrou nas redes sociais digitais da sociedade hiperconectada um veículo poderoso de alcance local e global - o glocal - com consequências e impactos em todos os âmbitos da vida humana. Ao recorrer às ideias de Wiener, da teoria cibernética, associamos a ideia de entropia à desordem informacional causada pela desinformação; vejamos:

> A formulação de Wiener, para Logan (2012), trata a informação como entropia negativa, conforme a visão sistêmica cibernética, que considera que os sistemas passam por estados de maior desordem (maior entropia), quer dizer, menos informação (menos formatação). Com base nisso, podemos considerar que informação, segundo sua etimologia, é dar forma, por meio da moldagem, da formatação de incertezas por um sistema, seja este humano ou maquínico. Desinformar, então, por outro lado, pode ser compreendido como de desformatar, de ampliar as incertezas. Nesse sentido, consideramos que a desinformação se configura hoje como dinâmica de produção, circulação e validava de pseudo-certezas, isto é, de informações que tendem a se aproximar de uma suposta verdade (correspondência com o fato, o acontecido), quando, com efeito, são mensagens distorcidas (Salgado; Matos, 2021, p.45 e 46).

Neste contexto, conforme os autores, a desinformação se apresenta com as roupagens da verdade, com verossimilhança e proximidade com os fatos, mas sem o status da verdade, assumindo o posto de pseudoverdade. Se na concepção de Wiener, informação é entropia negativa, Salgado e Matos tratam de entropia positiva a desinformação, na medida que são "amplificadora de incertezas ou promotora de desordem (dispersão), ainda que se utilize de estratégias discursivas intencionais para se assemelhar a conteúdos verificados ou verossímeis [...]" (Salgado; Matos, 2021, p.46). Neste contexto, os autores compreendem a desinformação como uma disfunção que gera desentendimentos e dissensos, controvérsias e conspirações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fenômeno da desinformação e das fakenews nos últimos anos, por vezes, apresenta-se como um evento contemporâneo, no entanto, identificamos que a problemática da desinformação é tão antiga quanto a própria história da humanidade. Muitas vezes revista por outras denominações, como boatos, a circulação de informações falsas ou distorcidas acompanha a sociedade e se instrumentaliza da tecnologia de informação e comunicação de cada época. No tempo atual, encontra na Internet e, mais precisamente nas redes sociais digitais, uma nova forma de propagação, mas com ingredientes inéditos. O fato revela as contradições da própria sociedade da informação, onde a informação e questões relacionadas a sua regulação e integridade vem à baila. Onde informação e desinformação confundem a sociedade de horizontam estratégicas de mercado, sobretudo nos ambientes políticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALZAMORA, Geane Carvalho, RIBEIRO, Daniel Melo, MENDES, Conrado Moreira. **Apresentação.** (p.15-21). Sociedade da Desinformação e Infodemia. UFMG, 2021: Belo Horizonte.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento:** de Gutenberg a Diderot. Jorge Zahar Editor, 2000: Rio de Janeiro

BURKE, Peter, BRIGGS, Asa. **Uma história social da mídia:** de Gutenberg à Internet, Jorge Zahar Editor, 2004: Rio de Janeiro.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede.** Editora Paz&Terra, 2021: Rio de Janeiro.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura:** a crise da democracia liberal. Tradução: Melo, Joana Angélica d'Avila. São Paulo: Zahar, 2018.

DOUPAS, Gilberto. **Ética e Poder na Sociedade da Informação.** Editora Unesp, 2001: São Paulo

HAN, Byung Chul. **Infocracia: d**igitalização e crise da democracia**.** Editora Vozes, 2022: Petrópolis.

KAPFERER, Jean-Noël. **Boatos:** a mais antiga mídia do mundo. Forense Universitária, 1993: Rio de Janeiro.

MATTELART, Armand. **História da Sociedade da Informação**. Edições Loyola, 2001: São Paulo.

NEVES, Barbara Coelho. **Tecnologia e Mediação:** uma abordagem cognitiva da inclusão digital. Editora CRV, 2017: Curitiba.

ONU, **Como proteger a integridade da informação nas plataformas digitais?** ONU publica orientações do secretário-geral, Nações Unidas Brasil, 2023.

RIBEIRO, Daniel Melo, OLIVEIRA, Fábio Amaral Paes. **Verdade e crença sob a perspectiva do pragmatismo:** contribuições para o debate sobre a desinformação científica. In: Sociedade da Desinformação e Infodemia. UFMG, 2021: Belo Horizonte.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Editora Record, 2012: Rio de Janeiro.

SALGADO, Tiago Salgado, MATTOS, Maria Ângela. Da informação à desinformação: conceitos e abordagens das teorias acerca da comunicação. In: **Sociedade da Desinformação e Infodemia.** UFMG, 2021: Belo Horizonte.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein, 2018. Thinking about 'information disorder': formats of misinformation, disinformation, and mal information. In: IRETON, C.; POSETTI, J. (Ed.). **Journalism, 'fake news' & disinformation**: handbook for journalism education and training, module 2. UNESCO, 2018. p. 44 56.

AÇÕES DE EDUCAÇÃO EM INFORMAÇÃO COM JOVENS BAIANOS CONTRA A DESINFORMAÇÃO

Allana Beatriz Mouta
Graduanda em Biblioteconomia e Documentação na Universidade Federal da Bahia.
Gleise Brandão
Docente do Departamento de Fundamentos e Processos Informacionais e Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia.
Daniela Silva
Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia

Resumo: Trabalho vinculado ao Projeto "Jovens pela paz e contra a desinformação: ações formativas voltadas à educação ética e crítica na Bahia" que propõe o desenvolvimento de competências para lidar com a informação e com a comunicação. Objetiva relatar a participação na iniciação à extensão, que visou apoiar o planejamento e realização das atividades. Realizou-se levantamento bibliográfico e a observação participante. Enquanto resultados, destacam-se as ações com a participação ativa de discentes da Universidade e estudantes de escolas públicas de Salvador, produção acadêmica e participação em reuniões. Tais experiências contribuíram para o aprendizado de processos educacionais e para a formação acadêmica.

Palavras-chave: Jovens. Desinformação. Extensão. Educação em Informação.

INTRODUÇÃO

Em um mundo interconectado, onde a internet é uma parte significativa da sociedade, moldando formas de se comunicar, relacionar, aprender e trabalhar, as pessoas estão "[...] constantemente diante de altos fluxos de informações que podem ser tendenciosas, falsas e alteradas", sendo assim "[...] necessário saber analisar, questionar e desenvolver aptidão para pensar criticamente" (Silva *et al.*, 2024, p. 6)[1]

Para os jovens, a internet é uma ferramenta essencial para ampliar suas perspectivas e de se expressarem, mas requer processos educativos que formem "cidadãos conscientes e questionadores, que não aceitam passivamente as informações apresentadas,

1 Artigo no prelo, ainda não publicado.

desenvolvendo uma visão autônoma do mundo" (Silva *et al.*, 2024, p. 7). Dessa forma, a inclusão de temas como educação em informação, educação midiática e desinformação, por exemplo, na formação dos jovens é fundamental, pois permite "[...] estimular o senso crítico para que crianças e jovens sejam capazes de entender a natureza da mídia e o seu gênero, para então analisar a informação corretamente" (Grossi; Leal; Silva, 2021, p. 181).

Diante do crescente avanço dos fenômenos de desinformação, *fake news*, cancelamento, intolerância e discursos de ódio e tendo em vista a necessidade de ações educativas para o seu enfrentamento, o Projeto de extensão "Jovens pela paz e contra a desinformação: ações formativas voltadas à educação ética e crítica na Bahia" buscou promover uma educação crítica e questionadora no âmbito da informação e da comunicação, para jovens do Estado da Bahia, a partir de mapeamento e produção de propostas formativas para lidar com a informação e com a comunicação crítica, por meio de oficinas mobilizadoras, informativas e comunicacionais, focando no envolvimento e na participação ativa de jovens no enfrentamento dos fenômenos mencionados.

O Projeto buscou desenvolver propostas pedagógicas entre os anos de 2023 e 2024. Dessa maneira, foi preciso fundamentar os conceitos e conhecimentos sobre a temática, por meio de levantamentos bibliográficos, reuniões e a elaboração de documentos condizentes ao público, buscando encontrar conteúdos que despertam o interesse e a participação ativa dos jovens para "conviver em uma sociedade hiperconectada, e contribuir para o fortalecimento do sistema democrático" (Silva *et al.*, 2024. p. 7). Nesse sentido, este trabalho objetiva apresentar um relato sobre a participação no projeto, a partir da iniciação à extensão, que teve como foco apoiar o planejamento das atividades e auxiliar na realização das oficinas.

DESINFORMAÇÃO, EDUCAÇÃO MIDIÁTICA E EDUCAÇÃO EM INFORMAÇÃO

Esta seção pretende apresentar os conceitos que direcionaram a realização das ações formativas relatadas neste trabalho, sendo eles: desinformação, educação midiática e educação em informação.

A desinformação é "[...] um conjunto de informações falsas ou falseadas, muitas vezes baseadas num dado real, num dado da realidade, intencionalmente e deliberadamente criadas ou ressignificadas para prejudicar determinados grupos e beneficiar outros" (Ferreira, 2021. p. 102). Os conteúdos falsos são disseminados em meios de comunicação, como plataformas digitais, buscando manipular e enganar indivíduos com informações inverídicas ou descontextualizadas.

Nesse contexto, a educação midiática busca estimular as pessoas a "[...] analisar, criticamente, o que acessam, consomem, produzem, interagem e divulgam" (Silva *et al.*, 2024. p. 4) nas mídias, visando a reflexão sobre "[...] o papel de quem produz a informação e quem a recebe" (Grossi; Leal; Silva, 2021, p. 181). Já a educação em informação

propõe um conjunto de ações com foco na educação crítica e consciente em torno da informação, destacando a necessidade de "[...] analisar, questionar e desenvolver aptidão para pensar criticamente em um mundo interconectado, que está constantemente diante de altos fluxos de informações que podem ser tendenciosas, falsas e alteradas." (Silva *et al.*, 2024. p. 6).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi realizado inicialmente um mapeamento de referências bibliográficas sobre os temas relacionados ao projeto. Essa etapa foi crucial para fornecer a base teórica necessária para as oficinas e para o artigo desenvolvido após a primeira atividade extensionista realizada.

Esse levantamento foi realizado por meio de fontes de informação como o Scielo, Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, portais de periódicos, acervos de instituições e repositórios institucionais, a exemplo das Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Repositório Digital Lume da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Ceará e Instituto Politécnico de Lisboa. Foram usados os operadores booleanos "*and*", "*or*" e "*not*" e de filtros, fazendo seleção por autores, datas de publicação e palavras-chave: "educação crítica", "educação em informação", "educação midiática" e "desinformação". Este processo levou à identificação de 98 produções elaboradas entre os anos de 2018 a 2024, o que forneceu um embasamento consistente de conteúdos teóricos e práticos para o desenvolvimento da ação formativa "Desinformação e a participação dos jovens nesse rolê".

Além da pesquisa bibliográfica, utilizou-se como método para este trabalho a observação participante durante as experiências de iniciação à extensão. Foram desenvolvidas duas atividades extensionistas: a ação formativa "Desinformação e a participação dos jovens nesse rolê", que foi realizada na Escola Estadual Presciliano Silva, na Ribeira, em Salvador (Bahia) e a Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS)[2], intitulada "Infoeducando: Competência em Informação com Jovens" no Colégio Estadual Edvaldo Brandão Correia (CEEBC), localizado no bairro de Cajazeiras IV, Salvador (Bahia). Ressalta-se que os dados foram descritos e analisados qualitativamente.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Nesta seção são apresentadas as ações desenvolvidas durante a atuação na iniciação à extensão no projeto já mencionado.

2 Componente curricular "[...] em que estudantes e professores da UFBA, em uma relação multidirecional com grupos da sociedade, desenvolvem ações de extensão no âmbito da criação, tecnologia e inovação, promovendo o intercâmbio, a reelaboração e a produção de conhecimento sobre a realidade com perspectiva de transformação" (UFBA, 2013).

Ação formativa "Desinformação e a participação dos jovens nesse rolê"

Com o auxílio de materiais bibliográficos e didáticos, foi possível a realização da ação formativa, que fez parte da I Semana Brasileira de Educação Midiática, uma iniciativa do Governo Federal com a Secretaria de Comunicação da Presidência da República e o Ministério da Educação. Denominada "Desinformação e a participação dos jovens nesse rolê", a ação ocorreu no dia 25 de outubro de 2023 e contou com dois momentos de atividades formativas: roda de conversa e oficina.

Para a roda de conversa, foi produzida uma apresentação como recurso didático, cujo objetivo foi educar os adolescentes e jovens sobre desinformação, educação midiática e o papel dos jovens na promoção de uma cultura da paz, com uso ético e consciente das fontes de informação. 49 jovens com idade entre 12 a 20 anos participaram da atividade. Para isso, foram incluídas dinâmicas como o jogo "Fato ou Fake" e a criação de nuvens de palavras, destinadas a estimular, manter a interação e o engajamento. Já a oficina "Educação Midiática na Prática", foi realizada com seis estudantes e buscou estimular a criação de peças de comunicação sobre os temas abordados durante a roda de conversa, como forma de estimular reflexão quanto à importância dos jovens e o seu papel no processo de comunicar, compartilhar, acessar e produzir informação.

Produção acadêmica

Após conduzir a iniciativa "Desinformação e a participação dos jovens nesse rolê", elaborou-se um artigo acadêmico, submetido à Revista Conhecimento em Ação (RCS-UFRJ), que contou com a colaboração de duas orientadoras, duas bolsistas de pesquisa e uma voluntária. O processo de escrita demandou reuniões com os integrantes do Grupo de Estudos de Políticas de Informação, Comunicações e Conhecimento (Gepicc) e do Grupo de Pesquisa em Competências Infocomunicacionais (Infocom) que ajudaram a qualificar o artigo. A produção acadêmica apresentou um relato de experiência, detalhando a atividade realizada, com discussão teórica subsidiada pelo levantamento bibliográfico. Desenvolveu-se também análises relacionadas às peças de comunicações criadas pelos jovens, como fruto das discussões relacionadas à "Desinformação", "Educação Midiática" e "Educação Crítica".

Componente curricular optativo de extensão

No primeiro semestre de 2024, foi desenvolvida a ACCS "Infoeducando" na UFBA, contando com a colaboração de uma pós-doutoranda em Ciência da Informação, uma pós-graduanda em Estudos Interdisciplinares da Universidade, três bolsistas, 22 discentes e duas docentes. A ACCS foi desenvolvida com 42 estudantes do Ensino Médio do CEEBC. A atividade contou, ainda, com apoio da diretora e de uma professora da escola.

Participaram da ACCS alunos dos cursos de Biblioteconomia e Documentação, Arquivologia, Comunicação Social - Jornalismo e Bacharelado Interdisciplinar - BI em Saúde da UFBA. A proposta foi desenvolver competências quanto à busca, apropriação e uso crítico da informação, além de ações voltadas para Educação em Informação. Durante esse processo, foram realizadas reuniões focadas nas pautas das aulas, visando compreender e desenvolver práticas relacionadas aos temas abordados nas aulas teóricas.

Foram realizadas quatro oficinas, contendo jogos e leituras críticas, com os alunos do CEEBC a partir das temáticas: "necessidade informacional e fontes de informação", "compreensão, síntese e organização da informação", "avaliação crítica da informação e desinformação" e "produção de conteúdo informacional e uso ético e legal da informação.

Participação em reuniões

Ao longo das atividades extensionistas e teóricas, uma parte fundamental para o desenvolvimento de todas as etapas foram as reuniões com os integrantes do projeto e do Gepicc, que tiveram o objetivo de esclarecer dúvidas, fornecer orientações e compartilhar pontos de vista. Esses encontros tornaram possíveis colaborações mais produtivas e enriquecedoras, além de criar um ambiente de aprendizado mais acolhedor.

DISCUSSÃO

Para o aprofundamento teórico e apropriação dos conceitos, foram importantes as orientações dadas quanto às fontes de informação, operadores booleanos e bases de dados, para tornar o levantamento bibliográfico mais fácil e rápido. Criou-se também planilhas colaborativas para o mapeamento das referências teóricas e de conteúdos pedagógicos. Esse processo foi importante para conhecer mais os temas estudados, autores, além de desenvolver ideias sobre formas de tratar os temas "educação midiática", "desinformação", "educação em informação" e como esses assuntos podem ser trabalhados com os jovens.

As ações formativas realizadas em uma escola pública, como parte da I Semana Brasileira de Educação Midiática, foram experiências interessantes por marcarem a primeira atividade prática enquanto bolsista extensionista. Foram adaptadas metodologias e conteúdos que despertassem o interesse dos jovens nas atividades da ação "Desinformação e a participação dos jovens nesse rolê".

Durante a atividade, foi possível ouvir relatos de experiências dos jovens no meio digital, que envolveram, por exemplo, preconceitos, perdas de seguidores, discurso de ódio e cancelamento, evidenciando a importância de atividades como essas em escolas. As peças de comunicação criadas pelos jovens da Escola Estadual Presciliano Silva apresentam reflexões sobre como evitar ser enganado por *fake news,* cuidado com *hackers*, as consequências de compartilhar informações falsas, além do "crescimento financeiro que

a internet possibilita para as pessoas, porém algumas dessas formas podem ser criminosas e antiéticas" (Silva *et al.*, 2024. p. 17) e sobre a importância das escolas na formação de indivíduos críticos e conscientes.

Por meio dessas ações formativas, foi possível também atuar na produção acadêmica de um artigo, que constituiu a primeira vivência com a escrita desse tipo de texto acadêmico. A atividade foi fundamental também para o desenvolvimento e apropriação teórica, por ter exigido leituras de artigos, mapeamento bibliográfico e trocas de conhecimentos em reuniões com a equipe do projeto e com um grupo de pesquisa parceiro (Infocom). Assim, ficou evidente a importância de discutir e revisar o artigo entre os pares durante o processo de escrita, permitindo verificar aspectos para aprofundamento e também identificar pontos nos quais os leitores poderiam ter dúvidas e, portanto, precisavam de maior clareza.

Quanto à segunda atividade extensionista, a ACCS "Infoeducando", houve a participação em reuniões semanais para apoiar a elaboração dos planos de aula, dos materiais didáticos e das atividades práticas. As cinco primeiras aulas foram focadas na teoria, visando aprimorar os conhecimentos, habilidades e atitudes para busca e uso da informação dos discentes da ACCS e orientá-los sobre a promoção de ações educativas em informação. Após essa fase, foi possível a realização da primeira aula de campo no colégio CEEBC.

Durante a ACCS, foi deflagrada a greve dos professores da UFBA, mas por se tratar de um componente curricular de caráter extensionista com cronograma previamente acordado com a escola e recurso financeiro, foi possível prosseguir com a execução das ações e manter a realização das atividades com os graduandos. Assim, realizou-se orientações de forma síncrona e assíncrona e elaboração dos planos de ensino das oficinas pelos graduandos com mediação dos docentes, permitindo a realização das atividades nas datas previstas.

A partir dos resultados, é possível fazer um comparativo quanto às escolas, sendo ambas de bairros periféricos, e às realidades desafiadoras dos jovens e, principalmente, compreender a importância "[...] da escola fomentar uma discussão que leve os alunos à reflexão quanto ao uso das mídias em diversos contextos" (Grossi; Leal; Silva, 2021, p. 187). As ações desenvolvidas encorajaram a colaboração dos jovens contra a desinformação, cancelamentos, discursos de ódio e fortalecendo-os como cidadãos conscientes e questionadores em uma sociedade informatizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a relatar as atividades desenvolvidas, a partir da participação como bolsista em projeto de extensão. Destaca-se que o diálogo e a integração com o grupo de pesquisa para desenvolvimento das atividades foram fundamentais. Nos primeiros

encontros, foram realizadas as apresentações do projeto e das atividades e foi possível esclarecer dúvidas, bem como compartilhar as expectativas e interesses. Os encontros presenciais e *on-line* foram essenciais também para estabelecer uma relação com todos os integrantes, que se tornaram parceiros no desenvolvimento das atividades realizadas, facilitando o entendimento mútuo, a colaboração e o trabalho em equipe.

Como conclusão, após o término das atividades e participação como bolsista, destaca-se o aprendizado acumulado com todas as experiências. Por meio da participação nas reuniões, pôde-se esclarecer dúvidas, receber conselhos e orientações valiosas; aprender a usar os métodos de levantamento bibliográfico na prática, uma habilidade que passou a ser utilizada frequentemente; além de adquirir conhecimentos sobre produção acadêmica, funcionamento interno de um projeto de extensão, e ações educativas como a elaboração de disciplinas e de atividades extensionistas. Ressalta-se que tais aspectos ajudaram na compreensão dos processos educacionais, contribuindo para a formação em Biblioteconomia.

AGRADECIMENTOS

À Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal da Bahia, por conceder duas bolsas de extensão, através do Edital PIBIEX, e recurso financeiro pelo edital ACCS; e ao Gepicc, por seu inestimável apoio e contribuição.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, E. Desinformação, desinfodemia e letramento midiático e informacional: um estudo do processo estruturado no Brasil sob o governo Jair Bolsonaro e as formas de enfrentamento. **Scripta**, Minas Gerais, v. 25, n. 54, p. 96-128, 2021.

GROSSI, M.; LEAL, D.; SILVA, M. Educação Midiática, Cultura Digital, e as Fake News em Tempos de Pandemia. **Educação em Revista**, Marília, v. 22, p. 179-198, 2021.

SILVA, D. *et al.* **Ações formativas para o enfrentamento da desinformação:**

reflexões a partir de uma experiência com estudantes. [*S.l: S.n*]. 2024. No prelo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA). **Resolução No 01/2013**. Regulamenta o aproveitamento da Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS) para integralização curricular dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia. 2013. Disponível em: https://proext.ufba.br/sites/proext.ufba.br/files/resolucao_01.2013_consepe_-_accs_0.pdf. Acesso em: 29 ago. 2024.

DESORDEM INFORMACIONAL EM DEBATE NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: PROPOSTAS LEGISLATIVAS EM TRÂMITE

Carmen Lúcia Costa Brotas
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, Bolsista CAPES

Resumo: Este trabalho tem como objetivo delinear o quadro de propostas legislativas acerca dos fenômenos informacionais – desinformação, discurso de ódio e negacionismos que tramitaram/tramitam na Câmara dos Deputados, no período de 2018/2024. O intuito é investigar em que termos os deputados federais – que são representantes do cidadão brasileiro - têm buscado disciplinar este complexo aspecto da vida social. A pesquisa é, portanto, descritiva, com abordagem quali-quantitativa. Utilizou-se a análise de conteúdo. Ao final da investigação foi possível se identificar que há propostas suficientes e com abordagens diversas para que o Parlamento Brasileiro possa discutir e regulamentar a matéria.

Palavras-chave: Câmara dos Deputados. Desordem informacional. Proposta Legislativa.

INTRODUÇÃO

Os avanços tecnológicos proporcionaram benefícios em diversas searas sociais. A facilidade de comunicação e obtenção de informações têm impacto em várias atividades humanas do cotidiano, reconfigurando as relações econômicas, laborais, políticas e de lazer. No entanto, o progresso da tecnologia também contribuiu para que a disseminação de conteúdos causadores de desordem informacional tivesse maior alcance e celeridade. Assim, diversas nações disciplinaram a atuação nas redes sociais digitais, definindo as responsabilidades e as penalidades a serem imputadas no caso de condutas inapropriadas nestes ambientes. Este foi o caso, por exemplo, da Alemanha, França e Singapura.

No Brasil, o Projeto de Lei n.º 2630/2020 que visava instituir a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, após ser aprovado no Senado Federal, foi incluído na pauta da sessão da Câmara dos Deputados do dia 02/05/2023. Naquela ocasião, diante da ofensiva das big tech, bem assim de atores sociais que apontavam a necessidade de mais discussão da matéria devido aos reflexos que ela poderia gerar para setores da econômica e da sociedade e da alegada incipiência do texto legal, o

relator requereu a retirada de pauta daquela proposta. Posteriormente, em meio a debates travados entre membros do Supremo Tribunal Federal (STF) e representantes das redes sociais digitais, passou-se a vislumbrar a possibilidade de que o PL n.º 2630/2020 seja arquivado e iniciada a tramitação de nova proposta. Ocorre que os resultados obtidos nesta pesquisa evidenciam a existência de diversos projetos de lei em trâmite na Câmara dos Deputados, os quais podem caminhar juntos e gerar legislações que logrem disciplinar, de forma satisfatória, a matéria.

METODOLOGIA

A pesquisa é descritiva, uma vez que visa investigar as nuances que caracterizam as propostas legislativas que intenta disciplinar a desordem informacional – discurso de ódio e negacionismos. A abordagem é quali-quantitativa, havendo dados que serão representados por gráficos e aqueles obtidos por meio de inferências. Por utilizar as propostas apresentadas pelos parlamentares acerca da predita matéria, trata-se de investigação documental. No que atine ao procedimento utilizado foi manejada a análise do conteúdo (Bardin, 1977, p. 95/102). Para realização da análise de conteúdo estipulou-se como documentos a serem incluídos na pesquisa os Projetos de Decreto Legislativo (PDL) que são aquelas proposições que visam regular matérias de competência exclusiva do Poder Legislativo, sem a sanção do Presidente da República, os Projeto de Lei (PL) que constitui proposta para o advento de leis ordinária, e o Projeto de Lei Complementar (PLP) que é utilizado para regulamentar matéria em que a Constituição Federal, expressamente, exige este tipo de proposição.

Extraiu-se as aludidas propostas legislativas, no site da Câmara dos Deputados, usando-se como *strings* de busca as expressões "desinformação", "discurso de ódio" e "fake news". Convém ressaltar que o Congresso Nacional é composto por duas casas legislativas – Câmara dos Deputados – onde estão os representantes dos cidadãos brasileiros – os deputados, e o Senado Federal – constituído por aqueles que representam as unidades federativas. A investigação teve como foco as propostas que tramitam/tramitaram na Câmara dos Deputados, por nela estarem os mandatários do povo brasileiro. O recorte temporal utilizado para o levantamento foi o período de 2018 a 2024. A disseminação de conteúdos causadores de desordem informacional pelas redes sociais, no Brasil, se intensificou a partir das eleições 2018, se protraindo até o presente ano, razão pela qual se fixou o predito interstício para a pesquisa.

Extraiu-se do site da Câmara dos Deputados do Brasil, de início, 511 projetos. Após a retirada das duplicações e da aplicação do critério de exclusão que se constituiu em eliminar aqueles que não se coadunavam com o proposito da pesquisa, restaram 173 propostas. Em seguida, estabeleceu-se as categorias a serem utilizadas na investigação: "Saúde", "Educação", "Direito Penal", "Uso da Internet", "Democracia", "Administração

Pública", "Contra Enfrentamento" e "Calamidade Pública". Na categoria intitulada "Saúde" foram incluídas as propostas que versavam acerca de desinformação sobre temas afetos à saúde dos cidadãos, o que incluía a vacina/vacinação, enquanto naquela denominada "Educação" ficaram as que tratavam da implementação de educação midiática, digital e da instituição de dias/semanas comemorativas e/ou de conscientização acerca de temas correlacionados aos fenômenos causadores de desordem informacional e seus efeitos.

Naquela nominada de "Direito Penal" ficaram as propostas que visavam alterar o Código Penal mediante a criminalização de condutas perpetradas na seara digital, bem assim a majoração de panas em virtude deste tipo de atuação. Na categoria "Uso da Internet" foram incluídas as proposições relativas à responsabilização dos usurários do mundo digital quando produzissem e/ou disseminassem conteúdos desinformativos e/ou de ódio. Na categoria "Democracia" ficaram todas os tipos de menção a proteção de grupos socialmente vulneráveis, à proteção aos dados, à disciplina relacionada à entrada em território nacional daqueles que atentaram contra a democracia e às alterações propostas no Código Eleitoral.

Na categoria "Administração Pública" ficaram as alusões a participação em licitação e o uso da "máquina pública" para a disseminação de desinformação e/ou discurso de ódio. Ademais, naquela firmada como "Calamidade Pública" foram incluídas as propostas atinentes a disseminação dos preditos fenômenos informacionais em situações que sejam caracterizadas desta forma. Por derradeiro, na categoria "Contra enfrentamento" ficaram as propostas que tinham como desiderato afastar aquelas proposições e/ou atuações de órgãos do Poder Executivo e Judiciário para o enfrentamento destes fenômenos.

REVISÃO DE LITERATURA

A propagação de conteúdos causadores de desordem informacional realizada por meio das mídias digitais esteve presente nos principais eventos da atualidade, tais como as eleições, a pandemia de COVID-19, os ataques a escolas e creches, as calamidades públicas e o debate acerca da crise climática. Acerca deste tema, Wardle e Derakhshan (2017, p. 5) realçam que a misinformação (mis-information) se caracteriza como informações falsas que são partilhadas, porém sem a intenção de prejudicar; a má informação (mal-information) é a denominação direcionada às informações disseminadas para causar danos a alguém e, por fim, a desinformação (dis-information) se apresenta quando a informação falsa é disseminada com o intuito de causar danos.

A Organização das Nações Unidas, ao abordar a integridade da informação, enfatiza que a desordem informacional ameaça à integridade da informação, podendo gerar impactos negativos, em consequência, para a implementação de todos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável –ODS (ONU, 2023, p. 13), que foram instituídos como parâmetros para a construção de políticas públicas para a humanidade.

A desordem informacional engloba, é válido consignar, as fake news, o discurso de ódio e os negacionismos. As fake news são conteúdos desinformativos com aparência de jornalismo legitimo, mas que não passam de enunciados falsos criados para enganar; os negacionismos, sem amparo em evidências, centram-se em refutar recomendações/descobertas da ciência e/ou a ocorrência de fatos históricos; por fim, o discurso de ódio visa tratar o outro que é, por algum atributo diferente, como inimigo a ser eliminado (Araújo, 2021, p.7)

Noutro lado, insta salientar que a tecnologia, como elemento social desprovido de autonomia e neutralidade, transforma a natureza da relação entre o sujeito e o mundo e, por conseguinte, a própria autocompreensão do agente moral humano (Capurro, 201, pp. 38-39). Em verdade, ela é formatada pela sociedade e a formata, estabelecendo, portanto, uma relação em duas vias. Por isto, a utilização da tecnologia também deve atender parâmetros ético-normativos. As facilidades geradas pela tecnologia não eximem aqueles que dela fazem uso, em qualquer seara, da observância dos limites impostos pela própria convivência social, os quais para terem força cogente devem advir, notadamente, do Poder Legislativo.

Destarte, a atuação no cenário digital promove no sujeito o sentimento de liberdade e potência, como se ele pudesse agir sem a imposição de qualquer controle. O uso da tecnologia gera a vigilância pelos dados, a qual fornece ao sistema de dominação informações psicográficas acerca dos sujeitos, as quais são utilizadas para o controle sutil, porém eficiente por meio da predição de necessidades, comportamentos e desejos (Zuboff, 2021, p. 21).

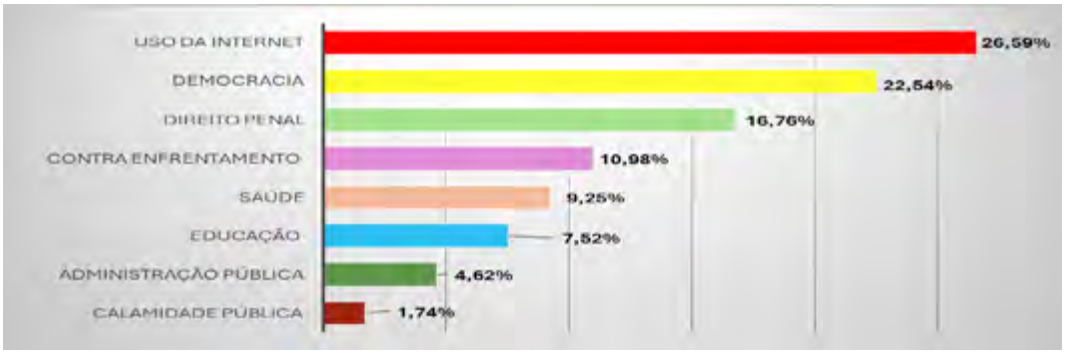
Neste cenário, a discussão a partir da razão é ameaçada pela comunicação afetiva que prescinde dos melhoremos argumentos., uma vez que, para ela, são suficientes as informações com maior potencial de estimular. Na sociedade liquida pensada por Bauman (2021), inexiste espaço para o diálogo democrático, pois as informações são geradas, consumidas e substituídas com velocidade. O capitalismo digital reconhece apenas compartilhamentos e cliques. Interessa, nesta lógica, aquilo que pode ser acessado a fim de gerar reações nas pessoas (Morozov, 2018, p. 84).

Malgrado exista a retórica da emancipação, a dinâmica imposta pela racionalidade digital oferece a "liberdade de escolha", mas para gerar dados que retroalimentarão o sistema, não proporcionando, porém, espaço para reivindicações direcionadas aqueles que estão no poder. Nesta senda, evidencia-se como necessário que sejam estabelecidas normas que disciplinem a conduta no mundo digital, bem assim que contemplem as devidas repercussões jurídicas a serem imputadas aqueles que atuam de forma inadequada, uma vez que os danos advindos da ocorrência destes fenômenos informacionais não atingem apenas aqueles que os acessam, mas toda a sociedade.

RESULTADOS

Os resultados relativos à ocorrência das categorias firmadas para esta pesquisa estão representados no Gráfico 1, a partir do qual se pode constatar que o maior índice foi alcançado pela categoria "Uso da Internet". Nesta categoria se encontrou propostas legislativas relacionadas à fixação de regras atinentes à identificação e responsabilização daqueles que criam/propagam conteúdos causadores de desordem informacional, estipulação de parâmetros para remoção destes enunciados e para o manejo de grupos de WhatApp.

Gráfico1: Categorias de propostas legislativas na Câmara dos Deputados (2018-2024)



Fonte: Elaborado pela autora.

A categoria "Democracia" foi a segunda mais recorrente. Em relação a ela foi possível se perceber, de forma ordinária, a proposta de alteração do Código Eleitoral para inclusão da previsão de crimes eleitorais afetos a disseminação dos preditos conteúdos. Merece destaque, nesta categoria, as proposições que visavam impedir a entrada no Brasil de pessoas que tenham atentado contra à democracia, bem assim a fixação de parâmetros atinentes à proteção dos dados e o direito de resposta. As justificativas que eram apresentadas para respaldar estas propositivas traziam, de modo recorrente, alusão à reação aos resultados das Eleições/2022, com a intensa disseminação de mensagens, nas redes sociais digitais, com cunho atentatório ao regime democrático. No que atine ao "Direito Penal" se verificou que 16,67% das propostas analisadas tinham o desiderato de criminalizar condutas afetas à disseminação dos mencionados discursos, bem assim a majoração da pena no caso de a proliferação ocorrer por meio digital. A maioria das propositivas alocadas nesta categoria versava acerca da alteração do Código Penal para incluir previsões afetas aos mencionados fenômenos informacionais com o uso das redes sociais digitais.

Em sentido contrário, na categoria "Contra Enfrentamento", constituída por Propostas de Decreto Legislativo (PDL), ficaram as propositivas que visavam sustar iniciativas de órgãos do Poder Judiciário e Executivo. Nela foram encontradas as proposições para retirada de resoluções emanadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

acerca da regulamentação do uso de fenômenos causadores de desordem informacional na seara eleitoral e o ato que instalou, em 2024, naquele órgão, o Centro para o enfrentamento à desinformação. Ademais, se identificou também o propósito relativo a afastar medidas da Advocacia Geral da União, do Ministério da Cidadania e Direitos Humanos e do Ministério da Justiça e Segurança Pública no que atine à desinformação. Importa registrar que estas propostas foram apresentadas por deputados federais vinculados a partidos políticos que ostentam viés ideológico de extrema direita.

No que alude à "Saúde" se verificou alusão à disseminação de conteúdos com potencial de causar mácula ao direito à saúde. As propostas incluídas nesta categoria versavam acerca da propagação de desinformação e mensagens negacionistas as quais estavam voltadas à vacina/vacinação. Há, nelas, a menção à refutação das descobertas e/ou recomendações advindas da ciência, razão pela qual se identificou propostas para alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente a fim de garantir a imunização dos menores de 18 anos. As propostas legislativas desta categoria foram, majoritariamente, apresentadas no período da crise pandêmica, uma vez que a tramitação de 73,33% delas tiveram início em 2020 e 2021. Na categoria "Educação" foram alocadas as menções a promoção da Educação midiática e digital e a fixação de datas e semanas de enfrentamento à desinformação, os quais, devido ao intuito de conscientização que apresentam, foram considerados educacionais. Frise-se que a Lei n.º 14533, de 11/01/2023, instituiu o Programa Nacional de Educação Digital (PNED).

As referências incluídas na categoria "Administração Pública" versavam acerca da previsão de impedimento de contratar com órgãos públicos por aqueles que foram responsabilizados pela disseminação dos aludidos conteúdo. Além disto, há proposições que visam vedar o uso da "máquina pública" para a disseminação de desinformação. Por fim, se verificou, notadamente, em 2024, referência a "Calamidade Pública" com justificativa relacionada à disseminação de desordem informacional durante o período das enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul ocorridas neste ano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A regulação do agir humano nas mais diversas searas torna possível a convivência em sociedade, sendo esta a razão de a estrutura estatal contar com instância apropriada para discutir e elaborar as leis que disciplinarão a conduta do sujeito na sociedade – o Poder Legislativo. Sucede que os fenômenos causadores de desordem informacional que tem gerado efeitos negativos em diversos aspectos, no Brasil, ainda não foram disciplinados por lei, havendo, no ordenamento jurídico pátrio, lacuna acerca desta disciplina. A pesquisa revelou, no entanto, que há, na Câmara dos Deputados, quantitativo significativo de propostas advindas de parlamentares de diversos vértices ideológicos e com variadas abordagens.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Infodemia, desinformação, pós-Verdade: o desafio de conceituar os fenômenos envolvidos com os novos regimes de informação. **IRIE**: internacional Review of Information Ethic. Vol. 30 – 08/2021. Disponível em: https://informationethics.ca/index.php/irie/article/view/405. Acesso em: 02/06/2023

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70. 1977.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. O tempo e o espaço da sociedade da informação no Brasil Rio de Janeiro: Zahar, 2021. 278 p.

BRASIL. Congresso. Senado. Constituição (2023). Pl nº 2630, de 2020. Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. **Projeto de Lei 2630-2020**. Brasília, DF, Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2256735. Acesso em: 15 jun. 2024.

CAPURRO, Rafael. Informação e ação moral no contexto das tecnologias de comunicação. In: GONZALEZ, M. E. Q. I; BROENS, M. C.; MARTIN, C. Ap. (Org.). **Informação, conhecimento e ação ética**. Marília, São Paulo: Cultura Acadêmica. 2012.

HAN, Byung-Chul. **Psipolítica** – O Neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Tradução de Maurício Liesen. 7. ed. Belo Horizonte, MG: AYINÉ, 2020.

MOROZOV, E. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu. 2018

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Integridade da Informação nas Plataformas Digitais. **Informe de Política Para A Nossa Agenda Comum**, Distrito Federal, p. 1-27, out. 2023. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2023-10/ONU_Integridade_Informacao_Plataformas_Digitais_Informe-Secretario-Geral_2023.pdf. Acesso em: 02 maio 2024.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information Disorder**: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. Estrasburgo: Council of Europe, 2017.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. 1ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021. E-book

ENTRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O DIREITO À INFORMAÇÃO: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Denise Braga Sampaio
UFBA, denisebs23@gmail.com
Maria Cleide Rodrigues Bernardino
UFCA, cleide.rodrigues@ufca.edu.br
Weima de Lavor Vieira
UFCA, weimalavor@gmail.com
Higia Stefanny de Macêdo Pereira
UFCA, stefanny.higia@aluno.ufca.edu.br
Maria Ludmila de Sousa Silva Costa
UFCA, ludmila.costa@aluno.ufca.edu.br

Resumo: Objetiva discutir o direito à informação como direito fundamental, através da conceituação e dos fundamentos legais, permitindo análise e interlocução com outros direitos humanos e a noção de cidadania ativa. Trata-se de uma pesquisa descritiva e documental. Percebe-se que a Ciência da Informação reflete sobre o fenômeno da desinformação e sobre a informação como um direito subjacente à humanidade. Apesar de não haver uma efetivação do direito à informação, do ponto de vista legal, há uma orientação pelos dispositivos em torno da liberdade de expressão e acesso à informação, que não são suficientes para a garantia do direito à informação.

Palavras-chave: Direito à Informação. Desinformação. Acesso à Informação. Liberdade de Expressão.

INTRODUÇÃO

Hodiernamente, muito se tem falado a respeito da liberdade de expressão, especialmente no campo político. No entanto, esta discussão desconsidera um elemento fundamental às liberdades democráticas, o direito à informação, sendo esta verificável, verídica e pautada nos fatos. O confronto entre informação e desinformação tem fragilizado as práticas ligadas à liberdade de expressão como exercício democrático. É mister lembrar que a ideia de liberdade de expressão, prevista na Declaração Universal dos Direitos Humanos, ao final da década de 1940 (Organização das Nações Unidas, 1948), surge como uma resposta aos regimes antidemocráticos, eclodidos tanto na Europa como em outros locais,

que tinham por principal tônica o cercear das práticas de produção e disseminação de informação distintas do que apregoavam tais regimes.

No Brasil varguista (1930-1945), por exemplo, houve a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), no ano de 1939, com o intuito de projetar uma imagem positiva do então presidente, Getúlio Vargas, bem como controlar a opinião pública a seu respeito, chegando a proibir a circulação de mais de 100 propagandas de rádio e quase 400 músicas, em 1942. Na década de 1960, a Ditadura Militar instaura a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) e o Serviço Nacional de Informações (SNI) com ideias análogas. Ação semelhante ocorrera com a Alemanha Nazista que, na década de 1930, impunha diversas sanções à imprensa, à literatura e outras formas de comunicação e informação que trouxessem quaisquer tipos de discordâncias do regime em voga.

Direcionamos nosso olhar para o seguinte questionamento: quais as iniciativas nacionais e internacionais para o entendimento da informação como direito? Mesmo sendo tacitamente importante, o direito à informação não necessariamente está expresso na diversidade de dispositivos legais existentes. Neste sentido, o objetivo desta pesquisa reside em discutir estas nuances e movimentos legais que envolvem o direito à informação, na perspectiva de entendê-lo como fundamental à sociedade contemporânea. A partir da conceituação e dos fundamentos legais do direito à informação, analisa-se como este conceito se entrelaça com outros direitos humanos e com a noção de cidadania ativa.

Metodologicamente, este estudo se caracteriza como uma pesquisa descritiva e documental, se utilizando das variáveis: fontes escritas, primárias e contemporâneas, conforme quadro 1. São fontes secundárias, pois, são relatórios de pesquisa de órgãos e instituições, como afirmam Marconi e Lakatos (2013).

Quadro 1 - Fontes documentais da pesquisa

Input for Report on Disinformation, da *International Federation of Library Associations and Institutions,* IFLA, 2021
Relatório *La desinformación y la liberdad de opinión y de expresión,* Nações Unidas, 2021

Fonte: As autorias, 2024.

A pesquisa documental é utilizada, uma vez que, segundo Kripka, Scheller e Bonotto (2015, p. 2244), permite, a quem a utiliza, que se "[...] 'mergulhe' no campo de estudo, procurando captar o fenômeno a partir das perspectivas contidas nos documentos". Nesta perspectiva, e pensando no papel dos dispositivos legais como instrumentos que refletem os anseios da sociedade que é, por estes, regido, utilizamos as legislações brasileiras vigentes e os documentos listados no Quadro 1. Tal seleção fora realizada a partir

do Portal da Legislação Federal Brasileira[1], consultando-se tanto a Carta Magna (Brasil, 1988), como leis diversas que trazem, eu seu bojo, a palavra 'informação', na perspectiva do direito a ela (filtro hermenêutico). Foram recuperados 806 dispositivos legais, dentre os quais, com a aplicação do filtro hermenêutico acima descrito, foram selecionados 8 dispositivos legais.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E INFORMAÇÃO NO BRASIL: DIREITOS

Os direitos fundamentais surgiram historicamente como uma reação ao despotismo, servindo como medidas de proteção dos cidadãos contra o poder excessivo do Estado. Esses direitos visavam (e ainda visam) forçar o Estado a cumprir seu papel, considerando a dignidade humana. Assim, os direitos fundamentais têm o objetivo de, por meio de normativas, determinar que a dignidade humana seja respeitada (Avanci, 2015).

Segundo Sarlet e Molinaro (2014, p. 12), a democratização das relações de poder culminou no reconhecimento do "direito humano ao saber", impulsionado através das conquistas das liberdades públicas, ao longo da história. Assim, a liberdade de informação e os direitos correlatos de acesso à informação são considerados fundamentais na formação das relações sociais e políticas em uma comunidade. Um dos grandes marcos, como visto, reside na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, da ONU e no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, de 1966, em que o Brasil é signatário. O Brasil aderiu a esse pacto, por meio do Decreto 592 (Brasil, 1992). Outro documento, no contexto nacional, é a Constituição Federal de 1988, que assegura, em seu artigo 5º, inciso XIV, o acesso à informação como um direito fundamental. E o marco normativo que regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas é a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como a Lei de Acesso à Informação (LAI) (Brasil, 2011).

A Lei nº 5.250 (Brasil, 1967), que regulamenta a liberdade de manifestação do pensamento e da informação, em sua própria redação do *caput* e pelo desenrolar do dispositivo legal, designa que seu foco reside, em primeira instância, na liberdade das pessoas de se expressar, estando, a informação, em segundo plano. Ainda na redação da lei, em seu Artigo 1º, afirma-se que "É livre a manifestação do pensamento e a procura, o recebimento e a difusão de informações ou ideias, por qualquer meio, e sem dependência de censura, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer" (Brasil, 1967, online). A referida lei assevera, em seu Artigo 16º, que a publicação ou divulgação de notícias falsas e, no Artigo 17º, que materiais que ofendam a moral e os bons costumes se configuram em abuso deste direito, mas é importante destacar que a pena para cada

1 Acessível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/.

um destes artigos tem aplicações distintas, sendo, a pena imposta a quem fere o artigo 17º[1], mais severa que para quem fere o artigo 16º[2].

Vale lembrar que, à época da aprovação da referida lei, o Brasil estava sob o regime militar, imposto pelo golpe de 1964, e que, neste, a questão moral era a tônica discursiva e censória da época. Ademais, apesar da Lei nº 5.250 (Brasil, 1967) assegurar a liberdade de manifestação de pensamento e da informação, a atuação do DIP (1939-1945), a instauração do Ato Institucional n. 5 (Brasil, 1968, online), que defendiam a tônica da segurança nacional, argumentando que "não pode permitir que pessoas ou grupos antirrevolucionários[3] contra ela trabalhem, tramem ou ajam" e a implementação do Decreto nº 70.665 (Brasil, 1972), mostram os acenos censórios do Brasil, que se colocam em desfavor da referida Lei, no caso do Decreto, com forte intervenção na produção artística e cultural do país e, do AI-5 (Brasil, 1968), com intervenção censória e policial contra opositores do regime em voga.

O Código Civil (CC), instituído pela Lei nº 10406/2002, apresenta a palavra 'informação', e suas variantes, em 34 ocorrências, ao longo de suas 616 páginas. No que tange à problemática desta pesquisa, o CC assevera, em seu inciso XIV, do Capítulo I, do Título III, que "é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário" (Brasil, 2002, p. 21). Ainda no mesmo capítulo, inciso XXXIII, entende que "todos tem direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo [...]" (Brasil, 2002, p. 22). O CC traz, também, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Públicos, que, em seu Artigo 19, parágrafo 2º, assevera que

> Toda pessoa terá direito à liberdade de expressão; esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, independentemente de considerações de fronteira, verbalmente, ou por escrito, em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro meio de sua escolha (Brasil, 2002, p. 82).

O parágrafo 3º, do mesmo artigo, assegura que o exercício do direito previsto no parágrafo 2º está sujeito a responsabilidades e, consequentemente, em restrições que consideram tanto o direito à reputação, quanto à segurança nacional, a ordem, a saúde ou a moral pública. É notório, diante destes achados, que o principal foco do Código Civil, no que tange à informação, está ligado à liberdade de expressão e a difusão das informações, mas pouca apreciação em relação ao valor destas. Somente no Capítulo IV - Dos Crimes de Concorrência Desleal, artigo 195, parágrafo II, que é tratada a problemática da prestação ou divulgação de falsa informação de concorrentes para obtenção de vantagem (Brasil, 2002). Destaca-se, assim, que esta é a única ocorrência do termo 'falsa informação' em todo o CC.

Além das disposições previstas no CC, pode-se citar o que versa a Constituição Federal (CF), em seu Capítulo V - Da comunicação social, Artigo 220, que "A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição" (Brasil, 1988, p. 129). Esta mesma constituição, que nasceu em 1988, sob a tônica de liberdade política, pós-ditadura militar, entende, respectivamente nos parágrafos 2º e 3º que "nenhuma lei conterá dispositivos que possam constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística [...]" e que "é vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística" (Brasil, 1988, p. 129). É verdade que a CF apresenta algumas ressalvas a esta liberdade, no entanto, que se colocam como consecutivas ao ato da expressão. Ou seja, as sanções existem após o ato consumado, não havendo políticas efetivas de combate à desinformação. Nota-se que nenhum dos códigos trata do termo desinformação, que se popularizou, em 2017 (Wardle, 2017).

Assim como o Código Civil, a Constituição Federal tem por principal defesa a da liberdade de expressão e do acesso à informação, não problematizando, nem contextualizando, nem conceituando as nuances que envolvem especialmente a informação, como, por exemplo, o que é informação, o que a caracteriza, o que é desinformação, o que é informação falsa ou falsa informação ou qualquer aspecto concernente à desinformação.

Percebendo o aumento significativo da desinformação como ferramenta política mobilizadora e os impactos negativos das fake News nas eleições presidenciais de 2016 e 2018, respectivamente de Donald Trump e Jair Bolsonaro, impulsionadas pela produção industrial de desinformação, bem como a campanha antivacina empreendida à época da Pandemia de Covid-19, o senador Alessandro Vieira (Cidadania/SE) propôs o Projeto de Lei 2630, no ano de 2020, chamado de PL das Fake News, que "institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet" (Brasil, 2020, p.1). Um dos grandes avanços deste PL é caracterizar a desinformação, que, na proposição, é "conteúdo, em parte, ou no todo, inequivocamente falso ou enganoso, passível de verificação, colocado fora de contexto, manipulado ou forjado, com potencial de causar danos individuais ou coletivos, ressalvado o ânimo humorístico ou de paródia" (Brasil, 2020, p. 3).

Ocorre que, como evidencia o estudo de Mota, Sampaio e Martins (2023), tal PL fora alvo de ações, especialmente das *Big Techs*, no sentido de mobilizar a opinião pública ao desacordo com esta, levantando o discurso da perda da liberdade de expressão, o que, pela redação do PL, seria inverossímil. A mobilização das redes, bem como o trabalho de desinformação, da bancada contrária ao PL 2630, desencadeou em uma expressão de 70% de votos contrários, e apenas 20% a favor do referido dispositivo, na consulta pública de 3 de julho de 2020[4] e em diversas tentativas de apensamentos e modificações do PL original, postergando sua aprovação, que, até o momento, não ocorreu.

CONTRIBUIÇÕES DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: PRIMEIROS OLHARES

A fim de conduzir a linha de raciocínio que alimenta nossas inferências, entendemos a Ciência da Informação a partir do conceito de Borko (1968, p. 3), como uma "Ciência interdisciplinar que estuda as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo e os meios de processá-la para otimizar sua acessibilidade e uso". A informação é o objeto da Ciência da Informação (CI) e todos os elementos que permeiam sua gênese, produção e uso. Neste sentido, compreendendo que a IFLA, como uma instituição internacional que representa a Área e a ONU como um organismo internacional de promoção da cooperação internacional e que visa a manutenção da paz e da segurança; e ainda refletindo sobre os impactos da desinformação e sobre os direitos da dignidade humana, escolhemos, em especial para esta pesquisa, os relatórios da ONU e da IFLA sobre desinformação e liberdade de expressão, ambos de 2021.

Quadro 2- sobre informação e desinformação

Doc	Defende	Preocupa-se	Recomenda
Doc1 (IFLA)	Acesso à informação e a liberdade intelectual.	Direitos humanos; Não restringir a liberdade de opinião e de expressão.	Ampliar o acesso à informação e a competência em informação. Aumentar o interesse e a conscientização.
Doc2 (ONU)	O direito internacional e os direitos humanos, incluindo os princípios da legalidade, legitimidade, necessidade e proporcionalidade.	Liberdade de opinião e de expressão; Democracia; Tecnologia; Desenvolvimento sustentável.	Competência em informação; Acesso à informação; Inclusão digital.

Fonte: As autorias, 2024.

Ambos os documentos reconhecem a informação como essencial na sociedade, entretanto, do ponto de vista de um direito fundamental, nenhum dos dois aponta como tal. Destacam que a desinformação é fenômeno da Era tecnológica, que possui múltiplas facetas e que pode trazer graves consequências para a sociedade e para a democracia. Ao mesmo tempo em que os dois relatórios orientam que os governos devem pensar legislações e sanções sérias para o combate a desinformação, ponderam que é preciso ter cuidado para não transformar a tecnologia em vilã, não ameaçar a democracia e os direitos humanos garantidos pela liberdade de expressão. Concordam que se trata de um assunto delicado que pode impactar nos direitos humanos e na garantia de acesso à informação. Por fim, recomendam amplos programas de competência em informação para conscientizar e educar as pessoas no uso da informação e no combate à desinformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto ao objetivo de discutir as nuances do direito à informação e seus movimentos legais, percebemos que esta ainda é embrionária e que há um movimento legal, tanto nacional como internacional, de entendimento da importância do acesso à informação entrelaçado à ideia de liberdade de expressão, mas que a prática de combate da desinformação ainda apresenta limites ligados a estas duas liberdades (de acesso e de expressão). Os dispositivos legais brasileiros têm como uma de suas lacunas a falta de conceituação do que seria informação, desinformação e, também, liberdade de expressão, ocasionando em leituras polifônicas destes conceitos e, consequentemente, em ações que ferem outros direitos fundamentais, incorrendo em crimes como difamação e calúnia, mas também impacta em direitos coletivos, como o próprio direito à verdade e exercício democrático saudável.

No que diz respeito à questão norteadora desta pesquisa: 'quais as iniciativas nacionais e internacionais para o entendimento da informação como direito?', os resultados demonstram que em outras palavras, de fato, não existe, em nenhum dos dispositivos legais o conceito de direito à informação, mas orientações para que a livre circulação da informação e a liberdade de expressão sejam garantidas como direitos humanos fundamentais. Acreditamos que o percurso para a discussão do direito à informação carece, ainda, de amadurecimento e de um maior entendimento dos impactos, especialmente no campo democrático, de práticas permissivas e de confusão entre liberdade de expressão e desinformação, haja vista que os impactos não são exclusivamente discursivos, mas também práticos e, por vezes, físicos.

Não obstante, a criação do PL das *fake News* foi um aceno de legisladores brasileiros que entenderam a necessidade de aprofundamento dessas reflexões, no entanto, o movimento contrário, articulado pelas *Big Thechs* e pela ala conservadora do Congresso Nacional, principais beneficiárias da indústria das *fake News*, desmobilizou essa discussão, o que demonstra que a sociedade brasileira precisa, ainda, lançar luz sobre o tema. A Ciência da Informação é uma das áreas do conhecimento que pode trazer contribuições fortuitas para esta discussão, especialmente ao pensarmos o comportamento informacional das pessoas em uma sociedade midiática, o papel da competência em informação para que pessoas, e sociedade, sejam mais acuradas nas análises informacionais e, também, problematizar o papel e o uso de redes sociais, bem como o poder das *Big techs*.

REFERÊNCIAS

AVANCI, Thiago Felipe S. O processo de reconhecimento de um Direito Fundamental e a questão da maioridade penal no Brasil. **Opinión Juridica**, Medellín, v. 14 n. 27, jan./jun. 2015.

BORKO, Harold. Information science. What is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p.3-5, 1968.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p.

BRASIL. Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. **Diário Oficial da União**, 6 jul. 1992.

BRASIL. Decreto nº 70.665, de 2 de junho de 1972. Altera, em caráter provisório, a estrutura do Departamento de Polícia Federal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 2 jun. 1972.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Brasília: Presidência da República, 2011.

BRASIL. **Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967**. Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. Brasília: Presidência da República, 1967.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. Brasília: Presidência da República, 1968.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 2.630, de 07 de julho de 2020**. Institui a lei brasileira de liberdade, responsabilidade e transparência na Internet. Brasília: Câmara dos Deputados, 2020.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS. **Input for Report on Disinformation**. Haia, [2021].

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa documental: considerações sobre os conceitos e características na pesquisa qualitativa. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 4., Aracaju, SE. **Anais [...]**. Aracaju, SE: ago. 2015. Disponível em: https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/252/248. Acesso em: 22 jun. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MOTA, Denysson; SAMPAIO, Denise Braga; MARTINS, Gracy Kelli. Regimes de Informação e a propagação da desinformação: os desafios do Marco Civil da Internet e da Lei das Fake News. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., Aracajú. SE. **Anais [...].** Aracaju: UFS/ANCIB, 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Paris, 1948.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Conselho de Direitos Humanos. La desinformaciona y la libertad de opinión y de expresión**. Nova Iorque, 2021.

SARLET, Ingo Wolfgang; MOLINARO, Carlos Alberto. Direito à informação e direito de acesso à informação como direitos fundamentais na constituição brasileira. **Revista da AGU**, Brasília, v. 8, n. 42, p. 09-38, out./dez. 2014.

WARDLE, Claire. Fake News. It's Complicated. **First Draft News**. 16 fev. 2017.

MOBILIZAÇÃO DE JOVENS PARA O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES EDUCATIVAS CONTRA A DESINFORMAÇÃO NA BAHIA

Laura Pita
Graduanda em Jornalismo pela Universidade Federal da Bahia
Gleise Brandão
Docente do Departamento de Fundamentos e Processos Informacionais e Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia.
Daniela Silva
Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia

Resumo: Objetiva relatar a participação como bolsista extensionista no Projeto "Jovens Pela Paz e Contra a Desinformação: ações formativas voltadas à educação ética e crítica na Bahia", que realizou ações educativas para a informação e a comunicação com jovens de escolas públicas. Adotou-se como metodologia o levantamento de materiais didáticos e a observação participante. Os resultados envolvem a criação de recursos didáticos, peças de comunicação, estratégias para mobilização dos jovens, divulgação no Instagram, monitoria e produção de artigo acadêmico. Conclui-se que a experiência fomentou o aprendizado sobre atividades extensionistas e confirmou a importância das mídias digitais nesse contexto.

Palavras-chave: Educação em informação. Desinformação. Jovens. Extensão.

INTRODUÇÃO

Cada vez mais, a sociedade utiliza a internet como meio infocomunicacional. Visto que a informação e a comunicação são essenciais para a manutenção da cidadania e da cultura de paz, é primordial a garantia de processos educativos para atender às necessidades e desafios da sociabilidade, fomentando a formação de cidadãos dotados de direitos na era digital.

Dessa maneira, é essencial que os jovens, enquanto cidadãos reconhecidos por marcos legais como o Estatuto da Juventude (Brasil, 2013), participem ativamente da construção de uma sociedade mais harmoniosa e equitativa, adquirindo habilidades para combater a violência e promover ambientes mais saudáveis e colaborativos, especialmente, na internet.

Este foi o desafio mobilizador do Projeto "Jovens Pela Paz e Contra a Desinformação: ações formativas voltadas à educação ética e crítica na Bahia".

Tendo em vista esse contexto e o combate dos fenômenos da desinformação, dos discursos de ódio, cancelamento e intolerância, o projeto buscou desenvolver competências para lidar, criticamente, com a informação e com a comunicação, realizando oficinas formativas com jovens baianos, para fomentar a Educação em Informação e o enfrentamento à desinformação e aos discursos de ódio.

Com foco no papel infocomunicacional das mídias digitais nesse contexto, este trabalho, em específico, objetiva apresentar um relato sobre a participação como bolsista de iniciação à extensão no referido projeto, que buscou mobilizar comunidades escolares e estudantes de graduação para ações e atividades educativas; criar recursos didáticos e peças de comunicação para estimular a participação do público nas ações educativas; criar também peças de comunicação para o *Instagram* do grupo de pesquisa responsável pelo projeto, aumentando a visibilidade das ações promovidas pelos seus participantes e contribuindo para a valorização da imagem da instituição. Além de ter sido produzido um artigo acadêmico.

REVISÃO DE LITERATURA

O espaço escolar, cada vez mais, precisa ser propagador de uma educação crítica, como propõe a educação em informação que, segundo Dedavid, Martini e Borges (2023, p. 5), "[...] visa preparar os sujeitos para lidar com a informação de forma crítica, incentivando o protagonismo social"; dessa forma, "[...] essa proposta defende a conscientização dos educandos através do estímulo à participação crítica no contexto educativo".

Em tempos de tecnologias digitais, Mota e Linhares (2013, p. 84) salientam também que "[...] faz-se necessária uma alfabetização crítica da mídia, uma resposta educacional que amplie a noção de alfabetização, incluindo diferentes formas de comunicação de massa, cultura popular e novas tecnologias". Para atingir a alfabetização crítica da mídia, recomenda-se analisar a capacidade individual de produzir e consumir com responsabilidade o conteúdo digital e midiático.

Nesse sentido, o governo brasileiro tem adotado o conceito de educação midiática, entendido como um conjunto de competências que contribuem para que as pessoas saibam analisar, criticamente, o que acessam, consomem, produzem, interagem e divulgam. Segundo Hobbs (*apud* Oliveira, 2023, p. 6), a educação midiática "[...] protege e fortalece direitos. Isso nos ajuda a enfrentar os danos de viver nesta cultura midiática e também nos capacita a sermos os melhores seres humanos que podemos ser, mais criativos, generosos, amorosos e conectados".

Acredita-se a educação em informação e midiática ao fomentar uma que relação ética e crítica com os conteúdos informacionais podem contribuir para o enfrentamento

da desinformação, fenômeno no qual informações falsas e/ou descontextualizadas são propagadas com a intencionalidade de enganar e gerar discursos de ódio, cancelamento e intolerância.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nos dois primeiros meses (agosto e setembro de 2023) de atividade da bolsista, foi realizado o levantamento de materiais didáticos de apoio ao projeto. A atividade focou em iniciativas de educação contra a desinformação e cultura da paz. Ao todo, 48 materiais didáticos foram mapeados, de 24 formatos diferentes e 26 fontes qualificadas.

As fontes pesquisadas foram: Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Intervozes; Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO); Rede Nacional de Combate à Desinformação (RNCD); Observatório da Juventude da Universidade Federal de Minas Gerais; Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL); Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB); Prefeitura de São Paulo; Instituto Federal Sul-rio-grandense; Instituto Federal Catarinense; Governo Federal do Brasil. Outros sites pesquisados: Educamídia; BBC News Brasil; Agência de Notícias das Favelas; Cidadão Digital; Lupa; SaferNet; TED; Editora Vestígio; Google; Internet Matters; Educação Para a Informação; APSEG; The Conversation; PROFS; Vero.

A partir destas fontes, os seguintes tipos de materiais didáticos foram explorados: Guia Prático; Livro; Relato de Experiência; Análise rápida; Projeto Prático; Artigo em revista; Relatório; Artigo jornalístico; Plano de aula; Guia; Oficina; Notícia; Slide; Vídeo; Cartilha; Jogo online; Jogo físico; Cartaz; Dinâmica; História em Quadrinhos; Material pedagógico; Glossário Interativo; Curso.

Após essa etapa de levantamento de materiais didáticos, iniciou-se o planejamento de ações educativas em escolas públicas de Salvador. Em outubro de 2023, foram realizadas duas atividades (roda de conversa e oficina) com estudantes da Escola Estadual Presciliano Silva, localizada no bairro da Ribeira, em Salvador.

Em sequência, foi idealizada e realizada a Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS)[1] "Infoeducando: Competência em Informação com Jovens", no período de março a julho de 2024. A disciplina extensionista envolveu: três bolsistas, duas docentes, uma pós-doutoranda em Ciência Informação; uma pós-graduanda em Estudos Interdisciplinares da Universidade, 22 estudantes da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e 42 estudantes do Colégio Estadual Edvaldo Brandão Correia (CEEBC),

1 A Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS) é um componente curricular "[...] em que estudantes e professores da UFBA, em uma relação multidirecional com grupos da sociedade, desenvolvem ações de extensão no âmbito da criação, tecnologia e inovação, promovendo o intercâmbio, a reelaboração e a produção de conhecimento sobre a realidade com perspectiva de transformação." (UFBA, 2013).

localizado no bairro de Cajazeiras, em Salvador. Além do apoio externo da diretora e professora da escola.

Durante a realização das atividades formativas, adotou-se a observação participante no contexto dessas ações. Dessa forma, foi possível realizar a atividade de monitoria, elaboração de materiais didáticos autorais que guiaram as oficinas realizadas pelo projeto e criação de peças de comunicação para mobilização dos jovens e divulgação das atividades. Os dados foram descritos, analisados qualitativamente e apresentados na próxima seção.

RESULTADOS

Apresenta-se as atividades desenvolvidas a partir da atuação na iniciação à extensão.

Elaboração de materiais didáticos

A apresentação intitulada "Desinformação e a relação dos jovens com esse rolê" foi produzida, em formato de slides, para auxiliar a roda de conversa "Desinformação e a participação dos jovens nesse rolê". O objetivo foi sensibilizar adolescentes e jovens para os temas da desinformação, educação midiática e o papel dos jovens para o fortalecimento de uma cultura de paz e garantia do uso ético, saudável e democrático da informação e da comunicação.

Uma segunda apresentação intitulada "Educação Midiática na Prática" foi criada, em formato de slides, para auxiliar a oficina "Desinformação e a participação dos jovens nesse rolê". O principal objetivo da atividade foi propor aos jovens participantes da oficina a criação de peças de comunicação que representassem os desafios da desinformação em seu cotidiano.

Monitoria

A atividade de monitoria envolveu o auxílio aos professores e participantes das ações promovidas, visou o acompanhando do desenvolvimento das atividades desde a sua elaboração até a execução e foi realizada em dois momentos.

Atuou-se na primeira ação de extensão formativa foi desenvolvida na Escola Estadual Presciliano Silva, no dia 25 de outubro de 2023, que fez parte do calendário da I Semana Brasileira de Educação Midiática. Intitulada "Desinformação e a participação dos jovens nesse rolê", a ação foi dividida em dois momentos, uma oficina e uma roda de conversa com estudantes do Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Ambas tinham como foco o tema da desinformação e a aplicação da educação midiática para fortalecer a cultura da paz e a garantia do uso ético, saudável e democrático da informação e da comunicação, nos ambientes digitais e presenciais.

Houve também a participação como monitora na ACCS "Infoeducando", promovida durante o primeiro semestre de 2024. A disciplina extensionista promoveu ações voltadas à educação crítica, a partir do intercâmbio de conhecimentos entre discentes da UFBA e estudantes do CEEBC, contemplou aulas teóricas e atividades de campo em escola pública.

Elaboração de peças de comunicação e estratégias de mobilização

Em paralelo às atividades de levantamento bibliográfico e ações extensionistas, fizeram parte do plano de trabalho da bolsista a criação de peças de comunicação para mobilizar os jovens participantes e dar visibilidade ao projeto. A publicação de produções foi feita na página do *Instagram* do grupo de pesquisa que reúne os integrantes do projeto. Através do Canva, ferramenta de design gráfico, artes foram criadas em diversos formatos (imagem, vídeos e afins) a partir da solicitação de membros do Grupo de Estudos.

As ações extensionistas realizadas foram divulgadas através da página do *Instagram*. Mais de 20 publicações cumpriram os objetivos almejados de informar a comunidade, estimular a participação e contribuir para a valorização do grupo.

Produção acadêmica

O artigo "Ações formativas para o enfrentamento da desinformação: reflexões a partir de uma experiência com estudantes" foi produzido a partir da ação "Desinformação e a participação dos jovens nesse rolê". A produção reflete sobre a ação de extensão formativa desenvolvida na Escola Estadual Presciliano Silva. Foi produzido através da escrita colaborativa entre professoras e estudantes membros do grupo de estudos. A produção, que é um relato de experiência, foi submetida à Revista Conhecimento em Ação (RCA).

A experiência na elaboração do artigo foi de extrema importância acadêmica e pessoal. Contribuir com a escrita e conhecer a visão de diversas pessoas são aprendizados válidos. É necessário respeito para tornar este um processo harmonioso e com resultado satisfatório.

DISCUSSÃO

Como primeira etapa do projeto, o levantamento de materiais didáticos para o projeto começou sendo um desafio, afinal foi o primeiro contato da bolsista com essa tarefa. Consequentemente, muitas dúvidas surgiram. Quais seriam as fontes mais qualificadas? Como buscar por estes materiais? A orientação foi primordial para procura por fontes específicas, a utilizar ferramentas, como os operadores booleanos (*AND*, *OR* e *NOT*) e realmente fazer uma leitura crítica de cada material para o desenvolvimento do projeto "Jovens Pela Paz e Contra a Desinformação: ações formativas voltadas à educação ética e crítica na Bahia".

Em 2023, a realização no país da I Semana Brasileira de Educação Midiática foi oportuna para o começo das atividades extensionistas de campo do projeto. Foi proposta a realização de ações na Escola Estadual Presciliano Silva em duas turmas, uma de Ensino Fundamental II e uma de Ensino Médio. Foi um desafio a ser enfrentado, afinal parte do público não correspondia à faixa etária proposta pelo projeto (18 a 29 anos).

Foi feita uma roda de conversa com os estudantes do Ensino Fundamental, com número de participantes superior ao esperado, o que se revelou como um desafio. Já para o Ensino Médio, propôs-se uma oficina que contou com a participação de um grupo menor de jovens a partir de 18 anos, que puderam se concentrar melhor na proposta formativa.

A partir desse primeiro contato empírico, vários aprendizados foram gerados, auxiliando na formulação das próximas atividades. Percebeu-se, por exemplo, que é preciso estabelecer outros contatos prévios com a turma de estudantes para criar um ambiente mais favorável a momentos imersivos. A timidez e a falta de conexão entre docentes e discentes muitas vezes podem interferir na participação do estudante na atividade.

Foi pensando nisso que a próxima ação extensionista foi planejada contando com um maior tempo de interação com os participantes. O plano inicial era uma formação crítica com jovens da Bahia, contudo, foi acordado que seria melhor a concentração em um grupo menor de estudantes a partir de um recorte com jovens de uma escola pública. A ACCS foi realizada com a atuação conjunta dos estudantes da UFBA, que planejaram e atuaram na promoção de oficinas. Sendo assim, durante o semestre de 2024.1, a partir de discussões e atividades em sala de aula, desenvolveu-se ações extensionistas com estudantes do 3° ano do Ensino Médio do CEEBC. Foi gratificante ver que as atividades extensionistas se expandiram e alcançaram mais estudantes da universidade. Afinal, realizar atividades extensionistas é romper barreiras da universidade e almejar impactar positivamente mais uma parcela da sociedade.

Mesmo com a deflagração da greve dos professores da UFBA, como se tratava de uma atividade extensionista, foi possível a continuidade do projeto, com adequações à nova realidade. Dessa maneira, as atividades com os discentes da UFBA foram realizadas de forma síncrona e assíncrona, as ações presenciais no CEFBC foram mantidas, conforme o cronograma estabelecido. Foi um desafio a ser enfrentado, mas que foi superado com o acordo de todos.

Em paralelo a essas atividades, a página do *Instagram* do Grupo de Estudos de Políticas de Informação, Comunicações e Conhecimento (Gepicc) era palco para divulgação e fomento de atividades acadêmicas vinculadas ao projeto. Foi estabelecido um campo digital aberto a conexões entre o grupo de estudos do Instituto de Ciência da Informação (ICI) e o público externo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a conclusão do trabalho, é certo que muito foi aprendido. Seja agora tendo um maior domínio sobre técnicas de pesquisa (como o levantamento bibliográfico), experimentando metodologias extensionistas, escrita acadêmica e reafirmando a importância das mídias digitais para a divulgação de atividades ou defendendo a importância de enfrentar a desinformação e acreditar em uma cultura de paz.

As atividades extensionistas rompem as barreiras academicistas da universidade e plantam uma semente de esperança de que é possível fazer a diferença em cada troca de aprendizado, nos mais diferentes contextos, com as mais diversas pessoas. É preciso estar atento aos jovens, que estão abertos e se preparando para a construção de um mundo melhor.

AGRADECIMENTOS

Ao ICI e ao Gepicc pelo apoio ao projeto; à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal da Bahia (PROEXT-UFBA) por conceder bolsas de extensão, através do Edital PIBIEX, e recurso financeiro pelo edital ACCS.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília: Congresso Nacional, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 18 jun. 2024.

DEDAVID, Daniel; MARTINI, Paula; BORGES, Jussara. Educação em Informação como Resistência à Desinformação. **Revista EDICIC**, San José, v. 3, n. 3, p. 1-13, 2023. Disponível em: https://ojs.edicic.org/index.php/revistaedicic/article/view/282. Acesso em: 27 mar. 2024.

MOTA, Rafael; LINHARES, Ronaldo. A educação para a mídia e a revisão do mito midiático. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, v. *1, n.* 3, p. 81–90, 2013 Disponível em: https://doi.org/10.17564/2316-3801.2013v1n3p81-90. Acesso em: 27 mar. 2024.

OLIVEIRA, Vinícius de. Porvir. **Educação midiática para além da notícia e contra a exploração do medo**. 2023. Disponível em: https://porvir.org/educacao-midiatica-para-alem-da-noticia-e-contra-a-exploracao-do-medo/. Acesso em: 18 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA). **Resolução No 01/2013**. Regulamenta o aproveitamento da Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS) para integralização curricular dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia. 2013.

O IMPACTO DA DESINFORMAÇÃO NA CONSTRUÇÃO OU APAGAMENTO DA MEMÓRIA COLETIVA

Bruna Lima Silva
UFBA
brunalima195@gmail.com
Ivana Bittencourt dos Santos Severino
UFBA
ivana.severino@ufba.br

Resumo: O presente trabalho busca identificar o fenômeno da desinformação e suas dissonâncias na memória coletiva. Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória, com abordagem do problema e análise de conteúdo de natureza qualitativa, a partir de um estudo bibliográfico. Conclui-se que o cenário tecnológico atual e a fragilidade ou ausência de dispositivos legais de controle da informação contribuem para a proliferação de notícias falsas. A disseminação de informações tendenciosas e falsas contribui para a polarização da sociedade, criando bolhas de opiniões e divisões profundas.

Palavras-chave: Desinformação. Memória Coletiva. Apagamento.

INTRODUÇÃO

A desinformação foi uma das categorias de análise que norteou o trabalho de conclusão do curso[1], e que ora apresentamos um extrato sobre o fenômeno da desinformação e suas dissonâncias na memória coletiva. De acordo Halbwachs (2003), quando acessada no presente, a lembrança de algo pelo sujeito é moldado pela visão do grupo social, que estabelece como esse algo deve ser lembrado.

Criada e divulgada por várias razões, incluindo fins políticos, econômicos e/ou ideológicos, a desinformação refere-se à disseminação deliberada e enganosa de informações falsas ou incorretas com o objetivo de induzir ao erro e/ou manipular a opinião pública, abalando a confiança nas fontes tradicionais de informação e na mídia. As pessoas passam a duvidar de informações confiáveis e se tornam mais suscetíveis a acreditar em teorias conspiratórias ou informações não verificadas. Segundo Bachur (2021, p.40), deve ser

1 Graduação em Arquivologia, concluído em 2023.2, no Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (ICI/UFBA).

entendida como uma "ameaça a processos políticos democráticos, políticas públicas e bens públicos tais como a saúde dos cidadãos, o meio ambiente ou a segurança".

Em pesquisa realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 2021, observou-se que os impactos das informações falsas, da desinformação e do discurso de ódio on-line puderam ser vistos em todo o mundo, em todas as áreas pesquisadas – saúde, ação climática, democracia e eleições, igualdade de gênero, segurança e resposta humanitária (ONU, 2023). Para os pesquisadores, "a informação falsa e a desinformação podem ser perigosas e potencialmente mortais, especialmente em tempos de crise, emergência ou conflito (ONU, 2023, p.10).

Identificar e combater a desinformação se tornou uma tarefa árdua, pois com a proliferação das redes sociais e da internet a disseminação tornou-se mais rápida e abrangente. Compreender os mecanismos pelos quais informações falsas são criadas, propagadas e adotadas é crucial para desenvolver estratégias eficazes de combate à desinformação que impactam na confiança e no fortalecimento das instituições públicas e dos princípios democráticos.

DESINFORMAÇÃO COMO SISTEMA INFORMACIONAL

Inicialmente, vale destacar, de acordo com Serrano (2010, p.31), que "os mecanismos de desinformação e manipulação são mais complexos que a mentira grosseira". Não se trata de uma simples ação, e sim de um complexo conjunto de ações com objetivo de construir um cenário intencionalmente determinado, "permeado por diferentes tipos e níveis de desinformação, a exemplo da distorção, da omissão de contexto, do enviesamento das notícias, do excesso de informação, entre outros. (Heller; Jacobi; Borges, 2020, p.197). Ainda, a desinformação envolve informação descontextualizada, fragmentada, manipulada, retirada de sua historicidade de maneira tendenciosa, que apaga a realidade, distorce, subtrai, rotula ou confunde.

Nessa mesma direção, Brisola e Bezerra (2018, p. 3323) entendem a desinformação como um "[...] um sistema informacional que molda a opinião pública de acordo com seus interesses utilizando uma série de artifícios e mecanismos para manter a hegemonia", podendo levar a uma compreensão distorcida da realidade, influenciando a forma como as pessoas percebem questões importantes da sociedade em que vivem.

Esse novo sistema informacional, que aparentemente funciona em "bolhas e câmeras de eco (ressonância)" (Bachur, 2021, p. 450) – a princípio utilizadas pelo e-commerce e plataformas digitais para localizar e filtrar seu público-alvo – passou a ser usada como uma arma de disseminação de desinformação no meio político. Uma arma muito poderosa, se considerarmos que maior parte da população mundial está conectada nas redes sociais, formando grupos (bolhas) em que compartilham algo em comum – música, animais de estimação, filmes, pensamento político, culinária etc. As informações coletadas

inicialmente nessas bolhas eram feitas por empresas que tinham como objetivo conhecer seus clientes potenciais e mirar suas propagandas a estes grupos. Paralelamente a esse mercado, foram surgindo empresas focadas em coletas de dados para estudo do comportamento informacional, mais especificamente no comportamento político, ético e moral desses grupos, desencadeando um novo fenômeno, as câmeras de eco.

Figura 1: Eco na Internet

Fonte: https://www.nytimes.com/2011/05/29/technology/29stream.html

De acordo com Bachur (2021), as câmaras de eco (ressonância) são bolhas em que além do interesse por algo em comum não pode haver divergência de opinião; para fazer parte é necessário compartilhar da mesma opinião, sem pensamentos dissidentes, criando um eco, repercutindo as mesmas ideais, criando um senso de pertencimento e acolhimento. Como resultando, uma legião de pessoas com dificuldade de aceitação de outro ponto de vista que discorde com a sua verdade, produzindo discursos extremistas e polarizando das relações.

> As bolhas produziram algo como uma perda de perspectiva: se a mídia de broadcasting permitia uma visão geral (digamos, uma janela, de onde se observava a aleatoriedade da rua), as bolhas oferecem um olhar afunilado, fragmentado e parcial; a visão ampliada de um recorte minúsculo da realidade (um microscópio)" (Bachur, 2021, p. 450).

Essas narrativas conflitantes resultam em uma polarização, em que diferentes segmentos da sociedade têm perspectivas radicalmente diversa sobre o mesmo fato, podendo afetar a compreensão histórica das gerações futuras. As consequências sociais dessas

práticas na sociedade incluem o enfraquecimento da confiança nas instituições governamentais, na mídia e em outras organizações que fornecem informações confiáveis, prejudicando a coesão social e forjando uma memória coletiva baseada em fatos inverídicos, como veremos a seguir.

MEMÓRIA COLETIVA E APAGAMENTO DE INFORMAÇÕES

No contexto contemporâneo, a relação entre apagamento de informação e totalitarismo é um tema crucial para entender como regimes autoritários e/ou prática totalitárias controlam a sociedade e moldam a percepção pública, tendo as tecnologias digitais como facilitadoras da disseminação de notícias falsas. Identificar e combater a desinformação se tornou uma tarefa árdua, pois com a proliferação das redes sociais e da internet a disseminação tornou-se mais rápida e abrangente, aumentando significativamente as teorias da conspiração. Compreender os mecanismos pelos quais informações falsas são criadas, propagadas e adotadas é crucial para desenvolver estratégias eficazes de combate à desinformação que impactam na construção da memória coletiva.

A desinformação, ou apagamento sistemático de informações, cria confusão e dúvida sobre o que é real e o que é falso. Isso pode levar as pessoas a questionarem a veracidade das informações e, consequentemente, a memória coletiva tornar-se fragmentada e contraditória. Isso pode levar as pessoas a duvidarem de informações precisas e confiáveis, enfraquecendo a base de conhecimento já compartilhado e anteriormente aceitos. Em última instância,

> [...] quando você não consegue controlar as pessoas pela força, você tem que controlar o que as pessoas pensam, e a maneira de fazer isso é através da propaganda (fabricação de consentimento, criação de ilusões necessárias), marginalizando o geral público ou reduzi-los à apatia de alguma forma (Chomsky; Herman, 1992).

Dessa forma, observa-se que a desinformação representa um perigo significativo na construção da memória coletiva. Quando informações falsas ou distorcidas são disseminadas, elas podem afetar profundamente a compreensão histórica de uma sociedade, utilizando -se de diferentes estratégias, como por exemplo o negacionismo histórico, que é a negação deliberada de fatos históricos, lançando dúvidas sobre eventos estabelecidos, criando uma guerra de narrativas. Essa estratégia fortalece a criação de movimentos revisionistas que se utilizam da mentira deliberada como ferramenta para alterar propositadamente os fatos. Esses movimentos buscam desconstruir eventos históricos, como o holocausto ou atrocidades cometidas durante períodos autoritários.

> [...] tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que

> dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1990, p.426).

A perda da memória coletiva pode resultar na perda da identidade cultural de uma sociedade. Dificulta a compreensão de sua história e valores, podendo gerar conflitos entre grupos sociais e um risco à democracia e liberdade de expressão. Quando informações falsas circulam, a confiança na informação é abalada, prejudicando a base da democracia. Portanto, combater a desinformação é essencial para preservar uma memória coletiva precisa e promover uma sociedade informada, consciente e democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão da dinâmica entre desinformação e memória é essencial para capacitar as pessoas a discernirem informações verdadeiras das falsas e para manter um espaço de informação saudável e confiável. Constatamos que disseminação de informações tendenciosas e falsas contribui para a polarização da sociedade, criando bolhas de opiniões e divisões profundas. Isso pode levar a conflitos sociais, intolerância, violência e apagamento de fatos históricos. Entender como a manipulação da informação alimenta essa polarização pode ajudar na busca por soluções para promover o diálogo e a para preservar a memória coletiva.

Quando informações são apagadas ou distorcidas, a narrativa oficial que é promovida pode se tornar a única versão "aceita" da história. Isso tem o potencial de influenciar a forma como as gerações futuras percebem os eventos passados.

A partir do controle da informação, líderes totalitários buscam moldar a percepção pública, manter a estabilidade interna e consolidar seu poder. Eles exploram as tecnologias contemporâneas para expandir sua influência e restringir a disseminação de informações que possam ameaçar sua autoridade. A análise dessas práticas é crucial para entender os desafios atuais relacionados à liberdade de informação, à democracia e aos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

BACHUR, João Paulo. Desinformação política, mídias digitais e democracia: Como e por que as fake news funcionam? **Direito Público**, [S. l.], v. 18, n. 99, 2021. DOI: 10.11117/rdp.v18i99.5939. Disponível em: https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/5939. Acesso em: 19 set. 2023.

BRISOLA, Anna; BEZERRA, Arthur Coelho. Desinformação e circulação de "Fake News": distinções, diagnóstico e reação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO,19., 2018, Marília. **Anais do XIX ENANCIB.** Marília: Unesp, 2018. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1219/163 6>. Data de acesso: 27 nov. 2022.

CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward S. **Manufacturing Consent**: the political economy of the mass media. New York: Pantheon Books, 1992.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Laís Teles Benoir, São. Paulo: Centauro, 2004.

HELLER, Bruna; JACOBI, Greison; BORGES, Jussara. **Por uma compreensão da desinformação sob a perspectiva da ciência da informação**. Ci.Inf., Brasília, DF, v.49, n.2, p. 189- 204, maio/ago. 2020.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas (ONU). **Informe de política para a nossa agenda comum**: integridade da informação nas plataformas digitais. Tradução: Jéssica Monteiro Silva, Programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV). Brasil: Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), 2023.

SERRANO, Pascual. **Desinformação**: como os meios de comunicação ocultam o mundo. Rio de Janeiro: Espalhafato, 2010.

EIXO 4

Representação, descrição e tecnologia da informação

A CATEGORIA LUGAR/ESPAÇO E OS SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: AVALIAÇÃO E DISCUSSÃO À LUZ DA GEOGRAFIA CRÍTICA DE MILTON SANTOS.

Matheus Souza da Silva
Jóice Cleide Cardoso Ennes de Souza

Resumo: Sistemas de organização do conhecimento é um termo utilizado para denominar diferentes artefatos. Na literatura observamos duas perspectivas de uso do termo: o sentido estrito (*narrow*) e o sentido amplo *(broad*). Pesquisa de caráter exploratório, bibliográfico e documental, de natureza teórica e qualitativa, objetivando investigar um modelo de sistema conceitual para representação de conceitos da Geografia Humana no ambiente Web, considerando os aspectos teóricos presentes na Geografia Crítica. A conceituação de Espaço por Santos (2006a), identificada na literatura da Geografia Crítica, configura-se como um insumo para a representação e sistematização de conceitos nesse domínio do conhecimento.

Palavras-chave: Organização do Conhecimento. Sistemas de Organização do Conhecimento. Conceitos e Categorias. Geografia Crítica.

INTRODUÇÃO

O marco da Web representou diferentes mudanças nos sistemas de organização do conhecimento (SOC), principalmente no que diz respeito à sua estrutura, composição e aplicação. Os novos padrões de desenvolvimento de SOCs possibilitam a elaboração de tesauros, esquemas de conceitos e estruturas relacionais, com orientação aos conceitos, em contrapartida à orientação lexical. Assim, nesta pesquisa identifica-se o seguinte problema: Como categorias e conceitos da Geografia Humana podem ser representados no ambiente Web em um sistema de organização do conhecimento? Devido ao potencial interdisciplinar da Ciência da Informação (CI), o desenvolvimento desta pesquisa visa investigar um sistema conceitual para representação e organização do conhecimento de conceitos da Geografia, em sua perspectiva Humana e Crítica, no ambiente Web. Também objetiva-se identificar um modelo de esquema conceitual que considere aspectos teóricos presentes na Geografia Crítica de Milton Santos. Reconhece-se na

literatura, a importância de abordarmos os SOCs em seu sentido estrito (*narrow*) e amplo (*broad*), reforçando a relevância da teoria e das disciplinas no desenvolvimento de SOCs no sentido estrito, como artefatos.

Verifica-se o Tesauro ROSSIO como um SOC, em língua portuguesa, desenvolvido no domínio das Ciências Sociais e Humanas e formalizado para a Web por meio do padrão Simple Knowledge Organization System (SKOS). No Tesauro, encontra-se conceitos, em língua portuguesa, de domínios como a Geografia e a História, tendo como princípio a interoperabilidade através do padrão SKOS. Porém, a complexidade das disciplinas e teorias que envolvem as Ciências Sociais e Humanas, como é o caso da Geografia, demandam a avaliação e desenvolvimento de SOCs considerando a teoria como um aspecto essencial em sua estrutura. Assim, percebemos a necessidade de avaliação e discussão de conceitos formalizados para o padrão SKOS e representados no Tesauro ROSSIO à luz de uma abordagem teórica geográfica. Na literatura identificam-se métodos e diretrizes para avaliação e desenvolvimento de tesauros e SOCs formalizados para o padrão SKOS e que são disponibilizados no ambiente Web. A rica contribuição teórica de Milton Santos ao domínio da Geografia constitui uma perspectiva epistemológica crítica que é incorporada ao pensamento geográfico. Observamos que a proposta de conceituação de Espaço por Santos (2006) possibilita "formular um sistema de conceitos (jamais um só conceito!) que dê conta do todo e das partes em sua interação" (Santos, 2006a, p.49).

REVISÃO DE LITERATURA

Ao apresentar o que é a Organização do Conhecimento (OC), Hjorland (2008) aponta que a OC como campo de estudo que aborda questões que envolvem os processos de organização do conhecimento, assim como dedica-se aos sistemas de organização do conhecimento (SOC) que são utilizados para organizar e representar documentos, obras e conceitos. Ainda segundo Hjorland (2008), no sentido amplo (*broad*) a OC diz respeito a como o conhecimento é socialmente organizado e estruturado para representar a realidade em Ciências, como a Biologia e a Geografia, por exemplo. No entanto, Buckland (1991) reconhece que uma característica essencial da informação-como-conhecimento é a intangibilidade e, nessa dimensão, a informação se caracteriza como algo pessoal, subjetivo e conceitual. Segundo Buckland (1991), para a efetiva comunicação, a informação precisa ser expressa, descrita e representada em alguma forma física, um sinal ou texto, tomando os contornos de informação-como-coisa, que é algo situacional. Assim, os SOCs podem ser vistos como situacionais, demandando um consenso ao organizar e representar o conhecimento de uma comunidade e/ou de um domínio do conhecimento.

Mazzochi (2018) aborda que SOC é um termo genérico utilizado para nomear diversos tipos de artefatos, referindo-se a dois sentidos do termo SOC, sendo um mais estrito (*narrow*) e outro mais amplo (*broad*). O sentido mais estrito (*narrow*) diz respeito aos

artefatos utilizados com a finalidade de auxiliar o processo de recuperação da informação. O sentido mais amplo (*broad*), segundo Hjorland (2016), refere-se a como o conhecimento é organizado na sociedade, como no caso das disciplinas acadêmicas, ou ainda, em como o conhecimento é organizado em teorias dessas disciplinas. Dessa forma, percebe-se que o sentido mais amplo (*broad*) do termo abrange como o conhecimento é organizado na sociedade e em sistemas conceituais, teorias e disciplinas, como a Geografia. É corroborada pelos autores a importância de explorar a relação entre os dois sentidos do termo SOC, pois o desenvolvimento de um SOC como artefato (*narrow sense*) depende do SOC como "corpo de conhecimento" estabelecido (*broad sense*). Hjorland (2015) também compreende que os conceitos são elementos constituintes dos SOCs e que são carregados de teoria, sendo por vezes difícil a identificação da teoria que representa o sentido de um determinado termo. Podemos citar os tesauros e as ontologias como tipos de SOCs, constituídos de conceitos, com embasamento teórico..

Com a investigação, identificamos o Tesauro ROSSIO como uma proposta de SOC, em língua portuguesa, no âmbito das Ciências Sociais e Humanas e com potencial de avaliação. O Tesauro foi implementado utilizando a norma ISO 25964-1 (2011) e formalizado em SKOS, sendo um vocabulário composto por assuntos e tópicos das Ciências Sociais e Humanidades, preponderantemente composto por conceitos gerais. Visando à interoperabilidade entre vocabulários, a ISO 25964-1 compreende mudanças que podem ocorrer em um tesauro, como adições, modificações e exclusões de notas de escopo, notas históricas e conceitos, que também podem ser divididos e fundidos. Almeida, Freire e Monteiro (2021) apontam que o ROSSIO oferece serviços de acesso aberto e gratuito a pesquisadores e ao público em geral, visando contribuir com a iniciativa dos Dados Abertos e Conectados (LOD[1]), que se considera possuir uma sub-representação no que diz respeito à recursos linguísticos na língua portuguesa. Ainda segundo Almeida, Freire e Nunes (2021), o tesauro busca ser uma referência nos domínios das Ciências Sociais e Humanidades (SSAH)[2]. Mesmo como um artefato notável, se faz necessário observarmos os SOCs de maneira mais ampla, principalmente no domínio das Ciências Sociais e Humanas.

Compreendendo as especificidades no domínio da Geografia, observamos a existência de correntes epistemológicas que defendem um paradigma de oposição frente a chamada Geografia "tradicional", muito preocupada com aspectos descritivos da região e do espaço. A perspectiva geográfica "tradicional", de natureza descritiva, é comumente

1 Linked Open Data

2 Texto original: Texto original: "ROSSIO will offer free and open access to a platform that will provide search and content curation services based on the aggregated datasets. These services, aimed at researchers and the general public[...] The thesaurus further aims at being a contribution to the LOD cloud, which we find to be under-represented with regard to linguistic resources in the Portuguese language, as well as to be a reference in domains of the SSAH" (Almeida, Freire, Monteiro, 2021).

incorporada na categoria Lugar em diferentes SOCs. Ao observar a influência da "extensão contínua das fontes de informação" nas ciências, Santos (2006b, p.193) aponta que

> ao preço de insumos involuntariamente recebidos de laboratórios vizinhos, as verdades adquiridas têm de ser revistas e, com a ajuda das novas verdades já impostas aos domínios afins, cada disciplina particular é forçada a modificar, ajustar, melhorar seu próprio esquema de apreensão da realidade.

A orientação a conceitos por parte dos SOCs suscita questões a serem discutidas, sobretudo no que diz respeito à Representação e Organização do Conhecimento de domínios como o da Geografia, onde, devido suas diversas perspectivas epistemológicas, seus conceitos e termos podem ter diferentes significados. Por exemplo, ao discutir relações semânticas de Lugar em SOCs, Maculan (2019) observa a importância do contexto nas definições geográficas, além de observar a aproximação do conceito de Lugar à noção de Espaço em correntes teóricas como a da Geografia Crítica. Maculan (2019) apresenta a conceituação de Espaço na perspectiva de Milton Santos em sua obra "A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção". Hjorland (2015) aponta que o conhecimento e as teorias não são simplesmente estabelecidos a partir de conceitos pré-existentes, mas os conceitos em si são construídos com as teorias, sendo a própria noção de conceito carregada de teoria. Isso reforça a necessidade de avaliação e discussão de conceitos formalizados para o padrão SKOS e representados no Tesauro ROSSIO à luz de uma abordagem teórica geográfica.

METODOLOGIA

A presente pesquisa configura-se como exploratória, bibliográfica e documental, de natureza teórica e qualitativa. O levantamento bibliográfico objetivou compreender as bases teórico-metodológicas e identificar diretrizes e métodos de desenvolvimento de SOCs, no ambiente Web e no âmbito das Ciências Sociais e Humanas. Nesse sentido, Ramalho e Sousa (2019) apresentam diretrizes para avaliação de SOCs no modelo SKOS e reforçam a necessidade de novas pesquisas nesse âmbito.

Propõe-se uma análise de documentos em conjunto com a aplicação de diretrizes e métodos de avaliação de tesauros e vocabulários em SKOS. Os principais pontos abordados na análise de documento são a análise intrínseca e a análise teleológica. As diretrizes publicadas por Gil-Leiva (2011) *apud* Ramalho e Sousa (2019, p.132) reforçam essa perspectiva ao apontar que "avaliação intrínseca pode ser realizada com o objetivo de analisar os próprios vocabulários controlados favorecendo o estudo da sua estrutura, campos temáticos, notas de escopo, relações semânticas e grau de especificidade". Observamos que diversos conceitos representados no Tesauro ROSSIO e formalizados em SKOS não

possuem nota de escopo ou especificidade do campo temático, abrindo possibilidades de preenchimento dessas lacunas. Ramalho e Sousa (2019) identificam três principais tipos de problemas nos vocabulários SKOS: de rotulagem e documentação; os estruturais; e de vinculação de dados. Segundo os autores, os conceitos não documentados são parte dos problemas de rotulagem e documentação, enquanto os conceitos órfãos, os conceitos superiores omitidos e os componentes fracamente conectados são tipos de problemas estruturais. Além disso, ao observar teorias críticas na OC, Martínez-Ávila e Mello (2022, p.31) apontam que "os sistemas de Organização do Conhecimento são sistemas lineares que constroem representações teleológicas de diferentes grupos e conceitos em função de uma priorização e arranjos de facetas", reforçando a importância da perspectiva crítica no desenvolvimento e avaliação de SOCs.

A etapa documental da pesquisa, por meio de uma análise de conteúdo, foi feita em livros publicados no campo da Geografia Crítica no Brasil, com o intuito de identificar categorias, conceitos e definições. Compreende-se que a dimensão teórica também é componente dos conceitos, como apontado por Hjorland (2015). Desse modo, a análise de conteúdos nos documentos selecionados é de suma importância para levantamento das declarações dos autores a respeito de conceitos e categorias geográficas na perspectiva teórica crítica e, com isso, há a possibilidade de preenchimento de forma verificável de notas de escopo em um esquema conceitual. Pois, é defendido por Mazzochi (2018), que o desenvolvimento de futuros SOCs tem de envolver os sentidos *narrow* e *broad* do termo, logo, deve-se buscar um equilíbrio entre os anseios da tecnologia e as orientações teóricas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o intuito de identificar um modelo de esquema conceitual para representar e organizar o conhecimento no domínio da Geografia Humana, em sua dimensão crítica, nesta pesquisa parte-se do pressuposto que a categoria Lugar deve ser concebida como Espaço. Compreendemos o Espaço como um "conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações [onde] podemos reconhecer suas categorias analíticas internas" (Santos, 2006a, p.12). Apoiados em Santos (2006), verifica-se que os conceitos, ou categorias geográficas de Lugar, Paisagem, Território e Região são relacionados com o Espaço, sendo o Espaço a categoria principal. Comumente, em SOCs a categoria Lugar[3] é utilizada para representar extensões no espaço por meio de uma lógica descritiva e tradicional. Além disso, o conceito de Território comumente está associado à uma compreensão que se limita aos domínios políticos ou divisões administrativas de um Estado. Porém, devido à indissociabilidade entre o sistema de objetos geográficos e o sistema de ações, observamos a necessidade de representação de conceitos que denotam

3 http://vocabs.rossio.fcsh.unl.pt/tesauro/c_e2485e3b

a Ação no espaço, como é o caso da Globalização, Territorialização, Desterritorialização, Colonização, Urbanização, Colonialidade e Corporeidade[4]. Além destes, outros conceitos que são abordados pela Geografia Humana, em sua dimensão crítica, não são necessariamente representados em SOCs tradicionais, caracterizando um possível problema de rotulagem e documentação.

Portanto, em um SOC voltado para o campo das Ciências Sociais e Humanidades, como é o caso do Tesauro ROSSIO, observamos que os conceitos de colonos[5] e colonialismo[6] são representados sem nenhum tipo de relacionamento. Com o método apresentado, podemos identificar um problema em sua estrutura, de acordo com as diretrizes de avaliação e a perspectiva da Geografia Crítica. Há a necessidade do estabelecimento de uma relação associativa entre os conceitos exemplificados. Por exemplo, o conceito "colono" está representado na faceta de personalidades/agentes e não possui nota de escopo, sendo ainda pertencente ao conjunto coordenado de "pessoas por atividade", o que, além de denotar ação, nos guia à seguinte reflexão: Qual seria a atividade de um colono? Em uma simples busca em dicionários tradicionais, o termo colono possui seu significado associado a habitantes de uma colônia, agricultores, ou desbravadores de um terreno inculto (Colono, 2024). Ou seja, sem o estabelecimento da devida relação associativa, e com a ausência da nota de escopo e do conceito de Colonização (como processo ou ação ocorrente no Espaço), observa-se o termo colono como um conceito órfão e com uma lacuna de significado em certa perspectiva, reforçando a dimensão teleológica na representação desse conceito no SOC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na literatura reconhece-se a necessidade de atendermos às especificidades do domínio do conhecimento a ser representado e modelar conceitos, propriedades e relações de acordo com as perspectivas do domínio. Além disso, é necessário abordar o desenvolvimento e avaliação de SOCs nos sentidos *narrow* e *broad* do termo. O presente estudo preocupa-se com a organização do conhecimento e a representação da informação no domínio da Geografia Humana, delimitando uma linha teórica no âmbito da Geografia Crítica, onde o contexto é tão relevante quanto à dimensão ontológica de representação do conhecimento do espaço geográfico. Compreendemos que na representação do conhecimento geográfico em um SOC, conceitos que denotam ação também devem ser representados. Na perspectiva teórica da Geografia Crítica, torna-se necessário o estabelecimento de relações associativas entre os objetos geográficos e as ações ocorrentes no

4 Para Santos (2006) é por meio da **corporeidade** que o sujeito participa do processo de ação, sendo a corporeidade um instrumento da ação.

5 URI: http://vocabs.rossio.fcsh.unl.pt/tesauro/c_5ea85b36

6 URI: http://vocabs.rossio.fcsh.unl.pt/tesauro/c_80596b05

espaço. Dessa forma, um SOC que tenha como campo temático o domínio da Geografia Humana, deve ser construído reconhecendo a diversidade e riqueza teórica de suas diferentes epistemologias.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Bruno; FREIRE, Nuno; MONTEIRO, Daniel Veiga. The Development of the ROSSIO Thesaurus. **Proceedings of the 17th Italian Research Conference on Digital Libraries**. CEUR Workshop Proceedings, 2021. p. 138-146.

BUCKLAND, Michael. Information as thing. **Journal of the American Society of Information Science**, v. 42, n. 5,p. 351- 360, 1991.

COLONO. *In:* **Dicionário Michaelis**. São Paulo: Melhoramentos, 2024. Disponível em https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=colono. Acesso em 28 Jun 2024.

HJORLAND, Birger. Theories are Knowledge Organizing Systems (KOS). **Knowledge Organization** v. 42, n. 2, 2015. p.113-128.

HJORLAND, Birger. Knowledge Organization (KO). **Knowledge Organization**. n. 6, 2016.

HJØRLAND, Birger. What is Knowledge Organization (KO)?. **Knowledge Organization,** v. 35, n. 2/3, p. 86 - 101, 2008.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 25964-1**: information and documentation - Thesauri and interoperability (...). Genebra, 2011.

MACULAN, Benildes. C. M. S. Representação de relações semânticas de lugar em sistemas de organização do conhecimento. **Informação & Informação**, v. 24, n. 2, 2019.

MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel.; MELLO, Mariana. R. G. Da Teoria Crítica às Teorias Críticas: o percurso das reivindicações aplicadas na Organização do Conhecimento. *In:*Gustavo Silva Saldanha, Tatiana de Almeida, Naira Silveira, org. **Teorias Críticas em Organização do Conhecimento.** Rio de Janeiro: IBICT, 2022. p. 21-33.

MAZZOCHI, Fulvio. Knowledge Organization System (KOS). **ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization**, 2016.

RAMALHO, R. A. S.; SOUSA, J. L. Diretrizes para avaliação de sistemas de organização do conhecimento representados em skos. **Informação & Informação**, v. 24, n. 2, 2019.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova:** Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006b.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006a.

A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO INDÍGENA: REVISÃO NARRATIVA DE TEORIAS INTERDISCIPLINARES PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROMBYÁ

Micheline Maria Costa de Azevedo[1]
Bruna Lessa[2]
Ivana Pereira Ivo[3]

Resumo: O presente estudo aborda a representação do conhecimento indígena, com foco nas variações linguísticas. O objetivo é apresentar o caminho teórico das possíveis relações entre a Teoria do Conceito, a Teoria da Classificação Facetada e a Teoria Comunicativa da Terminologia. A metodologia adotada é a revisão narrativa da literatura, com abordagem interdisciplinar e qualitativa, fundamentada na Ciência da Informação e na Linguística. Por meio de uma pesquisa documental e bibliográfica, busca-se compreender as características socioculturais desse povo. Os resultados apontaram a necessidade do diálogo interdisciplinar para a organização do conhecimento indígena.

Palavras-chave: Organização do Conhecimento Indígena. Povos Indígenas. Teoria Comunicativa da Terminologia – TCT. Teoria do Conceito.

INTRODUÇÃO

Os assuntos que envolvem as questões sobre os povos indígenas têm ganhado espaço nas mídias. A carência de ações propositivas no sentido de contribuir com a manutenção dos conhecimentos de sociedades não hegemônicas, bem como o combate ao desvario de *fake news* sobre as populações indígenas são ações que podem auxiliar na construção de uma sociedade mais plural. Nesse sentido, a proposta de se trabalhar os conhecimentos indígenas por meio da representação lexical nos diversos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) pode ser um dos caminhos para esse fim. Dentre as línguas indígenas brasileiras, a

1 Mestranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI/UFBA. Endereço eletrônico: michelineazevedo@gmail.com.

2 Mestre e Doutora em Ciência da Informação e Professora Adjunta do Departamento de Documentação e Informação do Instituto de Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Endereço eletrônico: brunalessa@ufba.br.

3 Mestre e Doutora em Linguística e Professora Adjunta do Instituto de Letras, da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Endereço eletrônico: ivo.ivana@ufba.br.

língua Guarani, falada em diferentes regiões do país, é praticamente desconhecida pela maior parte da sociedade. O Prombyá - Protótipo para Gestão Léxico da Língua Guarani – Mbyá, nasce com a proposta de atuar como Sistema de Organização do Conhecimento Indígena voltado para essa etnia. A pragmática que envolve o planejamento e construção de um SOC permite avançar em pontos sobre os elementos necessários para organização e representação do conhecimento indígena. A língua é um símbolo em comunidades orais. Para o povo Guarani-Mbyá, uma dádiva do seu Deus (*Nhamandu*). O conhecimento indígena inspirou a necessidade de um diálogo interdisciplinar entre a Ciência da Informação (CI) e a Linguística. Esse trabalho objetiva, portanto, apresentar o módulo referente ao tratamento das variações linguísticas no Prombyá, o que permite representar a diversidade da língua Guarani, construindo-se a base dos diálogos interdisciplinares.

REVISÃO DE LITERATURA

A Teoria do Conceito, largamente utilizada no domínio da Organização do Conhecimento, desenvolvida por Ingetraut Dahlberg (1978a, 1978b), elucida a ideia de conceito, suas relações e princípios, propondo uma categorização do conhecimento científico, agrupando-o em classes que refletem a natureza do conhecimento. Sua abordagem sistemática permite uma melhor compreensão das relações entre os conceitos, o que é essencial para a construção, por exemplo, de tesauros e ontologias que organizam o conhecimento de forma coerente e acessível. Para a autora, o conceito como uma unidade de conhecimento é resultado da análise do referente de um domínio específico. É uma unidade de conhecimento, compreendendo declarações verificáveis sobre um item, representado em uma forma verbal (Dahlberg, 1978b, p.144). A representação triangular em Dahlberg, para ilustrar a ideia do que é o conceito, a partir dos elementos - Referente, Características e Forma Verbal - enfatiza que, ao identificar uma unidade lexical em um domínio particular, essa unidade remete a um dado referente específico e não a outros. Isso significa que o conceito deve ser claramente vinculado a um objeto ou fenômeno particular, auxiliando a evitação de ambiguidades na comunicação. Essa lógica se estende, ao compreender que as características do conceito são as propriedades ou atributos que definem o que ele é, permitindo uma compreensão mais clara do seu significado e do seu contexto. A análise dessas características é fundamental para a construção de uma estrutura conceitual coerente e organizada. Assim, o conceito, em sua forma verbal, refere-se à maneira como ele é expresso linguisticamente. Ressalte-se que, para Dahlberg, a forma verbal deve ser escolhida de maneira a refletir com precisão o referente e suas características, ou seja, a terminologia utilizada deve ser adequada e específica, facilitando a comunicação e a compreensão na comunidade que a utiliza. Nesta perspectiva, a compreensão dos conceitos do Guarani-Mbyá e o agrupamento das suas características demandam uma proposta que contemple, ao mesmo tempo, a diversidade e a pluralidade das definições.

Faz-se necessário acolher o conteúdo semântico, bem como encontrar estratégias para representar esse conhecimento, que é diverso das línguas ocidentais, como a língua portuguesa, resultado da colonização, o que evidencia a carência de um olhar que contemple o lugar para as especificidades semânticas no âmbito da cosmovisão indígena.

Aproximando-se da ilustração compreendida na Teoria do Conceito – Dahlberg (1978a), por meio da Teoria da Classificação Facetada – TCF, de acordo com Ranganathan (1967), enfatiza a importância de categorizar o conhecimento em diferentes facetas que refletem as diversas dimensões de um conceito. Assim como Dahlberg (1978a), define o conceito como uma unidade que integra o referente, suas características e a forma verbal. A Teoria da Classificação Facetada, de Ranganathan (1967), permite que os conceitos sejam organizados em classes e subclasses, facilitando a identificação e a recuperação da informação, abordagem que permite uma representação mais rica e multifacetada do conhecimento, em que cada faceta pode ser analisada separadamente, mas também em relação às outras, criando uma rede de interconexões que enriquece a estrutura conceitual e promove uma melhor compreensão do assunto abordado. Com vistas a elaboração de instrumentos e métodos necessários para a organização e a representação do conhecimento, teorias terminológicas, especialmente a proposta por Wüster, enfatizam a necessidade de uma estrutura lógica e coerente para os termos e conceitos, o que ajuda a evitar ambiguidades e contradições na comunicação.

Largamente utilizada nos estudos em OC, a Teoria Geral da Terminologia (TGT) - (Wüster, 1930 *apud* Hjorland, 2023) - atua ao lado da Teoria do Conceito (Dahlberg, 1978a), cuja ideia principal está na uniformidade e normalização terminológicas, conforme explica Cabré (2019, p. 511), a TGT: "[...] era demasiadamente limitada e voltada aos aspectos formais das línguas para dar conta de explicar a especificidade dos aspectos semânticos dos signos especializados". Nessa perspectiva, são considerados aspectos da cosmovisão indígena que não são padronizados conforme as línguas hegemônicas.

A Teoria Comunicativa da Terminologia – TCT, conforme (Cabré,1998), considera a terminologia como um fenômeno social e cognitivo, enfatizando, portanto, a relação entre a terminologia e o contexto em que as palavras e os termos são utilizados, abordando aspectos como a dinâmica da linguagem, e não somente a estrutura lógica e hierárquica para a organização dos conceitos. Assim, a revisão teórica para evidenciar as possíveis relações entre as três teorias aqui apresentadas, aborda a representação do conhecimento indígena, com foco nas variações linguísticas, sobretudo a escolha pela TCT, é realizada com base nos dados linguísticos que irão fornecer aportes para o trabalho com os conhecimentos indígenas, considerando-se a complementaridade entre os aspectos conceituais (TC), a organização dos conceitos em classes e subclasses (TCF) e a relação entre terminologia e contexto social (TCT) e os caminhos metodológicos para tratar cada situação. A proposta recepciona, portanto, a diversidade que uma cultura

não hegemônica apresenta, contemplando o diálogo entre o fazer social e externalizado pelo falante da língua materna e a cientificidade necessária na organização e representação de elementos terminológicos. O elemento que proporciona este alcance é o termo, apresentado como apresentado por Cabré (1998) é o termo que se reflete nas dimensões: cognitiva, linguística e comunicativa. Para a autora, a variação é um fato natural e, portanto, faz-se necessário empreender uma forma de compreendê-la e documentá-la. A inexistência da referida característica implicaria em um reducionismo prejudicial (Cabré, 1998). A autora sinaliza, ainda, que nas linguagens especializadas, além dos aspectos formais, o mecanismo que proporciona a representação é a aproximação entre os aspectos cognitivos e funcionais. A teoria terminológica apresentada pela autora nasce de um viés interdisciplinar, possibilitando que modelagens conceituais que visem a representação terminológica de línguas não hegemônicas possam ser observadas em ambiente natural, no momento em que o falante nativo adquire o conhecimento especializado, considerando-se que, segundo a autora, não se percebe a cientificidade apartada do empirismo do falante. Os elementos contextuais do falante nativo influenciam nessa unidade lexical e, no caso de uma cultura diversa, é uma informação que auxilia com o entendimento da informação. Por fim, a construção colaborativa entre especialista e falante nativo é outro ponto a destacar de sua teoria. No âmbito da Linguística, essa compreensão de Cabré é recepcionada nos estudos da ecolinguística, ou ainda, no contexto brasileiro, a linguística ecossistêmica, que observada por uma abordagem semasiológica, parte da palavra e investiga os significados que ela pode ter, considerando a polissemia e as diferentes interpretações que podem surgir a partir de um único termo. Pode, assim, ser utilizada para explorar como os significados associados a termos ecológicos evoluem em resposta a mudanças sociais e ambientais, bem como a percepção cultural sobre a natureza e a linguagem (Couto, 2012; 2015). Essa abordagem, para contexto da cosmovisão indígena, é importante para entender como os termos são utilizados na prática e como seu significado pode variar, dependendo do contexto, possibilitando com isso uma aproximação do que seria a formação de um conceito para um termo de uma língua indígena.

Ressalta-se que, nesta comunicação, não se cogitou defender abordagens teóricas, seja no campo da Ciência da Informação e na Linguística, apontando, por exemplo, o que as tornam singulares entre tantas outras para o processo de modelagem conceitual da linguagem indígena, em especial, do povo Guarani-Mbyá, mas apresentar o que, neste trabalho, é significativo entre as teorias apresentadas para a construção do Protótipo para Gestão Léxico da Língua Guarani – Mbyá, seja na identificação da diversidade de expressões linguísticas relacionadas a conceitos ecológicos (Teoria do Conceito e Teoria da Classificação faceta), ou na compreensão sobre como esses conceitos são percebidos e interpretados pelas comunidades indígenas (Teoria Comunicativa da Terminologia). O Prombyá é elaborado a partir dos aportes teóricos apresentados,

considerando-se os elementos que apresentam variação lexical e que se modificam conforme o espaço e o tempo.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, que tem preocupações com os aspectos subjetivos, contextuais e semânticos da comunidade de fala que norteiam os aspectos sócio-informacionais importantes. Quanto ao tipo, é uma pesquisa bibliográfica e documental, tendo com fontes Ivo *et al.* (em fase de elaboração) e literatura especializada na língua e cultura Guarani-Mbyá, ancorada no objetivo de compreender as características socioculturais do povo Guarani-Mbyá, e apresentá-las por meio de um Protótipo para Gestão lexical, o Prombyá, relacionando a Teoria do Conceito, a Teoria da Classificação faceta e a Teoria Comunicativa da Terminologia na representação do conhecimento indígena.

RESULTADOS

A representação lexical do *corpus* Guarani-Mbyá estimulou a busca de um instrumento para a organização do conhecimento indígena, o que inclui variação e mudança linguísticas, compreendidas sincrônica e diacronicamente. Um exemplo de variação sincrônica (sem avaliação histórica) é a palavra *porã*, cujo sentido em português é 'bom, bem ou belo' e, também, 'sagrado', este último usado, exclusivamente, em contextos espirituais (Ivo *et al.*, em fase de elaboração) fora grafado *Porang* (Montoya (2011 [1639], p. 442]), com '*ng*' final, apenas com o sentido 'belo', 'agradável'. Para representar a situação exemplificada, foram feitos três registros: (a) informação representada pela grafia; (b) registro da variação diacrônica; e, (c) estabelecimento das relações. No Quadro 1, tem-se a síntese tipo de variação mencionada:

Quadro 1 - Tratamento lexical de sinônimos - trabalhando com elementos diacrônicos

Termo	**Relação**	**Termo Correlato**
Porã	Equivalência	Porang

Fonte: Das autoras, baseado em Ivo *et al.* (em fase de elaboração)

Há, ainda, relações de semelhança quanto ao conteúdo de ambos, fazendo com que sejam observados casos de homonímia e polissemia, o que está se tratando no Prombyá por meio de relações de equivalência. O Protótipo trabalha outros tipos de relações, como a relação gênero-espécie e tem sido construído para garantir a flexibilidade em outros tipos de relações que venham a ser identificadas no decorrer da pesquisa. Variações podem ocorrer entre as etnias. No Prombyá, em função da diversidade, optou-se pela

representação observada nos quatro grupos Guarani do Brasil *(Guarani-Mbyá, Nhandeva, Nhandewa e Guarani-Kaiowá*). Para representar a variação entre as etnias, foram feitos três registros: (01) informação representada pelas grafias particulares; (02) definição do sentido da palavra e (03) especificação da etnia. No Quadro 2, tem-se a síntese do tratamento terminológico de sinônimos para esse tipo de variação:

Quadro 2 - Tratamento Lexical de sinônimos - trabalhando com elementos diacrônicos

Palavra Guarani - Mbyá	**Sentido**	**Palavra Guarani-Kaiowá**	**Sentido**
Ava**x**i	Milho	Ava**t**i	Milho

Fonte: Das autoras, baseado em Ivo *et al.* (em fase de elaboração)

A seguir, será apresentada discussão sobre o processo em torno das variações trabalhadas no Prombyá.

DISCUSSÃO

A complexidade e particularidade das línguas indígenas demandam abordagens que integrem conhecimentos linguísticos e culturais para garantir a manutenção dos saberes e práticas das comunidades indígenas, promovendo o respeito ao seu legado de forma ética e inclusiva. A normatização de um único conjunto de léxicos, voltada apenas para organização sistemática, para refletir a estrutura conceitual de um domínio, pode levar à exclusão de vozes não hegemônicas ou à supressão de conhecimentos locais e tradicionais. O *corpus* Guarani – Mbyá, objeto do Prombyá, apresentou alguns elementos específicos da cosmovisão indígena, sendo necessárias abordagens teóricas de diferentes campos do conhecimento, mas que se complementassem, para fornecer uma estrutura conceitual que possibilitasse entender como os conceitos são nomeados (Ciência da Informação - Teoria do Conceito e Teoria da Classificação Facetada), e oferecer a compreensão sobre como esses conceitos são interpretados e utilizados (Teoria Comunicativa da Terminologia). Juntas, elas permitem uma análise mais completa das expressões e dos conceitos, no contexto indígena, sobretudo para o tratamento das variedades linguísticas, casos de homonímias, polissemias, dentre outras situações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos de representações indígenas, têm-se um universo vasto de contribuições, mas muito ainda a se fazer. Há, nos últimos anos, diversas iniciativas em pesquisas sobre a temática indígena no âmbito dos estudos em Organização do Conhecimento, contudo restam hiatos quando apresentadas as situações de sinonímias, variações e polissemias (Hjorland, 2023). Nossa proposta, ao relacionar teorias interdisciplinares utilizadas no Prombyá, é apontar convergências essenciais para o desenvolvimento de sistemas de

organização do conhecimento. Assim, as interações propostas entre a Teoria do Conceito, a Teoria da Classificação Facetada e a Teoria Comunicativa da Terminologia são cruciais para a construção de uma modelagem conceitual que represente a Língua do povo Guarani-Mbyá. A compreensão de como os conceitos são expressos (Teoria do Conceito), a estrutura dos termos de acordo com os conceitos de maneira lógica e acessível (Teoria da Classificação Facetada), deve ser acompanhada pela análise de como esse léxico é compreendido e utilizado, na prática, possibilitando clareza aos significados e adequada contextualização (Teoria Comunicativa da Terminologia). Espera-se com isso ter provocado inquietações ou reflexões sobre representações relacionadas à temática indígena.

REFERÊNCIAS

CABRÉ, Maria Teresa. Teorias da terminologia: descrição, prescrição e explicação. Tradução de Diego Napoleão Viana Azevedo. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 39, n. 3, p. 507-558, dez. 2019. Disponível em: https://repositori.upf.edu/bitstream/handle/10230/46334/cabre_cadtrad_teori.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 26 jun. 2024.

CABRÉ, Maria Teresa. **Terminology**: theory, methods, and applications. Países Baixos/Amsterdã: John Benjamins Publishing Company. 1998.

COUTO, Hildo Honório do. Linguística Ecossistêmica. **Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 47-81, 2015. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/9967. Acesso em: 20 ago. 2024.

COUTO, Hildo Honório do. Onomasiologia e semasiologia revisitadas pela ecolinguística. **Revista de Estudos Linguísticos**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 183-210, 2012. Disponível em: http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2748. Acesso em: 20 ago. 2024.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 1978a. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115/115. Acesso em: 29 abr. 2024.

DAHLBERG, Ingetraut. A referent-oriented, analytical concept theory for INTERCONCEPT. **International Classification**, [S.l.], v. 5, n. 3, p. 122-151, 1978a. Disponível em: https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-1978-3-142.pdf. Acesso em: 12 ago. 2024.

IVO, Ivana Pereira. **Dicionário Bilíngue Guarani-Mbyá** – Português/Português – Guarani-Mbyá. Colaboração: COSTA, Julia Lima, RIOS, Jonedson Costa, REZENDE, Karen Soledade. Consultores Indígenas: Joel Kuaray, Simone Takuá, Sara Katu, Valério Karaí, Iraci Nunes. Organização e elaboração da versão eletrônica: AZEVEDO, Micheline Maria Costa de (em fase de elaboração).

HJØRLAND, Birger. Terminology. **Knowledge Organization**, v. 50, n.2. p. 111-127, 2023. Disponível em: https://www.isko.org/cyclo/terminology. Acesso em: 16 jun. 2024.

MONTOYA, Antonio Ruiz. **Tesoro de la Lengua Guarani**. Introducción y notas por Bartomeu Melià S, J., Transcripción y transliteración por Antonio Caballos. Asunción del Paraguay: CEPAG, 2011 [1639].

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **Prolegomena to library classification**. Bombay: Asia Publishing House, 1967. 305 p.

APLICAÇÃO DA NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NO ACERVO DO IPHAN/BA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA SÉRIE "TERREIROS"

Cleber Chaga
UFBA, clebercerqueira@ufba.br
Inacia Rejan
UFBA, inaciasilva@ufba.br
Rodrigo Mour
UFBA, rodrigomoura@ufba.br
Maria Teresa Navarr
UFBA, mtnb.matos@ufba.br
Ivana Severin
UFBA, ivana.severino@ufba.br

Resumo: Relato de experiência da aplicação da Norma Brasileira de Descrição Arquivística no acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na Bahia, com ênfase na série "Terreiros", evidenciando os resultados e as reflexões sobre o Terreiro da Casa Branca, no âmbito do projeto "Tratamento, acondicionamento e digitalização", objeto de Termo de Execução Descentralizada celebrado com a Universidade Federal da Bahia, executado pelo Instituto de Ciência da Informação. Conclui-se que a padronização da descrição arquivística contribui para qualificar o atendimento ao público em suas solicitações de tombamento, fiscalização, registro, informações sobre bens culturais em suas comunidades.

Palavras-chave: Descrição arquivística. Norma brasileira de descrição arquivística. Terreiros de Candomblé. Terreiro da Casa Branca. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na Bahia.

INTRODUÇÃO

Este relato de experiência descreve parte da aplicação da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade) na série "Terreiros" do acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na Bahia (IPHAN/BA) no âmbito do projeto "Tratamento, acondicionamento e digitalização do acervo arquivístico da Superintendência do IPHAN/BA" (PROARQ), objeto de Termo de Execução Descentralizada (TED) celebrado entre

o IPHAN/BA e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), executado pelo Instituto de Ciência da Informação (ICI).

O trabalho realizado encontra-se alinhado ao objetivo geral do referido projeto de "propor ações de salvaguarda no acervo arquivístico e biblioteconômico do IPHAN/BA para preservar e qualificar o acesso ao público interno e externo, favorecendo atividades de pesquisa e extensão no âmbito do ICI/UFBA" (Severino, 2023, p. 04). Além do objetivo específico de "descrever os conjuntos documentais digitalizados".

O IPHAN/Bahia é uma das mais antigas unidades regionais do Instituto e está inserido em um contexto de institucionalização, alinhado à missão de "promover e coordenar a preservação do patrimônio cultural brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país" (Brasil, 2012). Nesse sentido, o IPHAN/Bahia empreende esforços contínuos para atender ao público em suas solicitações de tombamento, fiscalização e fornecimento de informações sobre bens culturais móveis e imóveis em suas comunidades, entre outros serviços.

Nesse contexto, a preservação e o acesso à memória institucional são pressupostos essenciais para garantir a salvaguarda do patrimônio histórico e cultural do Brasil e da Bahia. Isso reforça a importância de investir em ações que qualifiquem o acesso público ao acervo arquivístico custodiado pelo IPHAN/BA, dada sua relevância histórica e caráter probatório.

Do ponto de vista metodológico, o trabalho apresenta os elementos que constituem a estrutura de um relato de experiência do aprendizado e da aplicação dos procedimentos de descrição arquivística da Nobrade na série "Terreiros" do acevo do IPHAN/Bahia.

Esclarece-se que a comemoração dos 40 anos do tombamento do Terreiro da Casa Branca, ritualmente conhecido por *Ilê Axé Iyá Nassô Oká*, primeiro a funcionar regularmente na Bahia, e tombado no Brasil (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015) foi determinante para delimitar a escolha do conjunto documental a ser descrito. A série "Terreiros" é composta por dez subséries: Opô Afonjá, Bogun, Casa Branca, Alaketo, Gantois, Ibá Ogum, Oxumaré, Bate Folha, Ajagoña e Tumbajuçara. Nesse relato de experiência, optou-se em conferir destaque aos resultados e as reflexões que emergiram sobre o Terreiro da Casa Branca.

Apresenta-se, a seguir, o conceito e a importância da descrição documental, além da estrutura e o uso da Nobrade. Dando sequência, identifica-se os resultados e reflexões que emergiram a partir da aplicação da Nobrade.

A NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

A literatura da área destaca que a descrição arquivística é uma função essencial para a organização, o controle e o acesso aos documentos, independentemente do suporte ou do gênero documental. Sua importância reside em facilitar o acesso à informação por meio

da elaboração de instrumentos de pesquisa, que permitem a identificação rápida dos documentos e, consequentemente, de seu conteúdo. Além disso, a descrição arquivística contribui para a preservação dos documentos originais, uma vez que a disponibilização desses instrumentos reduz o manuseio direto dos documentos (Bellotto, 2014).

Assim, o uso de padrões internacionais e nacionais de representação da informação arquivística é fundamental para a descrição multinível de conjuntos documentais. Esse método, que considera a estrutura de um acervo, permite a descrição por níveis, do mais genérico ao mais específico, possibilitando interfaces verticais e horizontais (Arquivo Nacional, 2005). Vale ressaltar que as diretrizes propostas pela Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G)) estão alinhadas com a teoria arquivística, especialmente no que diz respeito ao princípio da proveniência e à organicidade (Bellotto, 2004).

Em 2006, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) publicou a Nobrade. A iniciativa surgiu da necessidade de adaptar as normas internacionais de descrição arquivística ISAD(G) e ISAAR(CPF) à realidade brasileira. Posteriormente, emitiu a *Resolução nº 28*, de 17/02/2009, que "dispõe sobre a adoção da Nobrade pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), institui o Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos e estabelece a obrigatoriedade da adoção do Código de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (Codearq)" (Brasil, 2009).

A Nobrade estabelece diretrizes para a descrição de documentos arquivísticos. O objetivo é assegurar descrições uniformes, adequadas e autoexplicativas, proporcionando a padronização da descrição e contribuindo para a otimização do acesso e intercâmbio nacional e internacional de dados. Essa norma tem como premissa o respeito aos fundos e a descrição multinível, compatível com os princípios constantes na ISAD(G), a seguir: a) descrever do geral para o particular, b) representar o contexto e o conteúdo da unidade de descrição, c) explicitar a posição da unidade de descrição na hierarquia, d) evitar redundância de informação em descrições hierarquicamente relacionadas.

É preciso lembrar que existem seis níveis de descrição: acevo da entidade custodiadora (nível 0), fundo ou coleção (nível 1), seção (nível 2), série (nível 3), dossiê ou processo (nível 4) e item documental (nível 5). Além de níveis intermediários: o acervo da subunidade custodiadora (nível 0,5), a subseção (nível 2,5) e a subsérie (nível 3,5). No entanto, o uso dos níveis deve estar em consonância com a estrutura do arranjo do fundo/ coleção (Brasil, 2006).

Considerando o exposto, adotou-se a Nobrade como referência para a elaboração de uma ficha, com os elementos de descrição obrigatórios, conforme a seguir: **Área de identificação** (código de referência, título, data(s), nível de descrição, dimensão e suporte), **Área de contextualização** (nome(s) do(s) produtor(es)), **Área de conteúdo e estrutura** (âmbito e conteúdo, sistema de arranjo), **Área de fontes relacionadas** (existência e localização dos originais, além de unidades de descrição relacionadas), **Área de notas** (notas sobre

a conservação e notas gerais), **Área de controle da descrição** (data(s) da descrição), **Área de pontos de acesso e indexação por assunto** (pontos de acesso e indexação de assuntos).

APLICAÇÃO DA NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

O relato sobre a aplicação da Nobrade no processo de descrição dos documentos arquivísticos que compõem a série "Terreiros" do acervo do IPHAN/BA, conforme mencionado anteriormente, confere destaque aos resultados e discussões referentes às áreas e elementos de descrição relacionados ao Terreiro da Casa Branca, conforme descrito a seguir.

Área de identificação - O código de identificação corresponde ao país, a instituição detentora, a localização e o número de controle (série, dossiê). Assim, elaborou-se o código de referência: BR BAIPHAN SSA TER CB 000. Esclarece-se que o número de identificação do dossiê refere-se a cada unidade de arquivamento constituída de documentos. O título identifica o nome da unidade que foi descrita. Foi incluído como título tipologia e assunto: Processo tombamento, Processo de intervenção no bem tombado, entre outros. A(s) data(s) de produção da unidade de descrição são obrigatórias. Ressalta-se que diversos gêneros e tipos de documentos foram apensados ao processo de tombamento nº 1.067-T-82, iniciado em 1982 e concluído em 1985, com a homologação. Somam-se diferentes processos de intervenção após o tombamento com vistas a recuperação, urbanização e paisagismo do conjunto monumental. A título de exemplo, registra-se intervenções na Praça de Oxum, no gradil do terreiro, na rede de esgoto etc. A identificação cronológica das datas de início e término do período abrangido é 1982-2006. Quanto ao nível de descrição, no caso, optou-se pela descrição no nível do dossiê, que representa a "unidade de arquivamento constituída de documentos relacionados entre si por assunto" (BRASIL, 2006, p. 15). Na dimensão e suporte indicou-se a dimensão física ou lógica, bem como o suporte da unidade de descrição. O registro das dimensões foi efetuado por gênero documental - cartográfico, iconográfico, textual, entre outros, com a indicação de unidade de quantificação ou mensuração, como por exemplo: documentos textuais, em suporte papel, 24 f.

Área de contextualização - Buscou-se identificar o(s) nome(s) do(s) produtor(es). Este elemento corresponde a afirmação do princípio da proveniência, em consonância com a data, o âmbito e conteúdo (2006, p. 30). Ao longo da trajetória institucional do IPHAN, o nome das unidades descentralizadas foi modificado, mediante legislação específica. De acordo com o período dos documentos relativos ao Terreiro da Casa Branca que integram o acervo arquivístico do IPHAN/BA constam as seguintes denominações: 5ª Diretoria Regional - Bahia e Sergipe (1982), 5ª Diretoria Regional - Bahia (1986/1989), 7ª

Coordenação Regional - Bahia (1990/1991) e 7ª Superintendência Regional - Bahia (2000 aos dias atuais).

Área de conteúdo e estrutura - No âmbito e conteúdo a temática descrita versa, de forma mais abrangente, sobre informações relativas aos assuntos predominantes, como por exemplo: o processo de tombamento, além de intervenções que ocorreram após a homologação do tombamento com vistas a recuperação, urbanização e paisagismo do conjunto monumental.
Quanto aos tipos documentais, somam-se atas; certidões; convites; correspondências expedidas e recebidas por entidades coletivas e pessoas; decretos; depoimentos de entidades; fotografias; informações técnicas; leis; memorandos; notícias históricas; pareceres técnicos; plantas de localização, situação e baixas; processos; projetos; recortes de jornais; relatórios; entre outros. O sistema de arranjo, conforme referido anteriormente, a subsérie Terreiro da Casa Branca integra a série "Terreiros" custodiada pelo acervo arquivístico do IPHAN/BA. Predomina a ordenação cronológica dos documentos que compõem os dossiês, acondicionados em caixas-arquivo numeradas, armazenadas em arquivos deslizantes.

Área de fontes relacionadas - Indicação da localização (estante, prateleira e caixa-arquivo) no depósito de documentos na sede do IPHAN/BA. Alguns documentos originais se encontram na sede do IPHAN no Rio de Janeiro, de acordo com normativa do órgão. Importante registrar que existe uma associação com ações do "Projeto de Mapeamento de Sitio e Monumentos Religiosos Negros da Bahia (MAMNBA), conjunto documental, também, custodiado pelo IPHAN/BA. Ademais, o IPHAN construiu uma linha editorial específica em torno da política de acautelamento, possibilitando a divulgação da transição e reprodução dos documentos que compõem o processo de tombamento do Terreiro da Casa Branca.

Área de notas - O estado de conservação dos documentos foi avaliado em uma escala de bom e regular.

Área de controle de descrição - Trabalho realizado pelos bolsistas do PROARQ, no âmbito do TED IPHAN UFBA/ICI, nos meses de abril e maio de 2024, com base na publicação: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

Área de pontos de acesso e indexação de assuntos - Terreiro de Candomblé - Bahia; Tombamento - Terreiro da Casa Branca; Intervenções recuperação, urbanização e

paisagismo do conjunto monumental - Terreiro da Casa Branca; Sociedade Beneficente e Recreativa São Jorge do Engenho Velho; MAMNBA; entre outros.
A documentação descrita nos revela aspectos do cotidiano dos terreiros de candomblé e nos transporta para além desta realidade, um resgate histórico do processo de fundação, das lideranças, das ações coletivas em prol do tombamento e reconhecimento da importância histórica e cultural deste universo singular que mantém vivas memórias ancestrais.

CONCLUSÃO

O presente relato de experiência demonstra que a descrição arquivística se constitui como essencial para qualificar e ampliar o acesso das(os) pesquisadoras(es) interessadas(os) internos e externos, de forma célere e assertiva, aos documentos de arquivo. O uso da Nobrade revela-se como fundamental, ainda que sejam necessárias adaptações à realidade institucional do IPHAN/BA.

A aplicação da Nobrade na descrição dos documentos da série "Terreiros" do acervo arquivístico do IPHAN/BA destacou a importância de investir no tratamento técnico dos documentos de arquivo para fortalecer a preservação do patrimônio cultural. Esse processo trouxe à tona aspectos relevantes do tombamento do Terreiro da Casa Branca, bem como diversas intervenções no conjunto monumental.

Conclui-se que a padronização da descrição arquivística contribui para qualificar o atendimento ao público em suas solicitações de tombamento, fiscalização, registro, informações sobre bens culturais em suas comunidades. Desta forma, assegura a preservação e a salvaguarda do patrimônio cultural de bens relacionados aos povos e comunidades tradicionais de matriz africana.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte (MG): Editora UFMG, 2014.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2 ed. ver. ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **Resolução nº 28**, de 17/02/2009. Dispõe sobre a adoção da Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, institui o Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos e estabelece a obrigatoriedade da adoção do Código de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos - CODEARQ.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro (RJ): Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: <https://www.gov. br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/nobrade.pdf.> Acesso em: 07 jul. 2024.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria nº 92**, de 5 de julho de 2012. Aprova o Regimento Interno do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Políticas de acautelamento do IPHAN**: Ilê Axé Iyá Nassô Oká: Terreiro da Casa Branca. Salvador (BA): IPHAN, 2015.

MATEUS, Kleber de Souza. Reflexões sobre a relação entre a arquivologia e a história no âmbito da Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência do IPHAN: o uso da NOBRADE. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação. **Metodologia de pesquisa e multidisciplinaridade no IPHAN**: Anais da II Oficina de Pesquisa – Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação. – Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010. Disponível: <MesProfPat_PraticasReflexoes_4_m.pdf (iphan.gov.br)>. Acesso em: 11 jul. 2024.

SEVERINO, Ivana Bittencourt dos Santos. **Projeto Acadêmico** – Tratamento, acondicionamento e digitalização de acervos arquivísticos da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na Bahia (IPHAN/BA). Salvador (BA), 2023.

ASPECTOS DA TEORIA DA CLASSIFICAÇÃO DE BLISS PARA A REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO EM REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS

Dra. Rosana Portugal Tavares de Moraes
Docente GCI-UFF
rosanaportugal@id.uff.br

Resumo: Este artigo explora a aplicação dos princípios de classificação de Henry Evelyn Bliss, como a gradação por especialidade e o consenso educacional e científico para elaboração de estruturas conceituais em Repositórios Institucionais. A pesquisa destaca a importância de uma estrutura classificatória de ordenação lógica, baseada na ordem natural e no consenso educacional e científico para uma consistente recuperação de informações. A pesquisa é exploratória, baseada em revisão de literatura. Sugere que as ideias de Bliss podem ser adaptadas às Tecnologias de Informação e Comunicação atuais para a organização e a interligação do conhecimento em ambientes de amplo escopo conceitual.

Palavras-chave: Teoria da Classificação de Bliss. Repositório Institucional. Representação do conhecimento.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de estudos conduzidos desde a nossa formação doutoral em 2018. Consideramos alguns princípios da Teoria da Classificação de Henry Evelyn Bliss como uma proposta a ser considerada para representação do conhecimento em ambientes informacionais que abrangem vários domínios do conhecimento, como os Repositórios Institucionais. A agilidade e a precisão na recuperação da informação em ambientes acadêmicos e científicos são cruciais para o desenvolvimento de pesquisas em todas as suas etapas, e são critérios de qualidade e eficiência que favorecem a produção e a difusão do conhecimento. Os repositórios mantidos por instituições de ensino e pesquisa concentram material especializado em domínios do conhecimento que refletem o currículo trabalhado em seus programas, tanto de graduação como de pós-graduação.

A terminologia usada em cada uma dessas especialidades é um objeto de estudo na Organização do Conhecimento (OC), com ênfase em evidenciar os conteúdos de domínios do conhecimento por meio de conceitos, de forma organizada e contextualizada ao uso no ambiente informacional, além de contribuir com a descoberta de novos

conhecimentos. Vocabulários controlados, taxonomias, tesauros, ontologias são tipos de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), os quais são elaborados conforme as necessidades e infraestrutura do ambiente informacional. Em todos esses instrumentos, a classificação – ou seja, a formação de classes e subclasses e sua ordenação lógica – está no cerne das atividades, o que coloca em evidência a necessidade de princípios teóricos como fundamentação para essa atividade prática.

Em ambientes de amplo escopo conceitual, como os repositórios, o ideal é que a arquitetura da interface de busca demonstre os relacionamentos existentes entre os diversos domínios de conhecimento, o que pode ser realizado por uma taxonomia, por exemplo. No escopo da OC, muita ênfase foi dada à elaboração de SOC em domínios de especialidade. Contudo, os movimentos para integração de dados advindos de diferentes contextos informacionais desafiam a elaboração de estruturas conceituais robustas o suficiente para representar e inter-relacionar o conhecimento, conforme a diversidade e o nível de especificidade dos materiais armazenados.

Sob essa perspectiva, apresentamos a proposta de Bliss que, mesmo em tempos remotos, se debruçou sobre essa questão e pode ser um celeiro de ideias, que, adaptadas à realidade atual, com as possibilidades proporcionadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), venha a favorecer a interligação do conhecimento, delimitado por suas especificidades, mas correlacionados entre si em uma ordem lógica.

É uma pesquisa que se configura como exploratória e descritiva, apoiada em levantamento bibliográfico na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e no Portal de Periódicos CAPES, entre os meses de janeiro e julho de 2024. Priorizou-se a busca avançada no campo resumo com os termos "Bliss" e "classificação", com objetivo de identificar não apenas as obras de Bliss, mas também seus comentadores. Também foi levantada a literatura que relaciona "repositório" junto a termos como: "vocabulário controlado"; "Sistemas de Organização do Conhecimento"; "SOC" e "recuperação da informação". O objetivo com o uso dessas expressões de busca foi a recuperação de artigos que apresentassem as bases teóricas e as metodologias utilizadas na elaboração de instrumentos de representação com foco em repositórios. Neste levantamento, foram recuperados 27 documentos, dos quais 16 foram considerados relevantes e, destes, apenas 2 apresentaram os princípios teóricos trabalhados. Porém, esses trabalhos focaram em coleções específicas disponíveis em repositórios, e não em uma proposta abrangente de SOC.

Com este entendimento, apresentamos nas seções 2 e 3, um breve referencial teórico com foco nos Repositórios Institucionais, em SOC e na Teoria de Bliss. Tecemos algumas discussões e primeiras expectativas de resultados na seção 4 e, por último, as considerações finais.

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO EM REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS

Repositórios Institucionais são ambientes informacionais que armazenam, organizam e oferecem acesso ao conteúdo intelectual resultante das atividades administrativas, artísticas, de ensino e pesquisa realizadas institucionalmente. Café *et al* (2003) destacam que, no contexto universitário, o Repositório Institucional é multidisciplinar, abarcando o conteúdo de cada área do conhecimento, conforme seus departamentos, reunido em repositórios temáticos. Surgiram como resultado do movimento de Acesso Aberto à produção científica e possuem como infraestrutura tecnológica o uso de softwares livres em sua implementação (Weitzel, 2019). Diferenciam-se das bibliotecas digitais por possibilitarem "[...] o autoarquivamento e a interoperabilidade entre diversos sistemas de informação por meio da coleta de metadados em arquivos abertos." (Camargo; Vidotti, 2008).

Inicialmente, o foco foi o armazenamento como forma de preservação dos recursos informacionais, mas com a ampla adesão da comunidade científica, as questões de acesso e recuperação tornaram-se evidentes. Nesse sentido, as pesquisas de Tartarotti e Fujita (2022) enfatizam a necessidade de vocabulários controlados nas interfaces de busca como forma de minimizar as inconsistências terminológicas. Essas inconsistências fazem parte da linguagem natural e podem ser atenuadas ou corrigidas com o uso de algum dos tipos de Sistema de Organização do Conhecimento (SOC), que têm como função principal evitar a ambiguidade entre os termos, promover a padronização terminológica e estabelecer relacionamentos semânticos, como os hierárquicos e associativos (Zeng, 2008).

Ambientes informacionais, como os repositórios que integram conteúdos heterogêneos com alta diversidade conceitual, é necessária uma estrutura classificatória que englobe esses saberes e os apresente em uma interface de busca que atenda às necessidades de um público usuário plural, tanto do contexto acadêmico-científico como da sociedade em geral. As afirmações de Smiraglia (2005), mesmo tratando de relacionamentos em catálogos bibliográficos, mostram-se válidas: "Nenhum documento é uma ilha, e a interrelação dos documentos e dos seus conteúdos, bem como a complexidade destas relações, tem impedido a crescente sofisticação dos sistemas de recuperação online." Em analogia, a declaração revela que os conceitos não explicitam suas potencialidades na formação do conhecimento, sendo apresentados de forma isolada, ou em uma lista alfabética. O maior desafio é estabelecer o relacionamento conceitual, abrindo a possibilidade do usuário conceber novas conexões anteriormente não previstas. Neste sentido, consideramos que princípios classificatórios substanciais permitirão a elaboração de uma dada ordenação em repositórios, que podem possibilitar uma consistente recuperação de informação. A seguir, apresentamos tais princípios a partir da Teoria de Bliss.

A TEORIA DE BLISS E OS PRINCÍPIOS PARA ORDENAÇÃO DE SABERES

Bliss (1929) apresentou, em sua extensa obra, significativa preocupação com o ordenamento do conhecimento. Toma como princípio a gradação por especialidade e o consenso científico e educacional, com base na natureza do conhecimento para coordenação e subordinação de classes. Esses princípios são respostas a um dos maiores problemas enfrentados na época: a recepção aos novos assuntos e a representação de diferentes pontos de vista, mantendo a ordem lógica do conhecimento (Moraes, 2018).

Ele apresenta a gradação por especialidade como a base fundamental de sua classificação para o processo de subordinação. Analisa o conhecimento considerando a ordem dos fenômenos na natureza ajustadas ao consenso científico e educacional. Ele afirma: "[...] esse desenvolvimento surgiu, evidentemente, do inorgânico e tem se estendido para o biológico, o mental e o social" (Bliss, 1929, p. 179). Declara que se tornam mais claras a unidade e a continuidade do conhecimento quando ele se fundamenta na unidade e na continuidade da natureza. Assim, encontrava segurança para estabelecer os relacionamentos entre os diversos estudos, pois o que sustentava era o fenômeno e sua posição na cadeia natural de desenvolvimento. Mills e Broughton (1977, p. 51) afirmam que: "Gradação é uma ordem teórica das subdisciplinas da ciência. Correlaciona-se fortemente com outra ordem teórica, a dos níveis integrativos [...]." Esse princípio foi seguido pelo CRG e representa o abandono das disciplinas como elemento estruturante na representação do conhecimento.

Ele procurou identificar as ciências mais abstratas, as que eram primitivas e geravam novos estudos, em um processo de progressão. Na base das ciências existe um conjunto de generalizações, princípios e teorias que se ramificam em vários estudos, até chegar nos estudos mais especializadas. Nesse processo, instaura-se o princípio de análise e síntese na classificação. Na análise, as classes de conhecimento são subdivididas conforme sua especificidade, e na síntese, os conhecimentos relacionados são agrupados.

As classes são colocadas em coordenação, considerando que, nos diferentes ramos do saber, há três princípios que atravessam todos os estudos: o filosófico, o científico e o histórico, que resultam nas ciências aplicadas (Bliss, 1929, p. 302-303). Ou seja, chega-se às ciências mais especializadas a partir das mais gerais e abstratas, e esse relacionamento é demonstrado na coordenação das classes. As ciências gerais possuem generalizações e leis que se aplicam de algum modo às ciências especializadas, e, em alguma extensão, isso também se aplica aos métodos e, por vezes, os métodos aplicados a cada ciência auxiliam na análise e na diferenciação entre uma e outra (Bliss, 1929, p. 217).

O conhecimento, organizado de forma lógica em classes coordenadas e subordinadas, que tomam como base a ordem natural, é ajustado nos registros do conhecimento conforme o consenso educacional e científico. Assim, considerou a relatividade nas formas de conceber a organização do conhecimento, de acordo com a configuração

das disciplinas e das necessidades práticas do ambiente informacional. Sob essa perspectiva, Beghtol (1986) analisa de forma separada. O consenso científico está ligado ao saber que alcança um estágio de concordância e passa a ser aplicado em vários campos de conhecimento. O consenso educacional aplica-se à organização prática de como esse conhecimento seria ensinado, seguindo o consenso dos educadores para fins de organização didática dos conteúdos.

A IMPORTÂNCIA DE UM PRINCÍPIO CLASSIFICATÓRIO EM REPOSITÓRIOS: BLISS E A ORDENAÇÃO DO CONHECIMENTO

Os espaços informacionais, como os repositórios, são diferenciados e desafiadores, uma vez que as informações armazenadas pertencem a domínios de conhecimento, que, juntos, podem reunir em um só espaço todos os tipos de conhecimento, cada um em diferentes níveis de especialidade, aplicações e público-alvo. Entender a natureza do conhecimento oferece elementos para consistência na ordenação do conhecimento. Compreender os princípios basilares e os que se infiltram na formação de outros saberes, por meio de seus conceitos é essencial para o profissional da informação no trabalho de elaboração de estruturas classificatórias de amplo escopo conceitual. Em certa medida, é diferente das abordagens com foco no próprio domínio, ainda que sejam as mesmas metodologias. Pois o objetivo é de encontrar os elementos que se assemelham na formação de blocos de conhecimento, com a finalidade de integrar saberes distintos em um conjunto harmônico e coerente, além de identificar a natureza dessa ligação. Assim, são identificados os estudos multi-inter-transdisciplinares e sua posição na estrutura classificatória.

Bliss buscou estruturar o conhecimento de modo a relacionar os estudos mais abrangentes com os mais especializados. Ao destacar os saberes com foco nos princípios filosóficos, científicos e históricos como um caminho para se chegar aos saberes especializados, ele demonstra que há disciplinas cujos estudos são nucleares e fazem interfaces com os demais saberes, e este aspecto é importante de ser considerado na ordenação do conhecimento como uma base lógica.

Antes de iniciar uma atividade de modelagem conceitual, o profissional da informação empreende esforços para obter a compreensão mais ampla possível da natureza do conhecimento com o qual vai trabalhar, o que implica estudar qual o melhor ordenamento será aplicado na organização. Ou seja, sobre qual teoria do conhecimento se apoiará para estabelecer qual tipo de saber será colocado em primeira posição, quais virão na sequência e qual ocupará a última posição no primeiro nível classificatório. Nesse sentido, o estudo dos princípios teóricos da Organização do Conhecimento é essencial, pois oferece subsídios para tomadas de decisão justificadas e fundamentadas.

Ainda que apoiando sua teoria na ordem da natureza e da realidade, Bliss considerou o modo como o conhecimento é organizado para fins pedagógicos, isto é, considerou o uso social, o que faz mais sentido para a comunidade usuária. É essa elasticidade de sua teoria, sem sacrificar a ordem lógica, um dos principais pontos a se destacar, pois, concomitante à ordem da natureza, ele busca alcançar o consenso dos especialistas.

Portanto, aplicar as ideias de Bliss no contexto dos Repositórios Institucionais, em nossa pesquisa, estamos considerando que significa observar dois polos: a ordem dos fenômenos na natureza e o que já está organizado para fins didáticos no ensino e na pesquisa. O esforço de Bliss foi o de demonstrar que organizar o conhecimento relaciona-se diretamente com o estudo da natureza do conhecimento, buscando entender o conhecimento nuclear, a "seiva" que alimenta e sustenta os demais estudos até os "ramos" mais especializados. Para ele, esse proceder começa com o processo de busca pelo que é generalizável nas ciências gerais, o que, em alguma medida, o será nas ciências especializadas e aplicadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O recorte apresentado aqui demonstra que o estudo teórico de um autor fundacional da OC, como Henry Evelyn Bliss, é importante como um possível caminho na busca de ideias para elaboração de estruturas classificatórias abrangentes e na justificativa teórica para essa atividade prática. Demonstra que a OC possui princípios, não apenas para elaboração de SOC para domínios do conhecimento, mas também para ambientes com escopo conceitual abrangente, como os Repositórios Institucionais para fins de recuperação de informação.

AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa contou com o trabalho de Iniciação Científica voluntário da aluna Shizue Harada e a colaboração das alunas Lavínia de Abreu Lins, Rana dos Santos Ribera e Andréia Xavier dos Santos.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. S. S.; TARTAROTTI, R. C. D.; FUJITA, M. S. L. Avaliação do uso de vocabulário controlado em repositórios institucionais. **Inf. Prof.**, Londrina, v. 11, n. 1, p. 52-77, jan./abr. 2022. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/45158/pdf Acesso em: 5 jun. 2024.

BEGHTOL, C. Semantic validity: concepts of Warrant in Bibliographic Classification Systems. **Library Resources & Technical Services**, Chicago, v. 30, n. 2, 1986.

BLISS, H. E. **The organization of knowledge and the system of the sciences**. New York: Henry Holt and Company, 1929.

CAMARGO, L. S. A.; VIDOTTI, S.B.G. Uma estratégia de avaliação em Repositórios digitais. *In:* SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 15., 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: CRUESP, 2008. Disponível em: http://repositorio.febab.org.br/items/show/4158 Acesso em: 5 jul. 2024.

CAFÉ, L. *et al.* Repositórios institucionais: nova estratégia para publicação científica na Rede. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26., 2003, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2003.

MILLS, J.; BROUGHTON, V. **Bliss bibliographic classification, second edition. Introduction and auxiliary schedules.** London, Boston: Butterworths, 1977.

MORAES. R. P. T. **A representação do conhecimento em espaços multidimensionais:** uma investigação de princípios teóricos a partir de autores fundacionais da organização do Conhecimento. 2018. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFF-2_08971acda261be4c64379ca8385ff86d Acesso em: 15 jul. 2024.

SMIRAGLIA, R. P. The progress of theory in knowledge organization. **Library Trends**, Maryland, v. 50, n. 3, p. 330-349, 2002. Disponível em: https://www.academia.edu/66615797/The_progress_of_theory_in_knowledge_organization Acesso em: 10 jul. 2024.

WEITZEL, Simone da Rocha. O mapeamento dos repositórios institucionais brasileiros: perfil e desafios. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, [S. l.], v. 24, n. 54, p. 105–123, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2019v24n54p105 Acesso em: 16 jul. 2024.

ZENG, M. L. Knowledge organization systems (KOS). **Knowledge Organization**, v.35, n.2/3, p.160–182, 2008.

CONFORMIDADE DE SOFTWARES LIVRES COM O E-ARQ BRASIL: BASES PARA O DESENVOLVIMENTO A PARTIR DOS REQUISITOS DE CAPTURA.

Vitor Rafael Santos
vitorafael11@hotmail.com
Gillian Leandro de Queiroga Lima
gillianqueiroga@ufba.br

Resumo: Este resumo expandido possui o objetivo de verificar se softwares livres existentes na área da Arquivologia possuem aderência aos requisitos preconizados pelo e-ARQ Brasil. Quanto aos procedimentos metodológicos, possui abordagem qualitativa e utiliza a observação direta. Foram analisados, com base no requisito Captura do e-Arq Brasil – Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos, oito softwares livres que possuem características semelhantes à de um SIGAD. Os resultados revelam um panorama diversificado em termos de funcionalidades, aplicabilidades e adequações aos requisitos arquivísticos, especialmente no contexto de um SIGAD. Por fim, verifica-se que tais sistemas informatizados necessitam de configurações adicionais para cumprir plenamente os requisitos preconizados pelo e-Arq Brasil.

Palavras-chave: e-ARQ Brasil. Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos. Captura.

INTRODUÇÃO

Com o avanço das tecnologias na gestão de recursos e informações nas organizações, a necessidade de realizar a gestão dos documentos e das informações, sejam analógicas ou digitais, torna-se cada vez mais essencial. Desta forma, tais organizações investem no uso de sistemas informatizados para cumprir obrigações e regulamentos governamentais, como por exemplo a necessidade da adoção da Lei de Acesso à Informação (LAI) e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Neste sentido, para apoiar tais questões, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) publicou, por meio da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE), o e-ARQ Brasil - Modelo de requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil) (CONARQ, 2022).

Conforme o e-Arq Brasil (2022), um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD) deve cumprir os requisitos mínimos estabelecidos, como exemplo

as funções de captura, avaliação, pesquisa, segurança e armazenamento de documentos. Nesta perspectiva, o arquivista contemporâneo deve se adaptar e compreender, nos seus processos de trabalho, os elementos essenciais para a organização dos documentos analógicos, eletrônicos e/ou digitais.

Além disso, para implementação de sistemas informatizados, vale considerar o uso dos softwares livres. Esta adoção é vantajosa, pois permite acesso ao código fonte, reduz custos e possibilita adaptações conforme a necessidade do usuário. No Brasil, no entanto, não existem softwares livres que atendam plenamente aos requisitos estabelecidos pelo e-ARQ Brasil (2022). Tal afirmação é evidenciada por Melo e Luz (2022) ao analisarem a aderência de softwares aos requisitos do e-ARQ Brasil.

Por outro lado, o envolvimento de grandes corporações em projetos com a comunidade desenvolvedora de códigos abertos se dá pela apropriação do trabalho intelectual/digital e gratuito fornecido por seus colaboradores. A estratégia adotada implica na utilidade dos produtos finais através dos processos de desenvolvimento tecnológico: os códigos e os softwares produzidos. O patrocínio de projetos de código aberto por grandes corporações como Google, IBM e Sun Microsystems é desejado quando certos componentes são transformados em código proprietário, lhes adicionando valor de uso (Birkinbine, 2015).

Nesta perspectiva, o valor de um sistema informatizado é muito alto quando se trata do investimento para uma organização, já que está relacionado ao seu capital. Além disso, um sistema informatizado pode ser considerado livre se os seus usuários dispuserem de todas as liberdades de acesso. Nestes termos, a possibilidade de acesso ao código-fonte é condição imprescindível para a efetivação dos conceitos de uso e modificação. Além do código-fonte, os seus autores outorgam ainda a liberdade para que outros desenvolvedores possam modificar o seu código original e/ou distribuí-lo (Hexsel, 2003).

No que diz respeito à Arquivologia, Rousseau e Couture (1998) apontam sete funções arquivísticas essenciais para a gestão de documentos: produção, avaliação, aquisição, preservação, classificação, descrição e difusão. Desta forma, um SIGAD deve contemplar tais funções para garantir a eficácia da gestão de documentos, bem como contemplar as funcionalidades de plano de classificação, controle de prazos de guarda, armazenamento seguro, recuperação e preservação dos documentos, dentre outras.

Entretanto, tais instituições enfrentam dificuldades ao implantar sistemas informatizados com os requisitos previstos no e-ARQ Brasil devido aos altos custos de desenvolvimento de sistemas, preços elevados e desafios de comunicação com a tecnologia da informação. Portanto, é necessário buscar soluções que atendam às necessidades de gestão de documentos arquivísticos de forma eficiente e econômica. Ainda nesse sentido, a falta de planejamento adequado, incluindo custos, cronogramas e treinamento

dos funcionários, pode resultar em atrasos e dificuldades na utilização eficaz do sistema após a sua implementação.

Diante de tais desafios, questiona-se se os softwares livres existentes na área adotam os critérios relacionados à gestão de documentos e atendem aos requisitos preconizados pelo e-Arq Brasil (2022). Para responder a esta questão, este resumo expandido possui o objetivo de verificar se softwares livres existentes na área da Arquivologia possuem aderência aos requisitos preconizados pelo e-ARQ Brasil.

PERCURSO METODOLÓGICO

Este trabalho possui abordagem qualitativa e utiliza a observação direta que é um método de coleta de dados que busca visualizar um objeto de estudo para a obtenção de resultados. Segundo Lakatos e Marconi (1992), a observação direta é tipo observação na qual se utiliza os sentidos para examinar aspectos da realidade que se deseja analisar.

Para a elaboração deste trabalho, foram selecionados, com base no artigo de Melo e Luz (2022) 8 softwares livres que possuem características semelhantes à de um SIGAD. Em seguida, foi selecionado o requisito de Captura, do e-ARQ Brasil (2022), para poder realizar a análise dos requisitos mínimos. A captura consiste "em declarar um documento como documento arquivístico ao incorporá-lo num SIGAD por meio das ações de registro, classificação, indexação, atribuição de metadados, atribuição de restrição de acesso e arquivamento" (CONARQ, p.56, 2022).

O requisito da captura foi selecionado para esta análise, visto que trata da inserção de um documento em um ambiente digital. No Quadro 1, são apresentados os sistemas informatizados analisados neste trabalho.

Quadro 1 - Sistemas informatizados que adotam critérios de gestão de documentos

Nome	Desenvolvedor	Descrição	Versão Analisada	Ano	Link de Acesso
Alfresco	Alfresco Software, Inc.	É um sistema de Gerenciamento de Conteúdo Empresarial (ECM)1de código aberto que gerencia todo o conteúdo dentro de uma empresa e fornece os serviços e controles que gerenciam esse conteúdo.	5.1.2	2016	https://www.alfresco.com
Nuxeo DM	Hyland	Nuxeo DM oferece a capacidade de criar, compartilhar, anotar, armazenar e recuperar qualquer tipo de documento em seu ambiente de trabalho norma	5.9.2	2020	https://connect.nuxeo.com/nuxeo/site/marketplace/package/nuxeo-dm-5.9.2
Knowlegde Tree®	Jam Warehouse	KnowledgeTree é um software de gerenciamento de documentos que simplifica a interação dos usuários no dia a dia com os documentos de que precisam para fazer seus trabalhos.	3.4.3	2007	http://orion.knowledgetree.com/Main_Page
Agorum Core	Software GmbH	Agorum Core oferece gerenciamento eficiente de documentos em código aberto. Uma vez instalado, o sistema reflete sua própria maneira de trabalhar.	8.3.0	2018	https://www.agorum.com
Archivista Box	Archivista GmbH	Soluções Empresariais sem Manutenção. As soluções de negócios não precisam ser complexas ou complicadas. Graças ao nosso conceito único ArchivistaBox, você pode sempre colocar sistemas pré-configurados em operação num piscar de olhos.	DMS & ERP	2020	http://archivista.ch/cms/en/home/

Nome	Desenvolvedor	Descrição	Versão Analisada	Ano	Link de Acesso
Maarch	Maarch SAS	Maarch opta pelo software livre para colocar o usuário no centro do seu processo de desenvolvimento técnico-funcional.	Maarch RM 2.5	2019	https://maarch.com
Owl Intranet	Owl Intranet Knowledgebase	Owl é um repositório de documentos multiusuário (base de conhecimento), gerenciador de documentos e/ou sistema de gerenciamento de documentos (DMS) escrito em PHP para publicação de arquivos/documentos na web para uma corporação, pequena empresa, grupo de pessoas ou apenas para você. Código final hospedado no GitHub.	Owl Intranet Knowledgebase	2018	https://sourceforge.net/projects/owl/
Archivists' Toolkit™	Universidades da Califórnia, Nova Iorque, Five College e Fundação Andrew W. Mello	O Archivists' Toolkit™, ou AT, é o primeiro sistema de gerenciamento de dados arquivísticos de código aberto a fornecer suporte amplo e integrado para o gerenciamento de arquivos.	2.0	2009	http://archiviststoolkit.org

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Melo e Luz (2022).

A análise dos softwares e dos requisitos se deu a partir do estudo de suas funções disponibilizadas em seus respectivos sites. Após essa etapa, foram elencados os requisitos e características que compõem o requisito de captura e feita a comparação entre os softwares.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para visualização das características de cada um dos softwares foram adotados os seguintes critérios (Quadro 2):

Quadro 2 – Critérios de análise dos sistemas informatizados

Símbolo	Critério
	Cumpre o requisito
-	Cumpre em partes/modificações pode cumprir
X	Não cumpre os requisitos
Ñ	Não Localizado

Fonte: Elaborado pelos autores.

A seguir, o Quadro 3 apresenta o comparativo entre os sistemas informatizados e os respectivos requisitos de Captura selecionados, a partir do e-Arq Brasil (2022).

Quadro 3 - Comparativo entre Softwares e Requisitos (Captura)

Software/ Requisito	Alfresco	Nuxeo DM	Knowlegde Tree®	Agorum Core	Archivista Box	Maarch	Owl Intranet	Archivists' Toolkit™
Registrar e gerenciar todos os documentos não digitais.							X	X
Controlar e validar a introdução de metadados.							-	-
Captura de documentos produzidos dentro do SIGAD.								
Um SIGAD tem que prever a inserção dos metadados obrigatórios.							X	X
Um SIGAD tem que garantir a inserção de outros metadados após a captura.			-	-	-	-	X	X
Registrar todas as versões do documento como um só documento arquivístico.	-	-	-	-	-	-	X	X

Fonte: Elaborado pelos autores.

A análise dos diferentes sistemas informatizados revela um panorama diversificado em termos de funcionalidades, aplicabilidades e adequações aos requisitos arquivísticos, especialmente no contexto de um SIGAD. O Quadro 3 revela que o Alfresco e o Nuxeo DM são os sistemas informatizados mais completos em termos de atendimento aos requisitos de captura do SIGAD, embora nenhum dos avaliados atenda a todos os requisitos de maneira integral.

Verifica-se ainda que o Alfresco e o Nuxeo DM destacam-se pela flexibilidade na gestão de metadados e pela capacidade de lidar com documentos tanto digitais quanto não digitais, mas carecem da funcionalidade de registro de todas as versões de um documento. Já o Knowledge Tree, Agorum Core, Archivista Box e Maarch oferecem funcionalidades consideráveis em relação aos requisitos analisados, mas apresentam limitações na inserção de metadados adicionais e no registro de versões. Por fim, o Owl Intranet e o Archivists Toolkit são os que menos atendem aos requisitos analisados, o que limita sua eficácia como solução para serem utilizados como um SIGAD.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em geral, os softwares de gestão de documentos analisados contemplam requisitos básicos, como a produção e a inserção de metadados. No entanto, quando se trata de requisitos mais específicos do âmbito arquivístico, torna-se evidente a necessidade de configurações adicionais para que esses sistemas se adequem plenamente aos requisitos obrigatórios de um SIGAD.

Por fim, vale ressaltar que os resultados apresentados levaram em consideração apenas uma parte dos requisitos necessários à caracterização de um SIGAD e requerem investigações mais aprofundadas, em trabalhos futuros, para uma compreensão mais completa das capacidades dos softwares livres disponíveis na área de gestão de documentos e de suas possíveis adequações aos requisitos preconizados pelo e-Arq Brasil.

REFERÊNCIAS

BIRKINBINE, B. Conflict in the commons: towards a Political Economy of corporate involvement in free and open source software. **The Political Economy of Communication**, v. 2, n. 2, p. 3-19, 2015.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **EARQV203: E-ARQ Brasil Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Conarq, 2022. 225 p. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/EARQV203MAI2022.pdf. Acesso em: 21 jun. 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MELO, Ívina F.; LUZ, C. dos S. A aderência de sistemas informatizados de gestão arquivística ao e-ARQ Brasil: verificação de requisitos mínimos e obrigatórios. **Acervo**, [S. l.], v. 35, n. 1, p. 1–15, 2021.

PARANÁ DIGITAL. **Tecnologias de Informação e Comunicação nas Escolas Públicas Paranaenses**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação – SEED, 2010. Disponível em: https://www.seed.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2016-04/tecnologias_de_informacao.pdf. Acesso em: jun. 2024.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1988.

VINICIUS, G. A. Código aberto e apropriação das dinâmicas colaborativas pela Google Inc. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, v. 21, n. 3, 2019.

CURADORIA DIGITAL: ANÁLISE DA INDEXAÇÃO DOS METADADOS NAS BASES SCOPUS E WEB OF SCIENCE NA RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Esther Quezia Dos Santos Felipe
Eduardo Leite Alves

Resumo: O acesso e a recuperação eficiente da informação são pilares fundamentais na era digital, sobretudo no contexto da Curadoria Digital. Esta pesquisa busca investigar a precisão dos metadados indexados nas bases de dados *Scopus* e *Web of Science*, utilizando técnicas bibliométricas para uma análise comparativa. O objetivo deste estudo é avaliar a precisão e a integridade dos metadados indexados nas bases citadas, destacando como essas práticas afetam a recuperação da informação e construção de indicadores. Através dessa avaliação, busca-se identificar falhas e propor melhorias para a curadoria digital nas bases de dados. A pesquisa é de natureza aplicada e descritiva, combinando abordagem metodológica quantitativa, com extração de informações bibliográficas das bases, coleta de dados, análise bibliométrica, validação e triangulação dos resultados. Os resultados obtidos refletem problemas no desempenho da indexação e integridade dos metadados para indicadores métricos. Admite-se, portanto, que o trabalho contribui para uma discussão interdisciplinar sobre a curadoria digital e a necessidade da indexação efetiva nas bases *Scopus* e *Web of Science* e consequentemente para o acesso e recuperação da informação.

Palavras-chave: Recuperação da Informação. Metadados. Indexação. Curadoria Digital.

INTRODUÇÃO

O acesso e a recuperação eficiente da informação são pilares fundamentais na era digital, especialmente dentro do contexto da Curadoria Digital. Nesse sentido, essa pesquisa busca avaliar os campos que apresentam maior deficiência de dados recuperados com a indexação nas bases de dados *Scopus (Elsevier)* e *Web of Science (Clarivate)*, tendo em vista que a importância de metadados indexados corretamente e em sua totalidade é amplamente reconhecida na literatura sobre recuperação da informação.

A indexação correta dos metadados nos trabalhos científicos é essencial para a eficácia dos Sistemas de Recuperação de Informação (SRI). Neste estudo, a indexação será compreendida como processo pelo qual os metadados dos documentos são organizados

e classificados nas bases de dados, abrangendo tanto aspectos físicos delimitados pela estrutura e completude dos metadados, quanto intelectuais referentes a categorizações temáticas e semânticas. Dessa forma, o objetivo deste estudo, é avaliar a precisão (relevância documental) e a integridade dos metadados indexados nas bases *Scopus* e *Web of Science*, destacando como essas práticas afetam a recuperação da informação e a construção de indicadores bibliométricos, sendo priorizado nesta pesquisa a eficiência e recuperação de informações científicas para inferências bibliométricas.

Além disso, pretende-se analisar a completude e a precisão dos metadados indexados, bem como, identificar o percentual de metadados preenchidos nas tabelas dos arquivos recuperados determinando uma relação entre a eficiência na recuperação da informação para construção de uma análise métrica e o preenchimento integral dos metadados. Os recortes temáticos delimitados na Scopus para recuperação foram nas áreas de Ciências Sociais, Humanidades e Multidisciplinares, no entanto na *Web of Science* compreende-se Ciência da Informação e Biblioteconomia e Ciências Sociais Interdisciplinares.

Sendo assim, levantou-se o seguinte questionamento: "Qual é a relevância da indexação correta dos metadados das referências e demais informações dos trabalhos científicos nas bases de dados internacionais *Scopus* e *Web of Science* para a eficiência na recuperação da informação para a análise bibliométrica?".

Com intuito de responder à pergunta norteadora, visamos colaborar organicamente com a curadoria digital no que se refere a indexação como suporte na recuperação da informação, assim como com a compreensão das práticas de indexadoras nas principais bases de dados científicas. Portanto, contribuir com percepções em relação a otimização da recuperação de informação através da boa gestão de metadados.

REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção apresenta uma revisão das teorias e pesquisas relacionadas às definições e conceitos fundamentais abordados, permeando sobre temáticas da recuperação da informação por meio da indexação, curadoria digital e metadados. Segundo Siebra, Borba e Miranda (2018), a curadoria digital baseia-se em práticas interdisciplinares, combinando aspectos tecnológicos, comunicacionais, gerenciais e cognitivos aplicados à custódia de dados, informação e conhecimento.

A literatura destaca os metadados como facilitadores na gestão e recuperação da informação, assim somo fundamentos necessários na garantia da qualidade e eficácia dos processos de curadoria digital. Nesta perspectiva, para Rowley e Hartley (2018), a indexação adequada dos metadados é fundamental para a organização e a gestão da informação em ambientes digitais.

A curadoria digital surge e se estabelece diante das possibilidades de organizar, compartilhar e processar os recursos informacionais em meio digital, garantindo a autenticidade, confiabilidade, integridade e usabilidade dos dados.

Os metadados na curadoria digital

A importância dos metadados na curadoria digital é amplamente discutida na literatura, Harvey (2010) afirma que a confiabilidade e a integridade dos dados digitais dependem diretamente da qualidade dos metadados. Segundo Baeza-Yates e Ribeiro-Neto (2011), a qualidade dos metadados afeta diretamente a performance dos sistemas de busca e a relevância dos resultados recuperados.

Os metadados são classificados em várias categorias por Gilliland (2016), como a fonte de metadados (intrínsecos e extrínsecos), o método de criação (automático e manual), a natureza (não especializados e especializados), a estrutura (não estruturados e estruturados), o status (estáticos, dinâmicos, longo prazo, curto prazo e herdados), a semântica (não controlados e controlados) e o nível (coleção, grupo ou item individual).

Gilliland (2016), ainda afirma que "[...] uma parte fundamental do processo de curadoria é garantir que os metadados estejam disponíveis para descrever os conjuntos de dados para uso futuro". Desde as primeiras tentativas de representação informacional, catalogadores e indexadores criam e padronizam metadados, embora inicialmente sem utilizar essa denominação.

Higgins (2007) reforça a importância dos metadados, conceituando-os como a 'espinha dorsal' da curadoria digital. Eles são fundamentais para que as ações realizadas sobre os recursos digitais se articulem e se efetivem. Esta visão é corroborada por Alves (2010), que observa que os metadados remontam à representação descritiva do passado, configurando-se como uma denominação atual no processo de tratamento da informação, referindo-se a elementos que permitem a construção de representações para um recurso informacional.

Portanto, Oliver e Harvey (2016) reforçam a necessidade de uma abordagem detalhada para a curadoria digital, onde os metadados desempenham um papel primordial na manutenção da autenticidade e da integridade dos recursos informacionais.

METODOLOGIA

O presente estudo fez uso da metodologia quantitativa a partir da coleta, análise e interpretação bibliométrica dos dados extraídos das bases *Scopus* e *Web of Science*. Serão objetos de observação os campos das colunas de metadados com as informações dos títulos indexados pelas bases. As bases mencionadas foram escolhidas mediante a abrangência, qualidade, recursos avançados e reconhecimento na comunidade científica.

Dessa forma, o termo de busca resultante para a recuperação realizada em junho de 2024 foi: ("*cataloging*" OR "*indexing*" OR "*metadata*" OR "*indexing of information*") AND ("*information system management*" OR "*information retrieval*" OR "*information retrieval system*" OR "*search engines*" OR "*curation*" OR "*indexing policies*").

Tabela 1 – Resultados da *Scopus* e *Web of Science*.

Bases	Filtros por áreas do conhecimento	Recuperados	Replicados	Sem réplicas
Scopus	Ciências Sociais	2.973	29	2.944
	Humanidades			
	Multidisciplinar			
Web of Science	Ciência da Informação e Biblioteconomia	1.003	10	993
	Ciências Sociais Interdisciplinares			

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Os dados foram exportados do ambiente do R Studio em formato '*.xlsx'* para serem analisados pelo pacote Bibliometrix, após o upload dos arquivos são apresentados os 15 campos que compõem os metadados das obras recuperadas e suas porcentagens de metadados ausentes com as classificações de "Excelente" (0%), "Bom" (0,01% a 10,00%), "Aceitável" (10,01% a 20,00%), "Ruim" (20,01% a 50,00%), e "Completamente ausente" (100%).

Os campos "Ruim" e "Completamente ausente" serão utilizados nessa pesquisa, tendo em vista que apresentam uma ausência de metadados maior em relação aos demais. O percentual total de dados ausentes e a não completude das informações nos trabalhos científicos indexados afetam o estudo bibliométrico e recuperação da informação nas bases.

Com base nas informações quantitativas, foi aplicado o cálculo médio percentual (MP) representado pela soma das porcentagens (N) dividido pela quantidade de amostras (X), como segue na fórmula simplificada: MP = N1+N2... ÷ X. O uso da média percentual neste estudo é justificado por sua capacidade de identificar a proporção de campos preenchidos e ausentes em relação ao total de campos e aqueles de recorte, fornecendo uma visão clara sobre a qualidade da indexação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para validação dos resultados obtidos, serão expostas aplicações práticas e evidências da forma como a ausência dos dados descritos pode impactar a pesquisa bibliométrica. A Tabela 1 apresenta os resultados coletados nas bases juntamente com a porcentagem que os qualifica como "Ruins" ou "Completamente Ausentes", nos campos identificados com estas classificações e seus percentuais.

Tabela 2 - Percentuais de dados ausentes nas bases.

Campos das Bases		**Scopus**	**Web of Science**
DI	DOI	26,80%	25,88%
DE	Keywords	39,33%	35,75%
ID	Keywords Plus	35,51%	47,03%
WC	Science Categories	100,00%	100,00%
RP	Corresponding Author	45,92%	Campo inexistente
CR	Cited References	100,00%	Campo inexistente

Fon**te:** Dados da pesquisa, 2024.

Paskin (2010) argumenta que a ausência ou indexação incorreta de um DOI (DI) pode comprometer a localização precisa e a identificação única de trabalhos científicos, dificultando o acesso e citação das fontes originais. Sendo assim, podemos afirmar que a ausência ou a indexação incorreta pode comprometer a localização precisa, identificação única e permanente dos trabalhos, sem garantia do acesso direto ao documento original. He, Goker e Harper (2002) destacam que dados inconsistentes ou ausentes podem distorcer resultados e levar a conclusões errôneas sobre a relevância e evolução dos temas.

A indexação inadequada de palavras-chave (DE e ID) prejudica a criação de nuvens de palavras e a análise da evolução temporal dos termos, afetando a identificação de tendências e frequências. Wilson (1998) afirma que a indexação precisa das áreas temáticas (WC) é essencial para a organização da informação e facilita a pesquisa interdisciplinar, enquanto Katz (1994) enfatiza que a identificação precisa das afiliações (RP) é crucial para estudos bibliométricos que avaliam a produção científica por instituições. A indexação inadequada de referências citadas (CR) prejudica o rastreamento das influências acadêmicas e a construção de redes colaborativas, resultando em uma compreensão incompleta das interconexões entre estudos e áreas de pesquisa.

Em síntese, de acordo com os dados e informações levantados através da pesquisa, revelou-se que a base de dados *Scopus* apresentou uma média percentual isolada dos dados ausentes nos campos DI, DE, ID, WC, RP, CR que representa 58,09% e, considerando os quinze campos totais, a média percentual de dados ausentes representa 23,23%. Já na base de dados *Web of Science*, a média percentual isolada dos dados ausentes nos campos DI, DE, ID e WC representa 52,16% e, considerando os quinze campos totais, a média percentual de dados ausentes representa 13,91%. Deste modo, fica evidente neste recorte de pesquisa o impacto que uma indexação inadequada ou inexistente pode gerar nos indicadores métricos de uma pesquisa cientifica quando recuperada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo demonstrou que a ausência ou deficiência de metadados nas bases *Scopus* e *Web of Science* comprometem a eficiência na recuperação da informação e, consequentemente, a construção de indicadores bibliométricos precisos. A falta de metadados completos prejudica não só a visibilidade de trabalhos científicos, mas também a análise de tendências e redes de citação. É essencial que as práticas de indexação sejam aprimoradas, visando garantir a integridade e a completude dos dados, promovendo uma recuperação de informação mais eficaz e contribuindo para o avanço científico.

A falta de metadados completos e precisos afeta a identificação de trabalhos, a análise de palavras-chave, a classificação temática, a visibilidade das afiliações dos autores e a análise de redes de citação, resultando em dificuldades para acessar e utilizar trabalhos científicos de forma eficaz trazendo suas correlações em termos gerais.

As estatísticas apresentadas comprovam o impacto negativo da indexação inadequada ou até ausente das informações essenciais das obras científicas indexadas nas respectivas bases de dados, induzindo a uma maior margem de erro nas inferências. Sendo assim, a integridade e precisão das inferências bibliométricas são comprometidas, aumentando a margem de erro e não recuperando informações totalmente condizentes com a realidade, práticas que afetam na construção de indicadores.

A pesquisa, portanto, alcançou seus objetivos avaliar a indexação realizada nas bases de dados escolhidas, discriminando os percentuais quanto a sua completude no preenchimento das tabelas e campos, demonstrando através de discussões de autores como Paskin (2010); Goker e Harper (2002); Wilson (1998) e Katz (1994), os impactos negativos que afetam a recuperação, destacando a necessidade de melhorias nas práticas de indexação para aprimorar o acesso e a disseminação da produção científica, promovendo um avanço mais eficaz do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. C. V. **Metadados como elementos do processo de catalogação.** 2010. 134f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/alves_rachel.pdf.

BAEZA-YATES, R.; RIBEIRO-NETO, B. **Modern Information Retrieval: The Concepts and Technology behind Search**. 2. ed. Addison-Wesley, 2011. https://hdl.handle.net/10216/50422. Acesso em: 23 jun. 2024.

GILLILAND, A. J. Setting the stage. In: BACA, Murtha (Ed.). **Introduction to metadata.** Los Angeles, CA: Getty Publications, 2016. Disponível em: http://www.getty.edu/publications/intrometadata/setting-the-stage/. Acesso em: 20 jun. 2024.

HARVEY, R. **Digital curation:** a how-to-do it manual. New York, NY: Neal-Schuman Publishers, Inc., 2010.

HE, B.; GOKER, A.; HARPER, D. J. **Combining Evidence for Automatic Web Session Identification.** In: Information Processing & Management, v. 38, n. 5, p. 727-742, 2002.

HIGGINS, S. **The DCC Curation Lifecycle Model.** The International Journal of Digital Curation, Edinburgh, n. 1, v. 3, 2008. Disponível em: http://dx.doi.org/10.2218/ijdc.v3i1.48. Acesso em: 20 jun. 2024.

KATZ, J. S. **Geographical Proximity and Scientific Collaboration**. In: Scientometrics, v. 31, n. 1, p. 31-43, 1994.

OLIVER, G.; HARVEY, R. **Digital curation.** American Library Association, 2016.

PASKIN, N. **Digital Object Identifier (DOI) System**. In: Encyclopedia of Library and Information Sciences. 3. ed. Taylor & Francis, 2010.

ROWLEY, J.; HARTLEY, R. **Organizing Knowledge: An Introduction to Managing Access to Information**. 6. ed. Routledge, 2018.

SIEBRA, S. de A., BORBA, V. da R., & MIRANDA, M. K. F. de O. (2018). **Curadoria Digital: um termo interdisciplinar.** *Informação &Amp; Tecnologia*, *3*(2), 21–38. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/itec/article/view/38408. Acesso em: 25 jun. 2024.

WILSON, P. **Two Kinds of Power: An Essay on Bibliographical Control**. University of California Press, 1998.

DIAGNÓSTICO NO ACERVO ARQUIVÍSTICO DO IPHAN/BA

Letícia Neiva[1]
Marconi Menezes[2]
Luiz Filipe Noia[3]
Gleise Brandão[4]
Ivana Severino[5]

Resumo: Este trabalho objetiva relatar o diagnóstico arquivístico realizado no acervo do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural Nacional na Bahia. O levantamento documental foi feito, a partir de fichas, para colher dados visando a caracterização do acervo arquivístico. Os resultados possibilitaram analisar o contexto organizacional e documental, a partir da identificação de elementos relacionados à classificação/arranjo, localização, data e estado de conservação. Conclui-se que o diagnóstico, enquanto metodologia arquivística, contribuiu para o planejamento e realização das demais atividades do projeto que visa a gestão de documentos e a preservação do patrimônio histórico e documental.

Palavras-chaves: Patrimônio. Gestão de documentos. Diagnóstico. Iphan/Ba.

INTRODUÇÃO

Criado em 13 de janeiro de 1937, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), (Thompson, 2010). O Iphan possui 27 Superintendências (uma em cada Unidade Federativa); 37 Escritórios Técnicos, a maioria deles localizados em cidades que são conjuntos urbanos tombados, as chamadas Cidades Históricas; e, ainda, seis Unidades Especiais, sendo quatro delas no Rio de Janeiro: Centro Lucio Costa, Sítio Roberto Burle Marx, Paço Imperial e Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular; e, duas em Brasília, o Centro Nacional de Arqueologia e Centro de Documentação do Patrimônio. (Gov.Br, 2020). No Estado da Bahia, especificamente na cidade de Salvador, funciona a

1 Graduanda em Arquivologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).
2 Graduando em Arquivologia pela UFBA.
3 Graduando em Arquivologia pela UFBA.
4 Docente do Departamento de Fundamentos e Processos Informacionais. Doutora em Ciência da Informação pela UFBA.
5 Docente do Departamento de Fundamentos e Processos Informacionais. Mestre em Ciência da Informação pela UFBA.

sétima Superintendência, ambiente no qual se deu o desenvolvimento das atividades relatadas neste trabalho.

A missão do instituto é "[...] promover e coordenar o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país." (Iphan, 2024, p. 1). A Visão estabelece que o Iphan deve:

> ser instituição coordenadora da política e do sistema nacional do patrimônio cultural, capaz de identificar, produzir e difundir referências para a preservação do patrimônio cultural no plano nacional e internacional, dotada de carreira de estado, qualificação técnica e estrutura funcional para atender as demandas da sociedade. (Iphan, 2024, p. 1).

Desde 2000, quando foi publicado o Decreto 3.551, que regulamenta o art. 216, parágrafo 1º da Constituição Federal de 1988, Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, ele também responde pela conservação, salvaguarda e monitoramento dos bens culturais brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e na Lista do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, conforme convenções da Unesco (Iphan, 2024).

Considera-se, portanto, que o acervo do Iphan se constitui enquanto Patrimônio Histórico de uma nação, daí a necessidade de garantir a preservação e conservação destes documentos. Nesse sentido, percebeu-se a necessidade de um diagnóstico para compreender as práticas de gestão, preservação e conservação desenvolvidas. Tendo em vista a forma e o estado como muitas vezes são encontrados os acervos arquivísticos e bibliográficos de instituições públicas e privadas ressalta-se, ainda, a urgência em adotar políticas de preservação para o tratamento e ações contra possíveis degradações de coleções e documentações históricas.

Sendo assim, foi elaborado e está em execução o Projeto: Tratamento, acondicionamento e digitalização de acervos arquivísticos (PROARQ) da Superintendência do Iphan na Bahia, a fim de garantir a gestão, preservação, disseminação e a proteção desses conjuntos de documentos.

A primeira fase do projeto está em andamento e consistiu no diagnóstico que, segundo Oliveira (2007, p. 63-64), deve ser efetuado de forma adequada, pois qualquer tomada de decisão errada, prejudicará todo o processo do planejamento, desde a sua implementação até o desenvolvimento. Assim, na prática, o desenvolvimento de processos dentro do ambiente institucional necessita que o sujeito conheça devidamente cada etapa, que possa ser reflexivo no ato da captura de informações, para que o relato seja sempre o mais correto possível, com possibilidades mínimas de acontecer um retrabalho. Diante disso, este trabalho objetiva relatar o diagnóstico arquivístico realizado na 7ª Superintendência

do Iphan na Bahia. Este diagnóstico foi realizado com o intuito de analisar o contexto organizacional e documental da instituição mencionada.

DIAGNÓSTICO ARQUIVÍSTICO E GESTÃO DE DOCUMENTOS

A Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Ela define ser de responsabilidade do poder público a gestão dos documentos produzidos e recebidos pela administração pública no desenvolvimento de suas atividades e a proteção aos documentos de arquivo, para que funcionem como um instrumento de "apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação" (Brasil, 1991, p. 1).

A atividade de gestão de documentos é um dos pilares mais importantes na área da Arquivologia, pois prevê ações que visam o funcionamento organizacional, tramitação de documentos, organização, recuperação, preservação e disseminação da informação. De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, a gestão de documentos é: "[...] o conjunto de medidas e rotinas visando à racionalização e eficiência na criação, tramitação, classificação e avaliação dos documentos." (Arquivo Nacional, 2005, p. 100). São ações necessárias, sobretudo, no contexto de desinformação, uma vez que possibilitam o acesso às informações autênticas e fidedignas que compõem o patrimônio histórico brasileiro.

No que se refere ao patrimônio, Poulot (1997 *apud* Ferreira, 2017, p. 1) afirma que: "[...] a história do patrimônio é a história da construção do sentido de identidade e mais particularmente, dos imaginários de autenticidade que inspiram as políticas patrimoniais". Daí a necessidade de gestão e preservação da informação em instituições como o Iphan.

No contexto de implementação da gestão de documentos, o diagnóstico é uma das primeiras etapas a ser realizada. A proposta do diagnóstico é interessante, pois possibilita o levantamento de um apanhado de informações sobre a instituição e como ela trata e disponibiliza os documentos e informações arquivísticas para os usuários. Logo, "O diagnóstico deixa de se centrar nos documentos e no seu conteúdo, para passar a focar no conhecimento do contexto funcional e institucional." (Bahia, 2013, p. 117).

Dessa forma, entende-se que a aplicação do diagnóstico arquivístico possibilita a compreensão do contexto organizacional e documental que nortearão a implementação da gestão de documentos que, por sua vez, trará benefícios para a preservação, acesso e disseminação do patrimônio histórico.

Por isso, o diagnóstico arquivístico é uma das etapas mais importantes do trabalho relacionado à gestão arquivística, visto que possibilita a identificação, análise e representação das informações que foram produzidas e/ou recebidas pela entidade produtora. A partir desse entendimento, compreende-se que o diagnóstico pode viabilizar os processos e produtos para organização e representação do conhecimento. Para exemplificar,

destaca-se que um dos produtos gerados a partir do processo de diagnóstico será um inventário do acervo arquivístico, que proporcionará um conhecimento informacional e institucional aos usuários internos e externos do Iphan/Ba.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa documental, que se utiliza das fontes primárias para compreender o caminho que os documentos percorreram, bem como identificar e caracterizar os acervos produzidos e custodiados.

Durante o processo de realização do diagnóstico, utilizou-se o levantamento documental para a coleta de informações, no período de maio a julho de 2024. Ainda nesse sentido, a equipe desenvolveu um modelo de ficha para o levantamento documental para identificação dos seguintes elementos: local (cidade), série, subsérie, ano, título, nº identificador, características quanto a espécie e gênero, localização (estante, prateleira, nº da caixa), estado de conversação, observações, data de preenchimento da ficha e o nome do bolsista que realizou a atividade.

Ainda nesse sentido, pode-se ressaltar que o diagnóstico se encontra em andamento e integra um dos objetivos do PROARQ, que consiste em identificar o acervo documental, retratar a sua realidade situacional, mas também contribuir para o planejamento das ações gerenciais do projeto. Desse modo, é válido mencionar que a equipe responsável por essa atividade do diagnóstico conta com 3 professoras da área de Arquivologia, bem como 8 bolsistas, discentes do referido curso e um bolsista que é discente do curso de Comunicação. Para além disso, o diagnóstico conta com o apoio de servidores do Iphan/Ba.

De acordo com o Manual de levantamento da produção documental (1986), um levantamento consiste em obter dados sobre os documentos produzidos para assim detectar problemas existentes e uma maneira eficaz de resolvê-los, sendo assim durante o levantamento as informações coletadas devem fornecer um quadro geral sobre aquela documentação. Concomitantemente, é importante ressaltar o que o levantamento é uma das etapas do diagnóstico, que por sua vez, de um modo geral, visa realizar uma análise básica das informações contidas nos documentos, bem como saber sobre o seu estado de conservação, localização, condições em que eles se encontram e frequência de consulta pelos setores. Diante disso, estes processos têm por finalidade a realização de um trabalho organizacional que vise a melhoria da gestão documental. Destaca-se que esses dados foram descritos e analisados qualitativamente e são apresentados nas seções 3 e 4.

DIAGNÓSTICO ARQUIVÍSTICO REALIZADO NO IPHAN/BA

A partir do levantamento documental no acervo técnico do Iphan/Ba, observou-se que os documentos foram classificados em séries por assunto. Segundo informação fornecida

pela técnica responsável, a organização do acervo por séries visa atender as necessidades informacionais das comunidades que se interessam pelos patrimônios tombados pelo Iphan e dos usuários internos.

Nesse acervo localizou-se as séries: rua, avenida, praça, largo, ladeira, fortes, museu, terreiros, solar, casa, dique, parque, associação, Pelourinho, universidade e colégio, paço, palácios e palacetes patrimônio imaterial, lagoa, projetos, pró-memória, centro histórico de Salvador, programas, teatro, marina, construtora, sistema metroviário, mansão, porto, igreja, capela e conventos e arqueologia.

Diante desses dados, observou-se que é um acervo diverso e rico em informações. Tratam de diversos bens importantes, a exemplo disto, o Iphan/Ba também contém duas séries específicas sobre suas casas: o Solar Berquó e o Sete Candeeiros com 21 e 8 caixas, respectivamente.

Além disso, a organização considera também a localização geográfica, assim identificou-se documentos das cidades: Salvador, Vitória da Conquista, Lençóis, Santa Cruz Cabrália, Taperoá, Tiradentes, Tremedal, Uibaí, Saubara, Salinas, São Francisco do Conde, Vera Cruz, São Gonçalo do Campo, Brumado, Bom Jesus da Lapa.

A partir dos dados coletados, identificou-se como recorte temporal o período de 1917 até 2003. Quanto às espécies destaca-se: ofício, parecer, processo, relatório, processo de tombamento, reformas e reparos, informações técnicas, publicidade, escrituras, certidões, protocolo, jornais etc. No que diz respeito aos gêneros, verificou-se a presença de documentos iconográficos (mapas, plantas, fotos, desenhos) e documentos textuais na composição do acervo arquivístico.

É importante o destaque da existência de inventários a exemplo de: Inventário de Bens arquitetônicos (IBA), Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados (INBMI), Inventário de Referências Culturais (INCR), Inventário Nacional de Bens Móveis e Sítios Urbanos (INBI-SU) e o Inventário de Configuração do Espaço Urbano (INCEU), mas não foram encontrados, até o momento, uma quantidade considerada desse tipo documental.

Acerca do local de armazenamento, a documentação está sendo acondicionada em pastas e caixas arquivo de papelão em armários deslizantes. Contudo, o estado de conservação dos documentos não é uniforme, pois variam apresentando sujidades, suporte frágil, marcas de ferrugem, manchas e rasgos.

DISCUSSÃO

Dito isso, a partir do diagnóstico, verificou-se a existência e necessidade de estudos mais específicos que para adaptar o tratamento arquivístico nos acervos do Iphan/ Ba, contando com técnicas e instrumentos que possam ser aplicados na higienização, acondicionamento e digitalização dos documentos, bem como os pontos fortes (apoio institucional, documentos com relevância histórica e cultural, etc.) e fracos da gestão documental (falta

de padronização na classificação e ordenação, ausência de políticas arquivísticas, etc.) nesta Sede da Superintendência-BA.

Além disso, ressalta-se que o acervo no qual o trabalho vem sendo realizado possui um grande volume, exigindo um trabalho mais demorado e minucioso, uma vez que a finalidade deste levantamento identificar e caracterizar o acervo de maneira eficaz sendo, assim, de extrema importância que a etapa de preenchimento da Ficha de levantamento documental seja feita com cuidado e atenção.

Com esse apanhado de informações, torna-se mais fluido o processo de gestão, preservação e disseminação da memória da Bahia; bem como é possível contribuir para a finalidade maior do projeto, que é a salvaguarda do patrimônio documental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, este trabalho buscou relatar o diagnóstico que vem sendo realizado no acervo arquivístico do Iphan/Ba de forma integrada às ações de salvaguarda da documentação e gestão documental, visando assegurar as condições de acesso e preservação dos documentos. Identificou-se uma estrutura organizada por séries temáticas, do período de 1917 a 2003, uma diversidade de espécies documentais (ofícios, pareceres, processos) e gêneros textual e iconográfico que evidenciam a relevância histórica e cultural do acervo documental. Assim como, aspectos críticos como a falta de padronização na classificação e ordenação e a ausência de políticas arquivísticas. Demonstra-se, assim, que o objetivo proposto foi atingido.

Tais atividades possuem relevância social não só para a Bahia, mas para o país e todos que se disponibilizarem a conhecer, pois tem a finalidade de viabilizar uma melhor organização dos documentos históricos, tornando-os preservados, digitalizados e acessíveis.

Os resultados possibilitaram analisar o contexto organizacional e documental e definir os próximos passos do PROARQ. Assim, conclui-se que o diagnóstico, enquanto metodologia arquivística, contribuiu para o planejamento e realização das demais atividades do projeto tais como higienização, descrição e acondicionamento dos acervos arquivísticos. Além disso, possibilita a aprendizagem coletiva e aplicação dos conhecimentos teóricos e técnicos da Arquivologia.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARQUIVO NACIONAL. **PT 44**: Manual de levantamento da produção documental. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1986. 31 p.

BAHIA, Eliana Maria dos Santos. Diagnóstico do arquivo intermediário do Departamento de Ciência da Informação - UFSC. **Ágora**: Arquivologia em debate, *[S. l.]*, v. 23, n. 46, p. 108–119, 2013. Disponível em: https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/432. Acesso em: 7 jul. 2024.

BRASIL. **Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=8159&ano=1991&ato=2a0UTW65UMFpWTf81. Acesso em: 07 jul. 2024.

FERREIRA, Maria Letícia. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. **Diálogos**, v. 10, n. 3. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/38967. Acesso em: 13 jul. 2024.

GOV.BR. **Apresentação — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/acesso-a informacao/institucional

/apresentacao. Acesso em: 11 jul. 2024.

IPHAN. **Referencial Estratégico**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/d

etalhes/314. Acesso em: 11 jul. 2024.

IPHAN. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/. Acesso em: 09 jul. 2024.

OLIVEIRA, D.P.R. de. **Planejamento Estratégico:** conceitos, metodologias e práticas. São Paulo: Atlas, 2007.

THOMPSON, Analucia. IPHAN (verbete). In*:* THOMPSON, Analucia (Org.). **Entrevista com Judith Martins**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2010. (Memórias do Patrimônio, 1).

DO REGISTRO DO CONCEITO ÀS COORDENADAS SEMÂNTICAS: O PAPEL DA IDENTIDADE DO CONCEITO NA RECUPERAÇÃO INTELIGENTE DA INFORMAÇÃO

Nilson Theobald Barbosa[1]
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Maria Luiza de Almeida Campos[2]
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Resumo: O artigo trata de um aspecto de nossa pesquisa que aborda a importância e a viabilidade de estabelecer mecanismos que permitam determinar identidades semânticas para os conceitos participantes de um sistema de organização do conhecimento, para que estes possam ser compatibilizados e mapeados de forma semântica, participando de um sistema de recuperação da informação inteligente. Utilizamos como base teórica métodos da Metalinguagem da Economia da Informação, de Pierre Lévy e do Registro do Conceito de Dahlberg. Utilizamos uma metodologia de pesquisa bibliográfica, exploratória e qualitativa. Como resultado apresentamos caminhos para a determinação do registro do conceito como método viável para nossos propósitos, com trabalhos futuros a serem realizados.

Palavras-chave: Interoperabilidade semântica. Sistemas de Organização do Conhecimento. Web Semântica. Recuperação da Informação.

INTRODUÇÃO

O avanço das tecnologias da informação foi capaz de oferecer crescentes facilidades no armazenamento e compartilhamento de dados pela Internet e pela Web. Temos hoje recursos para criação e armazenamento de grandes bases de dados e temos redes com grande vazão de dados disponíveis em todos os lugares, e todas estas tecnologias permitem que, além da diversidade, estes dados digitais sejam criados em volume cada vez maior e cada vez mais rápido, por diferentes grupos sociais, diferentes contextos, diferentes idiomas, com diferentes compromissos ontológicos, enfim totalmente heterogêneos em todos os seus aspectos.

1 Doutor em Ciência da Informação (Universidade Federal Fluminense - UFF)

2 Doutora em Ciência da Informação (Instituto Brasileiro em Informação Científica e Tecnológica - IBICT/ UFRJ)

Estas facilidades, que permitem a criação e disseminação da informação, têm uma contrapartida, ou seja, a dificuldade de recuperar informação em bases de dados heterogêneas em ambientes abertos e não controlados, tais como a Web, ou mesmo dentro de grandes empresas.

Nossa pesquisa se volta e se dedica a estudar caminhos que apontem para a compatibilização e mapeamento de conceitos que permitam a recuperação inteligente da informação em diferentes sistemas de organização do conhecimento (SOC) presentes em ambientes abertos, sem a modificação dos vocabulários utilizados e de forma automatizada por agentes de software (Barbosa; Campos, 2022). Especificamente neste artigo apresentaremos um recorte importante desta pesquisa, abordando a necessidade de estabelecimento de uma identidade dos conceitos a serem compatibilizados, para que este processo ocorra de forma semântica, ou seja, utilizando não simplesmente a forma verbal dos conceitos presentes nos SOC, mas sim seu significado em cada contexto abordado.

AS COORDENADAS SEMÂNTICAS DE PIERRE LÉVY E O REGISTRO DO CONCEITO DE DAHLBERG

Entre as contribuições teóricas importantes que incluímos em nosso estudo para endereçar o estabelecimento de identidades semânticas dos conceitos temos as coordenadas semânticas propostas por Pierre Lévy, que vem se dedicando a explicitar uma construção teórica que ele denomina de IEML – Metalinguagem da Economia da Informação (Lévy, 2014). O autor argumenta que a sua principal hipótese para propor tal metalinguagem é a de que ainda não inventamos sistemas simbólicos que se encaixam no novo meio digital que possam atender plenamente as necessidades atuais de recuperação da informação.

Num caminho que interessa à nossa discussão sobre a criação de identificadores únicos com significado semântico para compatibilização de conceitos, verificamos que a IEML é uma linguagem formal que calcula, gera e reconhece automaticamente uma infinidade de conceitos e seus relacionamentos semânticos. Em suma, a IEML não é uma ontologia universal, é uma linguagem com semântica calculável que pode expressar qualquer ontologia (Lévy, 2019, p. 25).

A proposta integral de Lévy traz ideias que são desafiadoras para implementação devido à sua complexidade e abrangência. Contudo, ela oferece abordagens metodológicas para o desenvolvimento de mecanismos que facilitam a transição entre diversas ontologias, que são de especial interesse para nossa investigação. Uma dessas ideias é a criação dos identificadores singulares denominados *Uniform Semantic Locators* (USL). As operações computacionais efetuadas nas séries de sequências, que são os USL, correspondem também a operações sobre os significados que essas séries simbolizam, isto é, os conceitos. "O ponto crucial a ser compreendido é que qualquer trajetória no espaço

hipertextual das ligações entre USL pode ser descrita por uma função, e que tal função pode possuir relevância semântica" (Lévy, 2014, p.478).

A proposta de Lévy nos conduz à compreensão de que os conceitos e suas representações em um sistema de comutação para recuperação de informações entre várias linguagens podem ser recuperados por meio de métodos de mapeamento. Observamos que, em sua proposta, é essencial que esses identificadores únicos apresentem descritores que expressem seu significado semântico, e suas interligações formariam um espaço de coordenadas semânticas voltado para a recuperação da informação.

Ao abordar e propor a criação do espaço de coordenadas semânticas, Pierre Lévy (2014) ressalta a necessidade imperativa de estabelecer um sistema de identificação e endereçamento dos conceitos, considerando a progressiva evolução do meio digital. Essa evolução inicia na década de 1950, quando vivemos a camada da codificação digital básica, da manipulação simples de símbolos, linguagens de programação e endereçamento de bits, de forma interna aos computadores. Nos anos 1970-1980, passamos às conexões entre os autômatos (computadores), usando neste processo protocolos de internet baseados em TCP/IP para identificar e ligar os atores participantes, e surgem então diversos tipos de agentes, tais como os roteadores. Por volta de 1995, com a Web, temos as conexões entre os dados, e a sua identificação realizada através dos *Uniform Resource Locators* (URL). Para a concretização da sua proposta de esfera semântica, Lévy, propõe a criação dos USL, cuja função é a identificação e endereçamento dos conceitos. Esta proposta claramente não se coloca como uma substituição das camadas anteriores, e não prescinde delas, da mesma forma que a camada da web não substituiu as suas camadas prévias, pois, considerando as tecnologias atuais, será necessário endereçar dados no meio digital, em seus diversos níveis, usando protocolos de internet e apontamentos por URL. Nesse caso, se acrescenta uma nova camada de codificação, que permitirá interpretar e utilizar conceitos melhor do que se faz com dados da web e seus URL (Barbosa, 2021).

Ao considerarmos estas proposições de Levy, fomos buscar nos estudos seminais da Ciência da Informação propostas e métodos capazes de participarem de um processo de implementação de um sistema de recuperação da informação que utilizasse este ambiente de coordenadas semânticas. Num ambiente deste tipo cada conceito tem sua própria identificação e esta identificação representa sua carga semântica e, com isso, pode ser o objeto deste processo de recuperação inteligente e semântica da informação. Isso se alinha ao trabalho de Dahlberg (1981), que buscou descrever os conceitos de um sistema de indexação por meio de uma entidade denominada pela autora como o Registro do Conceito, visando o tratamento e a recuperação da informação.

Dahlberg propõe métodos para estabelecer comparações verbais e também conceituais entre linguagens de indexação, bem como para criar matrizes de compatibilização. No primeiro caso, a autora define o estabelecimento de uma matriz de comparação

alfabética. Quando duas ou mais linguagens de indexação são comparadas em relação à sua compatibilidade, é necessário obter uma visão inicial da sobreposição real de classes e descritores que correspondem aos termos verbalmente. Nesse caso, o conteúdo de cada descritor deve ser registrado e seus conceitos analisados num registro conceitual (quadro 1) com as seguintes entradas: Código atribuído e Nome do conceito (1); Fonte ou Notação (2); Próximo conceito abrangente (3); Conceito mais alto na hierarquia (4); Indicação do nível hierárquico do conceito (5); Número de subconceitos (6); Categoria do conceito (7); Definição do conceito (8); Outros nomes do conceito (9); Abreviações (10); e Comentários (11) (Dahlberg, 1981).

Quadro 1 – Registro do conceito

00	Código do Conceito
01	Nome do conceito
02	Notação do conceito (quando for o caso de se compatibilizar Sistemas de Classificação) ou Fonte do conceito (nome do Sistema Ordenado ou um código definido para indicá-lo)
03	Denominação do próximo conceito mais amplo
04	Denominação do conceito mais alto na hierarquia
05	Indicação do nível hierárquico do conceito (formando uma cadeia de conceitos): Nível mais alto, Próximo nível mais baixo, Terceiro nível etc.
06	Número de subconceitos
07	Categoria da forma do conceito (O) Objeto, entidade (P) Processo, atividade (Q) Quantidade, qualidade (R) Relação (S) Conceito relacionado a espaço (T) Conceito relacionado a tempo (W) Campo de assunto ou disciplina
08	Definição do conceito e com indicação das fontes
09	Outros nomes do conceito (sinônimos)
10	Abreviações do Termo
11	Comentários relativos aos conceitos correspondentes em outros Sistemas Ordenados

Fonte: Elaborado pelo autor (2024), a partir de Dahlberg (1981)

O estudo e compreensão do registro do conceito de Dahlberg, com a definição de suas aplicações nos processos de recuperação da informação, informatizados e automáticos, é o resultado esperado desta faceta de nossa pesquisa, conforme explicitamos na seção seguinte.

METODOLOGIA DA PESQUISA E RESULTADOS OBTIDOS

Na construção deste artigo utilizamos uma metodologia de pesquisa bibliográfica, exploratória e qualitativa, que nos permitisse partir de estudos já realizados, importantes para o surgimento de novos caminhos, utilizando-se de fontes bibliográficas. Além disso, seu caráter exploratório tem por finalidade gerar maiores informações sobre o tema, possibilitando a construção de definições e facilitando sua delimitação. Por fim, seguimos o caminho de uma abordagem qualitativa que supõe um desenvolvimento interpretativo de dados coletados nas fontes bibliográficas consultadas.

Ao tentar identificar a carga semântica dos conceitos em SOC tais como taxonomias e tesauros, com o propósito de compatibilizá-los, precisamos conseguir extrair estas informações da estrutura presente nestes vocabulários.

Como resultado, no escopo deste artigo, estabelecemos que a elaboração de uma identidade para cada conceito é essencial para a definição de sua individualidade e, posteriormente, de sua relação semântica com outros conceitos nos vocabulários participantes. Para a constituição desta identidade vamos lançar mão da proposta de registro de conceito de Dahlberg, conforme definido no Quadro 1 acima. As informações coletadas e armazenadas neste registro são capazes de proporcionar recursos que permitiriam agentes de software realizarem comparações semânticas entre os vocabulários, ou seja, ao considerar estas informações registradas, o conceito não é mais identificado pelo conjunto de caracteres e palavras que o representa inicialmente, que compõe sua expressão verbal, mas sim pelo conjunto de informações que pode ser extraído dos SOC, de forma automática, ultrapassando a fronteira da interoperabilidade sintática entre as palavras e partindo para uma tentativa de interoperabilidade semântica. Os detalhes dos procedimentos propostos e sua aplicação em um sistema de recuperação inteligente da informação podem ser obtidos em Barbosa (2021).

DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o propósito de atingir nossos objetivos, as informações extraídas dos SOC para cada conceito são capazes de estabelecer uma identificação semântica que pode ser objeto de processos computacionais que permitam definir relacionamentos e apontamentos entre conceitos de diferentes SOCs, heterogêneos em suas estruturas e linguagens, mas possíveis de serem compatibilizados em um sistema de recuperação da informação inteligente.

Para que seja possível chegar a um sistema deste tipo é preciso romper a barreira do simples apontamento fornecido pelos URL, que servem em seu propósito de determinar a localização de um recurso, mas por serem totalmente opacas, ou seja, não representarem de forma transparente o seu significado, não são capazes de, por si só, participarem de uma recuperação semântica. A utilização de recursos computacionais

voltados para manipulação e avaliação de caracteres e tratamento de hierarquias e grafos é o caminho que permite a criação de medidas de apontamentos entre os conceitos de forma transparente e semântica, através do estabelecimento de suas medidas semânticas de compatibilidade. Estas medidas semânticas, segundo a definição de Harispe et al (2015, p.13) são "ferramentas matemáticas utilizadas para estimar a força da relação semântica entre unidades de linguagem, conceitos ou instâncias, através de uma descrição numérica obtida de acordo com a comparação de informações que sustentam seu significado".

Nesse sentido, os processos computacionais citados, agentes de software, ou simplesmente algoritmos, que podem fornecer estas medidas, podem ser divididos em (a) técnicas de elementos, baseadas em cadeias de caracteres, em linguagens ou em restrições, e (b) técnicas de estrutura, baseadas em taxonomias, em grafos, em instâncias ou em modelos. Todas estas, e os algoritmos de semântica distribucional e de *Word Embedding*, para manipulação de textos, podem ser aplicados para análise dos registros de conceito apurados e estabelecimento de suas medidas de similaridade entre todos os outros conceitos de nosso proposto espaço semântico de recuperação da informação. Uma relação compreensiva de todas estas técnicas que tornam palpável e viabilizam nossa pesquisa podem ser obtidas em Barbosa (2021) e Angermann e Ramzan (2017).

Este é um ponto central de nossa pesquisa que, ao utilizar as técnicas do registro do conceito de Dahlberg visando uma identidade conceitual como pressuposto por Lévy, permite que algoritmos computacionais atuem sobre os conceitos estabelecendo medidas numéricas de compatibilidade semântica entre eles.

Estas relações e apontamentos de conceitos entre diferentes SOC são a base de um possível sistema inteligente de recuperação da informação que permita a um usuário extrair informações de qualidade entre bases de dados heterogêneas.

Como pesquisas futuras, um dos caminhos de continuidade de nosso trabalho é o estudo dos processos de medida e similaridade semântica que forneçam bases seguras e critérios para o estabelecimento destas medidas de compatibilidade entre conceitos.

REFERÊNCIAS

ANGERMANN, Heiko; RAMZAN, Naeem. **Taxonomy Matching Using Background Knowledge**: Linked Data, Semantic Web and Heterogeneous Repositories. Springer International Publishing. 2017.

BARBOSA, Nilson Theobald. **Para uma economia da informação semântica**: a construção de ambientes semânticos para a recuperação inteligente da informação. 2021. 416 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

BARBOSA, Nilson Theobald; CAMPOS**,** Maria Luiza de Almeida. Diretrizes para a compatibilização de SOCs com vistas a uma recuperação inteligente da informação. **SCIRE: representación y organización del conocimiento**. ISSNe 2340-7042. Zaragoza. Espanha. v. 28, p. 67-81. 2022.

DAHLBERG, Ingetraut. Towards estabilishment of compatibility between indexing languages. **International Classification**. v. 8, n. 2, p. 88-91. 1981.

HARISPE, Sébastien; RANWEZ, Sylvie; JANAQI, Stéfan; MONTMAIN, Jacky. **Semantic Similarity from Natural Language and Ontology Analysis**. A Publication in the Morgan & Claypool Publishers series Synthesis Lectures On Human Language Technologies. 2015. DOI 10.2200/S00639ED1V01Y201504HLT027.

LÉVY, Pierre. **A Esfera Semântica**. Tomo 1: Computação, cognição, economia da informação. Editora Annablume. 2014.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NA GESTÃO DE DOCUMENTOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Edenilza Valéria da Silva Magalhães
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Bárbara Coelho Neves
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Dênis Leonardo Zaniro
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Vinícius Rafael Micali Soares
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Roniberto Morato do Maral
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Resumo: A competitividade tem exigido que as organizações repensem seus produtos, processos e serviços, promovendo a inovação. Pesquisas demonstram que a capacidade de inovar está diretamente relacionada com a qualidade da gestão eletrônica de documentos, devido ao papel estratégico da informação. O objetivo foi analisar a integração entre as áreas de Ciência de Dados e Inteligência Artificial, com a área de Gestão de Documentos. Como resultado, de 185 artigos analisados, 54 abordam essa integração, sendo que 90,74% deles envolvem a aplicação de métodos ou técnicas, com predominância de aprendizado de máquina e redes neurais, destacando a crescente relevância do tema.

Palavras-chave: Ciência de dados. Inteligência artificial. Gestão Eletrônica de Documentos. Revisão Sistemática da Literatura.

INTRODUÇÃO

Diante do papel estratégico da informação para as organizações, os documentos tornaram-se fundamentais para registrar, armazenar, transmitir e comprovar situações, ações, eventos e processos em seu cotidiano (Santos; Krawszuk, 2020). Nesse contexto, a gestão eficiente desses documentos se torna crucial para a eficácia operacional nas organizações.

A Gestão de Documentos (GD) é a área que cuida de todas as etapas necessárias para a recuperação de informações contidas em documentos (Vianna, 2019). Por sua vez, a evolução tecnológica na última década - em especial as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) - levou ao aumento na tramitação de documentos eletrônicos, fazendo emergir uma subárea denominada Gestão Eletrônica de Documentos (GED) (Moreno, 2008).

De acordo com Weiss (2019), a GED inclui uma diversidade de recursos tecnológicos para garantir que a informação seja acessada da forma mais eficiente possível nas organizações, contribuindo assim para melhorar sua capacidade de gerar conhecimento e responder às dinâmicas do mercado. Percebe-se, portanto, que a área de GED fortaleceu a necessidade de um olhar interdisciplinar considerando a Ciência da Informação (CI), que abriga, como uma de suas subáreas, a gestão de documentos, e a área das tecnologias computacionais como um todo.

Conforme apresentado por Marchionini (2016), a área de Ciência de Dados é um campo interdisciplinar, que emerge de quatro grandes áreas do conhecimento, e uma delas é a Ciência da Informação. Segundo Fonseca (2021), a CD viabiliza a identificação de padrões na extração de informação para a tomada de decisões estratégicas, assim, existem muitos pontos ainda a serem investigados na relação entre essa área e a GED.

A IA é considerada um ramo da área da computação cujo objetivo básico é investigar e desenvolver sistemas computacionais que realizam tarefas que ainda não têm solução algorítmica padrão ou que ainda sejam melhor executadas por pessoas (Sichman, 2021). A IA é uma área em constante evolução e tem oferecido uma ampla gama de ferramentas que poderiam contribuir em diferentes etapas da GED.

Diante do exposto, considera-se relevante analisar estudos da literatura científica que abordam a relação entre GED e as tecnologias provenientes das áreas de CD e IA, com o intuito de promover melhorias na recuperação de informações. Para esse propósito, tem sido conduzida uma revisão sistemática da literatura, considerando as diretrizes estabelecidas na área de saúde pelo Conselho Nacional de Pesquisa Médica e de Saúde da Austrália (NHMRC, 2000), e pela Kitchenham (2004) na área de engenharia de software e em demais áreas da computação. Revisões sistemáticas da literatura têm sido extensivamente aplicadas em outros campos, como, por exemplo, na área de Ciências Sociais (Petticrew; Roberts, 2005). Este estudo descreve a metodologia da revisão sistemática que está em desenvolvimento e os resultados preliminares que foram alcançados por meio dela.

Uma revisão sistemática da literatura consiste em uma estratégia rigorosa e replicável para identificar, avaliar e interpretar estudos disponíveis e relevantes relacionados a um tópico de pesquisa. Todos os passos e métodos são controlados por meio de um protocolo de revisão, permitindo, portanto, avaliar a completeza do conjunto de estudos e a confiabilidade de todo o processo (NHMRC, 2000). Uma revisão sistemática normalmente é organizada em três fases principais (Kitchenham, 2004): planejamento, condução e publicação de resultados.

Na fase de planejamento deve-se definir os objetivos de pesquisa e verificar se existe a necessidade de uma revisão sistemática. Após ser identificada a necessidade, um protocolo de revisão é elaborado e deve documentar, no mínimo, os seguintes itens: 1) questões de pesquisa; 2) idiomas dos estudos; 3) bases de dados; 4) *string* (expressão) de

busca; 5) critérios de inclusão e exclusão de estudos que serão aplicados; 6) modelos e critérios para avaliação da qualidade dos estudos selecionados; e 7) técnicas para extração e síntese dos dados.

Na fase de condução, a *string* de busca é aplicada nas bases de dados escolhidas, e os estudos retornados são analisados. Os critérios de inclusão e exclusão são então aplicados para determinar se um estudo deve ser adicionado ou removido da pesquisa. Para o conjunto final de estudos todos os dados necessários são extraídos para que as questões de pesquisa sejam respondidas e a qualidade desses estudos seja avaliada. Os dados dos estudos são sintetizados por meio de técnicas descritivas e quantitativas, e uma discussão dos resultados é fornecida. Finalmente, o processo de revisão e seus resultados são publicados em revistas e conferências da área.

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa é baseada no planejamento e condução de uma revisão sistemática da literatura. Assim, a pesquisa tem caráter exploratório-descritivo e, para a análise e síntese dos estudos, adota uma abordagem combinando aspectos qualitativos e quantitativos. O passo inicial foi a definição do objetivo de pesquisa - investigar como as áreas de CD e IA podem contribuir para a melhoria das estratégias de GED. Perante o objetivo, verificou-se, pela literatura, que não havia estudos relatando revisões sistemáticas com essa temática.

A partir do objetivo de pesquisa, foram derivadas três questões: P1) Quais técnicas de CD e IA têm sido utilizadas na GED?; P2) No contexto das técnicas identificadas, quais estratégias de manipulação de dados têm sido utilizadas?; e P3) Quais são os benefícios das técnicas identificadas para a recuperação de informações? Cada pergunta foi definida com base na abordagem PICO (*Population - Intervention - Comparison - Outcome*), conforme proposto em (Petticrew; Roberts, 2005) e reforçado em (Kitchenham, 2004).

Com base nas diretrizes propostas em (Dyba; Dingsoyr; Hanssen, 2007), foram escolhidas as bases de dados *Web of Science* e *Scopus*, foram consideradas as publicações em português, inglês e espanhol. A *string* foi composta de tal forma que os estudos retornados sejam aqueles que possuam o termo *"artificial intelligence"* ou o termo *"data science"* e, ao mesmo tempo, o termo *"electronic document management"* (ou derivados). A busca considera as seções de título, resumo e palavras-chaves dos estudos.

Utilizando a técnica de prototipagem permitiu experimentar diferentes termos e verificar a quantidade e relevância dos estudos retornados. Essa técnica permitiu refinar a *string* de busca, cuja versão final é apresentada no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1. Versão final da *string* de busca

("electronic document management system" OR "electronic record management system" OR "electronic recordkeeping system" OR "electronic document management" OR "electronic records management" OR "document management" OR "records management") AND ("data science" OR "artificial intelligence")

Fonte: autores

Outro elemento fundamental para o planejamento da revisão sistemática é definir os Critérios de Inclusão (CI) e os Critérios de Exclusão (CE). Esses critérios permitem selecionar estudos relevantes para responder às questões de pesquisa e descartar os estudos fora do escopo. A Tabela 1 a seguir apresenta todos os critérios adotados:

Tabela 1. Critérios de inclusão e exclusão

Tipo	**Critério**	**Descrição**
Inclusão	CI1	O estudo discute ou propõe técnica, estratégia, ferramenta ou qualquer abordagem de CD ou de IA, ligada à GED.
Inclusão	CI2	O estudo não propõe uma abordagem específica, mas discute possibilidades, tendências, benefícios e implicações na intersecção entre CD, IA e GED.
Exclusão	CE1	O estudo é uma versão anterior de um trabalho mais completo sobre a mesma pesquisa com os mesmos autores.
Exclusão	CE2	O estudo está escrito em um idioma diferente de português, inglês e espanhol.
Exclusão	CE3	O texto completo não possui acesso aberto ou não pode ser acessado por outro motivo.
Exclusão	CE4	O estudo é um livro, capítulo de livro ou resumo expandido.

Fonte: autores

Foram analisados, para a seleção dos estudos, o título, palavras-chaves, resumo, em alguns casos, as seções de introdução e conclusões. Considerando o conjunto final de estudos, os dados foram extraídos para responder às questões de pesquisa e a avaliar a qualidade dos mesmos. Para a avaliação da qualidade dos estudos, foi especificado um conjunto de critérios, e foi adotado o instrumento de avaliação utilizado por Dyba, Dingsoyr e Hanssen (2007). Esse instrumento é baseado em uma escala de três valores numéricos: 1 - o critério é completamente atendido; 0,5 - o critério é parcialmente atendido; e 0 - o critério não é atendido. A pontuação final é dada pela soma das pontuações de todos os critérios. A Tabela 2 a seguir apresenta os critérios de qualidade:

Tabela 2. Critérios de qualidade

Critério	Descrição
CQ1	Existe uma razão fundamental pela qual o estudo foi conduzido.
CQ2	As contribuições do estudo estão claras e de acordo com o objetivo apresentado.
CQ3	As limitações do estudo são discutidas.
CQ4	São apresentadas perspectivas de trabalhos futuros com base nas contribuições.

Fonte: autores

Para a síntese dos dados, serão utilizadas técnicas descritivas de análise de conteúdo e quantitativas com o apoio da bibliometria.

RESULTADOS

A condução da revisão sistemática está em andamento, e a primeira etapa de seleção já foi finalizada, assim, esta seção descreve os resultados iniciais obtidos. A partir da execução da *string* nas bases de dados, foram retornados 213 estudos, sendo 41 da base *Web of Science* e 172 da base Scopus. Os trabalhos duplicados foram identificados e removidos, e o total obtido foi de 185 artigos para análise e seleção.

Durante a análise, os artigos foram classificados quanto: situação (incluído ou excluído), critério de inclusão (CI1 ou CI2), área abordada pelo estudo (IA, CD ou ambas) e setor econômico alvo do estudo (por exemplo, Saúde, Ciência da Informação, Legislação etc.).

Do total de 185 estudos, foram selecionados 54 estudos (29,2%) que atenderam a algum critério de inclusão e não atenderam a nenhum critério de exclusão. O critério CI1 foi aplicado na seleção de 30 estudos (56%), contra 24 estudos (44%) selecionados com base no critério CI2. Esses quantitativos mostram um certo equilíbrio e servem para reforçar a consistência na definição dos critérios de inclusão.

Também foi constatado que a grande maioria dos estudos (90,74%) envolvem a aplicação de métodos ou técnicas de IA na GED, como, por exemplo, aprendizagem de máquina (*machine learning*), aprendizagem profunda (*deep learning*) e redes neurais. Esse cenário ilustra não somente uma tendência de integração cada vez maior entre as áreas de IA e GED, mas lacunas de pesquisa relacionadas à CD no contexto dessa integração. Apenas 35,19% dos estudos envolvem a aplicação de CD.

Ainda sob a ótica da integração entre a IA e a GED, em alguns estudos, não foi possível, nessa etapa de seleção, identificar especificamente as técnicas, métodos ou modelos da IA abordados. E verificou-se que não existe padronização no tratamento dado às abordagens de IA e CD. Por exemplo, a abordagem de aprendizagem de máquina é tratada em alguns trabalhos como uma técnica, mas em outros, como um método, ou ainda como

um processo. Diante disso, é possível concluir que há a necessidade de se adotar uma taxonomia consolidada para responder às questões de pesquisa P1 e P2, ao término da segunda etapa de seleção (não tratada neste artigo).

Aproximadamente 80% dos estudos selecionados foram publicados a partir do ano de 2020, e há 9 estudos do ano de 2024. Esses quantitativos obtidos e o trabalho de análise em andamento fornecem indícios claros de que o interesse por essa temática tem aumentado significativamente nos últimos anos e corroboram a relevância desta revisão sistemática.

Por fim, quanto aos setores econômicos alvos dos estudos, o setor da Saúde se destacou com 23 trabalhos (42,59%), os quais abordaram assuntos voltados para automação e previsão de diagnósticos, classificação de doenças e integração entre os diferentes sistemas de informação de pacientes. Os setores Empresarial, Público e Científico apresentaram 7 estudos cada (12,96%), com temas relacionados à gestão de documentos e arquivos, focando significativamente na aplicação de tecnologias de IA para melhorar a eficiência, precisão e segurança dos sistemas de gestão de documentos eletrônicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As novas demandas e tendências de mercado têm exigido das organizações uma capacidade cada vez maior de aprimorar seus produtos, serviços e os processos de trabalho subjacentes. Há pouca discussão sobre os diferentes caminhos utilizados para atingir essa exigência, considerando a forma como a informação é tratada e utilizada. O desenvolvimento de tecnologias computacionais, em especial, as relacionadas à Ciência de Dados e IA, tem criado a necessidade de uma compreensão maior em torno das possibilidades de resolução de problemas na gestão da informação e, em última instância, na GED.

Dessa forma, este trabalho propôs uma metodologia no contexto de uma revisão sistemática da literatura, para alcançar uma visão integrada e abrangente dos estudos dedicados a propor, discutir, e avaliar técnicas e estratégias das áreas de Ciência de Dados e IA, relacionadas com a GED. A metodologia contém todos os elementos do protocolo de uma revisão sistemática, seguindo diretrizes bem estabelecidas na literatura. Como resultado, espera-se compreender possibilidades, lacunas e benefícios envolvidos na integração entre as três áreas de estudo.

Conclui-se que os resultados iniciais desta revisão sistemática revelam a importância deste estudo, pois evidenciam uma tendência crescente na integração entre IA e GED, com a maioria dos estudos recentes focando em métodos de IA para melhorar a eficiência, precisão e segurança na gestão documental. Esses achados não apenas reforçam a relevância da temática, mas também fornecem uma base sólida para futuras investigações e aprimoramentos na área.

REFERÊNCIAS

DYBA, T.; DINGSOYR, T.; HANSSEN, G. K. Applying Systematic Reviews to Diverse Study Types: an experience report. **First International Symposium On Empirical Software Engineering And Measurement** (ESEM 2007), [*s. l.*], p. 225-234, set. 2007. IEEE. http://dx.doi.org/10.1109/esem.2007.59.

FONSECA, F. Whether or when: the question on the use of theories in data science**. Journal of the Association for Information Science and Technology,** [*s. l.*], v. 72, n. 12, p. 1593-1604, 11 jun. 2021. Wiley. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1002/asi.24537. Acesso em: 15 fev. 2024.

KITCHENHAM, B. **Procedures for performing systematic reviews**. Tech. Rep. TR/SE-0401 and NICTA Technical Report 0400011T.1, Keele University and National ICT Australia Ltd, 2004.

MARCHIONINI, G. Information Science Roles in the Emerging Field of Data Science**. Journal of Data and Information Science**, [*s. l.*], v. 1, n. 2, p. 1-6, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.20309/jdis.201609. Acesso em: 15 fev. 2024.

MORENO, N. A. **Gestão documental ou gestão de documentos:** trajetória histórica. Londrina: Eduel, 2008.

NHMRC. **How to review the evidence:** systematic identification and review of the scientific literature, 2000. Australian National Health and Medical Research Council. ISBN 186-4960329.

PETTICREW, M.; ROBERTS, H. **Systematic Reviews in the Social Sciences:** A Practical Guide, Blackwell Publishing, 2005.

SANTOS, H. M., KRAWSZUK, G. L. Gestão do conhecimento organizacional: tratamento arquivístico para reuso da informação administrativa. **Investigación Bibliotecológica**, México, v. 34, n. 83, p. 103-127, abr.-jun. 2020.

SICHMAN, J. S. Inteligência Artificial e sociedade: avanços e riscos. **Estudos Avançados** [*online*], [*s. l.*], v. 35, n. 101, p. 37-50, abr. 2021. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35101.004. Acesso em: 05 mar. 2024.

VIANNA, W. B., FREITAS, M. C. V. Gestão da informação e ciência da informação: elementos para um debate necessário. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 48, n. 2, p. 191-208, maio-ago. 2019. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4800. Acesso em: 05 mar. 2024.

WEISS, M. C. Sociedade sensoriada: a sociedade da transformação digital. **Estudos Avançados** [*online*], [*s. l.*], v. 33, n. 95, p. 203-214, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2019.3395.0013. Acesso em: 9 mar. 2024.

O METAVERSO REPRESENTADO NAS TESES E DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS

Vilma Gravatá da Conceição
Eneida Santana de Ávila Goulart
Quele Pinheiro Valença

Resumo: O estudo apresenta as abordagens e interações temáticas relacionadas ao Metaverso, mapeadas em teses e dissertações publicadas entre 2008 e 2023, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, do Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (BDTD - IBICT). A metodologia adotada inclui pesquisa bibliográfica e a técnica de Análise de Redes Sociais (ARS), com ênfase na representação de informações por meio de redes semânticas. O conjunto documental analisado é composto por 28 trabalhos, incluindo 7 teses e 21 dissertações sobre o Metaverso. Os resultados indicam que os termos associados ao Metaverso possuem uma maior conectividade em comparação com termos vizinhos, destacando sua relação com a produção de conhecimento sobre mundo virtual, ambiente virtual, ensino e aprendizagem. Isso demonstra o potencial do Metaverso para expandir um espaço multirreferencial e multidisciplinar levando em conta sua relevância no contexto da recuperação da temática da informação.

Palavras-chave: 1. Metaverso. 2. Redes Semântica. 3. Representação Temática da Informação.

INTRODUÇÃO

No âmbito da Ciência da Informação observou-se que as novas tecnologias de informação e comunicação ampliaram a práxis no processo de ensino e aprendizagem. Dentro deste viés, cabe mencionar a criação de um espaço virtual que possibilita uma nova forma de interação com a informação o Metaverso termo que segundo Schmitt e Tarouco (2008) surgiu a partir do livro de ficção científica Snow Crash de Neal Stephenson datado de 1992, o qual apresenta um mundo virtual onde os seres humanos podem interagir através de avatares em um lugar tridimensional o metauniverso. Bainbridge (2007) citado por Schmitt e Tarouco (2008) faz uso do termo mundo virtual para conceituar "[...] ambiente eletrônico que mimetiza visualmente espaços físicos complexos, no qual pessoas podem interagir entre si e com objetos, e onde estas pessoas são representadas por personagens animados" (Bainbridge, 2007 *apud* Schmitt; Tarouco 2008, p.5).

O Metaverso consiste em "uma tecnologia que se constitui no ciberespaço e se 'materializa' por meio da criação de Mundos Digitais Virtuais em 3D – MDV3D, no qual diferentes espaços para o viver e conviver são representados em 3D" (Schlemmera; Backesb, 2008, p. 522). Neste sentido, emerge a importância de identificar como o Metaverso está sendo representado nas pesquisas de Pós-graduação? No que tange a investigação da construção, organização e representação da informação sobre o Metaverso, em especial no que caracteriza estes Mundos Virtuais com aspectos multirreferenciais de aprendizagem. Por este motivo, pretende-se neste artigo, investigar as publicações intelectuais bibliográficas, que permeiam a temática do Metaverso tendo com base as construções temáticas investigativas dos diversos campos do conhecimento e a análise de redes sociais (ARS) através da construção de redes semânticas, tendo como universo de pesquisa às teses e dissertações depositadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do IBICT no período de 2008-2023.

Destacamos neste estudo o interesse, ou a falta dele, da sociedade da informação em relacionar os espaços de aprendizagem ao Metaverso, através dos estudos dos diversos campos científicos. Tendo em vista que os desdobramentos que integram os espaços de uma sociedade do conhecimento são objetos de estudos de diversas frentes investigativas no mundo científico.

REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA DA INFORMAÇÃO SOBRE O METAVERSO

A concepção sobre a representação do conhecimento, a partir de Dahlberg (1978), sob a perspectiva do conceito como conteúdo do assunto, alinha-se com a ideia de Deleuze e Guattari (2011), ao definirem a noção de palavra e explicarem a definição de agenciamento como "[...] precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões". (Deleuze; Guattari, 2011, p. 17). "A Representação do conhecimento (RdC) é uma área de estudo estreitamente ligada à OC, em especial, no que tange à rede semântica. Esta representa o conhecimento na forma de nós (conceitos, atributos...) ligados por arcos (relacionamentos)" (Gomes, 2009, p. 76).

De acordo com Lima (2020, p. 65) no que tange à Representação do Conhecimento essa "esbarra na dificuldade consensual de representá-lo devido aos modos de fazê-lo advindos de diferentes abordagens das áreas do conhecimento, tais como Ciência da Informação, [...], Inteligência Artificial, Administração, dentre outras". A autora ressalta que a representação do conhecimento "depara-se com modelos diferenciados para representação do conhecimento, que trazem os propósitos e as características de acordo com o ponto de vista e necessidades de cada área.", Lima (2020, p. 65).

Segundo Lima (2020) "a utilização de teorias e técnicas da área da Organização e Representação do Conhecimento e da Informação auxilia na modelagem de um domínio

e sua representação, [...], tornando a recuperação do conhecimento registrado mais eficiente e eficaz". Dessa forma, identificarmos quais as temáticas estão em discussão no campo científico acerca do Metaverso, utilizamos como metodologia a Análise de Rede Sociais (ARS), em especial os princípios metodológicos para construção e análise de redes semânticas baseadas em títulos.

METODOLOGIA

A pesquisa é classificada como exploratória "são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato " (Gil, 2008, p.27) e do tipo bibliográfica que "implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo" (Lima; Mioto, 2007, p. 38). Metodologicamente, adotou-se as técnicas de Análise de Redes Sociais que consistem em "uma abordagem que tem suas raízes na Sociometria e na Teoria dos Grafos, de viés matemático, para analisar relações sociais". (Recuero; Bastos; Zago, 2015 *apud* Recuero, 2017, p. 7). A pesquisa é de natureza quantitativa, por este motivo foi realizada em 8 etapas.

A primeira etapa foi a coleta de dados utilizando como fonte de informação a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, do Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (BDTD - IBICT), a escolha resulta da necessidade do repositório em unificar as publicações intelectuais bibliográficas dos programas de pós-graduação brasileiros. Utilizamos o recorte temporal de 2008 - 2023 sendo o recorte estabelecido a partir do primeiro documento depositado no repositório ao último documento depositado.

Vale ressaltar que a qualidade dos dados coletados na etapa 1 pode variar, o que exige uma revisão na etapa 3 - Tratamento dos Dados.

Em seguida foi dado início a etapa 2 - Definição do Vocabulário de Controle, nesta etapa foi realizada uma padronização terminológica, que inclui a substituição de siglas e abreviações pelos termos completos. Esta etapa segue as diretrizes gerais de Pereira *et al.* (2011) e inclui ajustes específicos desenvolvidos para esta pesquisa. Tratamento dos Dados corresponde a etapa 3 deste procedimento metodológico, nela os títulos coletados são organizados em uma base de dados estruturada em planilhas associadas. Para a construção das redes semânticas, os títulos serão dispostos em linhas individuais em um documento de texto (.txt). O tratamento computacional subsequente envolve a utilização dos programas do UNITEX (Paumier, 2008) e de ferramentas propostas por Caldeira *et al.* (2005) para a geração das redes semânticas.

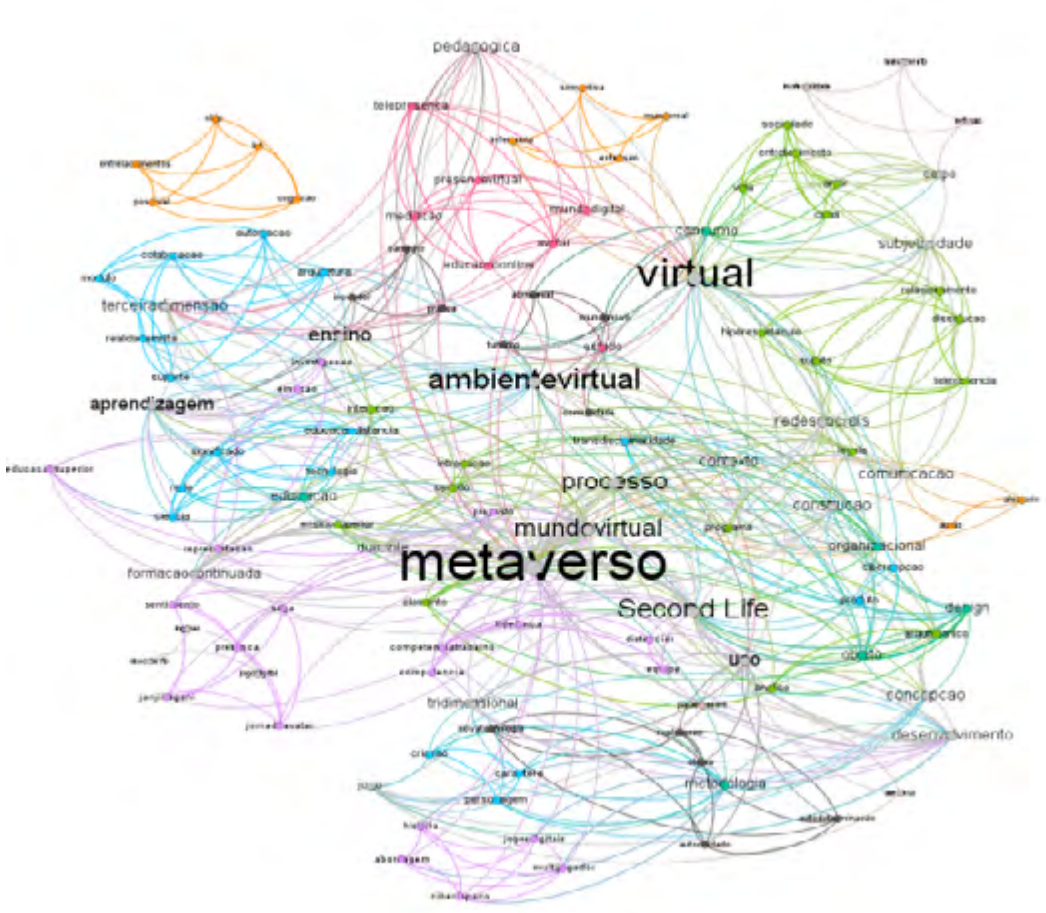
Logo após a etapa 3, iniciamos a Geração de Arquivos - etapa 4, neste momento foram gerados arquivos no formato (.net) utilizando o pacote de softwares de Caldeira *et al.* (2005). Já no processamento das etapas 5 - Construção das Redes e 6 - Cálculo dos Índices de Redes, foram gerados os arquivos, das redes semânticas e seus índices foram

calculados utilizando softwares como Gephi, Pajek e Ucinet. Os resultados serão apresentados no gráfico e figura da sessão 4 - Resultados deste artigo.

RESULTADOS

A partir do levantamento podemos identificar um total de 28 documentos entre 07 teses e 21 dissertações. Após identificação dos documentos, foi realizado o processamento técnico semântico, analítico e computacional dos títulos das publicações, que culminaram na criação da rede semântica figura 1:

Figura 1 - Rede Semântica dos títulos das publicações intelectuais bibliográficas sobre o Metaverso: BDTD - IBICT (2008 - 2023)

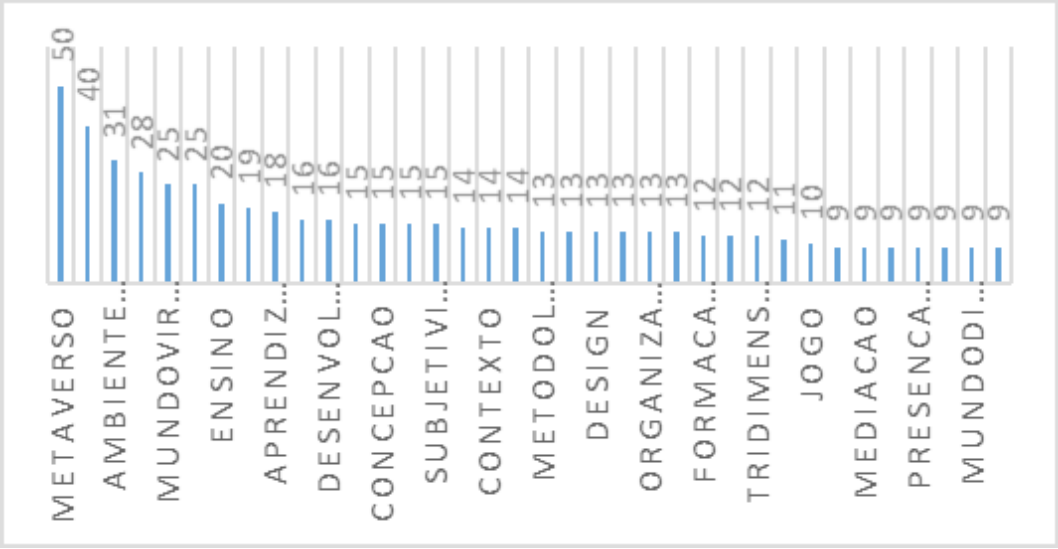


Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

A rede semântica dos títulos das teses e dissertações acessadas são capazes de evidenciar tendências de pesquisa e as relações destas temáticas com outros elementos da área do conhecimento em destaque, tendo em vista a importância de sua utilização enquanto elemento de representação da informação e do conhecimento. Como é corroborado no recente estudo de revisão sistemática publicado por Pereira *et al.* (2022). Para Maiomone, Silveira e Tálamo (2011, p. 28), "a representação temática (da informação é um processo que pode utilizar linguagem específica uma vez que possui características próprias e seu principal objetivo é proporcionar a comunicação entre os documentos e os usuários da informação". Corroborando com uma rede semântica que é uma forma de representação da informação e do conhecimento, Klusch (1994).

A rede semântica representada na figura 1 é composta por 115 termos (nós) conectados por 539 linhas de ligação (arestas), este cenário é compartilhado por três grupos individualizados que chamamos de Componentes (C), observamos que a rede é composta por um Componente Gigante (Cg) que conecta 93% dos termos presentes no estudo. Levando em consideração a grandeza do diâmetro da rede, optamos por destacar, neste estudo, os termos que compõem a vizinhança do termo central Metaverso. Sendo assim, para representar o conhecimento intrínseco aos estudos das teses e dissertações sobre o Metaverso, adotamos para análise as métricas estatísticas que apontam os parâmetros globais de distribuição de grau <k>, dos 36 termos mais conectados na rede. O processo de identificação de conectividade é atribuído ao grau de distribuição de cada termo, visto que, para cada conexão é atribuído um grau. As distribuições de grau podem ser observadas no gráfico 1:

Gráfico 1 - Distribuição de grau dos termos vizinhos ao termo Metaverso



Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

No gráfico 1 observamos que os termos Metaverso; Ambiente Virtual; Mundo Virtual, Ensino, Aprendizagem e Desenvolvimento possuem uma maior conectividade frente aos demais termos vizinhos, apontando para uma relação em aspectos de produção do conhecimento quando a temática central são as questões relacionadas ao Metaverso. É possível identificar através dos principais termos conectados, que os estudos sobre o Metaverso estão intrinsecamente relacionados às questões da aprendizagem 18 <k> e do ensino <20> ao relacionar os termos ao mundo virtual 25<k> e ambiente virtual 31<k>.

CONSIDERAÇÕES

A representação da informação nas pesquisas de pós-graduação, somadas a análise estrutural de suas relações, a partir de uma rede semântica, confirma quão importante têm sido os estudos em torno da temática metaverso, levando em conta sua grande relevância atrelada à representação do conhecimento. Ademais, cabe destacar que a representação temática associada à teoria da classificação, em especial, no que se refere ao mataverso, tende a corroborar para facilitar o processo de acesso à informação. Nesse sentido, o Metaverso como uma ferramenta de inovação tecnológica que vem garantido um espaço perante a sociedade, porém demanda a criação de ações efetivas que possam potencializar as ações, atividades e aplicações proporcionadas pelo mesmo, nos diferentes contexto, de forma que ele possa atingir resultados quanto a representação da interdisciplinaridade na construção da informação e do conhecimento.

REFERÊNCIAS

BUCKLAND, M.K. Information as thing. **Journalofthe American Societyof Information Science**, v.42, n.5, 1991.

CALDEIRA, S. M. G. **Caracterização da rede de signos linguísticos**: um modelo baseado no aparelho psíquico de Freud. 2005. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Modelagem Computacional) - Fundação Visconde de Cairu, Salvador, 2005.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, v. 7, n. 2, p. 101-07, 1978.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Trad: Ana Lúcia de Oliveira; Aurélio Guerra Neto; Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, v. 1. 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Hagar Espanha. Tendências da pesquisa em organização do conhecimento trends of research in knowledge organization. **Pesq. bras. Ci. Inf., Brasília**, v.2, n.1, p.60-88, jan./dez. 2009.

KLUSCH, M. **The use of a hybrid neural system for the classification of stars**. Vistas in Astronomy, v. 38, Part. 3, p. 299-307, 1994.

LIMA, Gercina Ângela de. Organização e representação do conhecimento e da informação na web: teorias e técnicas. Organização e representação do conhecimento e da informação na web: teorias e técnicas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 25, número especial, fev., p. 57-97. 2020.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.

MAIMONE, G. D.; SILVEIRA, N. C.; TÁLAMO, M. F. G. M. Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva. **Inf. & Soc**. João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 27-35, jan./abr. 2011.

PAUMIER, S. UNITEX 2.0. User Manual. Université Paris-Est Marne-la-Vallée, 2008.

PEREIRA, H. B. B.; FADIGAS, I.; SENNA, V.; MORET, M. Semantic networks based on titles of scientific papers. **Physica A**: Statistical Mechanics and its Applications, v. 390, n. 6, p. 1192–1197, 2011.

PEREIRA et al. Systematic review of the "semantic network" definitions. **Expert Systems With Applications**, p. 1-18. ELSEVIER. 2022.

RECUERO, Raquel. **Introdução à análise de redes sociais**. Salvador: EDUFBA, 2017.

SCHLEMMER, E.; BACKES, L. Metaversos: novos espaços para construção do conhecimento. In *Revista Diálogo Educacional*, São Paulo: PUCPR, 2008. p. 519-532.

SCHMITT, M. A. R. e TAROUCO, L. M. R. (2008). Metaversos e laboratórios virtuais: possibilidades e dificuldades. **RENOTE**, Porto Alegre, UFRGS. p.1-12.

SILVA, N. M. P. da; PEREIRA JUNIOR, H. N. Metaverso: uso e utilidades dentro de um ambiente de educação". In: SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICA. 5., 2013, Viçosa. **Anais [...].** Viçosa: SIMPAC, 2013. p. 609-614.

O PAPEL DA REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA CONSTRUÇÃO DA TERRITORIALIDADE DE MILTON SANTOS

Ana Patricia Neves Rojas
Bruna Bomfim Lessa dos Santos

Resumo: O conceito de territorialidade debatido por Milton Santos surge do enfrentamento sobre a responsabilidade da geografia em tratar o espaço a partir das demandas e da visão humana. A informação arquivística representada surge neste artigo como componente substancial para a construção e manutenção dos territórios. É objetivo deste artigo abordar a relação entre a representação da informação arquivística e a compreensão da territorialidade conceituada por Milton Santos. Para isso, adota-se a revisão narrativa da literatura como método para levantamento da fundamentação teórica. Conclui-se que essa relação é factual e evidencia o compromisso dos arquivos nos espaços geográficos.

Palavras-chave: Representação da Informação Arquivística;. Territorialidade; Milton Santos.

INTRODUÇÃO

Milton Santos desenvolveu o conceito de territorialidade dentro de sua vasta obra sobre geografia humana e urbana. Para Santos (2001), territorialidade é um conceito complexo que vai além da simples delimitação física de um território, abrange as dimensões sociais, econômicas, culturais e políticas do espaço geográfico, e reflete a complexidade das interações entre sociedade e território. É um processo contínuo e dinâmico, influenciado por diversos fatores e expressões de poder e identidade.

As práticas territoriais não apenas moldam o espaço, mas são moldadas por ele em um ciclo contínuo de interação, refletindo as identidades culturais e sociais dos grupos que ocupam o território. A territorialidade é, portanto, também um fenômeno cultural e simbólico. É um processo que envolve a construção e reconstrução do espaço geográfico através das interações humanas. Grupos e indivíduos utilizam estratégias diversas para dominar, controlar e influenciar o espaço, fato intrinsecamente ligado às relações de poder.

O valor da informação arquivística, elemento contido em conjunto de documentos produzidos e acumulados por pessoa, família ou entidade coletiva de forma orgânica no desenvolvimento de suas atividades, não se encerra em si. Segundo Bellotto (2006),

interpretando-o como um processo de transmissão cultural, esse valor se amplifica ainda mais se combinado a outros dados/informações provenientes de áreas não arquivísticas.

Com vistas a organizar e representar os arquivos, são funções basilares a classificação e a descrição. Estas funções contribuem para a gestão, proporcionam o acesso de forma otimizada à informação, preservam o suporte documental, promovem a transparência e a acessibilidade do conteúdo, entre outros. Organizar e representar a informação são atividades intelectuais, executadas por uma equipe especializada da instituição produtora/custodiadora com competência para dar visibilidade ou não ao conteúdo documentado (Orrico; Silva, 2018).

A representação da informação é uma prática fundamental nas interações sociais e nos processos de construção da sociedade, sendo essencial para registrar, organizar e utilizar o conhecimento de maneira eficaz, permitindo que as pessoas se apropriem da informação, integrando-a em seu próprio conhecimento e experiência.

Este artigo objetiva abordar a relação entre a representação da informação arquivística e a compreensão da territorialidade conceituada por Milton Santos. Entende-se, aqui, que a territorialidade será modelada a partir do uso contínuo que o indivíduo faz do espaço geográfico, e que a informação arquivística, para além do valor probatório e testemunhal, é um elemento participante na construção de repertórios e memórias individuais e coletivas.

REVISÃO DA LITERATURA

Milton Santos, geógrafo brasileiro, nascido em 1926 em Brotas de Macaúbas, na Bahia, e falecido em 2001, é identificado por suas significativas contribuições no campo da geografia, especialmente no estudo do espaço urbano e na análise das desigualdades sociais e espaciais. Reconhecido como um intelectual engajado, Santos dedicou sua carreira acadêmica a compreender e transformar as realidades urbanas, advogando por um espaço mais justo e humano para todos. Sua obra transcendeu os limites da geografia, impactando "[...] outras áreas do conhecimento humanístico e as artes." (Silva Neto, 2004, p. 14).

A acepção de território para Santos (2001, p. 96), "[...] não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem", implica nas relações humanas entre estes conjuntos e os indivíduos; Santos "[...] está falando em território usado, utilizado por uma dada população" (*ibid.*, p. 97). Este sentido surge da observação do geógrafo na investida para caracterizar o espaço urbano quanto à construção de cidades além da limitação física e territorial, a partir do ponto de vista do homem. Sobre isso, Silva Neto (2004) resume que

> O espaço é as pessoas e suas coisas. É a sociedade se distribuindo. É a paisagem que vemos junto com a sociedade que a anima, com suas histórias, culturas e modos de vida. É também a economia,

> no sentido amplo da palavra, e não restrita a sinônimo do universo das finanças, porém vinculada à produção material e à imaterial da sociedade em plena atividade da existência política. Também o espaço se expressa por meio dos fixos: de tudo que está imobilizado na natureza natural ou na transformada. E dos fluxos: de pessoas, de capital e de informações. Por isso, o espaço pode ser compreendido por intermédio dos objetos – tudo que pode ser visto – e pelas ações que possibilitam. Espaço também é sistema. De ações e de objetos. (Silva Neto, 2004, p. 16)

Sobre o desenvolvimento do trabalho de Milton Santos e a preocupação a respeito do compromisso social da disciplina, Silva Neto (2004, p. 12) exprime que "Embora ostentados no discurso urbanístico, são, na prática, frequentemente relegados a segundo plano" e complementa "[...] seu principal alvo não teria sido a geografia, mas, sim, compreender o espaço humano." (*ibid.*, p. 13).

Para Santos (2008), a cidade, sob a ótica da territorialidade, é simultaneamente a região e o lugar, e como fenômeno contínuo e dinâmico, tem como aporte a memória, que através leitura histórica permitirá a constante reconstrução do espaço urbano e possíveis enfrentamentos às desigualdades sociais. Se considerada como um "motor do conhecimento" (Santos, 2001, p. 132), impulsionado pelas dificuldades lembradas, a memória desperta um sentimento de urgência para as mudanças.

A respeito da manutenção do jogo social, ou seja, a relação entre um e o outro indivíduo e entre o indivíduo e a sociedade, Joël Candau (2011) estabelece a importância do lembrar e do esquecer. A habilidade de modelar e elaborar a memória permite ao indivíduo refletir e organizar seu passado, analisar o passado e o presente e reinterpretá-los com base na construção da memória. O tempo, para Candau, auxilia na reflexão sobre como a memória, reposicionada em diferentes momentos de uma trajetória, pode gerar diversos tipos de identidades.

A representação da informação arquivística pode ser também compreendida como contributo à memória individual e coletiva. Para Barros (2020) a prática da representação da informação sempre esteve presente nos arquivos, principalmente através das atividades de classificação e descrição, com o fito de contribuir para a gestão, a preservação e o acesso à informação. A necessidade deste processo fica mais evidente "[...] no contexto dos documentos digitais e eletrônicos (*sic*) à medida que é impossível acessá-los sem termos meios de codificá-los e guarda-los (*sic*), tornando os processos representativos ainda mais fundamentais para o cotidiano das organizações." (Barros, 2020, p. 267). Corujo e Freitas (2021) enfatizam o valor atribuído aos documentos arquivísticos e sua contribuição nas narrativas históricas em um dado período, resultando em "[...] produtos sociais e gatilhos da nossa memória individual ou coletiva." (Corujo; Freitas, 2021, p. 100).

Outro aspecto que deve ser considerado para a representação da informação em arquivos é a representação do contexto institucional (orgânico), social e cultural, como evidencia Barros (2020). O autor destaca o surgimento do conceito de *societal provenance*, em que "[...] os documentos têm uma proveniência social, não apenas documentos interculturais, mas todas as camadas da proveniência da informação têm fontes sociais." (Barros, 2020, p. 272). A respeito do contexto institucional, Thiago Barros (2020) frisa o princípio da proveniência, que respeita o relacionamento entre o documento e seu produtor ou acumulador ou custodiador.

Com a representação da informação arquivística e consequente difusão, há maiores possibilidades de alcance ao público externo, despertando o interesse de novos usuários, o que, para Orrico e Silva (2018), seria a função social do arquivo, passível do pleno exercício da cidadania, devido a uma "[...] crescente demanda social pela transparência do Estado, o direito à informação e o direito à memória." (Orrico; Silva, 2018, p. 257).

METODOLOGIA

Compreende-se a complexidade do pensamento de Milton Santos e, por esta razão, a abordagem do tema não pretende esgotar todas as fontes de informação. Portanto, para o alcance do objetivo proposto, utiliza-se da revisão narrativa da literatura que, conforme Rother (2007, p. V), constitui "basicamente, de análise da literatura publicada em livros, artigos de revista impressas e/ou eletrônicas na interpretação e análise crítica pessoal do autor". Dessa forma, embora a revisão narrativa seja útil para obter uma atualização rápida sobre um tema, ela apresenta limitações significativas em termos de replicabilidade.

Cabe reconhecer que a natureza flexível e interpretativa da revisão narrativa permite ao autor explorar diversas vertentes do pensamento de Milton Santos, especialmente no que tange à territorialidade e sua relação com a representação da informação arquivística. No entanto, essa abordagem também implica um certo grau de subjetividade na seleção e análise das fontes, o que pode resultar em uma visão mais particularizada do tema. Embora essa característica não comprometa a relevância do estudo, ela ressalta a necessidade de uma leitura crítica por parte do leitor, que deve considerar a possibilidade de vieses inerentes à interpretação do autor. Assim, a revisão narrativa serve como uma ferramenta para delinear as principais discussões e teorias, ao mesmo tempo em que reconhece as limitações metodológicas que acompanham essa forma de síntese acadêmica.

A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NO AUXÍLIO À MANUTENÇÃO DA TERRITORIALIDADE

Efetuada a revisão da literatura em fontes de informações bibliográficas e eletrônicas, como orienta Rother (2007), pode-se empreender ao objetivo proposto neste artigo e tangenciar o debate sobre a relação entre a representação da informação arquivística e o conceito da territorialidade de Milton Santos.

Entende-se que é um pressuposto teórico para início do debate e que, para a efetiva representação da informação em arquivos, o documento é a fonte primária da informação, o dado bruto. Barros (2020) define que

> Documentos são produtos das ações desenvolvidas em uma instituição, ou por uma pessoa, são criados para auxiliar as atividades e prestar testemunho de uma época, um período ou uma gestão. Os documentos são únicos e seus conteúdos adquirem sentido pleno se tiver uma relação com o restante dos documentos que foram criados. (Barros, 2020, p. 280)

Barros (2020) salienta a relevância do princípio da proveniência como lastro para a contextualização da representação. Entretanto, a representação da informação arquivística estará consolidada nos instrumentos resultantes nas funções de classificação e descrição, ou seja, o que é oferecido ao usuário, inicialmente, é "uma representação elaborada pela equipe profissional", conforme Orrico e Silva (2019, p. 258).

Busca-se, com isto, destacar as características vistas como auxiliares na **construção** e **manutenção** da territorialidade exposta pelo pensador Milton Santos. Cabe aqui justificar o uso dos substantivos em destaque, visto a abordagem sobre a territorialidade como espaço contínuo e dinâmico, reforçado por Santos (2008, p. 13): "Atualizar-se é sinônimo de adotar os componentes que fazem de uma determinada fração do território o *locus* de atividades de produção e de troca de alto nível e por isso consideradas mundiais". Faz-se necessária a manutenção do espaço construído devido a dinâmica imposta pela territorialidade.

Imbrica-se, por conseguinte, no valor da informação arquivística colocado por Bellotto (2006) que, associado a outras fontes, sobreleva o caráter na transmissão cultural basilar nas relações humanas entre conjuntos e indivíduos e evidente no conceito miltoniano. Assume-se a pertinência do contexto institucional, social e cultural transportado para o produto da representação da informação como componente na edificação da memória individual e coletiva ativa no espaço geográfico.

Enquanto contínuo, o pensamento miltoniano não se submete à interpretação estática, assumindo o reto propósito para combater as desigualdades sociais, à semelhança da desejosa função social do arquivo.

CONCLUSÃO

A representação da informação arquivística desempenha um papel substancial no auxílio à manutenção da territorialidade. Para Santos, territorialidade é um processo dinâmico que reflete as relações de poder, identidade e cultura dentro de um espaço geográfico. A informação arquivística, ao documentar e preservar dados históricos, sociais e econômicos, fornece uma base sólida para entender e gerenciar essas relações ao longo do tempo.

Os arquivos registram a evolução das práticas territoriais e das políticas públicas que moldam o espaço. Por exemplo, documentos históricos sobre demarcação de terras indígenas, ocupações urbanas e desenvolvimento de infraestruturas fornecem *insights* sobre como diferentes grupos sociais interagem com o território. Esses registros são relevantes para analisar a continuidade e transformação das territorialidades, permitindo que planejadores e gestores públicos tomem decisões informadas para preservar e fortalecer as identidades territoriais, ou seja, compreendendo o espaço humano.

Além disso, a representação precisa e acessível da informação arquivística facilita a participação cidadã na gestão territorial, como lembrado por Orrico e Silva (2019, p. 257) "[...] criando uma sociedade gradativamente mais instruída, mais plural e mais democrática". Comunidades podem acessar registros que documentam suas reivindicações e lutas históricas, fortalecendo seu poder de negociação e resistência contra intervenções externas que ameaçam sua territorialidade. Assim, a informação arquivística não só preserva a memória coletiva, como também habilita os atores sociais na defesa e manutenção de seus territórios.

Em suma, a representação da informação arquivística é essencial para sustentar a territorialidade, pois oferece um alicerce documental que apoia tanto a análise crítica quanto a ação prática na gestão do espaço. Ao capturar a complexidade das relações humanas com o território, esses registros ajudam a garantir que a territorialidade seja respeitada e preservada conforme a visão dinâmica, interativa e humana proposta por Milton Santos, reforçando a responsabilidade dos arquivos nas construções e manutenção dos territórios e seus indivíduos.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

BARROS, T. H. B. A representação documental no contexto da arquivologia: perspectivas recentes. *In*: **Informação & Informação**, v. 25, n. 3, 2020.

BELLOTTO, H. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CANDAU, J. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CORUJO, L. M. N.; FREITAS, M. C. V. Organização, Gestão e Representação da Informação e do Conhecimento na Arquivística: interações e interlocuções (2016-2021). *In*: **PontodeAcesso**, 15(3), 2021. Disponível em https://doi.org/10.9771/rpa.v15i3.47480 cesso em 21 jun. 2024.

ORRICO, E. G. D.; SILVA, E. P. Divulgação científica nos arquivos do Brasil: representação arquivística na construção da memória e identidade. *In*: **Em Questão**, vol. 25, núm. 2, p. 256-277. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

ROTHER, E. T. (2007). Revisão sistemática X revisão narrativa. *In*: **Acta Paulista de Enfermagem**, 20(2), p. V-VI. Disponível em https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?format=pdf&lang=pt Acesso em 21 jun. 2024.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA NETO, M. L. Cidades Inteiras de Homens Inteiros: o espaço urbano na obra de Milton Santos. *In*: **Acervo**. V. 17, n° 1. Rio de Janeiro: 2004. Disponível em https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/169/169 Acesso em 21 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA AUDIODESCRIÇÃO: AMPLIAÇÃO DO ACESSO A INFORMAÇÃO AUDIODESCRITIVA

Tamires Neves Conceição[1]

Resumo: A Audiodescrição é uma tecnologia assistiva que propicia a inclusão social e acessibilidade de pessoas com deficiência visual, intelectual, disléxicos e idosos a ambientes sociais, culturais, políticos, profissionais e de lazer. Objetiva-se compreender como a Ciência da Informação pode auxiliar na organização e representação da Audiodescrição, promovendo a ampliação do acesso à informação audiodescritiva. Os caminhos metodológicos utilizados são baseados numa pesquisa qualitativa e descritiva, com o uso da técnica bibliográfica e do procedimento qualitativo. Conclui-se, a partir da análise realizada na área da Ciência da Informação que há possibilidade de diálogo com o campo da Audiodescrição.

Palavras-chave: Audiodescrição. Informação Audiodescritiva. Ciência da Informação.

INTRODUÇÃO

A sociedade atual é constituída por representações imagéticas que propiciam experiências visuais distintas para o usuário que passa a consumir a informação por diversos formatos, como pela escrita, som e imagem. Esses signos visuais e verbais constituem o contexto audiovisual que caracteriza as atuais representações sociais, no entanto o acesso a estes produtos e/ou serviços audiovisuais, muitas vezes, solicitam do usuário da informação percepções específicas, como por exemplo, as pessoas com deficiência sensorial (visual e auditiva) e (ou) intelectual, indivíduos que necessitam de recursos de tecnologia assistiva (aqueles que promovem autonomia e independência a esse público) para compreender e acessar os recursos audiovisuais disponíveis.

Entende-se, a partir dessa realidade social, a relevância do recurso da Audiodescrição (AD), caracterizado enquanto uma tecnologia assistiva que promove a inclusão social e a acessibilidade de pessoas com deficiência visual, intelectual, disléxicos e idosos a ambientes sociais, culturais, políticos, profissionais e de lazer, dentre outros contextos,

1 Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), Instituto de Ciência da Informação (ICI), Universidade Federal da Bahia (UFBA). <tamires.nevesconceicao@gmail.com>.

garantindo a esse público, independência e autonomia enquanto cidadãos. Assim, com base na tese da Autora deste estudo, propõe-se aqui enquanto objetivo geral compreender como a Ciência da Informação (CI) pode auxiliar na organização e representação da AD, promovendo a ampliação do acesso à informação audiodescritiva.

Essa compreensão se dará pelo desenvolvimento dos seguintes objetivos específicos, baseados na tese da Autora: apresentar as possibilidades da organização e da representação da AD, por meio do conceito de informação audiodescritiva; e identificar como os profissionais da CI, com as teorias, técnicas e práticas da área, podem desenvolver e consolidar o conceito de informação audiodescritiva, auxiliando na preservação digital da memória da AD. A problemática que norteia esse trabalho baseia-se na análise da organização e representação da AD pelas teorias e técnicas da CI, em prol do desenvolvimento do acesso da informação audiodescritiva. Busca-se fazer essa análise com base em um caminho metodológico direcionado por uma pesquisa qualitativa e descritiva, com o uso da técnica bibliográfica e do procedimento qualitativo.

Conclui-se, a partir da análise realizada na área da CI que há possibilidade de diálogo com o campo da AD, caso ambos profissionais dos respectivos espaços do conhecimento se proponham a compreender a relevância das suas teorias e técnicas e a possibilidade de interlocução que essas trocas podem favorecer a área da CI, ampliando a análise de mais uma nuance da informação – a informação audiodescritiva – e na AD a percepção da necessidade da organização, representação, recuperação e disseminação da sua informação para que possa alcançar cada vez mais o público com deficiência visual, ampliando as políticas públicas em prol da inclusão social e acessibilidade desses indivíduos.

PAPEL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA AUDIODESCRIÇÃO

O acesso aos produtos audiovisuais transformaram a representação social do fluxo informacional, que atualmente é desenvolvido por imagens e sons; e essa versão requer do sujeito uma percepção mais apurada para entender que o processo informacional é sempre dinâmico, cíclico e passível de constante transformação. Assim, o indivíduo, para adquirir uma consciência informacional nessa sociedade imagética, precisa compreender as diversas linguagens utilizadas no processo que vai desde a organização até a disseminação da informação e para tal as pessoas que possuem alguma deficiência precisam de um auxílio tecnológico, como é o caso do recurso da AD para mantê-las atuantes enquanto cidadãos.

Percebeu-se que para pensar na organização e na representação da AD seria preciso conceituar informação audiodescritiva a partir de concepções sobre informação, CI, AD e memória, analisadas na tese da Autora, na qual definiu-se que

> [...] o conceito de informação audiodescritiva é um tipo de representação muito específica para a organização, tratamento e recuperação de conteúdos informacionais audiodescritos, cujos metadados de representação sempre incluem uma AD, ou seja, uma tradução audiovisual de signos visuais em signos verbais que preenche a lacuna entre o som e a imagem para as pessoas com deficiência visual, intelectual, disléxicos e idosos. Tais conteúdos são, portanto, constituintes da informação audiodescritiva (CONCEIÇÃO, 2021, p.57).

Ao refletir sobre o processo organizacional da informação entende-se que a representação pode ser primária, quando se está indexando a informação, ou secundária, quando o documento começa a fazer parte de um acervo (ALVARENGA, 2003), demonstrando assim, que esse processo reúne um conjunto de documentos e de conteúdos que permite a recuperação e a disseminação da informação pelo indivíduo, possibilitando que ele mantenha suas relações cognitivas e estabeleça sua consciência sobre os fatos que o cercam. Atualmente essa recuperação e consequentemente a representação da informação é direcionada por meio das tecnologias de informação e comunicação (TIC), nas quais a tecnologia assistiva se encaixa e consequentemente a AD e o seu papel social.

As TIC proporcionaram um novo cenário para a sociedade e consequentemente influenciaram nos processos de representação, disseminação e recuperação da informação, logo, o ambiente digital passou apresentar diversos desafios na organização da informação e na orientação do fluxo informacional para os profissionais da CI que tiveram que se adequar a esse contexto digital e virtual e então estabelecer técnicas de representação e recuperação, que sejam mais efetivas para o usuário, visando minimizar as perdas que o ambiente tecnológico apresenta. Assim, os profissionais da CI para iniciar esse diálogo precisam compreender o conceito e o contexto em que a temática da representação se insere, para então identificar a informação audiodescritiva como representação da AD, sendo o caminho possível para ampliar as políticas de inclusão social e acessibilidade dos leitores com deficiência visual.

A CI quando trabalha com o conceito de representação entende que o mesmo se insere no escopo temático da organização, tratamento e recuperação da informação (CAMPOS, CAMPOS e MEDEIROS, 2011). O contexto epistemológico da CI, que se refere ao fluxo informacional, envolvendo a organização, a representação, disseminação e recuperação da informação, é caracterizado por diversas teorias, como a "Teoria do Conceito", de Dahlberg, embasa os conceitos identificando-os como elementos dos sistemas de classificação, sendo que "A formação dos conceitos é a síntese dos predicados necessários verdadeiros a respeito de determinado objeto [...]" (DAHLBERG, 1978, p.12). A autora também aborda as facetas que constroem os conceitos baseados nas propriedades, nos processos, nos fenômenos, nos modos de ser e nas relações e dimensões, ou

seja, cada propriedade destas formas do sistema de conceitos é que montam as classificações facetadas.

Destaca-se que em 1967, Ranganathan apresenta uma importante contribuição com a teoria da "Classificação de Dois Pontos", com o objetivo de auxiliar na organização da informação, considerando os níveis do plano da ideia e dos conceitos, o plano verbal e o notacional, a abordagem analítico-sintética, para identificação de assuntos, e o uso das facetas para representar assuntos e ordenar conceitos por meio de sistemas de classificação (DAHLBERG, 1979). Ressalta-se também a importância do papel das ontologias nesse âmbito do fluxo informacional que propiciam o estabelecimento de relações semânticas entre os conceitos, em que se estuda o ser e os sentidos gerais de uma área, buscando-se um alto nível de estruturação. Nesse contexto as taxonomias, por sua vez, propiciam as relações entre as classes de forma sistemática e hierárquica, assim entende-se que todas essas teorias, práticas e técnicas da CI e de suas subáreas – destacando-se, neste trabalho o papel da Biblioteconomia – auxiliam a organizar o fluxo informacional, estabelecendo representações e formas de recuperação da informação (JACOB, 2004).

As relevantes contribuições de Dewey, em 1876, com a CDD, e Otlet e La Fontaine, em 1907, com a CDU, também ampliam as possibilidades do universo das representações, pois ambas teorias promovem os sistemas pré-coordenados, formados por linguagens documentárias que embasam o processo de representação da informação e sua respectiva recuperação, estabelecendo uma linguagem padrão e compreendida mundialmente. Lancaster, em 1991, também colabora com a temática desenvolvendo aspectos de grande valia para o âmbito da representação da informação – os processos da indexação – abordando as políticas, teorias, práticas e técnicas do fluxo informacional.

Ao pensar no fluxo informacional e seus padrões entende-se que "No domínio da organização da informação estão os meios para recuperar a informação com vistas ao melhor desempenho e fidedignidade. É um processo de arranjo de acervos tradicionais ou eletrônicos realizado por meio da descrição de assunto de seus objetos informacionais" (LIMA e ALVARES, 2012, p.34-35). Para se obter um maior desenvolvimento no processo informacional no campo da AD compreende-se a necessidade da organização dos acervos digitais e dos metadados gerados pelos conteúdos audiodescritos, para que possam ser representados adequadamente pela sua informação audiodescritiva, ampliando o uso do recurso da AD brasileira. Assim, quando a informação audiodescritiva for organizada e representada em conformidade com um ambiente digital adequado, será possível manter qualidade e ampliar a possibilidade de recuperação dos conteúdos produzidos pelo campo da AD.

Entende-se que os aportes teóricos da Organização do Conhecimento, desenvolvidos nas bases epistemológicas da CI podem auxiliar no diálogo com a AD, por meio do desenvolvimento conceito de informação audiodescritiva, orientando a forma mais

coerente da representação dessa informação em ambientes digitais arquivísticos confiáveis, como os repositórios digitais, baseados nas normas nacionais e internacionais de arquivo que auxiliarão na ampliação das possibilidades de acesso, preservação digital e salvaguarda desses conteúdos. Assim, a CI poderá auxiliar a AD nesse processo da democratização da informação, proporcionando que a memória do campo seja exteriorizada e passível de acesso por longo prazo. Com base nessas percepções, a seguir consta os caminhos metodológicos que nortearam este trabalho.

METODOLOGIA

Os caminhos metodológicos utilizados foram baseados numa pesquisa qualitativa e descritiva, com o uso da técnica bibliográfica e do procedimento qualitativo. Compreende-se, segundo Demo (2000), que o método qualitativo permite ao pesquisador entender a subjetividade dos dados coletados e a complexidade da realidade, no qual o objeto de estudo se encontra, a partir das percepções e dos discursos dos sujeitos, envolvidos na pesquisa. Ao pensar em uma visão mais ampla da proposta também adotou-se a pesquisa do tipo descritiva; realizou-se um estudo bibliográfico, por meio da busca de informações por fontes secundárias (fontes originais não formuladas pela Autora) como: livros, teses, artigos científicos etc., para conseguir coletar conteúdos que pudessem orientar e embasar a realização deste trabalho.

A pesquisa dividiu-se da seguinte forma: no primeiro momento realizou-se o levantamento de dados bibliográficos, visando ampliar uma compreensão dos conceitos que constituem a temática em questão. A partir dos dados coletados analisou-se as informações, por meio do método de procedimento qualitativo, embasado na análise de documentos sobre o campo da AD e da CI com foco no desenvolvimento da informação audiodescritiva. Abordou-se as teorias e práticas da CI desenvolvidas na organização, representação e recuperação da informação para efetivar o diálogo com a AD, em prol da inclusão social e acessibilidade desse recurso, por meio da disseminação da informação audiodescritiva. Assim, a seguir será descrito a apresentação e a análise dos resultados obtidos, a partir do caminho metodológico escolhido.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Entendeu-se que os aspectos cognitivos que envolvem a representação da organização da informação também estão associados à organização do conhecimento e são necessários na transmissão do fluxo informacional. Na CI "[...] a representação está relacionada com as formas de simbolizar a informação e o conhecimento" (LIMA e ALVARES, 2012, p.22), ou seja, para os autores a organização está aliada ao processo e às formas de fazer a análise, a classificação, a ordenação e a recuperação; representar, por sua vez, se refere ao objeto,

à materialização e ao registro da simbologia que substitui o objeto ou a ideia (LIMA e ALVARES, 2012, p. 23). Logo, a área da CI propicia ao fluxo informacional um direcionamento, por meio das suas técnicas e teorias, advindas das subáreas Biblioteconomia e Arquivologia (também consta nesse contexto a Museologia, mesmo que não seja oficialmente considerada uma subárea da CI) para subsidiar acesso informacional ao sujeito. Por isso, o diálogo pode ser profícuo e realmente desenvolver a organização e representação da AD e ampliar a disseminação da informação audiodescritiva nas cenas socias, sendo uma troca produtiva para ambas (CI e AD), permitindo e contribuindo no acesso à informação do usuário com deficiência visual no campo da AD.

A CI está vivenciando na atual sociedade um desafio epistemológico, cognitivo e tecnológico, pois precisa entender as novas formas de organização, representação, recuperação e preservação no âmbito digital que está em constante mudança. O ser humano tem de ter suas demandas informacionais atendidas, independentemente deste possuir ou não alguma deficiência física, sensorial ou intelectual, e o papel da CI como uma ciência social aplicada é desenvolver estratégias que propiciem esse acesso e a preservação digital e a salvaguarda da memória, neste caso em específico da memória do campo AD, por meio da ênfase do conceito da informação audiodescritiva (CONCEIÇÃO, 2021). Diante a esse contexto, a seguir será retratado as considerações finais da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se um desafio quando buscou-se entender a fronteira dialógica entre a CI e a AD, pois para tentar refletir sobre as questões mencionadas neste trabalho foi preciso compreender os aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais que influenciam o fluxo informacional na era digital, buscando problematizar a organização, o acesso e a recuperação da informação nas bibliotecas, arquivos e museus. A CI, desde a sua origem, surge com a predisposição de compreender os processos que envolvem a informação e propor soluções que vão além da técnica, trazendo problematizações sociais para compreender seu complexo objeto de estudo e suas nuances históricas da informação.

Assim, observa-se então, a relevância da construção do diálogo entre os profissionais da CI e da AD, embasado pelo conceito da informação audiodescritiva, com o objetivo de promover a necessária transformação, pela informação, dirigida às pessoas com deficiência visual. O conceito da informação audiodescritiva promove uma análise sobre uma discussão ainda muito superficial, e em alguns casos inexistente, sobre a preservação digital dos conteúdos informacionais audiodescritos, que propiciam o desenvolvimento da preservação digital por longo prazo da memória da AD brasileira. Compreende-se que o conceito de informação audiodescritiva, desenvolvido nas bases epistemológicas da CI pode auxiliar no diálogo com a AD e seus respectivos profissionais que atuam em outros campos do saber e como esse olhar sobre a representação de

conteúdos informacionais audiodescritos e a preservação digital dos mesmos será possível trilhar um novo caminho na história da AD no Brasil.

REFERÊNCIAS

Conceição, Tamires Neves. **Informação audiodescritiva e a preservação digital**: uma análise do diálogo entre a Ciência da Informação e a audiodescrição. 2021. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34159. Acesso em: 22 jun. 2024.

ALVARENGA, Lídia. Representação do Conhecimento na Perspectiva da Ciência da Informação em Tempo e Espaço Digitais. **Enc. Bibli: R. Eletr. Biblioteconomia e Ci. Inf.,** Florianópolis, v. 8, n. 15, 1º sem., p. 18-40, 2003.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; CAMPOS, Linair Maria; MEDEIROS, Jackson da Silva. A representação de domínios de conhecimentos e uma teoria da representação: a ontologia da fundação. **Rev. Inf. e Inf.**, Londrina, v. 16, n. 3, p. 140-164, jan./jun. 2011. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/10389. Acesso em: 15 jun. 2024.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria da Classificação ontem e hoje. In: Conferência Brasileira de Classificação Bibliográfica, Rio de Janeiro, 12-17 de setembro de 1972. **Anais**. Brasília, DF, IBICT/ABDF, 1979. v. 1, p. 352-370. Disponível em: http://www.conexaorio.com/biti/dahlbergteoria/dahlberg_teoria.htm. Acesso em: 17 jun. 2024.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

JACOB, Elin K. Classificação e Categorização: Uma diferença que faz a diferença. Escola de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Indiana University-Bloomington, 1320 E. 10th St., Bloomington, IN 47405-1801 **LIBRARY TRENDS**, The Board of Trustees, University of Illinois, vol. 52, N. 3, Winter 2004, p. 515-540, 2004.

LIMA, José Leonardo Oliveira; ALAVARES, Lilian. In: ALVARES, Lilian...et. al. (Org.). **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4 Editores, 2012, p. 21-47.

ORGANIZAÇÃO REDENTORA DO CONHECIMENTO (ORC): ARTHUR BISPO DO ROSÁRIO E A CLASSIFICAÇÃO PARA O FIM DO MUNDO

Vinícios Souza de Menezes
Universidade Federal de Sergipe | Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
Pollyana dos Santos Biano
Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFS)

Resumo: O texto aborda a classificação de Arthur Bispo do Rosário. De perspectiva mística e associada à dimensão redentora dos saberes, a classificação do artista sergipano é apresentada em seus elementos e intenções a partir da epifania que o acometeu na véspera do Natal de 1930 e o legou a classificação de "alienado e anormal acometido pela loucura". Diante do propósito de restituir ao reino dos céus os saberes decaídos da humanidade e das relações de sociabilidade com o mundo estarem imantadas pelos valores salvíficos da "redenção", denominamos Organização Redentora do Conhecimento (ORC) a configuração pragmático-teológica de Arthur Bispo do Rosário.

Palavras-chave: Organização do Conhecimento. Classificação. Organização Redentora do Conhecimento. Arthur Bispo do Rosário.

A MEMÓRIA DO MUNDO: ARTHUR BISPO DO ROSÁRIO E O DIA DEPOIS DE AMANHÃ

> O que você não sabe é o verdadeiro objetivo do nosso trabalho. É para o fim do mundo, Müller. Trabalhamos em vista de um fim próximo da vida na Terra. É para que tudo não tenha sido inútil, para transmitir tudo o que sabemos a outros que não sabemos quem são nem o que sabem.
>
> Italo Calvino, A memória do mundo (2010, p. 119).

A história de longo prazo da humanidade ocidental tem caracterizado a materialização dos registros humanos como uma tentativa memorialística de imortalizar-se perante a finitude da condição humana. O fim enquanto horizonte irrevogável da humanidade

tem enquadrado a percepção humana do Ocidente e a conduzido existencialmente pelos processos de organização e sistematização do conhecimento para a eternização das evidências. "A memória do mundo" tem sido abordada a partir de diferentes perspectivas através dos séculos, talvez, como nos diz a epígrafe que abre essa seção, "para que tudo não tenha sido inútil". Esse texto parte desta paisagem teleológica do conhecimento para apresentar, de modo introdutório, a classificação mística de Arthur Bispo do Rosário como uma tentativa memorialística menor para a redenção do conhecimento.

O "dia depois de amanhã" é o horizonte finalístico almejado por Arthur Bispo do Rosário. Na tradição cristã, seguida por Bispo, este "dia" é caracterizado como o pós-apocalíptico. Após o dia de juízo final, o amanhã, virá o dia da apresentação ao Reino dos Céus, o dia depois de amanhã. O dia da redenção. Algumas tradições revolucionárias profanizaram essa caracterização da redenção divina, transformando-a em uma redenção imanente que virá após a derrocada dos regimes autoritários que sufocaram por longos séculos o povo do paraíso terrestre. Portanto, o "dia depois de amanhã" é o utópico tempo libertário das transformações humanas, sejam elas de caráter transcendental ou imanente.

Arthur Bispo do Rosário foi um homem negro, nordestino, filho de ex-escravizados e um devoto fervoroso do cristianismo popular dos reisados. Nasceu em 1909, em Japaratuba (Sergipe), e mudou-se para o Rio de Janeiro com 15 anos para servir à marinha, de onde foi expulso anos depois por má conduta. Na noite de 24 de dezembro, véspera do Natal de 1930, Bispo foi preso e enviado para o hospício após sua epifania, conforme relatado de Hidalgo (2011, p. 10):

> O dia 24 de dezembro de 1930 foi um divisor de águas psíquico para Arthur Bispo do Rosário. Os sinos dobravam para ele, os céus se abriram para referenciar sua majestade, mas ele acabaria sobe o domínio da autoridade máxima da terra. Despejado da sanidade, rendido a fantasias no centro do Rio, foi detido pela polícia e enviado ao hospício da Praia Vermelha. Numa noite de Natal, saltou o delírio para a realidade crua.

25 de dezembro de 1930, data memorialística do advento do menino Jesus, o Redentor, foi o primeiro dia depois de amanhã vivido por Arthur Bispo do Rosário. Marcou o despertar: "seu papel não seria mais o de ator coadjuvante, mas o principal: Jesus Cristo, em carne e osso" (Dantas, 2009, p. 40). Desde o delírio encapsulado pela realidade disciplinar, Arthur Bispo do Rosário passou por três hospícios até chegar na Colônia Juliano Moreira, um "cemitério de mortos-vivos" como referiu-se o escritor negro Lima Barreto ao Hospital Nacional de Alienados (Birman, 2017, p. 789). No ano da contenção de Bispo, o Brasil vivia o ápice do eugenismo. Na década de 1930, esse movimento desenvolvia-se na sociedade brasileira e marginalizava uma gama social relevante de despossuídos, classificando-os como "alienados e anormais acometidos pela loucura" e trancafiando-os em instituições disciplinares sob condições sub-humanas.

Depois da sua noite da anunciação, Bispo passou o restante dos seus dias fabricando a sua arte através de peças encontradas nos lixos. Fez dos resíduos profanos da sociedade de consumo, a sua matéria-prima. Fabricou mais de 800 obras, com a crença mística de que tinha recebido uma missão divina: catalogar e classificar todo material existente no mundo para restituí-lo ao reino inclassificável de Deus.

Perante os mistérios do mundo de Bispo, a metodologia desta pesquisa se caracterizou pela sua natureza qualitativa. A abordagem qualitativa tem por objetivo interpretar as causas e motivos dos fenômenos estudados, sem derivar em quantificações. Segundo Nunes (2021, p. 13): "a pesquisa qualitativa apresenta a possibilidade da investigação das subjetividades, o que foi durante muito tempo evitado pela ciência, dada a aplicação universal do positivismo na explicação de todos os fenômenos, quer naturais ou sociais".

Por finalidade, esta é uma pesquisa exploratória, visto que tem como objetivo familiarizar-se com a compreensão do problema e suas vertentes. O procedimento metodológico da pesquisa foi o comparativo, em específico, teve por intenção comparar os elementos lógicos das classificações científica (Bacon), bibliográfica (Dewey) e documentária (Otlet), levantados por Maria das Graças Simões (2011, p. 38-47), com a pretensão classificacionista de Arthur Bispo do Rosário. Da justaposição dos elementos comparativos, surgiu a proposição hipotética da Organização Redentora do Conhecimento (ORC) como a paisagem de fundo do plano classificatório de Arthur Bispo do Rosário.

A coleta de dados ocorreu via pesquisa bibliográfica nas seguintes plataformas de publicações acadêmico-científicas: i) Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci) e ii) Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasisbr). Através dos seguintes descritores: classificação, organização do conhecimento, classificação bibliográfica, representação temática, Arthur Bispo do Rosário (entre aspas). Por haver uma lacuna temática na Brapci em relação a Arthur Bispo do Rosário e este ser um criador cuja obra atravessa as pesquisas de inúmeros campos acadêmico-científicos, o Oasisbr foi incluído para inserção de maior relevância na busca e recuperação dos materiais informacionais.

A REDENÇÃO COMO FIM: A CLASSIFICAÇÃO DO MUNDO EM ARTHUR BISPO DO ROSÁRIO

> Mas é essa a nossa deformação profissional: mal nos fixamos em alguma coisa, logo gostaríamos de incluí-la nos nossos fichários; e assim, aconteceu-me frequentemente, confesso, catalogar bocejos, furúnculos, associações de ideias inconvenientes, assobios, e escondê-los no lote das informações mais qualificadas.
>
> Italo Calvino, A memória do mundo (2010, p. 122).

A deformação, que nos fala Calvino na epígrafe da seção, em Bispo do Rosário encontrava-se associada à "loucura da alienação" e à desconformidade com os parâmetros epistêmicos materiais das belas-artes e da ciência da classificação. A obra de Bispo do Rosário foi construída a partir de técnicas e materiais desprezados pelas belas-artes como observado por Marta Dantas (2009, p. 112): "Bispo não desenhou, não pintou nem esculpiu. Nenhuma dessas atividades expressivas tradicionais das 'belas artes' foi utilizada por ele." Foi um artista marginal que teceu através de bordados, em grande parte, uma estória menor da estética. Fora dos lugares referenciais (sentido e cultura) e veiculares (burocráticas) da língua maior do pensamento ocidental (Deleuze; Guattari, 1977), Bispo do Rosário associou-se à uma versão antissistemática e dissidente da classificação. Alienou-se da linguagem lógica e racional da tradição das classificações (Simões, 2011, p. 38-47), por exemplo, para na esperança do reencontro com a língua mítica de Deus, apresentar-lhe o "inventário do mundo" para a redenção dos conhecimentos mundanos, decaídos diante da mácula original da condição humana.

A classificação do artista sergipano representava o seu cotidiano privativo de práticas redentoras na Colônia Juliano Moreira: "Bispo preferia ficar no abrigo, encaixado em seu universo privativo de cores e tons, à espera da morte. Uma morte que para ele seria dialeticamente a vida, a validação de seu outro mundo" (Hidalgo 2011, p. 134). Bispo bordou as desimportâncias do mundo em suas ruínas desencantadas visando apresentá-las a Deus no dia do juízo final. O guia da arca do inventário do mundo estava sendo bordado para as rendas pós-apocalípticas do amanhã, quando o novo mundo se abrisse "sem treva, planalto ou precipício, sem doença mental, miséria ou tristeza" (Hidalgo, 2011, p. 20), a realização do reino dos céus acontecesse e o conhecimento profano fosse redimido e reencantado. Deste modo, seguindo procedimentos enciclopédicos de reunião de coisas e saberes profanos (Maciel, 2009), Arthur Bispo do Rosário catalogou e classificou as coisas do mundo em fichários para restituí-las ao reino dos céus.

> Monumental tarefa: inventariar o universo para apresentá-lo diante de Deus 'no dia próximo'. Ele aguarda uma 'ação corporal' que o deixará 'brilhoso', então estará pronto; e diz que os seus trabalhos permitirão a sua transformação. Não posso deixar de pensar que Bispo se prepara para a morte (Burrowes, 1999, p. 68).

A classificação antissistemática apresentada na obra "Cuidado Veneno" possui, talvez, uma mensagem oculta de "veneno" em seu duplo sentido grego de *pharmákon*: o veneno que nos levará ao ocaso – a morte, em Bispo – é também aquele que porta consigo a "cura" – o reino dos céus, uma (super)vida redimida em um mundo sacro e livre de sofrimentos pecaminosos. A droga que devasta e, ao mesmo tempo, acalma o alienado Arthur Bispo na Colônia Juliano Moreira é um veneno remédio, um fármaco que possui o poder de retirar as impurezas e guiar ao tão aguardado momento da passagem.

Essa função farmacêutica apresenta-se sob o fundo escritural do inventário do mundo de Arthur Bispo do Rosário (Derrida, 2005).

Figura 1 – Cuidado Veneno – O inventário do mundo de Arthur Bispo do Rosário

Fonte: Durão (2017, p. 329) da Coleção Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea.

O processo de classificação e construção notacional, assim como as descrições catalográficas dos itens, apesar de não seguirem a lógica hierárquica comum das classificações ocidentais (Olson, 1999), representam um inventário da vida material. A obra de Bispo do Rosário relata o elemento marginal da vida em sociedade, dos saberes e objetos cotidianos, ao demarcar o modo de existência secular que, aos olhos do artista, precisa ser redimida de seu pecado original e alçada ao reino dos céus.

Perante o seu desejo escatológico, as notações em Bispo do Rosário – os números atribuídos às coisas decaídas do mundo – eram notações redentoras, isto é, não tinham como nas classificações científicas (Bacon), bibliográficas (Dewey) e documentárias (Otlet)

a finalidade de assinalar um lugar lógico e empírico de disposição do conhecimento e guarda de materiais no mundo ou nas instituições. A aspiração de Bispo do Rosário era, através dos números notacionais, redimir as coisas e notificar os seus respectivos lugares na "Cidade de Deus" (Agostinho, 2006). Nas palavras de Marta Dantas (2009, p. 156): "no caso de Bispo, a etiqueta é mais do que mero exercício da linguagem, mais do que uma redundância, é um método de catalogação; o número faz parte da ordem oculta estabelecida pelo criador na organização de seu cosmo." Construindo seus fichários e estabelecendo índices enumerativos (notações), Arthur Bispo do Rosário visava recuperar os objetos e despertar os seus modos de realização no Novo Mundo.

ORGANIZAÇÃO REDENTORA DO CONHECIMENTO (ORC): CONSIDERAÇÕES SOBRE O FIM

> O resultado final do nosso trabalho será um modelo em que tudo conta como informação, mesmo o que não é. Só então se poderá saber, de tudo o que foi, o que é que contava verdadeiramente, ou seja, o que é que existiu verdadeiramente, porque o resultado final da nossa documentação será ao mesmo tempo o que é, foi e será, e todo o resto não será nada.
>
> Italo Calvino, A memória do mundo (2010, p. 120).

Birger Hjørland (2008) em *What is Knowledge Organization (KO)?* argumentou que a Organização do Conhecimento (OC) pode ser dividida em duas dimensões: i) os Processos de Organização do Conhecimento – *Knowledge Organizing Processes* (KOP) – e, ii) os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) – *Knowledge Organizing Systems* (KOS). Essa dupla dimensão pode ter, ao menos, duas orientações de abordagem: i) ampla, associada às dinâmicas sociais e culturais das sociedades e, ii) restrita, associada às construções intelectuais e cognitivas dos distintos domínios de conhecimento. A classificação, por exemplo, está caracterizada tanto como um processo – o ato de classificar – quanto como um sistema – o esquema ou plano de classificação. Em um sentido restrito, por exemplo, são sistemas de classificação: a Classificação Decimal de Dewey, a Classificação Decimal Universal e a Classificação dos Dois Pontos. Por outro lado, em um sentido amplo, podemos interpretar o ato de classificar e a antissistemática classificação de Arthur Bispo do Rosário como um exemplo do que Hjørland (2008, p. 86) chama de "Organização Social do Conhecimento" (*Social Organization of Knowledge*).

Como o elemento "social" em Organização Social do Conhecimento (OSC) categoriza um horizonte conjuntivo quase infindo de possibilidades interpretativas e, em especial, as relações de sociabilidade com o mundo erigidas por Arthur Bispo do Rosário

encontravam-se diretamente atravessadas pelos valores salvíficos da "redenção", optamos por denominar a configuração pragmático-teológica de Bispo do Rosário de Organização Redentora do Conhecimento (ORC). O ato de conhecer em Bispo é caracterizado como uma ação de reorientação para o fim do mundo, ou seja, para uma instância metafísica que virá. O elemento místico é o caracterizador da sua classificação, logo, por exemplo, a correspondência entre os lugares (de guarda) e os discursos (índices codificados) não estará regida pelo princípio da precisão, posto que o seu código de classificação projeta para o objeto um lugar transcendental no reino dos céus, portanto, um local simbólico, impreciso e metafísico. Não há nenhuma tabela sistemática ou analítica em Bispo do Rosário que faça a correspondência entre as notações e as respectivas descrições dos objetos, pois a ordem entre ambos é divina e nos escapa enquanto mortais.

> Essa poética [da classificação] está presente na obra de Bispo. Ela não consistia num meio de escapar à realidade que o cercava, não era uma fuga, mas revela o desejo de liberdade do criador para sonhar, imaginar disposições diferentes, organizações outras, para que nela pudesse se encontrar e estabelecer outros sentidos. Ela é a enumeração e a organização do diferente à luz de um motivo unificador o inventário das coisas do mundo dos homens para o dia da 'passagem' em busca de uma nova ordem, construção de uma nova identidade (Dantas, 2009, p. 159).

Dessa forma, Arthur Bispo do Rosário "compôs uma espécie de enciclopédia particular, ao mesmo tempo afinada com a existência da ordem e aberta à criatividade da memória e da imaginação" (Maciel, 2009, p. 32). Através da sua enciclopédia particular, inventariou o mundo, caracterizando-o pela falta da firmeza lógica das suas estruturas. Por meio de uma subjetividade disruptiva, desafiou os sistemas de classificação presentes no mundo consciencioso da ciência. Inventariou o mundo profano dos mortais para (re) estabelecer misticamente um lugar para os objetos, pessoas e gestos humanos no reino dos céus. A Organização Redentora do Conhecimento para o fim do mundo erigida por Arthur Bispo do Rosário é, em sentido etimológico originário, religiosa, pois visa re-ligar (*relegere,* palavra de onde vem o termo religião) o mundo dos mortais ao reino dos céus.

Portanto, a classificação de Arthur Bispo do Rosário estava endereçada a Deus, destinada à apresentação no reino dos céus após o dia o juízo final. Suas notações indicavam o lugar de cada coisa, pessoa ou gesto ao lado do Salvador. Pronto e vestido com o manto da graça, Bispo do Rosário restituiria as coisas aos seus valores de uso original, antes da queda adâmica. Em seu encontro com a morte, não estaria em cena o fim definitivo, mas o marco para a verdadeira vida que então se iniciava, após uma estadia de provações e sofrimentos causados pela malícia humana.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. **A cidade de Deus.** Lisboa: Fundação Calouste, 2006. v. 1.

BIRMAN, Joel. A voz de Deus e as mãos de Bispo: a arte da loucura na escrita pictórica de Arthur Bispo do Rosário. **Revista Latino-americana Psicopatia Fundamental**, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 786-805, dez. 2017.

BURROWES, Patrícia. **O universo segundo Arthur Bispo do Rosário**. Rio de janeiro: Ed. FGV, 1999.

CALVINO, Italo. A memória do mundo. *In*: CALVINO, Italo. **Um general na biblioteca**.

São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 118-124.

DANTAS, Marta. **Arthur Bispo do Rosário**: a poética do delírio. São Paulo: Unesp, 2009.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka**: por uma literatura menor. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

DERRIDA, Jacques. **A farmácia de Platão**. São Paulo: Iluminuras, 2005.

DURÃO, Fabio Akcelrud. Arthur Bispo Do Rosário: a artimanha da arte brasileira.

Revista Versalete, Curitiba, v. 5, n. 9, jul.-dez. 2017.

HIDALGO, Luciana. **Arthur Bispo do Rosário**. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

HJØRLAND, Birger. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 35, n. 2-3, p. 86-101, 2008.

MACIEL, Maria Esther**. As ironias da ordem**: coleções, inventários e enciclopédias ficcionais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

NUNES, Martha Suzana Cabral. **Metodologia científica universitária em 3 tempos**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2021. Disponível em: https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/14940. Acesso em: 29 set. 2023.

OLSON, Hope A. Exclusivity, Teleology and Hierarchy: our Aristotelean Legacy. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 26, n. 2, p. 65-73, 1999.

SIMÕES, Maria da Graça**. Classificações bibliográficas**: percurso de uma teoria. Coimbra: Almedina, 2011.

REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UMA CONTRIBUIÇÃO POSSÍVEL?

Álisson Gomes dos Santos Santos
Universidade Federal da Bahia[1]
Leyde Klebia Rodrigues da Silva
Universidade Federal da Bahia[2]

Resumo: O desenvolvimento da lógica algorítmica e da Inteligência Artificial criou métodos de exploração e marginalização de grupos minoritariamente sub-representados. Nesse sentido, este artigo objetiva articular a folksonomia, como ferramenta da Representação da Informação, com o Aprendizado de Máquina para refletir numa lógica algorítmica que seja centralizada em usuários pertencentes aos grupos minoritariamente sub-representados por meio de revisão de literatura. No fim, a conclusão parcial deste ensaio é que a Representação da Informação pode trazer benefícios, como o aumento da compreensão dos sistemas inteligentes e o fortalecimento das comunidades virtuais dos grupos supracitados.

Palavras-chave: Representação da informação. Inteligência Artificial. Algoritmos. Aprendizado de Máquina. Tecnologias de Informação e Comunicação.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) possui íntima relação com os processos de marginalização de grupos minoritariamente subrepresentados. Livros, telégrafos, fotografias e mídias audiovisuais foram e são usados no controle da narrativa que visa extirpar a sua humanidade, a fim de manter o ciclo de exploração. Os algoritmos e a inteligência artificial (IA) são uma adição às ferramentas de marginalização utilizadas em prol da ideologia dominante (O'Neil, 2020; Noble, 2021; Silva, 2022).

Dennis Gomes (2010) explica que os conceitos relacionados à IA seguem quatro linhas de raciocínio onde os computadores pensam ou atuam como seres humanos e computadores que atuam ou pensam racionalmente. As quatro linhas de raciocínio corroboram com a ideia da reprodução da intelectualidade humana, e dessa forma substituir

1 Graduando em Biblioteconomia pela UFBA. E-mail: alison_gss@hotmail.com
2 Professora Adjunta DDI/ICI/UFBA. Doutora em Ciência da Informação pelo IBICT/UFRJ. E-mail: leyde.klebia@ufba.br

e precarizar seus postos de trabalho. Não necessariamente melhorando a qualidade do serviço prestado.

O *ethos* exploratório dos algoritmos e IA não se limitam à precarização do trabalho. Cathy O'Neil (2020) descreve que a infiltração dessas ferramentas em áreas do direito básico como segurança pública, seguro de vida, financiamentos, busca por emprego ou mesmo métricas educacionais, causam estragos irreparáveis na vida da população mais vulnerável. Isso ocorre devido a conjuntura social do ciberespaço formado por um oligopólio que promete personalização dos serviços através dos usos dos dados dos usuários da internet e, na verdade, criam um ambiente onde facilita que essas empresas encontrem sua presa e a explorem até o último centavo.

O *ethos* exploratório também atinge o modelo de indexação de informações disponibilizadas e produzidas no ciberespaço. Safiya Noble (2021) esmiúça a forma como o Google Search prioriza resultados que favoreçam os seus anunciantes em detrimento da qualidade informacional. Em seu relato, o buscador recuperava sites pornográficos após a busca por "mulheres negras", seu indexador de imagens associava características afrodescendentes com antiprofissionalismo, assim como é um facilitador de conteúdo conservador e neonazista. Quando questionado, a empresa afirma não ter controle sobre o seu modelo de ranqueamento de páginas e termina com promessas de futuras correções.

A Representação da Informação pode ser uma aliada na construção de novos modelos algoritmos devido às décadas de estudos de classificação, indexação e catalogação. É um processo de tradução documental para termos que o representem por meios de normas e linguagem controlada, com o fim de alimentar Sistemas de Recuperação da Informação e tornar esses documentos acessíveis (Ferneda, 2003). Em termos mais amplos suas ferramentas também podem ser aplicadas na tradução e síntese da realidade. Esses estudos tangenciam com a Inteligência Artificial devido à possibilidade dos seus modelos utilizarem linguagem controlada para se adaptar a diferentes grupos sociais, a exemplo: *folksonomia*.

Sendo assim, a questão que motiva este estudo foi: como os estudos de Representação da Informação podem contribuir para os atuais modelos de Inteligência Artificial, principalmente em relação a lógica algorítmica? Enquanto seu objetivo este artigo objetiva articular a folksonomia, como ferramenta da Representação da Informação, com o Aprendizado de Máquina para refletir numa lógica algorítmica que seja centralizada em usuários pertencentes aos grupos minoritariamente sub-representados por meio de revisão de literatura. Destaca-se que esse trabalho faz parte de uma pesquisa maior a ser apresentada no formato de monografia como trabalho de conclusão de curso.

Para isso, discute-se a opacidade algorítmica e seus malefícios a grupos sociais já vulneráveis por meio de autores como Thomas Cormen (2014), Cathy O'Neil (2020), Tarcísio Silva (2022) e Sofia Noble (2021), enquanto Ferneda (2003), Monard e Baranauskas (2003),

Corrêa e Santos (2018) e Silva (2024) fundamentam o relacionamento possível entre o Aprendizado de Máquina e a Representação da Informação. As conclusões parciais deste artigo sugerem que existe uma interseção possível entre as áreas aqui apresentadas, assim como, existe a possibilidade de mitigar a exploração algorítmica por meio da *folksonomia*.

A CAIXA PRETA ALGORÍTMICA

O controle do ciberespaço pelas *big tech* foi o primeiro passo para a formação de uma nova dinâmica de opressão, essa, baseada em algoritmos. Empresas privadas tornaram-se responsáveis não apenas pelas plataformas virtuais que são o contato imediato com a internet, como também muitas detém *backbones* próprios, que é o caso da Google e do Facebook, dessa forma, dominando tanto o ambiente online quanto os meios que os tornam possíveis de existir (Amaral, 2021). Através dessa estrutura e da comoditização dos dados criou-se uma disputa exploratória onde quem possui maior quantidade de dados e em melhor qualidade, será hegemonia no desenvolvimento das TIC. Na sustentação desse modelo de produção estão os algoritmos

Os algoritmos são definidos por Thomas Cormen (2014, p. 2) como "um conjunto de etapas para executar uma tarefa descrita com precisão suficiente para que um computador possa executá-la". Eles estão inseridos nos sistemas computacionais e são os pilares dos modelos de IA, que objetiva automatizar atividades que antes requererem a intelectualidade humana na sua realização e possibilita a sua réplica em larga escala. Essa automatização pode ser vista em coisas simples do dia a dia como sugestão de música e filmes ou mais complexos como sistemas de vigilância baseadas em reconhecimento facial.

A opacidade dos modelos algorítmicos permite que a representação de mundo criada pelos humanos por trás das máquinas defina uma realidade incompleta e a utilize como justificativa para seus resultados sem que a sociedade civil possa auditar. Cathy O'Neil (2020, p. 11) observa que

> O modelo em si é uma caixa-preta, cujo conteúdo é segredo corporativo ferozmente protegido. Isso permite que consultorias como a Mathematica cobrem mais, mas serve também a outro propósito: se as pessoas sendo avaliadas são mantidas no escuro, por esse modo de pensar, haverá menos chance de tentarem burlar o sistema.

No entanto, esses modelos fornecem serviços de interesse público e por isso deveriam ter sua construção aberta à sociedade civil. As respostas das *big tech* seguem o mesmo padrão de evasão que é proporcionada pela falta de transparência sobre quais valores são construídos os modelos algorítmicos. Na observação de Tarcísio Silva (2022, p. 50) "A opacidade da construção algorítmica e a individualização das experiências atomizam

os cidadãos e geram barreiras adicionais à crítica e ao diagnóstico dessa modulação." Evidências de como as plataformas obtém lucros através da exploração de setores marginalizados da sociedade estouram de tempos em tempos, então instrumentalizar a opacidade para evadir-se da responsabilidade mantém acionistas tranquilos, como também, mantém a produção de dados dentro dos seus serviços a todo vapor.

Sofia Noble (2021) alerta acerca do poder que a publicidade tem sobre o Google Search. A junção entre popularidade e publicidade pode corromper a busca por informações legítimas e beneficiar grupos de grande poder aquisitivo. Um dos exemplos citados pela autora é a primeira página do Google Search privilegiar links com conteúdo antissemitas e negacionistas do holocausto ao pesquisar a palavra "*jew*" (contração da palavra "jews", judeus, que foi cooptada por supremacistas brancos). É um algoritmo que controla informações a nível mundial que foi desenvolvido para destacar o que foi pago, não importando o valor social daquilo que é divulgado por ele.

A opacidade algorítmica torna-se central no debate, assim como na construção dos modelos algorítmicos. A opacidade também se torna relevante para apontar a forma como o Aprendizado de Máquina é aplicado. Modelos onde treinadores de IA recebem pouca instrução é também uma maneira de manter os algoritmos longe de auditorias públicas, enquanto o setor de relações-públicas das empresas as exime de culpa ao transferi-las para as pessoas que não tiveram nenhuma orientação decente. Enquanto as soluções apresentadas são ou retirar o serviço do ar ou arrodear o problema proibindo esses serviços de tocarem no assunto que despertam seus gatilhos colonialistas.

Os modelos algorítmicos construídos para explorar as vulnerabilidades de grupos sociais se beneficiam da opacidade para manterem seus ethos abusivos. Para romper essa lógica é necessário não só descentralizar os oligopólios que sustentam a forma como as IA são instruídas, como também, pensar novos modelos dentro das possibilidades já existentes. A Representação da Informação fornece alternativas para mitigar esses efeitos ao ser utilizadas durante o treinamento das IA.

UTILIZAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO APRENDIZADO DE MÁQUINA

A Representação da Informação se desenvolve no contexto de explosão bibliográfica, tornando providencial a criação de métodos que sintetizam os documentos dos acervos e atendam aos filtros e parâmetros produzidos para recuperar a informação. Alinhada com a Recuperação da Informação, ambas se aproximam da Ciência da Computação através dos primeiros estudos sobre a IA ao trabalharem o processamento de linguagem natural. Pois, nesse início, buscava-se a "automação de alguns processos documentários como a indexação e a elaboração de resumos" (Ferneda, 2003, p. 12).

Através da relação com o processamento de linguagem natural que a Representação da Informação se aproxima dos estudos de desenvolvimento de IA. Afinal, um dos métodos do Aprendizado de Máquina é a simulação do aprendizado indutivo realizado por meio da apresentação de exemplos para que os algoritmos a partir deles façam inferências nos dados futuros. Esses exemplos fundamentarão as práticas e soluções proporcionadas pela IA que está sendo treinada.

Monard e Baranauskas (2003) dividem o Aprendizado de Máquina Indutivo em supervisionado e não supervisionado. Na abordagem supervisionada, o dado rotulado é apresentado para que, durante o treino, o algoritmo aprenda a associar determinado padrão ao rótulo desejado em dados ainda não vistos. Já a abordagem de aprendizado não supervisionado objetiva que a análise encontre semelhanças entre os dados apresentados e forme agrupamentos entre eles.

Ambas as abordagens tentam capturar a forma como as pessoas classificam o mundo para fazer a IA emulá-lo. Nesse sentido, a *folksonomia* pode ser utilizada para suprir a necessidade de classificar o conteúdo disponível no ciberespaço. Pesquisas nessa área ganharam novo fôlego com a popularização da internet por seu caráter colaboracionista que permite uma verdadeira centralidade do usuário na Representação e Recuperação da Informação.

Renato Corrêa e Raimunda dos Santos (2018, p. 29) ao realizar um levantamento bibliográfico sobre as definições de *folksonomia* a conceitua como:

> [...] o resultado do processo de etiquetagem livre (atribuição de etiquetas, palavras-chave) realizada pelos usuários mediante o emprego de termos provenientes de linguagem natural - dispensando o uso de vocabulários controlados- em ambientes digitais colaborativos visando indexar recursos informacionais compartilhados de qualquer formato (textos, imagens, áudio, vídeo etc.) para fins de sua representação e recuperação.

Ou seja, devido ao emprego de linguagem natural e a centralidade do usuário é possível estabelecer semelhanças na forma como o aprendizado de máquina funciona. Pois, o objetivo em comum delas é uso do raciocínio humano coletivo na indexação de recursos informacionais para fins específicos de cada área.

A utilização da *folksonomia* captura as diferentes formas de comunicação dos inúmeros grupos sociais, fornecendo material na produção de metadados bem estruturados e elaborados. A partir da qualidade desses metadados é possível obter benefícios como compreensão por parte dos sistemas inteligentes, resultados mais eficazes e maior facilidade nas análises informacionais (Silva, 2024). Esses benefícios podem auxiliar na construção de uma nova forma de pensar a lógica algorítmica centralizada em usuários pertencentes a grupos minoritariamente subrepresentados. Isso ocorre devido a

colaboração das comunidades na formulação de um vocabulário utilizado na construção do modelo algorítmico que atende às suas necessidades.

Para finalizar, é necessário destacar as experiências que visam construir novos espaços digitais que fogem da lógica algorítmica dos oligopólios. Gomes, Nunes e Santiago (2023) propõem o Pretuguês Tecnológico, uma linguagem computacional baseada na ancestralidade afrodescendente que objetiva ser livre de opressão. Safiya Noble (2021) elenca indexadores que se apresentam como uma alternativa ao Google para acesso à informação fidedigna sobre a comunidade negra e judaica, sendo alguns deles o *BlackWebPortal, GatewayBlackPortal, Blackfind, Jewogle,* entre outros. Ou mesmo o coletivo Blogueiras Negras que organizava marchas online que debatem feminismo com uma perspectiva étnico-racial (Barros, 2021).

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Neste artigo, cumpriu-se o objetivo de articular os conceitos de IA e Representação da Informação, a fim de pensar uma lógica algorítmica centralizada em usuários pertencentes a grupos minoritariamente sub-representados. Concluiu-se que existe, de fato, uma interseção possível entre as áreas citadas. Observa-se que, a partir de ferramentas como a *folksonomia*, os sistemas inteligentes podem compreender conceitos de forma mais eficaz. No entanto, o principal é a possibilidade de uso na formação de espaços digitais que fogem da lógica algorítmica dos oligopólios, criando uma alternativa onde o modelo é feito para atender as necessidades dos grupos minoritariamente sub-representados.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Bruno do. Google terá novo cabo ligando EUA à Argentina, com ramificação no Brasil. Teletime, 2021. Disponível em: https://teletime.com.br/09/06/2021/google-tera-novo-cabo-ligando-eua-a-argentina-com-ramificacao-no-brasil/. Acesso em: 24 ago. 2024.

BARROS, Thiane Neves. Estamos em marcha! Escrevivendo, agindo e quebrando códigos. *In:* SILVA, Tarcízio. **Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais**: olhares afrodiaspóricos. São Paulo: LiteraRUA, 2021.

CORMEN, Thomas H.. O que são algoritmos e por que você deve se importar com eles?. In: CORMEN, Thomas H.. **Desmistificando algoritmos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p. 01-07.

CORRÊA, Renato Fernandes; SANTOS, Raimunda Fernandes dos. Análise das definições de folksonomia: em busca de uma síntese. Belo Horizonte, **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 23, n. 2, p. 01-32, 2018. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/2571. Acesso em: 27 jun. 2024.

FERNEDA, Edberto. **Recuperação de Informação**: análise sobre a contribuição da Ciência da Computação para a Ciência da Informação. 2003. 147 p. Tese (Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: https://doi.org/10.11606/T.27.2003.tde-15032004-130230. Acesso em: 06 jul. 2024.

GOMES, Dennis dos Santos. Inteligência Artificial: conceitos e aplicações. **Revista Olhar Científico**, v. 01, n. 2, 2010. p. 234-246. Disponível em: https://www.professores.uff.br/screspo/wp-content/uploads/sites/127/2017/09/ia_intro.pdf. Acesso em: 04 jul. 2024.

GOMES, Viviane Rodrigues; NUNES, Charô; SANTIAGO, Larissa. Do Pretuguês Tecnológico à Blogagem Coletiva: A reconstrução de um caminhar tecnológico diante da virtualização da vida. *In:* BARROS, Thiane Neves; SILVA, Tarcizio (org.). **Griots e tecnologias digitais**. Brasília-DF: ibpad, 2023. p. 15-31.

MONARD, Maria Carolina. BARANAUSKAS, José Augusto. Conceitos Sobre Aprendizado de Máquina. In: Solange O. Rezende. (Org.). **Sistemas Inteligentes Fundamentos e Aplicações**. Barueri-SP: Manole Ltda, 2003, v. 1, p. 39-56.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algoritmos da opressão**: como o google fomenta e lucra com o racismo. Santo André: Editora Rua do Sabão, 2021.

O'NEIL, Cathy. **Algoritmo de Destruição em Massa**: como o big data aumenta a desigualdade e ameaça à democracia. São Paulo: Editora Rua do Sabão, 2020.

SILVA, Janete Fernandes. A integração da inteligência artificial na Biblioteconomia: um caminho em construção. **Código 31**, v. 2, n. 1, 2024. p. 26-46. Disponível em: http://revista.fumec.br/index.php/codigo31/article/view/9842. Acesso em: 13 jul. 2024.

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico**: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Edições Sesc, 2022.

TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA EM ALAGOAS: O APLICATIVO QUIMERA SOB O OLHAR DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Fernanda da Silva Alves Calheiros

Resumo: A ubiquidade das tecnologias digitais tem impactado, de várias maneiras, o desenvolvimento das atividades cotidianas da sociedade, incluindo a Segurança Pública. Este trabalho analisa o aplicativo Quimera e o fenômeno desencadeado pelo uso estratégico da informação e dos dados pelas forças de Segurança Pública do estado de Alagoas. O estudo é conduzido sob a perspectiva da Ciência da Informação e explora a aplicação prática dessa ferramenta tecnológica no cotidiano do policiamento.

Palavras-chave: Dados. *Big Data*. Segurança Pública. Informação. Tecnologia.

INTRODUÇÃO

Os códigos digitais desempenham um papel crucial na regulação da vida em sociedade, e a evolução tecnológica afeta diretamente a humanidade, incluindo o campo da Segurança Pública. A tecnologia impacta a gestão e a execução nesse setor, aprimorando a criação de estratégias, a eficiência dos recursos (humanos e materiais) e a tomada de decisões. O mundo pós-revolução digital é regulado não apenas pelos códigos do mercado, do direito e da moral, mas também pelos códigos digitais, como destaca Capurro (2017).

Esse processo de transformação, no entanto, traz consigo inúmeros desafios. Conforme Frohmann (2008), a informação é gerada não apenas por meios institucionais, mas também por meio de tecnologias avançadas:

> Existem muitos estudos sobre, por exemplo, os efeitos das tecnologias da informação - incluindo a oralidade, as tabuletas de argila, o papiro, o papel, a imprensa, o telégrafo, o rádio, o filme, a televisão e muito mais - sobre as estruturas de informação. Os documentos digitais são significativamente diferentes de todos esses, de muitas maneiras. Eles são casos paradigmáticos de um novo tipo de documentação. Através de sua imersão tecnológica, sua levíssima fisicalidade eletrônica, quase sem peso, empresta-lhes grande velocidade, força e energia. Nosso mundo digital se junta aos documentos digitais, que são produzidos por máquinas, alimentados em outras máquinas e que automaticamente produzem efeitos que configuram nossas vidas. Documentos digitais,

> comparados a documentos tradicionais, são processáveis em grau e escala únicos na história. (FROHMANN, 2008, p. 30).

A aplicação das tecnologias da informação na Segurança Pública gera impactos diversos, especialmente no uso e na transmissão de dados. Taurion (2013) compara os dados à importância do petróleo na sociedade industrial, ressaltando que eles só adquirem valor quando são processados, analisados e utilizados para a tomada de decisões. A internet, por sua vez, revolucionou a forma como interagimos, e os dados digitais são parte fundamental dessa transformação.

> O avanço do desenvolvimento científico e tecnológico, bem como o uso de técnicas para o aprimoramento de atividades específicas, resultou nas tecnologias digitais. A rápida evolução da engenharia computacional que, por meio de arquiteturas de *softwares* e *hardwares*, permitiu a interligação e comunicação de diferentes engenharias tecnológicas – como, por exemplo: radiodifusão, redes telemáticas, redes de fibra óptica – e consolidou a era digital. O desenvolvimento da microeletrônica e o avanço no processo de convergência com a engenharia de telecomunicações resultaram no surgimento das tecnologias ubíquas. São artefatos tecnológicos móveis que, conectados à rede mundial de computadores, proporcionam interação – comunicação em rede – a qualquer momento, em qualquer espaço. (REIS *et al, 2020,* p.54).

Os dados emergem como elementos essenciais, comparáveis ao petróleo na sociedade da informação, conforme Taurion. A crescente coleta de dados gerou o fenômeno do *Big Data*. Este artigo analisa os processos tecnológicos relacionados ao *Big Data* e à integração de bancos de informações, com foco na aplicação prática na Segurança Pública. O parâmetro é o aplicativo Quimera, desenvolvido pela Secretaria de Segurança Pública de Alagoas (SSP) e utilizado pelas polícias Civil (PCAL) e Militar (PMAL). A revisão teórica é baseada em especialistas como Rafael Capurro e Le Coadic, além de estudos de Cezar Taurion e normas institucionais, como o Artigo 4º da Lei nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E DADOS NO AMBIENTE DIGITAL

Le Coadic (2004) define a informação como o conhecimento registrado em formatos escritos, orais ou audiovisuais, e descreve sua finalidade como a apreensão do significado dos sentidos ou seres, enquanto o meio é o suporte e a estrutura da transmissão. Ele distingue "comunicação" como o processo de troca de informações entre pessoas, citando Robert Escarpit, que vê a comunicação como um ato ou mecanismo, e a informação como um produto ou matéria.

Kobashi e Tálamo (2003) acrescentam que a informação é uma estrutura significante que sintetiza conteúdos documentais de diversas formas, conforme políticas e necessidades dos usuários. Para entender o termo "*Big Data*," Taurion (2013) explica que se refere à enorme quantidade de dados ("Data") disponíveis atualmente. *Big Data* abrange tecnologias, processos e práticas que permitem análises mais eficientes e decisões melhoradas, além de um gerenciamento mais eficaz.

O Artigo 4º da Lei nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação), define a terminologia dos termos desenvolvidos neste texto, conforme a sequência a seguir: Informação como dados usados para gerar conhecimento, independentemente do formato; Documento como a unidade de registro de informações em qualquer formato; Informação Sigilosa como aquela restrita temporariamente por razões de segurança pública e do Estado; Informação Pessoal refere-se a dados de pessoas identificadas ou identificáveis**;** Tratamento da informação engloba a gestão completa dos dados; Disponibilidade é a capacidade de a informação ser acessível a indivíduos ou sistemas autorizados; Autenticidade garante que a informação foi produzida ou modificada por uma fonte específica.

Quimera e a aplicabilidade da informação e dados na segurança pública

Capurro (2017, p. 46) afirma que "informação e comunicação são fenômenos centrais nas sociedades digitais do século XXI" e destaca que o cibermundo, com seus códigos, se mistura com culturas e modos de vida. O uso eficaz de Tecnologia da Informação (TI) em segurança pública exige a colaboração de vários setores e órgãos do sistema, como afirma Furtado (2002). Essa integração é evidenciada na rotina da Segurança Pública em Alagoas. O raciocínio apresentado por Furtado, concatenado ao que refletem Morin e Capurro, é análogo à experiência vivenciada em Alagoas, como se demonstrará adiante. O aplicativo mobile foi lançado em outubro de 2018 e, desde abril de 2019, é utilizado por integrantes da PMAL e da PCAL. Disponível para o sistema operacional Android, ele subsidia o serviço operacional, permitindo ao seu usuário – agente de segurança pública estadual – realizar vários serviços pelo celular, corroborando a reflexão proposta por Vasco Furtado:

> A expressiva evolução tecnológica nos aparelhos portáteis com poder computacional tem transformado o panorama aplicacional que tira partido dessa tecnologia. Diferentes meios de transmissão sem fio como micro-ondas, satélite, rádio e celular surgiram e podem ser utilizados para interligar esses equipamentos. Esta disponibilidade tecnológica permite um acesso permanente à informação, e apoia a interligação destes dispositivos em redes *ad hoc* e o acesso às informações que ele necessita mesmo estando distante

> do seu ambiente de trabalho, ou mesmo estando em movimentos. (FURTADO, 2002, p.35).

O nome é inspirado na personagem da mitologia grega Quimera (*Chímaira*): um ser híbrido com corpo de leão e três cabeças (de leão, de cabra e de dragão), um par de asas e uma cauda (Galahad, 2020). Assim como a Quimera é composta por partes de seres distintos, o "app" homônimo foi batizado assim por interligar bancos de dados de diferentes instituições e naturezas.

O Quimera nasceu para ser uma expansão móvel do sistema informatizado da Central de Atendimento e Despacho (CAD), *software* utilizado para gerenciar e registrar informações e procedimentos das forças de segurança estaduais, concentradas no Centro Integrado de Operações em Segurança Pública (Ciosp) da SSP. O aplicativo otimiza o acesso, tratamento e produção de informações (pessoais e sigilosas), garantindo disponibilidade e autenticidade, além de facilitar a consulta e confecção de documentos.

Para entender o Quimera, é crucial reconhecer a importância do fluxo de informações no policiamento, que envolve três aspectos: Consulta, Apresentação e confecção de Boletins de Ocorrência. A Consulta permite que policiais em campo acessem informações essenciais dos agentes na central, substituindo métodos tradicionais como telefone e rádio, facilitando a verificação de identidade e antecedentes durante abordagens. O policial que está na rua depende destas informações (disponibilidade), desde que fornecida por fonte segura (autenticidade), como o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp) ou por bancos de dados estaduais e nacionais.

No menu "Mandado de prisão", o agente é direcionado para o site do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), onde fará a pesquisa nas opções: Registro Judiciário Individual (RJI), Nome da Pessoa/Outros Nomes, Alcunha/Outras Alcunhas, Nome da Mãe/Outros, Nome do Pai/Outros, Estado, Município, Número do Processo, Número da Peça, Tipo de Documento (Carteira de Trabalho, CPF, RG, entre outros), Número do Documento de Identificação, Órgão Expedidor e, assim, localizar possíveis mandados. Nestes casos, se confirmada a ilicitude, o indivíduo é prontamente conduzido à delegacia para posterior encaminhamento ao sistema prisional.

Ação semelhante é realizada para consultar dados veiculares diariamente. Em uma abordagem, a partir da verificação da placa ou do chassi, os agentes podem checar se há queixa de roubo/furto ou irregularidades. Da maneira mais convencional e tradicional, a busca (de pessoas ou veículos) funciona da seguinte forma: do outro lado da linha, em um computador, o radio-operador que está na base (Ciosp) consulta os sistemas e repassa o conteúdo solicitado a quem está na operacionalidade. Havendo irregularidade, a guarnição externa realiza a ação devida (autuação, prisão ou outra medida). Não havendo e sem constatação de infração ou ilicitude, o abordado é liberado.

A confecção de Boletim de Ocorrência é uma prática padrão onde cada ocorrência é formalizada em um documento oficial, que é registrado eletronicamente no sistema CAD da SSP. Anteriormente, a consulta de dados era feita por telefone ou rádio, o que ocupava as linhas e redes. Com a adoção do Quimera, as informações são acessadas mais rapidamente e a rede telefônica e de rádio digital foi aliviada, sendo agora utilizada principalmente para situações urgentes.

Outro ganho é a integração para consulta de veículos e pessoas. É possível acessar informações disponíveis e autênticas como carteira de identidade no sistema do Instituto de Identificação de Alagoas, vinculado à Polícia Científica do Estado de Alagoas; Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e outras referências mediante consulta à base de dados do Departamento de Trânsito (Detran) em âmbito nacional. Na consulta de veículo também é possível ver se o veículo já esteve envolvido em alguma ocorrência ou se possui queixa de roubo e furto, por exemplo.

O aplicativo Quimera também possibilita a chamada pré-apresentação de guarnição. Esta ação é feita de forma digital e não mais por chamada telefônica. Tal procedimento demandava tempo ao telefone, visto que todas as equipes que iniciavam seu turno realizavam identificação de cada um de seus integrantes através do telefone, o que levava longos minutos e sobrecarregava a central. Nestes casos o telefone é usado para confirmar o envio e recebimento das informações cadastradas na plataforma on-line pelo comandante (líder) de cada guarnição ou equipe.

Outra inovação é que com o advento do Quimera, o boletim simplificado deixou de ser confeccionado em papel e se tornou digital. O chamado Boletim de Ocorrência (B.O.)[1] mantém suas propriedade e finalidade, mas mudou o formato e também subsidia a compilação dos dados estatísticos relacionados à Segurança Pública. Toda a informação, finalmente, é gerida pelo Núcleo de Estatística e Análise Criminal da Secretaria de Segurança Pública (NEAC/SSP).

Na função Alerta Celular, a consulta de um aparelho sob suspeita pode verificar, pelo número do IMEI (*International Mobile Equipment Identity* — sequência numérica de identificação de celular), se o aparelho possui registro de queixa de roubo ou furto anteriormente registrada em delegacia. Por exemplo, ao abordar um suspeito encontrado portando um telefone de origem não identificada ou duvidosa, o agente público consulta a base de dados da polícia judiciária e checa se há registro de roubo ou extravio do equipamento.

O Quimera, embora relativamente recente, já apresenta resultados positivos. Já são mais de 10 mil *downloads* contabilizados na loja oficial de aplicativos para o sistema operacional *Android*. Pode-se dizer que advento do Quimera facilitou o trabalho das equipes

1 Cumpre aqui diferenciar este B.O. daquele que é confeccionado em delegacias. É um documento de uso restrito das instituições contendo o relatório dos fatos e dados da ocorrência em detalhes.

de segurança, fortaleceu e integrou as forças na atividade fim e na organização, ao passo que chama à reflexão sobre o uso responsável e ético dos recursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ubiquidade da tecnologia é um caminho irreversível e isso se aplica à Segurança Pública. O uso do Quimera não só agiliza processos, mas também gera economia para o Estado. A acessibilidade à informação e a agilidade nos procedimentos impactam diretamente o tempo de resposta entre uma ligação para o 190 e o atendimento à população, além de melhorar a integração das informações e a compilação das estatísticas de segurança.

Na prática, o acesso instantâneo a informações pode evitar que pessoas em conflito com a lei permaneçam em liberdade, permitindo que sejam encaminhadas para as devidas medidas corretivas e legais. A busca automática em bases de dados também facilita a recuperação de bens subtraídos e a remoção de veículos irregulares, se necessário.

É crucial que a vigilância e o acesso a dados não violem direitos fundamentais. No entanto, sua aplicação na Segurança Pública pode otimizar o tempo de atendimento, os recursos humanos e financeiros, além de prevenir ilícitos e proteger vidas, desde que as ações sejam guiadas pelos princípios da ética, eficiência e legalidade. O contexto alagoano ainda precisa evoluir; porém, o Quimera, sendo uma ferramenta relativamente nova, já apresenta resultados iniciais.

Este trabalho visa estimular o debate e ampliar o escopo de estudos que interconectam Ciências da Informação, Tecnologia e Segurança Pública. A gestão da informação deve sempre ser fundamentada em princípios éticos e objetivos claros, tanto para os indivíduos quanto para as instituições envolvidas na manutenção da ordem pública..

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 50, no inciso II do § 30 do art. 37 e no § 20 do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 18 nov. 2011a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/ L12527.htm>. Acesso em: 18 jun. 2022.

CAPURRO, Rafael. A liberdade na era digital. In: GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nelida de; CIANCONI, Regina de Barros. **Ética da Informação:** perspectivas e desafios. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda., 2017. p. 45-66.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação na contemporaneidade. In: FUJITA, M.; MARTELETO, R. LARA, M. (Org.). **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008. p. 19-34.

FURTADO, Vasco. **Tecnologia e Gestão da Informação na Segurança Pública**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2002.

GALAHAD, L. C. Quimera na mitologia grega. **Mitologia Grega Br**, 15 set. de 2020. Disponível em: <https://mitologiagrega.net.br/quimera-na-mitologia-grega/>. Acesso em: 17 de jul. de 2021.

KOBASHI, N. Y.; TÁLAMO, M. F. G. M. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. **Transinformação**, Campinas, v. 15, edição especial, p. 7-21, set./dez. 2003. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/article/download/6306. Acesso em: 04 jul. 2022.

LE COADIC, Y.-F. **A Ciência da Informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004. 124p.

MORIN, E. **Ciência com consciência.** 13. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 334p.

QUIMERA. **Google Play Store**. Disponível em: <https://play.google.com/store/apps/details?id=com.quimera&hl=pt_BR&gl=US/>. Acesso em: 17 de jun. de 2024.

REIS, Valdeci; SCHNELL, Roberta Fantin; SARTORI, Ademilde Silveira. *Big Data*, Psicopolítica e Infoética: repercussões na cultura e na educação. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 21, n.45, p. 50 - 79, jan./abr. 2020.

TAURION, Cezar. *Big data*. Rio de Janeiro: Brasport Livros e Multimídia Ltda., 2013.

EIXO 5

Atuação do profissional da informação e práticas educacionais em ambientes informacionais

A AÇÃO CULTURAL EM AMBIENTES INFORMACIONAIS: UMA LEITURA A PARTIR DA TEORIA CRÍTICA

Natali Santos de Santana
UFBA, natali.santos@ufba.br
Ana Claudia Medeiros de Sousa
UFBA, ana.medeiros@ufba.br

Resumo: Esta proposta teve como objetivo evidenciar o entrelaçamento da ação cultural com a teoria crítica, concebendo a *ação* como prática mediadora em dispositivos culturais e informacionais que visa à emancipação dos sujeitos. Trata-se de um ensaio teórico com uso do método bibliográfico, possui abordagem qualitativa, nível descritivo. Os resultados indicaram que a teoria crítica corrobora para a articulação de ações mediadoras que visam a apropriação do conhecimento de maneira consciente. Conclui-se que tanto a teoria crítica quanto a ação cultural orientam para a emancipação e assumem condutas para a interferência diante da realidade.

Palavras-chave: Ação cultural. Mediação Cultural. Teoria Crítica.

INTRODUÇÃO

A intersecção cultura e informação têm permeado o domínio da Ciência da Informação, sobretudo a partir do paradigma social da informação. Os debates acerca das novas interpretações dos dispositivos informacionais se expandem na área. Isso ocorre principalmente a partir da ressignificação da atuação de agentes mediadores e das ações realizadas nos ambientes informacionais, além da ênfase sobre as nuances que constituem as identidades culturais dos usuários. Nesse sentido, visualiza-se os fenômenos informacionais indissociáveis das manifestações culturais, incorporando as perspectivas culturais como potenciais norteadoras para a compreensão das dinâmicas informacionais.

Esta proposta teve como objetivo evidenciar o entrelaçamento da ação cultural com a teoria crítica, concebendo a *ação* como uma prática mediadora em dispositivos culturais e informacionais que visa à emancipação dos sujeitos. Para tanto, apoia-se no aporte teórico da Ciência da Informação e da perspectiva crítica a fim de realizar a interpretação dos fenômenos investigados e ressaltar as suas possíveis inter-relações. A pesquisa utiliza o método bibliográfico, fundamentada na revisão sistemática de literatura, com abordagem qualitativa e nível descritivo. O levantamento dos dados foi realizado nas

produções das seguintes autorias: Freire (1981), Teixeira Coelho (1997, 2001), Gomes (2019) e Almeida Júnior (2013). A escolha dessas autorias se deu por considerar que as concepções defendidas por essas pessoas se coadunam com a teoria crítica, ao defenderem a criticidade, a criatividade e a emancipação dos sujeitos. Assim, a coleta de dados ocorreu a partir da análise sistemática dos livros: 'Biblioteca Pública', de Almeida Júnior (2013); 'Dicionário crítico de política cultural' e 'O que é ação cultural?', de Teixeira Coelho (1997, 2001); e do artigo intitulado 'Protagonismo social e mediação da informação', de autoria de Gomes (2019). Este levantamento ocorreu entre dezembro de 2023 e abril de 2024.

A AÇÃO CULTURAL EM AMBIENTES INFORMACIONAIS

As discussões em torno da ação cultural ganharam particular visibilidade durante as décadas de 1970 e 1980, período o qual os domínios da Biblioteconomia e da Ciência da Informação elaboraram contribuições relevantes para a temática. No entanto, essas discussões perderam força nas décadas seguintes, sobretudo nos anos de 1990 e 2000, quando a ação cultural foi basicamente esquecida ou debatida pontualmente nos domínios supracitados, cedendo espaço para temas como a informática, as tecnologias, a gestão da informação e do conhecimento (Almeida Júnior, 2017). A ação cultural volta ao centro de análise nas referidas áreas a partir da reconfiguração das práticas culturais e das atribuições dos profissionais da informação. Marteleto (2007) defende a necessidade de apropriação das teorias socioculturais pelos profissionais ligados à informação, enquanto Cabral (1999) sustenta a recolocação da ação cultural como aspecto substancial para a compreensão das dimensões educativa e política inerentes a atuação de agentes culturais em ambientes informacionais.

Ainda de acordo com Cabral (1999), a ação cultural reveste-se de caráter emancipador com potencialidade para a transformação social ao criar e oportunizar a abertura para o diálogo e o questionamento, incentivando ao protagonismo no mundo. Esta pesquisa pondera a importância de salientar a responsabilidade dos mediadores da informação, que também estão intrinsicamente conectados ao âmbito cultural, pois segundo Gomes (2019), o mediador da informação é também um agente político, o que implica assumir uma posição humanizadora, ética e de engajamento, visando fortalecer a capacidade de expressão dos indivíduos, assim como a conscientização sobre a realidade social em que estão inseridos. Segundo Gomes (2019), é a partir do agir consciente que o agente mediador alcança as cinco dimensões constitutivas da mediação da informação, são elas: dialógica, estética, formativa, ética e política.

Teixeira Coelho (1997, 2001), um dos mais destacados representantes da Mediação Cultural em âmbito nacional, argumenta em favor da ação cultural como uma abordagem mediadora facilitadora nos processos de apropriação cultural. Segundo Pieruccini (2007), a *apropriação* agrega múltiplas habilidades a fim de suscitar a construção de sentido e a

leitura de mundo. Teixeira Coelho (1997, 2001) explica que a Mediação Cultural se diferencia em níveis e modos de realização – como a *ação cultural*, *fabricação cultural* e *animação cultural*. A dimensão da *ação* surge como campo de trabalho, ensino e pesquisa, para posteriormente se desenvolver como um conjunto de conhecimentos e técnicas com o objetivo de gerir o processo cultural, ou a ausência dele, visando uma distribuição mais equitativa.

A crítica posta por Teixeira Coelho (2001) destaca a preocupação em possibilitar aos sujeitos as condições necessárias para que possam se tornar criadores de seus próprios discursos e identidades, em lugar de concebê-los como meros espectadores ou consumidores dos bens materiais e simbólicos construídos em determinada sociedade. Aspectos que remetem ao entendimento de Paulo Freire (1981) que defendeu na obra *Ação Cultural para a libertação* a responsabilidade dos educadores no estímulo ao protagonismo, considerando a prática educativa e a ação cultural imbuídas de caráter libertário e mobilizadas politicamente.

A definição de ação cultural não é um consenso na literatura científica e acadêmica, ao longo de sua construção histórica, a noção tem sido tratada de múltiplos modos, resultando em uma gama de entendimentos em torno do conceito. Por isso, pontua-se que esta pesquisa busca o alinhamento com a concepção proposta por Paulo Freire (1981) e Teixeira Coelho (1997, 2001), que concebem a ação cultural como uma prática enraizada na criticidade com finalidade para a emancipação dos sujeitos. Como defendido por Teixeira Coelho (1997, 2001), a ação cultural transcende as iniciativas culturais da fabricação e da animação, estas percebidas como práticas mediadoras esvaziadas de reflexões e desprovidas de intencionalidade para o alcance do protagonismo.

Segundo Teixeira Coelho (1997, 2001), a ação cultural procura motivar a permanência receptiva às possibilidades, explora o *vir-a-ser*, a dialética e o movimento. Ela incentiva continuamente a criatividade e se atualiza conforme os sujeitos tecem suas narrativas e constroem suas identidades no mundo. A *ação* origina-se do questionamento e, muitas vezes, confronta a própria sociedade e os seus valores vigentes, com intuito de modificá-la. Corresponde a uma força motivadora de transformações significativas, que transcende ao mero entretenimento e a reintegração social, bem como ultrapassa a experiência passiva da contemplação e da recepção, pois não focaliza no produto em si, como no caso da fabricação, mas sublinha a aventura cultural que é a criação (Texeira Coelho, 1997).

A ação cultural envolve a dimensão política inerente à sua natureza, onde as decisões realizadas pelos mediadores demonstram posicionamento e intencionalidade diante da perspectiva cultural adotada pelo profissional. Porém, esse viés político na ação cultural carece cautela ao conduzir para dois objetivos opostos: um com tendência alienante; outro com propósito contrário, de emancipação. O primeiro normativo, encoraja a manutenção do sistema socioeconômico, processo de formação como mitificação da realidade, isto é, instrumento superficial e acrítico; e o segundo transformador, visto como meio de

libertação, refere-se a ação e a teoria entrelaçadas de maneira que uma fundamenta e fortalece a outra, ou seja, corresponde ao agir com criticidade.

Almeida Júnior (2013, p. 190) não diferencia os conceitos de ação, fabricação e animação ao listar as práticas culturais em dispositivos informacionais, mas indica a motivação das atividades mediadoras como incentivo pela leitura e "[...] a transformação da pessoa através da apropriação da informação". O referido autor questiona o fato de determinadas práticas constituírem-se como mero evento, em que a ação é realizada de maneira inconsciente e desvinculada de caráter político e social. Acerca do modelo de avaliação dos Serviços de Referência e Informação implementado pelas bibliotecas públicas, Almeida Júnior (2013) explica que quando os bibliotecários adotam uma postura passiva e estagnada, alicerçada unicamente na técnica e desconectada das necessidades do usuário, o resultado culmina no isolamento dos ambientes informacionais frente às transformações sociais.

Teixeira Coelho (1997) enfatiza a necessidade de contrapor as concepções da ação cultural e fabricação cultural, uma vez que é na oposição que se revelam as suas distinções. Para o autor, a fabricação compreende um procedimento com fases claramente delimitadas, com início e fim definidos. Por outro lado, a *ação* representa um processo dinâmico, com início mas sem um término determinado. Não segue etapas rígidas, pois não visa a um produto final predefinido ou um objeto específico como na fabricação. A disposição da ação cultural compreende a criação de um processo em vez de um produto, ainda que este seja gerado de modo não intencional. Articular a ação cultural em ambientes informacionais requer comprometimento contínuo e superação de desafios, sobretudo para evitar aquilo que Teixeira Coelho (1997) nomeou como dirigismo e autoritarismo. Em outras palavras, é necessário que a *ação* não se desenhe como uma intervenção destinada a regular a autonomia dos sujeitos, nem se apresente como forma de intervir nas decisões dos participantes porque ela implica no fortalecimento da capacidade de expressão e criação, bem como da tomada de consciência sobre a realidade social a qual os indivíduos estejam inseridos.

AÇÃO CULTURAL A PARTIR DA PERSPECTIVA CRÍTICA

Com o propósito de alcançar o objetivo de evidenciar o entrelaçamento da ação cultural com a teoria crítica, buscou-se interpretar os textos que compuseram a amostra deste estudo buscando o entrelaçamento das concepções defendidas neles com a Teoria Crítica.

A Teoria Crítica surgiu no início do século XX e procura interpretar a realidade visando à emancipação humana, envolve a análise de aspectos estruturais que permeiam a sociedade. O filósofo Nobre (2004), argumenta que adotar a categoria de crítica significa questionar a separação rígida colocada entre a teoria e a prática. Aspectos presentes nas concepções de autores que versam sobre as práticas mediadoras, tais como visto na

seção anterior, quando Freire (1981), Teixeira Coelho (1997), Gomes (2019) e Almeida Júnior (2013), defendem que as ações realizadas pelos mediadores devem fomentar nos sujeitos condutas emancipadoras consolidadas a partir da criticidade e criatividade. Tanto Freire (1981) quanto Gomes (2019) vão argumentar que a ação deve estar vinculada à reflexão, em que o agente mediador associa organicamente a prática e a teoria, estando seu agir fundamentado na práxis.

De acordo com Nobre (2004), a abordagem crítica abrange o conjunto de autores ligados a Escola de Frankfurt e ao Instituto para Pesquisa Social da década de 1920, além de delimitar uma perspectiva filosófica que permanece vigente até os dias atuais. Investigar as estruturas constitutivas da realidade social a partir da perspectiva crítica significa examinar os fenômenos não como meras descrições, mas olhá-los sob o ponto de vista potencial da emancipação da sociedade (Nobre, 2004). A orientação por esse viés, representa o reposicionamento contínuo para um comportamento que desnaturaliza a separação rígida entre o conhecimento e a ação ou entre o conhecer e o agir (Nobre, 2004), assim como recoloca os elementos históricos como categoria central para o estudo das dinâmicas sociais.

Ao analisar as concepções de ação cultural e de mediação da informação e cultural, é possível constatar que as reflexões estão conectadas às dinâmicas sociais, em que os agentes mediadores promovem a emancipação dos sujeitos quando atuam associando teoria e prática. Teixeira Coelho (1997) ao apresentar a ação cultural a reconhece como um processo dinâmico que envolve criticidade e criatividade, vislumbrando o enfrentamento da mitificação da realidade. Entende-se neste estudo que as reflexões de Paulo Freire (1981) também estão vinculadas à perspectiva crítica, pois o referido autor defende a ação cultural como um processo enraizado na práxis e na análise crítica da realidade, em que os mediadores subsidiam a transformação social e fomentam a autonomia dos sujeitos. Almeida Júnior (2013) ao refletir sobre o papel dos bibliotecários e demais profissionais da informação, afirma que esses agentes podem subsidiar a transformação dos usuários ao desenvolver ações visando a apropriação da informação. Essas ações, de acordo com o autor citado, devem ser realizadas de maneira consciente em que os agentes mediadores façam interferências respeitando os aspectos éticos exigidos nas ações. Portanto, as ações mediadoras demandam o olhar crítico sobre a realidade.

Encontram-se também pontos de conexão das concepções de Gomes (2019) com a teoria crítica, quando a referida autora afirma que é através do agir consciente e do alcance das cinco dimensões constitutivas da mediação que os agentes mediadores contribuem para que os sujeitos ampliem seus repertórios e encontrem subsídios para desenvolver posturas protagonistas diante da realidade. Para Gomes (2019), a ação mediadora deve ser realizada propondo-se a emancipação dos sujeitos, de maneira que os interesses

individuais e coletivos sejam contemplados, para assim, a ação fomentar uma conduta problematizadora e protagonista.

Diante do exposto, defende-se neste estudo que a perspectiva crítica estabelece interlocuções com os pressupostos da ação cultural, admitindo o olhar para a cultura enquanto componente histórico. A Teoria Crítica e a ação cultural orientam para a emancipação e assumem condutas para a interferência diante da realidade. O protagonismo defendido pela *ação* está vinculado à ideia de que os sujeitos devem adotar uma postura autônoma no mundo, emancipando-se de forças opressoras ou estruturas que limitem a liberdade. A mediação consciente, enquanto uma *ação de interferência* e não de intervenção, incorpora em sua constituição elementos como a crítica, o questionamento, a construção do diálogo, a abertura de espaço para a participação ativa dos envolvidos nas ações mediadoras.

Teixeira Coelho (1997) chamou atenção para o elemento de incomunicabilidade da arte, uma qualidade da gênese da obra cultural ou artística. Entretanto, o autor sustenta a necessidade de obstruir a incomunicabilidade de ordem social, econômica, política. Para tanto, afirma o papel da ação cultural como um modo de mediação com caráter dialético, mobilizada politicamente para a libertação.

Nessa conjuntura, reitera-se a importância de adotar uma atuação crítica acerca do conhecimento, dos bens culturais e artísticos produzidos a partir da estrutura dominante e encorajar a reflexão sobre as formas de viabilizar caminhos para que os sujeitos se apropriem da informação, das expressões culturais e artísticas, tornando-se emancipados e protagonistas, pois essas categorias devem corresponder a finalidade primeira das práticas mediadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo proposto nesta pesquisa consistiu na análise do entrelaçamento entre a ação cultural com a teoria crítica, destacando a ação cultural como uma prática mediadora em ambientes informacionais e culturais. A investigação buscou evidenciar nos textos que compuseram a amostra deste estudo como a ação cultural contribui para a emancipação dos sujeitos, concebendo de que maneira a teoria crítica fundamenta e orienta a ação cultural como processo de mediação e transformação social. A partir das reflexões indicadas, esta pesquisa enfatiza a importância da mediação consciente e respaldada na práxis, evidenciada a partir da ação cultural, dimensões estas essenciais para conduzir a orientação para a emancipação nas práticas desenvolvidas em dispositivos culturais e informacionais.

Destaca-se a responsabilidade do mediador cultural, além do mediador da informação, enquanto agentes políticos, sublinhando a postura crítica em relação à construção do conhecimento produzido pela estrutura dominante, organizada socialmente a partir

do capitalismo. Portanto, reitera-se que a perspectiva crítica corrobora para a articulação de ações mediadoras orientadas não apenas o acesso à cultura, à informação, e aos bens artísticos, intelectuais e simbólicos, mas também a apropriação do conhecimento de forma consciente, incentivando a capacidade de expressão e criação dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Ação cultural e protagonismo social. In: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (Orgs). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017, cap. 3, p. 45-58.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de**. Biblioteca Pública**: avaliação de serviços. Londrina, PR: Eduel, 2013.

CABRAL, Ana Maria Rezende. Ação cultural: possibilidades de atuação do bibliotecário. In: VIANNA, Márcia Milton; CAMPELLO, Bernadete; MOURA, Victor Hugo Vieira. **Biblioteca escolar**: espaço de ação pedagógica. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1999. p. 39-45.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

COELHO, Teixeira. **O que é ação cultural?**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

GOMES, Henriette Ferreira. Protagonismo social e mediação da informação. **LOGEION**: Filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 10-21, mar./ago. 2019.

NOBRE, Marcos. **A Teoria Crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

MARTELETO, Regina Maria. O lugar da cultura no campo de estudos da informação: cenários prospectivos. In: LARA, Marilda Lopez Ginez de; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires (org.). **Informação e contemporaneidade**: perspectivas. Recife: NÉCTAR, 2007. p. 13-26.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para libertação. In: FREIRE, Paulo. **Ação cultural para liberdade**: e outros escritos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

PIERUCCINI, Ivete. Ordem informacional dialógica: mediação como apropriação da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2007.

A ATUAÇÃO DO CENTRO DE MEMÓRIA DA NOVONOR NA CONSOLIDAÇÃO DA IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

Tatiana Souza Nascimento
Novonor
Leyde Klebia Rodrigues da Silva
Universidade Federal da Bahia

Resumo: Objetiva identificar a percepção do público interno da Novonor sobre o centro de memória na consolidação da identidade organizacional. Metodologicamente caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, do tipo descritiva, que se utilizou de entrevistas semiestruturadas. Os sujeitos foram pessoas que trabalham no Edifício Odebrecht na Bahia. As análises tiveram como base o método hermenêutico-dialético. Os resultados mostraram que o Centro de Memória da Novonor é visto por valorizar a história da instituição e dos colaboradores. Considera, que o centro contribui para a construção da identidade organizacional, tornando a memória da empresa acessível ao público interno e externo.

Palavras-chave: Memória. Identidade Organizacional. Novonor.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como foco o Centro de Memória da Novonor (CMN)[1]. O ponto de partida para o desenvolvimento da pesquisa foi a retomada dos trabalhos da Novonor sobre a sua memória.

Partimos do pressuposto que este espaço está propicio a apropriação simbólica de sentimentos de pertencimento. Existe uma relação estreita entre memória e identidade, o que possibilita a criação do sentimento de pertencimento nos indivíduos (Pollak, 1992). As organizações precisam possuir lugares de memória, nos quais a trajetória das empresas é contada de forma que possam conectar as instituições com seus públicos de relacionamento para criar um sentimento de identificação.

Neste trabalho, evidenciamos a importância da construção da identidade organizacional a partir das relações estabelecidas com espaços, como o CMN. Dessa forma, ao pensar a relação entre memória e identidade no âmbito das organizações, questiona-se:

1 Site institucional. Disponível em: https://www.novonor.com/

De que forma o Centro de Memória da Novonor pode se constituir como espaço para a construção e/ou fortalecimento da identidade organizacional?

Nesse sentido, o objetivo do estudo, configura-se em: **Identificar a percepção do público interno da Novonor sobre o centro de memória na consolidação da identidade organizacional**.

METODOLOGIA

O presente trabalho, sob o ponto de vista da abordagem, se pautou na pesquisa qualitativa do tipo descritiva.

O campo da pesquisa foi a Novonor. Com uma atuação variada por meio dos negócios de engenharia e construção, incorporação imobiliária, química e petroquímica, infraestrutura e mobilidade, construção naval, além de duas empresas auxiliares e uma atuação social com a Fundação Norberto Odebrecht, o Grupo Novonor chega em 2024 completando 80 anos.

Os(as) sujeitos participantes foram às pessoas que ainda trabalham no Edifício Odebrecht na Bahia (EOBA). Foram selecionados dois integrantes da empresa, um ocupa o cargo de coordenador do CMN e o outro é da área de Comunicação. A escolha por esses dois sujeitos se deu para tentar abarcar o olhar de quem atua na gestão da informação e de quem demanda a informação. Seria uma perspectiva de atendente e usuário, já que o CMN é subordinado à área de Comunicação.

A obtenção dos dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas. A técnica utilizada para o registro das informações foi a gravação e posterior transcrição dos áudios. Utilizamos a entrevista, pois esta é uma forma de interação entre pesquisador e pesquisado que busca compreender as experiências, opiniões e perspectivas dos sujeitos (Severino, 2017). Os(as) entrevistados(as) assinaram um termo de consentimento garantindo a colaboração e autorização da publicização dos dados da pesquisa.

A análise dos dados foi feita de acordo com o método hermenêutico-dialético, proposto por Minayo (2002). O método hermenêutico-dialético permite que o pesquisador compreenda o significado dos fenômenos sociais a partir da perspectiva dos sujeitos e identifique as contradições e conflitos presentes na realidade.

MEMÓRIA E IDENTIDADE NO CONTEXTO DAS ORGANIZAÇÕES

O foco do trabalho está nas discussões sobre memória e identidade e para isso é importante contextualizar e entender o campo da memória dentro dos estudos informacionais. Assim, tomamos como base as cinco proposições da psicanalista Jô Gondar (2016), que aborda alguns pressupostos teóricos a respeito do conceito de memória social que são relevantes para compreender este trabalho.

Gondar (2016) entende que é impossível formar um conceito clássico, simples e unívoco sobre a memória social. Contudo, é possível traçar algumas proposições acerca do campo de estudo em memória social.

Na primeira proposição de Gondar (2016), a memória é **polissêmica e transdisciplinar**, sempre em movimento, e pode ser vista como processo, produto, representação ou construção social, como por exemplo, observada por meio das linguagens (textos, áudios, imagens e objetos), que no caso dos centros de memórias podem ser evidenciados pelo seu acervo híbrido que comporta diferentes gêneros (arquivístico, bibliográfico e/ou museológico). A segunda proposição, Gondar (2016) afirma que discutir memória social é um **ato ético e político**, envolvendo escolhas sobre o que lembrar e esquecer. O que nos leva à terceira proposição, em que Gondar (2016) afirma que a **memória e o esquecimento estão implicados** e que não há memória social sem a dinâmica do lembrar e esquecer, ou seja, são complementares. Nesse sentido, o centro de memória, analisado em conjunto com o contexto social e político e as experiências da Novonor, nos revela como essa confluência de fatores molda a seleção das lembranças e recordações que serão preservadas. Assim, não existe neutralidade nas escolhas que fazemos sobre o que lembrar.

Por fim, nas duas últimas proposições, Gondar (2016) afirma que **a memória social não é fixa, mas processual**, **em constante evolução e mutável**. Com a globalização, disputas políticas e sociais são evidenciadas. Exemplificamos essa proposição com uma das transformações que a Novonor vivenciou nos últimos anos, influenciando suas relações e identidade, que foi a demissão de mais da metade dos funcionários, saindo de um total de 168.149 em 2014 (Odebrecht, 2015, p. 26), para 26.379 em 2022 (Novonor, 2023, p. 22).

Essas proposições destacam a natureza dinâmica, social, política, cultural e material da memória social. Elas sugerem que a memória não é simplesmente uma reprodução do passado, mas um processo ativo que é construído e reconstruído a partir de diferentes perspectivas, afetado por relações de poder, influenciado por valores e crenças e expresso em objetos, imagens, símbolos e nos sentidos, que se materializam na memória institucional.

A memória institucional é um processo de interação entre o instituído e o instituinte, que coexistem e se influenciam mutuamente. Essa memória se manifesta como uma memória-hábito, que fixa comportamentos e condutas, e como uma memória-arquivo, que produz documentos e informações que devem ser recuperados (Thiesen, 2013). Dessa forma, a memória institucional evidencia a trajetória de uma instituição, revelando as relações que ela estabelece com os diferentes grupos sociais com os quais se relaciona. Essa memória contribui para a construção de uma identidade, com uma ideia de definição e reforço da coletividade.

Identidades no contexto institucional

A identidade, assim como a memória, não é algo fixo, mas sim mutável, que está em permanente processo de transformação e se adaptando às nossas novas experiências e vivências.

Por isso, é preciso ressaltar que "há uma ligação fenomenológica muito estreita entre memória e o sentimento de identidade" (Pollak, 1992, p. 204). Joel Candau (2011, p. 16) afirma que, "a memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente [...]".

Essa dialética pode ser representada pelo espaço, que por sua vez, é um elemento fundamental para a memória coletiva, pois fornece um contexto físico e simbólico para as experiências sociais. Os lugares, por exemplo, são depósitos de memória, pois eles estão associados a eventos e experiências compartilhadas pelos membros de um grupo.

Michael Pollak (1992) apresenta três elementos importantes para a construção da identidade social: a unidade física, a continuidade e o sentimento de coerência, que formam a identidade do sujeito e ela é refletida para si e para os outros.

A unidade física é a sensação de pertencer a um grupo que é distinto de outros grupos. Essa sensação pode ser causada por fronteiras físicas, como um muro ou uma barreira, ou por fronteiras morais ou psicológicas. Essas fronteiras podem interferir na comunicação entre membros de grupos diferentes, levando a hostilidades ou preconceitos. A continuidade é a sensação de estar conectado aos outros em um contexto de mudança social. Essa sensação pode ser mantida por meio de negociações com o coletivo, que permitem que o indivíduo continue a se identificar com os valores e símbolos sociais do grupo.

Neste processo, se apresenta o conceito de identidade organizacional, em que há uma aderência dos valores pessoais com os valores organizacionais. A identidade de uma organização está alinhada à sua personalidade a partir de aspectos como história, valores, filosofia e cultura. Assim, Kunsch (2003, p. 172), defende que a identidade organizacional "é a manifestação tangível, o autorretrato da organização ou soma total de seus atributos, sua comunicação, suas expressões etc.".

Por fim, os alicerces da identidade e da memória se constituem nos espaços sociais. Nessa perspectiva, o lugar que guarda o acervo da memória da empresa, o Centro de Memória, contribui não só para a preservação, mas também para a difusão da memória e a consolidação da identidade, na premissa de construir o futuro orientado pelos valores e crenças organizacionais.

RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÕES

Na tentativa de identificar a percepção dos integrantes da Novonor sobre o CMN, aplicamos o roteiro de entrevista (semiestruturada), tendo questões de identificação (nome, ocupação e tempo de atuação) e questões abertas. O roteiro foi dividido de forma que fosse possível caracterizar o(a) entrevistado(a), a identidade organizacional e a relação com o CMN. Neste trabalho, apresentamos os resultados das questões que falam a construção da identidade organizacional, a integração dos funcionários recém-contratados com a história da organização, e por fim, sobre as experiencias vivenciadas no CMN.

Sobre a questão: Sendo identidade organizacional a "manifestação tangível, o autorretrato da organização ou soma total de seus atributos, sua comunicação, suas expressões etc.". Você acha que o espaço social do CMN contribui para a construção e fortalecimento da identidade organizacional da Novonor? Em que sentido?

> Entrevistado(a) 1 – Sem dúvida. Todos os sentidos, aqui tudo aqui. Você tem história da empresa. Então você tá. Isso agrega. A pessoa se sente abraçada, se sente. Como é que eu vou dizer? Integrada. Tanto que o nome é integrante, tá ligado a isso. É porque ela se sente integrada. E é isso que a gente faz aqui. A gente integra e abraça.

> Entrevistado(a) 2 – [...] O centro de memória, ele tem essa funcionalidade, né? Ele tem essa pretensão de conseguir transmitir, né? Mesmo que de forma ali resumida, né? Um tanto distante das obras que são o nosso centro de trabalho, a realidade da empresa, né? A história dela e o que ela conseguiu construir ao longo dos anos.

As reminiscências do Entrevistado(a) 1 nos apresentam um conceito que precisa ser mais bem explicado, Integrante. Segundo a publicação "Nossa Cultura" (Novonor, 2022, p. 80), integrante é "quem, depois de identificado e selecionado, passa a fazer parte da empresa, é formado, integrado, nela permanece e participa da criação e da entrega de tudo o que na empresa se faz, consciente de que faz parte do todo". Nesse sentido, o integrante é uma pessoa que se sente parte da empresa, implicando em ações de modo efetivo e intencional. O uso dessa nomenclatura, vinculada à definição dada pela empresa, possibilita uma sensação de pertencimento, que está intimamente relacionado à noção de lugar e identidade, pois seu desenvolvimento depende dessas interrelações.

Já a fala do Entrevistado(a) 2 nos apresenta a função de difusão da memória, conceito chave para os centros de memórias. O compartilhamento da memória da instituição com o público possibilita a preservação da memória e a construção da identidade organizacional.

A seguir, questionamos: Existe hoje alguma ação/projeto, no sentido integrar os funcionários recém-contratados com a história da organização? De que forma?

> Entrevistado(a) 1 – Existe. Existe e-learning. Foi lançado recentemente. Agora, antes eles vinham aqui fazer uma imersão com a gente, né? Então era fantástico. E agora tem já, desde que a gente retomou o centro de memória eles começaram a fazer um uma pesquisa para fazer esse e-learning. [...] Mas tudo baseado também no que a gente passou para eles, para o pessoal de P&O, para poder fazer as questões, aí passar para as pessoas a história, a memória da empresa toda. Porque isso é importante para ela conhecer os valores da empresa e a tecnologia dentro da nossa cultura.

> Entrevistado(a) 2 – A gente não tem mais um centro de memória, né? Infelizmente. Então, o que eu diria que persiste e que sim, as nossas áreas têm interesse em continuar fazendo com os novos integrantes e tem que ser natural. É a transmissão da nossa cultura, da antiga TEO, que hoje é chamado de nossa cultura. Então, essa é a forma que os novos integrantes têm de se conectarem com a história da empresa, com os valores que Dr. Norberto deixou para gente através dos livros que ele escreveu.

Nas narrativas apresentadas pelos entrevistados(as), foram citadas duas ações que a Novonor usa no sentido de contar a história da empresa para os novos integrantes. O Entrevistado(a) 1 relata o e-learning, que é uma modalidade de educação a distância que utiliza as tecnologias da informação e comunicação (TICs) para promover o aprendizado.

No caso do Entrevistado(a) 2, este apresenta a difusão da Nossa Cultura, antiga Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO), filosofia criada por Norberto Odebrecht, que fornece os fundamentos éticos, morais e conceituais para a atuação dos integrantes da Novonor. Os valores e crenças de uma empresa devem complementar a arte de empresariar com o espírito de servir. Esse espírito se traduz no compromisso de gerar riquezas, com ética, integridade e transparência, para todos os stakeholders, incluindo clientes, usuários, comunidades, integrantes, acionistas e a sociedade em geral (Novonor, 2021).

E por fim, apresentamos os dados da questão: Sobre a experiência no CMN, o que mais gostaria de deixar registrado?

> Entrevistado 1 – No nosso Centro de memória? [...] Ele consegue fazer a gente se sentir integrado mesmo. Parte disso. [...] Outra coisa é o quê? A forma de conseguir as informações ainda também não é a ideal. Eu já fiz uma reunião com os principais comunicadores da empresa, de todas as empresas do grupo, porém nem todos ainda aderiram a mandar informação para gente. [...] Mas a gente já está conseguindo informação, tem trabalho, tem muito trabalho, mas ainda podia ser melhor.

> Entrevistado 2 – [...] eu tive o privilégio, a oportunidade de trabalhar na sede de Salvador e eu não sei se diariamente, mas com muita frequência entrava lá no centro de memória para sentir até o cheiro, né? Para rever lá informações, para rever objetos, a raiz, né? [...]. E assim como a evolução da nossa empresa, né? [...] Além de ser um lugar muito bonito, muito agradável, a história era muito rica e ficava fácil, né? Passar aquela história, né? Contar aquela história para os nossos visitantes. [...] Conheciam todas as empresas que o grupo tinha naquele momento e passar por ali, fazer aquela, aquele roteiro do centro realmente mostrava a grandeza e a importância que que essa empresa tem aí para o país.

A primeira coisa que nos chama a atenção no relato do Entrevistado(a) 1 é o sentimento de pertencimento que ele expressa. Para ele, o Centro de Memória "consegue fazer a gente se sentir integrado mesmo. Parte disso". Isso é um sinal interessante, pois indica que a empresa criou um ambiente de trabalho em que os integrantes se sentem valorizados, respeitados, pertencentes e representados.

O trecho da narrativa do Entrevistado(a) 2 mostra elementos de uma memória vivida e, dessa forma, constituída pelos acontecimentos, lugares e personagens, que segundo Pollak (1992) constituem a memória. Esses critérios, "conhecidos direta ou indiretamente, podem obviamente dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais, empiricamente fundados em fatos concretos. Mas pode se tratar também da projeção de outros eventos" (Pollak, 1992, p. 202). Ainda revela uma forte identificação com a Novonor, uma identificação que se manifesta de diversas formas. Em primeiro lugar, ele se refere à empresa como "nossa empresa" e "essa empresa", o que sugere que a Novonor é parte de sua identidade. Em segundo lugar, ele se orgulha da grandeza e importância da empresa para o país, o que demonstra seu sentimento de orgulho e admiração pela empresa.

Essas narrativas estão fundamentadas no sentimento de pertença e na existência de uma identidade organizacional. Quando compartilhamos narrativas significativas, elas nos ajudam a construir nossa identidade. Dessa forma, compartilhar memórias nos conecta com os outros, nos dá um senso de pertencimento e nos ajuda a compreender o mundo ao nosso redor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da identificação da percepção do público interno da Novonor sobre o centro de memória na consolidação da identidade organizacional, foi possível revelar que o CMN é visto como um espaço importante para a valorização da história da instituição e dos seus colaboradores.

Entendemos ainda o CMN como um espaço que contribui para a construção da identidade organizacional, ao preservar a memória da empresa e torná-la acessível ao

público interno e externo; ao promover a reflexão sobre a história da empresa e seu papel na sociedade e contribuir para a formação de uma cultura organizacional forte e coesa.

Por fim, a pesquisa permitiu perceber o papel do Centro de Memória da Novonor no processo de construção e fortalecimento da identidade da empresa. O lugar permite a articulação entre a história da empresa e seus diferentes públicos, sendo a base para sustentar a memória e fomentar a identidade.

REFERÊNCIAS

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011. 219 p.

GONDAR, J. Cinco proposições sobre memória social. **Morpheus**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 19-40, 2016. Disponível em: http://www.memoriasocial.pro.br/painel/pdf/publ_19.pdf. Acesso em: 06 set. 2023.

KUNSCH, M. M. K. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. São Paulo: Summus, 2003.

MINAYO, M. C. de S. Hermenêutica-Dialética como Caminho do Pensamento Social. In: MINAYO, M. C. de S. **Caminhos do Pensamento**: epistemologia e método. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. p.72-93.

NOVONOR. **Nossa cultura**. São Paulo: Novonor, 2022. 82 p.

NOVONOR. **Política sobre comunicação**. Versão 2. São Paulo: Novonor, 2021. 17p. Disponível em: https://apicdn.novonor.com/media/documents/politica_sobre_comunicacao.pdf. Acesso em: 27 abr. 2023.

NOVONOR. **Relatório da administração Novonor S.A. 2022**. São Paulo: Novonor, 2023. Disponível em: https://apicdn.novonor.com/media/documents/PDF_-_Relat%C3%B3rio_da_Administra%C3%A7%C3%A3o_2022.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

ODEBRECHT. **Relatório anual Odebrecht 2015**. São Paulo: Odebrecht, 2015. Disponível em: https://apicdn.novonor.com/media/documents/ra_odebrecht_2015.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

POLLACK, M. Memória e identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf. Acesso em: 13 out. 2019.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2017. epub.

THIESEN, I. **Memória institucional**. João Pessoa: UFPB, 2013. 312p.

A BIBLIOTECONOMIA BAIANA E SUAS MEMÓRIAS: EM DESTAQUE OS ANOS 60

Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira
Lucilene Soares
Beatriz Marques Sacramento

Resumo: O trabalho investiga a constituição da memória do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal da Bahia, por meio dos egressos dos anos 60 do século XX, a partir da literatura sobre memória e memória institucional. Para tanto, delineou-se como objetivos mapear os egressos do período e, descrever o perfil dos estudantes participes do contexto investigado, através dos documentos do arquivo institucional. A pesquisa é caracterizada como descritiva, documental e qualiquantitativa. Os resultados evidenciaram que o perfil era feminino, classe média alta, pele clara. Conclui-se ressaltando que pesquisas dessa natureza são relevantes, pois documentam a memória de um determinado grupo social.

Palavras-chave: memória institucional. biblioteconomia baiana. egressos de biblioteconomia.

INTRODUÇÃO

As instituições educacionais de ensino superior são por excelência espaços de memória, pois, retratam a dinâmica do fazer acadêmico cotidiano que, ao longo de sua constituição evidencia as transformações educacionais ocorridas por meio das mudanças estruturais advindas das políticas educativas e pela ação dos agentes participes no processo de formação profissional (docentes, discentes, coordenadores e funcionários). Desse modo, compreender os aspectos que permeiam os ambientes da vida universitária é, de certo modo, construir possibilidades de evocar um tempo passado que deem sentido ao momento presente de uma dada instituição.

Nessa perspectiva, desenvolver estudos que retratem a memória institucional reverte-se de importância, por documentar a memória de um grupo social inserido em uma instituição educacional, responsável pela formação profissional desses sujeitos. Nessa direção, a pesquisa ora apresentada é resultante das inquietações que envolvem os aspectos relacionados à memória da primeira instituição da região Norte e Nordeste

responsável pela formação do bibliotecário e única pública do Estado da Bahia em mais de 80 anos (1942-2024).

A investigação, possibilitou delinear o perfil dos alunos ingressos no Curso de Biblioteconomia nos anos 60 do século passado, por meio de documentos, imagens e fotos presentes no arquivo do Instituto de Ciência da Informação (antiga Escola de Biblioteconomia), registrando com isso, atividades do cotidiano do que compõem a memória coletiva do curso responsável pela formação dos bibliotecários baianos do período analisado. Desse modo, o registro histórico permitiu, a partir das análises dos dados, descortinar aspectos até então pouco conhecidos sobre o curso e os envolvidos nesse processo formativo, entrecruzando tempos distintos (passado e presente), como nos lembra Le Goff (1990), ampliando assim, a compreensão da realidade vigente, com vistas a prospecções futuras.

Partindo dessa acepção, é perceptível que investigar a memória da formação universitária, porque, além de acumular informações acerca da trajetória institucional, amplia as possibilidades para investir em ações que possam minimizar possíveis lacunas formativas que reverberam no exercício profissional. Para além disso, as reminiscências de um tempo passado torna-se uma forma de afirmar a identidade e fortalecer a ideia de pertencimento.

MEMÓRIA INSTITUCIONAL: CAMINHOS ENTRECRUZADOS

A ideia de memória institucional remete aos estudos dos anos 60 do século passado, período em que as empresas passam a se preocupar em registrar e preservar suas ações, com vistas a criar uma identidade institucional. Desse modo, "se a instituição existe, a memória se plasma. Constitui marcas, rastros ou traços que contém informação', segundo Costa (1997, p. 4). A autora enfatiza que tais informações, no decorrer de um lapso temporal, "refletem as formalizações das culturas", considerando que "a memória institucional é o reflexo dessa trajetória, não como *mimesis*, mas como um cristal com suas múltiplas e infinitas facetas.

A partir da perspectiva de que as instituições se constituem em espaços de memória institucional, é que se delineia a biblioteconomia baiana, nascida no contexto dos anos 40 do século XX, a partir da iniciativa de Bernadete Sinay (engenheira de formação), como uma alternativa institucional para capacitar os servidores alocados na biblioteca da escola de Engenharia, local onde a engenheira desenvolvia suas atividades (Aragão; Quaresma, 1992). O curso de capacitação vigorou até meados da década seguinte, quando este foi incorporado à recém-criada Universidade Federal da Bahia, como de nível superior. Desde então, o curso caminhou se adaptando às modificações decorrentes da evolução da sociedade e das necessidades emanadas do mercado do trabalho, a fim de oferecer formação de qualidade aos ingressante no curso de Biblioteconomia.

Essa trajetória é marcada por mudanças de local, de concepções conceituais, de formas de ingresso e de grade curricular com o objetivo de melhorar o processo formativo ao longo dos anos. Desse modo, o panorama descrito, faz com que o curso mencionado se torne um espaço de memoria institucional por excelência, no qual registros documentais e pessoas se cruzam para "[...] construir uma memória institucional no tempo presente, o único de que dispomos, já que o passado já passou, e o futuro está em nossas mãos", conforme salienta Costa (1997, p.155) ao tratar do assunto. Essa construção só é possível na medida em que as ações individuais são compartilhadas, uma vez que é a partir da incorporação das memórias particulares que será composta a memória coletiva. Na visão de Halbwachs (2003, p. 69) "a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com os outros ambientes." Há, portanto, não uma memória individual exclusiva, mas, sim o entrecruzamento dessas memórias.

O registro da memória proposto no trabalho, portanto, decorre da compreensão de que a memória institucional é permeada por elementos constituintes presentes nas organizações, e no caso específico, daquelas voltadas à educação de ensino superior, a exemplo da aqui mencionada. Nesse sentido, Pollak (1992, p. 2) concebe a memória, tomando como esses elementos, quais sejam: os acontecimentos, as pessoas e os lugares, que juntos podem ser entendidos "como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente". Assim, a tríade ao congregar a vivência de acontecimentos individuais e ou coletivos por pessoas em determinado lugar favorece a constituição da memória.

METODOLOGIA

O estudo em tela é caracterizado como uma pesquisa documental, descritiva, com abordagem quantitativa e qualitativa, que teve como tem como universo os egressos do curso de Biblioteconomia e Documentação da UFBA da década de 60, para tratar da memória institucional do Curso de Biblioteconomia.

O desenho metodológico toma como referência o objeto investigado e os objetivos delineados, para nortear os procedimentos adotados para a coleta, objetivando o alcance da pretensão investigativa. Assim, definiu-se as seguintes etapas: 1) levantamento da documentação no arquivo da Instituição; 2) mapeamento dos egressos do período analisado; 3) pré-análise dos registros encontrados e por fim, a análise e interpretação de dados.

Assim, a coleta de dados foi iniciada com a primeira etapa, em que foram feitas incursões no arquivo do ICI, alocado em outra unidade do ICI/UFBA, a fim de constatar a existência de documentos inerentes a época pesquisada. Esse procedimento resultou na localização de caixas, contendo indicação de letras, referente ao prenome de cada aluno, e dentro de cada uma, havia envelopes individuais, com vários documentos referentes

ao ingresso deste no referido curso. No segundo momento, fez-se a abertura dos envelopes encontrados e uma análise preliminar da documentação, para verificar o conteúdo existente em cada um deles. Em seguida, definiu-se as informações a serem transcritas (nome, currículo do curso, forma de ingresso, cor da pele, motivação da escolha profissional, local de origem, estado civil, formação e/ou profissão anterior, classe social, e demais observações, como estágios realizados, trancamentos, intercâmbio), em função dos objetivos do projeto. Os dados elencados foram revisados, com a checagem das informações a serem registradas, que em seguida foram transcritos em uma planilha Excell, descrevendo todos os documentos encontrados, bem como observações pertinentes que pudessem ser utilizadas no momento da análise, além do registro fotográfico de documentos, para ilustrar evidências ali constatadas; por fim, foi iniciada uma pré-análise documental ainda no local da coleta de dados.

Na busca pelos dados, o manuseio da documentação foi realizado cuidadosamente com luvas e máscaras em razão da condição em que se apresentava (desgaste e poeira). Nessa etapa, foram feitas algumas constatações: falta de conservação da documentação, causada pelas intempéries e o acondicionamento inadequado; pastas incompletas, revelando a perda de documentos, possivelmente em função inúmeros deslocamentos do arquivo; documentos desordenados (diferentes egressos no mesmo envelope); pastas vazias, contendo apenas o nome do egresso; ausência das pastas dos egressos com nomes iniciados com as letras B e S.

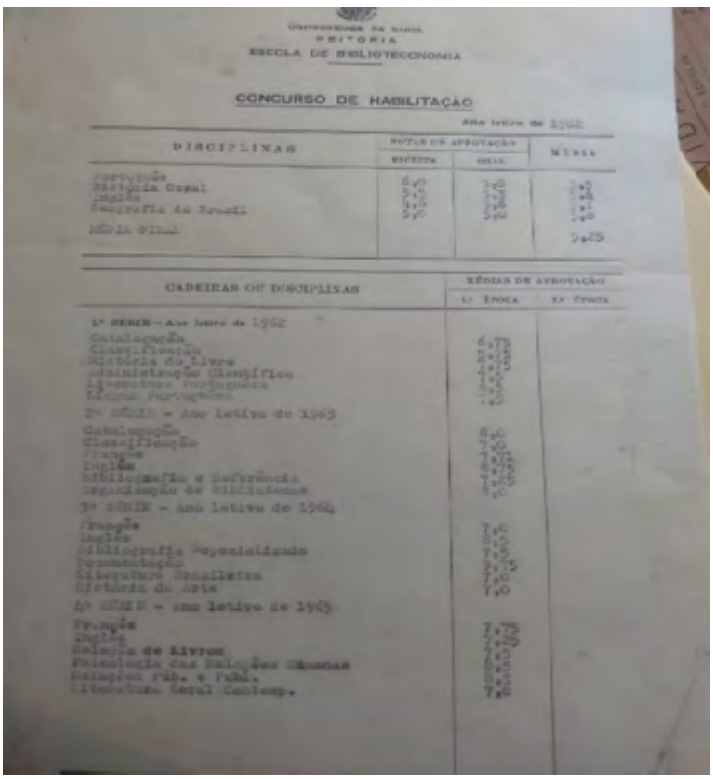
APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nessa etapa da pesquisa, apresentam-se os dados oriundos da coleta realizada *in loco*, bem como a análise das informações tratadas no momento seguinte. Assim, do levantamento realizado, foram totalizados 332 egressos na década de 60, oriundos do curso de Biblioteconomia da UFBA. Os dados revelaram que a profissão no período é predominantemente feminina, haja visto 317 egressas era do gênero feminino, contra 15 do masculino, mostrando que "[...] a profissão bibliotecária foi definida, sobretudo a partir do século XX, como uma profissão feminina" conforme salienta Pires (2016, p.1 9), predominância que tem relação com o lugar ocupado pela da mulher no mercado de trabalho, conforme estudos sobre essa temática (Botassi, 1984; Martucci, 1996, Ferreira, 2003; Xavier, 2020), onde ela é levada assumir atividades laborais relacionadas ao cuidado com o outro, inerentes ao papel maternal atribuído socialmente.

Ao avançar com a análise da documentação, emergem informações que ainda não estavam efetivamente registradas e que se tornaram conhecidas a partir da investigação: bibliotecárias de formação técnica (2 anos), anterior a elevação do curso ao *status* de ensino superior (3 anos), retornaram à Escola de Biblioteconomia com intuito de completar a carga horária para adquirir o diploma de 3º grau. Nesse contexto, havia

indícios que a nova realidade da biblioteconomia baiana, aliada ao movimento de âmbito nacional que prospectava uma profissão com efetivo reconhecimento no mercado de trabalho, fez aumentar a busca pelo curso por parte dos estudantes, tendo em vista que este representava um espaço de trabalho, que poderia trazer prestígio social, aumento de conhecimentos e cultura, conforme registros encontrados nas fichas de inscrição das ingressantes no curso. Um outro achado interessante foi a revelação de que para ingressar no curso, após tornar-se de nível superior, o aluno prestava vestibular oral e escrito com avaliações em disciplinas específicas (foto 1).

Figura 2 - notas de exame


REITORIA
ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA

CONCURSO DE HABILITAÇÃO

Ano letivo de 1962

DISCIPLINAS	NOTAS DE APROVAÇÃO		MÉDIA
	ESCRITA	ORAL	
Português	6,0	7,0	6,5
Biologia Geral	7,0	7,0	7,0
Inglês	7,0	7,0	7,0
Geografia do Brasil	7,0	7,0	7,0
Média final			6,875

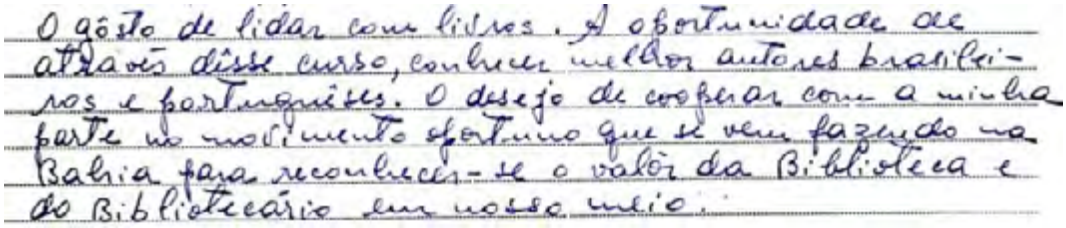
CADEIRAS OU DISCIPLINAS	MÉDIAS DE APROVAÇÃO	
	1ª ÉPOCA	2ª ÉPOCA
1º SÉRIE - Ano letivo de 1962		
Catalogação	6,5	
Classificação	7,0	
História do Livro	7,0	
Administração Científica	7,0	
Literatura Portuguêsa	7,0	
Língua Portuguêsa	7,0	
2º SÉRIE - Ano letivo de 1963		
Catalogação	8,0	
Classificação	7,0	
Francês	7,0	
Inglês	7,0	
Bibliografia e Referência	7,0	
Organização de Bibliotecas	7,0	
3º SÉRIE - Ano letivo de 1964		
Francês	7,0	
Inglês	7,0	
Bibliografia Especializada	7,0	
Documentação	7,0	
Literatura Brasileira	7,0	
História da Arte	7,0	
4º SÉRIE - ano letivo de 1965		
Francês	7,0	
Inglês	7,0	
Coleção de Livros	7,0	
Psicologia das Relações Humanas	7,0	
Adminis. Pública	7,0	
Literatura Geral Contemp.	7,0	

Fonte: dados da pesquisa

Para além disso, a documentação individual de cada aluno, revelou detalhes do perfil dos egressos do curso de Biblioteconomia da UFBA da década de 60: cor da pele clara, solteira, faixa etária média ao ingressar no curso era de 20 anos, classe social média alta, com diploma de professora primária, procedentes da capital, das cidades do interior e de outros estados. Mostrou ainda que, as motivações para cursar biblioteconomia, na maioria das fichas estavam atreladas ao gosto pelo livro e pela leitura,

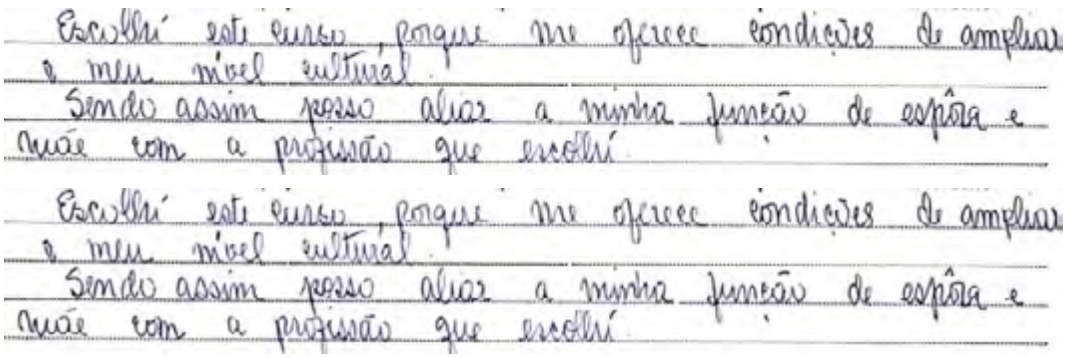
conforme figura 2, mas também havia outras que demonstravam claramente o papel da mulher na sociedade (Figura 3).

Figura 2 – motivação para cursar biblioteconomia



Fonte: dados da pesquisa

Figura 3 – motivação para cursar biblioteconomia



Fonte: dados da pesquisa

A ideia de que era uma profissão adequada para mulheres foi sendo diluída como o tempo, ainda que se mantenha como uma profissão feminina, o fazer bibliotecário independe da condição de gênero. Assim, os dados levantados nos documentos bem como as concepções individuais acerca da profissão, possibilitaram compreender que a memória institucional é entrelaçada por discursos e comportamentos de pessoas, como revela Thiesen (2013).

Após conclusão dessa etapa, para encerrar o projeto, foi realizado um encontro denominado "**Encontro de Bibliotecárias: memórias dos anos 60**" com as egressas, momento em que foram compartilhadas experiências e vivências dessas pessoas sobre o momento vivido naquele espaço de formação profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da memória institucional, a partir de fragmentos da memória individual ou coletiva, permite o entendimento de um contexto do tempo passado que ainda reflete na realidade atual**.** Na relação tempo e espaço, dois aspectos se destacam para a memória institucional da Biblioteconomia na Bahia: a perenidade da instituição que prepara a formação do estudante para o mercado de trabalho e a transitoriedade dos sujeitos inseridos nesse local durante a formação profissional. Do encontro tempo/espaço, foi possível investigar, a partir dos traços e vestígios encontrados no registros documentais dos egressos do período em análise, uma parcela da memória do referido curso. Esse processo, ao entrecruzar tempos distintos (passado e presente), como nos lembra Le Goff (1990), possibilita o entendimento da realidade vigente para a prospecção de ações futuras.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Esmeralda Maria de; QUARESMA, Dinorá Luna de Assis (org.). **Cinqüentenário da Escola de Biblioteconomia e Documentação**. Salvador: Gráfica Universitária, 1992

BOTASSI, Miriam. Bibliotecária (o): a profissão no feminino e o mercado. **PalavraChave**, São Paulo, v. 4, p. 3-4, maio 1984. Disponível em: https://abecin.org.br/revista-palavra-chave/.

COSTA, I. T. M. **Memória institucional**: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. 1997. 169 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

FERREIRA, Maria Mary. O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 189-201, ago. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tinf/a/b8fgrXCGZw83LwtjrL3LbcG/?lang=pt.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, J. **História e Memória**. São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

MARTUCCI, Elisabeth Márcia. A feminização e a profissão do magistério e da biblioteconomia uma aproximação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.2, p.225- 244, jul./dez.1996.

NORA, P. **Entre Memória e história:** a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-2, 1993.

PASSOS, R.; SANTOS, G. C. Formação da identidade profissional do bibliotecário: o desenvolvimento de competência e habilidade na área educacional. In: PASSOS, R.; SANTOS, G. C. (org.). **Competência em informação na sociedade da aprendizagem**. 2. ed. Bauru: Kayros, 2005. p. 9-28.

PIRES, Hugo Avelar Cardoso. **Relações de gênero e a profissão bibliotecária na contemporaneidade:** panorama nacional e os motivos da entrada masculina em curso majoritariamente feminino (Dissertação de Mestrado), Belo Horizonte, Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. Disponible en: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-AE6MYV.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

XAVIER, Ana Laura Silva. **A Presença do feminino na Biblioteconomia Brasileira: aspectos históricos**. 2020. 143 f. Dissertação (Metrado)- Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, da Universidade Estadual Paulista, Marilia, São Paulo, 2020. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/193372.

A LITERATURA DE CORDEL NA BIBLIOTECA PÚBLICA DO MARANHÃO: A MEDIAÇÃO DA CULTURA NORDESTINA NA AÇÃO "TERÇA DO CORDEL" DA BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE

Maurício José Morais Costa
UFPB
mauriciojosemorais@gmail.com
Bruno Fortes Luce
UFPB
brunofluce@gmail.com
Maria Cleide Rodrigues Bernardino
UFCA
cleide.rodrigues@ufca.edu.br

Resumo: O estudo analisa o projeto "Terça do Cordel" da Biblioteca Pública Benedito Leite do Maranhão, que promove a literatura de cordel como forma de mediação do patrimônio cultural nordestino. Com metodologia qualitativa e descritiva, a pesquisa utilizou documentos, observação in loco e entrevistas realizadas em julho de 2024. Os resultados apontam que o projeto fortalece a identidade cultural local e regional, ao fomentar manifestações populares e facilitar o acesso à literatura tradicional. Conclui-se que o "Terça do Cordel" é um importante instrumento de preservação e valorização da cultura nordestina, cumprindo o papel da biblioteca pública na formação de leitores e na promoção da identidade social.

Palavras-chave: Bibliotecas Públicas. Literatura de Cordel. Biblioteca Pública Benedito Leite. Ação Terça do Cordel. Mediação do Patrimônio Cultural.

INTRODUÇÃO

As bibliotecas públicas são instituições voltadas à preservação das tradições de diferentes povos em variados suportes e formas de expressão, promovendo o diálogo intercultural e a diversidade cultural (IFLA, 2022). Elas têm uma missão dupla: atender os anseios individuais e coletivos, e contribuir para a formação e organização social. O conceito de biblioteca pública gera reflexões devido à sua complexidade e aos diversos fatores envolvidos. Evoluíram para se tornarem organismos multifuncionais, oferecendo acesso ao conhecimento, promovendo discussões para criar novos saberes e desenvolvendo

estratégias para disseminar informações. As bibliotecas públicas refletem demandas sociais, com acervos resultantes de ações políticas, ideológicas e relações de poder (Almeida Júnior, 2013).

Assim, pode-se afirmar que as transformações na organização e disseminação dos acervos das bibliotecas abriram caminho para a potencialização de suas práticas de mediação. O tempo antes dedicado ao processamento técnico dos materiais passou a ser direcionado para atividades de dinamização e divulgação desses acervos. Como resultado, o perfil das bibliotecas, especialmente as públicas, evoluiu, tornando-se cada vez mais centros culturais, conforme reforçam Mendes (2014) e Rasteli e Caldas (2017).

Tais entendimentos são observados nas ações da Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL) no Maranhão, estado nordestino, que se destaca pela promoção dos patrimônios locais, como o bumba-meu-boi, danças tradicionais, autores maranhenses, e artistas ludovicenses. Entre essas ações, destaca-se o projeto "Terça do Cordel", uma expressão da cultura popular nordestina, popularizada no século XVIII (Morais, 2021). O cordel expressa "[...] identidades, ideologias, memórias e imaginários que configuram o povo da região Nordeste" (Silva; Rodrigues, 2023, p. 490). Produzido para ser declamado, o cordel reforça a identidade nordestina e a formação cultural, abordando "[...] não só ficção, mas também fatos reais, que retratam o cotidiano e a realidade vivida pelo povo [...]" (Morais, 2021, p. 41). Dado o forte vínculo com a cultura nordestina, e considerando que a BPBL está em um estado dessa região, o projeto "Terça do Cordel" destaca o potencial da instituição como mediadora da cultura e do patrimônio nordestino, por meio de uma tipologia de literatura produzida 'pelo povo e para o povo'.

Diante disso, este estudo tem como problemática: como a Biblioteca Pública Benedito Leite, através do projeto 'Terça do Cordel', medeia o patrimônio nordestino por meio da literatura de cordel e contribui para o fortalecimento da identidade do povo local e regional? Nesse sentido, objetiva-se como este estudo analisar como a Biblioteca Pública Benedito Leite, através do projeto 'Terça do Cordel', realiza a mediação do patrimônio nordestino por meio da literatura de cordel e contribui para o fortalecimento da identidade cultural do povo local e da região. Adicionalmente, intenta-se discutir as práticas de mediação do patrimônio cultural adotadas por bibliotecas públicas, com ênfase no papel dessas instituições na preservação e promoção das tradições locais e regionais e evidenciar as implicações do projeto 'Terça do Cordel' na Biblioteca Pública Benedito Leite no fortalecimento da identidade cultural do povo maranhense e na valorização da cultura nordestina.

A MEDIAÇÃO CULTURAL EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS

O mais recente Manifesto das Bibliotecas Públicas de 2022, da IFLA/UNESCO, aborda vários aspectos da sociedade contemporânea, definindo a biblioteca não apenas como

um espaço de alfabetização ou lazer, mas também como um local de produção e conservação de informações locais. O documento destaca a importância da biblioteca em áreas como economia, saúde e conhecimentos locais e indígenas. Um dos pontos da missão é preservar os conhecimentos e tradições locais, proporcionando um ambiente onde a comunidade possa participar ativamente na identificação de materiais a serem coletados, preservados e compartilhados (IFLA, 2022, p. 3).

Ao considerarmos a missão de preservar e promover o acesso, podemos relacioná-la à mediação da informação discutida por Almeida Júnior (2015), que aborda a interferência do profissional da informação. Segundo Barboza e Almeida Júnior (2017), essa interferência contrasta com a visão passiva do mediador. A missão apresentada pela IFLA em 2022, referente às tradições locais, também pode ser vista como uma ação decolonial. Barboza e Almeida Júnior (2017) apontam que essa abordagem rompe com a hegemonia da mídia de massa, e a biblioteca pública desempenha um papel determinante nesse processo. Essas ações visam principalmente promover um protagonismo social, mediado por iniciativas desenvolvidas pelas bibliotecas, como o Terça do Cordel, objeto deste estudo. Gomes (2019, p. 19) reforça que o protagonismo pode ocorrer "[...] com o apoio das atividades de mediação consciente da informação [...] e da força dessa ação também protagonista".

A biblioteca pública, além de ser mediadora de informações em formatos tradicionais como livros ou mídias digitais, também exerce um papel significativo como mediadora cultural. Isso é evidenciado na missão da IFLA 2022: "Promover a preservação e o acesso a expressões culturais e tradições, à fruição das artes [...]". Assim, podemos nos apoiar na definição de Rasteli e Cavalcante (2014) sobre mediação cultural como uma forma de instigar e provocar o pensamento e a imaginação, desempenhando um papel fundamental em um espaço informacional para seus usuários. Tais características estão em consonância com o Manifesto da Biblioteca Pública (IFLA, 2022), que, em seu parágrafo inicial, afirma que uma educação de qualidade e o acesso livre ao pensamento, cultura e informação são fundamentais para a construção de uma sociedade mais democrática.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Trata-se de um estudo de caráter descritivo e abordagem qualitativa, que busca explorar as diferentes estratégias de mediação do patrimônio cultural em bibliotecas públicas e evidenciar as implicações do projeto "Terça do Cordel" na BPBL no fortalecimento da identidade cultural do povo maranhense e na valorização do patrimônio nordestino no contexto local de São Luís, MA. Para tanto, adota-se como procedimento técnico a pesquisa documental, mediante levantamento de informações no site institucional, relatórios técnicos, matérias em canais oficiais e jornais de circulação local (Prodanov; Freitas, 2013). Procedeu-se, ainda, à realização de pesquisa de campo, que incluiu uma

visita *in loco* à Biblioteca Pública Benedito Leite, em São Luís, que se localiza no centro da capital. A visita foi realizada no mês de julho de 2024, ocasião em que foi conduzida uma visita guiada à instituição, com ênfase nas atividades de mediação do patrimônio cultural. Como instrumento de coleta de dados, foi utilizada a técnica de observação sistemática e entrevista semiestrutura com a direção da biblioteca, cujos dados produzidos subsidiaram a análise do *corpus* deste estudo (Sampieri; Collado; Lucio, 2013).

O "TERÇA DO CORDEL" NA BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE

A BPBL, fundada no século XIX, é um marco cultural e patrimonial do Maranhão, fundamental para a leitura e preservação da identidade e memória do Estado. Com um dos acervos mais antigos e relevantes do Brasil, a biblioteca oferece produtos e serviços que destacam sua importância histórica e cultural (Costa; Cutrim, 2021). Além disso, a BPBL, por meio do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Maranhão (SEBP), promove a mediação da informação e coordena políticas para modernização e atualização de acervos das bibliotecas públicas do estado (Costa; Cutrim, 2021).

Nesse contexto, a BPBL tem implementado diversas ações com o objetivo de transformar a realidade do Maranhão por meio da disseminação de informações e da efetivação das políticas de livro, leitura e bibliotecas. Dentre essas ações, destaca-se o projeto "Terça do Cordel", desenvolvido em parceria com o coletivo Tapera do Cordel, que visa fomentar a literatura de cordel, Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, e valorizar os cordelistas maranhenses (Maramaldo, 2023).

Figura 1 - Cartaz de divulgação do "Terça do Cordel"

Fonte: Biblioteca Pública Benedito Leite (2021, 2023).

A primeira edição foi realizada virtualmente em 2021, com a apresentação de cordelistas de diferentes municípios do estado. As divulgações podem ser observadas na Figura 1, mostrando elementos característicos desse tipo de literatura, como imagens, identidades e ideologias que constituem os textos (Silva; Rodrigues, 2023).

O projeto "Terça do Cordel" exemplifica como a BPBL atua como um relevante dispositivo de mediação cultural, pois fomenta as manifestações populares do Nordeste no Maranhão e viabiliza o acesso a uma expressão da literatura tradicional da região,

bem como a preservação e constituição da identidade social local e regional (Sousa; Santos; Jesus, 2020). O incentivo à leitura é inerente, ao passo em que está sendo utilizado como objeto de mediação uma expressão literária que fortalece tanto o imaginário regional quanto a oralidade e demais elementos da cultura brasileira, pois "[...] possui uma essência cultural muito forte, pois relata tradições culturais regionais e contribui bastante para a continuidade do folclore brasileiro" (Morais, 2021, p. 41).

Os elementos simbólicos e imagéticos do cordel, especialmente a arte xilográfica, destacam-se pela simplicidade na produção e pela narração sintética das histórias, sendo determinantes para a disseminação da cultura local, são utilizados pela BPBL para a composição de um ambiente em que o participante do "Terça do Cordel" reconheça os traços e expressões da referida poesia, como pode ser observado na Figura 2.

Figura 2 - Mediação cultural da poesia cordelista no "Terça do Cordel" na BPBL

Fonte: Biblioteca Pública Benedito Leite (2023).

Ao mobilizar os elementos estéticos do cordel, a instituição proporciona multiletramentos e diferentes percepções sobre a comunidade e as mudanças ocorridas na sociedade. Isso destaca o potencial informativo da literatura de cordel como mediação da cultura popular (Oliveira; Pavan, 2020). Isto se reflete na fala da diretora da BPBL, ao afirmar que "[...] hoje a gente vai levar a importância da leitura, a importância da informação. Isso é patrimônio. E a gente trabalha com todas essas temáticas, temáticas da cultura, da cultura popular, do carnaval" (Nascimento, 2024, sem paginação).

Ao conjugar e evidenciar diferentes realidades por meio das manifestações culturais, a BPBL medeia a literatura de cordel, utilizando os elementos materiais e imateriais dessa poesia. Essa ação permite aos cidadãos conhecer e produzir sentidos, fortalecendo a identidade e a memória da comunidade maranhense e nordestina (Sousa; Santos; Jesus, 2020; Silva; Santos Neto, 2017). Nesse sentido, a diretora da BPBL reforça o compromisso com a cultural popular local, exemplificando a valorização de autores maranhenses, com o "[...] o lançamento coletivo de obras maranhenses que é a questão da divulgação da literatura. A gente só no ano passado lançamos 65 obras de autores daqui" (Nascimento, 2024, sem paginação).

Desse modo, o "Terça do Cordel" promove a cultura nordestina por meio dos cordelistas maranhenses e cumpre o papel da biblioteca pública ao inserir nesse circuito comunicacional a formação de leitores (Oliveira; Pavan, 2020). Ao mobilizar elementos da memória coletiva, subjetividades e identidades do Nordeste do Brasil, o projeto favorece o protagonismo social de autores, leitores e da comunidade como um todo, perspectiva corroborada pela gestão da BPBL, ao ressaltar o compromisso da instituição e dos projetos desenvolvidos em "Formar leitores e preservar a memória cultural e bibliográfica do Estado do Maranhão" (Nascimento, 2024, sem paginação).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao evocar diferentes dimensões, o "Terça do Cordel" realça a natureza comunitária da mediação cultural, visto que essa estratégia ganha sentido nos processos relacionais e na constância da ação - atividade que faz parte do cronograma anual da BPBL. Esses diálogos expressam as dimensões histórica, memorial-identitária e educativa da leitura literária da poesia cordelista, amplamente reconhecida no Nordeste brasileiro. Com isso, alcança-se o objetivo geral deste estudo, à medida que constata-se que a instituição efetiva a mediação do patrimônio nordestino por meio da literatura de cordel e contribui para o fortalecimento da identidade cultural do povo local e da região, ao passo em que atua não apenas na valorização das autorias e literaturas maranhenses, mas também nas produções regionais, contribuindo assim para a disseminação, reconhecimento e valorização dos bens culturais nordestinos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Biblioteca pública**: avaliação de serviços. Londrina: Eduel, 2013. 297 p.

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José da (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.

BARBOZA, Elder Lopes; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. A mediação da informação nas discussões sobre os fluxos informacionais. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 55-73, 2017.

COSTA, Maurício José Moraes; CUTRIM, Kláutenys Dellene Guedes. Os serviços educativos da biblioteca pública Benedito Leite e a memória de São Luís (MA): análise da percepção dos usuários. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 26, p. 1-21, 2021.

GOMES, Henriette Ferreira. Protagonismo social e mediação da informação. **LOGEION: filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 5 n. 2, p. 10-21, mar./ago. 2019.

IFLA. **Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO 2022**. São Paulo: FEBAB, 2022. 5 p. Disponível em: http://repositorio.febab.org.br/items/show/6247. Acesso em: 22 jun. 2024.

MARAMALDO, Thayane. IEMA recebe projeto Terça do Cordel. **O Imparcial**, São Luís, ano 94, n. 36.998, p. 6, nov. 2023.

MENDES, Gilvanedja F. **As contribuições das políticas culturais na formação da agenda pública para a gestão das bibliotecas públicas municipais**. 2014. 163 f. Monografia (Especialização em Gestão Cultural) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

MORAIS, Patrícia Rodrigues de. **A literatura de cordel como instrumento mediador na formação de leitores proficientes**. 2021. 109 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2021.

NASCIMENTO, Aline. **Direção da BPBL**. [Entrevista concedida a] Maurício José Morais Costa. São Luís, 2024. 1 arquivo de áudio, extensão MP3 (60 min).

OLIVEIRA, Denísia Souza de; PAVAN, Maria Ângela. Entre a prosa e o verso: a mediação comunicativa do local na literatura de cordel a partir de Raul Lampião do Crato. **Temática**, João Pessoa, v. 13, n. 3, p. 1-17, mar. 2020.

PRODANOV, Cléber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho científico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277 p.

RASTELI, Alessandro; CALDAS, Rosângela Formentini. Mediação cultural na biblioteca pública para a cultural de paz e integração social. **REBECIN**, v. 4, n. 2, p. 44-57, jul./dez. 2017.

RASTELI, Alessandro; CAVALCANTE, Lídia Eugênia. Mediação cultural e apropriação da informação em bibliotecas públicas. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 19, n. 39, p. 43-58, jan./abr., 2014.

SAMPIERI, Roberto; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso: 2013. 624 p.

SILVA, Bárbara Damiane da; SANTOS NETO, João Arlindo dos. Práticas de mediação cultural nas bibliotecas públicas municipais de Londrina/PR. **Biblionline**, João Pessoa, n. 2, v. 13, p. 30-43, 2017.

SILVA, Rodrigo Nunes da; RODRIGUES, Linduarte Pereira. A literatura de cordel como mediação no ensino de leitura e análise linguística/semiótica. **Calidoscópio**, São Leopoldo, RS, v. 21, n. 3, p. 478-498, set./dez. 2023.

SOUSA, Ana Claudia Medeiros de; SANTOS, Raquel do Rosário; JESUS, Ingrid Paixão. Mediação da cultura, da informação e da leitura para o protagonismo social. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação,** São Paulo, v. 16, p. 1-20, 2020.

AÇÃO CURRICULAR EM COMUNIDADE E EM SOCIEDADE DESENVOLVIDA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM COMUNIDADES DE TERREIROS DE CANDOMBLÉ

Maria Dulce Paradella de Oliveira
UFBA, dulcep@ufba.br
Maria Teresa Navarro de Britto Matos
UFBA, mtnb.matos@ufba.br
Sérgio Franklin Ribeiro da Silva
UFBA, sergiofr@ufba.br

Resumo: O artigo relata uma experiência de ação curricular desenvolvida pela Universidade Federal da Bahia em comunidade de Terreiro de Candomblé. O projeto visou promover a integração entre a universidade e a comunidade, valorizar a memória religiosa de matriz africana e fomentar o respeito à diversidade cultural. As atividades incluíram oficinas, palestras e projetos colaborativos que envolveram alunas(os), professoras(es) e membros dos terreiros. Os resultados destacam o impacto positivo na formação acadêmica das(os) estudantes e o fortalecimento dos vínculos entre a instituição e a comunidade. A iniciativa demonstrou a importância de uma educação contextualizada e comprometida com as realidades sociais e culturais locais.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Currículo Universitário. Memória Ancestral. Comunidades Tradicionais de Matriz Africana. Comunidades de Terreiros de Candomblé.

INTRODUÇÃO

O Programa Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (Programa ACCS) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) se constitui em um dos dispositivos de implementação da política institucional de extensão, que "visa apoiar o desenvolvimento de componente curricular do tipo Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS)" (Universidade Federal da Bahia, 2023, p.1).

O art. 1º da Resolução Nº 01/2013 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da UFBA (Universidade Federal da Bahia, 2013, p. 1), define essa Ação Curricular como:

> um componente curricular, modalidade disciplina, de cursos de Graduação e de Pós-Graduação, com carga horária mínima

> de 17 (dezessete) horas semestrais, em que estudantes e professores da UFBA, em uma relação multidirecional com grupos da sociedade, desenvolvem ações de extensão no âmbito da criação, tecnologia e inovação, promovendo o intercâmbio, a reelaboração e a produção de conhecimento sobre a realidade com perspectiva de transformação.

De acordo com o art. 2º da referida Resolução (Universidade Federal da Bahia, 2013, p. 1-2), a ACCS deve cumprir a seguinte finalidade:

> I - intensificar o contato da Universidade com a sociedade, contribuindo para o cumprimento de seu compromisso social;
>
> II - articular o conhecimento técnico, científico, artístico e cultural produzido na Universidade com o conhecimento construído pelas comunidades e os diversos atores sociais, com vistas a instrumentalizar os participantes para atuarem nos processos de transformação social;
>
> III - fortalecer a indissociabilidade entre as funções essenciais da Universidade, ensino, pesquisa e extensão;
>
> IV - contribuir para a melhoria da qualidade da formação acadêmica propiciada pelos cursos de Graduação e de Pós-Graduação desta Universidade;
>
> V - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e da expansão das atividades de extensão universitária e de desenvolvimento tecnológico, criação e inovação;
>
> VI - estimular a busca de novos objetos de investigação e de inovação, bem como o desenvolvimento tecnológico a partir do contato com problemas da comunidade e sociedade;
>
> VII - gerar e propagar conhecimentos, saberes e práticas no campo das Ciências, da Cultura, da Tecnologia e das Artes;
>
> VIII - propiciar formação e habilitação nas diferentes áreas de conhecimento e atuação, visando ao exercício de atividades profissionais e à participação no desenvolvimento da comunidade e sociedade.

Nesse contexto, ao buscar uma comunidade representativa, levantamos a questão de qual seria a mais adequada, do ponto de vista histórico, social e cultural, para o desenvolvimento de uma ACCS, com o objetivo de "(....) intensificar o contato da Universidade (....)" (Universidade Federal da Bahia, 2013, p. 1), por meio das áreas de atuação do Instituto de Ciência da Informação (ICI), na cidade de Salvador (BA). Observamos que do ponto de vista da Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação, necessitávamos intensificar o desenvolvimento de atividades extensionistas em comunidades tradicionais de matriz africana. Os Terreiros de Candomblé são "um espaço de resistência, preservação, transmissão de tradições de matriz africana e de valores culturais que se opõem àqueles da cultura dominante" (Calvo, 2019, p. 1).

Mas, como delimitar o espaço de execução das atividades da ACCS? Quais eram os dados que dispúnhamos sobre as comunidades tradicionais de matriz africana antigas e ancestrais localizadas no município de Salvador (BA)? Identificamos uma ação importante desenvolvida na década de 1980 pela Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) e a Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), coordenada pelos antropólogos Ordep Serra e Olympio Serra, da UFBA. O "Projeto de Mapeamento de Sítios e Monumentos Religiosos Negros da Bahia" (MAMNBA) produziu um levantamento que apontou a existência de aproximadamente 2.000 Terreiros na cidade de Salvador. A iniciativa foi fundamental para o reconhecimento, em 1984, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do primeiro monumento da cultura negra brasileira: o *Ilê Axé Iyá Nassô Oká*. Também conhecido como Terreiro da Casa Branca ou Candomblé do Engenho Velho. Esse terreiro foi fundado em 1830 e é considerado o mais antigo em funcionamento regular na Bahia (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015).

Importante ressaltar, também, o "Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana 2013-2015", que estabeleceu o acompanhamento de processos de tombamento dos Terreiros existentes no Brasil, através do "Inventário Nacional de Referências Culturais" (INRC) (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, s/d).

Assim, optamos em "estimular a busca de novos objetos de investigação e de inovação, bem como o desenvolvimento tecnológico a partir do contato com problemas da comunidade e sociedade" (Universidade Federal da Bahia, 2013, p. 1-2) em comunidades de Terreiros de Candomblé localizados no município de Salvador, notadamente aqueles tombados pelo IPHAN.

A tradição oral é predominante na comunidade de Terreiro. Todavia, a escrita é utilizada para a reprodução das atividades do cotidiano dos membros que, segundo Castilho (2010), auxilia a memória religiosa. Mas, qual a relação entre os documentos e a oralidade? Quais os documentos produzidos nas comunidades de terreiro de candomblé? Qual a função desses documentos para os membros das comunidades tradicionais de

matriz africana? Como as informações circulam fora do espaço sagrado? Até que ponto a sociedade pode ter acesso aos saberes e práticas relacionadas à memória e à ancestralidade? (Corteze; Juvêncio, 2023).

Com o objetivo de "articular o conhecimento técnico, científico, artístico e cultural produzido na Universidade com o conhecimento construído pelas comunidades" e "fortalecer a indissociabilidade entre as funções essenciais da Universidade: ensino, pesquisa e extensão" (Universidade Federal da Bahia, 2013, p. 1-2), e com o intuito de valorizar a preservação e a divulgação do patrimônio histórico, cultural e religioso das comunidades de matriz africana, elaboramos uma proposta de projeto para o componente curricular ICIB97 - Etnotecnologia Cultural em Terreiros de Candomblé (Oliveira, Silva, Matos, 2024). O curso, com uma carga horária de 60 horas, será oferecido aos cursos de graduação em Arquivologia, Bacharelado Interdisciplinar, Biblioteconomia, Ciência da Computação, Ciências Sociais e História em outubro de 2023, para apreciação do Plenário do Departamento de Fundamentos e Processos Informacionais (DFPI), com o objetivo de submetê-lo ao Edital ACCS do Semestre Acadêmico 2024.1.

NOTAS SOBRE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Propomos apresentar um breve relato de experiência da ACCS ICIB97, conferindo ênfase em três atividades desenvolvidas: Oficina de atabaque com mestre e *ogans* da comunidade do Terreiro Pilão de Cobre, Visita ao Memorial Mãe Menininha do Gantois e Planejamento de atividade no Ilê Axé Opô Afonjá.

Oficina de atabaque com mestre e *ogans* da comunidade do terreiro pilão de cobre

Considerando o que representa a música de Candomblé, foram convidados ogans responsáveis pelos toques rituais de instrumentos musicais sagrados (agogô e atabaques) do Terreiro Pilão de Cobre, localizado no Engenho Velho da Federação, um dos Terreiros de Candomblé mais antigos de Salvador, contemporâneo da Casa Branca.

Visita ao Memorial Mãe Menininha do Gantois

Foi realizada visita ao Memorial Mãe Menininha do Gantois, criado com a finalidade de preservar e conferir visibilidade à parte da trajetória de Maria Escolástica da Conceição Nazaré, a Mãe Menininha do Gantois (1922-1986), sacerdotisa que liderou o *Ilê Iaomim Axé Iamassê*, mais conhecido como o Terreiro do Gantois, localizado no Alto do Gantois, em Salvador (BA), fundado em 1848 e tombado pelo IPHAN em 2002.

O Memorial guarda uma riqueza imensurável para a memória da comunidade-terreiro e do entorno, e para o povo de matriz africana. Desde a sua fundação, o Gantois e

as(os) associadas(os) da Associação de São Jorge Ebé Oxossi (Asjeo) são os mantenedores e colaboradoras(es) voluntárias(os).

O grupo da ACCS ICIB97, composto de 20 estudantes, sendo uma monitora, e três professores, foi recebido nesse espaço sagrado da religiosidade do Candomblé pela senhora Tanira Fontoura, uma pessoa da casa, que apresentou de forma didática aspectos da história, da cultura e dos patrimônios que conferem a essa comunidade de Candomblé o devido significado e importância, além de descrever o funcionamento e a dinâmica do Terreiro.

Em um primeiro momento a visita esteve concentrada no barracão, local em que são realizadas as festas religiosas de culto aos Orixás. Em seguida, no Memorial, tivemos a oportunidade de "articular o conhecimento técnico, científico, artístico e cultural produzido na Universidade com o conhecimento construído pelas comunidades e os diversos atores sociais, com vistas a instrumentalizar os participantes para atuarem nos processos de transformação social" (Universidade Federal da Bahia, 2013, p. 1-2). O acervo do Memorial reúne "(....) um complexo e dinâmico sistema de símbolos, todos integrados e funcionais, nas mais diversas linguagens. A palavra, o gesto, a coreografia, os sons dos instrumentos musicais, as comidas, as tecnologias artesanais, entre tantos outras, tem profunda correlação com os objetos" (Silva, 2010, p. 17).

Planejamento de atividade no Ilê Axé Opô Afonjá

O Ilê Axé Opô Afonjá foi fundado em 1910 por Eugênia Anna dos Santos, em uma roça, adquirida no bairro de São Gonçalo do Retiro, no bairro do Cabula. Em 2000, foi tombado como patrimônio cultural material pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015).

Diante do exposto, os professores do ICI/UFBA responsáveis pela referida ACCS agendaram uma reunião para maio de 2024, na qual foram recebidos por Mãe Ana de Xangô. Na ocasião, apresentaram o objeto, os objetivos e a finalidade do Programa ACCS da UFBA, com o intuito de estabelecer um diálogo sobre a possibilidade de execução da atividade ACCS ICIB97 no semestre acadêmico 2024.1. A partir desse encontro, foi agendada uma visita do grupo que compõe a ACCS para dialogar com representantes da comunidade do Terreiro. Paralelamente, foi acordada a construção de um cronograma de outras atividades, a serem discutidas e definidas em conjunto, de forma alinhada ao calendário religioso.

CONCLUSÃO

O Programa ACCS/UFBA representa uma ação essencial de integração entre ensino/pesquisa e sociedade, por meio do desenvolvimento de componentes curriculares no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação.

A proposta da ACCS ICIB97 ofertada pelo DFPI no semestre acadêmico 2024.1 possibilita o desenvolvimento de atividades extensionistas em comunidades de Terreiro de Candomblé, localizadas no município de Salvador, que contribuem para intensificar o contato da Universidade com comunidades tradicionais de matriz africana. O relato da experiência de algumas atividades representa uma estratégia que confirma o compromisso social em nosso contexto sócio-histórico, fortalecendo o processo de ensino-aprendizagem com intervenções e interações em diversos segmentos da sociedade.

REFERÊNCIAS

CALVO, Daniela. O terreiro de candomblé como espaço do sagrado e de materialização da memória ancestral. **Rever**, São Paulo, v. 19, n. 2, mai/ago 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/45172/29877>. Acesso em: 22 jun. 2024.

CASTILHO, Lisa Earl. **Entre a oralidade e a escrita**: a etnografia nos candomblés da Bahia. Salvador: EDUFBA, 2010.

CORTEZE, Fernando; JUVÊNCIO, Carlos Henrique. O contraste entre a oralidade e a escrita nos terreiros de candomblé: os cadernos de fundamentos como parte da memória de uma religião. **ÁGORA**: Arquivologia em debates, Florianópolis, v. 32, n. 64, p. 01-22, jul./dez. 2023. Disponível: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1152/1086>. Acesso em: 22 jun. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Políticas de acautelamento do IPHAN**: Ilê Axé Iyá Nassô Oká: Terreiro da Casa Branca. Salvador, 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Políticas de acautelamento do IPHAN**: Ilê Axé Opô Afonjá. Salvador, 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Terreiros Tombados**, s/d. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1322 jun. 2024.12/>. Acesso em: 22 jun. 2024.

OLIVEIRA, Maria Dulce Paradella Matos de; SILVA, Sérgio Franklin Ribeiro da; MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto. **Plano de ensino-aprendizagem do componente curricular - ICIB97 - Etinotecnologia Cultural em Terreiros de Candomblé**, 2024.

SILVA, Carmen Oliveira de. **Memorial Mãe Menininha do Gantois**: seleta do acervo. Organização e curadoria Raul Lody. Salvador, Ed. Omar G, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Edital ACCS. Semestre 2024.1. Ação Curricular em Comunidade e Sociedade**, 10/10/2023. Disponível em: <https://proext.ufba.br/sites/proext.ufba.br/files/edital_accs_semestre_2024.1_retificacao _1.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução Nº 01/2013**. Regulamenta o aproveitamento da Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS) para integralização curricular dos Cursos de Graduação e Pós-graduação da Universidade Federal da Bahia. Disponível em: https://proext.ufba. br/sites/proext.ufba.br/files/resolucao_no_01-2013_consepe_-_regulamento_accs.pdf. Acesso em: 22 jun. 2024.

CETICISMO INFORMACIONAL E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA: POLÍTICAS E PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA NOS ARQUIVOS DE TERREIRO

Aline S. de Carvalho B. da C. Souza
Mestranda em Ciências da Informação, Universidade Federal da Bahia
aline.arquivista@gmail.com
Derek Warwick da Silva Tavares
Docente do Instituto de Ciências da Informação da Universidade Federal da Bahia
derek.warwick@ufba.br

Resumo: Este artigo investiga como a preservação das memórias das religiões de matriz africana pode atuar como um mecanismo eficaz no combate à desinformação e ao racismo religioso. Com base em uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo, o estudo adota como metodologia a análise de arquivos documentais do terreiro Ilê Axé Inginoquê Omorossí. Os achados indicam que a documentação e a preservação das tradições dos terreiros desempenham um papel crucial na resistência cultural, fornecendo subsídios para a desconstrução de estereótipos e para a promoção de uma maior inclusão social.

Palavras-chave: Memória. Candomblé. Desinformação. Preservação.

INTRODUÇÃO

A preservação das memórias das religiões de matriz africana representa uma importante ferramenta de apoio às posturas de ceticismo informacional. Em um mundo caracterizado pela explosão de informações e pela disseminação rápida de dados através das redes sociais e outras plataformas digitais, a capacidade de distinguir as informações verídicas e as inverídicas torna-se cada vez mais crucial. No contexto das religiões de matriz africana, como o Candomblé, essa preservação é ainda mais significativa devido ao histórico de marginalização e preconceito que essas tradições enfrentam. Ao documentar e ao valorizar as práticas e as tradições do Candomblé, não apenas perpetuamos a cultura e a história dos povos de matriz africana, mas também fomentamos uma sociedade mais informada e inclusiva, capaz de resistir à desinformação e ao racismo religioso.

A memória, tanto individual quanto coletiva, ultrapassa uma compreensão estritamente biológica, sendo uma construção social e cultural que se manifesta através

de múltiplos suportes, físicos ou simbólicos. A memória coletiva, conforme explorada por Maurice Halbwachs (1950), é continuamente construída e reconstruída a partir das interações sociais, das tradições culturais e dos discursos comunitários. Ao falar de preservação da memória, não nos referimos apenas à conservação dos suportes físicos que carregam vestígios do passado, mas também ao fortalecimento dos processos culturais e sociais que mantêm essa memória viva. Assim, ao preservar elementos documentais e rituais, protegemos a capacidade de uma comunidade de evocar, transmitir e reinterpretar suas memórias ao longo do tempo, garantindo a continuidade das tradições culturais e a resistência frente às adversidades.

O objetivo desta pesquisa é analisar a contribuição da preservação das memórias das religiões de matriz africana para o combate à desinformação e ao racismo religioso. Trata-se de uma pesquisa descritiva qualitativa que tem como objetivo analisar a contribuição da preservação das memórias das religiões de matriz africana para o combate à desinformação e ao racismo religioso. Ao explorar a relevância dos arquivos dos terreiros de Candomblé, buscamos destacar como esses repositórios documentais são polos de preservação da memória e da cultura africanista. Além disso, investigamos como a documentação e a valorização dessas tradições podem atuar como instrumentos de resistência cultural e de promoção da diversidade e da inclusão social.

ARQUIVOS DE TERREIROS – RESISTIR PARA PRESERVAR

Este trabalho busca chamar a atenção da sociedade e da comunidade acadêmica para um tipo de arquivo religioso que possui conjuntos documentais de relevância histórica para o corpo social: os arquivos dos Terreiros de Candomblé. Tais arquivos são apresentados ao longo deste trabalho como polos de preservação da memória e da cultura africanista, servindo como instrumentos essenciais para o resgate e o fortalecimento dos traços identitários dos povos de terreiro, que foram historicamente oprimidos. Embora os Arquivos dos Terreiros sejam de natureza privada[1], sua documentação possui um valor social significativo, sendo, em alguns casos, considerada de interesse público. Dada essa importância, é necessário um olhar atento da Ciência da Informação sobre esses repositórios, os quais constituem núcleos de saber histórico, com registros acumulados ao longo do tempo.

Nos terreiros de Candomblé, a memória é um saber ancestral preservado principalmente por meio da oralidade, um pilar central que garante a continuidade dos ritos e a preservação da tradição. A transmissão de conhecimento ocorre de forma hierárquica, passando do mais velho para o mais novo, o que assegura que os ensinamentos não se

1 Art. 11 da lei 8.159 - Consideram-se arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades (Brasil, 1991).

percam com o falecimento dos anciãos. Como destaca Oliveira (2019), a oralidade foi e continua sendo uma estratégia vital para impedir que os conhecimentos morram com os mais velhos, permitindo que os saberes sobre as histórias, ritos, usos de folhas, cantos, itan (narrativas sagradas) e fundamentos sejam passados de geração em geração, assegurando a sobrevivência das tradições.

Embora a oralidade tenha sido eficaz na resistência cultural, garantindo que os ensinamentos sejam mantidos vivos, ela está sujeita a mutações ao longo do tempo. Esse dinamismo, embora enriquecedor, pode também levar à distorção ou perda de aspectos essenciais do ensinamento. Nesse contexto, os registros escritos emergem como um importante alicerce, complementando a oralidade ao documentar e fixar os saberes de forma que possam ser reproduzidos de maneira mais fiel às tradições. Assim, a combinação da oralidade com a escrita oferece uma abordagem mais robusta para a preservação e a transmissão das práticas e dos conhecimentos do Candomblé, enfrentando as dificuldades impostas pela marginalização histórica e pela precariedade dos arquivos dos terreiros, muitas vezes mantidos em condições inadequadas (Corteze; Juvêncio, 2021).

Encruzilhadas metodológicas: todos os caminhos levaram aos terreiros

Minha trajetória como arquivista e candomblecista foi moldada por uma série de experiências que convergiram para os terreiros de Candomblé. Como mulher negra e adepta desta religião, minha identidade sempre esteve profundamente entrelaçada com as tradições e os rituais do Candomblé. A formação profissional em arquivologia me proporcionou as ferramentas técnicas necessárias para reconhecer a importância de preservar as informações e os documentos que refletem a riqueza cultural dos terreiros.

A pesquisa realizada é de natureza descritiva e qualitativa, focada em compreender as práticas e os significados das religiões de matriz africana. Essa abordagem metodológica permite uma análise detalhada dos valores, rituais e interações simbólicas presentes nos terreiros de Candomblé. Silveira e Córdova (2009) nos apresenta que, na pesquisa qualitativa, a ênfase está na exploração detalhada e profunda das práticas, valores e significados compartilhados pelos membros do grupo estudado. A abordagem descritiva, por sua vez, é realizada, conforme a metodologia descritiva proposta por Prodanov e Freitas (2013), com a coleta de dados direcionada para a captura detalhada e precisa dos elementos observados na realidade dos terreiros de Candomblé.

O principal objetivo desta pesquisa é analisar a contribuição da preservação das memórias das religiões de matriz africana para o combate à desinformação e ao racismo religioso. A escolha por focar na preservação documental e na disseminação correta de informações não é apenas uma estratégia metodológica, mas também uma postura

teórica que reconhece a importância do trabalho arquivístico como ferramenta de resistência cultural. Em conforme a metodologia descritiva proposta por Prodanov e Freitas (2013, p. 70).um cenário em que as religiões de matriz africana são frequentemente alvo de preconceito e desinformação, a preservação de documentos e registros se torna fundamental para garantir a continuidade dessas tradições e para promover o respeito e a inclusão social. Portanto, esta pesquisa se fundamenta teoricamente na interseção entre arquivologia, memória e resistência cultural, demonstrando como a preservação documental pode atuar como um instrumento de valorização e defesa das religiões de matriz africana frente aos desafios contemporâneos.

Políticas de preservação documental nos terreiros – As estratégias do Omorossí

Fundada em 1992, a casa Sete, situada na Rua 35, do bairro de Castelo Branco, tornou-se o endereço do *Ilê Axé Inginoquê Omorossí*, doravante IAIO. A casa, dirigida pelo Babalorixá Edvaldo Jones, possui herança ancestral nagô-vodum e é dedicada ao culto do Pai Obaluaiê, orixá regente da casa, bem como ao culto de todos os orixás da nação Ketu. O Omorossí tem como missão manter a continuidade e a sobrevivência da herança das religiões de matriz africana e, por compreender que religiosidade incide diretamente no campo das transformações sociais, tem como objetivo trabalhar o espiritual em harmonia com o social.

A missão do Omorossí levou o terreiro ao desenvolvimento de diversas ações que culminaram na criação de um Biblioteca e de um arquivo que, através de recursos oriundos de editais de fomento, permitiu não só a organização da sua documentação orgânica[2], mas também a adoção de medidas que contribuem para a preservação desse acervo e a sua disponibilização aos pesquisadores. Tais medidas, além de serem importantes contribuições para o resgate e a preservação da memória para futuras gerações, possuem também um caráter de desconstrução das imagens marginalizadas que circulam no social sobre a cultura negra e, sobretudo, as práticas das religiões de matriz africana. Através da preservação dos documentos produzidos nos terreiros, é possível visibilizar os saberes e as memórias produzidas nas e pelas Religiões de Matrizes Africanas, atenuando o impacto do preconceito que elas enfrentam, pois, por meio dos registros desses terreiros, é possível conhecer o cotidiano das casas de axé e desmistificar as suas práticas.

As ações realizadas pelo Omorossí, além de preservar os documentos dos Terreiros, constituem uma arma poderosa no combate à desinformação. Isso porque, ao documentar e ao valorizar as práticas e as tradições do Candomblé, o Terreiro não apenas perpetua a cultura e a história dos povos de matriz africana, mas também fomenta uma sociedade

2 Documentos orgânicos – Documentos produzidos pelo Terreiro

mais informada e inclusiva. A preservação e o compartilhamento da documentação são essenciais para assegurar que as futuras gerações tenham acesso a um diverso patrimônio cultural que, de outra forma, poderia se perder com o tempo. A preservação das memórias e dos rituais do Candomblé não é apenas uma forma de manter viva a tradição, mas também um modo de afirmar a identidade e o valor das comunidades afro-brasileiras em um contexto social mais amplo.

Além disso, ao valorizar essas práticas, contribuímos para a luta contra o preconceito e a intolerância religiosa, haja vista que a desinformação e o racismo religioso são problemas persistentes que afetam as comunidades de matriz africana de maneira profunda. Através da documentação e da disseminação correta das informações, podemos desmistificar as crenças e as práticas do Candomblé, promovendo um entendimento mais profundo e respeitoso. Esse conhecimento é uma ferramenta poderosa para combater as informações inverídicas que circulam sobre os povos de santos, as violações aos direitos dos povos de terreiro e ainda promove o respeito pela diversidade religiosa.

Preservação da memória de terreiro e o futuro das nações

De acordo com Costa (2021, p. 23), se debruçar sobre o passado "significa realizar uma tentativa de entendê-lo, de interpretá-lo para que se obtenha maior compreensão do tempo presente com a finalidade de preparar o caminho para o tempo futuro". Sendo assim, compreende-se que a preservação dos documentos acumulados nos Terreiros é um dos instrumentos que, aliados aos conhecimentos passados através da oralidade, permearão as próximas gerações. Essa preservação é fundamental também, como apoio no ceticismo informacional, pois proporciona uma base sólida de evidências que pode ser utilizada para verificar a veracidade das informações e combater a disseminação de desinformação.

A atuação de profissionais da Informação sobre a documentação produzida dentro dos Terreiros de Candomblé, contribuindo para a preservação da sua memória, baliza as atividades não só religiosas, mas também oferece uma grande contribuição para a preservação do patrimônio cultural e para as futuras gerações. Ademais, serve como ferramenta para o desenvolvimento espiritual, uma vez que pode ser utilizada também como base para a compreensão sobre o porquê de o nosso caminhar. Costa (2021, p. 24), sobre esse trabalho dos Profissionais da área da Informação, complementa que,

> São eles que tecem a linha sutil e tênue que une os antepassados às gerações que os sucedem. Esse árduo trabalho de manter vivos o patrimônio cultural e a memória dos antepassados é algo que sempre vai durar mais do que a vida deles mesmos no planeta e, portanto, é mais importante do que suas próprias vidas,

> mas eles continuam a fazê-lo porque compreendem a importância do que fazem em benefício da compreensão da evolução da espécie humana.

Por outro lado, a documentação produzida dentro dos Terreiros também é um instrumento de resistência de uma religião marcada pelo preconceito e pela intolerância. De acordo com Pinto (2015), "a história de vida de cada negro é parte de uma história coletiva que ainda está por ser verdadeiramente conhecida por muitos". Nessa abordagem, no livro "Meu Caminhar, Meu Viver", Makota Valdina, símbolo da luta conta a intolerância religiosa, defende a necessidade da preservação dessas histórias para que a realidade vivida pelos negros escravizados e vitimados pelo preconceito racial, ainda existente em larga escala no Brasil, não seja mascarada, escondida e apagada pelo autoritarismo que se perpetua no nosso país.

Nesse contexto, a informação preservada, disseminada e confiável é essencial na luta contra o racismo e contra a intolerância religiosa. Uma postura cética, no âmbito informacional, contribui para que as *fake news* e as desinformações que marginalizam e satanizam as religiões de matriz africana não se propaguem. Ao questionar a veracidade das informações e ao buscar por fontes confiáveis antes de aceitar qualquer afirmação como verdade, o indivíduo contribui com a tradição e com o respeito à diversidade religiosa e cultural do nosso país. Dessa forma, a preservação documental se torna essencial, pois fornece evidências verificáveis que ajudam a combater a desinformação e a fortalecer o conhecimento baseado em fatos.

Fomentar uma sociedade mais informada e inclusiva também envolve o reconhecimento e a valorização das contribuições culturais e históricas das religiões de matriz africana. Ao destacar a importância do Candomblé na formação da identidade cultural brasileira, estamos promovendo uma visão mais completa e inclusiva da história do país. Esse reconhecimento é crucial para construir uma sociedade que valorize e celebre a diversidade em todas as suas formas. Portanto, o trabalho de documentar e valorizar as práticas do Candomblé vai além da simples preservação cultural; trata-se de um esforço para educar, combater o preconceito e promover a inclusão. Ao assegurar que as tradições dos povos de matriz africana sejam conhecidas e respeitadas, contribuímos para a construção de um futuro em que a diversidade é celebrada e a ignorância e o preconceito são erradicados. Esse é um passo essencial para a criação de uma sociedade verdadeiramente inclusiva e equitativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste trabalho, exploramos a importância da preservação das memórias das religiões de matriz africana, com foco particular no Candomblé, e suas implicações para a

promoção de uma sociedade mais informada e inclusiva. A preservação documental nos terreiros de Candomblé é fundamental no apoio ao ceticismo informacional, questionar a veracidade das informações e buscar fontes confiáveis antes de aceitar qualquer afirmação como verdadeira ajuda nas práticas contra o racismo e a intolerância religiosa. Através da preservação dos documentos, cria-se uma base sólida de evidências que pode ser usada para verificar informações e combater a disseminação de desinformação, especialmente em contextos em que as religiões de matriz africana são frequentemente mal interpretadas ou marginalizadas. Assim, a documentação não só preserva a história e a cultura, mas também serve como ferramenta para esclarecer, educar e promover o entendimento e o respeito.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília (DF), 8 jan. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/cciviL_03/////LEIS/L8159.htm#:~:text=2%C2%BA%20%2D%20Consideram%2Dse%20arquivos%2C,informa%C3%A7%C3%A30%200u%20a%20natureza%20dos. Acesso em: 30 ago. 2024.

COSTA, H. H. F. G. Memória é ferramenta para se construir o futuro. *In*: TOUTAIN, L. M. B. B. (Org.). **A ciência da informação em Movimento:** memória, esquecimento e preservação digital. Salvador: Edufba, 2021.

CORTEZE, F.; JUVÊNCIO, C. H. O contraste entre a oralidade e a escrita nos terreiros de candomblé: os cadernos de fundamentos como parte da memória de uma religião. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, v. 33, n. 67, p. 1-22, 2023. Disponível em: https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1152. Acesso em: 30 ago. 2024.

HALBWACHS, M. A Memória Coletiva. Rio de Janeiro: Biblioteca vértice, 1950

OLIVEIRA, O. L. **O léxico da língua de Santo:** a língua do povo de santo em terreiros de candomblé de Rio Branco, Acre. Rio Branco, Edufac,2019.

PINTO, V. **Meu Caminhar Meu Viver**. 2 ed. Salvador: 2015.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. ed. 2. Rio Grande do Sul: Universidade Feevale, 2013. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_M%C3%A9t/zUDsAQAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&pg=PA3&printsec=frontcover. Acesso em: 11 jul. 2024.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. **A pesquisa científica**: métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora: UFRGS 2009.

COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DOS DISCENTES DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, *CAMPUS* SALVADOR: ESTUDO DE CASO

Roberto Gonçalves Freitas
Universidade do Estado da Bahia- UNEB
rgfreitas@uneb.br

Resumo: A contemporaneidade viu mudanças significativas nas normas sociais e no avanço das Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC), impactando profundamente como as pessoas buscam informações. A pesquisa investigou o comportamento de busca e uso da informação dos alunos de dois Departamentos de uma grande Universidade em Salvador, destacando o impacto das TIC. Com base em revisão da literatura, utilizou-se o método monográfico (estudo de caso) e questionários eletrônicos para coleta de dados. A análise estatística revelou que as TIC influenciam significativamente o comportamento de busca dos alunos, oferecendo maior autonomia em relação às bibliotecas tradicionais.

Palavras-chave: Comportamento Informacional. Busca da Informação. UNEB. Biblioteca Universitária. Recursos Tecnológicos.

INTRODUÇÃO

A contemporaneidade testemunhou uma mudança significativa nas normas sociais, acompanhada pelo rápido avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Essas transformações tiveram um impacto profundo na sociedade contemporânea, particularmente na forma como as pessoas conduzem as buscas de informações.

Para atender às demandas da atual era da informação, os indivíduos são impulsionados a possuir um nível de especialização e treinamento contínuo, exigindo uma reflexão sobre as abordagens tradicionais de educação. Como resultado, os indivíduos estão constantemente buscando atualizar seus conhecimentos e habilidades para que se mantenham socialmente produtivos.

Diante deste cenário, em 2015, foi criado um projeto denominado Pesquisas Avançadas em Banco e Bases de dados, com foco na capacitação dos usuários no processo de elaboração de estratégias de buscas e recuperação da informação; com foco em base de dados. Nosso lócus da pesquisa foi uma biblioteca universitária, situada em Salvador que atende uma população de 25 cursos de graduação, sendo sete (07) de licenciatura e

dezoito de (18) bacharelado, a necessidade de buscar entender este comportamento motivou-nos a pesquisá-lo.

Esta busca foi muito fundamentada, também, pela baixa procura da biblioteca física como em pesquisa aos bancos e bases de dados oferecidos pelos acessos ao Portal de Periódico da CAPES (Brasil, 2020).

Para assegurar a exequibilidade e o cumprimento do objetivo geral, determinamos os objetivos específicos, que corresponderam a:

a) Compilar os estudos de usuários e os estudos de comportamento informacional na literatura científica, como parâmetro para análise e avaliação de ações de busca da informação;

b) Verificar a frequência dos alunos nas bibliotecas disponíveis e identificar fontes e canais de informações utilizados pelos alunos na busca de informações e;

c) Analisar os critérios usados pelos alunos para identificar a confiabilidade e a qualidade das informações obtidas e a influência do treinamento na busca e uso da informação.

REVISÃO DE LITERATURA

O campo de estudos de usuários e comportamento informacional abrange uma ampla gama de atividades relacionadas à interação das pessoas com a informação, influenciadas pelas transformações tecnológicas e sociais contemporâneas. Inicialmente centrados nas necessidades, demandas e preferências dos usuários em relação aos sistemas de informação, os estudos evoluíram para explorar estratégias de busca, processos de seleção, interpretação e utilização da informação em diversos contextos (Figueiredo, 2018; Wilson, 2000).

Os estudos sobre comportamento informacional concentram-se primordialmente em três áreas principais: busca de informação, avaliação da informação e compartilhamento de informação. Na busca de informação, investigam-se as estratégias utilizadas pelos usuários para localizar informações relevantes, considerando fatores como contexto, motivação e experiência do usuário (Araújo, 2016). Quanto à avaliação da informação, há um foco na maneira como as pessoas julgam a confiabilidade, veracidade e relevância das informações disponíveis, crucial em um ambiente digital com vasta quantidade de dados (Wilson, 2000).

Os estudos de usuários têm suas raízes na década de 1930 nos Estados Unidos, notadamente na *Graduate Library School da University of Chicago*, onde se iniciaram pesquisas sobre práticas de leitura e o papel social das bibliotecas universitárias. Eventos como a conferência da *Royal Society Scientific Information* de 1948 e a *International Conference on*

Scientific Information de 1958 marcaram o crescimento dessa área, consolidando-a como um campo de estudo interdisciplinar (Figueiredo, 1979; Wilson, 2010).

Desde então, os estudos de usuários têm se dedicado a compreender as necessidades informacionais dos usuários e a forma como essas necessidades são atendidas pelos serviços de bibliotecas e centros de informação (Figueiredo, 1994). É fundamental reconhecer que os usuários são indivíduos inseridos em contextos socioculturais complexos, com variadas necessidades e expectativas em relação à informação disponível (Pereira, 2010).

Durante a década de 1980, houve um movimento significativo em direção aos processos automatizados de busca e recuperação da informação, estimulando uma mudança de paradigma dos estudos focados em sistemas de informação para uma abordagem centrada nos usuários e suas necessidades pessoais de informação (Wildemuth; Case, 2010). Pesquisadores como Brenda Dervin e Nicholas Belkin contribuíram com abordagens teóricas inovadoras, explorando o comportamento informacional através de perspectivas como a teoria da representação sensorial e os Estados Anômalos do Conhecimento (Belkin).

A psicologia cognitiva desempenhou um papel crucial na evolução dos estudos de comportamento informacional, destacando a importância dos processos mentais envolvidos na busca e uso da informação Dervin; Nilan, (1986). Essa abordagem mais centrada no usuário levou à adoção de métodos qualitativos na pesquisa, permitindo uma compreensão mais profunda das motivações, barreiras e estratégias adotadas pelos usuários durante suas interações com a informação (Wilson, 2000; 1981).

Thomas D. Wilson desenvolveu modelos que descrevem como surgem as necessidades de informação e as barreiras enfrentadas pelos usuários durante suas buscas (Wilson, 1999). Seu trabalho destaca a influência do contexto pessoal, profissional, político, econômico e tecnológico nas práticas informacionais dos indivíduos. Wilson também explorou a dinâmica da busca de informações, distinguindo entre interesse passivo, busca passiva, busca ativa e busca contínua, refletindo a complexidade das atividades informacionais cotidianas (Niedźwiedzka, 2003).

Esses modelos fornecem uma estrutura abrangente para entender o comportamento informacional, destacando a importância de considerar não apenas as necessidades e preferências dos usuários, mas também os contextos em que ocorrem suas interações com a informação. A contínua evolução das tecnologias digitais e sociais continua a moldar esse campo de estudo, desafiando pesquisadores e profissionais da informação a adaptarem suas práticas e teorias para um ambiente informacional em constante transformação.

METODOLOGIA

Esta seção descreve os procedimentos metodológicos de um estudo descritivo baseado em um estudo de caso. O planejamento meticuloso do estudo de caso, conforme Martins

(2008, p. 74), envolve a construção de um protocolo detalhado e a consideração das características específicas do caso. Yin (2015, p. 33) destaca que o estudo de caso lida com situações únicas e complexas, exigindo múltiplas fontes de evidências que convergem para um formato triangular, beneficiando-se do embasamento teórico prévio.

Para compor o referencial teórico, foram consultadas bases de dados como o Portal de Periódicos da CAPES, SciELO, *Web of Science, Emerald Insight e Dialnet*. A pesquisa abrangeu artigos de congressos e teses de pós-graduação no Brasil, proporcionando um panorama dos conceitos históricos da pesquisa com usuários e do comportamento informacional, embasado em autores como Wilson, Case, Gasque e Costa.

A estratégia de busca foi realizada em três idiomas (português, inglês e espanhol), utilizando técnicas de conectores booleanos (*AND, OR, NOT*) e truncamento com caracteres especiais. A construção da estratégia de busca incluiu descritores específicos listados nos três idiomas.

A coleta de dados ocorreu em duas fases. Na primeira, foi realizado um levantamento bibliográfico para apresentar os conceitos históricos da pesquisa com usuários e definir o conceito de comportamento informacional. A segunda fase envolveu a identificação de descritores e estratégias de busca para revisão de literatura no campo de Estudos de Usuários e Comportamento Informacional.

O questionário foi aplicado aos alunos de graduação de dois Departamentos de uma grande Universidade de Salvador, selecionados por sua alta taxa de atualização bibliográfica e intensa utilização da biblioteca. Entre 2015 e 2018, foram realizadas oficinas de capacitação para aproximadamente 350 alunos, visando aprimorar suas habilidades de pesquisa e recuperação de informações, motivadas pelo sucesso do projeto "Pesquisa avançada em bases de dados" iniciado em 2014.

Durante a pandemia da COVID-19, a universidade pesquisada enfrentou desafios significativos, mas adaptou-se rapidamente ao ensino remoto, oferecendo suporte tecnológico e emocional aos alunos. A pesquisa foi conduzida durante este período desafiador, explorando o comportamento informacional dos discentes.

O instrumento de coleta de dados, um questionário baseado no modelo de Wilson (1996), foi elaborado com diretrizes claras para garantir clareza e objetividade, incluindo testes piloto para validação antes da aplicação em larga escala. Escalas de medição de atitudes tipo Likert foram utilizadas para capturar o grau de concordância ou discordância em relação a afirmações específicas, sendo reconhecidas por sua confiabilidade, apesar das limitações relacionadas à ordem das afirmações e ao número de opções de resposta.

ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa, realizada em uma universidade de Salvador, categorizou e analisou os comportamentos informacionais dos participantes. A pesquisa utilizou questionários aplicados

a 2.112 alunos dos Departamentos de Ciências da Vida e Ciências Exatas e da Terra, analisados com o software estatístico JAMOVI.

Os resultados são categorizados em várias seções. Primeiramente, na "Aceitação em participar da pesquisa", 72,92% dos alunos não aceitaram participar, enquanto 20,08% aceitaram. Em relação ao "Perfil" dos participantes, destacam-se faixas etárias predominantes (24-28 anos), anos de ingresso (2017, 2018, 2019, 2022) e uma maioria feminina (68,9%). O departamento Ciências da Vida teve maior participação (70,5%) em comparação com Ciências Exatas e da Terra (29,5%).

Na seção sobre "Redes Sociais", o WhatsApp foi a plataforma mais utilizada (28,8%), seguido por combinações de Instagram e Facebook (23,1%). "Frequência em bibliotecas antes da faculdade" revelou que 96,3% dos alunos não frequentavam bibliotecas anteriormente. Na pergunta do questionário, "Busca da informação", a biblioteca física é utilizada regularmente por 73,95% dos alunos para suas atividades acadêmicas, enquanto a biblioteca virtual é menos utilizada, com 79% dos alunos raramente, às vezes ou nunca a acessando.

Esses resultados oferecem *insights* importantes sobre os comportamentos informacionais dos estudantes, destacando a necessidade de adaptação dos serviços de biblioteca e estratégias de ensino para melhorar a eficácia da busca e uso de informações durante a experiência universitária.

No estudo realizado em 2023 sobre o comportamento de busca de informações acadêmicas, várias fontes e métodos foram investigados. Os resultados indicaram que a maioria dos participantes utiliza consistentemente a biblioteca virtual, especialmente através de arquivos compartilhados pelos professores (70.3%). A internet, especialmente o Google e o Google Acadêmico (38.3%), também se destacaram como fontes primárias de informação para os entrevistados.

Na análise das fontes de informação, os livros foram consistentemente mencionados como uma fonte regularmente utilizada, seguidos pelo canal do YouTube (32.5%) e páginas da web. O Portal de Periódicos da CAPES (3.1%) e o SciELO (37.8%) também foram acessados, mas com menos frequência em comparação com outras fontes digitais.

Quanto à confiabilidade das fontes de informação, os respondentes mostraram uma forte confiança nas recomendações dos professores e colegas, enquanto autores relevantes e bibliotecários receberam menor reconhecimento como fontes confiáveis.

Finalmente, em termos de recursos tecnológicos para recuperação de informações, smartphones foram amplamente utilizados, seguidos por computadores desktop e notebooks, refletindo a importância da tecnologia móvel no acesso à informação acadêmica.

Esses resultados destacam a predominância da internet e das tecnologias digitais no processo de busca e uso de informações acadêmicas entre os participantes do estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proliferação das tecnologias digitais na vida cotidiana é inegável. Com essa nova estrutura cooperativa surgem desafios, incluindo a necessidade de manter-se informado e atualizado. Nosso estudo investiga o comportamento de busca de informação entre alunos de graduação frente à disseminação das TICs e plataformas digitais. Os resultados confirmam que as tecnologias impactam significativamente esse comportamento, oferecendo maior liberdade aos alunos em relação às bibliotecas físicas tradicionais.

Descobrimos que a presença de bibliotecas físicas é vista positivamente pelos alunos, funcionando como um centro passivo de recepção de informações. Eles frequentemente adotam comportamentos de busca passiva, como o recebimento de arquivos compartilhados, refletindo uma dependência em informações pré-empacotadas e muitas vezes não verificadas.

Além disso, identificamos a falta de critérios claros e confiabilidade nas informações adquiridas, exacerbada pelo uso exclusivo de mecanismos de busca, que pode criar uma falsa sensação de autonomia. Para adaptar-se melhor às necessidades atuais e futuras, as bibliotecas universitárias precisam reimaginar seus serviços, interagindo mais eficazmente com os alunos.

À medida que a educação remota se expande, surge a questão do papel futuro das bibliotecas universitárias. Elas precisarão evoluir para permanecer relevantes diante do avanço contínuo das TICs, buscando novas formas de atrair e servir um público diversificado e crescente.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Ávila. Estudos de usuários da informação: comparação entre estudos de uso, de comportamento e de práticas a partir de uma pesquisa empírica. **Estudos de usuários da informação: comparação entre estudos de uso, de comportamento e de práticas a partir de uma pesquisa empírica**, [*s. l.*], v. 1, n. 1, p. 61-78, 2016. Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/2970. Acesso em: 5 nov. 2020.

DERVIN, B.; NILAN, M. Information needs and uses. **Annual review of information science and technology**, [*s. l.*], v. 21, p. 3–33, 1986. Disponível em: http://cat.inist.fr/?aModele=afficheN&cpsidt=7430935.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. ASPECTOS ESPECIAIS DE ESTUDOS DE USUÁRIOS. **Ciência da informação**, [*s. l.*], v. 1, n. 2, p. 43–57, 2018. Disponível em: http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4616. Acesso em: 19 fev. 2021.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Estudos de uso e usuário da informação**. Brasília: IBICT, 1994. *E-book*. Disponível em: https://livroaberto.ibict.br/handle/1/452

MARTINS, Gilberto de A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. 2ªed. São Paulo: Grupo GEN, 2008. *E-book*. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522466061/pageid/16

NIEDŹWIEDZKA, Barbara. A proposed general model of information behaviour. **Information Research**, [*s. l.*], v. 9, n. 1, 2003.

PEREIRA, Frederico César Mafra. Necessidades e usos da informação:A influência dos fatores cognitivos, emocionais e situacionais no comportamento informacional de gerents. **Perspectivas em Ciencia da Informacao**, [*s. l.*], v. 15, n. 3, p. 176–194, 2010. Disponível em: http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/744. Acesso em: 15 dez. 2020.

WILDEMUTH, Barbara M.; CASE, Donald O. Early information behavior research. **Bulletin of the American Society for Information Science and Technology**, [s. l.], v. 36, n. 3, p. 35–38, 2010. Disponível em: http://doi.wiley.com/10.1002/bult.2010.1720360309. Acesso em: 12 abr. 2021

WILSON, T. D. Human information behavior. **Informing Science**, [*s. l.*], v. 3, n. 2, p. 49–55, 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/270960171_Human_Information_Behavior. Acesso em: 8 jun. 2023.

WILSON, T. D. Models in information behaviour research. J**. Documentation,** [s. l.], v. 55, n. 3, p. 249-270, 1999. Disponível em: https://doi.org/10.1108/EUM0000000007145

WILSON, T. D. Models in information behaviour research. **Journal of Documentation**, [*s. l.*], v. 55, n. 3, p. 249-270, 1999.

WILSON, T. D. On user studies and information needs. **Journal of Documentation**, [*s. l.*], v. 37, n. 1, p. 3-15, 1981.

WILSON, T. D. ON USER STUDIES AND INFORMATION NEEDS. **Journal of Documentation**, [*s. l.*], v. 37, n. 1, p. 3–15, 1981. Disponível em: https://doi.org/10.1108/eb026702.

WILSON, T. D. The cognitive approach to information-seeking behaviour and information use. **Social Science Information Studies**, [*s. l.*], v. 4, n. 2–3, p. 197– 204, 1984.

YIN, Robert. **Estudo de Caso**. Salvador: Grupo A, 2015. *E-book*. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582602324/. Acesso em: 18 abr. 2020.

CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA ACADÊMICA DIGITAL ACESSÍVEL NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Nelijane Campos Menezes
UFBA, rubi2276@gmail.com
Sergio Franklin Ribeiro da Silva
UFBA, srfranklin@gmail.com

Resumo: A cada semestre, mais pessoas com deficiência visual ingressam nas universidades brasileiras. As bibliotecas universitárias se apresentam como promotoras da informação através da literatura acadêmica digital acessível para essas pessoas. O objetivo desta pesquisa, em andamento, é investigar como as bibliotecas realizam a produção deste material. A metodologia é descritiva, com natureza aplicada e abordagem qualitativa. O procedimento é estudo de casos múltiplos que engloba as universidades da Região Nordeste que obtiveram o conceito máximo do Ministério da Educação. Os resultados parciais demonstram contribuições na oferta de conteúdos adaptados para a autonomia informacional destes discentes na universidade e na sociedade.

Palavras-chave: Acessibilidade informacional. Pessoa com deficiência visual. Bibliotecas universitárias.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas implementadas desde a Declaração de Salamanca disponibilizam acessibilidade e autonomia para pessoas com deficiência visual, lhes garantindo atendimento à necessidades básicas, como educação, cultura e informação. Dentre as ações que foram efetivadas por estas políticas públicas, está a garantia de ingresso deste público nas Instituições de Ensino Superior.

A cada semestre mais pessoa com deficiência visual iniciam sua vida acadêmica no ensino superior e muitas ações vêm sendo realizadas em função da promoção do acesso à informação para estes discentes, sob o intuito de tornar as universidades brasileiras espaços mais democráticos. É direito de todo cidadão ter acesso à informação e somente através dela o ser humano tem possibilidade para desenvolver seu processo cognitivo em função da aquisição do conhecimento. Para isso, é possível contar com o apoio das tecnologias da informação, que fortalece o atendimento a essas pessoas expandindo

possibilidades para que tenham uma vida mais digna na sociedade e com o apoio das bibliotecas universitárias, espaços que são:

> [...] instituições de ensino superior e estão voltadas para atender as necessidades de todos os membros da comunidade acadêmica da qual fazem parte, mas num processo dinâmico, onde cada uma de suas atividades não é desenvolvida de maneira estática e mecânica, mas com o intuito de agir interativamente para ampliar o acesso à informação e contribuir para a missão da universidade. (Nunes; Carvalho, 2016, p. 179)

Com isso, podemos considerar que estes são espaços interdisciplinares, que devem dispor de um acervo que responda às exigências informacionais de todas as pessoas que fazem parte da comunidade a que atende, que disponibilize serviços, produtos e atendimentos com perspectiva inclusiva e acompanhe as mudanças sociais e tecnológicas da contemporaneidade.

O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) quando utilizadas nas atividades curriculares das Instituições de Ensino Superior (IES), desperta a capacidade de expansão cognitiva do aluno através de ferramentas interativas, induzindo o estudante contemporâneo a acostumar-se com uma metodologia de ensino com perspectivas mais criativas e inclusivas. Para que pessoas com deficiência tenham acesso à informação, elas utilizam leitores de tela e outros recursos desenvolvidos através da tecnologia assistiva (TA), entretanto, seu uso por si só não garante que os discentes tenham acesso a todas as informações necessárias para o desenvolvimento de seus estudos, o que fortalece a necessidade em produzir a literatura acadêmica digital acessível para fortalecer sua autonomia informacional na universidade e na sociedade.

Este artigo está sendo elaborado a partir da pesquisa em andamento integrante do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, (PPGCI/UFBA), interligada a Linha de Pesquisa 1: Políticas e Tecnologias da Informação. Tem como objetivo investigar como as bibliotecas das universidades públicas federais do Nordeste, que contêm conceito máximo do MEC estão produzindo e disseminando a literatura acadêmica digital acessível para discentes com deficiência visual.

REVISÃO DE LITERATURA

A produção da literatura acadêmica digital acessível é um tipo de serviço (inter) disciplinar, que visa auxiliar os discentes com deficiência visual no acesso à informação cientifica para que possam desenvolver habilidades técnicas a serem desenvolvidas no mercado de trabalho e no convívio social.

Para os discentes cegos ou baixa visão, a aquisição de informações acadêmicas ainda é um processo vagaroso, visto que, mesmo com as IES brasileiras aderindo às exigências

propostas pelas legislações, o processo de adaptação dos materiais bibliográficos ainda é insuficiente para as demandas informacionais destes discentes. Além da acessibilidade física, é indispensável que todos os estudantes sejam beneficiados com a inclusão na aprendizagem e com a inclusão social, exercitando e desenvolvendo a plena cidadania (Carvalho, 2005, p. 2).

A literatura acadêmica é considerada acessível quando ela apresenta uma formatação que disponibilize a informação com empatia, através de técnicas específicas adotadas para o público-alvo, já que "de nada adianta pensar em estratégias sofisticadas se a comunicação do dia a dia for falha", (Fortalecimento..., 2016, p. 88). Assim, a comunicação acadêmica deve ser elaborada de acordo com a especificidade de cada discente, observando suas reais necessidades.

Os materiais bibliográficos que compõem o acervo de bibliotecas universitárias corroboram com a formação de opiniões críticas, com a formação profissional, intelectual e cultural dos discentes que fazem parte da comunidade universitária a que atendem, para que possam atuar junto a questões socioeconômicas etc. Conforme Cepêda (2015, p. 60), "as construções ideacionais não são um deleite abstrato, mas o motor que coloca indivíduos, grupos e nações no processo contínuo de transformação do mundo e de si mesmos".

Para a construção de materiais bibliográficos com perspectivas inclusivas - a literatura acadêmica digital acessível, o bibliotecário precisa ter conhecimento sobre as diretrizes estabelecidas pelas legislações que sustentam a produção e disseminação da literatura acadêmica digital acessível, como: A Lei nº 13.146/2015, denominada Lei brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, o Tratado de Marraqueche (Decreto nº 10.882/2021).

Além de conhecê-las, o bibliotecário deve ter domínio sobre o conjunto de técnicas e conceitos aplicados pela Biblioteconomia para a elaboração de materiais acadêmicos como: normalização de materiais bibliográficos; apresentação de citações em artigos, conhecimento sobre os elementos necessários para a apresentação de trabalhos acadêmicos, dentre outras informações que podem ser adquiridas em documentos técnicos da área como as Normas Brasileiras (NBR) elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Para adquirir conhecimentos sobre estas técnicas, o bibliotecário deve ter empatia ao serviço a ser desenvolvido, qualificar-se e gerenciar uma equipe de colaboradores engajados com a causa, pois esses são elementos essenciais para o sucesso do desenvolvimento deste trabalho.

A produção deste tipo de literatura se inicia através da disponibilidade do texto em formato PDF (*Portable Document Format)* ou em formato impresso. Para o primeiro formato, será aplicada a conversão do arquivo para o formato DOC (*Document*), ou seja, em formato editável e será iniciado a normalização do material. Para o segundo tipo de material, o documento impresso será digitalizado através de scanner com Reconhecimento

Óptico de Caracteres (OCR), recurso de TA que têm a capacidade de converter imagem em texto. Em seguida, o documento receberá o mesmo tipo de conversão e normalização. A seguir são apresentadas algumas regras utilizadas para a normalização com perspectiva inclusiva adotada para a construção da literatura acadêmica digital acessível:

a) **Cabeçalho -** o texto deve conter informações como o nome da instituição onde está inserido o setor responsável pela adaptação, o nome do adaptador (a), o nome do revisor (a), referência da obra, etc.

b) **Citações** – deve ser mencionado no texto o início e o fim da citação entre colchete para facilitar o entendimento da informação. Ex.:

> [Início da citação] Elementos textuais constituem o núcleo do trabalho onde a matéria é exposta. Embora tenham características próprias, guardam relação íntima e lógica entre si. [Final da citação]

c) **Imagens -** as imagens (fotografias, gráficos, tabelas, etc.) devem ser apresentadas no documento junto com suas respectivas descrições.

Outros elementos de regras gerais como margem, alinhamento, recuo, espaçamento devem seguir as orientações estabelecidas pelas Normas Técnicas da ABNT.

METODOLOGIA

A natureza desta pesquisa se caracteriza como aplicada por gerar conhecimentos para solucionar problemas específicos relacionados à acessibilidade informacional de pessoas com deficiência visual. Com relação aos objetivos, ela se classifica como descritiva porque "propõem-se a investigar as características de um fenômeno como tal", Richardson (2015, p. 70-71). No que se refere à forma de abordagem do problema, se configura como qualitativa porque é menos formal e analisa a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que norteiam a investigação (Gil, 2002, p. 133).

Os procedimentos técnicos adotados foram a pesquisa bibliográfica por servir como fonte de informações que fortalecem os argumentos e justificativas sobre o tema; a observação direta por colaborar com o entendimento sobre a realidade dos principais atores envolvidos no problema da pesquisa – discentes cegos e baixa visão que frequentam a biblioteca universitária onde a pesquisadora trabalha; e o estudo de caso múltiplo por permitir a busca de dados através de "ampla variedade de evidências – documentos, observações, artefatos, além de poder apresentar estudos históricos convencionais" (Yin, 2010, p. 32).

Para compor o universo desta pesquisa, foi realizado o mapeamento das universidades públicas federais da Região Nordeste que obtiveram o conceito máximo do Ministério

da Educação, que foi divulgada no ano de 2024, a fim de conhecer os serviços e produtos acessíveis são disponibilizados por estas instituições através dos Sistemas de bibliotecas.

Com o mapeamento foram destacadas 9 instituições, sendo que apenas 7 responderam ao questionário. Para a coleta de dados foi elaborado através do *Google Forms* um questionário com 35 questões, que foi encaminhado para os e-mails institucionais dos (as) atuais gestores (as) das universidades selecionadas e seus respectivos SIBI. Estas informações foram localizadas nos sites da instituição.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através dos dados obtidos observou-se a prevalência de 100% dos respondentes são do gênero feminino, com idades entre 30 e 50 anos. O resultados parciais demonstraram que a atuação feminina na área da Biblioteconomia ainda é forte e conserva a ideia sobre seu interesse na realização de ações sobre inclusão social na sociedade. Sobre a distribuição entre raça 3 (três) se denominam por raça parda e 4 (quatro) por raça branca, sendo que dentre elas, 6 (seis) contém o diploma de mestrado, enquanto 1 (um) o de superior completo, o que demonstra as conquistas femininas em cargos de gestão em instituições públicas realmente estão superando desafios.

Este pensamento se ratifica ao ver que a pesquisa apresenta 5 (cinco) respondentes como gestoras de SIBI e apenas 3 (três) como coordenadoras de núcleo de acessibilidade. Também foi identificado que todas as bibliotecas disponibilizam literatura acadêmica digital acessível para discentes com deficiência visual, assim como outros serviços e produtos acessíveis como: disponibilidade de equipamentos de tecnologia assistiva para uso local, serviço de ledor, treinamentos em bases de dados, dentre outros.

As bibliotecas universitárias pesquisadas realizam entre 10 e 30 atendimentos mensais a discentes, docentes e técnicos administrativos que fazem parte da comunidade universitária. Dentre as 7 (sete) respondentes, apenas 1 (um) atende apenas a discentes porque ainda não surgiram demandas de outros públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pessoas com deficiência visual emergiram na sociedade contemporânea não apenas como um receptor passivo de assistência, mas como um agente socialmente ativo, capaz de contribuir ativamente em diversas esferas sociais. Nesse contexto, a biblioteca desempenha um papel fundamental como um espaço inclusivo e acessível que apoia e promove a participação plena dessas pessoas na vida acadêmica e na comunidade em geral.

Ao frequentar as bibliotecas universitárias, elas não apenas buscam acesso à informação e ao conhecimento, mas também se engajam em atividades de pesquisa, estudo e interação social. Por sua vez, estes espaços de informação devem estar preparados para

atender às necessidades específicas desses usuários, oferecendo recursos e serviços que promovam sua acessibilidade e inclusão social. Isso inclui a disponibilidade de materiais em formatos digitais acessíveis, bem como equipamentos de tecnologias assistivas e adaptações no espaço físico e virtual da biblioteca.

A produção da literatura acadêmica digital acessível pelas bibliotecas universitárias promoverá para os discentes com deficiência visual, a inclusão e o acesso equitativo ao conhecimento, além de fortalecer sua atuação junto às novas tendencias informacionais na contemporaneidade, o que valida o Cap. II, Art. 2º da Resolução CFB nº 207/2018, quando diz que: "A profissão de Bibliotecário tem natureza sociocultural e suas principais características são a prestação de serviços de informação à sociedade e a garantia de acesso indiscriminado aos mesmos, livre de quaisquer embargos.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita E. Educação com perspectiva inclusiva: do que estamos falando? Revista Educação Especial, n. 26, p. 02, 2005. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4395. Acesso em: 26 out 2019.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (Brasília). Resolução CFB nº 207/2018. Aprova o Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário brasileiro, que fixa as normas orientadoras de conduta no exercício de suas atividades profissionais. DOU: seção 1, Brasília, DF, págs.155 e 156. 9 nov. 2018. Disponível em: http://repositorio.cfb.org.br/handle/123456789/1330. Acesso em: 24 ago. 2023.

CEPÊDA, Vera A. A sociologia do conhecimento em Karl Mannheim. In: HAYASHI, M. C. P. I; RIGOLIN, C.C.D; KERBAUY, M. T. M. (Orgs.). A sociologia da ciência: contribuições ao campo CTS. São Paulo: Alínea, 2015. p. 59-89.

FORTALECIMENTO de bibliotecas acessíveis e inclusivas (Manual orientador). São Paulo: Mais Diferenças, 2016. 152 p. Disponível em: https://maisdiferencas.org.br/noticias-projeto/baixe-o-manual-orientador-para-fortalecimento-de-bibliotecas-acessiveis-e-inclusivas/. Acesso em: 03 jun 2021. Acesso em: 28 jun. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 25 jul.2024.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 220p. Disponível em: https://pdfdocumento.com/gil-a-c-metodos-e-tecnicas-de-pesquisa-social-blog-do-professor-_59f7b94d1723ddde0f3dc077.html. 25 jul.2024.

NUNES, Martha S. C.; CARVALHO, Kátia de. As bibliotecas universitárias em perspectiva histórica: a caminho do desenvolvimento durável. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 21, n. 1, p. 173-193, jan./mar., 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/LCcVhWXmMt6ydMmG6Gmmmzw/?lang=pt&format=pdf. Acesso em 05 jul. 2023.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 334p.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre, RS: Universidade de São Paulo, 2010. 248 p.

O IMPACTO DAS POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS NA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Bianca da Silva Nunes
(Universidade Federal da Bahia)
Ricardo Coutinho Mello
(Universidade Federal da Bahia)

Resumo: Este trabalho possui o objetivo de investigar de que maneira as políticas arquivísticas em instituições estão vinculadas a construção e preservação da memória institucional. Apresentaremos a revisão de literatura juntamente com a discussão teórica que norteia os objetivos. Metodologicamente, se configura como uma pesquisa de natureza qualitativa, de nível descritivo, possuindo a pesquisa bibliográfica como procedimento de coleta de dados. As considerações finais com base na pesquisa teórica indicam que quando bem aplicadas, as políticas arquivísticas podem fortalecer a preservação da memória institucional.

Palavras-chave: Memória institucional. Políticas arquivísticas. Documento arquivístico.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo investigar a relevância das políticas arquivísticas para a memória institucional. A pesquisa, apresenta a fase já concluída da revisão de literatura sobre a temática. Desta forma apresentaremos a revisão de literatura juntamente com a discussão teórica que norteia a pergunta de partida da pesquisa: "Como as políticas arquivísticas em instituições estão relacionadas a construção e preservação da memória institucional?".

Partimos da premissa de que as políticas arquivísticas contribuem para um bom funcionamento da administração pública ou privada, bem como são meios significativos para o acesso e preservação dos suportes por onde a memória pode ser manifestada e evocada, pois se ocupam de promover ações que assegurem que o documento arquivístico cumpra sua função de atendimento aos interesses públicos e sociais.

Sendo assim, são essenciais para o ciclo institucional e seu desenvolvimento, para a história da humanidade e também para formalizar e garantir os direitos e deveres

dos cidadãos. Metodologicamente, se configura como uma pesquisa de natureza qualitativa, de nível descritivo, possuindo a pesquisa bibliográfica como procedimento de coleta de dados.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma revisão de literatura narrativa, de natureza qualitativa e descritiva. A escolha pela revisão narrativa justifica-se pela necessidade de sintetizar e analisar o conhecimento produzido sobre políticas arquivísticas e memória institucional de forma abrangente, permitindo uma visão crítica sobre o tema.

O levantamento bibliográfico foi realizado nas seguintes bases de dados: Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e Portal de Periódicos Eletrônicos da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Unesp – Campus de Marília. Os termos de busca utilizados foram: "Memória Institucional", "Políticas arquivísticas", "Políticas de arquivo", "Políticas públicas de arquivo" e "Documento arquivístico".

Adicionalmente, foram analisados os anais do Encontro Nacional Brasileiro de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) dos anos de 2017 a 2021 especificamente na seção do Grupo de Trabalho (GT) 10 – Informação e memória. A seleção dos artigos seguiu os critérios de relevância para o tema, atualidade e contribuição teórica. A análise do material selecionado foi realizada de forma interpretativa, buscando estabelecer relações entre os conceitos de políticas arquivísticas e memória institucional.

POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS

A execução eficaz das políticas de preservação de documentos arquivísticos em todas as suas fases (corrente, intermediária e permanente) é essencial para otimizar a eficácia, recuperação e acesso à informação nas instituições. A governança arquivística, que envolve liderança, estratégia e controle, assegura que essas políticas sejam implementadas de forma eficiente, alinhadas aos objetivos institucionais e em conformidade com normas e legislações, além de promover transparência, prestação de contas e eficácia na gestão documental, contribuindo significativamente na preservação da memória institucional.

José Maria Jardim, pesquisador na temática de políticas arquivísticas, fala que as políticas públicas arquivísticas constituem uma das dimensões das políticas públicas informacionais. O autor conceitua políticas arquivísticas como:

> o conjunto de premissas, decisões e ações- produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social - que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada (Jardim, 2006, p. 10).

Jardim (2006, p. 3) também fala que as políticas públicas de informação são "[...] norteadas por um conjunto de valores políticos que atuam como parâmetros balizadores à sua formulação e execução. Podem estar "difusas" no âmbito de outras políticas públicas, mas não implícitas". O autor cita alguns elementos que tendem a estar presentes nessas políticas como Ações no Estado, Ações na Sociedade, Ações Estado-Sociedade e Ações Sociedade-Estado e menciona também a transversalidade das políticas de informação, ou seja, a forma como se relacionam com as demais políticas públicas, como de cultura, saúde, educação etc.

Liliana Gomes (2016, p. 148) destaca que a Gestão da Informação (GI) envolve um ciclo "[...] que nitidamente inicia com a produção/recolha de informação e desenvolve-se por uma série articulada de etapas - organização, uso e difusão, reprodução, armazenamento e preservação." A elaboração e execução dessas políticas colaboram tanto internamente, para o bom funcionamento das atividades organizacionais que envolvem documentos arquivísticos, quanto externamente, permitindo que a instituição disponibilize suas informações ao público de forma transparente e eficaz.

Logo, pensar em políticas de preservação de documentos arquivísticos nas instituições que possuem arquivo público envolve também pensar nas questões relativas à gestão da informação, como a organização do acervo, a preservação física dos documentos, a organização lógica do conteúdo de forma a facilitar sua recuperação e seguir os devidos critérios para a destinação correta dos documentos.

A elaboração e execução ou a falta de políticas arquivísticas reverberam nas demais políticas de informação. Silva e Venâncio falam sobre isso ao comentar sobre o mesmo texto de Jardim citado acima:

> As políticas públicas de informação não só são capazes de interseções com as políticas arquivísticas, como muito dependem delas. Tal perspectiva decorre do fato de que uma política de arquivo está contida numa política de informação, pois é parte integrante dos sistemas regionais ou nacionais que regulam esse campo (Silva; Venâncio, 2018, p. 3107)

As políticas arquivísticas, incluindo as públicas, são importantes para a cultura e preservação da identidade e memória de instituições e pessoas, além de estimularem a pesquisa científica. Silva e Venâncio (2018, p. 3108) dizem que a formulação dessas políticas é complexa e envolve diferentes variáveis, podendo sofrer adaptações conforme a realidade de cada arquivo. Jardim (2006, p. 10) alerta sobre a diferença entre legislação e política arquivística, afirmando que a legislação fornece normas, mas não constitui uma política em si.

As políticas arquivísticas estabelecem diretrizes para a gestão e preservação de documentos, conforme os princípios da Arquivologia e áreas afins, dispostas na Lei n°8.159

de 1991, que trata de custódia, avaliação, acesso, entre outros aspectos. Além das normas legais, também fazem parte de uma política arquivística as instituições e profissionais buscarem formas de divulgar e disponibilizar o acervo, de forma que assegure o cumprimento do seu papel cultural, de memória, educativo e informativo.

Jardim (2009, p. 50) sugere que as instituições arquivísticas priorizem a aquisição de mais conhecimento sobre o universo que deve ser objeto dessas políticas. Conforme Euzébio, Gerlin e Silva (2023, p. 2), "Perante as demandas informacionais nas instituições públicas e privadas e a crescente necessidade do uso dos documentos como fonte de memória, é essencial ter o apoio de ferramentas em consonância com as teorias arquivísticas".

Ao agir diretamente na administração e conservação dos documentos arquivísticos que são registros de uma memória institucional e social, as políticas arquivísticas contribuem para que a informação registrada neles, sirva como fonte de transparência, conhecimento, os constituindo como elementos importante na construção e reconstrução de uma identidade institucional.

MEMÓRIA INSTITUCIONAL

As instituições em suas mais variadas formas encontram seu nascimento e permanência no seio da sociedade. Thiesen (1997) declara que é preciso abordar o campo social como *locus* institucional. Antes de seu estabelecimento formal, um conjunto de necessidades, discursos ou vontades precederam o ato de criação de uma instituição, do mesmo modo que, para se manterem ativas, elas precisam de retorno social ou atuar como mecanismo de controle do social, se tornando assim impossível se desvincular deles. É no meio social que observamos a dinâmica das instituições e suas relações com os indivíduos.

Essas demandas e mudanças, ao assumirem uma forma estável, representadas por uma instituição, passam a encontrar meios legais ou formalmente válidos, em teoria para serem atendidas.

> Vistas através das lentes do tempo, as instituições refletem as formalizações das culturas, daquilo que as diferentes sociedades cultivavam como maneiras de pensar: hábitos, usos, costumes, comportamentos etc. Todo esse percurso nas esferas de vida social tem deixado vestígios das mais variadas ordens (Thiesen, 2013, p. 27).

Através do seu comportamento e das suas produções materiais, é possível reconhecer por intermédio das instituições, o quadro social do seu ambiente: sistemas predominantes e destituídos, práticas de alcance em diversas escalas dos mais variados grupos e segmentos sociais, culturas e ideologias.

Compreendemos que a memória de uma instituição nasce juntamente com ela, e concordamos com os pensamentos de Thiesen quando a autora diz que "Se a instituição existe, a memória se plasma" (Thiesen, 2013, p. 312). Podemos inferir que o próprio ato de criação de uma instituição já se configura como uma ação que ficará marcada na história, estabelecendo um ponto crucial em sua trajetória e que a instituição desejará recordar ou até mesmo celebrar.

No decorrer das atividades dentro e fora do ambiente institucional, a memória vai automaticamente surgindo e se fazendo presente nos registros, nas ações promovidas, nas atitudes das pessoas, assim uma memória em potencial vai sendo construída.

> A memória institucional é um permanente jogo de informações que se constrói em práticas discursivas dinâmicas. O instituído e o instituinte – as duas faces da instituição – fazem suas jogadas na dinâmica das relações sociais (Thiesen, 2013, p. 37).

A memória institucional é composta pela relação da instituição com a sociedade e pelos produtos materiais utilizados em suas rotinas administrativas, incluindo os documentos arquivísticos, elementos fundamentais para a vida das instituições. Compreendemos que esses documentos, com seu valor probatório e informativo, servem como fontes de registro das práticas institucionais, sendo assim, elementos de apoio para a construção da memória de uma instituição.

Desta forma, a preocupação com a gestão documental é, essencial, pois a produção contínua de documentos requer preservação para manter viva a memória institucional e fortalecer seus alicerces (Lima; Oliveira; Moura, 2017, p. 4). Assim, uma instituição que valoriza a gestão e preservação de seu patrimônio documental está também preservando sua identidade e comprovando suas ações, elementos que abrigam a memória institucional.

Rueda, Freitas e Valls (2011, p. 86) defendem que informações organizadas e seguras são cruciais para o cotidiano e para a tomada de decisões, resultando em documentos que fazem parte da Memória Institucional, refletindo a trajetória da instituição. Os documentos arquivísticos são relevantes tanto para o presente quanto para o futuro da instituição, funcionando como ferramentas de referência para revisar práticas, garantir eficácia, estabilidade e reconhecer as contribuições de pessoas na construção da história institucional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura revelou uma interrelação entre as políticas arquivísticas e a preservação da memória institucional. As políticas arquivísticas, quando bem implementadas, têm um impacto significativo na preservação e acesso à memória institucional. Elas

estabelecem diretrizes para a gestão documental, garantindo a integridade e acessibilidade dos registros ao longo do tempo.

Os documentos arquivísticos emergiram como elementos cruciais na construção e manutenção da memória institucional. Eles não apenas registram as atividades da instituição, mas também servem como fonte de informação para tomada de decisões e compreensão da trajetória institucional. A governança arquivística mostrou-se um fator determinante na eficácia das políticas arquivísticas.

Instituições com uma governança arquivística bem estruturada tendem a ter políticas mais eficientes e, consequentemente, uma melhor preservação de sua memória institucional. A gestão documental eficiente, orientada por políticas arquivísticas adequadas, revelou-se fundamental para a preservação da memória institucional. Ela garante que os documentos relevantes sejam identificados, preservados e disponibilizados de forma adequada.

A discussão desses resultados aponta para a necessidade de uma abordagem integrada entre políticas arquivísticas, governança arquivística e gestão dos elementos que asseguram a memória institucional. As instituições que reconhecem a importância dessa integração, tendem a ter uma melhor preservação de sua história e identidade, além de uma gestão mais eficiente de processos e informações.

CONCLUSÃO

O objetivo desta pesquisa, é primeiramente compreender como a aplicabilidade das políticas arquivísticas dentro das instituições, possuem impacto na sua memória. De acordo com a discussão proposta com base na literatura consultada para o desenvolvimento do trabalho, compreendemos que se atentar as questões envolvendo a gestão e preservação dos documentos, é se preocupar em cuidar de materiais onde podemos através deles, olhar para o passado institucional e ressignificar o presente e o futuro.

As políticas arquivísticas, quando aplicadas corretamente, podem fortalecer a preservação da memória institucional, pois permitem que os documentos produzidos ao longo das atividades de uma determinada instituição sirvam como referência para a tomada de decisões, possibilitando comparações entre práticas passadas e presentes.

Ao garantir uma gestão e preservação eficaz desses documentos, assegura-se que eles possam ser acessados por diferentes pessoas em tempos distintos. Assim, as políticas arquivísticas asseguram a gestão e o tratamento adequado de documentos arquivísticos, que atuam como um canal que pode conduzir a memória e, ao mesmo tempo, representa e reforça a identidade institucional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 8.159 de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, 8 jan. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 23 nov. 2023

EUZEBIO, I. L.; GERLIN, M. N. M.; SILVA, L. C. da. **O Lugar da Memória na Elaboração da Política Arquivística e de Preservação**: um estudo realizado à luz da Ciência da Informação. Brazilian Journal of Information Science: research trends, Marília, SP, v. 17, p. e023019, 2023. DOI: 10.36311/1981-1640. 2023.v17.e023019. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/13685. Acesso em: 15 mar. 2024.

GOMES, Liliana Isabel Esteves. **Gestão da informação, holística e sistémica, no campo da Ciência da Informação**: estudo de aplicação para a construção do conhecimento na Universidade de Coimbra. 2016. Disponível em: http://hdl.handle.net/2183/18287. Acesso em: 10 fev. 2024.

JARDIM, J. M. **DIVERSIDADE ARQUIVÍSTICA E POLÍTICAS DE**

ARQUIVOS. PontodeAcesso, *[S. l.]*, v. 3, n. 1, p. 46–59, 2009. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3312. Acesso em: 17 abr. 2024. Acesso em 10 abr. 2024.

JARDIM, José Maria. **Políticas públicas arquivísticas**: princípios atores e processos. Arq. & Adm. Rio de Janeiro, v.5, n.2, jul/dez. 2006. Disponível em: https://bdan.an.gov.br/items/6bb3da2e-a54b-4e9f-98e1-5af13f23b742. Acesso em: 10 abr. 2024.

LIMA, Izabel França de; OLIVEIRA, Ana Lúcia Tavares de; MOURA, Rafaela Karoline Galdêncio de. **Memória institucional na ciência da informação: análise das produções científicas apresentadas no GT de informação e memória do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2017. Disponível em: https://brapci.inf.br/#/v/104805000000000000000. Acesso em: 20 abr. 2024.

RUEDA, V. M. S.; FREITAS, A.; VALLS, V. M. Memória institucional: uma revisão de literatura. CRB8 Digital, v. 4, n. 1, 2011.

SILVA, Luis Carlos; VENÂNCIO, Renato Pinto. **A identificação da política arquivística como política de informação**: os arquivos públicos municipais da região metropolitana de Vitória - ES. Anais do 19º Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação: Londrina, ENANCIB, 2018, https://brapci.inf.br/index.php/res/v/102223. Acesso em: 17 abr. 2024.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional**. João Pessoa: Editora UFPB, 2013.

O MARKETING DE CONTEÚDO COMO FERRAMENTA EM AÇÕES EDUCATIVAS PELAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Keisse Ellen Carvalho Costa
Universidade Federal da Bahia
keisse_carvalho@outlook.com
Maíra Salles De Souza
Universidade Federal da Bahia
maira.salles@ufba.br

Resumo: Este estudo visa investigar a aplicação do marketing de conteúdo em bibliotecas universitárias, em contexto nacional e internacional, na produção acadêmica na área da Ciência da Informação e Biblioteconomia entre 2001 e 2021, destacando suas vantagens. A metodologia foi a revisão bibliográfica, caracterizando-se como exploratória e descritiva. Os resultados mostram que o marketing de conteúdo aumentou o uso das bibliotecas, fortaleceu a relação com a comunidade e elevou a visibilidade institucional. Conclui-se que, a partir do marketing de conteúdo, as bibliotecas e os bibliotecários podem promover ações educativas e engajamento dos usuários.

Palavras-chave: Biblioteca Universitária. Marketing de Conteúdo. Ação Educacional.

INTRODUÇÃO

O Marketing Digital é um tema abrangente na literatura acadêmica, caracterizado pela diversidade de estratégias e plataformas disponíveis, como *sites*, *blogs*, mídias sociais e *e-mails*, todos vinculados à *internet* e sujeitos a constantes mudanças e evoluções. Nesse contexto, o Marketing de Conteúdo visa atrair consumidores por meio da divulgação de conteúdos relevantes em meios digitais, ferramenta a ser utilizada nos ambientes informacionais, no caso dessa pesquisa, as bibliotecas universitárias.

Com o avanço da *internet*, os usuários têm maior autonomia na escolha de conteúdos destacando a importância do marketing de conteúdo como uma estratégia de atração. Bibliotecas universitárias, inseridas nesse ambiente digital altamente competitivo, devem estabelecer uma presença digital significativa para engajar sua comunidade através de conteúdos pertinentes e úteis, fomentando uma relação de proximidade e confiança.

Este estudo visa investigar a aplicação do marketing de conteúdo em bibliotecas universitárias em contextos nacional e internacional, na produção acadêmica na área

da Ciência da Informação e Biblioteconomia entre 2001 e 2021, analisando nos idiomas português, inglês e espanhol com o intuito de verificar como as bibliotecas universitárias utilizam-se do marketing de conteúdo e apresentar as vantagens do uso da estratégia do marketing de conteúdo pelas bibliotecas universitárias.

A pesquisa bibliográfica tem um corte temporal de 20 anos, foi pesquisada nos idiomas português, inglês e espanhol e abordou aspectos quantitativos e qualitativos da amostra selecionada, utilizando um protocolo adaptado de Silva (2022) como guia metodológico. Ressalta-se os Estados Unidos como o país com maior produção sobre o tema; e os estudos de caso e experiências relatadas na literatura demonstram a importância do domínio teórico do "marketing" e do "marketing de conteúdo" para uma implementação eficaz, capaz de gerar resultados satisfatórios conforme observado pelos próprios autores citados na pesquisa.

REVISÃO DE LITERATURA

As Bibliotecas Universitárias têm um papel crucial tanto no suporte acadêmico e científico aos membros das universidades quanto na capacitação da comunidade em habilidades de manejo da informação. De acordo com Ranganathan (1931), elas devem se adaptar às necessidades da sociedade, atendendo às complexidades de seus usuários. Na era digital, onde há uma abundância de dados, é essencial que as bibliotecas ajudem seus usuários a avaliar, filtrar e usar informações criticamente. O excesso de dados não verificados pode causar desinformação e afetar áreas como política e saúde pública. Assim, as bibliotecas e seus profissionais são fundamentais para promover o pensamento crítico e a aprendizagem contínua, além de apenas fornecer informações, como destacado por Assmann (2000).

O marketing também evolui para acompanhar as mudanças sociais e se torna uma ferramenta essencial para as bibliotecas universitárias. Utilizando estratégias como marketing digital e de relacionamento, as bibliotecas podem aprimorar sua gestão, divulgação e promoção de serviços e produtos. Assim, é fundamental que essas instituições estejam atualizadas com essas novas tendências para aplicar técnicas eficazes e eficientes. O estudo de Prado (2018) mostra que há uma necessidade de mais pesquisas sobre marketing na Ciência da Informação, para integrar melhor teoria e prática, pois o marketing de conteúdo é destacado como promissor para as bibliotecas em diversos aspectos.

Conforme descrito por Kotler (2017), o marketing de conteúdo envolve a criação e distribuição de informações relevantes para estabelecer conexões profundas com o público, integrando a marca de forma não intrusiva à vida do consumidor. Essa estratégia de longo prazo é crucial para empresas e instituições, incluindo bibliotecas, pois permite entender melhor o público-alvo e oferecer conteúdo que agrega valor, melhorando o reconhecimento, a autoridade e o engajamento.

As bibliotecas universitárias devem considerar suas necessidades informacionais diversificadas e adotar estratégias de marketing de conteúdo para atender de forma eficaz seu público. Segundo Rez (2016), o marketing de conteúdo pode ter diversos objetivos alinhados com as metas das bibliotecas, como ajudar na obtenção de resultados, inspirar, entreter, orientar decisões e gerenciar expectativas, bem como ser direcionados à formação dos usuários, destacando a importância da ação educativa para o processo de apropriação do conhecimento.

No cenário atual, o uso do marketing de conteúdo é vital para as bibliotecas universitárias se adaptarem aos novos paradigmas digitais e sociais, porque precisam ir além de seu papel tradicional de disseminadoras de informação acadêmica, expandindo sua influência e engajamento com a comunidade acadêmica. Em um ambiente onde a informação está cada vez mais acessível digitalmente, é essencial que as bibliotecas desenvolvam uma presença *online* robusta e adotem estratégias proativas para atrair e reter usuários.

METODOLOGIA

A metodologia empregada na pesquisa científica visou investigar o Marketing de Conteúdo nas Bibliotecas Universitárias, com recorte temporal de 2001 – 2021, utilizando uma abordagem exploratória e descritiva, que tem como objetivo reunir a produção intelectual de um fenômeno ou objeto ao delimitar e mapear sua manifestação e campo de trabalho para futuras pesquisas (Severino, 2016), fundamentando-se na revisão bibliográfica. A pesquisa foi realizada no período de julho a novembro de 2022, sendo conduzida por meio de bases de dados amplamente reconhecidas, como o Portal de Periódicos da CAPES e o Google Acadêmico. Essas plataformas foram selecionadas devido à sua acessibilidade e à cobertura de literatura nacional e internacional. A pesquisa da literatura foi guiada por termos-chave em três idiomas: português, inglês e espanhol, juntamente com estratégias de busca, incluindo o uso de operadores booleanos e aspas para delimitar termos específicos e maximizar a relevância dos resultados obtidos.

Para organizar e sistematizar a coleta de dados, foram definidas seis etapas metodológicas distintas, seguindo a proposta apresentada na dissertação de Isadora Rolim da Silva (2022): a) Estratégia de Busca; b) Definição dos Critérios de Inclusão e Exclusão; c) Busca da Literatura; d) Avaliação e Seleção dos Dados; e) Extração dos Dados; e f) Síntese e Disseminação da Informação. As etapas subsidiaram a categorização dos dados para a análise qualitativa, auxiliando na delimitação do universo, estratégias de pesquisa, seleção do material, síntese e resultados.

A análise qualitativa, baseada na verificação do objeto de estudo com a realidade encontrada resultando em interpretações variadas obtidas através da descrição e análise da pesquisa avaliada (Ramos; Ramos; Busnello, 2005; Diehl, 2004 *apud* Dalfovo; Lana; Silveira, 2008), focou na descrição do conteúdo dos textos selecionados, explorando

temas como a aplicação do Marketing de Conteúdo por bibliotecas universitárias e suas implicações práticas.

RESULTADOS

A pesquisa analisou 753 trabalhos científicos, selecionando inicialmente 66 relevantes. Após critérios de inclusão, foram escolhidos 7 artigos focados no uso do marketing de conteúdo em bibliotecas. Esses estudos abordam gestão de conteúdo, redes sociais, marketing digital e respostas a crises como a pandemia de COVID-19. Os artigos oferecem exemplos teóricos e metodológicos que podem orientar práticas inovadoras e discussões sobre o impacto nas comunidades acadêmicas.

A amostra final traz diversos casos que exemplificam a aplicação positiva do marketing de conteúdo em bibliotecas universitárias, destacando a importância de estratégias específicas para melhorar a comunicação e a eficácia das bibliotecas no ambiente digital. Por exemplo, na Universidade do Arizona, Blakiston e Mayden (2015) enfrentaram problemas de comunicação devido à falta de uma estratégia coesa de conteúdo. A contratação de um estrategista de conteúdo levou à otimização do site da biblioteca, melhorando a acessibilidade e a relevância do material para os usuários, o que fortaleceu a presença digital da biblioteca e a alinhou melhor com as expectativas dos estudantes e professores. Os apectos apresentados coadunam com Rez (2016) ao afirmar que o marketing de conteúdo pode ter objetivos alinhados com as metas das bibliotecas.

Na *Levy Library da Icahn School of Medicine,* Halevi e O'Halon (2016) criaram conteúdo educacional direcionado a estudantes de medicina e pesquisadores, utilizando séries e eventos para engajar eficazmente a comunidade e educá-la sobre recursos e práticas de pesquisa essenciais. A *Purdue University,* conforme discutido por Arthur e Alberts-Smith (2017), utilizou o marketing de conteúdo para resolver problemas práticos dos estudantes, como acesso a recursos de pesquisa e orientação sobre o uso da biblioteca. Essas ações melhoraram a experiência dos usuários e fortaleceram os laços entre a biblioteca e a comunidade acadêmica, resultando em maior engajamento e satisfação.

Durante a pandemia, a *Auraria Library* focou na adaptação de relatórios visuais e conteúdo adaptado para diferentes plataformas para manter o engajamento da comunidade acadêmica. Browning e Freedman (2021) destacam como essas estratégias foram essenciais não apenas para sustentar a conexão com os usuários durante uma crise global, mas também para advogar eficazmente pela biblioteca em um cenário onde cortes de verbas representavam um risco significativo.

Nesses casos mencionados acima e em outros levantados na pesquisa, o marketing de conteúdo melhorou a comunicação e visibilidade das bibliotecas, e também demonstrou ser crucial para o engajamento dos usuários e a promoção eficaz dos serviços oferecidos, coadunando com a percepação de Ranganathan (1931). A abordagem variada, que inclui

desde mídias sociais até eventos educacionais e curadoria de conteúdo, reflete a adaptação às necessidades dos usuários e às mudanças no ambiente digital.

DISCUSSÃO

O Marketing de Conteúdo é uma estratégia amplamente utilizada pelas empresas, especialmente nas redes sociais, para alcançar um grande número de pessoas e possibilitar uma interação direta com seus clientes e usuários. Essa abordagem visa diversos propósitos e compartilha semelhanças estratégicas e evolutivas com as bibliotecas universitárias. Tanto o Marketing de Conteúdo quanto as Bibliotecas Universitárias reconhecem a importância de atender às necessidades específicas de seu público-alvo, oferecendo informações relevantes e valiosas. O marketing evoluiu de um foco inicial no produto para uma orientação ao cliente e, mais recentemente, para um engajamento social e tecnológico, tornando-se uma ferramenta essencial para empresas e instituições que buscam atrair e engajar seu público por meio da criação e distribuição de conteúdo útil, possibilitando o desenvolvimento do pensamento crítico, como defende Assmann (2000).

Assim como no marketing de conteúdo, as bibliotecas universitárias utilizam *blogs*, mídias sociais e outras plataformas digitais para criar e distribuir conteúdo educacional, informativo e cultural. Essas práticas aumentam a visibilidade das bibliotecas, fortalecem sua imagem institucional e melhoram a conexão com estudantes, professores e pesquisadores. Ao oferecer recursos digitais, tutoriais, guias de pesquisa e eventos online, as bibliotecas não apenas facilitam o acesso à informação, mas também educam seus usuários sobre as melhores práticas de pesquisa e uso dos recursos disponíveis.

Alguns exemplos da eficácia dessas abordagens acima mencionadas são evidenciados em pesquisas, como as realizadas por Halevi e O'Halon (2016), que focaram na criação de conteúdo educacional para públicos específicos; as desenvolvidas por Blakiston e Mayden (2015), que melhoraram a acessibilidade e a relevância do conteúdo nos sites das bibliotecas; o estudo de Arthur e Alberts-Smith (2017) que resolveu problemas específicos dos estudantes e aumentaram o engajamento; e as análises de Wagner e Boatright (2019), que observaram um aumento na interação e *feedback* positivo dos usuários, além de um crescimento na presença digital das bibliotecas.

Tanto o marketing de conteúdo quanto as bibliotecas universitárias enfrentam desafios semelhantes, como a segmentação de público, a criação de conteúdo relevante, a mensuração de resultados e a adaptação às novas tecnologias. No entanto, ao adotar práticas como a criação de personas, o planejamento estratégico de conteúdo, o uso de métricas para avaliar o impacto das iniciativas e a adaptação contínua às mudanças no comportamento dos usuários, as bibliotecas podem manter sua relevância e se destacar como centros de aprendizado dinâmicos e acessíveis, onde o marketing de conteúdo serve como uma estratégia crucial para disseminação da informação e referência digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Marketing de Conteúdo é uma ferramenta valiosa para Bibliotecas Universitárias, ajudando a melhorar a educação e capacitação dos usuários em um cenário informacional saturado de dados digitais. Nesse sentido, esse estudo respondeu ao objetivo proposto, em que investigou a aplicação do marketing de conteúdo em bibliotecas universitárias, em contexto nacional e internacional, na produção acadêmica na área da Ciência da Informação e Biblioteconomia entre 2001 e 2021, destacando suas vantagens.

Estratégias como *blogs*, tutoriais e eventos *online* permitem às bibliotecas combater a desinformação, aumentar sua visibilidade e reforçar sua relevância acadêmica. Instituições como a Universidade do Arizona e a *Purdue University* demonstram que o marketing de conteúdo bem implementado melhora a comunicação e o engajamento acadêmico.

Além disso, o Marketing de Conteúdo pode promover a capacitação dos usuários na busca e uso crítico da informação, alinhando as práticas de marketing com as necessidades informacionais, fortalecendo a missão educativa das bibliotecas. Ao adotar essas práticas, as bibliotecas transformam-se em agentes proativos de aprendizado e formação crítica, moldando um ambiente acadêmico mais informado.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, H. A metamorfose do aprender na sociedade da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 7-15, ago. 2000.

ARTHUR, Michael A.; ALBERS-SMITH, Jennifer. Being Earnest With Collections-If I Had a Nickel for Every Time I'm Asked for a Bookmark, I'd Be Rich. **Against the Grain**, vol. 29, n. 5, Article 29, 2017. DOI: https://doi.org/1 0.7771/2380-176X.7857.

BLAKISTON, Rebecca; MAYDEN, Shoshana. How We Hired a Content Strategist (And Why You Should Too). **Journal of Web Librarianship**, vol. 9, n. 4, p. 193-215, 2015. Disponível em: DOI: 10.1080/19322909.2015.1105730.

BROWNING, Sommer; FREEDMAN, Alex. Crisis Report to Marketing Tool: The Auraria Library's COVID-19 Report. **Marketing Libraries Journal**, vol. 5, n. 2, 2021, p. 23.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.2, n.4, p.01-13, Sem II. 2008.

HALEVI, Gali; O'HANLON, Robin. Creating content marketing for libraries. **Journal of the Medical Library Association**, vol. 104, n. 4, out. 2016.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 4.0:** do tradicional para o digital**.** Trad. de Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

PRADO, Jorge do; PINTO, Adilson Luiz. MARKETING NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO BRASILEIRA: quatro décadas de produção. **Inf. & Soc.**, João Pessoa,v.28, n.3, p. 53-68, set./ dez. 2018.

PUTRANTO, Widiatmoko Adi; FAJRY, Ashry Noviana. Content Marketing Strategies via Instagram for Indonesian Libraries. *In*: IFLA General Conference and Assembly, 84, 2018, Kuala Lumpur. **Anais Eletrônicos [...]** Malaysia: Kuala Lumpur, 2018, p. 9.

RANGANATHAN, S. R. **As Cinco Leis da Biblioteconomia.** Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2009. 336 p.

REZ, Rafael. **Marketing de conteúdo:** a moeda do século XXI. São Paulo: DVS Editora, 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho cientifico.** [livro eletrônico] São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Isadora Rolim da. **Difusão cultural em unidades de informação:** revisão sistemática da literatura. Dissertação (Mestrado em Ciência da informação). Programa de pós-graduação em ciência da informação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 214, 2022.

WAGNER, Sarah; BOATRIGHT, Beth. Generating and Framing Content: Strategic Multi-Platform Content Marketing in Academic Libraries. **Public Services Quarterly**, vol. 15, p. 59–67, 2019. DOI: 10.1080/15228959.2018.1555074.

RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS COMO DISPOSITIVO PARA A SOCIALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA

Marcos Antonio Nascimento Ferreira
Bibliotecário. Mestrando em Ciência da Informação (PPGCI UFBA),
marcos.ferreira@ufba.br.
Sérgio Franklin Ribeiro da Silva
Prof. Orientador (PPGCI UFBA). Dr. em Ciência da Informação.
sergiofr@ufba.br.

Resumo: Este resumo expandido apresenta resultados parciais de uma investigação de mestrado sobre o desenvolvimento de Recursos Educacionais Abertos nas universidades federais da Região Nordeste, cujo objetivo principal é descrever a dinâmica de produção, armazenamento e disponibilização de tais recursos na educação à distância, nas referidas instituições. Trata-se de uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa e quantitativa, tendo o estudo de casos múltiplos como procedimento adotado. Os resultados apresentados são parciais, obtidos pela revisão de literatura e pelo universo trabalhado. Conclui sobre o crescimento do ensino à distância e sobre a importância dos Recursos Educacionais Abertos para acesso à informação.

Palavras-chave: Recursos Educacionais Abertos; educação a distância; acesso à informação.

INTRODUÇÃO

Este resumo expandido foi elaborado com base em uma pesquisa, em andamento, no âmbito do curso de mestrado em Ciência da Informação, realizado no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia. A investigação em questão busca respostas sobre a maneira que são desenvolvidos os Recursos Educacionais Abertos (REA) no ensino a distância (EaD) nas universidades federais da Região Nordeste do Brasil. Para isso, o referido estudo possui como objetivo principal descrever a dinâmica de produção, armazenamento e disponibilização dos REA nas universidades federais da Região Nordeste.

A motivação para o desenvolvimento da pesquisa decorre de experiência profissional do mestrando. Neste sentido, levando em consideração a importância que os REA possuem para a democratização da informação e fortalecimento da socialização do conhecimento por meio da educação, foi despertado o interesse em compreender como

estes recursos são desenvolvidos em instituições de ensino superior públicas que oferecem cursos na modalidade à distância.

REVISÃO DE LITERATURA

Conforme Saracevic (1999), com a evolução da ordem social para uma sociedade que teve sua percepção modificada acerca da informação, ela, a informação passou a assumir uma posição central em todos os aspectos da vida. Deste modo, seu acesso tem se constituído como um fator básico para o desenvolvimento de toda atividade humana.

A Constituição brasileira entende o acesso à informação como sendo um direito social e prevê, por meio do art. 5, inciso XIV, que esse acesso deve ser assegurado a todas as pessoas (Brasil, 1989). Este direito é considerado como condição fundamental para a efetivação da qualidade de vida do indivíduo. Na condição de bem comum, o acesso à informação busca promover, conforme Targino (1991, p. 155) "[...] integração, democratização, igualdade, cidadania, libertação e dignidade pessoal [...]".

Diante da importância do acesso à informação para o desenvolvimento pessoal e social, o sistema educacional pode contribuir na capacitação do indivíduo para o uso eficiente da informação. Varela (2007) destaca que a forma como a informação é organizada e distribuída na sociedade depende de forma direta e indireta do papel que a educação desempenha nesse meio.

Neste contexto, os REA se apresentam como importantes fontes informacionais. Tais recursos surgem estimulados pelo movimento em prol do acesso aberto e pelo avanço das tecnologias da informação e comunicação (TIC), possuindo como objetivo "[...] disponibilizar materiais e recursos livremente para uso, recombinação e redistribuição por outras pessoas, aumentando assim o conhecimento de todos [...]" (Silva, 2015, p. 66).

Conforme a Declaração REA de Paris de 2012, o termo REA designa

> [...] materiais de ensino, aprendizagem e investigação em quaisquer suportes, digitais ou outros, que se situem no domínio público ou que tenham sido divulgados sob licença aberta que permite acesso, uso, adaptação e redistribuição gratuitos por terceiros, mediante nenhuma restrição ou poucas restrições (Declaração [...], 2012, p. 1).

Gonzales e Rossini (2012) apontam que as iniciativas REA possuem como foco prover a disponibilização e o compartilhamento de várias partes ou unidades do saber de modo que possam ser, dentre outras possibilidades, remixadas, traduzidas e adaptadas para fins educacionais, contribuindo para a transformar a maneira com que a educação é pensada e desenvolvida.

Os REA são compreendidos por Furniel, Mendonça e Silva ([201-], p. 4) como sendo "[...] fundamentais para garantir a ampliação do acesso à educação pública, de qualidade

e aberta". Semelhantemente, para a Unesco (2014, 2019), os REA podem proporcionar uma educação equitativa, inclusiva, aberta e participativa, na medida que os REA contribuem para o aumento do acesso à educação para todas as pessoas, atuando assim na melhoria da qualidade da educação e da vida.

Quanto à participação dos(as) bibliotecários(as) no desenvolvimento dos REA, esses profissionais compreendem tais recursos como fontes de informação e podem desempenhar um importante papel neste processo. Deste modo, os bibliotecários(as) precisam estar aptos para, além de atuar com a organização e representação destes recursos, precisam ser capazes de adaptar e produzir REA, gerenciar as etapas que envolve o desenvolvimento do recurso, tais como licenciamento, armazenamento, prover acesso ao recurso dentre outras possibilidades.

Entretanto, a importância do bibliotecário(a) no processo de desenvolvimento dos REA não é de conhecimento de toda comunidade educacional. Neste sentido, Lubisco, Santana e Ferreira (2021) enxergam a produção de materiais para o uso em bibliotecas como algo desafiador, já que, conforme as autoras, a maioria dos docentes não concebe a biblioteca como espaço de ensino-aprendizagem. Diante desta realidade, cabe aos(as) bibliotecários(as) assumir um posicionamento ativo de modo a mostrar sua importância nos processos de REA.

METODOLOGIA

A investigação em questão considera a estratégia metodológica a seguir: **quanto à natureza**, trata de uma pesquisa aplicada, porque pretende gerar conhecimento, visando uma aplicação de ordem prática (Silveira; Córdova, 2009); **quanto à abordagem**, o estudo será realizado por meio das abordagens qualitativa e quantitativa. Quantitativa porque os dados numéricos obtidos servirão de base para análise da situação e qualitativa porque busca a compreensão de situações sociais, deste modo é possível partir do entendimento de que estes métodos em conjunto auxiliarão na compreensão da situação estudada (Silveira; Córdova, 2009); **quanto ao objetivo (nível)**, será uma pesquisa descritiva, pois pretende descrever os fenômenos que envolvem essa realidade (Gil, 2008); **quanto ao procedimento/método** utilizado para investigar o problema e respondê-lo, será adotado o desenvolvimento de estudo de casos múltiplos (Yin, 2001).

O universo da pesquisa são as universidades federais da Região Nordeste com cursos de graduação na modalidade à distância. A fim de obter o quantitativo de instituições, foi realizado um levantamento das instituições no site do Ministério da Educação (MEC)[1] e o resultado obtido foi o seguinte: A região Nordeste é composta por 18 instituições presentes nos nove estados. Entretanto, 15 instituições contam com à modalidade de ensino

1 Disponível em: http://portal.mec.gov.br/pec-g/cursos-e-instituicoes. Acesso em: 15 mar. 2024.

a distância concretizada e juntas oferecem 128 cursos de graduação. Das três instituições restantes, duas não possuem cursos EaD e em uma a modalidade está em processo de criação e aprovação.

Por ser um universo relativamente extenso para o desenvolvimento de um estudo de mestrado, deste universo foi retirada uma amostra tendo por base a avaliação de recredenciamento realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Assim, as instituições que passaram a compor a amostra foram as universidades que obtiveram conceito máximo no referido recredenciamento. Com isso, seis instituições passam a compor a amostra e juntas oferecem 44 cursos de graduação EaD.

A técnica aplicada para o levantamento dos dados é a aplicação de questionário de forma remota, sendo o questionário o instrumento a ser utilizado. O questionário é desenvolvido no aplicativo de gerenciamento de pesquisas *Google Forms* e será encaminhado, após pré-teste, à coordenação de cada curso EaD integrante da amostra da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em razão da pesquisa estar em processo de desenvolvimento, os resultados aqui apresentados decorrem do referencial teórico que fundamenta a pesquisa. Também é possível obter alguns resultados tendo por base a seleção do universo e a amostra do estudo.

Quanto ao referencial teórico, é possível compreender os seguintes resultados:

- ✓ Os REA são importantes ferramentas educacionais que, se forem utilizadas adequadamente, são capazes de promover uma educação mais inclusiva.

- ✓ Por meio de buscas na literatura sobre a temática abordada, é possível perceber que é um tema pouco abordado na área da Ciência da Informação e, com isso, existem poucos trabalhos que tratam da questão nesta área.

- ✓ O(a) bibliotecário(a), por meio de diversas atividades tais como normalização, catalogação na fonte, capacitação para o uso de fontes de informação, pode auxiliar nos diversos processos de REA (produção, aproveitamento, armazenamento, disponibilização dos recursos, dentre outros).

Quanto aos resultados oriundos da seleção do universo e da amostra, é possível compreender que as instituições possuem uma quantidade significativa de cursos de graduação EaD e que essa modalidade de ensino se faz presente na maioria das universidades federais na Região Nordeste.

Diante dos resultados apresentados, os REA podem ser vistos como importantes ferramentas capazes de contribuir com a socialização da informação e consequentemente

com o processo de desenvolvimento de cidadãos conscientes e participativos. Por meio dos REA, questões que dificultam o acesso da população à informação ou impedem seu acesso, tais como problemas econômicos, questões geográficas ou legais podem sem minimizadas, ou resolvidas.

Apesar da compreensão dos REA como fontes democráticas de acesso à informação, ao realizar um levantamento bibliográfico em fontes como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Portal de Periódicos da Capes e o Repositório Institucional da UFBA, é possível perceber que investigações sobre REA não são muito frequentes na área da Ciência da Informação.

Deste modo, um estudo voltado ao processo de produção, armazenamento e disponibilização dos REA pode contribuir com a visibilidade em torno dos REA, mostrar sua relevância para a promoção do acesso à informação e consequentemente sua cooperação no processo de desenvolvimento das pessoas e da sociedade; pode cooperar com as instituições que fazem parte do universo da pesquisa de modo a oferecer subsídios para o desenvolvimento de políticas e programas em torno dos REA, possibilitando contribuir com a qualidade dos cursos oferecidos além de proporcionar a comunidade acesso a conteúdos capazes de somar em seu desenvolvimento; contribuirá também com a Ciência da Informação por meio do desenvolvimento de um estudo em uma temática pouco explorada.

Diante da importância dos REA para a educação e socialização da informação, o(a) bibliotecário(a) possui um importante papel no desenvolvimento desses recursos. Cabe a tais profissionais ter uma postura ativa em todas as etapas que envolvem os REA; desde o desenvolvimento do recurso, passando para seu armazenamento e acesso, mostrando assim sua relevância para o sucesso de todas as etapas.

Quanto a atuação do(a) bibliotecário(a) no desenvolvimento do recurso, é possível sua participação de diversas maneiras, como, por exemplo: promover iniciativas REA em sua instituição e fora dela, orientar os usuários sobre o uso das licenças, descrever e classificar (metadados, tag, descrição) além de divulgar bases de dados, bibliotecas digitais, repositórios e sites com conteúdo educacionais em acesso aberto dentre outras possibilidades.

Sobre os resultados obtidos por meio da demarcação do universo da pesquisa, fica evidente o crescimento da modalidade de ensino EaD no Brasil. A esse respeito, conforme Preti (2011), o crescimento do EaD no Brasil e sua presença nas universidades públicas passa a contribuir para a democratização do ensino e a otimização de recursos. Com isso, as universidades públicas ampliariam a sua função social, expandindo sua oferta de cursos e se interiorizando.

Neste contexto, conforme dados divulgados pelo Inep e pelo MEC, por meio do Censo da Educação Superior 2022, ocorreu um aumento significativo no quantitativo de

matriculados em cursos de nível superior na modalidade a distância. Os dados trazidos pelo censo demonstram que o EaD se tornou a modalidade de ensino que apresenta o maior crescimento no país (Brasil, 2023).

Conforme o censo, no ano de 2022 o ensino EaD registrou a marca histórica de 3 milhões de ingressantes, representando um aumento de 87% quando comparado ao ano de 2014. O censo divulgou também que o ensino EaD, no ano de 2022, esteve presente em 3.219 municípios brasileiros (Brasil, 2023). O censo revelou ainda que o crescente aumento no número de matriculados no EaD contrasta com a redução na procura pelo ensino presencial, que vem diminuindo desde 2014. Deste modo, o censo aponta que o ano de 2021 registrou o menor quantitativo dos últimos dez anos de matriculados em cursos de graduação presencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livre acesso a recursos educacionais de qualidade pode (e deve) ser pensado como fator preponderante para estabelecer uma educação verdadeiramente democrática, aberta e sustentável. Neste contexto, os REA surgem como importantes ferramentas capazes de cooperar no acesso à informação para as pessoas dentro e fora do ambiente educacional. Assim, por meio do acesso a itens instrucionais, em formato aberto e de qualidade, é possível proporcionar aos usuários de tais recursos, dentre outros aspectos, benefícios como cidadania, equidade e inclusão.

Infere-se também sobre a presença marcante de cursos de graduação na modalidade EaD em universidades públicas na região Nordeste. Esta modalidade de ensino possui forte apelo democrático e grande potencial para atender aos anseios e necessidades da sociedade. Com isso, o desenvolvimento de REA nessas instituições podem cooperar para que as pessoas possam adquirir os mais variados conhecimentos.

Para que os REA possam cumprir com sua proposta, cabe a participação de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Este envolvimento requer a participação de bibliotecários(as) que, por sua vez, precisam estar aptos para oferecer sua parcela de contribuição nas mais variadas etapas que envolvem os REA.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília – DF, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior 2022**. Brasília-DF: INEP, 2023. Disponível em: https://encurtador.com.br/RoomG. Acesso em: 30 mar. 2024.

FURNIEL, A. C. M.; MENDONÇA, A. P. B.; SILVA, R. M. da. **Recursos Educacionais Abertos**: conceitos e princípios. [*S. l.*]: OPAS, [201-].

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZALES, C.; ROSSINI, C. REA: o debate em política pública e as oportunidades para o mercado. *In*: SANTANA, B.; ROSSINI, C.; PRETTO, N. De L. **Recursos Educacionais Abertos**: práticas colaborativas políticas públicas. Salvador: Edufba; São Paulo: Casa da Cultura Digital, 2012.

LUBISCO, N. M. L.; SANTANA, A. B.; FERREIRA, F. S. **Biblioteca escolar e os recursos educacionais abertos para pesquisa**: um guia para professores do ensino médio. Salvador: EDUFBA, 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PRETI, O. **Educação a distância**: fundamentos e políticas. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

Saracevic, T. Information Science. **Journal of the American Society for Information Science**. [*S. l.*], v. 50, n. 12, p. 1051- 1063, 1999. Disponível em: https://encurtador.com.br/PcVnf. Acesso em: 20 fev. 2024.

SILVA, D. N. Recursos Educacionais Abertos como fontes de informação. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 20, n. 44, p. 59 - 72, set. / dez., 2015. Disponível em: https://encurtador.com.br/25Olq. Acesso em: 7 fev. 2024. DOI: 10.5007/1518-2924.2015v20n44p59.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. *In*: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

TARGINO, M. G. Biblioteconomia, Informação e Cidadania. **R. Esc. Bibliotecon.**, Belo Horizonte: UFMG, v. 20, n. 2, p. 149-160, jul./dez. 1991. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/37210/28950. Acesso em: 25 jan. 2024.

UNESCO. Draft recommendation on open educational resources. *In*: GENERAL CONFERENCE, 40., 2019, Paris, **Anais** [...] Paris: UNESCO, 2019. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000370936. Acesso em: 12 set. 2022.

UNESCO. **Relatório Global UNESCO**: abrindo novos caminhos para o empoderamento: TIC no acesso à informação e ao conhecimento para as pessoas com deficiência. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014.

VARELA, A. V. **Informação e construção da cidadania**. Brasília - DF: Universidade de São Paulo, 2007.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA: AÇÕES DESENVOLVIDAS NO PERÍODO DE 2021 A 2023.

Érica Maria da Paixão Santana
UFBA, ericamps@ufba.br
Fernanda Xavier Guimarães
UFBA, f_nanda87@yahoo.com.br
Nara Cristina Silva
UFBA, tynarasil@gmail.com

Resumo: Trata-se de um relato de experiência sobre o Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia. Objetivou promover ações para melhorar sua qualidade, ampliar a visibilidade e facilitar o acesso à produção acadêmica da Instituição. É uma pesquisa de abordagem qualitativa e nível descritivo. Realizou-se um plano de ações que resultaram na atualização do Software Dspace, elaboração de tutoriais, customização dos formulários de depósito, correção de metadados, disponibilização de documentos em acesso aberto, limpeza dos dados de depositantes, formulação de tira-dúvidas e treinamentos. Conclui-se que essas ações contribuíram para a promoção dos serviços do Repositório Institucional, divulgação e preservação da memória intelectual da Universidade.

Palavras-chave: Repositório Institucional. Universidade Federal da Bahia. Produção acadêmica.

INTRODUÇÃO

O presente relato buscou promover ações com objetivo de melhorar a qualidade dos serviços oferecidos pelo Repositório Institucional (RI) da Universidade Federal da Bahia UFBA), ampliar a visibilidade e facilitar o acesso à produção acadêmica da Instituição. Nessa perspectiva, analisou-se a estrutura vigente, a interface, os documentos disponíveis e o funcionamento do Repositório no que tange ao acesso, uso e recuperação dos documentos da plataforma pela comunidade da Instituição.

Notou-se a necessidade de reorganizar a estrutura e interface do RI, atualizar as versões do sistema Dspace, estabelecer metas e criar estratégias para aperfeiçoar a arquitetura do ambiente, e facilitar o depósito e a recuperação de documentos em formato

digital. Para isto, foi salutar realizar um plano de ações que resultaram na atualização da versão 3.2 do Dspace para a 5.7, assim como, na elaboração de novos tutoriais por tipologia documental e customização dos formulários de depósito, correção de metadados, disponibilização de documentos em acesso aberto, limpeza dos dados de depositantes por coleção, formulação de tira-dúvidas, como as Perguntas Frequentes, treinamentos, entre outros serviços.

Os treinamentos contínuos realizados pela equipe gestora têm sido essenciais para a qualificação do uso do RI e, sobretudo, para os bibliotecários revisores que atuam diretamente no fluxo de depósito. Este fluxo é o caminho pelo qual o trabalho depositado segue para que se torne disponível e acessível na plataforma. Por esta razão, é relevante a atuação do profissional bibliotecário em RIs, pois é ele quem revisa os metadados preenchidos pelos depositantes depois do autoarquivamento. Por tal importância, promover ações para melhorar a qualidade do RI, ampliar a visibilidade das pesquisas, dos autores e da referida Instituição, facilitando o acesso à produção acadêmica e a sua recuperação, é uma preocupação da equipe gestora, uma vez que grande parte da produção acadêmica da Universidade ainda não está disponível no Repositório.

REVISÃO DE LITERATURA

A Universidade é um dos principais espaços de produção e disseminação do conhecimento científico e, portanto, espaço que agrega um número relevante de pesquisadores e pesquisas que têm apoiado iniciativas colaborativas com as recomendações da Ciência Aberta, a exemplo da criação de Repositórios Institucionais (RIs). Para Gomes e Rosa (2017, p. 81), "Os repositórios institucionais de acesso aberto surgiram como forma de minimizar a pouca visibilidade da produção científica das universidades e instituições de pesquisas". Desde o início do Movimento de Acesso Aberto no mundo, por volta dos anos de 1990 (Rosa, 2016), objetivou-se contribuir com a divulgação e disponibilização de pesquisas em acesso aberto visando a democratização do acesso à informação científica e contra a restrição do acesso estabelecido pelos contratos comerciais das editoras científicas.

Denominado como um Repositório Digital, os RIs "[...] têm cumprido importante função na política do acesso aberto, principalmente, em universidades que necessitam realizar a comunicação científica com preservação e acesso a publicações e documentos digitais" (Fujita; Tolare, 2019, p. 96). Desde então, os RIs tornaram-se um serviço de informação científica que contribui para a disseminação da produção acadêmica de uma Universidade e/ou Instituto de Pesquisa, sendo um dos meios mais confiáveis para a divulgação e preservação da memória intelectual de uma Instituição.

METODOLOGIA

Este relato de experiência teve como finalidade mostrar o trabalho desenvolvido pela equipe do Repositório entre os meses de maio do ano de 2021 a maio de 2023. Para diagnosticar as adversidades que implicaria no acesso, uso e recuperação dos documentos e, a partir disso, planejar as ações para a gestão da qualidade do Repositório, atuaram na equipe 04 bibliotecários, 01 assistente administrativo, 01 bolsista e 01 técnico em Tecnologia da Informação. Nesse sentido, foi elaborado um plano de ação de curto e médio prazo para reorganizar a estrutura e interface do RI, atualizar as versões do sistema Dspace, estabelecer metas e criar estratégias para aperfeiçoar a arquitetura do ambiente, e facilitar o depósito e a recuperação de documentos em formato digital. Sendo assim, foi necessário desenvolver, junto ao grupo, competências, habilidades e atitudes para realizar o planejamento e a execução das atividades.

O diagnóstico possibilitou o levantamento das possibilidades de aperfeiçoamento dos serviços oferecidos no RI, a partir da elaboração de um plano de ação de curto e médio prazo que buscou reorganizar a estrutura, atualizar o sistema Dspace da versão 3.2 para a 5.7, visando posteriormente avançar para a versão 6.3. Entre outras atividades desenvolvidas, criaram-se estratégias para alcançar metas e objetivos durante o ano de 2021 a 2023, a fim de aperfeiçoar a arquitetura do ambiente, facilitar o depósito, seja por meio do autoarquivamento ou pelo depósito mediado, assim como a recuperação dos documentos.

Ante o exposto, percebe-se que o RI é uma ferramenta valiosa de divulgação e preservação da memória intelectual da Universidade e, mais do que isso, uma fonte de informação confiável de acesso à produção acadêmica, reunida em um único local virtual (Rosa, 2009). Salienta-se que é mister incentivar a criação e manutenção de RIs em instituições de ensino, pesquisa, extensão e inovação em um contexto em que a Ciência Aberta tem promovido o acesso aberto à informação científica. Bem como, trabalhar com uma equipe competente que busque, continuamente, analisar o serviço, atualizar o software e propor melhorias no atendimento e uso desse dispositivo de informação científica de acesso aberto a documentos científicos, acadêmicos, artísticos, técnicos e tecnológicos de uma instituição.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta o diagnóstico e ações realizadas no RI, entre os anos de 2021 e 2023. Foram analisados os aspectos positivos e negativos do Repositório com a finalidade de apontar as adversidades encontradas e corrigi-las, a fim de melhorar a qualidade do serviço e aumentar a visibilidade da produção científica da Universidade.

No primeiro momento foram mapeadas ações/procedimentos de ordem interna com intuito de tornar o sistema de busca e recuperação dos itens depositados mais precisos, isto é, com eficácia no resultado esperado. Percebeu-se, também, que os metadados utilizados no preenchimento dos campos tinham algumas incoerências que dificultavam a busca e recuperação dos itens, assim como a interoperabilidade e migração entre RIs e as bases de dados em Acesso Aberto.

Em um segundo momento, identificou-se que a página do RI precisava de uma arquitetura menos complexa e mais organizada e acessível, com informações disponibilizadas de forma mais evidente. Foi solicitada ao setor de Tecnologia da Informação a customização dos pontos considerados relevantes para implantação de novas interfaces e aplicabilidades. Os dados demonstraram que as adversidades sinalizadas dificultavam o acesso, o uso e a visibilidade do RI, pois a falta de padronização na descrição dos metadados dos tipos de documentos não permitia a migração para outras bases de dados e Repositórios nacionais e internacionais, impedindo a ampla divulgação das produções da Instituição.

Nessa direção, verificou-se a existência de muitos documentos com metadados incorretos. Foram realizados treinamentos sobre o uso e aplicabilidade do OpenRefine que permitiu a exportação dos dados, a realização de downloads dos arquivos das coleções e sua transferência de forma célere, o que facilitou as correções dos arquivos em lote.

Nesse seguimento, detectaram-se coleções discordantes com o padrão do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Ao identificar este problema, a equipe do RI realizou a migração dos documentos para a coleção adequada.

Os dados levantados evidenciaram um número elevado de documentos em Acesso Restrito que já poderiam ser liberados para a disponibilização em Acesso Aberto. Com a atualização do Dspace, em dezembro de 2021, a versão do software foi atualizada, permitindo o agrupamento das coleções por tipo de acesso. Essa ação contribuiu para a disponibilização de 1.700 documentos em acesso aberto.

No que tange ao fluxo de depósitos no RI, identificou-se uma grande quantidade de bibliotecários cadastrados como revisores que já não exerciam mais tal função. Criou-se um grupo de revisores por e-mail para facilitar a comunicação e esclarecer possíveis dúvidas, bem como, a atualização dos dados dos bibliotecários revisores de cada unidade da Universidade nos grupos de revisores/validadores no Repositório.

No decorrer do desenvolvimento das ações, notou-se que alguns artigos depositados não estavam sendo recuperados devido a equívocos ocorridos no processo de indexação, especificamente, no campo "data". Foram encontrados 74 artigos duplicados e muitos artigos indexados com os metadados de data de depósito e não de publicação. As adversidades do campo 'data" foram corrigidas e os itens duplicados foram organizados e listados para envio ao técnico de TI com o objetivo de torná-los invisíveis no Repositório,

gerando um aumento no número de trabalhos depositados no RI e, consequentemente, no fluxo de depósito. Assim, notou-se a urgência de treinamentos para toda a comunidade acadêmica e a aplicação das ações planejadas.

A falta de informação sobre as necessidades e formas de depósito praticadas pelos Programas de Pós-Graduação da Universidade ensejou a realização de uma enquete a estes Programas. A partir das respostas obtidas foi possível convencer alguns Programas a realizarem o depósito mediado dos trabalhos, o que permitiu dar celeridade à forma de depósito e aumentar o volume de documentos inseridos no RI.

A falta de padronização de procedimentos para a validação dos documentos depositados no RI fazia com que os documentos permanecessem no fluxo de depósito por mais tempo que o necessário, ou fossem rejeitados por motivos simples. Por isso foi realizado um treinamento com os revisores do RI apresentando os procedimentos a serem seguidos durante a revisão e a recomendação de um prazo máximo para permanência dos trabalhos no fluxo de depósito. A ação contribuiu para agilizar o tempo de disponibilização dos documentos no RI.

A identificação de diferentes maneiras de grafia para o nome de um mesmo autor no Repositório atrapalhava o processo de busca dos trabalhos por esta entrada específica. Então foi realizada a correção dos nomes dos autores grafados de formas diversas, o que permitiu o resgate de todas as obras de um mesmo autor que se encontram no RI.

Uma das iniciativas importantes das ações realizadas pela equipe foi a criação da aba "FAQ" na página do RI, atualmente nomeada por "Perguntas Frequentes". Essa estratégia surgiu com intuito de colaborar com a criação de conteúdos sobre o RI para as mídias sociais, a partir da análise das dúvidas mais comuns dos usuários/depositantes. Essa ação buscou dar mais autonomia e celeridade aos usuários na busca de informações e questionamentos sobre o RI.

Constatou-se a necessidade de atualização do "tutorial de depósito", há 10 anos sem revisão. Em janeiro de 2022, foi produzido o novo tutorial do RI e um "tutorial para cadastro de usuários", visando dar mais praticidade e autonomia para os usuários da plataforma. Posteriormente, foram criados novos tutoriais, totalizando 12 tutoriais disponibilizados em local específico da página do Repositório.

Notou-se que muitas atividades esporádicas precisavam ser desempenhadas como atividade rotineira e comum a todos os membros da equipe. Uma delas é a limpeza no campo de e-mails dos depositantes, decorrente da liberação de acesso às coleções concedida aos depositantes pelo período de 30 dias. Esta ação permitiu a verificação de um número elevado de usuários que continuavam com a permissão, sendo imprescindível fazer a remoção dos mesmos com o prazo ultrapassado, evitando que o usuário depositasse outros tipos de documentos de forma equivocada.

Percebeu-se que as informações e funcionalidades estavam pouco evidenciadas na *home page* do RI. Nesse sentido, foram criadas novas abas de navegação a fim de atender as necessidades informacionais dos pesquisadores e/ou depositantes, como por exemplo a aba de Perguntas Frequentes e Tutoriais de submissão. Notou-se, também, a relevância de disponibilizar um Termo de Autorização de Depósitos na página do RI, aba ''Documentos''. Esse modelo de concessão é a garantia que o autor permitiu uso da obra e autorizou o RI a disponibilizá-lo em seu site, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/98 (Brasil, 1998).

As ações desenvolvidas durante os anos de 2021 e 2023 trouxeram repercussões positivas para o gerenciamento e a disseminação da produção acadêmica da Universidade. Parafraseando a 5ª lei de Ranganathan, o Repositório é "um organismo em crescimento", por isso, busca estabelecer e alcançar metas com o propósito de proporcionar um serviço de qualidade e eficaz. Para tanto, novas metas já foram estabelecidas pelo Repositório.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Repositórios Institucionais são constituídos de recursos que possibilitam o gerenciamento da informação, a preservação, a interação e a disponibilização, além da promoção da visibilidade da produção intelectual de uma instituição. O uso do RI oferece acesso aos conteúdos digitais por meio de pesquisas nos diversos tipos de documentos. Dito isto, é imprescindível a realização de buscas em fontes de informação fidedignas nas quais o conhecimento científico seja obtido por meio de experimentos, observações, interpretações e sem danos a aquisição de conhecimentos com a utilização de dispositivos que apresentem diversos benefícios como: eficiência, rapidez, agilidade e recuperação da informação. Ante o exposto, notou-se que o Repositório teve um salto qualitativo em relação aos serviços disponibilizados aos usuários e, também, no que se refere à divulgação das pesquisas e visibilidade da Instituição e de seus pesquisadores no Brasil e no mundo. Espera-se que novos desafios sejam alcançados e que seja possível construir novos saberes para melhor servir à comunidade. A expectativa é de atender às demandas futuras com efetividade e apoio deste setor e de toda a Instituição.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 9.610/98**: Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, 19 fev. 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm. Acesso em: 16 maio 2023.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; TOLARE, Jéssica Beatriz. Vocabulários controlados na representação e recuperação da informação em Repositórios brasileiros. **Inf. Inf.,** Londrina, v. 24, n. 2, p. 93-125, maio/ago. 2019. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/37985/pdf. Acesso em: 15 maio 2023.

GOMES, Anilza Rita de Souza; ROSA, Flávia Goullart Mota Garcia. Análise das políticas de funcionamento de repositórios institucionais brasileiros. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 11, n.1, p. 81-94, abr. 2017. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/21342/14660. Acesso em: 16 maio 2023.

ROSA, Flávia Garcia. Implantação do repositório institucional da Universidade Federal da Bahia: uma política de acesso à produção científica. In: SAYÃO, Luis *et al* (org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: Edufba, 2009. p. 231-248. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf. Acesso em: 01 maio 2023.

ROSA, Juliane Alves. et al. **Dspace**: manual para gerenciamento de repositórios digitais criados em Dspace. Brasília: IBICT, 2016. Disponível em: https://wiki.lyrasis.org>dowload>attachments.pdf. Acesso em 18 de maio de 2023.

RESSIGNIFICANDO MEMÓRIAS: A EXPOSIÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO MARANHÃO

Núbia Cristiane Silva Matos
Universidade Federal Rural de Pernambuco[1]
Leyde Klebia Rodrigues da Silva
Universidade Federal da Bahia[2]

Resumo: Os museus históricos criados numa perspectiva colonial, têm sido convidados a repensarem suas funções sociais. Este estudo tem como tema central, o estudo do museu, memória e sociedade com o objetivo geral de analisar a exposição do Museu Histórico e Artístico do Maranhão, sua narrativa e a possível ressignificação por meio da educação patrimonial. A pesquisa é qualitativa, exploratória e os dados foram coletados por meio da observação direta. Como resultados, enfatiza- se que os museus são espaços com potenciais que vão além das narrativas fixas e das legendas colocadas ao lado dos objetos. Como conclusão, evidencia-se, que o acervo do MHAM, além de sua importância histórica, permite ressignificações a fim de provocar diálogos que possibilitem construção de conhecimento.

Palavras-Chave: Museu histórico. Exposição museológica. Memória social. Museologia social.

INTRODUÇÃO

O museu como instituição sociocultural, constitui o ponto de partida deste estudo, cujo tema é museu, memória e sociedade. O campo museológico é um terreno fértil para diversas temáticas, e isso se dá pelo fato de o museu ser uma instituição de múltiplos discursos e ser considerado também um lugar de memórias, de identidades e de culturas.

As narrativas que ecoam nos espaços museológicos, carregam representatividades de um tempo, da qual são construídas identidades por meio do uso da memória. Portanto, entendemos o museu como um lugar de memória, mas também como um lugar de tensão e de esquecimento, contudo, salvaguardam históricos e convivem com o desafio do multiculturalismo que o torna, "um conceito, um processo e uma forma de atuar no mundo" (Chagas, 2018).

1 Bibliotecária da UFRPE, Mestra em Biblioteconomia pelo PPGB/UFCA. E-mail: nubia.matos@ufrpe.br
2 Professora Adjunta DDI/ICI/UFBA. Doutora em Ciência da Informação pelo IBICT/UFRJ. E-mail: leyde.klebia@ufba.br

Os museus históricos, criados numa perspectiva colonial, necessitam se afirmarem como instituições contributivas da formação do sujeito. É importante que o museu, não se apoie apenas no discurso do passado, sem relacioná-lo com o presente, ou seja, "o objetivo não é mais a celebração de personagens ou a classificação enciclopédica da natureza, e sim a reflexão crítica" (Lopes, 2004, p. 20). Pesquisar o museu como lugar de construção de conhecimento, nos motiva a refletir como um espaço de memória pode ressignificar a narrativa fixada, e a partir de então, criar novas reflexões.

Assim, a pesquisa tem como objetivo geral, analisar a exposição do Museu Histórico e Artístico do Maranhão (MHAM), sua narrativa e a possível ressignificação por meio da educação patrimonial

Especificamente, pretende-se:

a) Verificar os objetos museológicos que formam o acervo da exposição;

b) Investigar as possibilidades de ressignificação da exposição de longa duração do MHAM, que priorize questões culturais, identitárias, problemas sociais e as memórias coletivas.

Assim, a estudo parte de um museu tradicional, que nos provoca a pensar neste espaço dentro da museologia social e contemporânea, como lugar de desconstrução e construção de saberes e conhecimento.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no MHAM e teve como recorte analítico a sua exposição de longa duração. O MHAM está localizado no centro de São Luís do Maranhão, cidade em que o centro histórico foi considerado Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

O estudo foi baseado em uma abordagem qualitativa de pesquisa que, de acordo com Maria Cecília de Souza Minayo, Suely Ferreira Deslandes e Romeu Gomes (2007, p. 21)

> Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.

O estudo também se caracterizou como exploratório, onde "o objetivo é investigar uma situação para propiciar aproximação e familiaridade com o assunto, fato ou fenômeno e com isto gerar maior compreensão a respeito dele" (Pesquisa, 2019, p. 95).

Como instrumentos de coleta de dados, a observação direta no espaço do museu, mas especificamente no circuito da exposição. A observação direta é conceituada por

Sônia Vieira (2009, p.13) como "o método de coleta de dados em que o pesquisador se torna participante no evento ou grupo social que estuda."

O EXERCICIO DA MEMÓRIA SOCIAL

Estudos contemporâneos têm trazido novos olhares sobre a memória social, como por exemplo, as questões que evidenciam as relações da memória com problemas sociais, tensões, disputas, silenciamentos e poder.

Jô Gondar (2016) apresenta cinco proposições para o entendimento da memória social: o campo da memória social é transdisciplinar; o conceito de memória social é ético e político; a memória implica o esquecimento; a memória não se reduz à identidade e a memória não se reduz a representação. Essas proposições trazem reflexões contemporâneas que vão além dos conceitos clássicos sobre memória.

Não é possível refletir sobre memória social, sem não a relacionar com as questões culturais e identitárias que são inerentes ao ser humano, além dos pontos sobre políticas e poder. Quanto a esses aspectos, Nilson Alves de Moraes (2005, p. 94) sublinha que "a memória se constitui como poder [...] toda memória social é política, [...] e o espaço, tempo e discursos são elementos fundantes e estruturantes da memória social". Ao destacar essas afirmações entendemos que a memória social suscita espaços de luta e tensões que são visualizadas nos lugares responsáveis pela salvaguarda de elementos constituintes da memória.

Os museus são lugares de múltiplas possibilidades, no qual as narrativas expositivas podem ser ressignificadas de modo que "a memória ao iluminar alguns elementos e apagar outros é capaz de produzir um sentimento novo e não apenas fazer reviver o passado como fetiche" (Abreu, 2016, p. 50).

Ressignificar não é modificar os objetos ou eliminá-los, mas a partir deles levantar novas questões, abordar temas socioculturais que se aproximem do sujeito contemporâneo que poderá formar novos conhecimentos.

Esse exercício de ressignificação, traz a sociedade para perto desses espaços, que em sua história mantiveram um distanciamento por serem criados numa perspectiva colonial e elitista. Segundo Elison Antônio Paim e Isadora Nunes Tavares (2015, p. 8):

> As pessoas só respeitam, admiram, preservam e se identificam com aquilo que conhecem. Para que ocorra especialmente a identificação com os bens patrimoniais faz-se necessário pensar e construir possibilidades de educar para o patrimônio, para que as pessoas conheçam e sintam-se pertencentes aos espaços, às discussões, aos lugares de guarda e preservação dos diferentes bens patrimoniais. Portanto, para que efetivamente ocorra uma educação para o patrimônio, não basta falar em patrimônio ou sobre patrimônio, é preciso viver o patrimônio.

Ressignificar não é modificar os objetos ou eliminá-los, mas a partir deles levantar novas questões, abordar temas socioculturais que se aproximem do sujeito contemporâneo que poderá formar novos conhecimentos.

RESSIGNIFICANDO NARRATIVAS MUSEOLOGICAS: A EXPOSIÇÃO DO MHAM

No circuito dos lugares de memória, o Museu Histórico e Artístico do Maranhão (MHAM) se insere nesse contexto social como a primeira instituição museológica do estado do Maranhão, criada com o objetivo de salvaguardar a memória, através de um acervo diversificado, contendo objetos da numismática, mobiliário, porcelanas, vestuário, documentos históricos e outros.

O museu na contemporaneidade adquire feições que perpassam as paredes do modelo tradicional e apresenta o sujeito como protagonista e participante no discurso museológico.

Nesta conjuntura, é possível que mesmo os museus tradicionais desenvolvam em seus ambientes experiências que vão além da visita ao circuito de uma exposição. Marília Xavier Cury (2011) reflete sobre este momento de transição no qual o museu busca reafirmar seu papel atual na sociedade, de forma que "o essencial de uma ação museológica é o diálogo que se produz entre a experiência da visita ao museu cotidiano das pessoas" (Cury, 2011, p. 20).

Ao pensar no museu como espaço de informação, entendemos que os objetos que formam as coleções são documentos representativos da produção humana. No contexto da função social do museu, o objeto (que é documento) incorpora significações sociais e culturais de valor informacional.

A exposição museológica do MHAM, apresenta objetos e utensílios de uma casa de época do século XIX, narra a vivência de famílias da elite deste período, bem como as relações sociais, familiares e costumes. Por ser caracterizada de longa duração, a exposição imprime o caráter central, o acervo principal e a missão do museu.

O museu estabeleceu no circuito da mediação, retratar a história desses objetos, sua origem e as funcionalidades da época em que estavam em uso, porém a narrativa se comprime nesse eixo histórico sem ampliar discussões e estabelecer diálogos.

Atentamos também, para o que afirma Inês Ferreira (2014, p.5) quando salienta que

> Não basta criar exposições com alto nível de complexidade, é importante criar ferramentas que facilitem exploração criativa dessas exposições e permitam ao visitante/participante andar pelos espaços *inbetween* e construir ligações, significados, conhecimento.

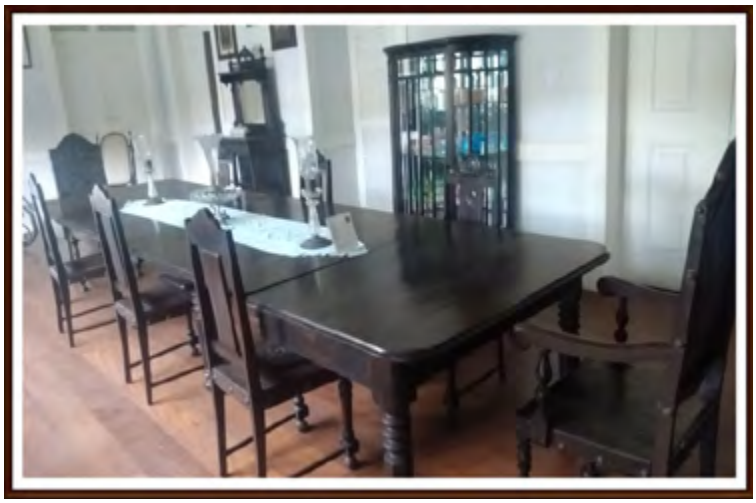
O papel social do museu é colaborar com a formação crítica e com a construção coletiva do conhecimento. Entendemos que a partir do movimento da memória social, o indivíduo

é capaz de relacionar o passado e o presente num ciclo de trocas que são significativas quando constroem elos e pontes fortalecidas a partir de diversos olhares e múltiplas falas.

A proposta aqui apresentada é de a partir dos objetos da exposição e/ou do circuito, levantar questões que vão além do discurso já fixado pelo museu. A repetição da história marca o tempo e o espaço, porém a memória ver as entrelinhas e tensiona para aprender a desaprender.

A seguir apresentamos duas propostas para uma mediação:

Figura 1: Sala de jantar



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A partir do objeto e tudo que envolve sua historicidade já apresentada no museu, o objetivo é buscar promover ações que estimulem a criticidade e a introdução de diferentes vozes e olhares. Vejamos o seguinte exemplo:

A sala de jantar da exposição, mostra um ambiente característico da época (século XIX), em que as pessoas tinham todo um ritual para o momento da refeição. Geralmente, os lugares à mesa eram determinados de acordo com a posição e importância no núcleo familiar. Questões que podem tensionar debates, diálogos e reflexões:

1. As famílias na contemporaneidade têm uma formação igual ao século XIX?

2. As residências atualmente possuem todos os cômodos estruturados e com suas funcionalidades estabelecidas?

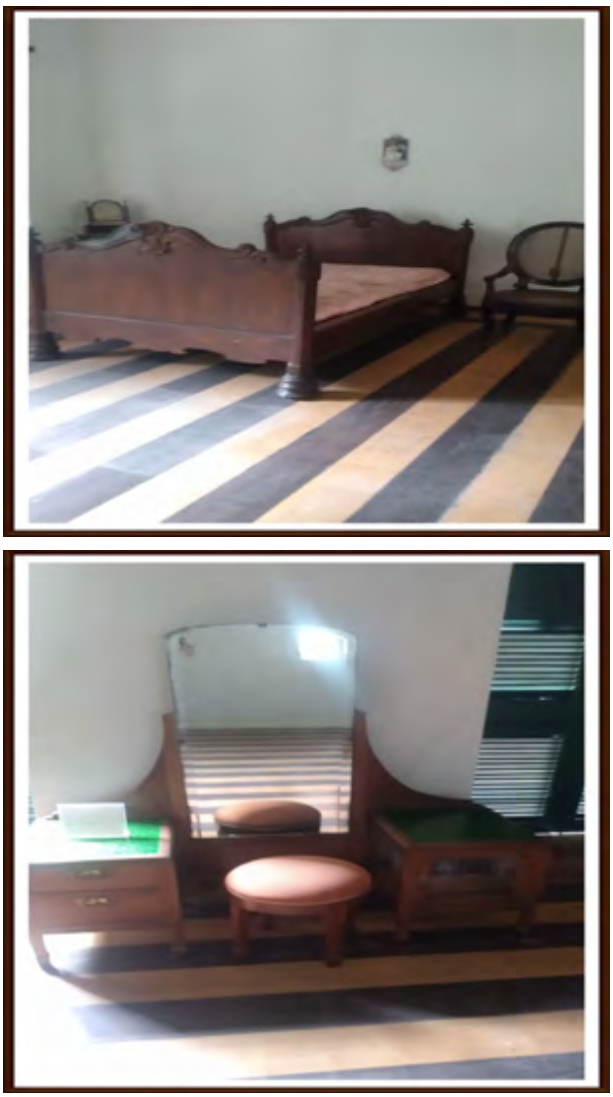
3. Na sociedade atual, as pessoas têm sentado à mesa para fazer refeições? Como tem sido essa relação?

4. O homem continua tendo o papel central no núcleo familiar?

5. Como tem sido a segurança alimentar no Brasil, no Nordeste?

Percebemos que ao levantar questionamentos em torno de um objeto que compõem uma sala de jantar século XIX, é possível abordar temas contemporâneos, discutir problemas sociais entre outros temas que queiram trabalhar com o público.

Figura 2: Quarto de uma jovem do século XIX



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

O quarto feminino apresenta um local em que a moça tinha ao seu dispor elementos para o cuidado com beleza. A localização do quarto ficava sob a vigilância dos pais. A jovem era preparada para ter um bom casamento, por isso atividades como costura, tocar piano, se tornavam obrigatórios nessa fase. Segue abaixo, questões que podem provocar debates, diálogos e reflexões a partir da apresentação do quarto feminino.

1. Como é ser uma jovem na contemporaneidade?

2. Como tem sido discutido os padrões de beleza?

3. Quais espaços as mulheres ao longo dos anos vêm conquistando na sociedade?

4. Refletir sobre a posição da mulher negra na sociedade.

Torna se primordial, não só a interpretação do museu e seus objetos, mas também os vazios e os seus silêncios produzidos pela narrativa propostas pela exposição (Braga, 2020, p.135).

O museu permite circular em um itinerário social e abrangente, e o que propomos aqui, é o exercício da memória social, quando instigamos o público a dialogar e fazer relações com aquilo que é apresentado, objetivando fomentar a construção e partilha do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo nos ajudou a compreender que os museus tradicionais, e especificamente o MHAM, são espaços em potenciais que vão além das narrativas fixas e das legendas colocadas ao lado dos objetos. O MHAM possui um acervo que possibilita trabalhar diversas temáticas, de forma que o público seja o protagonista das narrativas e das memórias que se entrelaçam no diálogo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Memória social: itinerários poéticos-conceituais. Revista Morpheus (Número especial: Porque memória social?). **Revista Morpheus - Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, *[S. l.]*, v. 9, n. 15, 2016. Disponível em: http://www.seer.unirio.br/morpheus/article/view/5475. Acesso em: 29 abr. 2022.

BRAGA, Jezulino Lúcio Mendes. Objetos nos museus e ensino de história. Saeculum revista de história, João Pessoa, v.25, n.42, p.131-137, jan./jun.2020. Disponível em: http://repositório.ufmg.br. Acesso em: 07 dez. 2021.

CHAGAS, Mário. Museu, memória e cidadania. Youtube, 18 dez. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Eu_7hh2yAkE. Acesso em: 20 fev.2022.

CURY, Marília Xavier. **Exposição:** concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2005.

FERREIRA, Inês. Objetos mediadores em museus. **Midas.** n.4. Disponível em: https://journals.openedition.org/midas/676#quotation. Acesso em 15 fev. 2024.

GONDAR, JÔ. Cinco proposições sobre memória social. DODEBEI, V.; FARIAS, F. R. de; GONDAR, J. Revista Morpheus (Número especial: Porque memória social?). **Revista Morpheus - Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, *[S. l.]*, v. 9, n. 15, 2016. Disponível em: http://www.seer.unirio.br/morpheus/article/view/5475. Acesso em: 29 abr. 2022.

LOPES, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto**: o museu no ensino de história. Chapecó: Argos, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 25.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MORAES, Nilson Alves de. Memória social: solidariedade orgânica e disputas de sentidos. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (orgs). **O que é memória social**. Rio de Janeiro: Contracapa livraria. Programa de pós-graduação em memória social da UFRJ, 2005.

PAIM, Elison Antônio; TAVARES, Isadora Nunes. Patrimônio e educação patrimonial: Os acervos das universidades catarinenses. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios, 17., 2015, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: ANPUH, 2015**.** Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439753935_ARQUIVO_ANPUHFLORIANOPOLISUFSCJULHO2015PATRIMONIOEEDUCACAOPATRIMONIAL.pdf.

PESQUISA em ciências sociais aplicadas. Zamberlan, Luciano (Org) Ijuí: editora Ijuí, 2019.

VIEIRA, Sônia. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009. e-book

Formato: 19 x26 cm
Fontes: Branding, Nexus Serif
Extensão: PDF

XVI CINFORM

Realização

Apoio